



**Ministério Público da Paraíba**  
**PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE JOÃO PESSOA - PATRIMÔNIO**  
**PÚBLICO - 37º PJ - João Pessoa**

**Inquérito Civil 001.2020.008750**

Consulta processual pública: <http://www.mppb.mp.br/consultapublica>

## Informações

- **Classe** - Inquérito Civil
- **Assunto principal**  
(0010390) DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO /  
Licitações / Sanções Administrativas
- **Data de registro** - 19/08/2020 às 14:56h
- **Nº de origem** - 001.2020.008446

## Prazos

Descrição	Situação	Observação	Data limite
Prazo para conclusão de 365 dias	Em dia		19/08/2021 (Quinta-feira)
Sobrestamento por 30 dias	Em dia		14/06/2021 (Segunda-feira)

## Pessoas interessadas

- **INTERESSADO** - CCRIMP - Comissão de Combate aos Crimes de Responsabilidade
- **INVESTIGADO** - CONSÓRCIO INTERESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO NORDESTE (CONSÓRCIO NORDESTE) - **CNPJ:** 34.304.033/0001-47  
*Rua João da Mata nº 200 Jaguaribe Centro Administrativo - João Pessoa / PB CEP: 58.015-900*
- **INTERESSADO** - ESTADO DA PARAIBA - **CNPJ:** 08.761.124/0001-00
- **INTERESSADO** - ESTADO DA PARAÍBA - **CNPJ:** 08.778.268/0001-60  
*Rua João Machado 394 CEP: 58.013-520*
- **INVESTIGADO** - GERALDO ANTONIO DE MEDEIROS - **CPF:** 13485288420
- **INVESTIGADO** - GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA - **CNPJ:** 08761124000525
- **INVESTIGADO** - INTERMED - **CNPJ:** 49.520.521/0001-69  
*Rua General Osório nº 136 Centro - João Pessoa / PB CEP: 58.010-180*
- **INVESTIGADO** - SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE DA PARAÍBA - **CNPJ:** 08778268000160  
*8ª Gerência Regional de Saúde*

## Movimentos

---

Nº	Nome do Movimento	Página
1	<b>920037 - Expedida portaria/despacho de instauração de procedimento</b> (por ADRIO LEITE em 19/08/2020 às 14:56h) .1 <i>LICITAÇÃO E CONTRATO - ESTADO DA PARAÍBA - GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA - SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE - AQUISIÇÃO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR, VENTILADORES/RESPIRADORES MECÂNICOS, PARA UTILIZAÇÃO NO COMBATE AO COVID-19 - SUPERFATURAMENTO - AUSÊNCIA DE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS E EVENTUAIS PAGAMENTOS EFETUADOS - EMPENHOS 07710 (R\$ 6.554.562,88), 05506 (R\$ 4.947.535,80) E 07708 (R\$ 1.000.000, ...</i>	
2	<b>920005 - Feito distribuído ao Membro</b> (por ADRIO LEITE em 19/08/2020 às 14:56h)	
3	<b>920038 - Determinada a conversão do procedimento</b> (por ADRIO LEITE em 19/08/2020 às 14:56h) . . . . . 3	
4	<b>1000009 - Encaminhamento ao servidor</b> (por ADRIO LEITE em 19/08/2020 às 14:56h) <i>Encaminhado para: ARLENE PASSOS DA SILVA MACIEL</i>	
5	<b>1000021 - Expedido documento</b> (por ARLENE em 20/08/2020 às 10:27h) . . . . . 335 <i>Certidão de publicidade</i>	
6	<b>1000021 - Expedido documento</b> (por ARLENE em 20/08/2020 às 10:27h) . . . . . 336 <i>Publicação no DOE</i>	
7	<b>1000021 - Expedido documento</b> (por ARLENE em 20/08/2020 às 10:35h) . . . . . 337 <i>Certidão de cumprimento de despacho</i>	
8	<b>1000021 - Expedido documento</b> (por ARLENE em 20/08/2020 às 10:35h) . . . . . 338 <i>E-mail solicitando resposta ao ofício 460/2020</i>	
9	<b>1000021 - Expedido documento</b> (por ARLENE em 20/08/2020 às 10:35h) . . . . . 340 <i>Whatsapp solicitando resposta ao of 460/2020</i>	
10	<b>920057 - Juntada de documento(s)</b> (por ARLENE em 20/08/2020 às 10:37h) . . . . . 341 <i>Whatsapp confirmação de recebimento</i>	
11	<b>920057 - Juntada de documento(s)</b> (por ARLENE em 20/08/2020 às 10:59h) . . . . . 342 <i>E-mail confirmação de recebimento</i>	
12	<b>920041 - Anexado documento(s)</b> (por ARMANDO CORREIA em 28/08/2020 às 14:42h) . . . . . 343	
13	<b>1000009 - Encaminhamento ao servidor</b> (por ARMANDO CORREIA em 28/08/2020 às 15:15h) <i>Encaminhado para: ARMANDO SALES CORREIA</i>	
14	<b>920057 - Juntada de documento(s)</b> (por ARMANDO CORREIA em 28/08/2020 às 15:17h) . . . . . 350 <i>CERTIDÃO DE ANEXAÇÃO DE DOCUMENTO.</i>	
15	<b>1000009 - Encaminhamento ao servidor</b> (por ARMANDO CORREIA em 28/08/2020 às 15:20h) <i>Encaminhado para: ARLENE PASSOS DA SILVA MACIEL</i>	
16	<b>920023 - Feito encaminhado ao Membro</b> (por ARLENE em 08/09/2020 às 07:37h) <i>Encaminhado para: ADRIO NOBRE LEITE</i>	
17	<b>920045 - Despacho requisitando diligências</b> (por ADRIO LEITE em 09/09/2020 às 10:31h) . . . . . 351 <i>juntada relat NAT Processo TC 10409 20 e of Sec Saude PB</i>	
18	<b>920057 - Juntada de documento(s)</b> (por ADRIO LEITE em 09/09/2020 às 10:31h) . . . . . 354 <i>relatorio auditoria Proc TC 10409 20</i>	
19	<b>1000009 - Encaminhamento ao servidor</b> (por ADRIO LEITE em 09/09/2020 às 10:32h) <i>Encaminhado para: MARIANA COELHO TEIXEIRA LEITE</i>	
20	<b>920023 - Feito encaminhado ao Membro</b> (por MARIANA LEITE em 09/09/2020 às 13:11h) <i>Encaminhado para: ADRIO NOBRE LEITE</i>	



## Movimentos

---

Nº	Nome do Movimento	Página
21	<b>1000009 - Encaminhamento ao servidor</b> (por ADRIO LEITE em 09/09/2020 às 14:37h) <i>Encaminhado para: ARLNE PASSOS DA SILVA MACIEL</i>	
22	<b>1000021 - Expedido documento</b> (por ARLNE em 14/09/2020 às 09:30h) . . . . . <i>ofício nº 682 - requisição - Secretaria de Estado da Saúde</i>	373
23	<b>1000021 - Expedido documento</b> (por ARLNE em 14/09/2020 às 09:34h) . . . . . <i>Certidão de envio por e-mail ofício 682/2020</i>	375
24	<b>1000021 - Expedido documento</b> (por ARLNE em 14/09/2020 às 09:34h) . . . . . <i>E-mail enviado o ofício 682/2020</i>	376
25	<b>1000009 - Encaminhamento ao servidor</b> (por LUCIANA MASSA em 25/09/2020 às 11:45h) <i>Encaminhado para: LUCIANA CARNEIRO PIRES MASSA</i>	
26	<b>920057 - Juntada de documento(s)</b> (por LUCIANA MASSA em 25/09/2020 às 11:47h) . . . . . <i>Gmail da Secretaria de Estado da Saúde - Solicitação de prazo para oferecimento de resposta da SES_PB - Resp ao Of 682 20</i>	377
27	<b>1000009 - Encaminhamento ao servidor</b> (por LUCIANA MASSA em 25/09/2020 às 11:48h) <i>Encaminhado para: ARLNE PASSOS DA SILVA MACIEL</i>	
28	<b>920023 - Feito encaminhado ao Membro</b> (por ARLNE em 29/09/2020 às 09:01h) <i>Encaminhado para: ADRIO NOBRE LEITE</i>	
29	<b>920044 - Despacho</b> (por ADRIO LEITE em 29/09/2020 às 10:06h) . . . . . <i>dilação prazo - deferimento - Sec Saude PB</i>	378
30	<b>1000009 - Encaminhamento ao servidor</b> (por ADRIO LEITE em 29/09/2020 às 10:06h) <i>Encaminhado para: ARLNE PASSOS DA SILVA MACIEL</i>	
31	<b>1000009 - Encaminhamento ao servidor</b> (por LUCIANA MASSA em 29/09/2020 às 10:49h) <i>Encaminhado para: LUCIANA CARNEIRO PIRES MASSA</i>	
32	<b>1000009 - Encaminhamento ao servidor</b> (por LUCIANA MASSA em 29/09/2020 às 10:50h) <i>Encaminhado para: ARLNE PASSOS DA SILVA MACIEL</i>	
33	<b>1000021 - Expedido documento</b> (por ARLNE em 30/09/2020 às 07:59h) . . . . . <i>Certidão comunica dilação de prazo</i>	379
34	<b>1000021 - Expedido documento</b> (por ARLNE em 30/09/2020 às 07:59h) . . . . . <i>E-mail comunica dilação de prazo</i>	380
35	<b>1000021 - Expedido documento</b> (por ARLNE em 15/10/2020 às 06:53h) . . . . . <i>Certidão de verificação de chegada de resposta</i>	381
36	<b>1000009 - Encaminhamento ao servidor</b> (por ARLNE em 15/10/2020 às 06:54h) <i>Encaminhado para: LUCIANA CARNEIRO PIRES MASSA</i>	
37	<b>1000021 - Expedido documento</b> (por LUCIANA MASSA em 19/10/2020 às 09:25h) . . . . . <i>Certidão</i>	382
38	<b>1000009 - Encaminhamento ao servidor</b> (por LUCIANA MASSA em 19/10/2020 às 09:25h) <i>Encaminhado para: ARLNE PASSOS DA SILVA MACIEL</i>	
39	<b>1000021 - Expedido documento</b> (por ARLNE em 20/10/2020 às 08:11h) . . . . . <i>E-mail solicita resposta ao ofício 682/2020</i>	383

## Movimentos

---

Nº	Nome do Movimento	Página
40	<b>1000021 - Expedido documento</b> (por ARLENE em 03/11/2020 às 07:18h) . . . . .	385
	<i>Certidão de verificação de chegada de resposta</i>	
41	<b>1000009 - Encaminhamento ao servidor</b> (por ARLENE em 03/11/2020 às 07:18h)	
	<i>Encaminhado para: LUCIANA CARNEIRO PIRES MASSA</i>	
42	<b>1000021 - Expedido documento</b> (por LUCIANA MASSA em 10/11/2020 às 15:32h) . . . . .	386
	<i>Certidão</i>	
43	<b>1000009 - Encaminhamento ao servidor</b> (por LUCIANA MASSA em 10/11/2020 às 15:33h)	
	<i>Encaminhado para: ARLENE PASSOS DA SILVA MACIEL</i>	
44	<b>920023 - Feito encaminhado ao Membro</b> (por ARLENE em 11/11/2020 às 08:24h)	
	<i>Encaminhado para: ADRIO NOBRE LEITE</i>	
45	<b>920045 - Despacho requisitando diligências</b> (por ADRIO LEITE em 11/11/2020 às 11:00h) . . . . .	387
	<i>renov of Sec Saude PB</i>	
46	<b>1000009 - Encaminhamento ao servidor</b> (por ADRIO LEITE em 11/11/2020 às 11:00h)	
	<i>Encaminhado para: MARIANA COELHO TEIXEIRA LEITE</i>	
47	<b>920023 - Feito encaminhado ao Membro</b> (por MARIANA LEITE em 11/11/2020 às 17:33h)	
	<i>Encaminhado para: ADRIO NOBRE LEITE</i>	
48	<b>1000009 - Encaminhamento ao servidor</b> (por ADRIO LEITE em 12/11/2020 às 10:39h)	
	<i>Encaminhado para: ARLENE PASSOS DA SILVA MACIEL</i>	
49	<b>1000021 - Expedido documento</b> (por ARLENE em 13/11/2020 às 07:19h) . . . . .	388
	<i>ofício nº 809 - reiteração - Secretaria Estadual de Saúde</i>	
50	<b>1000021 - Expedido documento</b> (por ARLENE em 13/11/2020 às 07:23h) . . . . .	390
	<i>Certidão de envio por e-mail do ofício nº 809/2020</i>	
51	<b>1000021 - Expedido documento</b> (por ARLENE em 13/11/2020 às 07:23h) . . . . .	391
	<i>E-mail enviando o ofício 809/2020</i>	
52	<b>1000021 - Expedido documento</b> (por ARLENE em 02/12/2020 às 06:46h) . . . . .	392
	<i>Certidão de verificação de chegada de resposta</i>	
53	<b>1000009 - Encaminhamento ao servidor</b> (por ARLENE em 02/12/2020 às 06:47h)	
	<i>Encaminhado para: LUCIANA CARNEIRO PIRES MASSA</i>	
54	<b>1000021 - Expedido documento</b> (por LUCIANA MASSA em 10/12/2020 às 10:23h) . . . . .	393
	<i>Certidão</i>	
55	<b>1000009 - Encaminhamento ao servidor</b> (por LUCIANA MASSA em 10/12/2020 às 10:36h)	
	<i>Encaminhado para: ARLENE PASSOS DA SILVA MACIEL</i>	
56	<b>920041 - Anexado documento(s)</b> (por ARMANDO CORREIA em 11/01/2021 às 09:47h) . . . . .	394
57	<b>1000009 - Encaminhamento ao servidor</b> (por ARMANDO CORREIA em 11/01/2021 às 09:48h)	
	<i>Encaminhado para: ARMANDO SALES CORREIA</i>	
58	<b>920057 - Juntada de documento(s)</b> (por ARMANDO CORREIA em 11/01/2021 às 09:49h) . . . . .	515
	<i>CERTIDÃO DE ANEXAÇÃO DE DOCUMENTO.</i>	
59	<b>1000009 - Encaminhamento ao servidor</b> (por ARMANDO CORREIA em 11/01/2021 às 09:51h)	
	<i>Encaminhado para: THIAGO MARSICANO DA NOBREGA ARAUJO</i>	
60	<b>920023 - Feito encaminhado ao Membro</b> (por THIAGO ARAUJO em 11/01/2021 às 17:48h)	
	<i>Encaminhado para: ADRIO NOBRE LEITE</i>	

## Movimentos

---

Nº	Nome do Movimento	Página
61	<b>920044 - Despacho</b> (por ADRIO LEITE em 26/01/2021 às 10:48h) . . . . .	516
	<i>convers pp icp - juntad relatório complement Processo TC 10409 - aguardar 60 dias.odt</i>	
62	<b>920057 - Juntada de documento(s)</b> (por ADRIO LEITE em 26/01/2021 às 10:48h) . . . . .	517
	<i>relatório complementar auditoria Proc TC 10409 20</i>	
63	<b>1000009 - Encaminhamento ao servidor</b> (por ADRIO LEITE em 26/01/2021 às 10:49h)	
	<i>Encaminhado para: ARLENE PASSOS DA SILVA MACIEL</i>	
64	<b>1000019 - Alteração de classe de processo</b> (por ARLENE em 27/01/2021 às 08:03h)	
65	<b>1000020 - Alteração de assunto principal</b> (por ARLENE em 27/01/2021 às 08:03h)	
66	<b>1000021 - Expedido documento</b> (por ARLENE em 27/01/2021 às 08:07h) . . . . .	526
	<i>Certidão de conversão em ICP</i>	
67	<b>1000021 - Expedido documento</b> (por ARLENE em 27/01/2021 às 08:10h) . . . . .	527
	<i>Certidão de sobrestamento</i>	
68	<b>1000021 - Expedido documento</b> (por ARLENE em 05/04/2021 às 11:36h) . . . . .	528
	<i>Certidão de ultrapassagem do prazo de sobrestamento</i>	
69	<b>920023 - Feito encaminhado ao Membro</b> (por ARLENE em 05/04/2021 às 11:36h)	
	<i>Encaminhado para: ADRIO NOBRE LEITE</i>	
70	<b>920044 - Despacho</b> (por ADRIO LEITE em 06/04/2021 às 14:57h) . . . . .	529
	<i>novo sobrestamento - 30 dias - tramita Processo TC 10409/20</i>	
71	<b>920057 - Juntada de documento(s)</b> (por ADRIO LEITE em 06/04/2021 às 14:57h) . . . . .	530
	<i>tramitação Processo TC 10409/20</i>	
72	<b>1000009 - Encaminhamento ao servidor</b> (por ADRIO LEITE em 06/04/2021 às 14:57h)	
	<i>Encaminhado para: ARLENE PASSOS DA SILVA MACIEL</i>	
73	<b>1000021 - Expedido documento</b> (por ARLENE em 12/04/2021 às 07:27h) . . . . .	532
	<i>Certidão de sobrestamento</i>	
74	<b>1000021 - Expedido documento</b> (por ARLENE em 12/05/2021 às 13:39h) . . . . .	533
	<i>Certidão de ultrapassagem do prazo de sobrestamento</i>	
75	<b>920023 - Feito encaminhado ao Membro</b> (por ARLENE em 12/05/2021 às 13:40h)	
	<i>Encaminhado para: ADRIO NOBRE LEITE</i>	
76	<b>920044 - Despacho</b> (por ADRIO LEITE em 12/05/2021 às 15:52h) . . . . .	534
	<i>novo sobrestamento - 30 dias - tramita Processo TC 10409/20</i>	
77	<b>920057 - Juntada de documento(s)</b> (por ADRIO LEITE em 12/05/2021 às 15:52h) . . . . .	535
	<i>tramitação Processo TC 10409/20</i>	
78	<b>1000009 - Encaminhamento ao servidor</b> (por ADRIO LEITE em 12/05/2021 às 15:53h)	
	<i>Encaminhado para: ARLENE PASSOS DA SILVA MACIEL</i>	
79	<b>1000021 - Expedido documento</b> (por ARLENE em 13/05/2021 às 10:07h) . . . . .	537
	<i>Certidão de sobrestamento</i>	



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAÍBA  
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE JOÃO PESSOA  
37º PROMOTOR DE JUSTIÇA DE DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO

**nº 001.2020.008750**

**PORTARIA DE PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO**  
**(numeração inserida pelo MP VIRTUAL no rodapé)**

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DA PARAÍBA**, com fundamento nos artigos 129, III, da CF/88, 131, parágrafo único, "a", da Constituição Estadual, 8º, §1º, da Lei Federal nº 7.347/85, 25, IV, "a", e "b" e 26, da Lei Federal nº 8.625/93 e 37, IV, "d" e 55 da Lei Complementar Estadual nº 97/2010,

**CONSIDERANDO** a necessidade de regularização de tramitação formal da investigação, já que ultrapassado o prazo da notícia de fato, inclusive com prorrogação já superada, a despeito da ausência de resposta ao último ofício expedido para a Secretaria de Estado da Saúde da Paraíba;

**CONSIDERANDO**, demais disso, a instauração simultânea de notícia de fato de natureza criminal 001.2020.0084446 no âmbito da CCRIMP/MPPB, com recepção de peças e salutar interlocução investigativa entre os órgãos de execução respectivos;

**CONSIDERANDO**, por fim, a existência de substrato plausível para abertura de investigação preparatória objetivando a tutela ao patrimônio público e ao direito fundamental difuso à probidade administrativa, a depender, no entanto, de medidas diligenciais complementares que possam viabilizar a instauração definitiva de inquérito civil público ou, ainda, posição conclusiva de promoção de arquivamento ou propositura imediata de medida judicial, levando-se em conta a narrativa sintetizada sob os seguintes parâmetros:

*possível aquisição com sobrepreço de material médico hospitalar pela Secretaria de Estado da Saúde da Paraíba, de modo específico, na compra de 105 respiradores para instalação de leitos de UTI voltados à recepção de pacientes acometidos pela COVID-19*

**RESOLVE** instaurar, com base na Resolução CPJ 004/2013, o presente **procedimento preparatório de inquérito civil público**, determinando a realização das seguintes diligências

Assinado eletronicamente por: ADRIO LEITE em 19/08/2020

probatórias, por servidor efetivo (artigo 9º, §1º, Resolução CPJ nº 004/2013), a quem incumbe ainda, além de secretariar a investigação, realizar as comunicações ao Centro de Apoio Operacional:

- 1. renovação de** contato, por meio hábil, junto à Secretaria de Estado da Saúde da Paraíba, para fins de remessa da resposta ao ofício nº 460/2020, aguardando-se, após, por mais **10(dez) dias;**
- 2.** nova conclusão, com a ultrapassagem do prazo, com ou sem resposta.

João Pessoa – PB, data e assinatura pelo sistema.

**ADRIO NOBRE LEITE**

**37º Promotor de Justiça**

Assinado eletronicamente por: ADRIO LEITE em 19/08/2020



**Ministério Público da Paraíba**  
**COMISSÃO DE COMBATE AOS CRIMES DE RESPONSABILIDADE E À**  
**IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - CCRIMP**

**Notícia de Fato 001.2020.008750**

*Consulta processual pública: <http://www.mppb.mp.br/consultapublica>*

## Informações

- **Classe** - Notícia de Fato
- **Assunto principal**  
(0930014) ADMINISTRATIVO DO MP (ÁREA-MEIO) / Gestão de Documentos e Informações / Documentação Arquivística / Protocolo / Expedição
- **Data de registro** - 07/05/2020 às 17:02h
- **Nº de origem** - 001.2020.008446

## Pessoas interessadas

- **INTERESSADO** - CCRIMP - Comissão de Combate aos Crimes de Responsabilidade
- **INVESTIGADO** - CONSÓRCIO INTERESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO NORDESTE (CONSÓRCIO NORDESTE) - **CNPJ:** 34.304.033/0001-47  
*Rua João da Mata nº 200 Jaguaribe Centro Administrativo - João Pessoa / PB CEP: 58.015-900*
- **INTERESSADO** - ESTADO DA PARAIBA - **CNPJ:** 08.761.124/0001-00
- **INVESTIGADO** - GERALDO ANTONIO DE MEDEIROS - **CPF:** 13485288420
- **INVESTIGADO** - GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA - **CNPJ:** 08761124000525
- **INVESTIGADO** - INTERMED - **CNPJ:** 49.520.521/0001-69  
*Rua General Osório nº 136 Centro - João Pessoa / PB CEP: 58.010-180*
- **INVESTIGADO** - SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE DA PARAÍBA - **CNPJ:** 08778268000160  
*8ª Gerência Regional de Saúde*

## Movimentos

### Nº. Nome do movimento

- 1 **1000001 - Registro** (por Rodrigo Pires em 07/05/2020 às 17:02h)  
*LICITAÇÃO E CONTRATO - ESTADO DA PARAÍBA - GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA - SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE - AQUISIÇÃO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR, VENTILADORES/RESPIRADORES MECÂNICOS, PARA UTILIZAÇÃO NO COMBATE AO COVID-19 - SUPERFATURAMENTO - AUSÊNCIA DE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS E EVENTUAIS PAGAMENTOS EFETUADOS - EMPENHOS 07710 (R\$ 6.554.562,88), 05506 (R\$ 4.947.535,80) E 07708 (R\$ 1.000.000,00), RECURSOS DESTINADOS AO CONSÓRCIO NORDESTE (CNPJ 34.304.033/0001-47), OUTRO, Nº 07346 (R\$ 4.368.000,00), FAVORECIDO A EMPRESA INTERMED (CNPJ 49.520.521/0001-69) - CCRIMP - CÓPIA DA NF Nº 001.2020.008446.*
- 2 **920025 - Feito encaminhado a órgão interno** (por Rodrigo Pires em 07/05/2020 às 17:08h)  
*Órgão destino: PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE JOÃO PESSOA - PATRIMÔNIO PÚBLICO*
- 3 **920005 - Feito distribuído ao Membro** (por ARMANDO CORREIA em 07/05/2020 às 17:48h)
- 4 **1000009 - Encaminhamento ao servidor** (por ARMANDO CORREIA em 07/05/2020 às 17:48h)  
*Encaminhado para: ARMANDO SALES CORREIA*
- 5 **1000019 - Alteração de classe de processo** (por ARMANDO CORREIA em 08/05/2020 às 14:09h)
- 6 **1000020 - Alteração de assunto principal** (por ARMANDO CORREIA em 08/05/2020 às 14:09h)

- 7 **1000016 - Exclusão de pessoa interessada** (por ARMANDO CORREIA em 11/05/2020 às 09:27h)
- 8 **1000015 - Inclusão de pessoa interessada** (por ARMANDO CORREIA em 11/05/2020 às 09:27h)
- 9 **1000015 - Inclusão de pessoa interessada** (por ARMANDO CORREIA em 11/05/2020 às 09:27h)
- 10 **1000015 - Inclusão de pessoa interessada** (por ARMANDO CORREIA em 11/05/2020 às 09:27h)
- 11 **1000015 - Inclusão de pessoa interessada** (por ARMANDO CORREIA em 11/05/2020 às 09:27h)
- 12 **1000015 - Inclusão de pessoa interessada** (por ARMANDO CORREIA em 11/05/2020 às 10:39h)
- 13 **1000015 - Inclusão de pessoa interessada** (por ARMANDO CORREIA em 11/05/2020 às 10:39h)
- 14 **1000015 - Inclusão de pessoa interessada** (por ARMANDO CORREIA em 11/05/2020 às 10:39h)
- 15 **920057 - Juntada de documento(s)** (por ARMANDO CORREIA em 11/05/2020 às 12:21h)  
*CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO, CADASTRO E PESQUISA DE CORRELATOS.*
- 16 **920057 - Juntada de documento(s)** (por ARMANDO CORREIA em 11/05/2020 às 12:26h)  
*RESUMOS DOS FATOS*
- 17 **920023 - Feito encaminhado ao Membro** (por ARMANDO CORREIA em 11/05/2020 às 12:27h)  
*Encaminhado para: ADRIO NOBRE LEITE*
- 18 **920044 - Despacho** (por ADRIO LEITE em 12/05/2020 às 09:58h)  
*desp - nf - dilig prelim - juntada resposta Sec Saude PB nf criminal CCRIMP e of MPF*
- 19 **1000009 - Encaminhamento ao servidor** (por ADRIO LEITE em 12/05/2020 às 09:58h)  
*Encaminhado para: MARIANA COELHO TEIXEIRA LEITE*
- 20 **920023 - Feito encaminhado ao Membro** (por MARIANA LEITE em 12/05/2020 às 13:59h)  
*Encaminhado para: ADRIO NOBRE LEITE*
- 21 **1000009 - Encaminhamento ao servidor** (por ADRIO LEITE em 12/05/2020 às 15:32h)  
*Encaminhado para: ARLENE PASSOS DA SILVA MACIEL*
- 22 **1000021 - Expedido documento** (por ARLENE em 13/05/2020 às 15:00h)  
*ofício nº 453 - solicitação - MPF*
- 23 **1000021 - Expedido documento** (por ARLENE em 13/05/2020 às 15:01h)  
*Certidão de envio do ofício nº 162/2020 - através do protocolo do MPF*
- 24 **1000021 - Expedido documento** (por ARLENE em 13/05/2020 às 15:09h)  
*Certidão de envio de e-mail ao Promotor de Justiça que conduz a notícia de fato criminal*
- 25 **1000009 - Encaminhamento ao servidor** (por LUCIANA MASSA em 18/05/2020 às 10:29h)  
*Encaminhado para: LUCIANA CARNEIRO PIRES MASSA*
- 26 **920057 - Juntada de documento(s)** (por LUCIANA MASSA em 18/05/2020 às 10:30h)  
*Gmail - Ofício nº 1600\_2020 - MPF-PB*
- 27 **920057 - Juntada de documento(s)** (por LUCIANA MASSA em 18/05/2020 às 10:31h)  
*Anexo*
- 28 **1000009 - Encaminhamento ao servidor** (por LUCIANA MASSA em 18/05/2020 às 10:31h)  
*Encaminhado para: ARLENE PASSOS DA SILVA MACIEL*
- 29 **920023 - Feito encaminhado ao Membro** (por ARLENE em 19/05/2020 às 13:29h)  
*Encaminhado para: ADRIO NOBRE LEITE*
- 30 **920044 - Despacho** (por ADRIO LEITE em 20/05/2020 às 12:17h)  
*desp - cumprimento item 1 desp anterior - inform Sec Saude PB*
- 31 **1000009 - Encaminhamento ao servidor** (por ADRIO LEITE em 20/05/2020 às 12:17h)  
*Encaminhado para: ARLENE PASSOS DA SILVA MACIEL*
- 32 **1000021 - Expedido documento** (por ARLENE em 20/05/2020 às 13:21h)  
*Certidão de pesquisa*
- 33 **920023 - Feito encaminhado ao Membro** (por ARLENE em 20/05/2020 às 13:21h)  
*Encaminhado para: ADRIO NOBRE LEITE*
- 34 **920044 - Despacho** (por ADRIO LEITE em 20/05/2020 às 17:11h)  
*desp - aguardar resposta*
- 35 **1000009 - Encaminhamento ao servidor** (por ADRIO LEITE em 20/05/2020 às 17:11h)  
*Encaminhado para: ARLENE PASSOS DA SILVA MACIEL*
- 36 **1000021 - Expedido documento** (por ARLENE em 21/05/2020 às 12:11h)  
*Certidão de sobrestamento aguardando resposta da CCRIMP*
- 37 **1000009 - Encaminhamento ao servidor** (por LUCIANA MASSA em 04/06/2020 às 12:25h)  
*Encaminhado para: LUCIANA CARNEIRO PIRES MASSA*
- 38 **920057 - Juntada de documento(s)** (por LUCIANA MASSA em 04/06/2020 às 12:27h)  
*Gmail do MPF\_PR\_PB - Ofício nº 1735\_2020*
- 39 **920057 - Juntada de documento(s)** (por LUCIANA MASSA em 04/06/2020 às 12:27h)  
*Despacho 5859-2020*

- 40 **920057 - Juntada de documento(s)** (por LUCIANA MASSA em 04/06/2020 às 12:28h)  
*Ofício 1735-2020 - Resposta ao Of 161/2020*
- 41 **1000009 - Encaminhamento ao servidor** (por LUCIANA MASSA em 04/06/2020 às 12:28h)  
*Encaminhado para: ARLNE PASSOS DA SILVA MACIEL*
- 42 **1000009 - Encaminhamento ao servidor** (por ARLNE em 05/06/2020 às 13:14h)  
*Encaminhado para: LUCIANA CARNEIRO PIRES MASSA*
- 43 **1000021 - Expedido documento** (por LUCIANA MASSA em 08/06/2020 às 16:14h)  
*Certidão de justificativa de desentranhamento*
- 44 **920057 - Juntada de documento(s)** (por LUCIANA MASSA em 08/06/2020 às 16:14h)
- 45 **920058 - Realizado o desentranhamento de documento(s)** (por LUCIANA MASSA em 08/06/2020 às 16:14h)  
*Gmail do MPF\_PR\_PB - Ofício nº 1735\_2020*
- 46 **920057 - Juntada de documento(s)** (por LUCIANA MASSA em 08/06/2020 às 16:15h)
- 47 **920058 - Realizado o desentranhamento de documento(s)** (por LUCIANA MASSA em 08/06/2020 às 16:15h)  
*Despacho 5859-2020*
- 48 **920057 - Juntada de documento(s)** (por LUCIANA MASSA em 08/06/2020 às 16:15h)
- 49 **920058 - Realizado o desentranhamento de documento(s)** (por LUCIANA MASSA em 08/06/2020 às 16:15h)  
*Ofício 1735-2020 - Resposta ao Of 161/2020*
- 50 **1000009 - Encaminhamento ao servidor** (por LUCIANA MASSA em 08/06/2020 às 16:18h)  
*Encaminhado para: ARLNE PASSOS DA SILVA MACIEL*
- 51 **920057 - Juntada de documento(s)** (por ARLNE em 09/06/2020 às 11:37h)  
*Certidão de juntada documentos notícia de fato criminal 001.2020.008446 resposta oriunda da Secretaria de Estado da Saúde da Paraíba ao ofício 174/2020/CCRIMP*
- 52 **920057 - Juntada de documento(s)** (por ARLNE em 09/06/2020 às 11:37h)  
*E-mail resposta ao ofício 174/2020/CCRIMP*
- 53 **920057 - Juntada de documento(s)** (por ARLNE em 09/06/2020 às 11:37h)  
*E-mail resposta ao ofício 174/2020/CCRIMP - parte 1*
- 54 **920057 - Juntada de documento(s)** (por ARLNE em 09/06/2020 às 11:37h)  
*E-mail resposta ao ofício 174/2020/CCRIMP - parte 2*
- 55 **920057 - Juntada de documento(s)** (por ARLNE em 09/06/2020 às 11:37h)  
*E-mail resposta ao ofício 174/2020/CCRIMP - parte 3*
- 56 **920057 - Juntada de documento(s)** (por ARLNE em 09/06/2020 às 11:37h)  
*E-mail resposta ao ofício 174/2020/CCRIMP - parte 4*
- 57 **920057 - Juntada de documento(s)** (por ARLNE em 09/06/2020 às 11:37h)  
*E-mail resposta ao ofício 174/2020/CCRIMP - parte 5*
- 58 **920057 - Juntada de documento(s)** (por ARLNE em 09/06/2020 às 11:37h)  
*E-mail resposta ao ofício 174/2020/CCRIMP - parte 6*
- 59 **920057 - Juntada de documento(s)** (por ARLNE em 09/06/2020 às 11:37h)  
*E-mail resposta ao ofício 174/2020/CCRIMP - parte 7*
- 60 **920057 - Juntada de documento(s)** (por ARLNE em 09/06/2020 às 11:37h)  
*E-mail resposta ao ofício 174/2020/CCRIMP - parte 8*
- 61 **920057 - Juntada de documento(s)** (por ARLNE em 09/06/2020 às 11:37h)  
*E-mail resposta ao ofício 174/2020/CCRIMP - parte 9*
- 62 **920057 - Juntada de documento(s)** (por ARLNE em 09/06/2020 às 11:37h)  
*E-mail resposta ao ofício 174/2020/CCRIMP - parte 10*
- 63 **920057 - Juntada de documento(s)** (por ARLNE em 09/06/2020 às 11:37h)  
*E-mail resposta ao ofício 174/2020/CCRIMP - parte 11*
- 64 **920057 - Juntada de documento(s)** (por ARLNE em 09/06/2020 às 11:37h)  
*E-mail resposta ao ofício 174/2020/CCRIMP - parte 12*
- 65 **920057 - Juntada de documento(s)** (por ARLNE em 09/06/2020 às 11:37h)  
*E-mail resposta ao ofício 174/2020/CCRIMP - parte 13*
- 66 **920057 - Juntada de documento(s)** (por ARLNE em 09/06/2020 às 11:37h)  
*E-mail resposta ao ofício 174/2020/CCRIMP - parte 14*
- 67 **920023 - Feito encaminhado ao Membro** (por ARLNE em 09/06/2020 às 11:37h)  
*Encaminhado para: ADRIO NOBRE LEITE*
- 68 **920045 - Despacho requisitando diligências** (por ADRIO LEITE em 17/06/2020 às 17:41h)  
*nf - prorrog prazo tramit - dilig adicionais - Sec Saude - cancelamento contrato.odt*
- 69 **1003001 - Marcado como prioritário** (por ADRIO LEITE em 17/06/2020 às 17:42h)
- 70 **1000009 - Encaminhamento ao servidor** (por ADRIO LEITE em 17/06/2020 às 17:42h)  
*Encaminhado para: ARLNE PASSOS DA SILVA MACIEL*



- 71 **1000021 - Expedido documento** (por ARLENE em 19/06/2020 às 11:52h)  
*Certidão de prorrogação de prazo NF*
- 72 **1000021 - Expedido documento** (por ARLENE em 19/06/2020 às 11:59h)  
*Certidão de pesquisa na notícia de fato criminal 001.2020.008446*
- 73 **1000021 - Expedido documento** (por ARLENE em 19/06/2020 às 12:05h)  
*Certidão de identificação CCRIMP*
- 74 **1000009 - Encaminhamento ao servidor** (por ARLENE em 19/06/2020 às 12:06h)  
*Encaminhado para: MARIANA COELHO TEIXEIRA LEITE*
- 75 **920023 - Feito encaminhado ao Membro** (por MARIANA LEITE em 22/06/2020 às 15:49h)  
*Encaminhado para: ADRIANO NOBRE LEITE*
- 76 **1000009 - Encaminhamento ao servidor** (por ADRIANO LEITE em 23/06/2020 às 15:08h)  
*Encaminhado para: ARLENE PASSOS DA SILVA MACIEL*
- 77 **1000021 - Expedido documento** (por ARLENE em 26/06/2020 às 10:42h)  
*ofício nº 460 - requisição - Secretaria de Estado da Saúde da Paraíba*
- 78 **1000021 - Expedido documento** (por ARLENE em 26/06/2020 às 10:47h)  
*Certidão de envio do ofício nº 460/2020/PDPP por e-mail*
- 79 **1000021 - Expedido documento** (por ARLENE em 26/06/2020 às 10:47h)  
*E-mail enviado o ofício 460/2020*
- 80 **920039 - Efetivado apensamento(s)** (por THIAGO ARAUJO em 02/07/2020 às 17:27h)
- 81 **1000009 - Encaminhamento ao servidor** (por THIAGO ARAUJO em 02/07/2020 às 17:28h)  
*Encaminhado para: THIAGO MARSICANO DA NOBREGA ARAUJO*
- 82 **920057 - Juntada de documento(s)** (por THIAGO ARAUJO em 02/07/2020 às 17:29h)  
*Cumprimento de despacho*
- 83 **1000009 - Encaminhamento ao servidor** (por THIAGO ARAUJO em 02/07/2020 às 17:30h)  
*Encaminhado para: ARLENE PASSOS DA SILVA MACIEL*
- 84 **1000021 - Expedido documento** (por ARLENE em 17/07/2020 às 13:05h)  
*Certidão de verificação de chegada de resposta*
- 85 **1000009 - Encaminhamento ao servidor** (por ARLENE em 17/07/2020 às 13:05h)  
*Encaminhado para: LUCIANA CARNEIRO PIRES MASSA*
- 86 **1000021 - Expedido documento** (por LUCIANA MASSA em 22/07/2020 às 10:38h)  
*Certidão*
- 87 **1000009 - Encaminhamento ao servidor** (por LUCIANA MASSA em 22/07/2020 às 10:39h)  
*Encaminhado para: ARLENE PASSOS DA SILVA MACIEL*
- 88 **1000021 - Expedido documento** (por ARLENE em 23/07/2020 às 09:08h)  
*E-mail solicita resposta ao ofício 460/2020*
- 89 **920039 - Efetivado apensamento(s)** (por LUCIANA MASSA em 23/07/2020 às 09:33h)
- 90 **1000009 - Encaminhamento ao servidor** (por LUCIANA MASSA em 23/07/2020 às 09:35h)  
*Encaminhado para: LUCIANA CARNEIRO PIRES MASSA*
- 91 **920040 - Efetuado o desapensamento** (por LUCIANA MASSA em 23/07/2020 às 09:36h)
- 92 **1000009 - Encaminhamento ao servidor** (por ARLENE em 24/07/2020 às 08:59h)  
*Encaminhado para: ARLENE PASSOS DA SILVA MACIEL*
- 93 **1000021 - Expedido documento** (por ARLENE em 29/07/2020 às 08:11h)  
*Whatsapp solicitando resposta ao Ofício nº 460/2020/PDPP - Investigação Nº 001.2020.008750*
- 94 **1000021 - Expedido documento** (por ARLENE em 03/08/2020 às 08:44h)  
*Certidão de verificação de chegada de resposta*
- 95 **1000009 - Encaminhamento ao servidor** (por ARLENE em 03/08/2020 às 08:45h)  
*Encaminhado para: LUCIANA CARNEIRO PIRES MASSA*
- 96 **1000021 - Expedido documento** (por LUCIANA MASSA em 17/08/2020 às 10:40h)  
*Certidão*
- 97 **1000009 - Encaminhamento ao servidor** (por LUCIANA MASSA em 17/08/2020 às 10:40h)  
*Encaminhado para: ARLENE PASSOS DA SILVA MACIEL*
- 98 **1000021 - Expedido documento** (por ARLENE em 18/08/2020 às 08:09h)  
*Certidão de ausência de resposta*
- 99 **1000021 - Expedido documento** (por ARLENE em 18/08/2020 às 08:09h)  
*Whatsapp com informações*
- 100 **920023 - Feito encaminhado ao Membro** (por ARLENE em 18/08/2020 às 08:09h)  
*Encaminhado para: ADRIANO NOBRE LEITE*
- 101 **1003021 - Procedimento convertido** (por ADRIANO LEITE em 19/08/2020 às 14:56h)  
**1000009 - Encaminhamento ao servidor** (por ADRIANO LEITE em 19/08/2020 às 14:56h)

- 102 Encaminhado para: *ARLENE PASSOS DA SILVA MACIEL*
- 103 **1000009 - Encaminhamento ao servidor** (por ARMANDO CORREIA em 28/08/2020 às 15:15h)  
Encaminhado para: *ARMANDO SALES CORREIA*
- 104 **1000009 - Encaminhamento ao servidor** (por ARMANDO CORREIA em 28/08/2020 às 15:20h)  
Encaminhado para: *ARLENE PASSOS DA SILVA MACIEL*
- 105 **920023 - Feito encaminhado ao Membro** (por ARLENE em 08/09/2020 às 07:37h)  
Encaminhado para: *ADRIO NOBRE LEITE*
- 106 **1000009 - Encaminhamento ao servidor** (por ADRIO LEITE em 09/09/2020 às 10:32h)  
Encaminhado para: *MARIANA COELHO TEIXEIRA LEITE*
- 107 **920023 - Feito encaminhado ao Membro** (por MARIANA LEITE em 09/09/2020 às 13:11h)  
Encaminhado para: *ADRIO NOBRE LEITE*
- 108 **1000009 - Encaminhamento ao servidor** (por LUCIANA MASSA em 25/09/2020 às 11:45h)  
Encaminhado para: *LUCIANA CARNEIRO PIRES MASSA*
- 109 **1000009 - Encaminhamento ao servidor** (por LUCIANA MASSA em 25/09/2020 às 11:48h)  
Encaminhado para: *ARLENE PASSOS DA SILVA MACIEL*
- 110 **920023 - Feito encaminhado ao Membro** (por ARLENE em 29/09/2020 às 09:01h)  
Encaminhado para: *ADRIO NOBRE LEITE*
- 111 **1000009 - Encaminhamento ao servidor** (por ADRIO LEITE em 29/09/2020 às 10:06h)  
Encaminhado para: *ARLENE PASSOS DA SILVA MACIEL*
- 112 **1000009 - Encaminhamento ao servidor** (por LUCIANA MASSA em 29/09/2020 às 10:49h)  
Encaminhado para: *LUCIANA CARNEIRO PIRES MASSA*
- 113 **1000009 - Encaminhamento ao servidor** (por LUCIANA MASSA em 29/09/2020 às 10:50h)  
Encaminhado para: *ARLENE PASSOS DA SILVA MACIEL*
- 114 **1000009 - Encaminhamento ao servidor** (por ARLENE em 15/10/2020 às 06:54h)  
Encaminhado para: *LUCIANA CARNEIRO PIRES MASSA*
- 115 **1000009 - Encaminhamento ao servidor** (por LUCIANA MASSA em 19/10/2020 às 09:25h)  
Encaminhado para: *ARLENE PASSOS DA SILVA MACIEL*
- 116 **1000009 - Encaminhamento ao servidor** (por ARLENE em 03/11/2020 às 07:18h)  
Encaminhado para: *LUCIANA CARNEIRO PIRES MASSA*
- 117 **1000009 - Encaminhamento ao servidor** (por LUCIANA MASSA em 10/11/2020 às 15:33h)  
Encaminhado para: *ARLENE PASSOS DA SILVA MACIEL*
- 118 **920023 - Feito encaminhado ao Membro** (por ARLENE em 11/11/2020 às 08:24h)  
Encaminhado para: *ADRIO NOBRE LEITE*
- 119 **1000009 - Encaminhamento ao servidor** (por ADRIO LEITE em 11/11/2020 às 11:00h)  
Encaminhado para: *MARIANA COELHO TEIXEIRA LEITE*
- 120 **920023 - Feito encaminhado ao Membro** (por MARIANA LEITE em 11/11/2020 às 17:33h)  
Encaminhado para: *ADRIO NOBRE LEITE*
- 121 **1000009 - Encaminhamento ao servidor** (por ADRIO LEITE em 12/11/2020 às 10:39h)  
Encaminhado para: *ARLENE PASSOS DA SILVA MACIEL*
- 122 **1000009 - Encaminhamento ao servidor** (por ARLENE em 02/12/2020 às 06:47h)  
Encaminhado para: *LUCIANA CARNEIRO PIRES MASSA*
- 123 **1000009 - Encaminhamento ao servidor** (por LUCIANA MASSA em 10/12/2020 às 10:36h)  
Encaminhado para: *ARLENE PASSOS DA SILVA MACIEL*
- 124 **1000009 - Encaminhamento ao servidor** (por ARMANDO CORREIA em 11/01/2021 às 09:48h)  
Encaminhado para: *ARMANDO SALES CORREIA*
- 125 **1000009 - Encaminhamento ao servidor** (por ARMANDO CORREIA em 11/01/2021 às 09:51h)  
Encaminhado para: *THIAGO MARSICANO DA NOBREGA ARAUJO*
- 126 **920023 - Feito encaminhado ao Membro** (por THIAGO ARAUJO em 11/01/2021 às 17:48h)  
Encaminhado para: *ADRIO NOBRE LEITE*
- 127 **1000009 - Encaminhamento ao servidor** (por ADRIO LEITE em 26/01/2021 às 10:49h)  
Encaminhado para: *ARLENE PASSOS DA SILVA MACIEL*
- 128 **920023 - Feito encaminhado ao Membro** (por ARLENE em 05/04/2021 às 11:36h)  
Encaminhado para: *ADRIO NOBRE LEITE*
- 129 **1000009 - Encaminhamento ao servidor** (por ADRIO LEITE em 06/04/2021 às 14:57h)  
Encaminhado para: *ARLENE PASSOS DA SILVA MACIEL*
- 130 **920023 - Feito encaminhado ao Membro** (por ARLENE em 12/05/2021 às 13:40h)  
Encaminhado para: *ADRIO NOBRE LEITE*
- 131 **1000009 - Encaminhamento ao servidor** (por ADRIO LEITE em 12/05/2021 às 15:53h)  
Encaminhado para: *ARLENE PASSOS DA SILVA MACIEL*





**Ministério Público da Paraíba**  
**COMISSÃO DE COMBATE AOS CRIMES DE RESPONSABILIDADE E À**  
**IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - CCRIMP**

**Notícia de Fato 001.2020.008446**

Consulta processual pública: <http://www.mppb.mp.br/consultapublica>

## Informações

- **Classe** - Notícia de Fato
- **Assunto principal**  
(0930014) ADMINISTRATIVO DO MP (ÁREA-MEIO) / Gestão de Documentos e Informações / Documentação Arquivística / Protocolo / Expedição
- **Data de registro** - 01/05/2020 às 17:06h

## Prazos

Descrição	Situação	Observação	Data limite
Res. CNMP 174/2017 Art. 3º. A Notícia de Fato será apreciada no prazo de 30 (trinta) dias, a contar do seu recebimento, prorrogável uma vez, fundamentadamente, por até 90 (noventa) dias.	Em dia	Prazo reativado em 04/05/2020 em conformidade com ATO NORMATIVO CONJUNTO N° 005/2020/TJPB/MPPB/DPEPB/OAB-PB, após suspensão em conformidade com ATO N° 016/2020 APGJ_	<b>02/06/2020 (Terça-feira)</b>
aguardando resposta - notificação - Sr. Geraldo Antônio de Medeiros - apresentar defesa	Em dia		<b>16/05/2020 (Sábado)</b>
aguardando resposta ofício n° 174/2020 - Secretário de Saúde da PB	Em dia		<b>16/05/2020 (Sábado)</b>

## Pessoas interessadas

- **REQUERENTE** - CCRIMP
- **INTERESSADO** - GERALDO ANTONIO DE MEDEIROS - **CPF:** 13485288420

## Movimentos

Nº.	Nome do movimento	Página
1	<b>1000001 - Registro</b> (por Rodrigo Pires em 01/05/2020 às 17:06h) <i>ESTADO - SECRETARIA DE SAÚDE - AQUISIÇÃO DE RESPIRADOR PULMONAR - POSSÍVEL SOBREPÊÇO</i>	3
2	<b>920057 - Juntada de documento(s)</b> (por Rodrigo Pires em 01/05/2020 às 17:10h) <i>Empenho - respirador pulmonar</i>	7
3	<b>920057 - Juntada de documento(s)</b> (por Rodrigo Pires em 01/05/2020 às 17:10h) <i>Empenho - respirador pulmonar</i>	8
	<b>920057 - Juntada de documento(s)</b> (por Rodrigo Pires em 01/05/2020 às 17:10h)	

Notícia de Fato 001.2020.008750

Documento 2020/0000443493 criado em 07/05/2020 às 17:02

<https://mpvirtual.mppb.mp.br/public/validacao/1e831b96d1bfb29ecea7d90c89c4155a>

4	<i>Empenho - respirador pulmonar</i>	9
5	<b>920057 - Juntada de documento(s)</b> (por Rodrigo Pires em 01/05/2020 às 17:10h) <i>Empenho - respirador pulmonar</i>	10
6	<b>920057 - Juntada de documento(s)</b> (por Rodrigo Pires em 01/05/2020 às 17:10h) <i>Notícias - sites - sobrepreço - respiradores pulmonar</i>	11
7	<b>920005 - Feito distribuído ao Membro</b> (por Rodrigo Pires em 01/05/2020 às 17:11h)	
8	<b>920023 - Feito encaminhado ao Membro</b> (por Rodrigo Pires em 01/05/2020 às 17:11h) <i>Encaminhado para: ALCIDES ORLANDO DE MOURA JANSEN</i>	
9	<b>920044 - Despacho</b> (por ALCIDES JANSEN em 01/05/2020 às 17:53h) <i>Despacho</i>	15
10	<b>1003001 - Marcado como prioritário</b> (por ALCIDES JANSEN em 01/05/2020 às 17:53h)	
11	<b>1000009 - Encaminhamento ao servidor</b> (por ALCIDES JANSEN em 01/05/2020 às 17:54h) <i>Encaminhado para: ALEX ALVES PEREIRA</i>	
12	<b>920023 - Feito encaminhado ao Membro</b> (por Rodrigo Pires em 02/05/2020 às 14:43h) <i>Encaminhado para: RODRIGO SILVA PIRES DE SA</i>	
13	<b>920044 - Despacho</b> (por Rodrigo Pires em 02/05/2020 às 14:45h) <i>Contrato - Estado Ceará - aquisição de respirador pulmonar</i>	16
14	<b>920057 - Juntada de documento(s)</b> (por Rodrigo Pires em 02/05/2020 às 14:46h) <i>Contrato - Estado Ceará - respirador pulmonar</i>	17
15	<b>1000009 - Encaminhamento ao servidor</b> (por Rodrigo Pires em 02/05/2020 às 14:46h) <i>Encaminhado para: ALEX ALVES PEREIRA</i>	
16	<b>1000019 - Alteração de classe de processo</b> (por ALEX PEREIRA em 04/05/2020 às 09:17h)	
17	<b>1000020 - Alteração de assunto principal</b> (por ALEX PEREIRA em 04/05/2020 às 09:17h)	
18	<b>1000009 - Encaminhamento ao servidor</b> (por ALEX PEREIRA em 04/05/2020 às 09:19h) <i>Encaminhado para: RONALDO IZIDRO DA SILVA</i>	
19	<b>920007 - Redistribuído</b> (por RONALDO SILVA em 04/05/2020 às 10:20h)	
20	<b>920023 - Feito encaminhado ao Membro</b> (por RONALDO SILVA em 04/05/2020 às 10:20h) <i>Encaminhado para: RODRIGO SILVA PIRES DE SA</i>	
21	<b>1000009 - Encaminhamento ao servidor</b> (por Rodrigo Pires em 04/05/2020 às 17:47h) <i>Encaminhado para: RONALDO IZIDRO DA SILVA</i>	
22	<b>920260 - Realizada diligência</b> (por HERIBERTO SOUZA em 06/05/2020 às 16:21h) <i>NOTIFICAÇÃO NF 001.2020.008446</i>	25
23	<b>920260 - Realizada diligência</b> (por HERIBERTO SOUZA em 06/05/2020 às 16:51h) <i>OFICIO Nº 174/2020 CCRIMP NF 001.2020.008446</i>	27

Este arquivo foi gerado em 07/05/2020 às 16:58h.



MINISTÉRIO PÚBLICO DA PARAÍBA  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA  
Comissão de Combate aos Crimes de Responsabilidade e à Improbidade Administrativa

## DESPACHO

Vistos, etc.

Recentemente, a imprensa local e mídias sociais expuseram a aquisição com sobrepreço de material médico hospitalar, especificamente ventiladores/respiradores mecânicos, autorizadas pelo Secretário de Estado da Paraíba, GERALDO ANTÔNIO DE MEDEIROS.

As notícias concluíam que a aquisição foi “superfaturada” a partir do cotejo com o valor unitário do equipamento pago por outros estados da federação, notadamente o Estado de Minas Gerais (doc. anexo).

Sobre a compra, o Governo do Estado da Paraíba veiculou notícia em seu sítio oficial<sup>1</sup>, do qual se extrai o fragmento a seguir:

*“O governador João Azevêdo anunciou, nesta segunda-feira (27), durante o programa semanal ‘Fala, governador’, transmitido em cadeia estadual pela Rádio Tabajara, a aquisição de 105 respiradores para concluir a instalação das Unidades de Terapia Intensiva (UTI) destinadas aos pacientes diagnosticados com a Covid-19, conforme prevê o Plano de Contingência Estadual. De acordo com o chefe do Executivo, 30 respiradores deverão chegar até a próxima quinta-feira (30) e os demais 75 respiradores têm previsão de entrega para o dia 15 de maio.*

*Os respiradores que chegarão esta semana serão distribuídos entre o Hospital Metropolitano Dom José Maria Pires (12); Hospital de Trauma de Campina Grande (8); Hospital Regional de Patos (6) e Hospital Regional de Cajazeiras (4). A aquisição dos respiradores representa um investimento de R\$ 19,9 milhões, sendo R\$ 14 milhões de recursos próprios do Estado, R\$ 4,9 milhões oriundos de emendas parlamentares e R\$ 1 milhão doado pelo Ministério Público do Trabalho (MPT).*

Por simples operação aritmética, conclui-se que o custo unitário aproximado do equipamento foi superior a R\$ 189.500,00 (cento e oitenta e nove mil

1 <https://paraiba.pb.gov.br/noticias/joao-azevedo-anuncia-aquisicao-de-105-respiradores-para-equipar-utis-destinadas-a-pacientes-com-coronavirus>

e quinhentos reais).

Em consulta ao sítio da transparência do Governo do Estado da Paraíba foi possível coletar apenas 4 (quatro) empenhos cujos históricos se referem a tais equipamentos, sem notícias dos contratos administrativos e eventuais pagamentos efetuados. Desses, os empenhos nº 07710 (27/04/2020 – R\$ 6.554.562,88), nº 05506 (06/04/2020 – R\$ 4.947.535,80) e nº 07708 (27/04/2020 – R\$ 1.000.000,00) apontam o Consórcio Nordeste (CNPJ 34.304.033/0001-47) como destinatário dos recursos retratados; outro, nº 07346 (22/04/2020 – R\$ 4.368.000,00), favorecido a empresa INTERMED (CNPJ 49.520.521/0001-69).

Diante da repercussão, a Secretaria de Estado da Paraíba divulgou, em 30/04/2020, nota de esclarecimento, cujo teor segue transcrito:

*“SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE*

*NOTA*

*A Secretaria de Estado da Saúde vem a público esclarecer notícias com postagens na internet comparando o valor dos respiradores pulmonares que estão sendo adquiridos na Paraíba com os equipamentos comprados pelo Governo de Minas Gerais. O transporte dos respiradores, serviços de manutenção e inclusão de baterias são alguns dos itens que constam no contrato de compra e que resultam, também, na diferença de preços dos produtos adquiridos pela Paraíba.*

*A Paraíba tem um plano de contingência que prevê a abertura gradual de leitos, à medida que a doença avança no nosso estado. Para isso, planejamos a compra de respiradores, de forma que os fornecedores pudessem nos atender dentro de certo prazo estabelecido.*

*A Paraíba comprou, ainda em março, 54 respiradores ao preço unitário de R\$ 52 mil, valor inclusive menor do que o Governo de Minas, que está sendo usado como parâmetro para a nossa compra. Só que essa compra foi "confiscada" pelo Ministério da Saúde, que reteve toda a mercadoria do país para ser redistribuída pelo Governo Federal.*

*Enquanto isso, o mundo inteiro assistiu à falta de equipamentos no mercado internacional. Todos os países ampliaram suas tentativas de compras de respiradores e outros equipamentos médicos. Assistimos, inclusive, aos EUA confiscar toda compra realizada pelo Brasil. E ainda, neste mesmo período, o dólar disparou e chegou ao maior valor da história. Não precisa lembrar que o produto em questão é totalmente dolarizado.*

*Diante disso, a Paraíba, junto com os outros estados do Nordeste, se uniram para fazer uma compra única, pelo Consórcio, o que possibilita maiores garantias legais. Então, aceitamos as condições do mercado e*

*realizamos uma nova compra, de 30 unidades, com valor unitário atualizado de R\$ 164 mil. Estes respiradores serão entregues neste fim de semana, e nos permitirão abrir a segunda onda programada, quando passaremos a ter 191 leitos de UTI exclusivos para Covid-19.*

*Em quinze dias, chegarão mais 75 unidades de respiradores, também adquiridos junto com os outros estados do Nordeste. Ressaltamos, ainda, que a qualidade e as especificações desses produtos são muitos superiores aos adquiridos em Minas quando o dólar estava com um câmbio menor diante do real.*

*Sobre as diferenças entre os nossos respiradores adquiridos e os de Minas Gerais, podemos destacar ainda o seguinte:*

- 1. Minas Gerais optou pela compra FOB (free on board), ou seja, terá de retirar o produto junto ao fornecedor e transportar para cá. Já na nossa compra a entrega será feita aqui na Paraíba;*
- 3. Compra de Minas Gerais não prevê manutenção pelo vendedor, enquanto a nossa está prevista em contrato por 12 meses;*
- 3- No valor pago por Minas Gerais não está previsto que os respiradores venham com bateria para garantir funcionamento em caso de queda de energia. Os nossos, sim.*

*É muito importante que a gente não perca o foco do combate ao Coronavírus. Todos os paraibanos importam e salvar a vida das pessoas sempre será nossa prioridade. Realizaremos tudo com a máxima transparência e responsabilidade.*

*Temos uma dupla missão neste grave momento: combater o coronavírus e também a disseminação das fakenews, que pessoas sem comprometimento com a sociedade e sem amor ao próximo, transformaram em uma macabra prática de guerra para tentar desestabilizar as autoridades que tomaram posição pelo isolamento social recomendado pela OMS.*

*Paraíba, 30 de Abril de 2020"*

Segundo a narrativa, o Estado da Paraíba adquiriu, em março de 2020, 54 respiradores ao preço unitário de R\$ 52.000,00, valor inferior ao paradigma que aparece nas notícias (Estado de Minas Gerais), todavia os equipamentos foram "confiscados" pelo Ministério da Saúde.

Em razão disso, por meio do Consórcio Nordeste, a Secretaria de Estado da Saúde adquiriu "30 unidades, com valor unitário atualizado de R\$ 164 mil" e "mais 75 unidades de respiradores, também adquiridos junto com os outros estados do Nordeste."

É importante destacar que em vários estados da federação as aquisições



desse tipo de equipamento são alvo de investigações do Ministério Público<sup>2</sup>, conforme intensamente veiculado na imprensa e mídias sociais.

Destarte, para melhor compreensão dos fatos e coleta de material probatório capaz de demonstrar a ocorrência do sobrepreço e, por conseguinte, o eventual cometimento de crime contra a administração pública, sugiro ao Presidente desta Comissão a instauração, *ex officio*, de notícia de fato criminal, pelo que indico, desde logo, as seguintes diligências iniciais:

a) notificação do Secretário de Estado da Saúde para tomar conhecimento da investigação e, querendo, apresentar no prazo de 10 dias, defesa escrita, facultando-lhe a produção de prova, e sugerindo-lhe que se faça representar por advogado;

b) expedição de ofício ao Secretário de Estado da Saúde requisitando, no prazo de 5 dias úteis, (i) cópia(s) do(s) contrato(s) administrativo(s) firmado(s), em 2020, pelo Estado da Paraíba (ou Secretaria de Estado da Saúde), diretamente ou como partícipe, neste caso, por intermédio do Consórcio Nordeste, para aquisição de equipamento médico hospitalar, especificamente respirador/ventilador pulmonar, de qualquer modelo ou fabricante, destacando a fonte dos recursos utilizados para pagamento; (ii) cópias dos processos de pagamentos (recibos, notas fiscais, comprovantes de transferência de dinheiro, etc.) referentes às despesas espelhadas nos empenhos nºs 07710 (27/04/2020 – R\$ 6.554.562,88), nº 05506 (06/04/2020 – R\$ 4.947.535,80) e nº 07708 (27/04/2020 – R\$ 1.000.000,00), em favor do Consórcio Nordeste (CNPJ 34.304.033/0001-47), e empenho nº 07346 (22/04/2020 – R\$ 4.368.000,00), favorecido a empresa INTERMED (CNPJ 49.520.521/0001-69), bem como de outras despesas porventura realizadas para aquisição do equipamento retratado nesses empenhos (ventilador/respirador pulmonar);

c) junte aos autos os empenhos nº 07710, nº 05506, nº 07708 e nº 07346.

João Pessoa, 1º de maio de 2020

(assinatura eletrônica)

**Rodrigo Silva Pires de Sá**

Promotor de Justiça  
Coordenador da CCRIMP.

<sup>2</sup> <https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2020/04/21/apos-denuncias-ministerio-publico-de-contas-do-am-investiga-se-houve-superfaturamento-em-compra-de-respiradores-para-rede-publica.ghtml>;  
<https://br.noticias.yahoo.com/mp-rj-investiga-compra-respiradores-153337574.html>;  
<https://mpsc.mp.br/noticias/mpsc-apura-aquisicao-de-respiradores-pelo-governo-do-estado>



Governo do Estado da Paraíba  
**CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO**  
 Contadoria Geral  
 Sistema Integrado de Administração Financeira WEB

**Nota de Empenho - 2020**

<b>Unid. Gestora</b>				<b>Tipo Administração</b>
250001	SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE			Direta
<b>Nº Empenho</b>	<b>NE Origem</b>	<b>Data da NE</b>	<b>Tipo NE</b>	<b>Licitação</b>
05506	05506	06/04/2020	PRINCIPAL	Covid-19
<b>Histórico</b>				
VALOR REFERENTE A TRANSFERENCIA DA COTA PARTE DO GOVERNO DO ESTADO DA PARAIBA, RELATIVA A COMPRA DE VENTILADORES PULMONARES, PELO CONSORCIO NORDESTE, COM RECURSOS DO CONVENIO IMPLEMENTACAO DA ESTRUTURACAO ORGANIZACIONAL DA REDE ESTADUAL DE SAUDE - PORPOSTA No.03609.595000/1190-05 - C/C13.595-X.				
<b>Tipo Crédito</b>	<b>Matrícula</b>	<b>Data Saída</b>	<b>Data Retorno</b>	<b>Destino Diária</b>
Ordinário	0			
<b>Credor</b>		<b>CNPJ/CPF Credor</b>	<b>Tipo Credor</b>	<b>Cod. Credor</b>
CONSORCIO NORDESTE		34.304.033/0001-47	Ordinário	381752
<b>Situação da NE</b>		<b>Município</b>	<b>UF</b>	
INTERNO(PAGO PELO PROPRIO ÓRGÃO)		JOAO PESSOA	PB	
<b>Grupo Financeiro</b>		<b>Registro CGE</b>	<b>N.ºProcesso</b>	<b>Contrato</b>
416000 - Investimentos - 4160		990000000	060420584	NT
<b>Dotação Orçamentária - (02451)</b>				
<b>Unidade:</b>	25101	SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE	<b>Valor NE:</b>	4.488.750,00
<b>Função:</b>	10	SAÚDE	<b>Suplementado:</b>	458.785,80
<b>Subfunção:</b>	302	ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIO	<b>Anulado:</b>	0,00
<b>Programa:</b>	5007	SAUDE INTEGRAL	<b>Pag. Anulado:</b>	0,00
<b>Ação:</b>	2950	IMPLEMENTACAO DA ESTRUTURACAO ORGANIZACIONAL DA REDE ESTADUAL DE SAUDE	<b>Valor Pago:</b>	0,00
<b>Natureza:</b>	449052	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	<b>Valor Atualiz. NE:</b>	4.947.535,80
<b>Fonte:</b>	160	REC TRANSFERIDOS PELO FUNDO NAC DE SAUDE	<b>A Pagar:</b>	4.947.535,80
<b>Reserva</b>	<b>Item da Despesa</b>			<b>Dispositivo Legal</b>
2664	39 - OUTROS MATERIAIS PERMANENTES			
Responsável: FLAVIO MARQUES FORMIGA				

Empenhos Relacionados				
Num Doc.	Tipo Documento	Movimento	Data	Valor
<a href="#">2020NE05590</a>	Empenho	SUPLEMENTAÇÃO	07/04/2020	458.785,80

Obs.: Os valores deste documento incluem as movimentações contábeis desde a sua criação até a data de 30/04/2020.

01/05/2020 11:04:14



**Governo do Estado da Paraíba**  
**CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO**  
**Contadoria Geral**  
**Sistema Integrado de Administração Financeira WEB**

-

**Nota de Empenho - 2020**

<b>Unid. Gestora</b>				<b>Tipo Administração</b>
250001	SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE			Direta
<b>Nº Empenho</b>	<b>NE Origem</b>	<b>Data da NE</b>	<b>Tipo NE</b>	<b>Licitação</b>
07708	07708	27/04/2020	PRINCIPAL	Covid-19
<b>Histórico</b>				
VALOR REFERENTE A AQUISICAO EMERGENCIAL DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES (RESPIRADORES PULOMONARES, PAR A ENFRENTAMENTO DO ESTADO DECALAMIDADE PUBLICA, DECORRENTEDA PANDEMIA DO CORONAVIRUS CONFORME P.F. No.228/2020.				
<b>Tipo Crédito</b>	<b>Matrícula</b>	<b>Data Saída</b>	<b>Data Retorno</b>	<b>Destino Diária</b>
Ordinário	0			
<b>Credor</b>		<b>CNPJ/CPF Credor</b>	<b>Tipo Credor</b>	<b>Cod. Credor</b>
CONSORCIO NORDESTE		34.304.033/0001-47	Ordinário	381752
<b>Situação da NE</b>		<b>Município</b>	<b>UF</b>	
INTERNO(PAGO PELO PROPRIO ÓRGÃO)		JOAO PESSOA	PB	
<b>Grupo Financeiro</b>		<b>Registro CGE</b>	<b>N.ºProcesso</b>	<b>Contrato</b>
429000 - Inversoes Financeiras - 4290		990000000	270420502	NT
<b>Dotação Orçamentária - (04865)</b>				
<b>Unidade:</b>	25101	SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE	<b>Valor NE:</b>	1.000.000,00
<b>Função:</b>	10	SAÚDE	<b>Suplementado:</b>	0,00
<b>Subfunção:</b>	302	ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIO	<b>Anulado:</b>	0,00
<b>Programa:</b>	5007	SAUDE INTEGRAL	<b>Pag. Anulado:</b>	0,00
<b>Ação:</b>	2950	IMPLEMENTACAO DA ESTRUTURACAO ORGANIZACIONAL DA REDE ESTADUAL DE SAUDE	<b>Valor Pago:</b>	0,00
<b>Natureza:</b>	449052	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	<b>Valor Atualiz. NE:</b>	1.000.000,00
<b>Fonte:</b>	290	RECURSOS DIVERSOS	<b>A Pagar:</b>	1.000.000,00
<b>Reserva</b>	<b>Item da Despesa</b>			<b>Dispositivo Legal</b>
3564	38 - EQUIPAMENTOS, SOBRESSALVENTES DE MAQUINAS, MOTOR DE NAVIOS DE ESQUADRA			
Responsável: FLAVIO MARQUES FORMIGA				

Assinado eletronicamente por: Rodrigo Pires em 07/05/2020

Obs.: Os valores deste documento incluem as movimentações contábeis desde a sua criação até a data de 30/04/2020.

01/05/2020 11:09:56

Notícia de Fato 001.2020.008756

Documento 2020/0000423409 criado em 07/05/2020 às 17:00

<https://mpvirtual.mppb.mp.br/public/validacao/1e831b96d1bfb29ecea7d90c89c4155a>



**Governo do Estado da Paraíba**  
**CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO**  
**Contadoria Geral**  
**Sistema Integrado de Administração Financeira WEB**

**Nota de Empenho - 2020**

<b>Unid. Gestora</b>				<b>Tipo Administração</b>
250001	SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE			Direta
<b>Nº Empenho</b>	<b>NE Origem</b>	<b>Data da NE</b>	<b>Tipo NE</b>	<b>Licitação</b>
07710	07710	27/04/2020	PRINCIPAL	Covid-19
<b>Histórico</b>				
VALOR REFERENTE A AQUISICAO EMERGENCIAL DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES(RESPIRADORES PULMONARES), PARA ENFRENTAMENTO DO ESTADO DE CALAMIDADE PUBLICA, DECORRENTE DA PANDEMIA DO CORONAVIRUS CONFORME P.F. No.229/2020.				
<b>Tipo Crédito</b>	<b>Matrícula</b>	<b>Data Saída</b>	<b>Data Retorno</b>	<b>Destino Diária</b>
Ordinário	0			
<b>Credor</b>		<b>CNPJ/CPF Credor</b>	<b>Tipo Credor</b>	<b>Cod. Credor</b>
CONSORCIO NORDESTE		34.304.033/0001-47	Ordinário	381752
<b>Situação da NE</b>		<b>Município</b>	<b>UF</b>	
INTERNO(PAGO PELO PROPRIO ÓRGÃO)		JOAO PESSOA	PB	
<b>Grupo Financeiro</b>		<b>Registro CGE</b>	<b>N.ºProcesso</b>	<b>Contrato</b>
411000 - Investimentos - 4110		990000000	270420502	NT
<b>Dotação Orçamentária - (02450)</b>				
<b>Unidade:</b>	25101	SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE	<b>Valor NE:</b>	6.554.562,88
<b>Função:</b>	10	SAÚDE	<b>Suplementado:</b>	0,00
<b>Subfunção:</b>	302	ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIO	<b>Anulado:</b>	0,00
<b>Programa:</b>	5007	SAUDE INTEGRAL	<b>Pag. Anulado:</b>	0,00
<b>Ação:</b>	2950	IMPLEMENTACAO DA ESTRUTURACAO ORGANIZACIONAL DA REDE ESTADUAL DE SAUDE	<b>Valor Pago:</b>	0,00
<b>Natureza:</b>	449052	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	<b>Valor Atualiz. NE:</b>	6.554.562,88
<b>Fonte:</b>	110	REC VINCULADOS AO FUNDO ESTADUAL SAUDE	<b>A Pagar:</b>	6.554.562,88
<b>Reserva</b>	<b>Item da Despesa</b>			<b>Dispositivo Legal</b>
3563	39 - OUTROS MATERIAIS PERMANENTES			
Responsável: FLAVIO MARQUES FORMIGA				

Assinado eletronicamente por: Rodrigo Pires em 07/05/2020



Governo do Estado da Paraíba  
**CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO**  
 Contadoria Geral  
 Sistema Integrado de Administração Financeira WEB

-

### Nota de Empenho - 2020

<b>Unid. Gestora</b>				<b>Tipo Administração</b>
250001	SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE			Direta
<b>Nº Empenho</b>	<b>NE Origem</b>	<b>Data da NE</b>	<b>Tipo NE</b>	<b>Licitação</b>
07346	07346	22/04/2020	PRINCIPAL	Covid-19
<b>Histórico</b>				
VALOR REFERENTE AQUISICAO EMERGENCIAL DE EQUIPAMENTOS MEDICOS (VENTILADORES PULMONARES PRESSOMETRICO E VOLUMETRICO), PARA ENFRENTAMENTO DA EMERGENCIA DE SAUDE PUBLICA, DECORRENTE DA PANDEMIA DO CORONAVIRUS, DESTINADO A SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE, CONFORME P.F.No.197/2020.				
<b>Tipo Crédito</b>	<b>Matrícula</b>	<b>Data Saída</b>	<b>Data Retorno</b>	<b>Destino Diária</b>
Ordinário	0			
<b>Credor</b>		<b>CNPJ/CPF Credor</b>	<b>Tipo Credor</b>	<b>Cod. Credor</b>
INTERMED		49.520.521/0001-69	Ordinário	63925
<b>Situação da NE</b>		<b>Município</b>	<b>UF</b>	
INTERNO(PAGO PELO PROPRIO ÓRGÃO)		JOAO PESSOA	PB	
<b>Grupo Financeiro</b>		<b>Registro CGE</b>	<b>N.º Processo</b>	<b>Contrato</b>
411000 - Investimentos - 4110		990000000	170320585	NT
<b>Dotação Orçamentária - (02450)</b>				
<b>Unidade:</b>	25101	SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE	<b>Valor NE:</b>	4.368.000,00
<b>Função:</b>	10	SAÚDE	<b>Suplementado:</b>	0,00
<b>Subfunção:</b>	302	ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIO	<b>Anulado:</b>	0,00
<b>Programa:</b>	5007	SAUDE INTEGRAL	<b>Pag. Anulado:</b>	0,00
<b>Ação:</b>	2950	IMPLEMENTACAO DA ESTRUTURACAO ORGANIZACIONAL DA REDE ESTADUAL DE SAUDE	<b>Valor Pago:</b>	0,00
<b>Natureza:</b>	449052	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	<b>Valor Atualiz. NE:</b>	4.368.000,00
<b>Fonte:</b>	110	REC VINCULADOS AO FUNDO ESTADUAL SAUDE	<b>A Pagar:</b>	4.368.000,00
<b>Reserva</b>	<b>Item da Despesa</b>			<b>Dispositivo Legal</b>
3378	39 - OUTROS MATERIAIS PERMANENTES			
Responsável: FLAVIO MARQUES FORMIGA				

Assinado eletronicamente por: Rodrigo Pires em 07/05/2020

Obs.: Os valores deste documento incluem as movimentações contábeis desde a sua criação até a data de 30/04/2020.

01/05/2020 11:14:15

Notícia de Fato 001.2020.008756

Documento 2020/0000423493 criado em 07/05/2020 às 17:00

<https://mpvirtual.mppb.mp.br/public/validacao/1e831b96d1bfb29ecea7d90c89c4155a>



# SUPERFATURAMENTO DE RESPIRADORES CHINESES

**GOVERNO DO CEARÁ  
GASTA R\$82,126 MILHÕES  
EM 700 RESPIRADORES**

OPovo | área exclusiva

**D**os 306 leitos de UTI no Ceará, 75% já estão ocupados. A informação é do governador Camilo Santana, na noite desta terça-feira (21), por meio das redes sociais. Segundo Camilo, o Estado teria condições para mais 556 leitos de UTI, mas está na dependência de 700 respiradores que já foram pagos à China.

## EXTRATO DE CONTRATO Nº DO DOCUMENTO 312/2020

CONTRATANTE: O Estado do Ceará, através da Secretaria da Saúde do Estado do Ceará CONTRATADA: **CHINA MEHECO CORPORATION**.  
**OBJETO:** Aquisição de VENTILADORES PULMONARES MECÂNICOS PARA PACIENTES PEDIÁTRICOS E ADULTOS - VG70, para atender as necessidades da Secretaria de Saúde do Estado, a serem utilizados no tratamento da COVID-19, o "Novo Coronavírus", conforme especificações e quantitativos previstos no Anexo I Termo de Referência e na proposta da contratada. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Dispensa de Licitação nº 24/2020, e no Processo nº 02930087/2020 e seus anexos, nas Políticas de Contratação e demais Diretrizes do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no que couber, os preceitos do direito público bem como na Lei Federal nº 8.666/1993, com suas alterações, e, ainda, outras leis especiais necessárias ao cumprimento de seu objeto FORO: Fortaleza/CE. VIGÊNCIA: 12 (doze) meses a partir da entrega dos equipamentos acima descritos. VALOR GLOBAL: R\$ 82.126.450,00 (OITENTA E DOIS MILHÕES, CENTO E VINTE E SEIS MIL, E QUATROCENTOS E CINQUENTA REAIS) pagos em parcelas mensais DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: FONTE – 24200 084.10.305.632.10674.03.449052.10100.0. DATA DA ASSINATURA: 24/03/2020 SIGNATÁRIOS: CARLOS ROBERTO MARTINS RODRIGUES SOBRINHO e DU YU

Maria de Fátima Nepomuceno Nogueira  
COORDENADORA JURÍDICA

**GOVERNO DE MINAS  
GASTA R\$43,965 MILHÕES  
EM 747 RESPIRADORES**



Romeu Zema  
@RomeuZema

Anuncio a compra de 747 respiradores para Minas Gerais, no valor de R\$ 43.965.000,00. A autorização para adquirir os equipamentos para combater o #coronavírus vem de parte da quantia depositada em juízo pela Samarco a título de garantia do rompimento da barragem, em Mariana.

16:29 · 27/04/2020 · Twitter for iOS

Assinado eletronicamente por: Rodrigo Pires em 07/05/2020



 <p><b>VEREADORA</b> <b>PRISCILA COSTA</b></p> <p><b>CAMILO SANTANA</b> <b>CEARÁ</b></p>	 <p><b>ROMEU ZEMA</b> <b>MINAS GERAIS</b></p>
<p><b>COMPROU 700</b> <b>VENTILADORES POR</b> <b>R\$ 82.126.450,00</b></p>	<p><b>COMPROU 747</b> <b>VENTILADORES POR</b> <b>R\$ 43.965.000,00</b></p>

Assinado eletronicamente por: Rodrigo Pires em 07/05/2020



em.com.br

**ESTADO DE MINAS**

PANDEMIA

# Governo de Minas anuncia compra de 747 respiradores com recursos da Samarco

Equipamentos custaram R\$ 43,965 milhões e chegarão de junho a agosto. Verba vem de imposição judicial por rompimento de barragem

Por Pedro Cerqueira

Notícia de Fato 001.2020.008756

Documento 2020/0000423492 criado em 07/05/2020 às 17:00

<https://mpvirtual.mppb.mp.br/public/validacao/1e831b96d1bfb29ecea7d90c89c4155a>

em 27/04/2020 16:32







google.com/amp/s/g1.



g1.globo.com



CEARÁ

# Ceará receberá 700 respiradores comprados da China até junho; primeiro lote deve chegar ainda neste mês

Equipamentos foram adquiridos por  
US\$ 23 mil cada, e valor total chega a  
US\$ 16,1 milhões - cerca de R\$ 82,2  
milhões.

Por G1 CE

11/04/2020 13h04 · Atualizado há 2 semanas



## Vistos etc...

Ante o teor do noticiado no ev. 01, e tendo em visto o disposto no art. 3º., preliminarmente converte-se "*ex-officio*" o presente PGA em notícia de fato, adotando-se, com urgência, todas as providências indicadas nos itens a, b e c, da peça referida.

Cumpra-se.

João Pessoa, data do registro eletrônico

ALCIDES ORLANDO DE MOURA JANSEN

## Presidente da CCRIMP



**Ministério Público da Paraíba**  
**COMISSÃO DE COMBATE AOS CRIMES DE RESPONSABILIDADE E À**  
**IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - CCRIMP**

Vistos, etc.

Resgatei o procedimento para juntar o documento que segue (cópia de contrato de aquisição de respiradores pulmonar firmado pelo Governo do Estado do Ceará/PB).

João Pessoa, data e assinatura eletrônicas.

Assinado eletronicamente por: Rodrigo Pires em 02/05/2020



Nº 312/2020

Contrato que entre si fazem, de um lado, o Estado do Ceará, através da Secretaria da Saúde do Estado do Ceará/SESA, do outro, a **EMPRESA CHINA MEHECO CORPORATION**, para os fins que nele se declaram.

O Estado do Ceará, através da Secretaria da Saúde do Estado do Ceará – **SESA**, inscrita no CNPJ sob o nº 07954571/0001-04, estabelecido na Av. Almirante Barroso, 600 - Praia de Iracema - CEP: 60.060-440 Fortaleza – Ceará – Brasil, denominado simplesmente CONTRATANTE, representado pelo Secretário Estadual de Saúde, Dr. **CARLOS ROBERTO MARTINS RODRIGUES SOBRINHO**, portador do RG: 20074302129 SSPDS CE e inscrito no CPF sob o nº 321.383.503-04, **residente e domiciliado em Fortaleza/CE** e a **EMPRESA CHINA MEHECO CORPORATION**, doravante denominada CONTRATADA, estabelecida no endereço No.18, Guangming Zhongjie, Dongcheng District, Beijing 100061, China, com número de registro fiscal 91110000101689855G, representada pelo Sr. **DU YU**, nacionalidade chinesa, portador de passaporte nº PE1615399, tendo em vista a contratação por **Dispensa de Licitação nº 24/2020**, em conformidade ao constante no **processo nº 02930087/2020**, cadastrado na **Pré-reserva nº 1056278000**, resolvem celebrar o presente contrato com base nas seguintes cláusulas e condições;

### CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

**1.1.** O presente contrato tem como fundamento na **Dispensa de Licitação nº 24/2020**, e no **Processo nº 02930087/2020** e seus anexos, nas Políticas de Contratação e demais Diretrizes do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no que couber, os preceitos do direito público bem como na Lei Federal nº 8.666/1993, com suas alterações, e, ainda, outras leis especiais necessárias ao cumprimento de seu objeto.

### CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO AO TERMO DE REFERÊNCIA E A PROPOSTA

**2.1.** O cumprimento deste contrato está vinculado aos termos do presente contrato e do Processo Administrativo nº 02930087/2020 e seus anexos, e à proposta da CONTRATADA, os quais constituem parte deste instrumento, independente de sua transcrição.

**2.2.** É parte integrante do presente Contrato o ANEXO II, referente às Práticas Proibidas (*Prohibited Practices*), estabelecidas pela políticas do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID.

### CLÁUSULA TERCEIRA – DO OBJETO

**3.1.** Constitui objeto deste contrato a Aquisição de VENTILADORES PULMONARES MECÂNICOS PARA PACIENTES PEDIÁTRICOS E ADULTOS - VG70, para atender as necessidades da Secretaria de Saúde do Estado, a serem utilizados no tratamento da COVID-19, o "Novo Coronavírus", conforme especificações e quantitativos previstos no Anexo I Termo de Referência e na proposta da contratada.

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	VR. UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	VENTILADOR PULMONAR MECÂNICO PARA PACIENTES PEDIÁTRICOS E ADULTOS ; MODOS DE VENTILAÇÃO MÍNIMOS: ASSISTIDO-CONTROLADO, VCV, PCV, TCPL, PRVC EM	Unid.	700	US\$23.000,00	US\$16.100.000,00



Nº 312/2020

A/C E SIMV, CPAP, SIMV, VNI E PRESSÃO DE SUPORTE. PARÂMETROS MÍNIMOS: FREQUÊNCIA RESPIRATÓRIA DE NO MÍNIMO 1 ATÉ 80 RPM; VOLUME CORRENTE DE PELO MENOS 20 A 2000 ML; PRESSÃO CONTROLADA DE PELO MENOS 5 A 80 CMH2O; PRESSÃO SUPORTE 5 A 60 CMH2O; PEEP DE PELO MENOS 5 A 45 CMH2O; SENSIBILIDADE INSPIRATÓRIA POR FLUXO COMPREENDA A FAIXA DE 0,2 A 15 L/MIN E/OU SENSIBILIDADE INSPIRATÓRIA POR PRESSÃO COMPREENDA A FAIXA DE 0,5 A 10 CM/H2O; FIO2 21 A 100%; TEMPO INSPIRATÓRIO 0,2 A 15 S; RISE TIME OU RAMPA OU SLOPE; PAUSA INSPIRATÓRIA E PAUSA EXPIRATÓRIA; AJUSTE DA CICLAGEM DA PSV (% DE CRITÉRIO DE CICLAGEM) DE 10 A 70%; MONITORAÇÃO DIGITAL: VOLUME MINUTO; VOLUME CORRENTE EXALADO; RELAÇÃO I/E; FREQUÊNCIA RESPIRATÓRIA; PRESSÃO DE PICO; COMPLACÊNCIA; RESISTÊNCIA; PRESSÃO MÉDIA NAS VIAS AÉREAS; PRESSÃO DE PLATÔ; TEMPO INSPIRATÓRIO; TEMPO EXPIRATÓRIO; PEEP E AUTO PEEP; FIO2; BOTÃO DE SILÊNCIO DE ALARME; MONITORIZAÇÃO POR SENSOR DE FLUXO PROXIMAL OU DISTAL; DISPLAY LCD DE PELO MENOS 12", SELEÇÃO ATRAVÉS DE TOUCHSCREEN OU ENCODER, COM APRESENTAÇÃO DOS PARÂMETROS, NO MÍNIMO: PRESSÃO X TEMPO, FLUXO X TEMPO, VOLUME X TEMPO; LOOPS DE VOLUME X PRESSÃO E DE FLUXO X VOLUME; ALARMES AUDIOVISUAIS: ALTA/ BAIXA PRESSÃO; ALTO/ BAIXO VOLUME MINUTO; APNÉIA; FALHA NO FORNECIMENTO DE GÁS; FALHA DE ENERGIA; VENTILADOR INOPERANTE; FALHA NA BATERIA; VOLUME CORRENTE ALTO/ BAIXO; DESCONEXÃO DO PACIENTE; FREQUÊNCIA RESPIRATÓRIA; VERIFICAÇÃO DO CIRCUITO E CONEXÃO; ALARME DE PEEP; ARMAZENAMENTO NA MEMÓRIA DOS ÚLTIMOS PARÂMETROS AJUSTADOS. OPERAÇÃO POR REDE CANALIZADA DE AR COMPRIMIDO E OXIGÊNIO. BATERIA RECARREGÁVEL COM AUTONOMIA MÍNIMA DE 60 MINUTOS. ACOMPANHA: 01 (UMA) BASE COM RODÍZIOS; 01 (UM) UMIDIFICADOR AQUECIDO; 02 (DOIS) CIRCUITOS DE PACIENTE ADULTO COM TODOS OS ACESSÓRIOS NECESSÁRIOS; 01 (UM) SENSOR DE FLUXO; TODOS OS FILTROS NECESSÁRIOS PARA O FUNCIONAMENTO

Assinado eletronicamente por: Rodrigo Pires em 02/05/2020



Nº 312/2020

O EQUIPAMENTO; 01 (UMA) MANGUEIRA DE AR E 01 (UMA) DE OXIGÊNIO; CABO DE FORÇA E TODOS OS DEMAIS ACESSÓRIOS NECESSÁRIOS AO SEU PERFEITO FUNCIONAMENTO. GARANTIA DE 01 (UM) ANO A PARTIR DA INSTALAÇÃO.				
				US\$16.100.000,00

#### CLÁUSULA QUARTA – DA FORMA DE FORNECIMENTO

4.1. A entrega do objeto dar-se-á sob de forma parcelada, **no período de 3 (três) meses**, nos termos estabelecidos na Cláusula Décima do presente instrumento.

#### CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR E DO REAJUSTAMENTO DO PREÇO

5.1. O preço contratual global importa na quantia de **US\$ 16.100.000,00 (dezesesseis milhões e cem mil dólares americanos)**, que será pago conforme cambio do dia de pagamento do valor corresponde em reais.

5.2 Termo de preço: FOB (Free On Board) Beijing, China - INCOTERM 2010.

5.3. O preço é fixo e irredutível.

#### CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

6.1. O pagamento equivalente ao valor total do Contrato, será efetuado **até 3 (três) dias**, contados da data da assinatura do Contrato, mediante transferência bancária (nacional ou internacional), com crédito em conta-corrente em nome da contratada, conforme art. 65, Lei 4.320 de 17 de março de 1964.

6.2. Os pagamentos encontram-se ainda condicionados à apresentação dos seguintes comprovantes:

6.2.1. Documentação relativa à regularidade para com a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Trabalhista e Fazendas Federal, Estadual e Municipal. Em caso de contratada estrangeira, deve apresentar a documentação equivalente em seu país de origem com autenticação pelos respectivos consulados e traduzidos por tradutor juramentado, conforme art. 63, Lei 8.666 de 21 de junho de 1993.

6.3. Toda a documentação exigida deverá ser apresentada em original ou por qualquer processo de reprografia, obrigatoriamente autenticada em cartório. Caso esta documentação tenha sido emitida pela internet, só será aceita após a confirmação de sua autenticidade.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

7.1. As despesas decorrentes da contratação serão provenientes da Fonte Tesouro, a seguir:

**FONTE – 24200084.10.305.632.10674.03.449052.10100.0**

#### CLÁUSULA OITAVA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA E EXECUÇÃO CONTRATUAL

8.1. O prazo de vigência deste contrato é de 12 (doze) meses, contado a partir da sua assinatura.





Nº 312/2020

**8.1.1.** A publicação resumida do instrumento de contrato dar-se-á na forma do parágrafo único, do art. 61, da Lei Federal nº 8.666/1993.

**8.2.** O prazo de execução do objeto deste contrato será contado a partir do recebimento do pagamento de 100% do valor total deste instrumento.

#### CLÁUSULA NONA – DA GARANTIA DO OBJETO CONTRATUAL

**9.1.** O presente contrato tem garantia de 12 (doze) meses a partir da entrega dos equipamentos acima descritos.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO OBJETO

##### 10.1. Quanto à entrega:

**10.1.1.** O objeto contratual deverá ser entregue parceladamente conforme o Cronograma de Entrega da Proposta, em conformidade com especificações estabelecidas no Anexo I - Termo de Referência do edital, nos **prazos estabelecidos na proposta**, contado a partir da assinatura do Contrato.

**10.1.2.** Os atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito, desde que justificados até 02 (dois) dias úteis antes do término do prazo de entrega, e aceitos pela CONTRATANTE, não serão considerados como inadimplemento contratual.

##### 10.2. Quanto ao recebimento:

**10.2.1. PROVISORIAMENTE**, mediante recibo, para efeito de posterior verificação da conformidade do objeto com as especificações, devendo ser feito por pessoa credenciada pela CONTRATANTE.

**10.2.2. DEFINITIVAMENTE**, sendo expedido termo de recebimento definitivo, após verificação da qualidade e da quantidade do objeto, certificando-se de que todas as condições estabelecidas foram atendidas e consequente aceitação das notas fiscais pelo gestor da contratação, devendo haver rejeição no caso de desconformidade.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

**11.1.** Executar o objeto em conformidade com as condições deste instrumento.

**11.2.** Manter durante toda a execução contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

**11.3.** Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes da sua culpa ou dolo, quando da execução do objeto, não podendo ser arguido para efeito de exclusão ou redução de sua responsabilidade o fato da CONTRATANTE proceder à fiscalização ou acompanhar a execução contratual.

**11.4.** Responder por todas as despesas diretas e indiretas que incidam ou venham a incidir sobre a execução do contrato, inclusive as obrigações relativas a salários, previdência social, impostos, encargos sociais e outras providências, respondendo obrigatoriamente pelo fiel cumprimento das leis trabalhistas e específicas de acidentes do trabalho e legislação correlata, aplicáveis ao pessoal empregado na execução contratual.

**11.5.** Prestar imediatamente as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATANTE, salvo quando implicarem em indagações de caráter técnico, hipótese em que serão respondidas no **prazo de 48 (quarenta e oito) horas**.

Assinado eletronicamente por: Rodrigo Pires em 02/05/2020

....

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*



Nº 312/2020

**11.6.** Substituir ou reparar o objeto contratual que comprovadamente apresente condições de defeito ou em desconformidade com as especificações do Anexo I – Termo de Referência do edital, no **prazo de 14 (quatorze) dias**, contados da sua notificação.

**11.7.** Cumprir, quando for o caso, as condições de garantia do objeto, responsabilizando-se pelo período oferecido em sua proposta, observando o prazo mínimo exigido pela Administração.

## CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

**12.1.** Solicitar a execução do objeto à CONTRATADA através da emissão de Ordem de Fornecimento.

**12.2.** Proporcionar à CONTRATADA todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do objeto contratual, consoante estabelece a Lei Federal no 8.666/1993 e suas alterações.

**12.3.** Fiscalizar a execução do objeto contratual através de sua unidade competente, podendo, em decorrência, solicitar providências da CONTRATADA, que atenderá ou justificará de imediato.

**12.4.** Notificar a CONTRATADA, de qualquer irregularidade decorrente da execução do objeto contratual.

**12.5.** Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA nas condições estabelecidas neste contrato.

**12.6.** Aplicar as penalidades previstas em lei e neste instrumento.

## CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA FISCALIZAÇÃO

**13.1.** A execução contratual será acompanhada e fiscalizada pelo Sr. **Cláudio Vasconcelos Frota**, CPF: **141.028.033-00**, especialmente designado para este fim pela CONTRATANTE, de acordo com o estabelecido no art. 67 da Lei Federal nº 8.666/1993, doravante denominada simplesmente de GESTOR.

## CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

**14.1.** No caso de inadimplemento de suas obrigações, a CONTRATADA estará sujeita, sem prejuízo das sanções legais nas esferas civil e criminal, às seguintes penalidades:

**14.1.1.** Multas, estipuladas na forma a seguir:

a) Multa diária de 0,3% (três décimos por cento), no caso de atraso na execução do objeto contratual até o 30º (trigésimo) dia, sobre o valor do Contrato ou do saldo não atendido do Contrato.

b) Multa diária de 0,5% (cinco décimos por cento), no caso de atraso na execução do objeto contratual superior a 30 (trinta) dias, sobre o valor do Contrato ou do saldo não atendido do Contrato. A aplicação da presente multa exclui a aplicação da multa prevista na alínea anterior.

c) Multa diária de 0,1% (um décimo por cento) sobre o valor do Contrato ou do saldo não atendido do Contrato, em caso de descumprimento das demais cláusulas contratuais, elevada para 0,3% (três décimos por cento) em caso de reincidência.

d) Multa de 20% (vinte por cento), sobre o valor do contrato, no caso de desistência da execução do objeto ou rescisão contratual não motivada pela CONTRATANTE.

**14.1.2.** Impedimento de licitar e contratar com a Administração, sendo, então, descredenciada no cadastro de fornecedores da Secretaria do Planejamento e Gestão (SEPLAG), do Estado do Ceará,



**Nº 312/2020**

pelo prazo de até 5 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas neste instrumento e das demais cominações legais.

**14.2.** Se não for possível o pagamento da multa por meio de descontos dos créditos existentes, a CONTRATADA recolherá a multa por meio de Documento de Arrecadação Estadual (DAE), podendo ser substituído por outro instrumento legal, em nome do Órgão CONTRATANTE. Se não o fizer, será cobrada em processo de execução.

**14.3.** Nenhuma sanção será aplicada sem garantia da ampla defesa e contraditório, na forma da lei.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO**

**15.1.** O contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual. Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas, além das Práticas Proibidas (*Prohibited Practices*) constantes no ANEXO II:

a) **“prática corrupta”**: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;

b) **“prática fraudulenta”**: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;

c) **“prática conluída”**: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

d) **“prática coercitiva”**: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.

e) **“prática obstrutiva”**:

(1) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista nesta cláusula;

(2) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

**15.2.** Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, conluídas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

**15.3.** Considerando os propósitos das cláusulas acima, o contratado deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

**15.4.** O contratante, garantida a prévia defesa, aplicará as sanções administrativas pertinentes,



**Nº 312/2020**

previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, se comprovar o envolvimento de representante da empresa ou da pessoa física contratada em práticas corruptas, fraudulentas, conluídas ou coercitivas, no decorrer da licitação ou na execução do contrato financiado por organismo financeiro multilateral, sem prejuízo das demais medidas administrativas, criminais e cíveis.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA RESCISÃO CONTRATUAL**

**16.1.** A inexecução total ou parcial deste contrato e a ocorrência de quaisquer dos motivos constantes no art. 78, da Lei Federal nº 8.666/1993 será causa para sua rescisão, na forma do art. 79, com as consequências previstas no art. 80, do mesmo diploma legal.

**16.2.** Este contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo pela CONTRATANTE, mediante aviso prévio de no mínimo 30 (trinta) dias, nos casos das rescisões decorrentes do previsto no inciso XII, do art. 78, da Lei Federal nº 8.666/1993, sem que caiba à CONTRATADA direito à indenização de qualquer espécie.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO**

**17.1.** A publicação do extrato do presente contrato será providenciada pela CONTRATANTE, no Diário Oficial do Estado – DOE, como condição indispensável para sua eficácia, nos termos do parágrafo único do art. 61, da Lei Federal nº. 8.666/1993.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO**

**18.1.** Fica eleito o Foro do município de Fortaleza, Capital do Estado do Ceará, para dirimir quaisquer questões decorrentes da execução deste contrato, que não puderem ser resolvidas na esfera administrativa.

E, por estarem de acordo, foi mandado lavrar o presente contrato, que está visado pela Assessoria Jurídica da CONTRATANTE, e do qual se extraíram 3 (três) vias de igual teor e forma, para um só efeito, as quais, depois de lidas e achadas conforme, vão assinadas pelos representantes das partes e pelas testemunhas abaixo.

Fortaleza - CE, 24 de março de 2020.

  
Carlos Roberto Martins  
Rodrigues Sobrinho  
Secretário da Saúde

**CARLOS ROBERTO MARTINS RODRIGUES SOBRINHO**  
**Secretário de Saúde do Estado do Ceará**

**CHINA MEHECO CORPORATION**

  
.....(3)

**DU YU**

**CHINA MEHECO CORPORATION**

Assinado eletronicamente por: Rodrigo Pires em 02/05/2020

ORPOR



Nº 312/2020

TESTEMUNHAS:

01. \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_  
RG: \_\_\_\_\_

02. \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_  
RG: \_\_\_\_\_

DOCUMENTOS ANEXOS:

ANEXO I – Termo De Referência E Propostas

ANEXO II - Práticas Proibidas (Prohibited Practices)

ATION

.....(3)



**Comissão de Combate aos Crimes de Responsabilidade e à Improbidade Administrativa – CCRIMP**

Av. Almirante Barroso, nº 162 – Centro – João Pessoa/PB, CEP.: 58013-120 (Tel. (83) 32211500)

O **Ministério Público do Estado da Paraíba**, por meio do Promotor de Justiça, subscritor abaixo, no exercício de suas atribuições Institucionais, com fulcro no art. 129, inciso VI, da Constituição Federal<sup>1</sup>, art. 26, inciso I, alínea “a”, da Lei nº 8.625/93<sup>2</sup> e, art. 38, I, “a”, da Lei Complementar Estadual nº 97/2010<sup>3</sup>, **NOTIFICA PESSOALMENTE** o Exmo. Senhor **GERALDO ANTÔNIO DE MEDEIROS, Secretário de Estado da Saúde da Paraíba**, podendo ser encontrado na sede da mencionada Secretaria, para apresentar defesa escrita, acerca das imputações que lhe são feitas nos autos da **Notícia de Fato sob nº 001.2020.008446**, que versa sobre aquisição com sobrepreço de material médico hospitalar, especificamente ventiladores/respiradores mecânicos, em tese, autorizadas por essa Secretaria.

Por fim, informamos que a apresentação da defesa escrita pode ser feita por meio do nosso correio eletrônico "**ccrimp@mppb.mp.br**" (em arquivos formato pdf), sendo necessária a confirmação de recebimento da mensagem eletrônica pelo cartório da CCRIMP, haja vista a suspensão dos atendimentos presenciais, em virtude das ações de combate à COVID-19.

João Pessoa, data do registro eletrônico.

(documento assinado eletronicamente)

**RODRIGO SILVA PIRES DE SÁ**

**Promotor de Justiça - Coordenador da CCRIMP**

## 1. Constituição da República Federativa do Brasil

1. Constituição da República Federativa do Brasil.  
Art. 129. São funções institucionais do Ministério Público:

**Art. 129. São funções institucionais do Ministério Público:**  
VI - expedir notificações nos procedimentos administrativos de sua competência, requisitando informações e documentos para instruí-los, na forma da lei complementar respectiva;

2. Lei n° 8.625/93

2. Lei nº 8.625/93  
Art. 26 - No exercício de suas funções, o Ministério Público poderá:

a) expedir notificações para colher depoimentos ou esclarecimentos e, em caso de não comparecimento injustificado, requisitar condução coercitiva, inclusive pela polícia Civil e Militar, ressalvadas as prerrogativas previstas em Lei;

3. Lei Complementar Estadual nº. 97/2010

Art. 38 – No exercício de suas funções, o membro do Ministério Público poderá:

Art. 38 – No exercício de suas funções, o membro do Ministério Público poderá:

I – instaurar inquéritos civis e outras medidas e procedimentos administrativos pertinentes e, para instruí-los:

a) expedir notificações para colher depoimento ou esclarecimentos, em caso de não comparecimento injustificado, requisitar condução coercitiva, inclusive pela polícia Civil e militar, ressalvadas as prerrogativas previstas em Lei.

Noticia de Fato 001.2020.008446

Documento 2020/0000426001 criado em 04/05/2020 às 10:13

Notícia de Fato 001.2020.008456

Documento 2020/0000438499 criado em 07/05/2020 às 16:22

<https://mpvirtual.mppb.mp.br/public/validacao/13891686a24e1129b220a7d0000070155a>

Assinado eletronicamente por: Rodrigo Pires em 04/05/2020

AssiAssioaalelreletraimeantece: p0ERRBdRtOP8e8uZA e7%05%20%2020

**Sergido Antonio de Medeiros**  
Secretário de Estado da Saúde  
Matricula 169.135-0



## CERTIDÃO

Certifico, para os devidos fins que, procedi diligência no cumprimento da notificação retro, pessoalmente, o Exmo. Senhor **GERALDO ANTÔNIO DE MEDEIROS**, matrícula 169.135-0, Secretário de estado da Saúde da Paraíba, referente NOTICIA DE FATO sob nº 001.2020.008446, no endereço informado.

João Pessoa, 06 de maio de 2020

Heriberto Noronha de Souza

Técnico Ministerial de Diligência e Apoio

Matrícula 700.091-0

Assinatura eletrônica: pde:RIBdirgoP8sua em 05/05/2020 20:20



PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA  
Comissão de Combate aos Crimes de Responsabilidade e à Improbidade Administrativa - CCRIMP

Av. Almirante Barroso, nº 162 – Centro – João Pessoa/PB, CEP: 58013-120 (Tel. (83) 32211500)

João Pessoa, data do registro eletrônico.

## EM MÃOS PRÓPRIAS

A Sua Excelência o Senhor  
**GERALDO ANTÔNIO DE MEDEIROS**  
**Secretário de Saúde do Governo do Estado da Paraíba**  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DA PARAÍBA  
Av. Dom Pedro II, nº 1826 - Torre  
João Pessoa/PB CEP 58.040-440

Senhor Secretário,

Cumprimentando-o, sirvo-me do presente para *requisitar* a Vossa Excelência o envio a esta Comissão, **no prazo de 05 (cinco) dias úteis**, de **(i)** cópia(s) do(s) contrato(s) administrativo(s) firmado(s), em 2020, pelo Estado da Paraíba (ou Secretaria de Estado da Saúde), diretamente ou como partícipe, neste caso, por intermédio do Consórcio Nordeste, para aquisição de equipamento médico hospitalar, especificamente respirador/ventilador pulmonar, de qualquer modelo ou fabricante, destacando a fonte dos recursos utilizados para pagamento **(ii)** cópias dos processos de pagamentos (recibos, notas fiscais, comprovantes de transferência de dinheiro, etc.), referentes às despesas espelhadas nos empenhos sob n.º 07710 (27/04/2020 - R\$ 6.554.562,88), n.º 05506 (06/04/2020 - R\$ 4.947.535,80) e n.º 07708 (27/04/2020 - R\$ 1.000.000,00), em favor do Consórcio Nordeste (CNPJ 34.304.033/0001-47), e empenho n.º 07346 (22/04/2020 - R\$ 4.368.000,00), favorecido a empresa INTERMED (CNPJ 49.520.521/0001-69), bem como de outras despesas porventura realizadas para aquisição do equipamento retratado nesses empenhos (ventilador/respirador pulmonar).

1/1

Geraldo Antonio de Medeiros  
Secretário de Estado da Saúde  
Matrícula 169.135-0







## CERTIDÃO

Certifico, para os devidos fins que, procedi diligência no cumprimento do Ofício nº 174/2020/CCRIMP, pessoalmente, o Exmo. Senhor **GERALDO ANTÔNIO DE MEDEIROS**, matrícula 169.135-0, Secretário de estado da Saúde da Paraíba, referente NOTICIA DE FATO sob nº 001.2020.008446, no endereço informado.

João Pessoa, 06 de maio de 2020

Heriberto Noronha de Souza

Técnico Ministerial de Diligência e Apoio

Matrícula 700.091-0

Assinatura eletrônica: Heriberto Noronha de Souza em 06/05/2020 17:02

## C E R T I D ã O

### DISTRIBUIÇÃO E CADASTRAMENTO

Número da distribuição: **001.2020.008750.**

Resumo do objeto da investigação LICITAÇÃO E CONTRATO - ESTADO DA PARAÍBA - GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA - SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE - AQUISIÇÃO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR, VENTILADORES/RESPIRADORES MECÂNICOS, PARA UTILIZAÇÃO NO COMBATE AO COVID-19 - SUPERFATURAMENTO - AUSÊNCIA DE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS E EVENTUAIS PAGAMENTOS EFETUADOS - EMPENHOS 07710 (R\$ 6.554.562,88), 05506 (R\$ 4.947.535,80) E 07708 (R\$ 1.000.000,00), RECURSOS DESTINADOS AO CONSÓRCIO NORDESTE (CNPJ 34.304.033/0001-47), OUTRO, Nº 07346 (R\$ 4.368.000,00), FAVORECIDO A EMPRESA INTERMED (CNPJ 49.520.521/0001-69) - CCRIMP - CÓPIA DA NF Nº 001.2020.008446.

Promotor de Justiça encarregado: **ADRIO NOBRE LEITE**

Certifico e dou fé.

João Pessoa – PB, 11 de maio de 2020.

ARMANDO SALES CORREIA

### PESQUISA DE CORRELATOS NO SISTEMA MP VIRTUAL

**Expressões UTILIZADAS** 1 – MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR; 2 - VENTILADORES/RESPIRADORES; 3 – VENTILADORES; 4 - RESPIRADORES; 5 – COVID-19; 6 – CONSÓRCIO NORDESTE; 7 – INTERMED.

**Resultado da pesquisa** 1, 2, 3, 4, 6 e 7 - **NADA ENCONTRADO**; 5 – **003.2020.002675 (arquivado)** e **001.2020.008239 (arquivado)**.

**Outras observações:** Conforme resumos dos fatos.

Assinado eletronicamente por: ARMANDO CORREIA em 11/05/2020

## C E R T I D ã O

Certifico e dou fé.

João Pessoa – PB, 11 de maio de 2020.

ARMANDO SALES CORREIA

Assinado eletronicamente por: ARMANDO CORREIA em 11/05/2020





**Ministério Público da Paraíba**  
**PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CAMPINA GRANDE - DEFESA DA**  
**CIDADANIA E DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS -**

**Notícia de Fato 003.2020.002675**

Consulta processual pública: <http://www.mppb.mp.br/consultapublica>

## Informações

- **Classe** - Notícia de Fato
- **Assunto principal**  
(0011949) DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO / Atos Administrativos / Revisão/Desconstituição de Ato Administrativo
- **Data de registro** - 08/04/2020 às 12:16h

## Pessoas interessadas

- **INTERESSADO** - DENÚNCIA SOB SIGILO
- **INVESTIGADO** - ESCOLA DE SERVIÇO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAÍBA - ESPEP  
*Rua Desportista João Apóstolo de Souza s/n Mangabeira Vii - Joao Pessoa / PB CEP: 58.058-562*
- **INTERESSADO** - ESTADO DA PARAIBA - CNPJ: 08.761.124/0001-00
- **INVESTIGADO** - SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRACAO - CNPJ: 08761140000275
- **INVESTIGADO** - SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE DA PARAÍBA - CNPJ: 08778268000160  
*8ª Gerência Regional de Saúde*

## Movimentos

Nº.	Nome do movimento	Página
1	920008 - Registro de Notícia de Fato (por MONIQUE SUKEYOSI em 08/04/2020 às 12:16h) CONCURSO PÚBLICO - ESTADO DA PARAÍBA - SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE - ESCOLA DE SERVIÇO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAÍBA - ESPEP - EDITAL Nº 01/2020/SEAD/SES/ESPEP - CHAMADA PÚBLICA, EM CARÁTER EMERGENCIAL PARA PROFISSIONAIS DA ÁREA DE SAÚDE PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO NO COMBATE AO COVID-19 - SUPOSTAS IRREGULARIDADES NO CRITÉRIO DE CLASSIFICAÇÃO DOS CANDIDATOS INSCRITOS NO CERTAME - DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÃO - PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA CIDADANIA E DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS DE CAMPINA GRANDE	4
2	920005 - Feito distribuído ao Membro (por MONIQUE SUKEYOSI em 08/04/2020 às 12:16h)	
3	920057 - Juntada de documento(s) (por MONIQUE SUKEYOSI em 08/04/2020 às 12:18h) Certidão negativa de procedimento + conclusão	6
4	1000009 - Encaminhamento ao servidor (por MONIQUE SUKEYOSI em 08/04/2020 às 12:19h) Encaminhado para: GABRIELLA DESIRRE MACEDO FERREIRA	
5	920023 - Feito encaminhado ao Membro (por GABRIELLA DESIRRE em 15/04/2020 às 20:55h) Encaminhado para: ISMÂNIA DO NASCIMENTO RODRIGUES PESSOA NÓBREGA	
6	1000009 - Encaminhamento ao servidor (por ISMÂNIA NÓBREGA em 16/04/2020 às 14:56h) Encaminhado para: GABRIELLA DESIRRE MACEDO FERREIRA	
7	1000009 - Encaminhamento ao servidor (por GABRIELLA DESIRRE em 16/04/2020 às 15:43h)	

Notícia de Fato 001.2020.008750

Documento 2020/0000451803 criado em 11/05/2020 às 12:26

<https://mpvirtual.mppb.mp.br/public/validacao/379eb29aea1a8af7b9fb764a8c551a99>



## Ministério Público da Paraíba OUVIDORIA -

### Notícia de Fato 001.2020.008239

Consulta processual pública: <http://www.mppb.mp.br/consultapublica>

#### Informações

- **Classe** - Notícia de Fato
- **Assunto principal**  
(0930294) ADMINISTRATIVO DO MP (ÁREA-MEIO) / Gestão Política e Administrativa / Comunicação Institucional / Serviço de Ouvidoria
- **Data de registro** - 29/04/2020 às 09:12h
- **Nº de origem** - OUVIDORIA - PROTOCOLO Nº 21034.

#### Prazos

Descrição	Situação	Observação	Data limite
Res. CNMP 174/2017 Art. 3º. A Notícia de Fato será apreciada no prazo de 30 (trinta) dias, a contar do seu recebimento, prorrogável uma vez, fundamentadamente, por até 90 (noventa) dias.	Em dia	Prazo reativado em 04/05/2020 em conformidade com ATO NORMATIVO CONJUNTO Nº 005/2020/TJPB/MPPB/DPEPB/OAB-PB após suspensão em conformidade com ATO Nº 016/2020 APGJ	29/05/2020 (Sexta-feira)

#### Pessoas interessadas

- **INTERESSADO** - DENÚNCIA ANÔNIMA
- **INVESTIGADO** - ESCOLA DE SERVIÇO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAÍBA - ESPEP  
Rua Desportista João Apóstolo de Souza s/n Mangabeira Vii - Joao Pessoa / PB CEP: 58.058-562
- **INTERESSADO** - ESTADO DA PARAIBA - CNPJ: 08.761.124/0001-00
- **INTERESSADO** - OUVIDORIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA PARAÍBA
- **INVESTIGADO** - SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRACAO - CNPJ: 08761140000194
- **INVESTIGADO** - SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE DA PARAÍBA - CNPJ: 08778268000160  
8ª Gerência Regional de Saúde

#### Movimentos

Nº. Nome do movimento	Página
1000001 - Registro (por FRANCISCO FÁRIAS em 29/04/2020 às 09:12h) CONCURSO PÚBLICO - ESTADO DA PARAÍBA - SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE - ESCOLA DE SERVIÇO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAÍBA - ESPEP - EDITAL Nº 01/2020/SEAD/SES/ESPEP - CHAMADA PÚBLICA, EM CARÁTER EMERGENCIAL PARA PROFISSIONAIS DA ÁREA DE SAÚDE PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO NO COMBATE AO COVID-19 - SUPOSTAS IRREGULARIDADES NO CRITÉRIO DE CLASSIFICAÇÃO DOS CANDIDATOS INSCRITOS NO CERTAME - OUVIDORIA - PROTOCOLO Nº 21034.	3
920023 - Feito encaminhado ao Membro (por FRANCISCO FARIAS em 29/04/2020 às 09:15h)	





**MINISTÉRIO PÚBLICO DA PARAÍBA**  
**PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE JOÃO PESSOA**  
**37º PROMOTOR DE JUSTIÇA - DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO**

**Nº. 001.2020.008750**

**DESPACHO:**

**01.** Instaurada notícia de fato criminal no âmbito da CCRIMP, por robusto despacho proferido por aguerrido e incansável Promotor de Justiça, houve compartilhamento para este órgão de execução da base fática lá descrita, com intuito de examinar aspectos derivados da repercussão na seara cível e de eventual responsabilização nos moldes da Lei 8.429/92.

**02.** Distribuída e cadastrada regularmente após aportar aqui, a presente **notícia de fato cível espelhada daquela notícia de fato criminal**, traz narrativa relativa à possível aquisição com sobrepreço de material médico hospitalar pela Secretaria de Estado da Saúde da Paraíba, de modo específico, na compra de 105 respiradores para instalação de leitos de UTI voltados à recepção de pacientes acometidos pela COVID-19.

**03.** Ainda na notícia de fato criminal e pela CCRIMP/MPPB, foi determinada a notificação do Secretário de Estado da Saúde para apresentar defesa escrita e, demais disso, foram requisitadas informações em 05(cinco) dias úteis, por ofício 174/2020/CCRIMP, recebido pessoalmente pela autoridade destinatária em 06 de maio do corrente ano.

**04.** Por compreender, neste momento de levantamentos preliminares, a necessidade de se aguardar os dados já requisitados pela CCRIMP, como forma de descortinar caminho de análise acerca de diversas nuances, inclusive quanto à realização de eventual plano de trabalho e articulação para uma atuação uniforme, há que se manter a tramitação como notícia de fato, dentro do prazo regular e de acordo com os limites aportados ao conhecimento deste órgão de execução.

**05.** Diante disto, fundamental a realização de providências cartorárias a seguir individualizadas.

ANL

Assinado eletronicamente por: ADRIO LEITE em 12/05/2020



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA PARAÍBA**  
**PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE JOÃO PESSOA**  
**37º PROMOTOR DE JUSTIÇA - DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO**

**PROVIDÊNCIAS CARTORÁRIAS:**

**01. juntada** pela estrutura cartorária de resposta oriunda da Secretaria de Estado da Saúde da Paraíba ao ofício 174/2020/CCRIMP, já que concedido prazo de 05 dias úteis, anexando o correspondente arquivo por cópia extraída da notícia de fato criminal 001.2020.008446;

**02.** ciência do presente despacho ao Promotor de Justiça que conduz a notícia de fato criminal referida, até para posterior e salutar interlocução;

**03.** remessa de ofício – **solicitação** (indicar resposta por e-mail para [patrimoniopublico.mppb@gmail.com](mailto:patrimoniopublico.mppb@gmail.com) ou whatsapp 83991199224) – para o Ministério Público Federal (Procuradoria da República na Paraíba, através de protocolo eletrônico) – tempo de resposta útil: 05 dias – assunto: eventual instauração ou tramitação de investigação, ainda que sob formato de notícia de fato, quanto à aquisição de respiradores/ventiladores pela Secretaria de Estado da Saúde da Paraíba, com intuito de instrumentalização de leitos de UTI para pacientes acometidos pela COVID-19 – documentação anexada: (cópia do presente despacho) – pontos de relevância: a) Com o único intuito de evitar sobreposição de atuação e permitir, até mesmo, em passo seguinte e se possível, interlocução entre os Ministérios Públicos, é possível dizer, com a urgência que a questão exige, se há alguma tramitação de investigação, ainda que em fase embrionária e como notícia de fato, acerca de aquisição de respiradores/ventiladores pela Secretaria de Estado da Saúde da Paraíba, com intuito de instrumentalização de leitos de UTI para pacientes acometidos pela COVID-19? Se sim, qual o número e para qual Procurador da República se encontra distribuída?; b) É possível ainda, para cotejo com notícia de fato instaurada sob o mesmo ângulo neste órgão de execução do MPPB, indicar com a máxima precisão, o objeto fático sob investigação e a fase em que se encontra?; c) Se apenas instaurado procedimento de acompanhamento, é possível, por fim, compartilhar cópias de material probatório já colhido e indicar em quais aquisições (havendo mais de uma), há evidente uso de recursos federais?

João Pessoa, PB, data e assinatura pelo sistema.

**Adrio Nobre Leite**  
**37º Promotor de Justiça – Defesa do Patrimônio Público**

ANL



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAÍBA  
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE JOÃO PESSOA  
37º PROMOTOR DE JUSTIÇA

Avenida Almirante Barroso, 161, Centro, João Pessoa/PB  
CEP 58040-220 - telefone: (83) 3233-5569/3222-5743

Investigação nº 001.2020.008750 – notícia de fato João Pessoa/PB, 12 de maio de 2020.

Ofício nº **453/2020**

objetivo: solicita acesso a informações entre órgãos de execução de ramos do Ministério Público.

Tempo para entrega útil de resposta: **05 dias**.

A(o) Excelentíssimo(a) Senhor(a)

**Procurador-Chefe da Procuradoria da República da Paraíba**

Endereço:

*Ministério Público Federal*

*Procuradoria da República na Paraíba, através de protocolo eletrônico*

assunto: eventual instauração ou tramitação de investigação, ainda que sob formato de notícia de fato, quanto à aquisição de respiradores/ventiladores pela Secretaria de Estado da Saúde da Paraíba, com intuito de instrumentalização de leitos de UTI para pacientes acometidos pela COVID-19.

documentação inclusa em cópia: cópia do presente despacho.

**Obs.: enviar resposta por e-mail para [patrimoniopublico.mppb@gmail.com](mailto:patrimoniopublico.mppb@gmail.com) ou whatsapp 83991199224.**

**Excelentíssimo(a) Senhor(a),**

Para examinar situação específica de presença de interesse federal e impacto no campo de atribuições deste órgão de execução do MPPB, **solicito** o encaminhamento das seguintes informações/documentos a seguir e de acordo com os parâmetros definidos no assunto acima:

a) Com o único intuito de evitar sobreposição de atuação e permitir, até mesmo, em passo seguinte e se possível, interlocução entre os Ministérios Públicos, é possível dizer, com a urgência que a questão exige, se há alguma tramitação de investigação, ainda que em fase embrionária e como notícia de fato, acerca de aquisição de respiradores/ventiladores pela Secretaria de Estado da Saúde da Paraíba, com intuito de instrumentalização de leitos de UTI para pacientes acometidos pela COVID-19? Se sim, qual o número e para qual Procurador da República se encontra distribuída?; b) É possível ainda, para cotejo com notícia de fato instaurada sob o mesmo ângulo neste órgão de execução do MPPB, indicar com a máxima precisão, o objeto fático sob investigação e a fase em que se encontra?; c) Se apenas instaurado procedimento de



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAÍBA  
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE JOÃO PESSOA  
37º PROMOTOR DE JUSTIÇA

Avenida Almirante Barroso, 161, Centro, João Pessoa/PB  
CEP 58040-220 - telefone: (83) 3233-5569/3222-5743

acompanhamento, é possível, por fim, compartilhar cópias de material probatório já colhido e indicar em quais aquisições (havendo mais de uma), há evidente uso de recursos federais?

Ao ensejo, subscrevo-me cordial e respeitosamente.

**(assinado eletronicamente)**  
**ADRIO NOBRE LEITE**  
***37º Promotor de Justiça – Defesa do Patrimônio Público***

Assinado eletronicamente por: ADRIO LEITE em 12/05/2020



**Ministério Público da Paraíba**  
**PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE JOÃO PESSOA - PATRIMÔNIO PÚBLICO**

**CERTIDÃO**

CERTIFICO que cumpri integralmente o despacho retro e que encaminhei o ofício nº 453/2020 através do protocolo do MPF.

João Pessoa, 13 de maio de 2020.

ARLENE PASSOS DA SILVA MACIEL

Técnico Ministerial

Matrícula: 701.327-2

Assinado eletronicamente por: ARLENE em 13/05/2020



**Ministério Público da Paraíba**  
**PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE JOÃO PESSOA - PATRIMÔNIO PÚBLICO**

**CERTIDÃO**

CERTIFICO que em cumprimento ao despacho encaminhei cópia do despacho por e-mail ao Promotor de Justiça que conduz a notícia de fato criminal.

João Pessoa, 13 de maio de 2020.

ARLENE PASSOS DA SILVA MACIEL

Técnico Ministerial

Matrícula: 701.327-2

Assinado eletronicamente por: ARLENE em 13/05/2020





patrimônio público promotoria de justiça &lt;patrimoniopublico.mppb@gmail.com&gt;

**Ofício nº 1600/2020 - MPF-PB**

1 mensagem

**PRPB-Gabinete do Procurador-Chefe** <prpb-gabpc@mpf.mp.br>

15 de maio de 2020 12:51

Para: patrimoniopublico.mppb@gmail.com

Prezados,

De ordem do Exmo. Procurador Chefe do Ministério Público Federal na Paraíba, SÉRGIO RODRIGO PIMENTEL DE CASTRO PINTO, encaminho Ofício nº 1600/2020.

**FAVOR ACUSAR RECEBIMENTO DESSE EMAIL.**

Atenciosamente,

**Fabiana Paloma Fernandes de Sousa**

Chefe de Gabinete da PR/PB

Av. Presidente Epitácio Pessoa, n.º 1800, Expedicionários,  
João Pessoa - PB, CEP 58041-006  
Telefone: (83) 3044-6288  
Cel. funcional: (83) 99135-6905

Attachment (**PR-PB-00017147.2020.pdf**) has been reconstructed.**PR-PB-00017147.2020.pdf**

47K

Assinado eletronicamente por: LUCIANA MASSA em 18/05/2020

PR-PB-00017147/2020



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA - PARAÍBA**  
**GABINETE DO PROCURADOR CHEFE**

OFÍCIO nº 1600/2020– MPF/PR/PB-GABChefia

João Pessoa, data da assinatura eletrônica.

A Sua Excelência

**ADRIO NOBRE LEITE**

37º Promotor de Justiça – Defesa do Patrimônio Público

*patrimoniopublico.mppb@gmail.com*

Assunto: Resposta ao Ofício nº 453/2020 - Investigação nº 001.2020.008750– notícia de fato.

Exmo. Promotor,

Cumprimentando-o cordialmente, em atenção ao ofício em epígrafe, por meio do qual Vossa Excelência solicita o encaminhamento a essa Promotoria de Justiça de eventual instauração ou tramitação de investigação, ainda que sob formato de notícia de fato, quanto à aquisição de respiradores/ventiladores pela Secretaria de Estado da Saúde da Paraíba, com intuito de instrumentalização de leitos de UTI para pacientes acometidos pela COVID-19, comunico que, em pesquisa de correlatos procedida nos sistemas do MPF, não há procedimento, até presente data, cujo objeto seja o fato supracitado, conforme certidão anexa.

Sem outro assunto de especial interesse para o momento, aproveito a oportunidade para apresentar votos de consideração e apreço.

**SÉRGIO RODRIGO PIMENTEL DE CASTRO PINTO**

Procurador - Chefe da PR/PB

	<p align="center">PROCURADORIA DA REPÚBLICA - PARAÍBA</p>	<p>Av. Eptácio Pessoa, 1800, Expedicionários CEP 58041006          João Pessoa - PB - Telefone: (83)3044-6200</p> <p>Protocolo eletrônico: <a href="https://apps.mpf.mp.br/spe/login">https://apps.mpf.mp.br/spe/login</a></p>
--	---	--



**Ministério Público da Paraíba**  
**PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE JOÃO PESSOA - PATRIMÔNIO PÚBLICO**

**DESPACHO:**

**01.** Respondido pelo MPF com o ofício 1600/2020– MPF/PR/PB-GABChefia que não há investigação lá tramitando sobre o objeto presente, resta o cumprimento do item 01 das providências cartorárias contidas no despacho anterior, relativo à juntada de informações da Secretaria de Estado da Saúde da Paraíba fornecidas, quando isto ocorrer, no bojo da notícia de fato criminal da CCRIMP/MPPB.

**02.** Diante disto, seja pela estrutura cartorária atendida a diligência contida no item 01 do despacho anterior - juntada de informações da Secretaria de Saúde da Paraíba, com nova conclusão.

João Pessoa - PB, data e assinatura pelo sistema.

**ADRIO NOBRE LEITE**

**37º Promotor de Justiça**

Assinado eletronicamente por: ADRIO LEITE em 20/05/2020



**Ministério Público da Paraíba**  
**PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE JOÃO PESSOA - PATRIMÔNIO PÚBLICO**

**CERTIDÃO**

CERTIFICO que conforme consulta na notícia de fato criminal 001.2020.008446, ainda não há resposta oriunda da Secretaria de Estado da Saúde da Paraíba ao ofício 174/2020/CCRIMP, tendo sido solicitado dilação de prazo para resposta.

João Pessoa, 20 de maio de 2020.

**ARLENE PASSOS DA SILVA MACIEL**

Técnico Ministerial

Matrícula: 701.327-2

Assinado eletronicamente por: ARLENE em 20/05/2020



**Ministério Público da Paraíba**  
**PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE JOÃO PESSOA - PATRIMÔNIO PÚBLICO**

**DESPACHO:**

**01.** Certidão indicativa de dilação de prazo da Secretaria de Estado da Saúde PB na notícia de fato criminal, não aportada, por isso, resposta ao ofício expedido pela CCRIMP.

**02.** Diante disto, aguarda-se, dentro do prazo concedido pela CCRIMP, as informações respectivas, com nova consulta e juntada da resposta, após o tempo fixado.

João Pessoa - PB, data e assinatura pelo sistema.

**ADRIO NOBRE LEITE**

**37º Promotor de Justiça**

Assinado eletronicamente por: ADRIO LEITE em 20/05/2020





**Ministério Público da Paraíba**  
**PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE JOÃO PESSOA - PATRIMÔNIO PÚBLICO**

**CERTIDÃO**

CERTIFICO que em cumprimento ao despacho anterior, submeto o presente procedimento a sobrestamento aguardando resposta da CCRIMP.

João Pessoa, 21 de maio de 2020.

ARLENE PASSOS DA SILVA MACIEL

Técnico Ministerial

Matrícula: 701.327-2

Assinado eletronicamente por: ARLENE em 21/05/2020

Desentranhamento de Documento de número 2020/0000553386 por LUCIANA CARNEIRO  
PIRES MASSA em 08/06/2020 às 16:14h

Desentranhamento de Documento de número 2020/0000553390 por LUCIANA CARNEIRO  
PIRES MASSA em 08/06/2020 às 16:15h

Desentranhamento de Documento de número 2020/0000553393 por LUCIANA CARNEIRO  
PIRES MASSA em 08/06/2020 às 16:15h



**Ministério Público da Paraíba**  
**PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE JOÃO PESSOA - PATRIMÔNIO PÚBLICO**  
**CERTIDÃO**

Certifico que ora providencio o desentranhamento de três documentos juntados aos autos nos movimentos 38, 39 e 40, tendo em vista pertencerem a outra investigação.

Esclareço que a juntada errônea foi causada pelo fornecimento equivocado de numeração processual, quando citada em ofício, e replicado pelo notificado em sua resposta.

João Pessoa, 08 de junho de 2020.

Luciana Carneiro Pires Massa

Analista Ministerial

Matrícula 701.370-1

Assinado eletronicamente por: LUCIANA MASSA em 08/06/2020





**Ministério Público da Paraíba**  
**PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE JOÃO PESSOA - PATRIMÔNIO PÚBLICO**

**Termo de desentranhamento**

**Número do documento desentranhado:** 2020/0000553386

erro

Assinado eletronicamente por: LUCIANA MASSA em 08/06/2020



**Ministério Público da Paraíba**  
**PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE JOÃO PESSOA - PATRIMÔNIO PÚBLICO**

**Termo de desentranhamento**

**Número do documento desentranhado:** 2020/0000553390

erro

Assinado eletronicamente por: LUCIANA MASSA em 08/06/2020



**Ministério Público da Paraíba**  
**PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE JOÃO PESSOA - PATRIMÔNIO PÚBLICO**

**Termo de desentranhamento**

**Número do documento desentranhado:** 2020/0000553393

erro

Assinado eletronicamente por: LUCIANA MASSA em 08/06/2020



**Ministério Público da Paraíba**  
**PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE JOÃO PESSOA - PATRIMÔNIO PÚBLICO**

**CERTIDÃO**

CERTIFICO que na presente data efetuo juntada dos documentos da notícia de fato criminal 001.2020.008446, da Secretaria de Estado da Saúde da Paraíba -ofício 174/2020/CCRIMP, conforme despacho.

João Pessoa, 09 de junho de 2020.

**ARLENE PASSOS DA SILVA MACIEL**

Técnico Ministerial

Matrícula: 701.327-2

Assinado eletronicamente por: ARLENE em 09/06/2020

Zimbra

ronaldoizidro@mppb.mp.br


---

**Fwd: Envio de Ofício e documentos.**

---

**De :** ccrimp - Email <ccrimp@mppb.mp.br>

Sex, 29 de mai de 2020 15:36

**Assunto :** Fwd: Envio de Ofício e documentos. 5 anexos**Para :** RONALDO IZIDRO DA SILVA  
<ronaldoizidro@mppb.mp.br>**Cc :** juridico gabineteses  
<juridico.gabineteses@gmail.com>

Boa tarde,

Acuso o recebimento da mensagem abaixo, assim como encaminho ao servidor responsável nesta Comissão, para adoção das providências cabíveis.

Atenciosamente,

Alex Pereira  
Secretaria CCRIMP

MINISTÉRIO PÚBLICO DA PARAÍBA  
COMISSÃO DE COMBATE AOS CRIMES DE RESPONSABILIDADE E À  
IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - CCRIMP  
Av. Almirante Barroso, 162 - Centro  
CEP 58013-120 João Pessoa/PB  
[\(83\) 3221-1500](tel:(83)3221-1500)

---

**De :** "juridico gabineteses" <juridico.gabineteses@gmail.com>**Para :** "ccrimp" <ccrimp@mppb.mp.br>**Enviadas:** Sexta-feira, 29 de maio de 2020 15:08:28**Assunto:** Envio de Ofício e documentos.

Prezado(a) chefe de cartório,

Sirvo-me do presente para enviar a resposta dos Ofícios nº. 174/2020/CCRIMP e nº. 217/2020/CCRIMP, enviado por esta Promotoria de Justiça para instruir os autos da Investigação nº. 001.2020.008446.

Seguem anexos:

A) Ofício nº. 0927/2020/GS/SES;

B) Documentos referentes a Compra de Rateio nº. 01:  
b.1) Processo Administrativo 060420584;  
b.2) Ofício cota parte;



- b.3) Despacho Consórcio do Nordeste;
- b.4) Ofício Rescisão Contratual.

C) Documentos referentes a Compra de Rateio nº. 02:

- c.1) Processo Administrativo 270420502;
- c.2) Contrato de Rateio 02.

D) Documentos referentes à Empresa Intermed:

- d.1) Contrato e NE;
- d.2) Pedido de Cancelamento de NE e informação de impossibilidade de atendimento do contrato;
- d.3) NE nº. 07346.

P.S. Favor, acusar recebimento.

Atenciosamente,

Caio César Gomes Leal  
Gabinete SES/PB

-  **Compra 01\_DESPACHO\_ Consórcio Nord...**
-  **Compra 01\_Ofício\_CN\_Cota Parte.pdf**
-  **Compra 01\_PROC-060420584-30\_Vent-...**
-  **Compra 01\_Rescisão Contratual - Ofício ...**
-  **Intermed- CONTRATO - NE.pdf**

---

 **Ofício nº. 0927.2020.GS.SES\_Respiradores.PDF**  
2 MB

 **Compra 02\_Contrato de Rateio 2.pdf**  
239 KB

 **Compra 02\_PROC-270420502-75.pdf**  
12 MB

 **Intermed -PEDIDO DE CANCELAMENTO - NE.pdf**  
4 MB

 **Intermed - Ne 07.346\_20.pdf**  
104 KB

Assinatura eletrônica de Caio César Gomes Leal em 30/05/2020 08:06

Assinatura eletrônica de BONARDENELLE A. C. 30/05/2020



*Somos todos*  
**PARAÍBA**  
Governo do Estado

**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE  
GABINETE DO SECRETÁRIO**

Ofício nº. **0927/2020/GS/SES**  
Processos Administrativos nº.060520584 e nº. 220520522

João Pessoa, 28 de maio de 2020.

Ao Excelentíssimo, Senhor

**DR. RODRIGO SILVA PIRES DE SÁ**

Promotor de Justiça

Coordenador da Comissão de Combate aos Crimes de Responsabilidade e à Improbidade Administrativa - CCRIMP

**Assunto: Envio de documentos (Notícia de Fato nº. 001.2020.008446).**

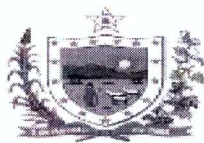
Senhor Promotor,

Cumprimentando-o, vimos através deste expediente apresentar as informações e os documentos requisitados através dos **Ofícios nº. 174/2020/CCRIMP e nº. 217/2020/CCRIMP**, cujos objetos dizem respeito à compra de respiradores pulmonares para estruturação da Rede de Urgência e Emergência do Sistema de Saúde da Paraíba frente à Pandemia do Covid-19.

De início, cumpre rememorar, mesmo já sendo de conhecimento de Vossa Excelência, que o Consórcio do Nordeste rescindiu o Contrato de Rateio nº. 01 (em anexo) através do Ofício nº. 16/2020 – CISDN/PR (em anexo), haja vista que a Empresa HEMPCARE PHARMA REPRESENTAÇÕES LTDA. não cumpriu o prazo de entrega dos respiradores estipulado no Contrato.

Como dever cristalino de esclarecer a cronologia dos fatos, é importante frisar que de acordo com o “caput” da cláusula 4ª. do Contrato de Rateio nº.01, firmado entre o Consórcio do Nordeste e a Empresa Hemptcare Pharma Representações

Av. Pedro II, 1826, Torre - João Pessoa/PB  
Telefone (83) 3211-9019



LTDA., o pagamento deveria ser efetuado até 05 (cinco) dias, contado da data de assinatura do referido Contrato.

Sendo assim, para que a Secretaria de Estado da Saúde – SES/PB realizasse a compra dos 30 (trinta) respiradores através do Consórcio do Nordeste foram emitidas as Notas de Empenho nº.05506 e 05590 (em anexo), as quais foram canceladas para realização de ajuste contábil no que diz respeito a mudança de natureza da despesa.

Posteriormente, foi emitida a Nota de Empenho nº. 8600 (em anexo) no valor de R\$ 4.947.535,80 (quatro milhões, novecentos e quarenta e sete mil, quinhentos e trinta e cinco reais e oitenta centavos). Tal quantia foi transferida em favor do Consórcio do Nordeste para que este quitasse o valor total do contrato correspondente aos pedidos de todos os Estados, conforme solicitação que se deu através do Ofício Circular CIDSN/SE nº. 03/2020 (em anexo).

Como a compra não logrou êxito por inexecução do Contrato, esta Secretaria aguarda a devolução do valor que já foi solicitada pelo Consórcio do Nordeste à Empresa Hempcare através do próprio Ofício nº. 16/2020 – CIDSN/PR.

Vale ressaltar que, antes da SES/PB tentar realizar a primeira compra de respiradores pulmonares através do Contrato de Rateio nº. 01 do Consórcio do Nordeste, já havia um procedimento instruído nesta Secretaria para aquisição de 84 (oitenta e quatro) equipamentos através da Dispensa nº. 086/2020, cuja única proposta apresentada na referida dispensa foi da Empresa INTERMED. Portanto, foi firmado Contrato Administrativo nº. 085/2020 e emitida Nota de Empenho nº. 04886 (em anexos).

Porém, em 02 de abril de 2020, a Empresa Intermed comunicou à SES/PB a impossibilidade de cumprimento do contrato firmado, considerando que toda a sua





produção seria destinada para atender a demanda do Ministério da Saúde pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

Portanto, houve a anulação da Nota de Empenho nº. 04886, não havendo, assim, dispêndio financeiro por parte do Estado, tendo em vista que o Contrato prevê o pagamento após a entrega da mercadoria por se tratar de produto de fabricação nacional.

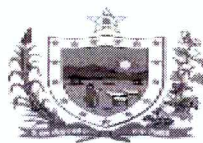
Após a explanação das dificuldades encontradas para adquirir os respiradores pulmonares, esta pasta não viu outra opção senão participar de uma segunda compra pelo Consórcio do Nordeste.

Além de participar da segunda compra através do Consórcio do Nordeste, a SES/PB entrou em contato com a Empresa Intermed para viabilizar novamente a compra com esta empresa. Sendo assim, foi realizado o Empenho nº. 07346 (em anexo), mas até a presente data não houve a entrega da mercadoria objeto do Contrato nº. 085/2020, nem tampouco o pagamento, visto que, conforme está previsto em cláusula contratual, o pagamento será realizado após a entrega dos produtos.

Adentrando aos esclarecimentos da segunda compra pelo Consórcio do Nordeste, o Contrato de Rateio nº. 02 foi firmado com a Empresa PULSAR DEVELOPMENT INTERNACIONAL LTD., sendo solicitado através do Ofício Circular CIDSN/SE nº. 04/2020 (em anexo) o valor referente aos 50% (cinquenta por cento) da cota parte de cada Estado, devendo ser transferido para conta bancária do Consórcio até o dia 27 de abril do corrente ano para quitar a primeira parcela do contrato de compra e venda de respiradores pulmonares.

Para cumprir tal mister, foram emitidas as Notas de Empenho nº. 07710 e nº. 07708, correspondendo ao valor total de R\$ 7.554.562,88 (sete milhões, quinhentos e cinquenta e quatro mil, quinhentos e sessenta e dois reais e oitenta e oito centavos), as quais foram canceladas para a realização de reprogramação orçamentária no





*Somos todos*  
**PARAÍBA**  
Governo do Estado

elemento natureza de despesa. Portanto, foram emitidas, no mesmo valor das notas de empenho canceladas, as Notas de Empenho nº. 08601 e nº. 08607 (em anexos), as quais foram pagas para viabilizar a referida compra.

Com votos de estima e consideração.

Atenciosamente,

*Renata Valéria Nóbrega*  
Secretária Executiva do Estado da Saúde  
**GERALDO ANTÔNIO DE MEDEIROS**  
Secretário de Estado da Saúde

Av. Pedro II, 1826, Torre - João Pessoa/PB  
Telefone (83) 3211-9019



GOVERNO  
DA PARAÍBA

SECRETARIA DA SAÚDE

DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS GERAIS

SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO E ARQUIVO



PROCESSO: 060420584

DATA: 06/04/2020

INTERESSADO: CONSÓRCIO NORDESTE

PROCEDÊNCIA: A MESMA

OF.Nº03/20 ENC.DOC.REF.COMPRAS CONJUNTAS P/ENFRENTAMENTO DA  
PANDEMIA DE CORONAVIRUS VENTILADORES PULMONARES CONF.EXP

ANDAMENTO: GABINETE DO SECRETÁRIO

ANDAMENTO

DATA

01º	Gabinete do Secretário	
02º	Firmonense	13.04.20
03º	A.T.N	14/04/2020
04º		
05º		
06º	449052.160	
07º	4880 5506	4.488,750,00
08º	5590	4.947.535,80
09º	Firmonense	07.05.2020
10º		
11º		
12º	381752	
13º		
14º		
15º		
16º		



GABINETE DO SECRETÁRIO

PROTÓCOLO - SECOA  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE - P.  
Proc. Nº 060420.584  
Em 06/04/2020

Ofício nº 0626/2020/GS

João Pessoa, 06 de abril de 2020

**Ao Serviço de Protocolo Geral**  
SECOA-SES.

**Assunto:** Transferência financeira para a conta corrente do Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste.

Considerando a Resolução nº 06/2020 da Assembleia Geral do Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste (Consórcio Nordeste) que determinou a realização de compras conjuntas, centralizadas e compartilhadas de bens e serviços com vistas à promoção, prevenção e à garantia de assistência à saúde para as pessoas em decorrência da pandemia do COVID-19, como também os termos do Ofício Circular CIDSN/SE nº 03/2020, venho por meio deste **SOLICITAR** a abertura de procedimento para posterior transferência da quantia de R\$ 4.488.750,00 (quatro milhões, quatrocentos e oitenta e oito mil, setecentos e cinquenta reais) relativa à cota parte do Governo do Estado da Paraíba para a aquisição de **30 (trinta) VENTILADORES PULMONARES** pelo Consórcio Nordeste.

Atenciosamente

  
**Renata Valéria Nóbrega**  
Secretária Executiva de Estado da Saúde  
Mat. 181387-1  
**GERALDO ANTÔNIO DE MEDEIROS**  
Secretário de Estado da Saúde



OFÍCIO CIRCULAR CIDSN/SE nº 03 | 2020.

Salvador/BA, 06 de abril de 2020.

Aos Exmos. Senhores Governadores e Governadora,

JOSÉ RENAN VASCONCELOS CALHEIROS FILHO  
RUI COSTA DOS SANTOS  
CAMILO SOBREIRA DE SANTANA  
FLÁVIO DINO DE CASTRO E COSTA  
JOÃO AZEVEDO LINS FILHO  
PAULO HENRIQUE SARAIVA CÂMARA  
JOSÉ WELLINGTON BARROSO DE ARAÚJO DIAS  
MARIA DE FÁTIMA BEZERRA  
BELIVALDO CHAGAS SILVAPAULO MORENO CARVALHO

ESTADO DE ALAGOAS  
ESTADO DA BAHIA  
ESTADO DO CEARÁ  
ESTADO DO MARANHÃO  
ESTADO DA PARAÍBA  
ESTADO DE PERNAMBUCO  
ESTADO DO PIAUÍ  
ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
ESTADO DE SERGIPE

**Assunto:** Compras conjuntas para enfrentamento da Pandemia de Coronavírus (COVID-19) – ventiladores pulmonares

Senhores Governadores e Governadora,

Dirijo-me a Vossas Excelências, para, em atenção à Resolução nº 06/2020 da Assembleia Geral do Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste – Consórcio Nordeste, que determinou a realização de compras conjuntas, centralizadas ou compartilhadas, de bens e serviços, com vistas à promoção, prevenção e à garantia de assistência à saúde para as pessoas em decorrência da pandemia de COVID-19, submeter para vossa análise, os instrumentos jurídicos de pactuação com vistas à operacionalização dos processos de aquisição.

Sinalizo, de antemão, que os instrumentos foram analisados previamente pela douta Procuradoria Geral do Estado da Bahia, órgão de assessoramento do Consórcio Nordeste, nos termos do art. 46 do Estatuto Social, tendo sido proferido parecer favorável à celebração dos ajustes.

Nesse momento inicial, considerando a urgência que a situação tem requerido, celebraremos o Contrato de Programa, com as diretrizes gerais para a realização das compras conjuntas e um Contrato de Rateio específico para a aquisição de ventiladores pulmonares, nos quantitativos indicados por cada um dos estados consorciados, conforme segue:

*Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste  
- Consórcio Nordeste -*

- BA - 60
- CE - 30
- SE - 30
- PI - 30
- MA - 30
- RN - 30
- PE - 30
- AL - 30
- PB - 30

Para operacionalização da aquisição, cujo valor unitário é de **UD\$ 30.094,50 (trinta mil e noventa e quatro dólares americanos e cinquenta centavos)**, incluindo o valor correspondente ao frete e ao seguro. Aplicando-se o valor da cotação do dólar, o valor em reais por equipamento será de **R\$ 164.917,86 (cento e sessenta e quatro mil, novecentos e dezessete reais e oitenta e seis centavos)**.

Considerando, portanto, se tratar de compra vultosa e de produto de difícil obtenção no mercado nacional e internacional, precisaremos que sejam indicadas as respectivas dotações orçamentárias e transferidos os valores financeiros correspondentes no prazo de até 12 (doze) horas, para a conta bancária do Consórcio Nordeste, que segue abaixo indicada:

**CONSÓRCIO INTERESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO NORDESTE**

**Banco do Brasil – BB (001)**

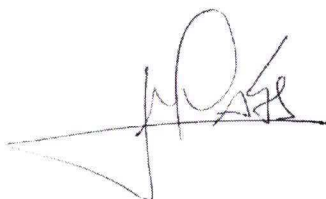
**Ag.: 3832-6**

**C/C.: 90.000-1**

**CNPJ: 34.304.033/0001-47**

Na oportunidade, renovamos os protestos de estima, solidariedade e compromisso com o desenvolvimento sustentável do Nordeste.

Atenciosamente,



**CARLOS EDUARDO GABAS**  
Secretário Executivo



Geraldo Antonio de Medeiros  
Secretário de Estado da Saúde  
Matrícula 169.135-0

*Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste*  
*- Consórcio Nordeste -*

*Para Providências*

*Custeio deverá ser realizado  
na data em que parlamentares*

**AUTORIZO NA FORMA DA LEI**  
**DATA: 07/04/2020**





*Somos todos*  
**PARAÍBA**  
Governo do Estado



SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

# ***DOCUMENTAÇÃO CONSÓRCIO NE***

Assinatura eletrônica de BONNARDENILEIA CESAR DE 06/06/2020

Secretaria de Estado da Saúde

Av. Dom Pedro II, 1826 - Torre. João Pessoa- PB | (83) 3211.9000

Notícia de Fato 001.2020.008486

Documento 2020/0000589238 criado em 09/06/2020 às 08:39

<https://mpvirtual.mppb.mp.br/public/validacao/76ba0b2ba362eec21c1b7d87aee3c116>

**RESOLUÇÃO Nº 06/2020, de 31 de março de 2020.**

Determina a realização de compras conjuntas, centralizadas ou compartilhadas, de bens e serviços voltados à estruturação da rede de urgência e emergência do sistema de saúde dos estados consorciados para o combate à pandemia do novo coronavírus (Covid-19).

O **PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO NORDESTE – CONSÓRCIO NORDESTE**, no uso de suas atribuições previstas no art. 32 do Estatuto deste Consórcio, em reunião telepresencial da Assembleia Geral Ordinária, ocorrida em 31 de março de 2020,

**CONSIDERANDO:**

a caracterização da doença causada pelo novo coronavírus (COVID-19) como pandemia pela Organização Mundial da Saúde, no dia 11 de março de 2020;

a Lei nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus responsável pelo surto de 2019;

o Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020,<sup>1</sup> que reconhece estado de calamidade pública, com efeitos até 31 de dezembro de 2020, e, nos termos do art. 1.º, § 2.º, da Lei 13.979/2020;

a Portaria nº 188, de 3 de fevereiro de 2020, do Ministério da Saúde que declara Emergência em Saúde Pública de importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus;

a Portaria 356, de 11 de março de 2020,<sup>2</sup> do Ministro de Estado da Saúde, que regulamentou a lei e definiu que “o encerramento da emergência de saúde pública de importância nacional está condicionada à avaliação de risco realizada pela Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde”;

a edição de Decretos de Calamidade Pública nos Estados do Nordeste;

a gravidade e o caráter absolutamente extraordinário da situação, impondo a adoção de medidas extremas de prevenção, o controle e a contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública, a fim de evitar a disseminação da doença, com redução da curva de contágio e para a estruturação do Sistema de Saúde para o atendimento da população;

<sup>1</sup> DOU, seção 1 Extra, 20 mar. 2020, p. 1.

<sup>2</sup> DOU, seção 1, 12 mar. 2020, p. 185.

que o Consórcio Nordeste tem, dentre as suas finalidades, a aquisição centralizada ou compartilhada de bens e serviços, bem assim o compartilhamento de experiências e sistemas de gestão;

que as aquisições centralizadas ou compartilhadas podem significar racionalidade de esforços e menores custos nas aquisições de bens e serviços para os estados consorciados tendo em vista ganhos em escala;

#### **RESOLVE:**

**Art. 1º.** Determinar a realização pelo Consórcio do Nordeste de aquisição conjuntas, centralizadas ou compartilhadas, de bens e serviços voltados a estruturação da rede de urgência e emergência do sistema de saúde dos estados consorciados para o combate à pandemia do novo coronavírus (Covid-19).

§ 1º. As aquisições conjuntas, centralizadas ou compartilhadas, poderão ser realizadas por meio de processos deflagrados pelo Consórcio Nordeste para aquisição de bens ou serviços ou mediante parceria ou acordos de cooperação técnica com agências e organismos internacionais, e posterior distribuição para os estados consorciados.

§ 2º. As aquisições de bens e serviços para o combate à pandemia deverão observar a legislação aplicável, sujeitando-se os atos decorrentes ao controle dos órgãos competentes.

**Art. 2º.** A equipe técnica do Consórcio efetuará o levantamento das demandas de aquisição junto aos Secretarias Estaduais da Saúde, avaliando a vantajosidade da aquisição, considerando os custos logísticos, cambiais e tributários.

**Parágrafo único.** Não obstante o levantamento prévio da demanda, a participação dos estados consorciados nos processos de aquisição conjunta, centralizada ou compartilhada, de bens e serviços se dará apenas após celebração de Contrato de Programa, com definição das obrigações constituídas entre os estados consorciados e destes com o Consórcio Nordeste, e de Contrato de Rateio, nos termos do art. 3º desta Resolução.

**Art. 3º.** A definição dos valores, das regras e dos critérios de participação financeira dos entes Consorciados no custeio das despesas decorrentes da realização de aquisições centralizadas ou compartilhadas dos bens e serviços se dará por meio da celebração de Contrato de Rateio, o qual especificará os bens e serviços pretendidos, os respectivos quantitativos, os valores a serem aportados e a correspondente dotação orçamentária pertinentes a cada Consorciado.

§ 1º. O rateio das despesas entre os entes Consorciados será feito conforme as demandas de bens e serviços que vierem a ser adquiridos conjuntamente e que tenham sido objeto de manifestação prévia de interesse do estado consorciado.

§ 2º. O prazo de vigência do Contrato de Rateio não será superior ao das dotações orçamentárias que o suportam.



§ 3º. Os estados consorciados deverão manifestar interesse ao Consórcio Nordeste, previamente à instauração de cada procedimento de aquisição, considerando a situação de calamidade pública decretada e o comportamento atual do mercado.

§ 4º. Nas compras conjuntas, centralizadas ou compartilhadas, mediante parceria ou acordos de cooperação técnica com agências e organismos internacionais, ou em situações em que se justifique, o repasse de recursos financeiros poderá se dar de forma antecipada, observando-se as regras de atuação internacional e, em todo caso, adotando-se os mecanismos de minimização dos riscos decorrentes.

§ 5º. A execução do Contrato de Rateio será acompanhada e fiscalizada pelos estados consorciados, que, para tanto, poderão solicitar do Consórcio Nordeste e seus prepostos todas as informações e solicitar providências necessárias ao bom andamento do contrato.

Art. 4º. Os custos administrativos e operacionais incorridos pelo Consórcio Nordeste para a realização dos procedimentos de aquisição conjunta, centralizadas ou compartilhadas, deverão ser ressarcidos pelos estados consorciados na proporção dos valores das compras realizadas, desde que devidamente justificados e autorizados.

Art. 5º. O Consórcio Nordeste poderá, por meio da celebração de Convênio, se valer do apoio técnico e operacional da Secretaria de Saúde do Estado da Bahia para a realização dos processos de aquisição de bens e serviços com vistas à promoção, prevenção e à garantia de assistência à saúde para as pessoas em decorrência da pandemia de COVID-19.

Art. 6º. O Consórcio Nordeste poderá se utilizar dos instrumentos de estímulo à inovação, assim como os processos e instrumentos de compras governamentais previstos na Lei nº 10.974, de 02 de dezembro de 2004, com as alterações da Lei nº 13.243/2016, inclusive as parcerias estratégicas, desenvolvimento de projetos de cooperação e encomendas tecnológicas.

Art. 7º. A Procuradoria do Estado da Bahia, nos termos do art. 46 do Estatuto Social, será responsável pela análise jurídica dos instrumentos contratuais a serem propostos, sem prejuízo da análise de cada órgão de assessoramento estadual, funcionando o Fórum dos Procuradores Gerais do Nordeste como órgão jurídico consultivo.

Art. 8º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Nordeste do Brasil, 31 de março de 2020.



RUI COSTA

PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERESTADUAL DE  
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO NORDESTE  
GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA





### CONTRATO DE PROGRAMA Nº 01/2020

CONTRATO DE PROGRAMA QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO NORDESTE E OS RESPECTIVOS CONSORCIADOS PARA REALIZAÇÃO DE COMPRAS GOVERNAMENTAIS.

O **CONSÓRCIO INTERESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO NORDESTE**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº 34.304.033/0001-47, com sede na 3ª Avenida do Centro Administrativo da Bahia, 390, Salvador/BA, CEP 41.745-005, neste ato representado por seu Presidente Rui Costa dos Santos, inscrito no CPF/MF sob o nº 237.909.975-87, residente e domiciliado na Ladeira do Jardim Zoológico, s/n, Palácio do Governo, Ondina, CEP: 40.170-720, doravante denominado **CONSÓRCIO NORDESTE** ou simplesmente **CONSÓRCIO**, o **ESTADO DE ALAGOAS**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 12.200.192/0001-69, com sede na Rua Cincinato Pinto, s/n, Palácio República dos Palmares, Maceió/AL, neste ato representado pelo Governador do Estado, JOSÉ RENAN VASCONCELOS CALHEIROS FILHO, o **ESTADO DA BAHIA**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 08.584.392/0001-95, com sede na 3ª Avenida, nº 390, Plataforma IV, 1º andar, Centro Administrativo da Bahia, CEP: 41.745-005, neste ato representado pelo Governador do Estado, RUI COSTA DOS SANTOS, o **ESTADO DO CEARÁ**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 07.954.480/0001-79, com sede no Palácio da Abolição, Avenida Barão Studart, nº 585, Meireles, Fortaleza/CE, neste ato representado pelo Governador do Estado, CAMILO SOBREIRA DE SANTANA, o **ESTADO MARANHÃO** inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 06.354.468/0002-41, com sede na Palácio dos Leões, Avenida Pedro II, São Luís/MA, neste ato representado pelo Governador do Estado, FLÁVIO DINO DE CASTRO E COSTA, o **ESTADO DA PARAÍBA**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 08.761.124/0001-00, com sede na Praça João Pessoa, s/n, João Pessoa/PB, neste ato representado pelo Governador do Estado, JOÃO AZEVEDO LINS FILHO, o **ESTADO DE PERNAMBUCO**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 10.571.982/0001-25, com sede na Praça da República, s/n Bairro de Santo Antônio, neste ato representado pela Governador do Estado, PAULO HENRIQUE SARAIVA CÂMARA, o **ESTADO DO PIAUÍ**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 06.533.481/0001-49, com sede na Avenida Antonino Freire, nº 1450, Centro, Teresina/PI, neste ato representado pelo Governador do Estado, JOSÉ WELLINGTON BARROSO DE ARAÚJO DIAS, o **ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 08.241.739/0001-05, com sede na BR 101 Km 0, Centro Administrativo, Lagoa Nova, Natal/RN, neste ato representado pela Governadora do Estado MARIA DE FÁTIMA BEZERRA, e o **ESTADO DE SERGIPE**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 13.128.798/0001-01, com sede na Avenida Adélia Franco, Palácio dos Despachos, nº 962, Aracaju/SE, neste ato representado pelo Governador do Estado, BELIVALDO CHAGAS SILVA, denominados, em conjunto, **CONSORCIADOS** e, individualmente, **CONSORCIADO**;

considerando a constituição do **CONSÓRCIO NORDESTE** que tem por objetivo o desenvolvimento sustentável do Nordeste;

considerando que o **CONSÓRCIO NORDESTE** tem, dentre as suas finalidades,



a aquisição centralizada ou compartilhada de bens e serviços, bem assim como o compartilhamento de experiências e sistemas de gestão;



considerando a classificação pela Organização Mundial da Saúde, no dia 11 de março de 2020, como pandemia do Novo Coronavírus;

considerando a Lei nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus responsável pelo surto de 2019;

considerando a Portaria nº 188, de 3 de fevereiro de 2020, do Ministério da Saúde que declara Emergência em Saúde Pública de importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus;

considerando que a situação demanda o emprego urgente de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública, a fim de evitar a disseminação da doença;

considerando que as aquisições centralizadas ou compartilhadas podem significar racionalidade de esforços e menores custos nas aquisições de bens e serviços para os **CONSORCIADOS** tendo em vista ganhos em escala;

firmam o presente **CONTRATO DE PROGRAMA** em consonância com a Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, nos termos e condições seguintes:

## CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Constitui objeto do presente **CONTRATO DE PROGRAMA** a cooperação entre os **CONSORCIADOS** com vistas à realização de aquisições centralizadas ou compartilhadas de bens e serviços, com vistas à promoção, prevenção e à garantia de assistência à saúde para as pessoas em decorrência da pandemia de COVID-19.

**Parágrafo primeiro.** As aquisições centralizadas ou compartilhadas poderão ser realizadas por meio de processos deflagrados pelo **CONSÓRCIO NORDESTE** para aquisição de bens ou serviços ou mediante parceria ou acordos de cooperação técnica com agências e organismos internacionais, e posterior distribuição para os **CONSORCIADOS**.

**Parágrafo segundo.** Na hipótese de realização da contratação dos bens e serviços pelo próprio **CONSÓRCIO NORDESTE**, para posterior distribuição aos **CONSORCIADOS**, deverá ser firmado previamente **Contrato de Rateio**, o qual especificará os bens e serviços pretendidos, os respectivos quantitativos, os valores a serem aportados e a correspondente dotação orçamentária pertinentes a cada **CONSORCIADO**.

**Parágrafo terceiro.** Para realização do objeto deste **CONTRATO DE PROGRAMA**, o **CONSÓRCIO NORDESTE** poderá utilizar sistemas de tecnologia da informação cedidos pelos **CONSORCIADOS**.

**Parágrafo quarto.** Nas aquisições centralizadas ou compartilhadas realizadas no âmbito deste **CONTRATO DE PROGRAMA**, será utilizada a legislação federal vigente, nos termos da **CLÁUSULA 36º do Contrato de Consórcio**.

**Parágrafo quinto.** Para participar das aquisições centralizadas ou compartilhadas de bens e serviços objeto deste **CONTRATO DE PROGRAMA** cada **CONSORCIADO** deverá manifestar interesse ao **CONSÓRCIO NORDESTE**, previamente à instauração de cada procedimento de aquisição.

## **CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DO CONSÓRCIO NORDESTE**

Incumbem ao **CONSÓRCIO NORDESTE** as seguintes obrigações e responsabilidades:

- a. prover os sistemas de tecnologia da informação necessários a realização de aquisições centralizadas ou compartilhadas de bens e serviços;
- b. realizar os processos de aquisição e, na hipótese do parágrafo segundo da **CLÁUSULA PRIMEIRA**, firmar os respectivos contratos, disciplinando, neste caso, o sistema de distribuição entre os **CONSORCIADOS**;
- c. realizar audiências e consultas públicas para divulgação dos processos de aquisição que deflagrar;
- d. gerenciar as atas de registro de preços ou bancos de preços decorrentes dos processos de aquisição que deflagrar;
- e. coordenar os trabalhos das diversas Secretarias de Estados incumbidas de indicar os bens e serviços a serem objeto de aquisições centralizadas ou compartilhadas, acompanhadas das correspondentes especificações técnicas e estimativas de preços e quantidades.

**Parágrafo único.** Na hipótese do parágrafo terceiro da **CLÁUSULA PRIMEIRA**, o **CONSORCIADO** indicado pela Assembleia Geral será responsável pelas atividades previstas nas alíneas *d* e *e* desta Cláusula.

## **CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DOS CONSORCIADOS**

Incumbem aos **CONSORCIADOS** as seguintes obrigações e responsabilidades:

- a) designar servidores públicos responsáveis por indicar ao **CONSÓRCIO NORDESTE** os bens e serviços a serem objeto de aquisições centralizadas ou compartilhadas, acompanhadas das correspondentes especificações técnicas e estimativas







de quantidades e preços;

b) prestar as informações solicitadas pelo **CONSÓRCIO NORDESTE**;

c) quando ceder ao **CONSÓRCIO NORDESTE** sistemas de tecnologia da informação, na hipótese do **Parágrafo quarto** da **CLÁUSULA PRIMEIRA**, autorizar o fornecimento de senhas, de uso pessoal e intransferível, de acesso aos sistemas aos empregados do **CONSÓRCIO** e aos servidores dos **CONSORCIADOS**;

d) transferir, de acordo com o Contrato de Rateio mencionado no **Parágrafo segundo** da **CLÁUSULA PRIMEIRA**, os recursos financeiros necessários à execução do objeto deste CONTRATO DE PROGRAMA.

#### **CLÁUSULA QUARTA – DA FISCALIZAÇÃO, DO ACOMPANHAMENTO E DA AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS**

Os **CONSORCIADOS** serão responsáveis pela fiscalização da execução deste **CONTRATO DE PROGRAMA**, cabendo-lhes avaliar o desempenho do **CONSÓRCIO** tendo em vista os objetivos deste ajuste.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS E TRANSPARÊNCIA**

O **CONSÓRCIO** elaborará e apresentará aos **CONSORCIADOS** relatórios circunstanciados semestrais a respeito da execução deste **CONTRATO DE PROGRAMA**, indicando os resultados alcançados.

**Parágrafo primeiro.** Os **CONSORCIADOS** poderão exigir, a qualquer tempo, que o **CONSÓRCIO** forneça informações complementares e apresente o detalhamento de tópicos constantes dos relatórios mencionados desta Cláusula.

**Parágrafo segundo.** Caberá ao **CONSÓRCIO** fornecer informações e certidões solicitadas por cidadãos, organizações da sociedade civil e pelos **CONSORCIADOS**.

#### **CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA**

O presente **CONTRATO DE PROGRAMA** terá vigência de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado mediante termo aditivo.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DA EXTINÇÃO**

O presente **CONTRATO DE PROGRAMA** poderá ser extinto mediante o cumprimento do seu objeto ou nas seguintes hipóteses:

a) alteração de quaisquer dispositivos do **CONTRATO DE CONSÓRCIO** que implique em modificações nas condições da constituição do **CONSÓRCIO NORDESTE** como executor das ações constantes deste **CONTRATO DE PROGRAMA**;

b) superveniência de norma legal ou fato administrativo que o torne, materialmente, inexequível.



#### CLÁUSULA OITAVA – DA RETIRADA

Por meio de ato unilateral, qualquer **CONSORCIADO** poderá retirar-se do presente **CONTRATO DE PROGRAMA**, mediante aviso prévio, com comprovada motivação jurídica ou legal, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias, respeitando as obrigações já pactuadas.

#### CLAUSULA NONA – DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Considerando que o **CONSÓRCIO NORDESTE** encontra-se em fase de implantação, até que se ultime sua completa estruturação, os processos de bens e serviços com vistas à promoção, prevenção e à garantia de assistência à saúde para as pessoas em decorrência da pandemia de COVID-19, observado o disposto no **parágrafo quarto** da **CLÁUSULA PRIMEIRA**, poderão ser cometidos a um **CONSORCIADO**, por meio de Convênio, indicado pela Assembleia Geral do **CONSÓRCIO NORDESTE**.

**Parágrafo Único.** O **CONSÓRCIO**, para a realização dos objetivos do presente contrato, poderá realizar acordos de cooperação com organismos internacionais multilaterais.

#### CLAUSUL

#### A DÉCIMA - DO FORO

Eventuais controvérsias sobre este instrumento serão dirimidas perante o Supremo Tribunal Federal, nos termos do art. 102, I, f, da Constituição Federal.

E por estarem de acordo com as cláusulas e condições acima estabelecidas, assinam o presente **CONTRATO DE PROGRAMA**, em 10 (dez) vias de igual teor e forma, para os devidos fins de direito que, depois de lido e assinado pelas partes e pelas testemunhas, terá publicado seu extrato no Diário Oficial dos entes **CONSORCIADOS** para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Salvador/BA, 31 de março de 2020.

**CONSÓRCIO INTERESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO NORDESTE**

**Presidente Rui Costa dos Santos**

**ESTADO DE ALAGOAS**



**José Renan Vasconcelos Calheiros Filho**



**ESTADO DA BAHIA**  
**Rui Costa dos Santos**

**ESTADO DO CEARÁ**  
**Camilo Sobreira de Santana**

**ESTADO DO MARANHÃO**  
**Flávio Dino de Castro e Costa**

**ESTADO DA PARAÍBA**  
**João Azevedo Lins Filho**

**ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**Paulo Henrique Saraiva Câmara**

**ESTADO DO PIAUÍ**  
**José Wellington Barroso de Araújo Dias**

**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**  
**Maria de Fátima Bezerra**

**ESTADO DE SERGIPE**  
**Belivaldo Chagas Silva**

Assinado eletronicamente por BONDENILEYACEN/06/20/02/2020



**Governador**, em 09/04/2020, às 18:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014.



Documento assinado eletronicamente por **Rui Costa dos Santos, Governador**, em 09/04/2020, às 19:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014.



Documento assinado eletronicamente por **Flávio Dino de Castro e Costa, Governador**, em 13/04/2020, às 18:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014.



Documento assinado eletronicamente por **Paulo Henrique Saraiva Câmara, Usuário Externo**, em 15/04/2020, às 18:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014.



Documento assinado eletronicamente por **José Renan Vasconcelos Calheiros Filho, Governador**, em 15/04/2020, às 18:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014.



Documento assinado eletronicamente por **Belivaldo Chagas Silva, Governador**, em 16/04/2020, às 09:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014.



Documento assinado eletronicamente por **João Azevêdo Lins Filho, Governador**, em 16/04/2020, às 11:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014.



Documento assinado eletronicamente por **Camilo Sobreira de Santana, Governador**, em 16/04/2020, às 15:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014.



Documento assinado eletronicamente por **Maria de Fátima Bezerra, Governador**, em 17/04/2020, às 12:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://seibahia.ba.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://seibahia.ba.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **00017652852** e o código CRC **1A248C30**.

Assinado eletronicamente por Rui Costa dos Santos, Governador, em 09/06/2020 às 08:39

Referência: Processo nº 200.13103.2020.0000002-24

SEI nº 00017652852





## CONTRATO DE RATEIO

### CONTRATO DE RATEIO Nº 01/2020

CONTRATO DE RATEIO QUE DELIMITA O RATEIO DAS DESPESAS OPERACIONAIS COM A AQUISIÇÃO CONJUNTA E COMPARTILHADA DE BENS QUE INDICA EM DECORRÊNCIA DA PANDEMIA DE COVID-19, CELEBRADO ENTRE ESTE CONSÓRCIO E OS ESTADOS CONSORCIADOS.

O **CONSÓRCIO INTERESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO NORDESTE**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº 34.304.033/0001-47, com sede na 3ª Avenida do Centro Administrativo da Bahia, 390, Salvador/BA, CEP 41.745-005, neste ato representado por seu Presidente Rui Costa dos Santos, inscrito no CPF/MF sob o nº 237.909.975-87, residente e domiciliado na Ladeira do Jardim Zoológico, s/n, Palácio do Governo, Ondina, CEP: 40.170-720, doravante denominado **CONSÓRCIO NORDESTE** ou simplesmente **CONSÓRCIO**, o **ESTADO DE ALAGOAS**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 12.200.192/0001-69, com sede na Rua Cincinato Pinto, s/n, Palácio República dos Palmares, Maceió/AL, neste ato representado pelo Governador do Estado, JOSÉ RENAN VASCONCELOS CALHEIROS FILHO, o **ESTADO DA BAHIA**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 08.584.392/0001-95, com sede na 3ª Avenida, nº 390, Plataforma IV, 1º andar, Centro Administrativo da Bahia, CEP: 41.745-005, neste ato representado pelo Governador do Estado, RUI COSTA DOS SANTOS, o **ESTADO DO CEARÁ**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 07.954.480/0001-79, com sede no Palácio da Abolição, Avenida Barão Studart, nº 585, Meireles, Fortaleza/CE, neste ato representado pelo Governador do Estado, CAMILO SOBREIRA DE SANTANA, o **ESTADO MARANHÃO** inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 06.354.468/0002-41, com sede na Palácio dos Leões, Avenida Pedro II, São Luís/MA, neste ato representado pelo Governador do Estado, FLÁVIO DINO DE CASTRO E COSTA, o **ESTADO DA PARAÍBA**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 08.761.124/0001-00, com sede na Praça João Pessoa, s/n, João Pessoa/PB, neste ato representado pelo Governador do Estado, JOÃO AZEVEDO LINS FILHO, o **ESTADO DE PERNAMBUCO**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 10.571.982/0001-25, com sede na Praça da República, s/n Bairro de Santo Antônio, neste ato representado pela Governador do Estado, PAULO HENRIQUE SARAIVA CÂMARA, o **ESTADO DO PIAUÍ**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 06.533.481/0001-49, com sede na Avenida Antonino Freire, nº 1450, Centro, Teresina/PI, neste ato representado pelo Governador do Estado, JOSÉ WELLINGTON BARROSO DE ARAÚJO DIAS, o **ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 08.241.739/0001-05, com sede na BR 101 Km 0, Centro Administrativo, Lagoa Nova, Natal/RN, neste ato representado pela Governadora do Estado MARIA DE FÁTIMA BEZERRA, e o **ESTADO DE SERGIPE**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 13.128.798/0001-01, com sede na Avenida Adélia Franco, Palácio dos Despachos, nº 962,



Aracaju/SE, neste ato representado pelo Governador do Estado, BELIVALDO CHAGAS SILVA, 1720 denominados, em conjunto, **CONSORCIADOS** e, individualmente, **CONSORCIADO**, 18



considerando a constituição do **CONSÓRCIO NORDESTE** que tem por objetivo o desenvolvimento sustentável do Nordeste;

considerando que o **CONSÓRCIO NORDESTE** tem, dentre as suas finalidades, a aquisição centralizada ou compartilhada de bens e serviços, bem assim o compartilhamento de experiências e sistemas de gestão;

considerando a classificação pela Organização Mundial da Saúde, no dia 11 de março de 2020, como pandemia do Novo Coronavírus;

considerando a Lei nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus responsável pelo surto de 2019;

considerando a Portaria nº 188, de 3 de fevereiro de 2020, do Ministério da Saúde que declara Emergência em Saúde Pública de importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus;

considerando que a situação demanda o emprego urgente de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública, a fim de evitar a disseminação da doença;

considerando que as aquisições centralizadas ou compartilhadas podem significar racionalidade de esforços e menores custos nas aquisições de bens e serviços para os **CONSORCIADOS** tendo em vista ganhos em escala;

firmam o presente **CONTRATO DE RATEIO**, em consonância com o Contrato de Programa nº 001/2020, com o art. 8º da Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, e nos termos e condições seguintes:

### **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

Constitui objeto do presente **CONTRATO DE RATEIO** a definição dos valores, das regras e dos critérios de participação financeira dos entes **CONSORCIADOS** no custeio das despesas decorrentes da realização de aquisições centralizadas ou compartilhadas dos bens e serviços indicados no Anexo I, visando à promoção, prevenção e à garantia de assistência à saúde, em decorrência da pandemia de COVID-19.

**Parágrafo único.** Os valores definidos neste **CONTRATO DE RATEIO** a cargo de cada ente **CONSORCIADO** deverão ser entregues ao **CONSÓRCIO** no prazo de até 5 (cinco) dias da celebração deste Contrato.

### **CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS**

As despesas decorrentes de execução deste **CONTRATO DE RATEIO** correrão à conta de dotações consignadas nas leis orçamentárias dos entes **CONSORCIADOS**.

**Parágrafo Único.** Os entes **CONSORCIADOS** signatários comprometem-se a envidar esforços no sentido de incluir nos seus respectivos orçamentos dotações suficientes à cobertura das despesas decorrente deste **CONTRATO DE RATEIO**.

Assinatura eletrônica em 09/06/2020 às 08:39





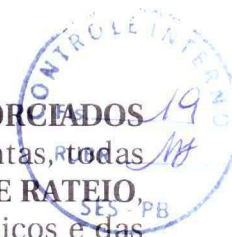
### CLÁUSULA TERCEIRA – DOS VALORES

As despesas decorrentes da aquisição centralizada ou compartilhadas dos bens e serviços indicados no Anexo I são de R\$ **49.475.358,00** (quarenta e nove milhões, quatrocentos e setenta e cinco mil e trezentos e cinquenta e oito reais):

Estados	Código orçamentário/contábil	Discriminação da natureza da despesa	Valor em R\$
ALAGOAS	10.305.0245.1-001	4.4.90.52.00.00	4.947.535,80
BAHIA	10.305.0245.1-001	4.4.90.52.00.00	9.895.071,60
CEARÁ	10.305.0245.1-001	4.4.90.52.00.00	4.947.535,80
MARANHÃO	10.305.0245.1-001	4.4.90.52.00.00	4.947.535,80
PARAIBA	10.305.0245.1-001	4.4.90.52.00.00	4.947.535,80
PERNAMBUCO	10.305.0245.1-001	4.4.90.52.00.00	4.947.535,80
PIAUI	10.305.0245.1-001	4.4.90.52.00.00	4.947.535,80
RIO GRANDE DO NORTE	10.305.0245.1-001	4.4.90.52.00.00	4.947.535,80
SERGIPE	10.305.0245.1-001	4.4.90.52.00.00	4.947.535,80
TOTAL	49.475.358,00		

**Parágrafo Primeiro.** O rateio das despesas entre os entes **CONSORCIADOS** será feito conforme as demandas de bens e serviços que vierem a ser adquiridos conjuntamente e especificados no **Anexo I** deste Contrato.

**Parágrafo Segundo.** O **CONSÓRCIO** deverá discriminar as despesas a serem executadas, observando os critérios de classificação funcional, programática, por natureza de despesa e por fonte / destinação de recursos.



**Parágrafo Terceiro.** O **CONSÓRCIO** deverá fornecer aos entes **CONSORCIADOS** as informações necessárias para que sejam consolidadas, nas suas respectivas contas, todas as despesas realizadas com os recursos entregues em virtude deste **CONTRATO DE RATEIO**, de forma que possam ser contabilizadas na conformidade dos elementos econômicos e das atividades ou projetos atendidos.

**Parágrafo Quarto.** Os entes **CONSORCIADOS** efetuarão em suas contabilidades o registro das informações do prestadas pelo **CONSÓRCIO**, nos termos do Parágrafo Terceiro desta Cláusula, necessárias à consolidação dos seus demonstrativos fiscais.

**Parágrafo Quinto.** Para elaboração dos demonstrativos previsto na Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), os entes **CONSORCIADOS** computarão as despesas executadas na modalidade de aplicação referente às transferências efetuadas, observando a metodologia de elaboração estabelecida pelo Manual de Demonstrativos Fiscais, da Secretaria do Tesouro Nacional.

#### CLÁUSULA QUARTA – DO VENCIMENTO E DA FORMA DE PAGAMENTO

Os entes **CONSORCIADOS** devem integralizar suas respectivas cotas, definidas no **Anexo II** deste **CONTRATO DE RATEIO**, no prazo de até 5 (cinco) dias, contado da data de assinatura deste instrumento, mediante repasse efetivado por transferência do valor respectivo à conta de corrente nº **90.000-1**, da agência nº **3832-6**, do Banco do Brasil (001), de titularidade do **CONSÓRCIO**.

**Parágrafo Primeiro.** A obrigação de efetivar os repasses, nos montantes e na forma definidos nesta Cláusula Quarta, tem caráter irrevogável até o seu total cumprimento, salvo mediante Distrato deste **CONTRATO DE RATEIO**, mediante anuência de todos os entes **CONSORCIADOS**, em Assembleia Geral, ficando assegurada a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro deste Contrato.

**Parágrafo Segundo.** Os recursos repassados ao **CONSÓRCIO** na forma desta Cláusula poderão ser aplicados no mercado financeiro, desde que os resultados dessa aplicação sejam apropriados, integralmente, na execução do presente Contrato.

#### CLÁUSULA QUINTA – DAS ALTERAÇÕES

Quaisquer alterações de valores ou do cronograma de desembolso/repasses, na forma disposta na Cláusula Quarta, não serão permitidas nem promovidas, salvo disposição mediante a celebração de Termo Aditivo, autorizado pela Assembleia Geral, ficando assegurada a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro deste **CONTRATO DE RATEIO**.

#### CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DOS CONSORCIADOS

São obrigações dos entes **CONSORCIADOS**:

- I – Repassar recursos financeiros ao **CONSÓRCIO** conforme o prazo e os valores estabelecidos no presente **CONTRATO DE RATEIO**;
- II – Exigir o pleno cumprimento das obrigações previstas neste **CONTRATO DE RATEIO**, quando adimplente de suas respectivas obrigações.

Assinatura eletrônica do ente: BONNARDENILTONACARDO6/2/08/2020





## CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONSÓRCIO

São obrigações do **CONSÓRCIO**:

- I- Aplicar os recursos oriundos do presente **CONTRATO DE RATEIO** com observância das normas da contabilidade pública;
- II - Executar as receitas e despesas em conformidade com as normas de direito financeiro aplicáveis às entidades públicas;
- III – Informar mensalmente a todos os consorciados as despesas realizadas com os recursos repassados com base no presente **CONTRATO DE RATEIO**.

## CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA

O presente **CONTRATO DE RATEIO** vigorará até o dia 31 de dezembro de 2020.

## CLÁUSULA NOVA - DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO.

A execução do objeto deste contrato será acompanhada e fiscalizada pelos entes **CONSORCIADOS**, na pessoa do Presidente do **CONSÓRCIO**, que, para tanto, poderá solicitar do **CONSÓRCIO** e seus prepostos todas as informações e solicitar providências necessárias ao bom andamento deste **CONTRATO DE RATEIO**.

## CLAUSULA DÉCIMA - DO FORO

Eventuais controvérsias sobre este instrumento serão dirimidas perante o Supremo Tribunal Federal, nos termos do art. 102, I, f, da Constituição Federal.

E por estarem de acordo com as cláusulas e condições acima estabelecidas, assinam o presente **CONTRATO DE RATEIO**, em 02 vias de igual teor e forma, para os devidos fins de direito que, depois de lido e assinado pelas partes e pelas testemunhas, terá publicado seu extrato no Diário Oficial dos entes **CONSORCIADOS** para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

NORDESTE DO BRASIL, 06 DE ABRIL DE 2020

CONSÓRCIO INTERESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO NORDESTE

ESTADO DA BAHIA

PRESIDENTE RUI COSTA

ESTADO DE ALAGOAS

JOSÉ RENAN VASCONCELOS CALHEIROS FILHO

ESTADO DO CEARÁ

CAMILO SOBREIRA DE SANTANA



ESTADO DO MARANHÃO  
FLÁVIO DINO DE CASTRO E COSTA

ESTADO DA PARAÍBA  
JOÃO AZEVEDO LINS FILHO

ESTADO DE PERNAMBUCO  
PAULO HENRIQUE SARAIVA CÂMARA

ESTADO DO PIAUÍ  
JOSÉ WELLINGTON BARROSO DE ARAÚJO DIAS

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
MARIA DE FÁTIMA BEZERRA

ESTADO DE SERGIPE  
BELIVALDO CHAGAS SILVA

**ANEXO I – RELAÇÃO DOS BENS E SERVIÇOS A SEREM ADQUIRIDOS**

QUANTIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	TOTAL DA LINHA	VALOR EM REAIS (R\$)
300 PCs	Ventilador AV-2000B3 de UTI portátil elétrico ICU	US 28.900,00	US 8.670.000,00	R\$ 47.511.600,00





	com compressor de ar NCM 9022901			
Frete FOB Brasil Peso 8T	Rota aérea internacional Guangzhou Guangdong China RPC Miami FL US Recife PE – Brasil Aeronave 747/ 4000  Especificações em contrato	US 246.000,00	US 246.000,00	R\$ 1.348.080,00
Insurance Incoterms All risks Seguro Intermodal internacional de bens Responsabilidade da operação de transporte ROTR-VI	Especificações em contrato	US 112.350,00	US 112.350,00	R\$ 615.678,00
		Total:	US 9.028.350,00	R\$ 49.475.358,00

ESTADO CONSORCIADO	QUANTIDADE	VALOR R\$
ALAGOAS	30 unidades	4.947.535,80
BAHIA	60 unidades	9.895.071,60
CEARÁ	30 unidades	4.947.535,80
MARANHÃO	30 unidades	4.947.535,80
PARAÍBA	30 unidades	4.947.535,80
PERNAMBUCO	30 unidades	4.947.535,80
PIAUÍ	30 unidades	4.947.535,80



RIO GRANDE DO NORTE	30 unidades	4.947.535,80
SERGIPE	30 unidades	4.947.535,80



Documento assinado eletronicamente por **José Renan Vasconcelos Calheiros Filho, Governador**, em 15/04/2020, às 18:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014.



Documento assinado eletronicamente por **Flávio Dino de Castro e Costa, Governador**, em 15/04/2020, às 19:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014.



Documento assinado eletronicamente por **Belivaldo Chagas Silva, Governador**, em 16/04/2020, às 09:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014.



Documento assinado eletronicamente por **João Azevêdo Lins Filho, Governador**, em 16/04/2020, às 11:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014.



Documento assinado eletronicamente por **José Wellington Barroso de Araujo Dias, Governador**, em 16/04/2020, às 11:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014.



Documento assinado eletronicamente por **Camilo Sobreira de Santana, Governador**, em 16/04/2020, às 14:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014.



Documento assinado eletronicamente por **Paulo Henrique Saraiva Câmara, Usuário Externo**, em 16/04/2020, às 17:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014.



Documento assinado eletronicamente por **Rui Costa dos Santos, Governador**, em 17/04/2020, às 19:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014.



Documento assinado eletronicamente por **Maria de Fátima Bezerra, Governador**, em 22/04/2020, às 16:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.bahia.ba.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.bahia.ba.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **00017774613** e o código CRC **4257C1ED**.





GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA  
CONSORCIO NORDESTE-CIDSNE

## TERMO DE REFERÊNCIA/PROJETO BÁSICO

### DISPENSA DE LICITAÇÃO LEI 13.979/2020

#### DISPENSA Nº 004/2020

(Processo Administrativo nº 200.13105.2020.0000001-13)

#### 1. DECLARAÇÃO DO OBJETO

1. Aquisição de 300 (trezentos) ventiladores pulmonares por dispensa de licitação para o enfrentamento da transmissão comunitária do vírus em conformidade com o art. 4º da Lei nº 13.979 de 2020, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento, visando atender demandas do Consórcio Interestadual de Desenvolvimento sustentável do Nordeste.

#### 2. ESPECIFICAÇÃO DOS MATERIAIS/INSUMOS E QUANTIDADES

ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE
- Ventilador de UTI portátil elétrico ICU com compressor de ar	<b>300 assim distribuídos:</b>
Ventilador multifuncional que adota controle pneumático, eletrônico e tecnologia de microcomputador. Componentes exportados são utilizados para garantir estabilidade e confiabilidade operacional. Com tela colorida (TEF) para exibir vários parâmetros de medição e configuração, o dispositivo é muito adequado para tratamento respiratório, aplicável aos departamentos médico, cirúrgico e ginecológico, departamento de pediatria, primeiros socorros e departamentos de UTI de hospitais em diferentes níveis	Alagoas – 30
	Bahia – 60
	Ceará – 30
	Maranhão – 30
	Paraíba – 30
	Pernambuco – 30
	Piauí – 30
	Rio Grande do Norte – 30
	Sergipe – 30

#### 3. FUNDAMENTAÇÃO SIMPLIFICADA DA CONTRATAÇÃO

3. A transmissão do coronavírus no Brasil já foi considerada comunitária, conforme Portaria do Ministério da Saúde n. 454/2020, com possibilidade de aumento e agravamento de casos. O



enfrentamento de uma epidemia requer a contratação de materiais e insumos de prevenção de contágio, transmissão e manejo clínico dos casos diagnosticados.

3. A necessidade da contratação pública fundamenta-se em critérios técnicos tomando por base a doença e transmissão do vírus, assim como as projeções do seu comportamento, além das orientações dos órgãos oficiais de saúde, especialmente quanto à disponibilidade de materiais de higiene, e equipamentos hospitalares e de proteção individual, dentre outros bens e insumos que se fizerem necessários.
3. Neste sentido é necessária a contratação pública de insumos/equipamentos de forma emergencial para o enfrentamento da transmissão comunitária do vírus em conformidade com a Lei nº 13.979 de 2020, nos termos deste termo de referência

#### 4. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

4. Os bens objeto da presente contratação são classificados como comuns, pois os padrões de desempenho e qualidade encontram-se objetivamente definidos no item 1. **DECLARAÇÃO DO OBJETO**, por meio de especificações usuais no mercado.

#### 5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO.

5. Na hipótese de haver restrição de fornecedores, a autoridade competente, excepcionalmente e mediante justificativa, poderá **dispensar a apresentação de documentação** relativa à regularidade fiscal e trabalhista ou, ainda, o cumprimento de um ou mais requisitos de habilitação, ressalvados a exigência de apresentação de prova de regularidade relativa à Seguridade Social e o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do **caput** do art. 7º da Constituição, conforme modelo constante do Anexo I.
5. O prazo de entrega dos bens é de no mínimo 10 (dez) e no máximo 20 (vinte) dias após a comprovação do pagamento e o envio do fornecedor da Nota Fiscal de recebimento.
5. Trata-se de pagamento adiantado por se tratar de produtos importados.

#### 6. LOCAL DE ENTREGA

6. No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a 01 (um) anos, ou a metade do prazo total recomendado pelo fabricante.
6. O recebimento do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

4.5. A contratação deverá seguir os seguintes parâmetros de Responsabilidade Socioambiental:

4.5.1 Os critérios de sustentabilidade da demanda deverão estar alinhados a diretriz do art. 3 da Lei 8666/93, Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia Geral da União e normativos correlatos.

4.5.2 DA SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL: a empresa deverá apresentar material constituído e embalado com critérios socioambientais vigentes decorrentes da Lei nº 6.938/81 e regulamentos, com os respectivos registros e comprovações oficiais (ex. Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras, ANVISA, ou certificação energética), além de atentar para as exigências da Política de Resíduos Sólidos.

4.6.3 DA SUSTENTABILIDADE ECONÔMICA, SOCIAL e CULTURAL: A contratação atende as diretrizes da Lei nº 13.979/20, além de atingir diretamente as necessidades sociais, haja vista ser o objeto para imediato combate a pandemia coronavírus, bem como seguir alinhada aos padrões nacionais de aquisição para enfrentamento da calamidade.

#### 7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 05 (cinco) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
  1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.
7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
7. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.





1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$ , sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)	I =	( 6 / 100 )	I = 0,00016438 TX = Percentual da taxa anual = 6%
----------	-----	-------------	--

365

Brasília, 26 de março de 2020

<Inserir o texto aqui.>



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Eduardo Gabas, Secretário Executivo Conselho**, em 07/04/2020, às 11:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014.

06/05/2020

SEI/GOVBA - 00017534141 - Termo de Referência



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://seibahia.ba.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://seibahia.ba.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **00017534141** e o código CRC **22D9A779**.

Referência: Processo nº 200.13105.2020.0000001-13

SEI nº 00017534141

Assinado eletronicamente por BONNARDENILEIA CESAR 06/05/2020



ESTADO DA BAHIA  
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO - PGE

PROCESSO: SEI-200.13105.2020.00000001-13

ORIGEM: CONSÓRCIO INTERESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO NORDESTE

UNIDADE: DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO

ASSUNTO: AQUISIÇÃO DE VENTILADORES PULMONARES

**PARECER RJOTF Nº 10/2020**

**LICITAÇÃO - DISPENSA.** Consórcio Nordeste. Aquisição de bens destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus. Dispensa de licitação. Pagamento antecipado. Art. 4º da Lei Federal nº 13.979/2020. Art. 38 do Decreto Federal nº 93.872/1986.

O Secretário Executivo do Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste (Consórcio Nordeste) submete a esta Procuradoria Geral do Estado da Bahia (PGE/BA) o processo licitatório de número em epígrafe, instaurado com vistas à aquisição de 300 (trezentos) ventiladores pulmonares, por dispensa de licitação, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no termo de referência, visando atender demandas do Consórcio Interestadual de Desenvolvimento sustentável do Nordeste - Consórcio Nordeste.

A contratação integra o conjunto de medidas adotadas para o enfrentamento da Covid-19, resultante da transmissão comunitária do novo coronavírus.

O processo encontra-se instruído com os seguintes elementos, dentre outros:

REPRESENTAÇÃO JUNTO AOS ÓRGÃOS E TRIBUNAIS FEDERAIS – RJOTF/PGE-BA  
SAUS – QUADRA 1 BLOCO 1 – LOTES 3-A/5, TÉRREO, SALA 101, BRASÍLIA – DF. CEP: 70.070-010. FONE: (61) 3325-2647

Assinatura eletrônica: R01NWRD0N5E16A091662102020



ESTADO DA BAHIA  
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO - PGE

- a) Ofício Circular CIDSN/SE nº 03/2020, que submete à análise dos Governadores os instrumentos jurídicos de pactuação com vistas à operacionalização dos processos de aquisição;
- b) Proposta comercial apresentada pela Hempcare Pharma Representações Ltda;
- c) Contrato de Programa nº 01/2020;
- d) Termo de referência;
- e) Minuta do termo do futuro contrato;
- f) Documentos comprobatórios da habilitação jurídica e regularidade fiscal da futura contratada.

É o relatório.

Preliminarmente, cumpre destacar que o Consórcio Nordeste constituiu-se a partir da união dos Estados da Região Nordeste do Brasil, que subscreveram, em 14 de março de 2019, Protocolo de Intenções com o desiderato de constituir associação pública, nos termos da Lei federal nº 11.107/2005, de natureza autárquica e interfederativa, com o escopo de promover o desenvolvimento sustentável na área de sua atuação, assim entendido como o desenvolvimento que promova o bem-estar de forma socialmente justa e ecologicamente equilibrada<sup>1</sup>.

<sup>1</sup> Já ratificaram o Protocolo de Intenções os Estados da Bahia (Lei nº 14.087, de 26/04/2019, publicada no DOE de 27/04/2019), do Ceará (Lei nº 16.874, de 10/05/2019, publicada no DOE de 13/05/2019), do Maranhão (Lei nº 11.022, de 14/05/2019, publicada no DOE de 15/05/2019), da Paraíba (Lei nº 11.341, de 23/05/2019, publicada no DOE de 24/05/2019), de Pernambuco (Lei nº 16.580, de 28/05/2019, publicada no DOE de 29/05/2019), do Piauí (Lei nº 7.229, de 11/07/2019, publicada no DOE de 11/07/2019), do Rio Grande do Norte (Lei nº 10.557, de 17/07/2019, publicada no DOE de 18/07/2019) e de Sergipe (Lei nº 8.539, de 28/05/2019, publicada no DOE 29/05/2019).





ESTADO DA BAHIA  
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO - PGE

A Cláusula 58ª do Protocolo de Intenções referido, convertido em Contrato de Consórcio, comete à Procuradoria Geral do Estado Líder competência para realizar a representação judicial e o assessoramento jurídico do Consórcio, funcionando o Fórum dos Procuradores Gerais do Nordeste como órgão jurídico consultivo.

Eleito presidente do Consórcio Nordeste o Governador do Estado da Bahia para o presente exercício, caberá a esta PGE/BA prestar a devida representação judicial e o assessoramento jurídico neste período, conforme disciplinado no Convênio nº 002/2019, publicado no Diário Oficial do Estado da Bahia de 19/09/2019.

De outra parte, a Cláusula 36ª também do Protocolo de Intenções, convertido em Contrato de Consórcio, estabelece que, para a aquisição de bens e serviços, será observada a legislação federal vigente.

Justificados, portanto, tanto a atuação da PGE/BA no bojo do processo administrativo, como o exame da prestação de contratação a partir da legislação federal em vigor.

Conforme Ofício Circular CIDSN/SE nº 03/2020, a Resolução nº 06/2020 da Assembleia Geral do Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste – Consórcio Nordeste determinou a realização de compras conjuntas, centralizadas ou compartilhadas, de bens e serviços, com vistas à promoção, prevenção e à garantia de assistência à saúde para as pessoas em decorrência da pandemia de COVID-19.

---

REPRESENTAÇÃO JUNTO AOS ÓRGÃOS E TRIBUNAIS FEDERAIS – RJOTF/PGE-BA  
SAUS – QUADRA 1 BLOCO 1 – LOTES 3-A/5, TÉRREO, SALA 101, BRASÍLIA – DF, CEP: 70.070-010. FONE: (61) 3325-2647

Assinatura eletrônica de: BONDENNELEVA 06/06/2020 08:39



ESTADO DA BAHIA  
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO - PGE

De logo, identifica-se a possibilidade de contratação direta do objeto deste processo administrativo, em conformidade com o art. 4º da Lei Federal nº 13.979 de 2020.

Noutro giro, da proposta apresentada extrai-se que o pagamento dar-se-á 100% contra ordem – à vista – transferência bancária (“100% ct/ odem T/T”), enquanto a entrega encontra-se estimada em “10 a 20 dias x pgto”.

No entanto, ao dispor *“sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019”*, a lei não prevê, ainda que excepcional, a possibilidade de antecipação do pagamento.

Vale dizer, não se excepcionou, no particular, as normas gerais da Lei Federal nº 8.666/93.

*“Art. 40. O edital conterà no preâmbulo o número de ordem em série anual, o nome da repartição interessada e de seu setor, a modalidade, o regime de execução e o tipo da licitação, a menção de que será regida por esta Lei, o local, dia e hora para recebimento da documentação e proposta, bem como para início da abertura dos envelopes, e indicará, obrigatoriamente, o seguinte:*

*(...)*

**XIV - condições de pagamento, prevendo:**

REPRESENTAÇÃO JUNTO AOS ÓRGÃOS E TRIBUNAIS FEDERAIS – RJOTF/PGE-BA  
SAUS – QUADRA 1 BLOCO 1 – LOTES 3-A/5, TÉRREO, SALA 101, BRASÍLIA – DF, CEP: 70.070-010, FONE: (61) 3325-2647

Assinada eletronicamente por BONNARDENILEYACERQUEIRA em 06/06/2020 08:39



ESTADO DA BAHIA  
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO - PGE

*a) prazo de pagamento não superior a trinta dias, contado a partir da data final do período de **adimplemento de cada parcela**”;*

(...)

*“§ 3º Para efeito do disposto nesta Lei, **considera-se como adimplemento da obrigação contratual** a prestação do serviço, a realização da obra, a **entrega do bem** ou de parcela destes, bem como qualquer outro evento contratual a cuja ocorrência esteja vinculada a emissão de documento de cobrança”.*

Ocorre que, a despeito da vedação legal, situações excepcionais podem justificar a antecipação de pagamento, como forma de permitir a adaptação da Administração às condições do mercado.

Pois bem. Da Orientação Normativa nº 37 da AGU é possível extrair os seguintes requisitos, cuja presença cumulativa autoriza a antecipação de pagamento no âmbito federal:

- Situação de interesse público devidamente demonstrada;
- A modalidade de pagamento representar condição sem a qual não seja possível obter o bem;
- Existência de previsão no instrumento formal de contratação direta (art. 38 do Decreto Federal nº 93.872/1986);
- Adoção de indispensáveis garantias, como as do art. 56 da Lei nº 8.666/93.

REPRESENTAÇÃO JUNTO AOS ÓRGÃOS E TRIBUNAIS FEDERAIS – RJOTF/PGE-BA  
SAUS – QUADRA 1 BLOCO 1 – LOTES 3-A/5, TÉRREO, SALA 101, BRASÍLIA – DF, CEP: 70.070-010, FONE: (61) 3325-2647

Assinatura eletrônica: R00NVRDQNElletA091662/08/02/2020



ESTADO DA BAHIA  
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO - PGE

Ora, *in casu*, o interesse público encontra-se devidamente evidenciado, prescindido demonstração, já que os respiradores pulmonares são equipamentos indispensáveis ao tratamento de pacientes infectados pelo novo coronavírus, cujo quadro de saúde evolua para uma insuficiência respiratória severa.

Ademais, a pandemia do vírus, reconhecida pela Organização Mundial da Saúde, tornou difícil a aquisição do equipamento no mercado nacional e internacional. Logo, a oferta restrita, aliada à crescente demanda e a imprescindibilidade do produto, permite ao fornecedor impor o pagamento antecipado como condição para seu fornecimento.

Consta da minuta do contrato a ser celebrado que *"O preço será pago pelo **CONTRATANTE** à **CONTRATADA** integralmente na data de assinatura deste Contrato Administrativo"* (CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO E FORMA DE PAGAMENTO).

Outrossim, nos termos da CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO, *"A consecução do objeto deste contrato será garantida pela contratação de Seguro Intermodal Internacional de Bens Responsabilidade da Operação de transporte ROTR-VI (Insurance Incoterms All risks), contratado pela seguradora [preencher], apólice nº [preencher] [anexo 4], que tem como objeto assegurar a entrega dos Ventiladores ao **CONTRATANTE**"*.





ESTADO DA BAHIA  
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO - PGE

Ante o exposto, admissível a contratação direta pretendida, nos termos do art. 4º da Lei Federal nº 13.979 de 2020, admitindo-se o pagamento antecipado, na forma do art. 38 do Decreto Federal nº 93.872/1986, que *“Dispõe sobre a unificação dos recursos de caixa do Tesouro Nacional, atualiza e consolida a legislação pertinente e dá outras providências”*.

Por fim, atende-se o Consórcio quanto à autenticidade e validade de todos os documentos juntados aos autos e a necessidade de adoção das providências prévias abaixo elencadas:

- Complementação do termo de referência, para inclusão da “estimativa de preço” e da adequação orçamentária, nos termos do art. 4º-E, incisos VI e VII, da Lei Federal;
- Apresentação da Certidão Negativa de Débitos – CND emitida pela Previdência Social;
- Juntada da Resolução nº 06/2020 da Assembleia Geral do Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste – Consórcio Nordeste.

A despeito do alinhamento do presente opinativo às diretrizes traçadas no Parecer PGE-PA-NASC-PLD0-003/2020, da lavra da i. Procuradora Patrícia Lima Dória, acolhido pela chefia da Procuradoria Administrativa, submeto o presente ao crivo da Chefia da Procuradoria Geral do Estado da Bahia, considerando o vulto da contratação e a sugestão de prévia complementação da instrução processual.

REPRESENTAÇÃO JUNTO AOS ÓRGÃOS E TRIBUNAIS FEDERAIS – RJOTF/PGE-BA  
SAUS – QUADRA 1 BLOCO 1 – LOTES 3-A/5, TÉRREO, SALA 101, BRASÍLIA – DF, CEP: 70.070-010. FONE: (61) 3325-2647

Assinatura eletrônica: [BONNARDONNELEVA0916270202020](#)



ESTADO DA BAHIA  
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO - PGE

Após, siga o expediente ao Consórcio Nordeste, para conhecimento e providências.

Ao gabinete do PGE.

**REPRESENTAÇÃO DA PGE/BA JUNTO AOS ÓRGÃOS E TRIBUNAIS  
FEDERAIS, 07 de abril de 2020.**

**Aline Azevedo Nunes  
Procuradora do Estado  
Portaria PGE nº 122/2019**

Assinado eletronicamente por: BONNARDENILEVAO9662/08/02/2020

REPRESENTAÇÃO JUNTO AOS ÓRGÃOS E TRIBUNAIS FEDERAIS – RJOTF/PGE-BA  
SAUS – QUADRA 1 BLOCO 1 – LOTES 3-A/5, TÉRREO, SALA 101, BRASÍLIA – DF, CEP: 70.070-010. FONE: (61) 3325-2647



CONSÓRCIO NORDESTE

AL - BA - CE - MA - PB - PE - PI - RN - SE

Nota de Empenho



Tipo:		Nº Processo:		Exercício:		Nº Empenho:	
01 - EMPENHO A PAGAR		76/2020		2020		097004	
Unidade Orçamentária ou Unidade Administrativa Emitente:				Data de emissão			
01-SECRETARIA EXECUTIVA				06/04/2020			
Função:	Subfunção:	Programa:	Tipo - Seq.:	Ação:			
10	305	0245	1-001	Prevenção e à garantia de assistência à saúde, combate a pandemia de COVID-19			
SubAção:	Descrição:			SIOPS:		Natureza Desp.:	
				Base ASPS <input checked="" type="checkbox"/>		4.4.90.30.36.00	
Natureza da Despesa:							
4.4.90.30.00.00 - Material de Consumo							
Subelementos (STN/TCs/PCASP):							
00 -							
0000000000 -							
1.2.3.2.1.05.99.00.00-outras bens de uso comum do povo							
Credor:							
HEMPCARE PHARMA REPRESENTACOES LTDA							
CNPJ:	CPF:	Inscrição Estadual:	RG:	Importância:			
34.049.323/0001-91				48.748.575,82			
Endereço:			Telefone:				
AV BR DE MELGACO, 565			(11) 3326-2296				
Cidade:	Cep:	UF:	Tipo do Empenho:				
SAO PAULO	05684-030	SP	1 -Ordinário				
HISTÓRICO DA OPERAÇÃO							
EMPENHO EMITIDO PARA OCORRER À DESPESA COM EQUIPAMENTOS HOSPITALARES A SEREM ADQUIRIDOS (300 VENTILADORES AV 2000B3), OBJETIVANDO A PROMOÇÃO E A GARANTIA DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DA POPULAÇÃO DOS ESTADOS CONSORCIADOS, EM DECORRÊNCIA DA PANDEMIA DE COVID-19.							
Domicílio Tipo:		Agência		Conta		Variação	
Bancário: Banco						Total:	
(Principal) -						48.748.575,82	
Modalidade da licitação:		Nº Proc. Licitatório:		Nº Contrato/Aditivo:		Vigência (Início):	
Não aplicado		0 /		0		Vigência (Final):	
Nº Documentos:		Fonte Recurso do Orçamento:		Nº Convênio:		Vigência (Início):	
		1-Orçamento Geral				Vigência (Final):	
Valor líquido do documento por extenso:							
quarenta e oito milhões, setecentos e quarenta e oito mil e quinhentos e setenta e cinco reais, oitenta e dois centavos							
Fonte:				Visto do responsável pela contabilidade:			
Grupo/Código	Descrição			Valor			
520	Outras Transferências de Convênios ou Contratos de Repasse dos E			48.748.575,82			
			Total:		48.748.575,82		
				ENEDINO PEREIRA NETO CONTADOR/CRC - 557 - TO			
				Visto do Ordenador da despesa:			
				CARLOS EDUARDO GABAS Secretário Executivo			
Cronograma de Desembolso:				Visto do controle interno:			
Jan.	R\$ 0,00	Fev.	R\$ 0,00	Mar.	R\$ 0,00		
Abr.	R\$ 48.748.575,82	Mai.	R\$ 0,00	Jun.	R\$ 0,00		
Jul.	R\$ 0,00	Ago.	R\$ 0,00	Set.	R\$ 0,00		
Out.	R\$ 0,00	Nov.	R\$ 0,00	Dez.	R\$ 0,00		

Assinatura eletrônica: B00NARDENELETA09160620202020



*Somos todos*  
**PARAÍBA**  
Governo do Estado

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE



# ***FONTE DE RECURSOS***

***PORTARIA Nº 3.599/2019***  
***Conta Corrente 13.595-X***

Assinatura eletrônica: BONNARDENILIA CESAR DE OLIVEIRA

Secretaria de Estado da Saúde

Av. Dom Pedro II, 1826 - Torre. João Pessoa- PB | (83) 3211.9000

Notícia de Fato 001.2020.008456

Documento 2020/0000589244 criado em 09/06/2020 às 08:35

[www.paraiba.pb.gov.br](http://www.paraiba.pb.gov.br)





## Extrato conta corrente

G334260925125881007  
26/03/2020 09:32:41

## Cliente - Conta atual

Agência 1618-7  
 Conta corrente 13595-X PB FES INVESTIMENTO SUS  
 Período do extrato 01/2020

## Lançamentos

Dt. movimento	Dt. balancete	Histórico	Documento	Valor R\$	Saldo
20/12/2019		Saldo Anterior			0,00 C
17/01/2020		+ Ordem Banc?ria	121.171.000.001	12.024.086,00 C	
17/01/2020		BB CP Admin Supremo	70	12.024.086,00 D	0,00 C
31/01/2020		S A L D O			0,00 C

OBSERVAÇÕES:

ansação efetuada com sucesso por: JB599661 JOSE F CHAGAS.

Serviço de Atendimento ao Consumidor - SAC 0800 729 0722

Ouvidoria BB 0800 729 5678  
Para deficientes auditivos 0800 729 0088

PORTARIA Nº 3.599, DE 19 DE DEZ DE 2019

Assinatura eletrônica de BONNARDENSIERAC062/03/2020



## PORTARIA Nº 3.599, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2019

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nºs 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.808, de 15 de janeiro de 2019, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2019;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde; e

Considerando a Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre as políticas de saúde do Sistema Único de Saúde, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal descrito no anexo a esta Portaria, a receber os recursos federais destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

Art. 2º Os recursos tratados nesta Portaria referem-se à aplicação de emendas parlamentares ao orçamento do Ministério da Saúde.

Art. 3º Os recursos desta Portaria serão organizados e transferidos na forma do Bloco de Investimento na Rede de Serviços Públicos de Saúde, nos termos do anexo

Art. 4º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas Fundo a Fundo, disponível no site eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - [www.fns.saude.gov.br](http://www.fns.saude.gov.br).

Art. 5º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única e em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 6º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ HENRIQUE MANDETTA

## ANEXO

## ENTES HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DESTINADOS A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R\$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R\$)	FUNÇÃO PROGRAMÁTICA
PB	JOÃO PESSOA	FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE DO ESTADO DA PARAIBA - FESEP	0360959500119005	71160001	12.024.686,00	12.024.686,00	10302201585359062
TOTAL			1 PROPOSTAS		12.024.686,00		

## PORTARIA Nº 3.600, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2019

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nºs 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.808, de 15 de janeiro de 2019, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2019;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde; e

Considerando a Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre as políticas de saúde do Sistema Único de Saúde, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal descrito no anexo a esta Portaria, a receber os recursos federais destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

Art. 2º Os recursos tratados nesta Portaria referem-se à aplicação de emendas parlamentares ao orçamento do Ministério da Saúde.

Art. 3º Os recursos desta Portaria serão organizados e transferidos na forma do Bloco de Investimento na Rede de Serviços Públicos de Saúde, nos termos do anexo

Art. 4º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas Fundo a Fundo, disponível no site eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - [www.fns.saude.gov.br](http://www.fns.saude.gov.br).

Art. 5º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única e em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 6º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ HENRIQUE MANDETTA

## ANEXO

## ENTES HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DESTINADOS A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R\$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R\$)	FUNÇÃO PROGRAMÁTICA
SP	SAO JOSE DOS CAMPOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SAO JOSE DOS CAMPOS	12988458009119020	30890005	235.000,00	235.000,00	10302201585353923
TOTAL			1 PROPOSTAS		235.000,00		





*Somos todos*  
**PARAÍBA**  
Governo do Estado



SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

# ***INFORMAÇÃO DE SALDO ORÇAMENTÁRIO***

Assinatura eletrônica de BONNARDENILEIA CESAR 06/06/2020 02:02:02

Secretaria de Estado da Saúde

Av. Dom Pedro II, 1826 - Torre. João Pessoa- PB | (83) 3211.9000

Notícia de Fato 001.2020.008456


Documento 2020/0000589244 criado em 09/06/2020 às 08:39

[www.paraiba.pb.gov.br](http://www.paraiba.pb.gov.br)



<b>SIAF 4.0</b> GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO DA PARAÍBA SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA		<b>RO</b> <b>RESERVA</b> <b>ORÇAMENTÁRIA</b>	EXERCÍCIO <b>2020</b>	NÚMERO DO DOCUMENTO <b>2664</b>
NOME DO ÓRGÃO <b>SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE</b>			CÓDIGO DA UG <b>250001</b>	
NOME DO CREDOR			CÓDIGO DO CREDOR <b>0</b>	
FINALIDADE <b>Reserva Orçamentária para atender aquisi &lt;BR&gt; ção de equipamentos hospitalares (Respir &lt;BR&gt; adores) destinados a rede estadual no en &lt;BR&gt; frentamento da Covid - 19</b>				
NÚMERO DA RO ANULADA <b>2664</b>	MOVIMENTO <b>11</b>	DATA DA ATUALIZAÇÃO <b>06/04/2020</b>		
VALOR DA RESERVA <b>4.488.750,00</b>	VALOR ANULADO <b>0,00</b>	VALOR EMPENHADO <b>0,00</b>	SALDO RESERVA <b>4.488.750,00</b>	
DADOS DA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA <b>25101.10.302.5007.2950.00000000287.44905200.16000</b>				CÓDIGO REDUZIDO DA CLASSIFICAÇÃO <b>2451</b>
<b>25101 - SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE</b> <b>10 - SAÚDE</b> <b>302 - ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIO</b> <b>007 - SAUDE INTEGRAL</b> <b>2950 - IMPLEMENTACAO DA ESTRUTURACAO ORGANIZACIONAL DA REDE ESTADUA</b> <b>44905200 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE</b> <b>16000 - REC TRANSFERIDOS PELO FUNDO NAC DE SAUDE</b>				
RESPONSÁVEL PELO CADASTRO <b>WILTON FERNANDES DE LIMA</b>				



  
 Wilton Fernandes de Lima  
 Chefe do Núcleo de Elaboração  
 e Acompanhamento do Orçamento-SF  
 Matrícula 176374-1

Assinatura eletrônica em 09/06/2020 às 18:39





<b>SIAF 4.0</b>		<b>GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA</b> CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO DA PARAÍBA SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA		<b>RO</b> <b>RESERVA</b> <b>ORÇAMENTÁRIA</b>		<b>EXERCÍCIO</b>  <b>2020</b>		<b>NUMERO DO DOCUMENTO</b>  <b>2679</b>	
<b>NOME DO ÓRGÃO:</b> <b>SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE</b>						<b>CÓDIGO DA UG</b> <b>250001</b>			
<b>NOME DO CREDOR</b>						<b>CÓDIGO DO CREDOR</b> <b>0</b>			
<b>FINALIDADE</b> <b>RESERVA ORÇAMENTÁRIA PARA ATENDER SUPLEM &lt;BR&gt; ENTAÇÃO DE PAGAMENTO</b> <b>PARA AQUISIÇÃO DE E &lt;BR&gt; QUIPAMENTOS HOSPITALARES(RESPIRADORES) D &lt;BR&gt;</b> <b>ESTINADOS A REDE ESTADUAL NO ENFRENTAMEN &lt;BR&gt; TO DA COVID-19.</b>									
<b>NUMERO DA RO ANULADA</b> <b>2679</b>		<b>MÓVIMENTO</b> <b>11</b>		<b>DATA DA ATUALIZAÇÃO</b> <b>07/04/2020</b>					
<b>VALOR DA RESERVA</b> <b>458.785,80</b>		<b>VALOR ANULADO</b> <b>0,00</b>		<b>VALOR EMPENHADO</b> <b>0,00</b>		<b>SALDO RESERVA</b> <b>458.785,80</b>			
<b>DADOS DA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA</b> <b>25101.10.302.5007.2950.00000000287.44905200.16000</b>								<b>CÓDIGO REDUZIDO DA CLASSIFICAÇÃO</b> <b>2451</b>	
<b>25101 - SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE</b>									
<b>10 - SAÚDE</b>									
<b>302 - ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIO</b>									
<b>5007 - SAUDE INTEGRAL</b>									
<b>2950 - IMPLEMENTACAO DA ESTRUTURACAO ORGANIZACIONAL DA REDE ESTADUA</b>									
<b>44905200 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE</b>									
<b>16000 - REC TRANSFERIDOS PELO FUNDO NAC DE SAUDE</b>									
<b>RESPONSÁVEL PELO CADASTRO:</b> <b>ANDERSON SOARES DA FONSECA TOS</b>									

Wilton Fernandes de Lima  
Chefe do Núcleo de Elaboração  
e Acompanhamento do Orçamento-Sr.  
Matrícula 17637A-1

Assinatura eletrônica de: B00NVRDQSELETA091606202002020



Somos todos  
**PARAÍBA**  
Governo do Estado



**Governo da Paraíba**  
**Secretaria de Estado da Saúde – SES/PB**  
**Núcleo de Especificação e Padronização de Materiais e Equipamentos – NEPME**

**FOLHA DE INFORMAÇÃO E DESPACHO**

Processo Nº:

João Pessoa, 6 de abril de 2020

Aos Técnicos,

Favor emitir o **PEDIDO DE FORNECIMENTO** conforme abaixo:

PF	RO	FONTE	Técnico	Conferência
122/2020				

À Gerência Financeira – SES/PB

Após a emissão do **PEDIDO DE FORNECIMENTO Nº 122/2020** no valor de **R\$ 4.488.750,00** e encaminhamos o referido processo à Gerência Financeira para continuação do devido fluxo processual.

Atenciosamente,

GLAYUSK ALBUQUERQUE E LACERDA  
Chefe do NEPME  
Matrícula: 179.505-8



GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA  
SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DA PARAÍBA  
DEPARTAMENTO DE MATERIAL - DEMAT

PEDIDO DE FORNECIMENTO Nº

PROCESSO DE AQUISIÇÃO Nº

LICITAÇÃO: 0123456789

Nº



EMPRESA EMPRESA INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO NORDE		CÓDIGO 00000000000000000000
RUA / AVENIDA RUA DA ADMINISTRAÇÃO DA SAÚDE, 300		CEP 51745825
BAIRRO CENTRO ADMINISTRATIVO DA SAÚDE	CIDADE SALVADOR	UF BA
CNPJ 04.384.433/2001 - 47	INSCRIÇÃO	TELEFONE

## DADOS PARA FATURAMENTO

## SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

AV. D. PEDRO II, 1826 - TORRE - CEP: 58.813-000 - JOÃO PESSOA - PB  
C.N.P.J. 08.778.268/0001-60

## AUTORIZAMOS O FATURAMENTO DO MATERIAL ABAIXO DISCRIMINADO

Assinatura eletrônica emitida em 09/06/2020 às 14:02:02

ITEM	UNID.	QUANT.	ESPECIFICAÇÕES	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
1	UN	02	ACQUIÇÃO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES (RESPIRADORES) EM CARÁTER EMERGENCIAL PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO COMBATE DA PANDEMIA DE INFECÇÃO HUMANA PELO CORONAVÍRUS.	40.625,00	81.250,00
			RESPIRADORES HOSPITALARES.		

VALOR TOTAL DESTE PEDIDO

R\$ 81.250,00

OBSERVAÇÕES

MATERIAIS: CONSUMO E PERMANENTE DEVERÁ SER ENTREGUE DIRETAMENTE NO ALMOXARIFADO CENTRAL DESTA.

DIRETOR DE COMPRAS

DATA

AUTORIZO A EMISSÃO DO EMPENHO PARA FAZER FASE A PRESENTE ORDEM DE COMPRA

*Glauco Albuquerque e Lacerda*  
Glauco Albuquerque e Lacerda  
Chefe do NEPME / SES - PB

Mat. 179.505-8

09/06/20

*Carla de Almeida Medeiros*  
Carla de Almeida Medeiros  
Secretária de Estado da Saúde

SECRETÁRIO





ESTADO DA PARAÍBA  
NOTA DE EMPENHO

NE

6 EXERCÍCIO  
2020

7 NÚMERO  
08305



ÓRGÃO	
SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE	
UNIDADE GESTORA	13 CÓDIGO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE	250001

20 TIPO DE CRÉDITO	23 CRÉDITO ESPECIAL / EXTRAORDINÁRIO	23 FUNDO ESPECIAL
1 1 - CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO 2 - CRÉDITO ESPECIAL 3 - CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO 4 - FUNDO ESPECIAL	Situação DECRETÓ N° 1	
35 U.O.	39 PROGRAMA DE TRABALHO	50 NATUREZA DA DESPESA
25101	10.302.5007.2950	44905200
58 F.R.	60 D.V.	61 IMPORTÂNCIA
160	02451	4.947.535,80

24 NOME DO CREDOR	22 CÓDIGO	CÓDIGO DO BANCO	CÓDIGO
02 CONSORCIO NORDESTE	381752	001	000090000-1
ENDEREÇO (RUA, AVENIDA, PRAÇA, ETC)	NÚMERO	ANDAR, SALA, APTO, ETC	
3 AVENIDA CTO ADM BAHIA			
BAIRRO OU DISTRITO	CIDADE OU MUNICÍPIO	U.F.	C.E.P.
CENTRO ADMINIST	SALVADOR	BA	41745005
		TELEFONE	

20	PROGRAMAÇÃO DE CAIXA				20	22 EFEITO
03	22 JANEIRO	37 FEVEREIRO	37 MARÇO		4	1 - OBRIGAÇÃO 2 - SUPLEMENTAÇÃO 3 - ANULAÇÃO PARCIAL 4 - ANULAÇÃO TOTAL
	22 ABRIL	37 MAIO	37 JUNHO		07	Nº DO EMPENHO A - SUPLEMENTAR OU ANULAÇÃO
	22 JULHO	37 AGOSTO	37 SETEMBRO		23	05506
05	22 OUTUBRO	37 NOVEMBRO	37 DEZEMBRO		29 LICITAÇÃO	
	22	37	37		1	1 - PRELIMINAR 2 - HABILITAÇÃO 3 - CLASSIFICAÇÃO 4 - DESCLASSIFICAÇÃO
06					30	4
					32	PROCESSO Nº 060420584

ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANT	PARCIAL	TOTAL
ANULAÇÃO TOTAL, PARA PROVIDÊNCIAS, QUANTO AO AJUSTE PARA A CLASSIFICAÇÃO 4.4.93.52.	UND	1,0	4947535,80	4947535,80
Total da Despesa:				4.947.535,80

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA		PROGRAMAÇÃO TRIMESTRAL	
SALDO ANTERIOR	SALDO ATUAL	SALDO ANTERIOR	SALDO ATUAL
4.247.726,12	9.195.261,92	9.315.535,80	14.263.071,60
RESPONSÁVEL PELA EMISSÃO		AUTORIDADE ORDENADORA	
Flavio Marques Formiga		Codigo do Ordenador 247673 GERALDO ANTONIO DE MEDEIRO	
		43 DATA 04/05/2020	
ESPAÇO RESERVADO		ATESTO O RECEBIMENTO DO MATERIAL / PRESTAÇÃO DO SERVIÇO.	

CODATA

Assinatura eletrônica emitida em 04/05/2020 às 14:06:27





GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA  
SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DA PARAÍBA  
DEPARTAMENTO DE MATERIAL - DEMAT

PEDIDO DE FORNECIMENTO Nº

PROCESSO DE AQUISIÇÃO Nº

LICITAÇÃO/DISPENSA

Nº



EMPRESA		CODIGO
CONSORCIO INTERESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL DO NORDE		Página 035, PB
RUA / AVENIDA		CEP
CENTRO ADMINISTRATIVO DA BAHIA, 390		41745007
BAIRRO	CIDADE	UF
CENTRO ADMINISTRATIVO DA BAHIA	SALVADOR	BA
CNPJ	INSCRIÇÃO	TELEFONE
34.304.033/0001 - 47		

## DADOS PARA FATURAMENTO

## SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

AV. D. PEDRO II, 1826 - TORRE - CEP: 58.813-000 - JOÃO PESSOA - PB  
C.N.P.J. 08.778.268/0001-60

## AUTORIZAMOS O FATURAMENTO DO MATERIAL ABAIXO DISCRIMINADO

ITEM	UNID.	QUANT.	ESPECIFICAÇÕES	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
1	UN	30	ADQUISICAO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES (RESPIRADORES) EM CARATER EMERGENCIAL PARA ATENDER AS NECESSIDADES AO COMBATE DA PANDEMIA DE INFECÇÃO HUMANA PELO CORONAVIRUS.	149,583,00	4.488,750,00
			RESPIRADORES HOSPITALARES.		

VALOR TOTAL DESTE PEDIDO

4.488,750,00

OBSERVAÇÕES

MATERIAIS: CONSUMO E PERMANENTE DEVERÁ SER ENTREGUE DIRETAMENTE NO ALMOXARIFADO CENTRAL DESTA

DIRETOR DE COMPRAS

DATA

AUTORIZO A EMISSÃO DO EMPENHO PARA FAZER FACE A PRESENTE ORDEM DE COMPRA

*Glauco*  
Glauco Albuquerque e Lacerda  
Chefe do NEPME / SES - PB

26/04/20

SECRETÁRIO

Mat. 179.505-8

Notícia de Fato 001.2020.008756

Documento 2020/0000589272 criado em 09/06/2020 às 08:39

Assinatura eletrônica em 06/06/2020 às 08:39



GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA  
SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DA PARAÍBA  
DEPARTAMENTO DE MATERIAL - DEMAT

PEDIDO DE FORNECIMENTO Nº

PROCESSO DE AQUISIÇÃO Nº

LICITAÇÃO: DISPENSA

Nº



EMPRESA		CÓDIGO
CONSORCIO INTERESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL DO NORDE		933193
RUA / AVENIDA		CEP
CENTRO ADMINISTRATIVO DA BAHIA, 390		41745005
BAIRRO	CIDADE	UF
CENTRO ADMINISTRATIVO DA BAHIA	SALVADOR	BA
CNPJ	INSCRIÇÃO	TELEFONE
14.304.033/0001 - 47		

## DADOS PARA FATURAMENTO

## SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

AV. D. PEDRO II, 1826 - TORRE - CEP: 58.813-000 - JOÃO PESSOA - PB  
C.N.P.J. 08.778.268/0001-60

## AUTORIZAMOS O FATURAMENTO DO MATERIAL ABAIXO DISCRIMINADO

ITEM	UNID.	QUANT.	ESPECIFICAÇÕES	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
1	UN	10	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES (RESPIRADORES) EM CARATER EMERGENCIAL PARA ATENDER AS NECESSIDADES AO COMBATE DA PANDEMIA DE INFECÇÃO HUMANA PELO CORONAVÍRUS.	149.825,00	4.488.750,00

Assinatura eletrônica de Ronny de Almeida Costa em 06/06/2020 08:39

VALOR TOTAL DESTE PEDIDO

R\$ 4.488.750,00

OBSERVAÇÕES

MATERIAIS: CONSUMO E PERMANENTE DEVERÁ SER ENTREGUE DIRETAMENTE NO ALMOXARIFADO CENTRAL DESTA.

DIRETOR DE COMPRAS

DATA

AUTORIZO A EMISSÃO DO EMPENHO PARA FAZER FACE A PRESENTE ORDEM DE COMPRA

*Glauco Albuquerque e Lacerda*  
Glauco Albuquerque e Lacerda  
Chefe do NEPME / SES - PB

06/04/20

SECRETÁRIO

Mat. 179.505-8



GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA  
SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DA PARAÍBA  
DEPARTAMENTO DE MATERIAL - DEMAT

PEDIDO DE FORNECIMENTO Nº

PROCESSO DE AQUISIÇÃO Nº

LICITAÇÃO: 01/000000

Nº



EMPRESA CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL DO NORDE		CÓDIGO SES - PB
RUA / AVENIDA CENTRO ADMINISTRATIVO DA SAÚDE		CEP 51.155-000
BAIRRO CENTRO ADMINISTRATIVO DA SAÚDE	CIDADE SALVADOR	UF BA
CNPJ 14.104.033-0001 - 47	INSCRIÇÃO	TELEFONE

## DADOS PARA FATURAMENTO

## SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

AV. D. PEDRO II, 1826 - TORRE - CEP: 58.813-000 - JOÃO PESSOA - PB  
C.N.P.J. 08.778.268/0001-60

## AUTORIZAMOS O FATURAMENTO DO MATERIAL ABAIXO DISCRIMINADO

ITEM	UNID.	QUANT.	ESPECIFICAÇÕES	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
1	UN	01	AQUISICÃO DE MATERIAIS HOSPITALARES - RESPIRADORES - EM CARÁTER EMERGENCIAL PARA ATENDER AS NECESSIDADES AO COMBATE DA PANDEMIA DE INFECÇÃO HUMANA PELO CORONAVÍRUS.	4.400,00	4.400,00

VALOR TOTAL DESTE PEDIDO

OBSERVAÇÕES

MATERIAIS: CONSUMO E PERMANENTE DEVERÁ SER ENTREGUE DIRETAMENTE NO ALMOXARIFADO CENTRAL DESTA.

DIRETOR DE COMPRAS

*Glayusk Albuquerque e Lacerda*  
Chefe do NEPME / SES - PB

DATA

09/06/2020

AUTORIZO A EMISSÃO DO EMPENHO PARA  
FAZER FASE A PRESENTE ORDEM DE COMPRA

SECRETÁRIO

Mat. 179.505-8

Notícia de Fato 001.2020.008756

Documento 2020/0000589272 criado em 09/06/2020 às 08:39

Assinado eletronicamente pelo BOM NAR DE NELETA 09/06/2020 08:02:02





GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA  
SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DA PARAÍBA  
DEPARTAMENTO DE MATERIAL - DEMAT

PEDIDO DE FORNECIMENTO Nº

PROCESSO DE AQUISIÇÃO Nº

LICITAÇÃO Nº



EMPRESA		CÓDIGO	
RUA / AVENIDA		CEP	
Cidade		UF	
Inscrição		TELEFONE	

## DADOS PARA FATURAMENTO

## SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

AV. D. PEDRO II, 1826 - TORRE - CEP: 58.013-000 - JOÃO PESSOA - PB  
C.N.P.J. 08.778.268/0001-60

## AUTORIZAMOS O FATURAMENTO DO MATERIAL ABAIXO DISCRIMINADO

ITEM	UNID.	QUANT.	ESPECIFICAÇÕES	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
1	kg	20	...	...	...

VALOR TOTAL DESTA PEDIDO

OBSERVAÇÕES

MATERIAIS: CONSUMO E PERMANENTE DEVERÁ SER ENTREGUE DIRETAMENTE NO ALMOXARIFADO CENTRAL DESTA:

DIRETOR DE COMPRAS

Glauco Albuquerque e Lacerda  
Chefe do NEPME / SES - PB

DATA

09/06/2020

AUTORIZO A EMISSÃO DO EMPENHO PARA  
FAZER FASE A PRESENTE ORDEM DE COMPRA

SECRETÁRIO

Mat. 179.505-8

Notícia de Fato 001.2020.008756

Documento 2020/0000589272 criado em 09/06/2020 às 08:39

Assinatura eletrônica emitida em 09/06/2020 às 08:39





GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA  
SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DA PARAÍBA  
DEPARTAMENTO DE MATERIAL - DEMAT

PEDIDO DE FORNECIMENTO Nº

PROCESSO DE AQUISIÇÃO Nº

LICITAÇÃO: HILANER

Nº

C. Fis.

49

RUBR.

SES - PB

EMPRESA CONVÊNIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO NORTE		CODIGO 114-1
RUA / AVENIDA RUA D. PEDRO II, 1826 - TORRE - JOÃO PESSOA - PB		CEP 58.133-000
BAIRRO CENTRO	CIDADE JOÃO PESSOA	UF PB
CNPJ 08.778.268/0001-60	INSCRIÇÃO	TELEFONE

## DADOS PARA FATURAMENTO

## SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

AV. D. PEDRO II, 1826 - TORRE - CEP: 58.813-000 - JOÃO PESSOA - PB  
C.N.P.J. 08.778.268/0001-60

## AUTORIZAMOS O FATURAMENTO DO MATERIAL ABAIXO DISCRIMINADO

ITEM	UNID.	QUANT.	ESPECIFICAÇÕES	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
1	UN.	32	SUPLEMENTAÇÃO DE PAGAMENTO PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES (RESPIRADORES) EM COMITÊ EMERGENCIAL, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DO COMBATE DA PANDEMIA DE INFECÇÃO HUMANA PELO CORONAVÍRUS.	10.432,50	333.840,00

Matrícula *Falauê Araújo* **VALOR TOTAL DESTE PEDIDO** 333.840,00

OBSERVAÇÕES

MATERIAIS: CONSUMO E PERMANENTE DEVERÁ SER ENTREGUE DIRETAMENTE NO ALMOXARIFADO CENTRAL DESTA.

DIRETOR DE COMPRAS

DATA

07/06/20

AUTORIZO A EMISSÃO DO EMPENHO PARA FAZER FACE A PRESENTE ORDEM DE COMPRA

Ceraldo Antonio de Medeiros

Secretário de Empenho

Matrícula 179.135-0

SECRETÁRIO

Assinatura eletrônica em 06/06/2020 10:02:02



GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA  
SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DA PARAÍBA  
DEPARTAMENTO DE MATERIAL - DEMAT

PEDIDO DE FORNECIMENTO Nº

PROCESSO DE AQUISIÇÃO Nº

LICITAÇÃO:

Nº



EMPRESA		CÓDIGO
CONSORCIO INTERESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL DO NORDE		141004 141004
RUA / AVENIDA		CEP
CENTRO ADMINISTRATIVO DA BAHIA, 190		51745000
BAIRRO	CIDADE	UF
CENTRO ADMINISTRATIVO DA BAHIA	SALVADOR	BA
CNPJ	INSCRIÇÃO	TELEFONE
34.104.033/0001-67		

## DADOS PARA FATURAMENTO

## SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

AV. D. PEDRO II, 1826 - TORRE - CEP: 58.813-000 - JOÃO PESSOA - PB  
C.N.P.J. 08.778.268/0001-60

## AUTORIZAMOS O FATURAMENTO DO MATERIAL ABAIXO DISCRIMINADO

Assinada eletronicamente por BONNAR DE NEIVA em 06/02/2020 02:02

ITEM	UNID.	QUANT.	ESPECIFICAÇÕES	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
01	UN	30	SUPLEMENTAÇÃO DE PAGAMENTO PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES (RESPIRADORES) EM CARÁTER EMERGENCIAL PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO COMBATE DA PANDEMIA DE INFECÇÃO HUMANA PELO CORONAVÍRUS.	15.285,00	458.550,00
			RESPIRADORES HOSPITALARES.		

VALOR TOTAL DESTE PEDIDO

458.550,00

OBSERVAÇÕES

MATERIAIS: CONSUMO E PERMANENTE DEVERÁ SER ENTREGUE DIRETAMENTE NO ALMOXARIFADO CENTRAL DESTA.

DIRETOR DE COMPRAS

DATA

02/04/20

AUTORIZO A EMISSÃO DO EMPENHO PARA FAZER FACE A PRESENTE ORDEM DE COMPRA

SECRETÁRIO



GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA  
SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DA PARAÍBA  
DEPARTAMENTO DE MATERIAL - DEMAT

PEDIDO DE FORNECIMENTO Nº

125/2020

PROCESSO DE AQUISIÇÃO Nº

LICITAÇÃO: DISPENSA

Nº



EMPRESA

CONSORCIO INTERESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL DO NORDE

CÓDIGO

RUBR 1 de 1

RUA / AVENIDA

CENTRO ADMINISTRATIVO DA BAHIA, 390

CEP

41743005

BAIRRO

CENTRO ADMINISTRATIVO DA BAHIA

CIDADE

SALVADOR

UF

BA

CNPJ

34.304.813/0001-47

INSCRIÇÃO

TELEFONE

## DADOS PARA FATURAMENTO

## SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

AV. D. PEDRO II, 1826 - TORRE - CEP: 58.813-000 - JOÃO PESSOA - PB  
C.N.P.J. 08.778.268/0001-60

## AUTORIZAMOS O FATURAMENTO DO MATERIAL ABAIXO DISCRIMINADO

Assinatura eletrônica em 06/06/2020 às 14:02:02

ITEM	UNID.	QUANT.	ESPECIFICAÇÕES	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
1	UN	10	SUPLEMENTAÇÃO DE PAGAMENTO PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES (RESPIRADORES) EM CARÁTER EMERGENCIAL PARA ATENDER AS NECESSIDADES AO COMBATE DA PANDEMIA DE INFECÇÃO HUMANA PELO CORONAVÍRUS.  RESPIRADORES HOSPITALARES.	58.785,00	58.785,00

**VALOR TOTAL DESTE PEDIDO** R\$ 58.785,00

OBSERVAÇÕES

MATERIAIS: CONSUMO E PERMANENTE DEVERÁ SER ENTREGUE DIRETAMENTE NO ALMOXARIFADO CENTRAL DESTA.

DIRETOR DE COMPRAS

DATA

07/04/20

AUTORIZO A EMISSÃO DO EMPENHO PARA FAZER FASE A PRESENTE ORDEM DE COMPRA

SECRETÁRIO





GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA  
SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DA PARAÍBA  
DEPARTAMENTO DE MATERIAL - DEMAT

PEDIDO DE FORNECIMENTO Nº

PROCESSO DE AQUISIÇÃO Nº

LICITAÇÃO: DISPENSA

Nº



EMPRESA CENTRO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO HOSPITALAR DO NORDE		CÓDIGO SES - PB
RUA / AVENIDA CENTRO ADMINISTRATIVO DA SAÚDE, 250		CEP 58.130-000
BAIRRO CENTRO ADMINISTRATIVO DA SAÚDE	CIDADE JOÃO PESSOA	UF PB
CNPJ 13.309.913/0001-47	INSCRIÇÃO	TELEFONE

## DADOS PARA FATURAMENTO

## SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

AV. D. PEDRO II, 1826 - TORRE - CEP: 58.813-000 - JOÃO PESSOA - PB  
C.N.P.J. 08.778.268/0001-60

## AUTORIZAMOS O FATURAMENTO DO MATERIAL ABAIXO DISCRIMINADO

Assinada eletronicamente por BONNAR DE NEIVA em 06/06/2020

ITEM	UNID.	QUANT.	ESPECIFICAÇÕES	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
1	UN	10	SUPLEMENTAÇÃO DE DOCUMENTO PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES (RESPIRADORES) EM CARÁTER EMERGENCIAL PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO LOMBATE DA PANDEMIA DE INFECÇÃO HUMANA PELO CORONAVÍRUS.	15.785,00	157.850,00
			RESPIRADORES HOSPITALARES		

VALOR TOTAL DESTE PEDIDO

R\$ 157.850,00

OBSERVAÇÕES

MATERIAIS: CONSUMO E PERMANENTE DEVERÁ SER ENTREGUE DIRETAMENTE NO ALMOXARIFADO CENTRAL DESTA.

DIRETOR DE COMPRAS

DATA

06/06/20

AUTORIZO A EMISSÃO DO EMPENHO PARA FAZER FASE A PRESENTE ORDEM DE COMPRA

SECRETÁRIO





## ESTADO DA PARAÍBA

NE

5 EXERCÍCIO  
2020

7	NÚMERO
05506	



ÓRGÃO	
SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE	
UNIDADE GESTORA	CÓDIGO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE	250001

20	TIPO DE CRÉDITO		23	CRÉDITO ESPECIAL / EXTRAORDINÁRIO				23	FUNDO ESPECIAL					
01	1	<input type="checkbox"/> CREDITO SUPLEMENTAR <input checked="" type="checkbox"/> CREDITO ESPECIAL <input type="checkbox"/> CREDITO ORDINARIO <input type="checkbox"/> CREDITO ESPECIAL	Situacao DEBITO N° 1											
15	U.O.	39	PROGRAMA DE TRABALHO		50	NATUREZA DA DESPESA		59	F.R.	60	D.V.	61	IMPORTANCIA	
	25101		10.302.5007.2950			44905200			160		02451		4.488.750,00	

02	NOME DO CREDOR		22	CODIGO	CODIGO DO BANCO N° C/C	
	CONSORCIO NORDESTE		381752	001	000090000-1	
	ENDEREÇO (RUA, AVENIDA, PRAÇA, ETC)		NÚMERO	ANDAR, SALA, APTOº ETC		
	3 AVENIDA CTO ADM BAHIA					
	BAIRRO OU DISTRITO	CIDADE OU MUNICÍPIO	U.F.	C.E.P.	TELEFONE	
	CENTRO ADMINIST	SALVADOR	BA	41745005		

PROGRAMAÇÃO DE CAIXA						
03	22	JANEIRO	37	FEVEREIRO	37	MARÇO
04	23	ABRIL	37	MAIO	37	JUNHO
05	22	JULHO	37	AGOSTO	37	SETEMBRO
06	22	OUTUBRO	37	NOVEMBRO	37	DEZEMBRO

EFEITO	
1	1 - OBRIGAÇÃO 2 - SUPLEMENTAÇÃO 3 - ANULAÇÃO PARCIAL 4 - ANULAÇÃO TOTAL
Nº DE EMPENHO / SUPLEMENTOS ANTERIORES	23
LICITAÇÃO	
1	1 - PROCESSO LICITATÓRIO 2 - CONTRATO 3 - EMENDAS 4 - OUTROS
29	30
32	4
PROCESSO Nº 060420584	

ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANT	PREÇO	
			PARCIAL	TOTAL
VALOR REFERENTE A TRANSFERENCI A DA COTA PARTE DO GOVERNO DO ESTADO DA PARAIBA, RELATIVA A COMPRA DE VENTILADORES PULMONA RES, PELO CONSORCIO NORDESTE, COM RECURSOS DO CONVENIO IMPL MENTACAO DA ESTRUTURACAO ORGAN IZACIONAL DA REDE ESTADUAL DE SAUDE - PORPOSTA No.03609.5950 00/1190-05 - C/C 13.595-X.	UN	0,0	0,00	0,00
		0,0	0,00	0,00
		1,0	4488750,00	4488750,00
<b>Total da Despesa:</b>				<b>4.488.750,00</b>

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA		PROGRAMAÇÃO TRIMESTRAL	
SALDO ANTERIOR	SALDO ATUAL	SALDO ANTERIOR	SALDO ATUAL
10.084.261,92	5.595.511,92	9.711.750,00	5.223.000,00
RESPONSÁVEL PELA EMISSÃO		AUTORIDADE ORDENADORA	
Flavio Marques Formiga		Código do Ordenador GERALDO ANTONIO DE MEDEIRO	43 DATA 247673 06/04/2020
ESPAÇO RESERVADO		ATESTO O RECEBIMENTO DO MATERIAL / PRESTAÇÃO DO SERVIÇO.	
		_____, EM ____/____/____	

CODATA

Assistants de recherche en éducation B01NARDENELLE A091062/03/2020





# ESTADO DA PARAÍBA NOTA DE EMPENHO

# NE

5	EXERCÍCIO	7	NÚMERO
2020		05506	



ÓRGÃO		
SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE		
UNIDADE GESTORA	13	CÓDIGO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE		250001

21	TIPO DE CRÉDITO	23	CRÉDITO ESPECIAL / EXTRAORDINÁRIO	23	FUNDO ESPECIAL						
01	1	Situacao <del>SECRET</del> N° 1									
35	U.O.	39	PROGRAMA DE TRABALHO	60	NATUREZA DA DESPESA	58	F.R.	60	D.V.	61	IMPORTÂNCIA
	25101		10.302.5007.2950		44905200		160		02451		4.488.750,00

21	NOME DO CREDOR	22	CÓDIGO	CÓDIGO DO BANCO E N.º C/C		
02	CONSORCIO NORDESTE		381752	001	000090000-1	
ENDEREÇO (RUA, AVENIDA, PRAÇA, ETC)		NÚMERO		ANDAR, SALA, APT.º, ETC		
3 AVENIDA CTO ADM BAHIA						
BAIRRO OU DISTRITO		CIDADE OU MUNICÍPIO		U.F.	C.E.P.	TELEFONE
CENTRO ADMINIST		SALVADOR		BA	41745005	

20	PROGRAMAÇÃO DE CAIXA						20	22	EFEITO	
03	22	JANEIRO	37	FEVEREIRO	37	MARÇO	07	1	1 - OBRIGAÇÃO	
04	22	ABRIL	37	MAIO	37	JUNHO			2 - SUPLEMENTAÇÃO	
	22	JULHO	37	AGOSTO	37	SETEMBRO			3 - ANULAÇÃO PARCIAL	
05	22	OUTUBRO	37	NOVEMBRO	37	DEZEMBRO			4 - ANULAÇÃO TOTAL	
06									N.º DO EMPENHO	
						A - SUPLEMENTAR				
						B - ANULAR				
						29	LICITAÇÃO			
						1	1 - PRECATORIO	2 - OBRIGAÇÃO	3 - OBRIGAÇÃO	4 - OBRIGAÇÃO
						PROCESSO N.º		060420584		

ESPECIFICAÇÃO	UNIDAD	QUANT	PARCIAL	PREÇO	TOTAL
VALOR REFERENTE A TRANSFERENCIA DA COTA PARTE DO GOVERNO DO ESTADO DA PARAIBA, RELATIVA A COMPRA DE VENTILADORES PULMONARES, PELO CONSORCIO NORDESTE, COM RECURSOS DO CONVENIO IMPLEMENTACAO DA ESTRUTURACAO ORGANIZACIONAL DA REDE ESTADUAL DE SAUDE - PORPOSTA No.03609.5950 00/1190-05 - C/C 13.595-X.	UN	0,0 0,0 1,0	0,00 0,00 4488750,00	0,00 0,00 4488750,00	0,00 0,00 4488750,00
Total da Despesa:					4.488.750,00

CODATA

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA		PROGRAMAÇÃO TRIMESTRAL	
SALDO ANTERIOR	SALDO ATUAL	SALDO ANTERIOR	SALDO ATUAL
10.084.261,92	5.595.511,92	9.711.750,00	5.223.000,00
RESPONSÁVEL PELA EMISSÃO		AUTORIDADE ORDENADORA	
Flavio Marques Formiga		Codigo do Ordenador 247673 GERALDO-ANTONIO-DE-MEDEIRO	
ESPAÇO RESERVADO		43 DATA	
		06/04/2020	
		ATESTADO O RECEBIMENTO DO MATERIAL / PRESTAÇÃO DO SERVIÇO.	

Assinatura eletrônica em 06/04/2020 às 14:02:02



# ESTADO DA PARAÍBA NOTA DE EMPENHO

# NE

5	EXERCÍCIO	7	NÚMERO
2020		05590	



ÓRGÃO		
SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE		
UNIDADE GESTORA	13	CÓDIGO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE		250001

21	TIPO DE CRÉDITO	23	CRÉDITO ESPECIAL / EXTRAORDINÁRIO	23	FUNDOS ESPECIAIS						
01	1	Situacao DEBETO Nº 1									
35	U.O.	39	PROGRAMA DE TRABALHO	50	NATUREZA DA DESPESA	58	F.R.	60	D.V.	61	IMPORTÂNCIA
	25101		10.302.5007.2950		44905200		160		02451		458.785,80

20	NOME DO CREDOR	22	CÓDIGO	CÓDIGO DO BANCO E N.º C/C		
02	CONSORCIO NORDESTE		381752	001	000090000-1	
ENDEREÇO (RUA, AVENIDA, PRAÇA, ETC)		NÚMERO		ANDAR, SALA, APTO., ETC		
3 AVENIDA CTO ADM BAHIA						
BAIRRO OU DISTRITO		CIDADE OU MUNICÍPIO		U.F.	C.E.P.	TELEFONE
CENTRO ADMINIST		SALVADOR		BA	41745005	

20	PROGRAMAÇÃO DE CAIXA				20	22	EFEITO			
03	22	JANEIRO	37	FEVEREIRO	37	MARÇO				
04	22	ABRIL	37	MAIO	37	JUNHO				
05	22	JULHO	37	AGOSTO	37	SETEMBRO				
06	22	OUTUBRO	37	NOVEMBRO	37	DEZEMBRO				
							07	23	N.º DO EMPENHO A SUPLEMENTAR OU ANULAR	
									05506	
							28	LICITAÇÃO		30
							1	1 - CONTRATAÇÃO 2 - EMPENHO 3 - ANULAÇÃO 4 - SUSPENSÃO		4
							32	PROCESSO N.º		060420584

ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANT	PARCIAL	PREÇO	TOTAL
VALORE FERENTE A SUPLEMENTACAO DA NOTA DE EMPENHO No.05506/2020, CONFORME P.F. No.125/2020.	UND	1,0		458785,80	458785,80
Total da Despesa:					458.785,80

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA		PROGRAMAÇÃO TRIMESTRAL	
SALDO ANTERIOR	SALDO ATUAL	SALDO ANTERIOR	SALDO ATUAL
5.595.511,92	5.136.726,12	5.681.785,80	5.223.000,00

RESPONSÁVEL PELA EMISSÃO	AUTORIDADE ORDENADORA	43	DATA
Flavio Marques Formiga	Código do Ordenador GERALDO ANTONIO DE MEDEIRO	247673	07/04/2020

ESPAÇO RESERVADO	ATESTO O RECEBIMENTO DO MATERIAL / PRESTAÇÃO DO SERVIÇO.
	_____, EM ____/____/____

CODATA

Assinatura eletrônica: 62/08/2020





# ESTADO DA PARAÍBA NOTA DE EMPENHO

# NE

5	EXERCÍCIO	7	NÚMERO
2020		05590	



ORGÃO													
SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE													
UNIDADE GESTORA										13	CÓDIGO		
SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE										250001			
20	TIPO DE CRÉDITO				23	CRÉDITO ESPECIAL / EXTRAORDINÁRIO				23	FUNDO ESPECIAL		
01	1 - OBRIGACÃO DE EMPENHO 2 - SUPLEMENTAÇÃO 3 - ANULAÇÃO PARCIAL 4 - ANULAÇÃO TOTAL				Situacao 55506/2020 N° 1								
35	U.O.	39	PROGRAMA DE TRABALHO		50	NATUREZA DA DESPESA		58	F.R.	60	D.V.	61	IMPORTÂNCIA
	25101		10.302.5007.2950			44905200			160		02451		458.785,80
21	NOME DO CREDOR								22	CÓDIGO	CÓDIGO DO BANCO E N° C/C		
02	CONSORCIO NORDESTE								381752	001	000090000-1		
ENDEREÇO (RUA, AVENIDA, PRAÇA, ETC)								NÚMERO		ANDAR, SALA, APTO, ETC			
3 AVENIDA CTO ADM BAHIA													
BAIRRO OU DISTRITO				CIDADE OU MUNICÍPIO				U.F.		C.E.P.		TELEFONE	
CENTRO ADMINIST				SALVADOR				BA		41745005			
20	PROGRAMAÇÃO DE CAIXA												
03	22	JANEIRO		37	FEVEREIRO		37	MARÇO					
04	22	ABRIL		37	MAIO		37	JUNHO					
05	22	JULHO		37	AGOSTO		37	SETEMBRO					
06	22	OUTUBRO		37	NOVEMBRO		37	DEZEMBRO					
20	22	EFEITO											
1 - OBRIGACÃO 2 - SUPLEMENTAÇÃO 3 - ANULAÇÃO PARCIAL 4 - ANULAÇÃO TOTAL													
N° DO EMPENHO / SUPLEMENTAR / ANULAR												23	
												05506	
20	22	LICITAÇÃO											
1 - PRECATORIO 2 - LICITACAO 3 - LICITACAO 4 - LICITACAO												30	
												4	
PROCESSO N°												060420584	

ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANT	PARCIAL	TOTAL
VALORE FERENTE A SUPLEMENTACAO DA NOTA DE EMPENHO No.05506/2020, CONFORME P.F. No.125/2020.	UND	1,0	458785,80	458785,80
Total da Despesa:				458.785,80

CODATA

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA		PROGRAMAÇÃO TRIMESTRAL	
SALDO ANTERIOR	SALDO ATUAL	SALDO ANTERIOR	SALDO ATUAL
5.595.511,92	5.136.726,12	5.681.785,80	5.223.000,00
RESPONSÁVEL PELA EMISSÃO		AUTORIDADE ORDENADORA	
Flavio Marques Formiga		Codigo do Ordenador 247673 GERALDO ANTONIO DE MEDEIRO	
		43 DATA	
		07/04/2020	
ESPAÇO RESERVADO		ATESTO O RECEBIMENTO DO MATERIAL / PRESTAÇÃO DO SERVIÇO.	

G337061551146565010  
06/04/2020 15:54:24**Transferência entre contas diversas****Debitado**

Nome	PB FES INVESTIMENTO SUS
Agência	1618-7
Conta corrente	13595-X

**Creditado**

Nome	CONSORCIO I D S NORDESTE
Agência	3832-6
Conta corrente	90000-1
Valor	4.488.750,00
Data	Nesta data

Assinada por	JC654723 JOSE EDGLEI CAVALCANTE ANDRADE
	JC647747 FLAVIO MARQUES FORMIGA

06/04/2020 15:52:52
06/04/2020 15:54:24

Transação efetuada com sucesso.

Transação efetuada com sucesso por: JC647747 FLAVIO MARQUES FORMIGA.

Assinada eletronicamente por: BONNARDENILEIA CAVALCANTE ANDRADE em 06/04/2020 15:54:24



## Transferência entre contas diversas

### Debitado

Nome	PB FES INVESTIMENTO SUS
Agência	1618-7
Conta corrente	13595-X

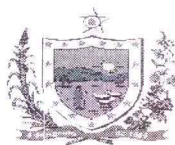
### Creditado

Nome	CONSORCIO I D S NORDESTE
Agência	3832-6
Conta corrente	90000-1
Valor	458.785,80
Data	Nesta data
Assinada por	JC654723 JOSE EDGLEI CAVALCANTE ANDRADE JC647747 FLAVIO MARQUES FORMIGA

Transação efetuada com sucesso.

Transação efetuada com sucesso por: JC647747 FLAVIO MARQUES FORMIGA.

Assinado eletronicamente por: B00NVRD0N51167A091662/08/02/2020



Somos todos  
**PARAÍBA**  
Governo do Estado



## SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

### DESPACHO

Considerando o ajuste a ser procedido no Sistema SIAF, como também no sistema contábil, encaminhamos os autos para cancelamento da Notas de Empenho nº 05506/2020 e 05590/2020 emitidos para o **CONSÓRCIO NORDESTE**, respectivamente, em 06/04/2020 e 07/04/2020.

Tal providencia se faz necessária para a realização de lançamentos contábeis de ajuste, em observância ao Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) devendo posteriormente ser efetivada a reprogramação orçamentária na classificação **4.4.93.52 – Despesa de capital - Aplicação direta decorrente de operações de órgãos, fundos e entidades integrantes dos orçamentos fiscais e da seguridade social com Consórcio Público do qual o Ente Participe - Material Permanente.**

Atenciosamente,

*Girlando G. da Silva*  
**Girlando Gomes da Silva**  
Técnico Administrativo  
Mat. 178.784-5

Assinatura eletrônica: 62/02/2020





# ESTADO DA PARAÍBA NOTA DE EMPENHO

# NE

5 EXERCÍCIO  
2020

7 NÚMERO  
05506



ÓRGÃO	
SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE	
UNIDADE GESTORA	13 CÓDIGO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE	250001

20 TIPO DE CRÉDITO	23 CRÉDITO ESPECIAL / EXTRAORDINÁRIO	23 FUNDO ESPECIAL
1	Situacao <del>SECRETO</del> N° 1	
35 U.O.	39 PROGRAMA DE TRABALHO	50 NATUREZA DA DESPESA
25101	10.302.5007.2950	44905200
58 F.R.	60 D.V.	61 IMPORTÂNCIA
160	02451	4.488.750,00

21 NOME DO CREDOR	22 CÓDIGO	CÓDIGO DO BANCO E N.º C/C
CONSORCIO NORDESTE	381752	001 000090000-1
ENDEREÇO (RUA, AVENIDA, PRAÇA, ETC)	NÚMERO	ANDAR, SALA, APTO.º, ETC
3 AVENIDA CTO ADM BAHIA		
BAIRRO OU DISTRITO	CIDADE OU MUNICÍPIO	U.F.
CENTRO ADMINIST	SALVADOR	BA
	C.E.P.	TELEFONE
	41745005	

20	PROGRAMAÇÃO DE CAIXA				20	22 EFEITO
03	22 JANEIRO	37 FEVEREIRO	37 MARÇO		1	1 - OBRIGAÇÃO 2 - SUPLEMENTAÇÃO 3 - ANULAÇÃO PARCIAL 4 - ANULAÇÃO TOTAL
04	22 ABRIL	37 MAIO	37 JUNHO			
05	22 JULHO	37 AGOSTO	37 SETEMBRO			
06	22 OUTUBRO	37 NOVEMBRO	37 DEZEMBRO			
					23	
					28 LICITAÇÃO	
					1	1 - PRESENCIAL 2 - PRESENCIAL 3 - ELETRÔNICA 4 - DESPESAS
					32	060420584

ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANT	PARCIAL	TOTAL
VALOR REFERENTE A TRANSFERENCI A DA COTA PARTE DO GOVERNO DO ESTADO DA PARAIBA, RELATIVA A COMPRA DE VENTILADORES PULMONA RES, PELO CONSORCIO NORDESTE, COM RECURSOS DO CONVENIO IMPL EMENTACAO DA ESTRUTURACAO ORGAN IZACIONAL DA REDE ESTADUAL DE SAUDE - PORPOSTA No.03609.5950 00/1190-05 - C/C 13.595-X.	UN	0,0 0,0 1,0	0,00 0,00 4488750,00	0,00 0,00 4488750,00
Total da Despesa:				4.488.750,00

CODATA

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA		PROGRAMAÇÃO TRIMESTRAL	
SALDO ANTERIOR	SALDO ATUAL	SALDO ANTERIOR	SALDO ATUAL
10.084.261,92	5.595.511,92	9.711.750,00	5.223.000,00
RESPONSÁVEL PELA EMISSÃO		AUTORIDADE ORDENADORA	
Flavio Marques Formiga		Codigo do Ordenador 247673 GERALDO ANTONIO DE MEDEIRO	
ESPAÇO RESERVADO		43 DATA	
		06/04/2020	
		ATESTO O RECEBIMENTO DO MATERIAL / PRESTAÇÃO DO SERVIÇO.	

Assinatura eletrônica em 06/04/2020 às 14:06:20

ÓRGÃO	
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE	
UNIDADE GESTORA	CÓDIGO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE	250001

	TIPO DE CREDITO		23	CRÉDITO ESPECIAL / EXTRAORDINÁRIO						23	FUNDOESPECIAL
01	1	1 - ORÇAMENTO SUPLEMENTAR 2 - EMPLEIO 3 - CAPITAL GERAL 4 - FUNDO ESPECIAL		Situacao DEFRETO Nº 1							
35	U.O.	39	PROGRAMA DE TRABALHO	50	NATUREZA DA DESPESA	58	F.R.	60	D.V.	61	IMPORTÂNCIA
25101			10.302.5007.2950		44905200		160		02451		458.785,80

02	NOME DO CREDOR		22	CODIGO	CODIGO DO BANCO EN° C/C	
	CONSORCIO NORDESTE		381752	001	000090000-1	
	ENDEREÇO (RUA, AVENIDA, PRAÇA, ETC)		NÚMERO		ANDAR, SALA, APTO°, ETC	
	3 AVENIDA CTO ADM BAHIA					
	BAIRRO OU DISTRITO	CIDADE OU MUNICIPIO	U.F.	C.E.P.	TELEFONE	
	CENTRO ADMINIST	SALVADOR	BA	41745005		

PROGRAMAÇÃO DE CAIXA			
03	22	JANEIRO	37
			37
			37
04	22	ABRIL	37
			37
05	22	JULHO	37
			37
06	22	OUTUBRO	37
			37

EFEITO	
2	1 - OBRIGAÇÃO 2 - SUPLEMENTAÇÃO 3 - ANULAÇÃO PARCIAL 4 - ANULAÇÃO TOTAL
Nº DO EMPENHO A SUPLEMENTAR OU ANULAR	05506
29	LICITAÇÃO
1	1 - TACATF 2 - 1. PREÇOS 3 - MODER 4 - DISFINAS
	COPIAS DO INSTRUMENTO LEGAL PARA A EMPRESA DA LICITAÇÃO
32	PROCESSO Nº 060420584

ESPECIFICAÇÃO	UNIDAD	QUANT	PREÇO	
			PARCIAL	TOTAL
VALORE FERENTE A SUPLEMANTACAO DA NOTA DE EMEPNHO No.05506/2020, CONFORME P.F. No.125/2020.	UND	1,0	458785,80	458785,80
Total da Despesa:				458.785,80

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA		PROGRAMAÇÃO TRIMESTRAL	
SALDO ANTERIOR	SALDO ATUAL	SALDO ANTERIOR	SALDO ATUAL
5.595.511,92	5.136.726,12	5.681.785,80	5.223.000,00
RESPONSÁVEL PELA EMISSÃO		AUTORIDADE ORDENADORA	
Flavio Marques Formiga		Código do Ordenador GERALDO ANTONIO DE MEDEIRO	43 DATA 247673 07/04/2020
ESPAÇO RESERVADO		ATESTO O RECEBIMENTO DO MATERIAL / PRESTAÇÃO DO SERVIÇO.	
		_____, EM ____/____/____	

CODATA

Assistants de recherche en éducation B01NARDENELLE A091062/03/2020



<b>SIAF 4.0</b>		<b>GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA</b> CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO DA PARAÍBA SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA		<b>RO</b> <b>RESERVA</b> <b>ORÇAMENTÁRIA</b>		EXERCÍCIO <b>2020</b>	NÚMERO DO DOCUMENTO <b>4119</b>
NOME DO ÓRGÃO <b>SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE</b>						CÓDIGO DA UG <b>250001</b>	
NOME DO CREDOR						CÓDIGO DO CREDOR <b>0</b>	
FINALIDADE <b>Processo 060420584 Reserva orçamentária &lt;BR&gt; para atender aquisição de equipamentos h &lt;BR&gt; ospitales (Respiradores Pulmonares) de &lt;BR&gt; stinados a unidades da rede estadual no &lt;BR&gt; enfrentamento da Covid-19.</b>							
NÚMERO DA RO ANULADA <b>4119</b>	MOVIMENTO <b>11</b>	DATA DA ATUALIZAÇÃO <b>06/05/2020</b>					
VALOR DA RESERVA <b>4.947.535,80</b>	VALOR ANULADO <b>0,00</b>	VALOR EMPENHADO <b>0,00</b>	SALDO RESERVA <b>4.947.535,80</b>				
DADOS DA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA <b>25101.10.302.5007.2950.00000000287.44935200.16000</b>						CÓDIGO REDUZIDO DA CLASSIFICAÇÃO <b>4880</b>	
<b>25101 - SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE</b> <b>10 - SAÚDE</b> <b>- ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIO</b> <b>5007 - SAUDE INTEGRAL</b> <b>2950 - IMPLEMENTACAO DA ESTRUTURACAO ORGANIZACIONAL DA REDE ESTADUA</b> <b>44935200 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE</b> <b>16000 - REC TRANSFERIDOS PELO FUNDO NAC DE SAUDE</b>							
RESPONSÁVEL PELO CADASTRO <b>WILTON FERNANDES DE LIMA</b>							



  
**Wilton Fernandes de Lima**  
 Chefe do Núcleo de Elaboração  
 e Acompanhamento do Orçamento-S  
 Matrícula 172374-1

Assinatura eletrônica de Wilton Fernandes de Lima em 06/05/2020 às 14:39



*Somos todos*  
**PARAÍBA**  
Governo do Estado

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

# ***NOTAS DE EMPENHO AJUSTE CONTÁBIL 4.4.93.52.00***

Assinatura eletrônica: BONDENLEIA 06/06/2020 02:02:02

Secretaria de Estado da Saúde

Av. Dom Pedro II, 1826 - Torre. João Pessoa- PB | (83) 3211.9000

Notícia de Fato 001.2020.008456

Documento 2020/0000589272 criado em 09/06/2020 às 06:39

[www.paraiba.pb.gov.br](http://www.paraiba.pb.gov.br)





# ESTADO DA PARAÍBA NOTA DE EMPENHO

# NE

6	EXERCÍCIO	7	NÚMERO
2020		08600	



ÓRGÃO		
SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE		
UNIDADE GESTORA	13	CÓDIGO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE		250001

20	TIPO DE CRÉDITO	23	CRÉDITO ESPECIAL / EXTRAORDINÁRIO	23	FUNDOSPECIAL						
01	1 - OBRIGACÃO SUPLEMENTAR 2 - ESPECIAL 3 - EXTRAORDINÁRIO 4 - FUNDOSPECIAL	Situacao DECRETO N° 1									
35	U.O.	39	PROGRAMA DE TRABALHO	50	NATUREZA DA DESPESA	58	F.R.	60	D.V.	61	IMPORTÂNCIA
	25101		10.302.5007.2950		44935200		160		04880		4.947.535,80

21	NOME DO CREDOR	22	CÓDIGO	CÓDIGO DO BANCO E N° C/C		
02	CONSORCIO NORDESTE		381752	001	000090000-1	
ENDEREÇO (RUA, AVENIDA, PRAÇA, ETC)		NÚMERO		ANDAR, SALA, APTO, ETC		
3 AVENIDA CTO ADM BAHIA						
Bairro ou Distrito		Cidade ou Município		U.F.	C.E.P.	TELEFONE
CENTRO ADMINIST		SALVADOR		BA	41745005	

03	PROGRAMAÇÃO DE CAIXA						20	22	EFEITO	
	22	JANEIRO	37	FEVEREIRO	37	MARÇO			1 - OBRIGACÃO 2 - SUPLEMENTAÇÃO 3 - ANULAÇÃO PARCIAL 4 - ANULAÇÃO TOTAL	
	22	ABRIL	37	MAIO	37	JUNHO				
	22	JULHO	37	AGOSTO	37	SETEMBRO				
05	22	OUTUBRO	37	NOVEMBRO	37	DEZEMBRO				
06							07			
						29	LICITAÇÃO			
						1	1 - ORÇAMENTO 2 - 1º PARCELA 3 - 2ª PARCELA 4 - 3ª PARCELA	30	4	
						32	PROCESSO N° 060420584			

ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANT	PREÇO	
			PARCIAL	TOTAL
VALOR REFERENTE A TRANSFERENCIA DA COTA PARTE DO GOVERNO DO ESTADO DA PARAIBA, RELATIVA A COMPRA DE VENTILADORES PULMONARES, PELO CONSORCIO NORDESTE, COM RECURSOS DO CONVENIO IMPL MENTACAO DA ESTRUTURACAO ORGANIZACIONAL DA REDE ESTADUAL DE SAUDE - PROPOSTA No.03609.595 00/1190-05 - C/C 13-595-X.	UND	1,0	4947535,80	4947535,80
Total da Despesa:				4.947.535,80

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA		PROGRAMAÇÃO TRIMESTRAL	
SALDO ANTERIOR	SALDO ATUAL	SALDO ANTERIOR	SALDO ATUAL
4.947.535,80	0,00	9.315.535,80	4.368.000,00
RESPONSÁVEL PELA EMISSÃO		AUTORIDADE ORDENADORA	
Flavio Marques Formiga		Codigo do Ordenador 247673 GERALDO ANTONIO DE MEDEIRO	
		43	DATA
			06/05/2020
ESPAÇO RESERVADO		ATESTO O RECEBIMENTO DO MATERIAL / PRESTAÇÃO DO SERVIÇO.	







ESTADO DA PARAÍBA  
NOTA DE EMPENHO

NE

5 EXERCÍCIO  
2020

7 NÚMERO  
08600



ÓRGÃO

SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE

UNIDADE GESTORA

SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE

13

CÓDIGO

250001

20	TIPO DE CRÉDITO	23	CRÉDITO ESPECIAL / EXTRAORDINÁRIO	23	FUNDO ESPECIAL						
01	1 1 - OBRIGADO SUPLEMENTAR 2 - C/D LIGAL 3 - EXTRAORDINÁRIO 4 - FUNDO ESPECIAL	Situacao <del>SECRETO</del> Nº 1									
35	U.O.	39	PROGRAMA DE TRABALHO	50	NATUREZA DA DESPESA	58	F.R.	60	D.V.	61	IMPORTÂNCIA
	25101		10.302.5007.2950		44935200		160		04880		4.947.535,80

21	NOME DO CREDOR	22	CÓDIGO	CÓDIGO DO BANCO E N.º C/C		
02	CONSORCIO NORDESTE	381752	001	000090000-1		
ENDEREÇO (RUA, AVENIDA, PRAÇA, ETC)		NÚMERO		ANDAR, SALA, APTO, ETC		
3 AVENIDA CTO ADM BAHIA						
BAIRRO OU DISTRITO		CIDADE OU MUNICÍPIO		U.F.	C.E.P.	TELEFONE
CENTRO ADMINIST		SALVADOR		BA	41745005	

24	PROGRAMAÇÃO DE CAIXA						20	22	EFEITO	
03	22	JANEIRO	37	FEVEREIRO	37	MARÇO			1 - OBRIGAÇÃO 2 - SUPLEMENTAÇÃO 3 - ANULAÇÃO PARCIAL 4 - ANULAÇÃO TOTAL	
	22	ABRIL	37	MAIO	37	JUNHO				
	22	JULHO	37	AGOSTO	37	SETEMBRO				
05	22	OUTUBRO	37	NOVEMBRO	37	DEZEMBRO				
06										
							07	23	N.º DO EMPENHO A SUPLEMENTAR OU ANULAR	
							29	LICITAÇÃO		
							1	1 - PROPOSTA 2 - 1. PREÇOS 3 - VALORES 4 - DESPESA	30	4
							32	PROPOSTA Nº 060420584		

ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANT	PREÇO	
			PARCIAL	TOTAL
VALOR REFERENTE A TRANSFERENCIA DA COTA PARTE DO GOVERNO DO ESTADO DA PARAIBA, RELATIVA A COMPRA DE VENTILADORES PULMONARES, PELO CONSORCIO NORDESTE, COM RECURSOS DO CONVENIO IMPL MENTACAO DA ESTRUTURACAO ORGANIZACIONAL DA REDE ESTADUAL DE SAUDE - PROPOSTA No.03609.595 00/1190-05 - C/C 13-595-X.	UND	1,0	4947535,80	4947535,80
Total da Despesa:				4.947.535,80

CODATA

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA		PROGRAMAÇÃO TRIMESTRAL	
SALDO ANTERIOR	SALDO ATUAL	SALDO ANTERIOR	SALDO ATUAL
4.947.535,80	0,00	9.315.535,80	4.368.000,00
RESPONSÁVEL PELA EMISSÃO		AUTORIDADE ORDENADORA	
Flavio Marques Formiga		Codigo do Ordenador 247673 GERALDO ANTONIO DE MEDEIRO	
ESPAÇO RESERVADO		43 DATA 06/05/2020	
		ATESTO O RECEBIMENTO DO MATERIAL / PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. EM / /	

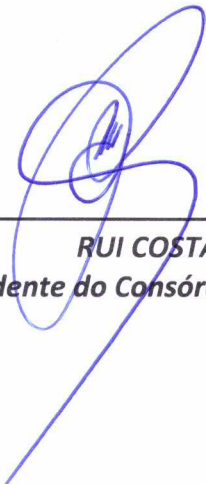
## DESPACHO

Considerada a inexecução contratual noticiada nos autos, consistente na não entrega dos bens pactuados neste Contrato 05/2020, consoante explicitado na manifestação da Procuradoria Geral do Estado (parecer PA-BCL-01/2020); e a necessidade pública de urgente estruturação da assistência à saúde da população nordestina, que reclama a imediata disponibilidade dos recursos públicos, decido pela rescisão unilateral nos termos dos arts. 78, I, e 79, I, da Lei nº 8.666/1993.

Promova-se a imediata notificação da empresa.

Proceda-se, ainda, para a instauração urgente de processo sancionatório.

Publique-se.



---

**RUI COSTA**  
**Presidente do Consórcio Nordeste**





**OFÍCIO CIRCULAR CIDSN/SE nº 03|2020.**

Salvador/BA, 06 de abril de 2020.

Aos Exmos. Senhores Governadores e Governadora,

**JOSÉ RENAN VASCONCELOS CALHEIROS FILHO  
RUI COSTA DOS SANTOS  
CAMILO SOBREIRA DE SANTANA  
FLÁVIO DINO DE CASTRO E COSTA  
JOÃO AZEVEDO LINS FILHO  
PAULO HENRIQUE SARAIVA CÂMARA  
JOSÉ WELLINGTON BARROSO DE ARAÚJO DIAS  
MARIA DE FÁTIMA BEZERRA  
BELIVALDO CHAGAS SILVAPAULO MORENO CARVALHO**

**ESTADO DE ALAGOAS  
ESTADO DA BAHIA  
ESTADO DO CEARÁ  
ESTADO DO MARANHÃO  
ESTADO DA PARAÍBA  
ESTADO DE PERNAMBUCO  
ESTADO DO PIAUÍ  
ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
ESTADO DE SERGIPE**

**Assunto:** Compras conjuntas para enfrentamento da Pandemia de Coronavírus (COVID-19) – ventiladores pulmonares

Senhores Governadores e Governadora,

Dirijo-me a Vossas Excelências, para, em atenção à Resolução nº 06/2020 da Assembleia Geral do Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste – Consórcio Nordeste, que determinou a realização de compras conjuntas, centralizadas ou compartilhadas, de bens e serviços, com vistas à promoção, prevenção e à garantia de assistência à saúde para as pessoas em decorrência da pandemia de COVID-19, submeter para vossa análise, os instrumentos jurídicos de pactuação com vistas à operacionalização dos processos de aquisição.

Sinalizo, de antemão, que os instrumentos foram analisados previamente pela douta Procuradoria Geral do Estado da Bahia, órgão de assessoramento do Consórcio Nordeste, nos termos do art. 46 do Estatuto Social, tendo sido proferido parecer favorável à celebração dos ajustes.

Nesse momento inicial, considerando a urgência que a situação tem requerido, celebraremos o Contrato de Programa, com as diretrizes gerais para a realização das compras conjuntas e um Contrato de Rateio específico para a aquisição de ventiladores pulmonares, nos quantitativos indicados por cada um dos estados consorciados, conforme segue:

*Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste  
- Consórcio Nordeste -*



- BA - 60
- CE - 30
- SE - 30
- PI - 30
- MA - 30
- RN - 30
- PE - 30
- AL - 30
- PB - 30

Para operacionalização da aquisição, cujo valor unitário é de **UD\$ 28.500,00 (cotação R\$ 5,25)**, considerando, portanto, se tratar de compra vultosa e de produto de difícil obtenção no mercado nacional e internacional, precisaremos que sejam indicadas as respectivas dotações orçamentárias e transferidos os valores financeiros correspondentes no prazo de até 12 (doze) horas, para a conta bancária do Consórcio Nordeste, que segue abaixo indicada:

**CONSÓRCIO INTERESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO NORDESTE**

**Banco do Brasil – BB (001)**

**Ag.: 3832-6**

**C/C.: 90.000-1**

**CNPJ: 34.304.033/0001-47**

Na oportunidade, renovamos os protestos de estima, solidariedade e compromisso com o desenvolvimento sustentável do Nordeste.

Atenciosamente,

**CARLOS EDUARDO GABAS**

Secretário Executivo

*Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste  
- Consórcio Nordeste -*

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA  
 Consorcio Nordeste  
 GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO -  
 CIDSNE/PRESID/SE/DIRAF/GERAD

**FORMULÁRIO DE  
 DISPENSA/INEXIGIBILIDADE**

**FORMULÁRIO DE SOLICITAÇÃO DA DEMANDA**

**ÓRGÃO/ENTIDADE:** CONSÓRCIO INTERESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO NORDESTE – CONSÓRCIO NORDESTE

**UNIDADE ADMINISTRATIVA REQUISITANTE:** GERENCIA ADMINISTRATIVA

**NOME DO REQUISITANTE:** VALDERIR CLAUDINO DE SOUZA

**CARGO/FUNÇÃO DO REQUISITANTE:** GERENTE ADMINISTRATIVO DO CONSÓRCIO NORDESTE

**E-MAIL:** [valderir.souza@consorcionordeste.com](mailto:valderir.souza@consorcionordeste.com) fone: (61) 99638-5281

**DESCRIÇÃO DA DESPESA SOLICITADA:** Aquisição de 300 (trezentos) ventiladores pulmonares por dispensa de licitação para o enfrentamento da transmissão comunitária do vírus em conformidade com o art. 4º da Lei nº 13.979 de 2020, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no termo de referência, visando atender demandas do Consórcio Interestadual de Desenvolvimento sustentável do Nordeste.

**JUSTIFICATIVA:** A presente aquisição/contratação faz parte das medidas de proteção para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19). Importante se faz ressaltar que a demanda não se encontra registrada no Plano Anual de Contratações - PAC, entretanto, a presente aquisição visa a atender demanda urgente, imprevisível em decorrência da declaração da Organização Mundial da Saúde (OMS) da pandemia do COVID-19, doença respiratória aguda causada pelo novo coronavírus (Sars-Cov-2), em virtude da rápida difusão do vírus por vários países. Acresce, ainda, que a presente contratação encontra-se amparada pelo disposto pela Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, alterada pela Medida Provisória nº 926, de 20 de março de 2020, assim como no Decreto Legislativo (PDL) 88/2020, que declara o estado de calamidade pública por causa da pandemia causada pelo novo coronavírus. A contratação ocorrerá por meio de dispensa de licitação, art. 4º, da Lei Federal nº 13.979/2020, em virtude da situação emergencial.

**AUTORIZAÇÃO DO ORDENADOR DE DESPESAS**

De acordo com a solicitação supra, **AUTORIZO** a abertura do respectivo processo de contratação, nos termos do art. 39, inciso V, do Estatuto do Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste – Consórcio Nordeste.

**Carlos Eduardo Gabas**  
**Secretário Executivo – CONSÓRCIO NORDESTE**



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Eduardo Gabas, Secretário Executivo Conselho**, em 07/04/2020, às 11:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do [Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://seibahia.ba.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://seibahia.ba.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **00017534032** e o código CRC **226A95CE**.



**GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA**  
**CONSORCIO NORDESTE-CIDSNE**

**TERMO DE REFERÊNCIA/PROJETO BÁSICO**

**DISPENSA DE LICITAÇÃO LEI 13.979/2020**

**DISPENSA Nº 004/2020**

**(Processo Administrativo nº 200.13105.2020.0000001-13)**

**1. DECLARAÇÃO DO OBJETO**

1. Aquisição de 300 (trezentos) ventiladores pulmonares por dispensa de licitação para o enfrentamento da transmissão comunitária do vírus em conformidade com o art. 4º da Lei nº 13.979 de 2020, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento, visando atender demandas do Consórcio Interestadual de Desenvolvimento sustentável do Nordeste.

**2. ESPECIFICAÇÃO DOS MATERIAIS/INSUMOS E QUANTIDADES**

<b>ESPECIFICAÇÃO</b>	<b>QUANTIDADE</b>
<p>- Ventilador de UTI portátil elétrico ICU com compressor de ar</p> <p>Ventilador multifuncional que adota controle pneumático, eletrônico e tecnologia de microcomputador. Componentes exportados são utilizados para garantir estabilidade e confiabilidade operacional. Com tela colorida (TEF) para exibir vários parâmetros de medição e configuração, o dispositivo é muito adequado para tratamento respiratório, aplicável aos departamentos médico, cirúrgico e ginecológico, departamento de pediatria, primeiros socorros e departamentos de UTI de hospitais em diferentes níveis</p>	<p><b><u>300 assim distribuídos:</u></b></p> <p>Alagoas – 30</p> <p>Bahia – 60</p> <p>Ceará – 30</p> <p>Maranhão – 30</p> <p>Paraíba – 30</p> <p>Pernambuco – 30</p> <p>Piauí – 30</p> <p>Rio Grande do Norte – 30</p> <p>Sergipe – 30</p>

**3. FUNDAMENTAÇÃO SIMPLIFICADA DA CONTRATAÇÃO**

Notícia de Fato 001.2020.008756

Documento 2020/0000589278 criado em 09/06/2020 às 08:39

3. A transmissão do coronavírus no Brasil já foi considerada comunitária, conforme Portaria do Ministério da Saúde n. 454/2020, com possibilidade de aumento e agravamento de casos. O enfrentamento de uma epidemia requer a contratação de materiais e insumos de prevenção de contágio, transmissão e manejo clínico dos casos diagnosticados.
3. A necessidade da contratação pública fundamenta-se em critérios técnicos tomando por base a doença e transmissão do vírus, assim como as projeções do seu comportamento, além das orientações dos órgãos oficiais de saúde, especialmente quanto à disponibilidade de materiais de higiene, e equipamentos hospitalares e de proteção individual, dentre outros bens e insumos que se fizerem necessários.
3. Neste sentido é necessária a contratação pública de insumos/equipamentos de forma emergencial para o enfrentamento da transmissão comunitária do vírus em conformidade com a Lei nº 13.979 de 2020, nos termos deste termo de referência

#### 4. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

4. Os bens objeto da presente contratação são classificados como comuns, pois os padrões de desempenho e qualidade encontram-se objetivamente definidos no item 1. **DECLARAÇÃO DO OBJETO**, por meio de especificações usuais no mercado.

#### 5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO.

5. Na hipótese de haver restrição de fornecedores, a autoridade competente, excepcionalmente e mediante justificativa, poderá **dispensar a apresentação de documentação** relativa à regularidade fiscal e trabalhista ou, ainda, o cumprimento de um ou mais requisitos de habilitação, ressalvados a exigência de apresentação de prova de regularidade relativa à Seguridade Social e o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do **caput** do art. 7º da Constituição, conforme modelo constante do Anexo I.
5. O prazo de entrega dos bens é de no mínimo 10 (dez) e no máximo 20 (vinte) dias após a comprovação do pagamento e o envio do fornecedor da Nota Fiscal de recebimento.
5. Trata-se de pagamento adiantado por ser tratar de produtos importados.

#### 6. LOCAL DE ENTREGA

6. No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a 01 (um) anos, ou a metade do prazo total recomendado pelo fabricante.
6. O recebimento do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

4.5. A contratação deverá seguir os seguintes parâmetros de Responsabilidade Socioambiental:

4.5.1 Os critérios de sustentabilidade da demanda deverão estar alinhados a diretriz do art. 3 da Lei 8666/93, Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia Geral da União e normativos correlatos.

4.5.2 DA SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL: a empresa deverá apresentar material constituído e embalado com critérios socioambientais vigentes decorrentes da Lei nº 6.938/81 e regulamentos, com os respectivos registros e comprovações oficiais (ex. Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras, ANVISA, ou certificação energética), além de atentar para as exigências da Política de Resíduos Sólidos.

4.6.3 DA SUSTENTABILIDADE ECONÔMICA, SOCIAL e CULTURAL: A contratação atende as diretrizes da Lei nº 13.979/20, além de atingir diretamente as necessidades sociais, haja vista ser o objeto para imediato combate a pandemia coronavírus, bem como seguir alinhada aos padrões nacionais de aquisição para enfrentamento da calamidade.

## 7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 05 (cinco) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
  1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.
7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
7. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
  1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$ , sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)	I =	( 6 / 100 )	<p>I = 0,00016438</p> <p>TX = Percentual da taxa anual = 6%</p>
----------	-----	-------------	---

Brasília, 26 de março de 2020

<Inserir o texto aqui.>



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Eduardo Gabas, Secretário Executivo Conselho**, em 07/04/2020, às 11:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do [Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://seibahia.ba.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://seibahia.ba.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **00017534141** e o código CRC **22D9A779**.

Referência: Processo nº 200.13105.2020.0000001-13

SEI nº 00017534141

Assinado eletronicamente por Carlos Eduardo Gabas, Secretário Executivo Conselho, em 07/04/2020, às 11:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014.



**GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA**

Consortio Nordeste

GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO - CIDSNE/PRESID/SE/DIRAF/GERAD

## **CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 05/2020**

TERMO DE CONTRATO QUE CELEBRAM ENTRE SI DE UM LADO O CONSÓRCIO INTERESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO NORDESTE – CONSÓRCIO NORDESTE E DE OUTRO A EMPRESA HEMPCARE PHARMA REPRESENTAÇÕES LTDA PARA FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS PARA UNIDADES DE TERAPIA INTENSIVA, REALIZADO NOS TERMOS DO ARTIGO 4º DA LEI FEDERAL Nº 13.979 DE 06/02/2020.

O **CONSÓRCIO INTERESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO NORDESTE – CONSÓRCIO NORDESTE**, pessoa jurídica de direito público, com sede na Avenida 03, Plataforma IV, Ala Sul, nº 390, centro administrativo da Bahia, Salvador – BA, CEP 40.301-155, regularmente inscrito no CNPJ/ME sob o nº 34.304.033/0001-47, neste ato representado seu presidente, Sr. Governador do Estado da Bahia **RUI COSTA DOS SANTOS**, doravante denominado **CONTRATANTE**, e do outro lado, a empresa **HEMPCARE PHARMA REPRESENTAÇÕES LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 628, 4º andar, CEP 05684-030, regularmente inscrito no CNPJ/ME sob o nº 34.049.323/0001-91, neste ato representada por sua representante legal **CRISTIANA PRESTES TADDEO**, brasileira, empresária, inscrita no CPF/ME 218.898.358-03, portadora da cédula de identidade de RG nº 182.750.310 - SP, residente na Rua Barão de Melgaço, nº 565, apto. 73A, Real Parque, São Paulo - SP, CEP 05684-030, doravante denominada **CONTRATADA**, o que se faz nos termos da legislação correlata e mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

### **1. CLAUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

1. O presente Contrato Administrativo é firmado em regime de urgência, com dispensa de licitação nos termos do artigo 4º da Lei Federal 13.979/20, e tem como objeto o fornecimento, pela **CONTRATADA** ao **CONTRATANTE**, de 300 (trezentos) Ventiladores AV-2000B3 de UTI portátil elétrico ICU com compressor de ar NCM 9022901 (Ventiladores) ao preço unitário de R\$ 158.372,00 (cento e cinquenta e oito mil, trezentos e setenta e dois), totalizando o valor de R\$ 47.511.600,00 (quarenta e sete milhões, quinhentos e onze mil e seiscentos reais), sem considerar os custos de frete e seguro de

transporte previstos nas cláusulas abaixo.

- Os Ventiladores AV-2000B3 de UTI portátil elétrico ICU com compressor de ar NCM 9022901 devem possuir as características constantes na tabela abaixo.

CARACTERÍSTICA	FUNÇÕES
<b>ALARME</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Faixa de configuração do limite superior 21% ~ 100%</li> <li>Faixa de configuração de limite baixo 10% ~ 80%</li> <li>Alarme de pressão nas vias aéreas</li> <li>Faixa de ajuste do limite superior 0,3 ~ 6,0 kPa</li> <li>Faixa de configuração de limite baixo 0.2 ~ 5.0 kPa</li> <li>Alarme de volume de ventilação por minuto</li> <li>Faixa de ajuste do limite superior 3.0 ~ 30L / min</li> <li>Faixa de configuração de limite baixo 1.0 ~ 10L / min</li> </ul>
<b>FREQUÊNCIA RESPIRATÓRIA</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Faixa de ajuste do limite superior 50 ~ 99bpm</li> <li>Faixa de configuração de limite baixo 0 ~ 50bpm</li> </ul>
<b>VOLUME TIDAL</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Faixa de ajuste do limite superior 10 ~ 2000ml</li> <li>Faixa de configuração de limite baixo 0 ~ 1800ml</li> <li>Alarme de alta pressão sustentado emite um alarme quando o estresse é constantemente superior a 2,5 kPa</li> </ul>
<b>ALARME DE SUFOCAMENTO</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Emitirá um alarme sonoro e luminoso se não houver entrada de volume corrente por 15 segundos</li> <li>Alarme de energia</li> <li>Alarme de falta de gás</li> <li>Alarme de intubação desligado</li> </ul>
<b>ENERGIA</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>AC 220V <math>\pm 10\%</math></li> <li>50Hz<math>\pm 1</math>Hz</li> <li>Bateria de armazenamento</li> </ul>
<b>BRAÇOS</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Compressor de ar</li> </ul>

Assinatura eletrônica: 00000589278 criado em 09/06/2020 às 08:39

**2. CLAUSULA SEGUNDA – FRETE, PRAZO E SEGURO**

2. Os produtos serão transportados por via aérea [Aeronave fretada 747/ 4000], pela rota internacional Guangzhou-Guangdong [China] ® RPC Miami [Flórida, Estado Unidos da América] ® Recife [Pernambuco, Brasil], cujas especificações se encontram nos anexos 1, 2 e 3.
2. O frete será realizado em duas remessas, cada uma com 150 (cento e cinquenta) Ventiladores, sendo que o preço do frete de cada uma das remessas é de R\$ 674.040,00 (seiscentos e quarenta e sete mil e quarenta reais) totalizando R\$ 1.348.080,00 (um milhão, trezentos e quarenta e oito mil e oitenta centavos).
2. O Prazo para a entrega da primeira remessa é de até 20 (vinte) dias contados do pagamento do valor previsto no item “i” da cláusula 3.3 do presente contrato.
2. O Prazo para a entrega da segunda remessa é de até 20 (vinte) dias contados da entrega da primeira remessa.
1. O embarque dos ventiladores já está pré-agendado para os seguintes dias:

A.	BZSA.	A.
Remessa 1	1.	150.
Remessa 2	1.	150.

2. A entrega realizada em Recife-PE, no endereço do galpão da importadora, situado na Avenida Marechal Mascarenhas de Moraes, 5855, Galpão 02 – Recife – PE, Cep: 51210-001 – Terminal de Cargas Aeroporto de Recife e será considerada efetivada com o pouso da Aeronave fretada em território brasileiro, com o devido desembaraço aduaneiro e

depósito dos ventiladores em Armazém localizado no terminal de cargas do aeroporto do Recife.

148 de 537

2. O CONTRATANTE – Consórcio Nordeste enviará à CONTRATADA a autorização de retirada dos equipamentos, por Estado, devendo constar o nome da pessoa com a devida documentação.
2. A CONTRATADA enviará modelo de autorização para ser preenchido pelo Consórcio visando a identificação e a quantidade de equipamentos autorizados para recebimento. (
2. Caso ocorra o atraso na entrega dos Ventiladores, incidirá, contra a **CONTRATADA**, multa compensatória de 1% (um por cento) do valor da remessa objeto do atraso, por dia de atraso, até o teto máximo de 10% (dez por cento).
2. A carga será objeto de uma apólice de Seguro Intermodal Internacional de Bens Responsabilidade da Operação de transporte ROTR-VI (*Insurance Incoterms All risks*), cujo valor total será de R\$ 615.678,00 (seiscentos e quinze mil e seiscentos e setenta e oito reais), contratado pela seguradora [preencher], apólice nº [preencher] [anexo 4].

### 3. CLAUSULA TERCEIRA – PREÇO E FORMA DE PAGAMENTO

3. O preço total deste contrato, é de R\$ 49.475.358,00 (quarenta e nove milhões, quatrocentos e setenta e cinco mil e trezentos e cinquenta e oito reais) e é composto da seguinte forma:

DESCRIÇÃO	PREÇO UNITÁRIO	QUANTIDADE	PREÇO TOTAL
Ventiladores AV-2000B3 de UTI portátil elétrico ICU com compressor de ar NCM 9022901	R\$ 158.372,00	300	R\$ 47.511.600,00
Frete	R\$ 674,040,00	2	R\$ 1.348.080,00



Seguro	R\$ 615.678,00	1	R\$ 1.231.356,00
<b>TOTAL</b>			<b>R\$ 49.475.358,00</b>

3. No valor previsto na cláusula 3.1 acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto deste Contrato Administrativo, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.
3. O preço será pago pelo **CONTRATANTE** à **CONTRATADA** integralmente na data de assinatura deste Contrato Administrativo.
3. O pagamento do preço será realizado pelo **CONTRATANTE** através de depósito bancário na conta corrente abaixo indicada e somente será considerado perfeitamente realizado com a efetiva compensação do pagamento em favor da **CONTRATADA**:

**HEMPCARE PHARMA REPRESENTAÇÕES LTDA**

**CNPJ 34.049.323/0001-91**

**BANCO ITAU – 341**

**AGÊNCIA 6429**

**CONTA CORRENTE – 21417-1**

3. O atraso no pagamento, na forma da cláusula 3.3. acima, importará na aplicação de multa de 2% (dois) por cento em face do **CONTRATANTE**, além de juros moratórios de 0,5% (meio por cento) ao mês até a data do efetivo pagamento.
3. As obrigações da **CONTRATADA** somente passarão a ser exigíveis com o pagamento do valor previsto no item “i” da cláusula 3.3. acima.
3. Se houver qualquer empecilho burocrático para a efetivação da entrega, por caso fortuito e/ou motivo de força maior, a **CONTRATADA** não poderá ser considerada inadimplente. Se o empecilho burocrático for decorrente de culpa do **CONTRATANTE**, a **CONTRATADA** não poderá ser responsabilizada pelo atraso e sua obrigação será considerada satisfeita.

#### 4. CLAUSULA QUARTA – DOTACAO ORCAMENTARIA

4. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento, para o exercício de 2020, na seguinte classificação [preencher].

## 5. CLAUSULA QUINTA – OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5. São obrigações da **CONTRATADA**:

- i. Entregar, no prazo fixado neste instrumento, os Ventiladores AV-2000B3 de UTI portátil elétrico ICU com compressor de ar NCM 9022901, tal como fixado no objeto deste contrato;
  - ii. Garantir, sem custo para o **CONTRATANTE**, a substituição dos ventiladores que eventualmente não estejam em perfeito funcionamento quando de sua entrega;
  - iii. Fornecer, pelo período de 12 meses, sem custo para o **CONTRATANTE**, a garantia dos produtos, se responsabilizando pela manutenção dos Ventiladores, incluindo a troca de eventuais peças, de modo a deixa-los em perfeito estado de funcionamento;
- 
1. A **CONTRATADA** não se responsabiliza, salvo pela contratação do seguro, por eventos de caso fortuito ou força maior que possam atrasar, ou até inviabilizar, a entrega dos produtos.
- 
1. Para a consecução do objeto deste contrato, a **CONTRATADA** utilizará uma importadora, que compõe seu grupo empresarial, a seu exclusivo custo e responsabilidade, qual seja a ORBISPHARMA DISTRIBUIDORA E LOGÍSTICA LTDA, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 10.585.311/0001-13.

5. São obrigações do **CONTRATANTE**:

- i. Realizar o pagamento do preço;
- ii. Realizar a publicação deste contrato no Diário Oficial, no prazo previsto na Lei nº 8.666/1993;
- iii. Receber as mercadorias em Recife-PE, ficando dela integralmente responsável após o desembaraço aduaneiro.

## 6. CLAUSULA SEXTA – REAJUSTE

- 6. Por não se tratar de contrato de relação continuada, o preço estipulado não poderá ser reajustado.

## 7. CLAUSULA SETIMA – GARANTIA DE EXECUCAO

- 7. A consecução do objeto deste contrato será garantida pela contratação de Seguro Intermodal Internacional de Bens Responsabilidade da Operação de transporte ROTR-VI (*Insurance Incoterms All risks*), contratado pela seguradora [preencher], apólice nº [preencher] [anexo 4], que tem como objeto assegurar a entrega dos Ventiladores ao **CONTRATANTE**.

## 8. CLAUSULA OITAVA – SANCOES ADMINISTRATIVAS.

- 8. As sanções administrativas aplicáveis são aquelas previstas no decorrer deste contrato.

## 9. CLAUSULA NONA – RESCISAO

- 9. O presente Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei no 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei.
- 9. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se a CONTRATADA o direito a previa e ampla defesa.

9. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido de (i) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos; (ii) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos; e (iii) Indenizações e multas.

## **10. CLAUSULA DECIMA – ALTERACOES**

10. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei no 8.666, de 1993, e serão formalizados por meio de Termo Aditivo.

## **11. CLAUSULA DECIMA PRIMEIRA – OMISSÕES**

11. Os casos omissos serão decididos segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666/1993, na Lei nº 10.520/2002 e demais normas federais aplicáveis.

## **12. CLAUSULA DECIMA SEGUNDA – FORO**

12. As partes elegem o foro da comarca de Salvador - BA, para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Contrato, por mais privilegiado que outro seja ou venha a ser.

O presente Contrato foi lavrado em 02 (duas) vias de igual teor.

Salvador - BA, 06 de abril de 2020

**RUI COSTA DOS SANTOS**

PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO

SUSTENTÁVEL DO NORDESTE



**CRISTIANA PRESTES TADDEO**

**HEMPCARE PHARMA REPRESENTAÇÕES LTDA**

Testemunhas:

1. \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_

2. \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_

### **MODELO DE AUTORIZAÇÃO PARA RETIRADA**

**Ref.: VÍNCULADA AO CONTRATO DE FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS PARA UNIDADES DE TERAPIA INTENSIVA, REALIZADO NOS TERMOS DO ARTIGO 4º DA LEI FEDERAL Nº 13.979/2020.**

O CONSÓRCIO INTERESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO NORDESTE – CONSÓRCIO NORDESTE (CNPJ/ME nº 34.304.033/0001-47), autoriza expressamente o Estado do(a) \_\_\_\_\_, representado por seu(ua)

\_\_\_\_\_, a retirar [quantidade] Ventiladores AV-2000B3 de UTI portátil elétrico ICU com compressor de ar NCM 9022901 (Ventiladores), os quais foram adquiridos pelo Consórcio da empresa **HEMPCARE PHARMA REPRESENTAÇÕES LTDA (CNPJ 34.049.323/0001-91)**, no Armazém situado na Avenida Marechal Mascarenhas de Moraes, 5855, Galpão 02 – Recife – PE, Cep: 51210-001 – Terminal de Cargas localizado no Aeroporto do Recife-PE.

Após a retirada do equipamento, o Estado Membro passará a ser inteiramente por ele responsável, podendo, ainda, fazer uso da garantia ofertada pela HEMPCARE nos termos do contrato firmado com o Consórcio.

**RUI COSTA DOS SANTOS**

PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO

SUSTENTÁVEL DO NORDESTE



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Eduardo Gabas, Secretário Executivo Conselho**, em 07/04/2020, às 11:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do [Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://seibahia.ba.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://seibahia.ba.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **00017534168** e o código CRC **5A59FFFC**.



**Valderir Souza** <valderir.souza@consorcionordeste.com>

## Fwd: Compra de respiradores

1 mensagem

**Joseilton Santos** <joseilton.santos@consorcionordeste.com>  
Para: Valderir Souza <valderir.souza@consorcionordeste.com>

6 de abril de 2020 19:30

Prezado Valderir,

Encaminho para conhecimento e providências subsequentes quanto à contratação requerida, solicitando, ainda, celeridade na adoção dos procedimentos pertinentes, tendo em vista que se trata de ação de saúde pública que visa ao combate à Pandemia COVID-19, declarada pela OMS.

Havendo necessidade de informações ou documentação complementares, solicito especial obséquio de tratar diretamente com a área demandante, no intuito de otimização

----- Forwarded message -----

De: **Glauber Piva** <[glauber.piva@consorciordeste.com](mailto:glauber.piva@consorciordeste.com)>

Date: seq., 6 de abr. de 2020 às 15:53

Subject: Compra de respiradores

To: Joseilton Santos <[joseilton.santos@consorcionordeste.com](mailto:joseilton.santos@consorcionordeste.com)>, Carlos Gabas <[carlos.gabas@consorcionordeste.com](mailto:carlos.gabas@consorcionordeste.com)>

Caro Joseilton, por orientação do Secretário Executivo do Consórcio, que por sua vez foi orientado pelos governadores dos Estados que compõem este Consórcio, solicito providências para compra emergencial de 300 respiradores do tipo AV-2000B3, conforme imagem em anexo.

Informo, ainda, que os Estados já se comprometeram verbalmente em fazer o pagamento de tais equipamentos, sendo necessário, para isso, todos os procedimentos legais e burocráticos.

Certo de sua compreensão, desde já agradeço.

Glauber Piva  
Chefe de Gabinete

—

**Joseilton G. Santos**

Diretor Administrativo-Financeiro

Consórcio Nordeste

SAUS - Quadra 01, Lote 3-A e 5, Bloco I, Sobreloja, Sala 201

CEP: 7070-010 - Brasília/DF

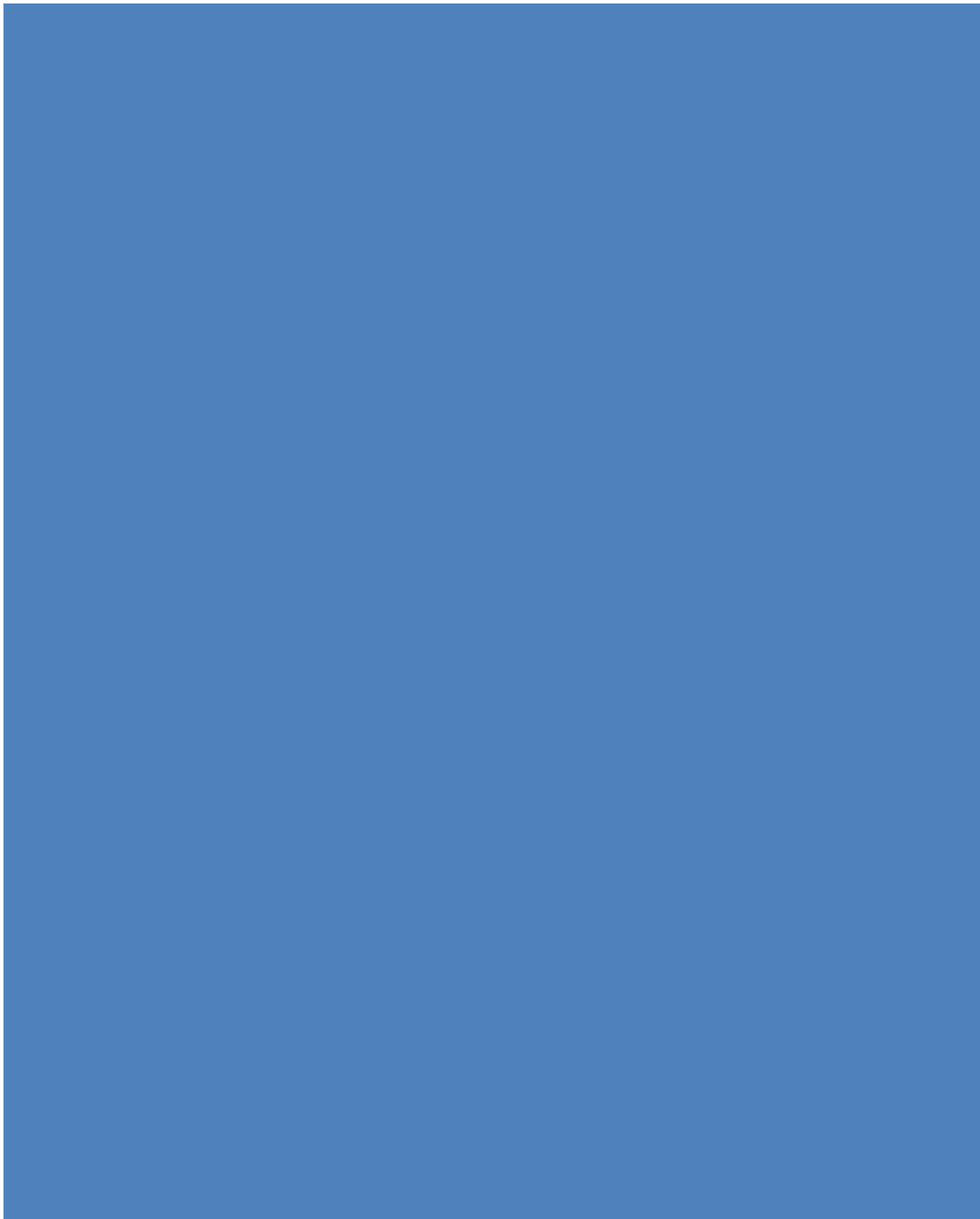
Tel.: (61)3319-4600/4616



**WhatsApp Image 2020-04-06 at 10.35.46.jpeg**  
85K

Assinado eletronicamente por BONDEN NELETA em 06/06/2020 08:39





Assinada eletronicamente por BONARDENSI, A. C. em 06/06/2020 08:39



H E M P C A R E



AssiAasimalebtrebriaminateente BOWARDENEllerA09/06/20/05/2020

**05/04/2020****1. COTAÇÃO**

VENDEDOR	PEDIDO	CONDIÇÕES DE PAGAMENTO	DATA DE ENTREGA
Cristiana	<i>Pro Form Invoice</i> AB3-20-11 BA	100% ct/ ordem T/T	10 a 20 dias x pgto.

QUANTIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	TOTAL DA LINHA
300 PCs	Ventilador AV-2000B3 de UTI portátil elétrico ICU com compressor de ar  NCM 9022901	US 28.900,00	US 8.670.000,00
Frete FOB Brasil Peso 8T	Rota aérea internacional  Guangzhou Guangdong China RPC  Miami FL US  Recife PE - Brasil  Aeronave 747/ 4000 Especificações em contrato	US 246.000,00	US 246.000,00
<i>Insurance Incoterms</i>  <i>All risks</i>  Seguro Intermodal internacional de bens Responsabilidade da operação de transporte  ROTR-VI	Especificações em contrato	US 112.350,00	US 112.350,00
TOTAL			US 9.028.350,00

US DOLLARS

Assinatura eletrônica: BONDENILEIA06/06/2020 02:02:02



## 2. AV-2000B3

### VENTILADOR DE UTI PORTÁTIL ELÉTRICO ICU COM COMPRESSOR DE AR

#### PRODUTO

O AV-2000B3 é um ventilador multifuncional que adota controle pneumático, eletrônico e tecnologia de microcomputador. Os componentes exportados são utilizados para garantir estabilidade e confiabilidade operacional. Com tela colorida (TEF) para exibir vários parâmetros de medição e configuração, o dispositivo é muito adequado para tratamento respiratório, aplicável aos departamentos médico, cirúrgico e ginecológico, departamento de pediatria, primeiros socorros e departamentos de UTI de hospitais em diferentes níveis.

#### ✓ MONITORAMENTO DA CONCENTRAÇÃO DE OXIGÊNIO

21% ~ 100%

Sistema de alarme de segurança

Alarme de concentração de oxigênio



05/04/2020



### ✓ **ALARME**

Faixa de configuração do limite superior 21% ~ 100%

Faixa de configuração de limite baixo 10% ~ 80%

Alarme de pressão nas vias aéreas

Faixa de ajuste do limite superior 0,3 ~ 6,0 kPa

Faixa de configuração de limite baixo 0.2 ~ 5.0 kPa

Alarme de volume de ventilação por minuto

Faixa de ajuste do limite superior 3.0 ~ 30L / min

Faixa de configuração de limite baixo 1.0 ~ 10L / min

### ✓ **FREQUÊNCIA RESPIRATÓRIA**

Faixa de ajuste do limite superior 50 ~ 99bpm

Faixa de configuração de limite baixo 0 ~ 50bpm

### ✓ **VOLUME TIDAL**

Faixa de ajuste do limite superior 10 ~ 2000ml

Faixa de configuração de limite baixo 0 ~ 1800ml

Alarme de alta pressão sustentado emite um alarme quando o estresse é constantemente superior a 2,5 kPa

05/04/2020



✓ **ALARME DE SUFOCAMENTO**

Emitirá um alarme sonoro e luminoso se não houver entrada de volume corrente por 15 segundos

Alarme de energia

Alarme de falta de gás

Alarme de intubação desligado

✓ **POWER**

AC 220V

±10%

50Hz±1Hz

Bateria de armazenamento

✓ **BRAÇOS MECÂNICOS**

Compressor de ar

\* Os itens entre parênteses são opcionais

05/04/2020

6



### 3. AV-2000B3

#### VENTILADOR DE UTI PORTÁTIL ELÉTRICO ICU COM COMPRESSOR DE AR



Assinatura eletrônica de BONNARDENILEIA CESAR 06/06/2020 02:02:00

05/04/2020

7

**1. AV-2000B3****VENTILADOR DE UTI PORTÁTIL ELÉTRICO ICU COM COMPRESSOR DE AR**

Assinatura eletrônica de BONNARDENILEIA CESAR 06/06/2020 02:02:02



05/04/2020



## 2. OBSERVAÇÕES

Importador

Orbispharma Distribuidora e logística Ltda

CNPJ 10.585.311/0001-13

Distribuidor

Hemphcare Pharma Representações Ltda

CNPJ 34.049.323/0001-91


- ✓ Manual de instrução do produto no contrato
- ✓ 220v (adicional por máquina se for produzido em 110v)
- ✓ Opções 50hz e 60hz
- ✓ Informar a classificação das tomadas
- ✓ Seguro de mercadoria obrigatório

Hemphcare Pharma

Cristiana Prestes Taddeo

Rep. Legal

**AVISO LEGAL:** Esta Proposta contém 8 (oito) páginas de informações privilegiadas e/ou confidenciais, portanto, fica o seu receptor notificado de que qualquer disseminação, distribuição ou cópia não autorizada é estritamente proibida. A Hemphcare declara neste ato que todas e quaisquer propostas comerciais, acordos e documentos envolvendo a Hemphcare somente produzirão efeitos e serão obrigatórios para a Hemphcare uma vez que tais propostas comerciais, acordos e documentos tenham sido devidamente assinados pelos representantes legais da Hemphcare, (CPT., 11/2019).

 **GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA**  
**CONSORCIO NORDESTE - CIDSNE**  
**GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO - CIDSNE/PRESID/SE/DIRAF/GERAD**

## DESPACHO

DESPACHO/GERAD DE 07 DE ABRIL DE 2020

Assunto: Aquisição de 300 (trezentos) ventiladores pulmonares por dispensa de licitação para o enfrentamento da transmissão comunitária do vírus em conformidade com o art. 4º da Lei nº 13.979 de 2020, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no termo de referência, visando atender demandas do Consórcio Interestadual de Desenvolvimento sustentável do Nordeste.

Interessado: Consórcio Nordeste

Senhor Diretor de Administração e Finanças,

Encaminho para conhecimento de Vossa Senhoria e demais providências, o presente processo que trata da aquisição de 300 (trezentos) ventiladores pulmonares, por dispensa de licitação, para o enfrentamento da transmissão comunitária do vírus COVID-19, em conformidade com o art. 4º da Lei nº 13.979 de 2020, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no termo de referência, visando atender demandas do Consórcio Interestadual de Desenvolvimento sustentável do Nordeste.

A presente aquisição/contratação faz parte das medidas de proteção para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19).

Importante se faz ressaltar que a demanda não se encontra registrada no Plano Anual de Contratações - PAC, entretanto, a presente aquisição visa a atender demanda urgente, imprevisível em decorrência da declaração da Organização Mundial da Saúde (OMS) da pandemia do COVID-19, doença respiratória aguda causada pelo novo coronavírus (Sars-Cov-2), em virtude da rápida difusão do vírus por vários países.

Acresce, ainda, que a presente contratação encontra-se amparada pelo disposto pela Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, alterada pela Medida Provisória nº 926, de 20 de março de 2020, assim como no Decreto Legislativo (PDL) 88/2020, que declara o estado de calamidade pública por causa da pandemia causada pelo novo coronavírus.

A contratação ocorrerá por meio de dispensa de licitação, nos termos do art. 4º, da Lei Federal nº 13.979/2020, em virtude da situação emergencial.

A aquisição dos equipamentos será realizada através da empresa HAMPCARE PHARMA REPRESENTAÇÕES LTDA, CNPJ Nº 34.049.323/0001-91, com sede na Av. Brigadeiro Faria Lima, 628 – 4º andar, SÃO PAULO-SP.

O valor a ser contratado será de US 9.028.350,00 (nove milhões, vinte e oito mil e trezentos e cinquenta dólares), totalizando um valor em reais, com o dólar cotado a R\$ 5,48 (cinco reais e quarenta e oito centavos), de R\$ 49.475.358,00 (quarenta e nove milhões, quatrocentos e setenta e cinco mil e trezentos e cinquenta e oito reais), composto da seguinte forma:

DESCRIÇÃO	PREÇO UNITÁRIO	QUANTIDADE	PREÇO TOTAL
Ventiladores AV-2000B3 de UTI portátil elétrico ICU com compressor de ar NCM 9022901	R\$ 158.372,00	300	R\$ 47.511.600,00
Frete	R\$ 674.040,00	2	R\$ 1.348.080,00
Seguro	R\$ 615.678,00	1	R\$ 1.231.356,00
<b>TOTAL</b>			<b>R\$ 49.475.358,00</b>

Ressalte-se a impossibilidade de ser realizar pesquisa de preços para a aquisição dos equipamentos uma vez que não existe tanto no mercado nacional como no mercado internacional empresas que possam fornecer os equipamentos para combate à pandemia face a procura mundial pelos equipamentos conforme noticiários diários nos diversos meios de comunicação.

A aquisição será realizada pelo Consórcio Nordeste para atender, especificamente, os Estados da Região Nordeste, sendo a aquisição de 300 (trezentos) equipamentos que serão assim distribuídos:

Alagoas – 30

Bahia – 60

Ceará – 30

Maranhão – 30

Paraíba – 30

Pernambuco – 30

Piauí – 30

Rio Grande do Norte – 30

Sergipe – 30

O pagamento será realizado à empresa pelo Consórcio Nordeste, de forma antecipada, face a regra exigida pelo país fornecedor para poder importar os produtos da China.

Os Estados Membros do Consórcio, por intermédio do contrato de rateio 00017418283 específico para essa finalidade repassará o respectivo valor do total dos aparelhos para a conta do consórcio nordeste que em seguida providenciará o pagamento à empresa contratada.

O Termo de Referência está acostado no processo 00017534141

A Minuta do Contrato também encontra-se acostada para análise. 00017534168

Isto posto, encaminho o presente processo para adoção das providências subsequentes, sugerindo remessa dos autos à Douta Procuradoria Geral do Estado da Bahia, nos termos da Portaria PGE Nº 122 de 18/09/2019, publicada no DOE do dia 19/09/2019, que instituiu Grupo de Trabalho responsável pelo assessoramento jurídico e representação judicial do CONSÓRCIO NORDESTE, para emissão do respectivo Parecer.

VALDERIR CLAUDINO DE SOUZA

Gerente de Administração – CONSÓRCIO NORDESTE



Documento assinado eletronicamente por **Valderir Claudino de Souza, Gerente Administrativo**, em 07/04/2020, às 09:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do [Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://seibahia.ba.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://seibahia.ba.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **00017537128** e o código CRC **A5851EAB**.



**GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA**  
**CONSORCIO NORDESTE - CIDSNE**  
**DIRETORIA ADMINISTRATIVA FINANCEIRA - CIDSNE/PRESID/SE/DIRAF**

<b>PROCESSO:</b>	200.13105.2020.0000001-13
<b>OBJETO:</b>	Aquisição de 300 ventiladores pulmonares
<b>ÓRGÃO INTERESSADO:</b>	[Consórcio Nordeste]

## DESPACHO

[Tendo em vista o Despacho da Gerência Administrativa 00017537128, e considerando que trata-se de ação emergencial de saúde pública imprescindível ao combate da Pandemia declarada pela Organização Mundial de Saúde, encaminhe-se à PGE para apreciação e respectivo Parecer visando a Contratação pretendida.



Documento assinado eletronicamente por **Joseilton Santos, Diretor Administrativo e Finanças**, em 07/04/2020, às 09:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do [Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://seibahia.ba.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://seibahia.ba.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **00017537901** e o código CRC **2E129FD2**.

Referência: Processo nº 200.13105.2020.0000001-13

SEI nº 00017537901

Assinatura eletrônica de Joseilton Santos, Diretor Administrativo e Finanças, em 07/04/2020 às 09:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014.

**GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA**  
**CONSORCIO NORDESTE - CIDSNE**  
**DIRETORIA ADMINISTRATIVA FINANCEIRA - CIDSNE/PRESID/SE/DIRAF**

<b>PROCESSO:</b>	200.13105.2020.0000001-13
<b>OBJETO:</b>	Aquisição de 300 respiradores pulmonares
<b>ÓRGÃO INTERESSADO:</b>	Consórcio Nordeste

## DESPACHO

Em preliminar ao encaminhamento à PGE, restitua-se à Gerência Administrativa para inclusão complementar dos documentos habilitatórios referentes à empresa a ser contratada.

Após tais diligências, encaminhe-se diretamente à PGE, conforme Despacho anteriormente proferido.00017537901.



Documento assinado eletronicamente por **Joseilton Santos, Diretor Administrativo e Finanças**, em 07/04/2020, às 09:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do [Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://seibahia.ba.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://seibahia.ba.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **00017539283** e o código CRC **27E02F2A**.

Referência: Processo nº 200.13105.2020.0000001-13

SEI nº 00017539283

Assinatura eletrônica de Joseilton Santos, Diretor Administrativo e Finanças, em 07/04/2020, às 09:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014.



**CERTIDÃO DE INTEIRO TEOR**

**DOCUMENTO EMITIDO PELA INTERNET**

DADOS DA EMPRESA			
NOME EMPRESARIAL HEMPCARE PHARMA REPRESENTACOES LTDA		TIPO JURÍDICO SOCIEDADE LIMITADA	
NIRE 35235564311	CNPJ 34.049.323/0001-91	NÚMERO DO ARQUIVAMENTO 35235564311	DATA DO ARQUIVAMENTO 27/06/2019

DADOS DA CERTIDÃO		
DATA DE EXPEDIÇÃO 01/07/2019	HORA DE EXPEDIÇÃO 07:59:25	CÓDIGO DE CONTROLE 119471215
A AUTENTICIDADE DO PRESENTE DOCUMENTO, BEM COMO O ARQUIVO NA FORMA ELETRÔNICA PODEM SER VERIFICADOS NO ENDEREÇO <a href="http://WWW.JUCESPPONLINE.SP.GOV.BR">WWW.JUCESPPONLINE.SP.GOV.BR</a>		

ESTA CÓPIA FOI AUTENTICADA DIGITALMENTE E ASSINADA EM 01/07/2019 PELA SECRETÁRIA GERAL DA JUCESP – GISELA SIMIEMA CESCHIN, CONFORME ART. 1º DA MP2200-2 DE 24/08/2001, QUE INSTITUI A INFRAESTRUTURA DE CHAVES PÚBLICAS BRASILEIRAS – ICP BRASIL, EM VIGOR CONSOANTE E.C Nº32 DE 11/09/2001 M- ART.2º.

ART 1º. FICA INSTITUÍDA A INFRAESTRUTURA DE CHAVES PÚBLICAS BRASILEIRA – ICP BRASIL, PARA GARANTIR AUTENTICIDADE, INTEGRIDADE E VALIDADE JURÍDICA DE DOCUMENTOS EM FORMA ELETRÔNICA, DAS APLICAÇÕES DE SUPORTE E DAS APLICAÇÕES HABILITADAS QUE UTILIZEM CERTIFICADOS DIGITAIS, BEM COMO A REALIZAÇÃO DE TRANSAÇÕES ELETRÔNICAS SEGURAS.

ÚLTIMO DOCUMENTO ARQUIVADO PARA EMPRESA SUPRACITADA.



Certidão de Inteiro Teor - Sociedades Empresárias, exceto as por ações emitida para ELIZEU GRACIANO FERREIRA : 05608509803. Documento certificado por GISELA SIMIEMA CESCHIN, Secretária Geral da Jucesp. A Junta Comercial do Estado de São Paulo, garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal [www.jucesponline.sp.gov.br](http://www.jucesponline.sp.gov.br) sob o número de autenticidade 119471215, segunda-feira, 1 de julho de 2019 às 07:59:24.

Assinado eletronicamente por GISELA SIMIEMA CESCHIN em 01/07/2019 às 07:59:25



JUCESP - Junta Comercial do Estado de São Paulo

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior  
Secretaria de Comércio e Serviços  
Departamento de Registro Empresarial e Inovação - DREI  
Secretaria de Desenvolvimento Econômico

## Capa do Requerimento

SEQ. DOC
1
1

Protocolo
190012334064

### DADOS CADASTRAIS

ATO(S) Constituição Normal		
NOME EMPRESARIAL HEMPCARE PHARMA REPRESENTACOES LTDA		CNPJ DA SEDE Empresa sem CNPJ
LOGRADOURO Avenida BR DE MELGACO		NÚMERO 565
COMPLEMENTO APT 73A	BAIRRO/DISTRITO REAL PARQUE	CEP 05684030
MUNICÍPIO São Paulo		UF SÃO PAULO
E-MAIL ATENDIMENTO@RETH.COM.BR		TELEFONE
NÚMERO EXIGÊNCIA (S) SEM EXIGÊNCIA ANTERIOR		NIRE DA SEDE
IDENTIFICAÇÃO SIGNATÁRIO ASSINANTE REQUERIMENTO CAPA NOME: CRISTIANA PRESTES TADDEO - (Sócio-Administrador) DATA ASSINATURA: 25 de Junho de 2019 ASSINATURA:		VALORES RECOLHIDOS DARE R\$ 145,91 DARF R\$ 21,00

DECLARO, SOB AS PENAS DA LEI, QUE AS INFORMAÇÕES CONSTANTES DO REQUERIMENTO/PROCESSO SÃO EXPRESSÃO DA VERDADE.

PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO (INCLUSIVE VERSO)	
CARIMBO PROTOCOLO SP  27 JUN, 2019 PROTOCOLO	OBSERVAÇÕES:

DOCUMENTOS NÃO RETIRADOS EM ATÉ 90 DIAS DA DISPONIBILIDADE SERÃO DESCARTADOS - ART. 57, §5º, DECRETO 1.800/96

Certifico o registro de constituição NIRE n.35235564311, da Empresa HEMPCARE PHARMA REPRESENTACOES LTDA e protocolo sob n.190012334064 Gisela Simiema Ceschin - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse [www.jucesp.sp.gov.br](http://www.jucesp.sp.gov.br) e informe o número do código de controle disponível na primeira página da certidão de inteiro teor.



## CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE HEMPCARE PHARMA REPRESENTAÇÕES LTDA

1. **CRISTIANA PRESTES TADDEO**, nacionalidade: Brasileira, estado civil: Solteira, empresaria, CPF 218.898.358-03, RG. 1827503 - 0, SSPSP, domiciliado e residente no logradouro: RUA BARAO DE MELGACO, 565 -Complemento: APT 73A - bairro: REAL PARQUE - São Paulo - SP - CEP: 05684030

2. **LUIZ HENRIQUE RAMOS JOVINO**, nacionalidade: Brasileira, estado civil: Divorciado, Engenheiro, CPF 112.009.848-38, RG. 17973951 - 7, SSP-SP, domiciliado e residente no logradouro: RUA MICHIGAN, 376 - bairro: CIDADE MONCOES - São Paulo - SP - CEP: 04566000;

Constituem uma Sociedade Empresária Limitada, mediante as seguintes cláusulas:

### CLÁUSULA PRIMEIRA

A sociedade adotará o nome empresarial **HEMPCARE PHARMA REPRESENTAÇÕES LTDA** e terá sede localizada à Avenida BR DE MELGACO, 565, APT 73A, Bairro: REAL PARQUE, São Paulo, SP, CEP: 05684-030.

A sociedade poderá a qualquer tempo abrir ou fechar filial, ou qualquer dependência, mediante alteração contratual deliberada na forma da lei.

### CLÁUSULA SEGUNDA

O objeto será: Representantes comerciais e agentes do comércio de instrumentos e materiais odonto-médico-hospitalares; Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica; Preparação de documentos e serviços especializados de apoio administrativo não especificados anteriormente.

### CLÁUSULA TERCEIRA

A sociedade iniciará suas atividades em 24/06/2019 e seu prazo de duração é indeterminado.

### CLÁUSULA QUARTA

O capital social será de R\$ 100.000,00 (Cem Mil Reais) dividido em 100.000 quotas sociais no valor nominal de R\$ 1,00 (Um real) cada uma, totalmente subscrito e integralizado em Moeda Corrente, pelos sócios:

NOME	Nº DE QUOTAS	VALOR
CRISTIANA PRESTES TADDEO	70.000	R\$ 70.000,00
LUIZ HENRIQUE RAMOS JOVINO	30.000	R\$ 30.000,00
TOTAL	100.000	R\$ 100.000,00

### CLÁUSULA QUINTA

As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o

consentimento do(s) outro(s) sócio(s), a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão, a alteração contratual pertinente.

#### **CLÁUSULA SEXTA**

A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA**

A sociedade poderá ser administrada por sócios ou não sócios.

#### **CLÁUSULA OITAVA**

A administração da sociedade caberá ao(s) sócio(s) administrador(es) CRISTIANA PRESTES TADDEO, sendo exercida em conjunto ou isoladamente, com os poderes e atribuições de representação ativa e passiva na sociedade, judicial e extrajudicial, podendo praticar todos os atos compreendidos no objeto social, sempre de interesse da sociedade, autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, fazê-lo em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do(s) outro(s) sócio(s).

#### **CLÁUSULA NONA**

Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, o(s) administrador(es) prestará(ão) contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apurados.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA**

Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administrador(es) quando for o caso.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA**

O sócio poderá ser excluído, quando a maioria dos sócios, representativa de mais da metade do capital social, entender que um ou mais sócios estão pondo em risco a continuidade da empresa, em virtude de atos de inegável gravidade, mediante alteração do contrato social.

A

exclusão somente poderá ser determinada em reunião ou assembléia especialmente convocada para esse fim, ciente o acusado em tempo hábil para permitir seu comparecimento e o exercício do direito de defesa.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

Os sócios poderão, de comum acordo, fixar uma retirada mensal, a título de "pro labore", observadas as disposições regulamentares pertinentes.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

Falecendo qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades, e os herdeiros e/ou sucessores do sócio falecido poderão ser admitidos como sócios se aprovado pela totalidade dos remanescentes. Não sendo aprovado o ingresso dos herdeiros e/ou sucessores na Sociedade ou, sendo aprovado, caso inexistir o interesse destes em se tornarem sócios, o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA


O(s) Administrador (es) declara(m), sob as penas da lei, de que não está(ão) impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar(em) sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

Fica eleito o foro de São Paulo para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

E por estarem assim justos e contratados assinam o presente instrumento em 1 via.

São Paulo, 24 de Junho de 2019.

  
LUIZ HENRIQUE RAMOS JOVINO  
(Sócio)



CRISTIANA PRESTES TADDEO  
(Sócia-Administradora)



Sílvio Roberto Martinelli  
(Advogado) 74236 OAB-SP



**JUCESP - Junta Comercial do Estado de São Paulo**

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior  
Secretaria de Comércio e Serviços  
Departamento de Registro Empresarial e Inovação - DREI  
Secretaria de Desenvolvimento Econômico

**TERMO DE CONFERÊNCIA E DIGITALIZAÇÃO.**

Certifico e dou fé que conferi a documentação referente à solicitação de abertura do protocolo **190012334064** da empresa **HEMPCARE PHARMA REPRESENTACOES LTDA** e que as imagens digitalizadas deste processo eletrônico são fiéis aos documentos físicos protocolizados nesta Junta Comercial.

Assina o presente termo de conferência e digitalização, mediante certificado digital, o funcionário/empregado público **Fábio de Araujo Monteiro**

Junta Comercial do Estado de São Paulo, 27 de junho de 2019.

Fábio de Araujo Monteiro, CPF: 21764929861

*Este documento foi assinado digitalmente por Fábio de Araujo Monteiro e é parte integrante sob o protocolo Nº 190012334064.*

Assinado eletronicamente por Fábio de Araujo Monteiro em 27/06/2019 às 13:39

**JUCESP - Junta Comercial do Estado de São Paulo**

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior  
Secretaria de Comércio e Serviços  
Departamento de Registro Empresarial e Inovação - DREI  
Secretaria de Desenvolvimento Econômico

**TERMO DE ANÁLISE E DECISÃO.**

Defiro a (s) solicitação (ões), sob o (s) protocolo (s) **190012334064** de registro de abertura e procuração da empresa **HEMPCARE PHARMA REPRESENTACOES LTDA**.

Assina o presente termo de decisão, mediante certificado digital, o Julgador **Fábio de Araujo Monteiro**.

Junta Comercial do Estado de São Paulo, 27 de junho de 2019.

Fábio de Araujo Monteiro, CPF: 21764929861

*Este documento foi assinado digitalmente por Fábio de Araujo Monteiro e é parte integrante sob o protocolo Nº 190012334064.*

Assinado eletronicamente por Fábio de Araujo Monteiro em 27/06/2019 às 14:02:02



## JUCESP - Junta Comercial do Estado de São Paulo

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior  
Secretaria de Comércio e Serviços  
Departamento de Registro Empresarial e Inovação - DREI  
Secretaria de Desenvolvimento Econômico

### TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DE CONSTITUIÇÃO.

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa **HEMPCARE PHARMA REPRESENTACOES LTDA**, e protocolado sob o número **190012334064** em **27/06/2019**, encontra-se registrado na Jucesp, sob o NIRE da matriz **35235564311**.

Assina o registro, mediante certificado digital, o(a) Secretário(a)-Geral – Gisela Simiema Ceschin.  
A autenticidade do presente documento, bem como o arquivo na forma eletrônica poderão ser verificados no sítio eletrônico: [www.jucesp.sp.gov.br](http://www.jucesp.sp.gov.br), mediante a indicação do número de autenticidade disponível na capa da certidão de inteiro teor.

Junta Comercial do Estado de São Paulo, 27 de junho de 2019.

Gisela Simiema Ceschin, CPF: 311.343.728-84

*Este documento foi assinado digitalmente por Gisela Simiema Ceschin e é parte integrante sob o protocolo Nº 190012334064.*



07/04/2020

18 de 18 **9304868**

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**CERTIDÃO ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÕES CÍVEIS**

**CERTIDÃO Nº: 701653****FOLHA: 1/1**

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça.

A Diretoria de Serviço Técnico de Informações Cíveis do(a) Comarca de São Paulo - Capital, no uso de suas atribuições legais,

**CERTIFICA E DÁ FÉ** que, pesquisando os registros de distribuições de **AÇÕES CÍVEIS, FAMÍLIA E SUCESSÕES, FALÊNCIAS, CONCORDATAS, RECUPERAÇÕES JUDICIAIS E EXTRAJUDICIAIS, EXECUÇÕES FISCAIS E JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS**, no período de 10 (dez) anos anteriores a 06/04/2020, verificou **NADA CONSTAR** como réu/requerido/interessado em nome de: \*\*\*\*\*

**HEMPCARE PHARMA REPRESENTAÇÕES LTDA**, CNPJ: 34.049.323/0001-91, conforme indicação constante do pedido de certidão. \*\*\*\*\*

Esta certidão não aponta ordinariamente os processos em que a pessoa cujo nome foi pesquisado figura como autor(a). São apontados os feitos em tramitação cadastrados no sistema informatizado referentes a todas as Comarcas/Foros Regionais e Distritais do Estado de São Paulo.

A data de informatização de cada Comarca/Foro pode ser verificada no Comunicado SPI n.º 22/2019.

Esta certidão aponta os feitos distribuídos na 1ª Instância, mesmo que estejam em grau de recurso, e não aponta os processos distribuídos há mais de 10 anos da data limite, ainda que estejam em andamento.

Não existe conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade do NOME/RAZÃO SOCIAL com CPF/CNPJ. A conferência dos dados pessoais fornecidos pelo pesquisado é de responsabilidade exclusiva do destinatário da certidão.

A certidão em nome de pessoa jurídica considera os processos referentes à matriz e as filiais e poderá apontar feitos de homônimos não qualificados com tipos empresariais diferentes do nome indicado na certidão (EIRELI, S/C, S/S, EPP, ME, MEI, LTDA).

Esta certidão só tem validade mediante assinatura digital.

Esta certidão é sem custas.

São Paulo, 7 de abril de 2020.

**PEDIDO Nº:****9304868**





# PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

## Procuradoria da Dívida Ativa

### Certidão Negativa de Débitos Tributários da Dívida Ativa do Estado de São Paulo

CNPJ Base: 34.049.323

Ressalvado o direito de a Fazenda do Estado de São Paulo cobrar ou inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade da pessoa jurídica/física acima identificada que vierem a ser apuradas, é certificado que:

**não constam débitos inscritos em Dívida Ativa de responsabilidade do Interessado(a).**

Tratando-se de CRDA emitida para pessoa jurídica, a pesquisa na base de dados é feita por meio do CNPJ Base, de modo que a certidão negativa abrange todos os estabelecimentos do contribuinte, cuja raiz do CNPJ seja aquela acima informada.



Certidão nº 25525331

Folha 1 de 1

Data e hora da emissão 07/04/2020 09:12:13

(hora de Brasília)

Validade 30 (TRINTA) dias, contados da emissão.

Certidão emitida nos termos da Resolução Conjunta SF-PGE nº 2, de 9 de maio de 2013.

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade no sítio

<http://www.dividaativa.pge.sp.gov.br>



## Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo

### Débitos Tributários Não Inscritos na Dívida Ativa do Estado de São Paulo

CNPJ / IE: 34.049.323/0001-91

Ressalvado o direito da Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo de apurar débitos de responsabilidade da pessoa jurídica acima identificada, é certificado que **não constam débitos** declarados ou apurados pendentes de inscrição na Dívida Ativa de responsabilidade do estabelecimento matriz/filial acima identificado.

Certidão nº 20040032384-07

Data e hora da emissão 07/04/2020 09:12:59

Validade 6 (seis) meses, contados da data de sua expedição.

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade no sítio [www.pfe.fazenda.sp.gov.br](http://www.pfe.fazenda.sp.gov.br)

Assinado eletronicamente por: BONNARDEN, NELIA A. C. em 06/02/2020 09:02:02



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**CERTIDÃO ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÕES CÍVEIS**

**CERTIDÃO Nº: 701638**

**FOLHA: 1/1**

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça.

A Diretoria de Serviço Técnico de Informações Cíveis do(a) Comarca de São Paulo - Capital, no uso de suas atribuições legais,

**CERTIFICA E DÁ FÉ** que, pesquisando os registros de distribuições de **PEDIDOS DE FALÊNCIA, CONCORDATAS, RECUPERAÇÕES JUDICIAIS E EXTRAJUDICIAIS**, anteriores a 06/04/2020, verificou **NADA CONSTAR** como réu/requerido/interessado em nome de: \*\*\*\*\*

**HEMPCARE PHARMA REPRESENTAÇÕES LTDA**, CNPJ: 34.049.323/0001-91, conforme indicação constante do pedido de certidão. \*\*\*\*\*

Esta certidão não aponta ordinariamente os processos em que a pessoa cujo nome foi pesquisado figura como autor (a). São apontados os feitos com situação em tramitação já cadastrados no sistema informatizado referentes a todas as Comarcas/Foros Regionais e Distritais do Estado de São Paulo.

A data de informatização de cada Comarca/Foro pode ser verificada no Comunicado SPI nº 22/2019.

Esta certidão considera os feitos distribuídos na 1ª Instância, mesmo que estejam em Grau de Recurso.

Não existe conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade do NOME/RAZÃO SOCIAL com o CPF/CNPJ. A conferência dos dados pessoais fornecidos pelo pesquisado é de responsabilidade exclusiva do destinatário da certidão.

A certidão em nome de pessoa jurídica considera os processos referentes à matriz e às filiais e poderá apontar feitos de homônimos não qualificados com tipos empresariais diferentes do nome indicado na certidão (EIRELI, S/C, S/S, EPP, ME, MEI, LTDA).

Esta certidão só tem validade mediante assinatura digital.

Esta certidão é sem custas.

São Paulo, 7 de abril de 2020.

**PEDIDO Nº:**

**9304836**



[Voltar](#)[Imprimir](#)

## Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

**Inscrição:** 34.049.323/0001-91

**Razão Social:** HEMPCARE PHARMA REPRESENTACOES LTDA

**Endereço:** AV BR DE MELGACO / REAL PARQUE / SAO PAULO / SP / 05684-030

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 26/03/2020 a 24/04/2020

**Certificação Número:** 2020032604313422332906

Informação obtida em 07/04/2020 09:14:48

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:  
**[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)**

Assinado eletronicamente por: BONDENLEI/CAEF/06/2020/020





**PREFEITURA DE  
SÃO PAULO**  
**FAZENDA**

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

**Certidão Conjunta de Débitos de Tributos Mobiliários**

**Certidão Número:** 0292282 - 2020

**CPF/CNPJ Raiz:** 34.049.323/

**Contribuinte:** HEMPCARE PHARMA REPRESENTACOES LTDA

**Liberação:** 07/04/2020

**Validade:** 06/07/2020

**Tributos Abrangidos:** Imposto Sobre Serviços - ISS  
Taxa de Fiscalização de Localização Instalação e Funcionamento  
Taxa de Fiscalização de Anúncio - TFA  
Taxa de Fiscalização de Estabelecimento - TFE  
Taxa de Resíduos Sólidos de Serviços de Saúde - TRSS (incidência a partir de Jan/2011)  
Imposto Sobre Transmissão de Bens Imóveis - ITBI

**Unidades Tributárias:**

CCM 6.295.071-1- Início atv :27/06/2019 (AV BR DE MELGACO, 565 - CEP: 05684-030 )

Ressalvado o direito de a Fazenda Municipal cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo que vierem a ser apuradas ou que se verifiquem a qualquer tempo, inclusive em relação ao período contido neste documento, relativas a tributos administrados pela Secretaria Municipal da Fazenda e a inscrições em Dívida Ativa Municipal, junto à Procuradoria Geral do Município é certificado que a Situação Fiscal do Contribuinte supra, referente aos créditos tributários inscritos e não inscritos na Dívida Ativa abrangidos por esta certidão, até a presente data é: **REGULAR.**

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/fazenda/>.  
Qualquer rasura invalidará este documento.

Certidão expedida com base na Portaria Conjunta SF/PGM nº 4, de 12 de abril de 2017, Instrução Normativa SF/SUREM nº 3, de 6 de abril de 2015, Decreto 50.691, de 29 de junho de 2009, Decreto 51.714, de 13 de agosto de 2010 e Portaria SF nº 268, de 11 de outubro de 2019.

Certidão emitida às 09:11:14 horas do dia 07/04/2020 (hora e data de Brasília).

**Código de Autenticidade:** E4FC9576

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Secretaria Municipal da Fazenda <http://www.prefeitura.sp.gov.br/sf>

**Notícia de Fato 001-2020-008780**

Documento 2020/0000589278 criado em 09/06/2020 às 08:39

Assinatura eletrônica emitida em 07/04/2020 às 09:11:14 horas pelo servidor público Rômulo de Almeida



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Secretaria da Receita Federal do Brasil**  
**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA  
ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: HEMPCARE PHARMA REPRESENTACOES LTDA**  
**CNPJ: 34.049.323/0001-91**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 09:23:01 do dia 20/01/2020 <hora e data de Brasília>.

Válida até 18/07/2020.

Código de controle da certidão: **995A.8063.456F.84D0**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Assinatura eletrônica: 995A.8063.456F.84D0

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA  
CONSORCIO NORDESTE - CIDSNE  
GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO - CIDSNE/PRESID/SE/DIRAF/GERAD

## DESPACHO

Após anexado a documentação referente à empresa a ser contratada HEMPCARE PHARMA REPRESENTAÇÕES LTDA, e em atenção ao despacho da Diretoria de Administração e Finanças, 00017539283, encaminhe-se à Procuradoria Geral do Estado da Bahia para emissão do respectivo Parecer.



Documento assinado eletronicamente por **Valderir Claudino de Souza, Gerente Administrativo**, em 07/04/2020, às 09:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do [Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://seibahia.ba.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://seibahia.ba.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **00017540770** e o código CRC **DF32E0F9**.

Referência: Processo nº 200.13105.2020.0000001-13

SEI nº 00017540770

Assinado eletronicamente por Valderir Claudino de Souza, Gerente Administrativo em 07/04/2020 às 09:57



**GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA**  
**PROCURADORIA GERAL DO ESTADO - PGE**  
**REPRESENTAÇÃO NO DISTRITO FEDERAL - PGE/RDF**

<b>PROCESSO:</b>	200.13105.2020.0000001-13
<b>OBJETO:</b>	contratação de empresa de serviços de comunicação
<b>ÓRGÃO INTERESSADO:</b>	[Insira aqui o órgão interessado]

## DESPACHO

Segue pronunciamento.



Documento assinado eletronicamente por **Aline Azevedo Nunes, Procurador do Estado**, em 07/04/2020, às 14:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do [Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://seibahia.ba.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://seibahia.ba.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **00017556307** e o código CRC **3DC5762B**.

Referência: Processo nº 200.13105.2020.0000001-13

SEI nº 00017556307

Assinado eletronicamente por Aline Azevedo Nunes, Procurador do Estado, em 07/04/2020 às 14:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014.





ESTADO DA BAHIA  
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO - PGE

PROCESSO: SEI-200.13105.2020.0000001-13

ORIGEM: CONSÓRCIO INTERESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO NORDESTE

UNIDADE: DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO

ASSUNTO: AQUISIÇÃO DE VENTILADORES PULMONARES

**PARECER RJOTF Nº 10/2020**

**LICITAÇÃO - DISPENSA.** Consórcio Nordeste. Aquisição de bens destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus. Dispensa de licitação. Pagamento antecipado. Art. 4º da Lei Federal nº 13.979/2020. Art. 38 do Decreto Federal nº 93.872/1986.

O Secretário Executivo do Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste (Consórcio Nordeste) submete a esta Procuradoria Geral do Estado da Bahia (PGE/BA) o processo licitatório de número em epígrafe, instaurado com vistas à aquisição de 300 (trezentos) ventiladores pulmonares, por dispensa de licitação, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no termo de referência, visando atender demandas do Consórcio Interestadual de Desenvolvimento sustentável do Nordeste - Consórcio Nordeste.

A contratação integra o conjunto de medidas adotadas para o enfrentamento da Covid-19, resultante da transmissão comunitária do novo coronavírus.

O processo encontra-se instruído com os seguintes elementos, dentre outros:

REPRESENTAÇÃO JUNTO AOS ÓRGÃOS E TRIBUNAIS FEDERAIS – RJOTF/PGE-BA  
SAUS – QUADRA 1 BLOCO I – LOTES 3-A/5, TÉRREO, SALA 101. BRASÍLIA – DF. CEP: 70.070-010. FONE: (61) 3325-2647



ESTADO DA BAHIA  
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO - PGE

- a) Ofício Circular CIDSN/SE nº 03/2020, que submete à análise dos Governadores os instrumentos jurídicos de pactuação com vistas à operacionalização dos processos de aquisição;
- b) Proposta comercial apresentada pela Hempcare Pharma Representações Ltda;
- c) Contrato de Programa nº 01/2020;
- d) Termo de referência;
- e) Minuta do termo do futuro contrato;
- f) Documentos comprobatórios da habilitação jurídica e regularidade fiscal da futura contratada.

É o relatório.

Preliminarmente, cumpre destacar que o Consórcio Nordeste constituiu-se a partir da união dos Estados da Região Nordeste do Brasil, que subscreveram, em 14 de março de 2019, Protocolo de Intenções com o desiderato de constituir associação pública, nos termos da Lei federal nº 11.107/2005, de natureza autárquica e interfederativa, com o escopo de promover o desenvolvimento sustentável na área de sua atuação, assim entendido como o desenvolvimento que promova o bem-estar de forma socialmente justa e ecologicamente equilibrada<sup>1</sup>.

<sup>1</sup> Já ratificaram o Protocolo de Intenções os Estados da Bahia (Lei nº 14.087, de 26/04/2019, publicada no DOE de 27/04/2019), do Ceará (Lei nº 16.874, de 10/05/2019, publicada no DOE de 13/05/2019), do Maranhão (Lei nº 11.022, de 14/05/2019, publicada no DOE de 15/05/2019), da Paraíba (Lei nº 11.341, de 23/05/2019, publicada no DOE de 24/05/2019), de Pernambuco (Lei nº 16.580, de 28/05/2019, publicada no DOE de 29/05/2019), do Piauí (Lei nº 7.229, de 11/07/2019, publicada no DOE de 11/07/2019), do Rio Grande do Norte (Lei nº 10.557, de 17/07/2019, publicada no DOE de 18/07/2019) e de Sergipe (Lei nº 8.539, de 28/05/2019, publicada no DOE 29/05/2019).



ESTADO DA BAHIA  
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO - PGE

A Cláusula 58ª do Protocolo de Intenções referido, convertido em Contrato de Consórcio, comete à Procuradoria Geral do Estado Líder competência para realizar a representação judicial e o assessoramento jurídico do Consórcio, funcionando o Fórum dos Procuradores Gerais do Nordeste como órgão jurídico consultivo.

Eleito presidente do Consórcio Nordeste o Governador do Estado da Bahia para o presente exercício, caberá a esta PGE/BA prestar a devida representação judicial e o assessoramento jurídico neste período, conforme disciplinado no Convênio nº 002/2019, publicado no Diário Oficial do Estado da Bahia de 19/09/2019.

De outra parte, a Cláusula 36ª também do Protocolo de Intenções, convertido em Contrato de Consórcio, estabelece que, para a aquisição de bens e serviços, será observada a legislação federal vigente.

Justificados, portanto, tanto a atuação da PGE/BA no bojo do processo administrativo, como o exame da prestação de contratação a partir da legislação federal em vigor.

Conforme Ofício Circular CIDSN/SE nº 03/2020, a Resolução nº 06/2020 da Assembleia Geral do Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste – Consórcio Nordeste determinou a realização de compras conjuntas, centralizadas ou compartilhadas, de bens e serviços, com vistas à promoção, prevenção e à garantia de assistência à saúde para as pessoas em decorrência da pandemia de COVID-19.



ESTADO DA BAHIA  
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO - PGE

De logo, identifica-se a possibilidade de contratação direta do objeto deste processo administrativo, em conformidade com o art. 4º da Lei Federal nº 13.979 de 2020.

Noutro giro, da proposta apresentada extrai-se que o pagamento dar-se-á 100% contra ordem – à vista – transferência bancária (“100% ct/ odem T/T”), enquanto a entrega encontra-se estimada em “10 a 20 dias x pgto”.

No entanto, ao dispor *“sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019”*, a lei não prevê, ainda que excepcional, a possibilidade de antecipação do pagamento.

Vale dizer, não se excepcionou, no particular, as normas gerais da Lei Federal nº 8.666/93.

*“Art. 40. O edital conterà no preâmbulo o número de ordem em série anual, o nome da repartição interessada e de seu setor, a modalidade, o regime de execução e o tipo da licitação, a menção de que será regida por esta Lei, o local, dia e hora para recebimento da documentação e proposta, bem como para início da abertura dos envelopes, e indicará, obrigatoriamente, o seguinte:*

*(...)*

**XIV - condições de pagamento, prevendo:**





ESTADO DA BAHIA  
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO - PGE

*a) prazo de pagamento não superior a trinta dias, contado a partir da data final do período de **adimplemento de cada parcela**;*

(...)

*“§ 3º Para efeito do disposto nesta Lei, **considera-se como adimplemento da obrigação contratual** a prestação do serviço, a realização da obra, a **entrega do bem** ou de parcela destes, bem como qualquer outro evento contratual a cuja ocorrência esteja vinculada a emissão de documento de cobrança”.*

Ocorre que, a despeito da vedação legal, situações excepcionais podem justificar a antecipação de pagamento, como forma de permitir a adaptação da Administração às condições do mercado.

Pois bem. Da Orientação Normativa nº 37 da AGU é possível extrair os seguintes requisitos, cuja presença cumulativa autoriza a antecipação de pagamento no âmbito federal:

- Situação de interesse público devidamente demonstrada;
- A modalidade de pagamento representar condição sem a qual não seja possível obter o bem;
- Existência de previsão no instrumento formal de contratação direta (art. 38 do Decreto Federal nº 93.872/1986);
- Adoção de indispensáveis garantias, como as do art. 56 da Lei nº 8.666/93.



ESTADO DA BAHIA  
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO - PGE

Ora, *in casu*, o interesse público encontra-se devidamente evidenciado, prescindido demonstração, já que os respiradores pulmonares são equipamentos indispensáveis ao tratamento de pacientes infectados pelo novo coronavírus, cujo quadro de saúde evolua para uma insuficiência respiratória severa.

Ademais, a pandemia do vírus, reconhecida pela Organização Mundial da Saúde, tornou difícil a aquisição do equipamento no mercado nacional e internacional. Logo, a oferta restrita, aliada à crescente demanda e a imprescindibilidade do produto, permite ao fornecedor impor o pagamento antecipado como condição para seu fornecimento.

Consta da minuta do contrato a ser celebrado que “O preço será pago pelo **CONTRATANTE** à **CONTRATADA** integralmente na data de assinatura deste Contrato Administrativo” (**CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO E FORMA DE PAGAMENTO**).

Outrossim, nos termos da **CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO**, “A consecução do objeto deste contrato será garantida pela contratação de Seguro Intermodal Internacional de Bens Responsabilidade da Operação de transporte ROTR-VI (Insurance Incoterms All risks), contratado pela seguradora [preencher], apólice nº [preencher] [anexo 4], que tem como objeto assegurar a entrega dos Ventiladores ao **CONTRATANTE**”.



ESTADO DA BAHIA  
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO - PGE

Ante o exposto, admissível a contratação direta pretendida, nos termos do art. 4º da Lei Federal nº 13.979 de 2020, admitindo-se o pagamento antecipado, na forma do art. 38 do Decreto Federal nº 93.872/1986, que *“Dispõe sobre a unificação dos recursos de caixa do Tesouro Nacional, atualiza e consolida a legislação pertinente e dá outras providências”*.

Por fim, atende-se o Consórcio quanto à autenticidade e validade de todos os documentos juntados aos autos e a necessidade de adoção das providências prévias abaixo elencadas:

- Complementação do termo de referência, para inclusão da “estimativa de preço” e da adequação orçamentária, nos termos do art. 4º-E, incisos VI e VII, da Lei Federal;
- Apresentação da Certidão Negativa de Débitos – CND emitida pela Previdência Social;
- Juntada da Resolução nº 06/2020 da Assembleia Geral do Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste – Consórcio Nordeste.

A despeito do alinhamento do presente opinativo às diretrizes traçadas no Parecer PGE-PA-NASC-PLD0-003/2020, da lavra da i. Procuradora Patrícia Lima Dória, acolhido pela chefia da Procuradoria Administrativa, submeto o presente ao crivo da Chefia da Procuradoria Geral do Estado da Bahia, considerando o vulto da contratação e a sugestão de prévia complementação da instrução processual.



**ESTADO DA BAHIA**  
**PROCURADORIA GERAL DO ESTADO - PGE**

Após, siga o expediente ao Consórcio Nordeste, para conhecimento e providências.

Ao gabinete do PGE.

**REPRESENTAÇÃO DA PGE/BA JUNTO AOS ÓRGÃOS E TRIBUNAIS**  
**FEDERAIS**, 07 de abril de 2020.

**Aline Azevedo Nunes**  
**Procuradora do Estado**  
**Portaria PGE nº 122/2019**

Assinatura eletrônica de Aline Azevedo Nunes, Procuradora do Estado da Bahia, em 07/04/2020, às 14:02:02.





**GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA**  
**PROCURADORIA GERAL DO ESTADO - PGE**  
**GABINETE DA PROCURADORA GERAL ADJUNTA DO ESTADO - PGE/GAB/PGA**

<b>PROCESSO:</b>	200.13105.2020.0000001-13
<b>OBJETO:</b>	contratação de empresa de serviços de comunicação
<b>ÓRGÃO INTERESSADO:</b>	[Insira aqui o órgão interessado]

## DESPACHO

Acolho os termos do judicioso parecer da lavra da i. Procuradora do Estado, Aline Azevedo Nunes, na manifestação de nº 00017556400, ao tempo que determino o envio dos autos aos cuidados da i. Procuradora Chefe da Procuradoria Administrativa, Bárbara Camardelli Loi, para análise e manifestação, com a urgência que o caso requer.



Documento assinado eletronicamente por **Luciane Rosa Croda, Procuradora Geral do Estado**, em 07/04/2020, às 15:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do [Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://seibahia.ba.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://seibahia.ba.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **00017560270** e o código CRC **9D47B304**.

Referência: Processo nº 200.13105.2020.0000001-13

SEI nº 00017560270

Assinatura eletrônica de Luciane Rosa Croda, Procuradora Geral do Estado, em 07/04/2020 às 15:02



**GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA**  
**PROCURADORIA GERAL DO ESTADO - PGE**  
**CHEFIA DA PROCURADORIA ADMINISTRATIVA - PGE/PA/CHEFIA**

<b>PROCESSO:</b>	200.13105.2020.0000001-13
<b>OBJETO:</b>	contratação de empresa de serviços de comunicação
<b>ÓRGÃO INTERESSADO:</b>	[Insira aqui o órgão interessado]

## DESPACHO

Acolho, na íntegra e por seus fundamentos, o parecer RJOTF 10/2020, que analisa a possibilidade de contratação direta e com pagamento antecipado de equipamentos médicos essenciais ao atendimento da população dos Estados Nordestinos quanto à COVID-19.

O pagamento antecipado, para além de sua devida motivação na situação emergencial e na modalidade contratual de importação, encontra-se, hoje, também já regulado em alguns Estados, vide Lei 14.257/2020 da Bahia, art.3º ;Lei 17.194/2020 do Ceará e Lei Complementar nº 946/2020 do Estado do Espírito Santo, a reforçar sua perfeita legalidade.

Ao Consórcio Nordeste, para ciência e adoção das medidas necessárias à contratação.

PROCURADORIA ADMINISTRATIVA, 07 de abril de 2020.

Bárbara Camardelli  
 Procuradora Chefe



Documento assinado eletronicamente por **Bárbara Camardelli Loi, Procurador do Estado**, em 07/04/2020, às 15:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do [Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://seibahia.ba.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://seibahia.ba.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **00017562012** e o código CRC **D41EC4A7**.

**RESOLUÇÃO Nº 06/2020, de 31 de março de 2020.**

Determina a realização de compras conjuntas, centralizadas ou compartilhadas, de bens e serviços voltados à estruturação da rede de urgência e emergência do sistema de saúde dos estados consorciados para o combate à pandemia do novo coronavírus (Covid-19).

**O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO NORDESTE – CONSÓRCIO NORDESTE**, no uso de suas atribuições previstas no art. 32 do Estatuto deste Consórcio, em reunião telepresencial da Assembleia Geral Ordinária, ocorrida em 31 de março de 2020,

**CONSIDERANDO:**

a caracterização da doença causada pelo novo coronavírus (COVID-19) como pandemia pela Organização Mundial da Saúde, no dia 11 de março de 2020;

a Lei nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus responsável pelo surto de 2019;

o Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020,<sup>1</sup> que reconhece estado de calamidade pública, com efeitos até 31 de dezembro de 2020, e, nos termos do art. 1.º, § 2.º, da Lei 13.979/2020;

a Portaria nº 188, de 3 de fevereiro de 2020, do Ministério da Saúde que declara Emergência em Saúde Pública de importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus;

a Portaria 356, de 11 de março de 2020,<sup>2</sup> do Ministro de Estado da Saúde, que regulamentou a lei e definiu que “o encerramento da emergência de saúde pública de importância nacional está condicionada à avaliação de risco realizada pela Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde”;

a edição de Decretos de Calamidade Pública nos Estados do Nordeste;

a gravidade e o caráter absolutamente extraordinário da situação, impondo a adoção de medidas extremas de prevenção, o controle e a contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública, a fim de evitar a disseminação da doença, com redução da curva de contágio e para a estruturação do Sistema de Saúde para o atendimento da população;

<sup>1</sup> *DOU*, seção 1 Extra, 20 mar. 2020, p. 1.

<sup>2</sup> *DOU*, seção 1, 12 mar. 2020, p. 185.



que o Consórcio Nordeste tem, dentre as suas finalidades, a aquisição centralizada ou compartilhada de bens e serviços, bem assim o compartilhamento de experiências e sistemas de gestão;

que as aquisições centralizadas ou compartilhadas podem significar racionalidade de esforços e menores custos nas aquisições de bens e serviços para os estados consorciados tendo em vista ganhos em escala;

**RESOLVE:**

**Art. 1º.** Determinar a realização pelo Consórcio do Nordeste de aquisição conjuntas, centralizadas ou compartilhadas, de bens e serviços voltados a estruturação da rede de urgência e emergência do sistema de saúde dos estados consorciados para o combate à pandemia do novo coronavírus (Covid-19).

**§ 1º.** As aquisições conjuntas, centralizadas ou compartilhadas, poderão ser realizadas por meio de processos deflagrados pelo Consórcio Nordeste para aquisição de bens ou serviços ou mediante parceria ou acordos de cooperação técnica com agências e organismos internacionais, e posterior distribuição para os estados consorciados.

**§ 2º.** As aquisições de bens e serviços para o combate à pandemia deverão observar a legislação aplicável, sujeitando-se os atos decorrentes ao controle dos órgãos competentes.

**Art. 2º.** A equipe técnica do Consórcio efetuará o levantamento das demandas de aquisição junto aos Secretarias Estaduais da Saúde, avaliando a vantajosidade da aquisição, considerando os custos logísticos, cambiais e tributários.

**Parágrafo único.** Não obstante o levantamento prévio da demanda, a participação dos estados consorciados nos processos de aquisição conjunta, centralizada ou compartilhada, de bens e serviços se dará apenas após celebração de Contrato de Programa, com definição das obrigações constituídas entre os estados consorciados e destes com o Consórcio Nordeste, e de Contrato de Rateio, nos termos do art. 3º desta Resolução.

**Art. 3º.** A definição dos valores, das regras e dos critérios de participação financeira dos entes Consorciados no custeio das despesas decorrentes da realização de aquisições centralizadas ou compartilhadas dos bens e serviços se dará por meio da celebração de Contrato de Rateio, o qual especificará os bens e serviços pretendidos, os respectivos quantitativos, os valores a serem aportados e a correspondente dotação orçamentária pertinentes a cada Consorciado.

**§ 1º.** O rateio das despesas entre os entes Consorciados será feito conforme as demandas de bens e serviços que vierem a ser adquiridos conjuntamente e que tenham sido objeto de manifestação prévia de interesse do estado consorciado.

§ 2º. O prazo de vigência do Contrato de Rateio não será superior ao das dotações orçamentárias que o suportam.



**§ 3º.** Os estados consorciados deverão manifestar interesse ao Consórcio Nordeste, previamente à instauração de cada procedimento de aquisição, considerando a situação de calamidade pública decretada e o comportamento atual do mercado.

**§ 4º.** Nas compras conjuntas, centralizadas ou compartilhadas, mediante parceria ou acordos de cooperação técnica com agências e organismos internacionais, ou em situações em que se justifique, o repasse de recursos financeiros poderá se dar de forma antecipada, observando-se as regras de atuação internacional e, em todo caso, adotando-se os mecanismos de minimização dos riscos decorrentes.

**§ 5º.** A execução do Contrato de Rateio será acompanhada e fiscalizada pelos estados consorciados, que, para tanto, poderão solicitar do Consórcio Nordeste e seus prepostos todas as informações e solicitar providências necessárias ao bom andamento do contrato.

**Art. 4º.** Os custos administrativos e operacionais incorridos pelo Consórcio Nordeste para a realização dos procedimentos de aquisição conjunta, centralizadas ou compartilhadas, deverão ser ressarcidos pelos estados consorciados na proporção dos valores das compras realizadas, desde que devidamente justificados e autorizados.

**Art. 5º.** O Consórcio Nordeste poderá, por meio da celebração de Convênio, se valer do apoio técnico e operacional da Secretaria de Saúde do Estado da Bahia para a realização dos processos de aquisição de bens e serviços com vistas à promoção, prevenção e à garantia de assistência à saúde para as pessoas em decorrência da pandemia de COVID-19.

**Art. 6º.** O Consórcio Nordeste poderá se utilizar dos instrumentos de estímulo à inovação, assim como os processos e instrumentos de compras governamentais previstos na Lei nº 10.974, de 02 de dezembro de 2004, com as alterações da Lei nº 13.243/2016, inclusive as parcerias estratégicas, desenvolvimento de projetos de cooperação e encomendas tecnológicas.

**Art. 7º.** A Procuradoria do Estado da Bahia, nos termos do art. 46 do Estatuto Social, será responsável pela análise jurídica dos instrumentos contratuais a serem propostos, sem prejuízo da análise de cada órgão de assessoramento estadual, funcionando o Fórum dos Procuradores Gerais do Nordeste como órgão jurídico consultivo.

**Art. 8º.** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Nordeste do Brasil, 31 de março de 2020.



RUI COSTA

PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERESTADUAL DE  
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO NORDESTE  
GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA



## CONSÓRCIO INTERESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO NORDESTE

### TERMO DE REFERÊNCIA/PROJETO BÁSICO DISPENSA DE LICITAÇÃO LEI 13.979/2020

#### DISPENSA Nº 004/2020 (Processo Administrativo nº 200.13105.2020.0000001-13)

#### 1. DECLARAÇÃO DO OBJETO

- 1.1. Aquisição de 300 (trezentos) ventiladores pulmonares por dispensa de licitação para o enfrentamento da transmissão comunitária do vírus em conformidade com o art. 4º da Lei nº 13.979 de 2020, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento, visando atender demandas do Consórcio Interestadual de Desenvolvimento sustentável do Nordeste.
- ESPECIFICAÇÃO DOS MATERIAIS/INSUMOS E QUANTIDADES**

ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE
<p>- Ventilador de UTI portátil elétrico ICU com compressor de ar</p> <p>Ventilador multifuncional que adota controle pneumático, eletrônico e tecnologia de microcomputador. Componentes exportados são utilizados para garantir estabilidade e confiabilidade operacional. Com tela colorida (TEF) para exibir vários parâmetros de medição e configuração, o dispositivo é muito adequado para tratamento respiratório, aplicável aos departamentos médico, cirúrgico e ginecológico, departamento de pediatria, primeiros socorros e departamentos de UTI de hospitais em diferentes níveis</p>	<p><b><u>300 assim distribuídos:</u></b></p> <p>Alagoas – 30</p> <p>Bahia – 60</p> <p>Ceará – 30</p> <p>Maranhão – 30</p> <p>Paraíba – 30</p> <p>Pernambuco – 30</p> <p>Piauí – 30</p> <p>Rio Grande do Norte – 30</p> <p>Sergipe – 30</p>

Assinatura eletrônica: R00NVRD0N0000001-13/02/2020



## CONSÓRCIO INTERESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO NORDESTE

### 1.2 – DA ESTIMATIVA DE PREÇOS

O valor estimado da contratação é de USD 30.094,50 (Trinta mil, noventa e quatro dólares e cinquenta centavos), por unidade de ventilador pulmonar, sendo o dólar cotado a R\$ 5,48 (cinco reais e quarenta e oito centavos), perfazendo um valor total aproximado da compra em R\$ 49.475.358,00 (quarenta e nove milhões, quatrocentos e setenta e cinco mil e trezentos e cinquenta e oito reais).

### 3. FUNDAMENTAÇÃO SIMPLIFICADA DA CONTRATAÇÃO

- 3.1. A transmissão do coronavírus no Brasil já foi considerada comunitária, conforme Portaria do Ministério da Saúde n. 454/2020, com possibilidade de aumento e agravamento de casos. O enfrentamento de uma epidemia requer a contratação de materiais e insumos de prevenção de contágio, transmissão e manejo clínico dos casos diagnosticados.
- 3.2. A necessidade da contratação pública fundamenta-se em critérios técnicos tomando por base a doença e transmissão do vírus, assim como as projeções do seu comportamento, além das orientações dos órgãos oficiais de saúde, especialmente quanto à disponibilidade de materiais de higiene, e equipamentos hospitalares e de proteção individual, dentre outros bens e insumos que se fizerem necessários.
- 3.3. Neste sentido é necessária a contratação pública de insumos/equipamentos de forma emergencial para o enfrentamento da transmissão comunitária do vírus em conformidade com a Lei nº 13.979 de 2020, nos termos deste termo de referência

### 4. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

- 4.1. Os bens objeto da presente contratação são classificados como comuns, pois os padrões de desempenho e qualidade encontram-se objetivamente definidos no item 1. **DECLARAÇÃO DO OBJETO**, por meio de especificações usuais no mercado.

### 5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO.

- 5.1. Na hipótese de haver restrição de fornecedores, a autoridade competente, excepcionalmente e mediante justificativa, poderá **dispensar a apresentação de documentação** relativa à regularidade fiscal e trabalhista ou, ainda, o cumprimento de um ou mais requisitos de



## CONSÓRCIO INTERESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO NORDESTE

habilitação, ressalvados a exigência de apresentação de prova de regularidade relativa à Seguridade Social e o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do **caput** do art. 7º da Constituição, conforme modelo constante do Anexo I.

5.2. O prazo de entrega dos bens é de no mínimo 10 (dez) e no máximo 20 (vinte) dias após a comprovação do pagamento e o envio do fornecedor da Nota Fiscal de recebimento.

5.3. Trata-se de pagamento adiantado por se tratar de produtos importados.

### 6. LOCAL DE ENTREGA

6.1. No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a 01 (um) anos, ou a metade do prazo total recomendado pelo fabricante.

6.2. O recebimento do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

4.5. A contratação deverá seguir os seguintes parâmetros de Responsabilidade Socioambiental:

4.5.1 Os critérios de sustentabilidade da demanda deverão estar alinhados a diretriz do art. 3 da Lei 8666/93, Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia Geral da União e normativos correlatos.

4.5.2 DA SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL: a empresa deverá apresentar material constituído e embalado com critérios socioambientais vigentes decorrentes da Lei nº 6.938/81 e regulamentos, com os respectivos registros e comprovações oficiais (ex. Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras, ANVISA, ou certificação energética), além de atentar para as exigências da Política de Resíduos Sólidos.

4.6.3 DA SUSTENTABILIDADE ECONÔMICA, SOCIAL e CULTURAL: A contratação atende as diretrizes da Lei nº 13.979/20, além de atingir diretamente as necessidades sociais, haja vista ser o objeto para imediato combate a pandemia coronavírus, bem como seguir alinhada aos padrões nacionais de aquisição para enfrentamento da calamidade.

### 7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 05 (cinco) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

7.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.3.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado





## CONSÓRCIO INTERESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO NORDESTE

à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7.4. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$ , sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

Brasília, 26 de março de 2020

Carlos Eduardo Gabas

Secretário Executivo – Consórcio Nordeste

Assinatura eletrônica de Carlos Eduardo Gabas em 09/06/2020 às 08:39

**GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA**  
**CONSORCIO NORDESTE - CIDSNE**  
**GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO - CIDSNE/PRESID/SE/DIRAF/GERAD**

<b>PROCESSO:</b>	200.13105.2020.0000001-13
<b>OBJETO:</b>	Aquisição de 300 ventiladores pulmonar
<b>ÓRGÃO INTERESSADO:</b>	CONSÓRCIO NORDESTE

## DESPACHO

Em atenção ao Parecer da Procuradoria Geral do Estado da Bahia, 00017556400, especificamente no que se refere aos atendimentos das ponderações elencadas foi juntado aos autos o Termo de Referência com a complementação no que se trata da "estimativa de preços", 00017577637.

Com relação à Certidão Negativa de Débitos - CND a mesma já encontra-se no processo 00017540656, por se tratar de uma certidão conjunta da Receita Federal.

Quanto ao atendimento da outra ponderação acostada no Parecer foi juntado a Resolução nº 06/2020 que trata da aquisição de compras conjuntas por parte do Consórcio nordeste 00017577511



Documento assinado eletronicamente por **Valderir Claudino de Souza, Gerente Administrativo**, em 08/04/2020, às 10:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do [Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://seibahia.ba.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://seibahia.ba.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **00017584892** e o código CRC **4A192916**.

**Referência:** Processo nº 200.13105.2020.0000001-13

SEI nº 00017584892

Assinatura eletrônica de Valderir Claudino de Souza, Gerente Administrativo, em 08/04/2020, às 10:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014.



0334071710018390013  
07/04/2020 17:16:13

3032-6

90000-1 CONSÓRCIO I D S NORDESTE

341 ITAU UNIBANCO S.A

6429 SP JARDIM DAS ACACIAS

214171

34.049.323/0001-91

HEMPHARE PHARMA REPRESENTACOES LTDA

CREDITO EM CONTA

40.801

34.173.890.80

08/04/2020

do como comprovante de transferência. Assegure-se de que a conta terá saldo suficiente até às 17h (horário de Brasília) do dia da transferência. Caso  
fora completada. Lembramos que créditos oriundos de liberação de cheque depositado, proventos e DOC são processados após esse horário, não  
podem como saldo disponível às 17h (horário de Brasília)

JO390913 JOSEILTON GONCALVES DOS SANTOS

JO377584 CARLOS E GABAS

JO6850

07/04/2020 17:13:48  
07/04/2020 17:16:13

ACESSO DO: JO377584 CARLOS E GABAS



<b>Debitado</b>	
Agência	3832-6
Conta corrente	90000-1 CONSORCIO I D S NORDESTE
<b>Creditado</b>	
Banco	341 ITAU UNIBANCO S.A.
Agência (sem DV)	6429 SP JARDIM DAS ACACIAS
Conta corrente (com DV)	214171
CNPJ	34.049.323/0001-91
Nome favorecido	HEMPCARE PHARMA REPRESENTACOES LTDA
Finalidade	CREDITO EM CONTA
Número documento	40.802
Valor	14.574.695,02
Data transferência	08/04/2020
"C" - CNPJ diferente	
Autenticação SISBB	30CA2CD0E06E50AD
Assinada por	JD390913 JOSEILTON GONCALVES DOS SANTOS JD377594 CARLOS E GABAS
Transação efetuada com sucesso.	
Transação efetuada com sucesso por: JD377594 CARLOS E GABAS.	
<a href="#">Resumir</a>	



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA

Consortio Nordeste

GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO - CIDSNE/PRESID/SE/DIRAF/GERAD

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 05/2020**

TERMO DE CONTRATO QUE CELEBRAM ENTRE SI DE UM LADO O CONSÓRCIO INTERESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO NORDESTE – CONSÓRCIO NORDESTE E DE OUTRO A EMPRESA HEMPCARE PHARMA REPRESENTAÇÕES LTDA PARA FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS PARA UNIDADES DE TERAPIA INTENSIVA, REALIZADO NOS TERMOS DO ARTIGO 4º DA LEI FEDERAL Nº 13.979 DE 06/02/2020.

**O CONSÓRCIO INTERESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO NORDESTE – CONSÓRCIO NORDESTE**, pessoa jurídica de direito público, com sede na Avenida 03, Plataforma IV, Ala Sul, nº 390, centro administrativo da Bahia, Salvador – BA, CEP 40.301-155, regularmente inscrito no CNPJ/ME sob o nº 34.304.033/0001-47, neste ato representado seu presidente, Sr. Governador do Estado da Bahia **RUI COSTA DOS SANTOS**, doravante denominado **CONTRATANTE**, e do outro lado, a empresa **HEMPCARE PHARMA REPRESENTAÇÕES LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 628, 4º andar, CEP 05684-030, regularmente inscrito no CNPJ/ME sob o nº 34.049.323/0001-91, neste ato representada por sua representante legal **CRISTIANA PRESTES TADDEO**, brasileira, empresária, inscrita no CPF/ME 218.898.358-03, portadora da cédula de identidade de RG nº 182.750.310 - SP, residente na Rua Barão de Melgaço, nº 565, apto. 73A, Real Parque, São Paulo - SP, CEP 05684-030, doravante denominada **CONTRATADA**, o que se faz nos termos da legislação correlata e mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**1. CLAUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

1.1 - O presente Contrato Administrativo é firmado em regime de urgência, com dispensa de licitação nos termos do artigo 4º da Lei Federal 13.979/20, e tem como objeto o fornecimento, pela **CONTRATADA** ao **CONTRATANTE**, de 300 (trezentos) Ventiladores AV-2000B3 de UTI portátil elétrico ICU com compressor de ar NCM 9022901 (Ventiladores) ao preço unitário de R\$ 156.045,55 (cento e cinquenta e seis mil, quarenta e cinco reais e cinquenta e cinco centavos), totalizando o valor de R\$ 46.813.665,00 (quarenta e seis milhões, oitocentos e treze mil e seiscentos e sessenta e cinco reais), sem considerar os custos de frete e seguro de transporte previstos nas cláusulas abaixo.

1.2 - Os Ventiladores AV-2000B3 de UTI portátil elétrico ICU com compressor de ar NCM 9022901 devem possuir as características constantes na tabela abaixo.

CARACTERÍSTICA	FUNÇÕES
	<ul style="list-style-type: none"> <li>Faixa de configuração do limite superior 21% ~ 100%</li> <li>Faixa de configuração de limite baixo 10% ~ 80%</li> <li>Alarme de pressão nas vias aéreas</li> <li>Faixa de ajuste do limite superior 0,3 ~ 6,0 kPa</li> <li>Faixa de configuração de limite baixo 0.2 ~ 5.0 kPa</li> </ul>

ATA DE MP

Notícia de Fato 001.2020.008756

Documento 2020/0000589278 criado em 09/06/2020 às 08:39

Assinatura eletrônica de RUI COSTA DOS SANTOS em 06/02/2020

	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Alarme de volume de ventilação por minuto</li> <li>• Faixa de ajuste do limite superior 3.0 ~ 30L / min</li> <li>• Faixa de configuração de limite baixo 1.0 ~ 10L / min</li> </ul>
<b>FREQUÊNCIA RESPIRATÓRIA</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Faixa de ajuste do limite superior 50 ~ 99bpm</li> <li>• Faixa de configuração de limite baixo 0 ~ 50bpm</li> </ul>
<b>VOLUME TIDAL</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Faixa de ajuste do limite superior 10 ~ 2000ml</li> <li>• Faixa de configuração de limite baixo 0 ~ 1800ml</li> <li>• Alarme de alta pressão sustentado emite um alarme quando o estresse é constantemente superior a 2,5 kPa</li> </ul>
<b>ALARME DE SUFOCAMENTO</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Emitirá um alarme sonoro e luminoso se não houver entrada de volume corrente por 15 segundos</li> <li>• Alarme de energia</li> <li>• Alarme de falta de gás</li> <li>• Alarme de intubação desligado</li> </ul>
<b>ENERGIA</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• AC 220V <math>\pm 10\%</math></li> <li>• 50Hz<math>\pm 1</math>Hz</li> <li>• Bateria de armazenamento</li> </ul>
<b>BRAÇOS MECÂNICOS</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Compressor de ar</li> </ul>

## 2. CLAUSULA SEGUNDA – FRETE, PRAZO E SEGURO

2.1 - Os produtos serão transportados por via aérea [Aeronave fretada 747/ 4000], pela rota internacional Guangzhou-Guangdong [China] ® RPC Miami [Flórida, Estado Unidos da América] ® Recife [Pernambuco, Brasil], cujas especificações se encontram nos anexos 1, 2 e 3.

2.2 - O frete será realizado em duas remessas, cada uma com 150 (cento e cinquenta) ventiladores, sendo que o preço do frete de cada uma das remessas é de R\$ 664.138,50 (seiscentos e sessenta e quatro mil, cento e trinta e oito reais e cinquenta centavos), totalizando R\$ 1.328.277,00 (um milhão, trezentos e vinte e oito mil e duzentos e

setenta e sete reais).

2.3 - O Prazo para a entrega da primeira remessa é dia 18/04/2020, conforme item 2.4.1, contados do pagamento do valor previsto no item “3.1” da cláusula 3.3 do presente contrato.

2.4 - O Prazo para a entrega da segunda remessa é dia 23/04/2020, conforme item 2.4.1, contados da entrega da primeira remessa.

2.5- O embarque dos ventiladores já está pré-agendado para os seguintes dias:

REMESSA	DATA	QUANTIDADE
Remessa 1	18/04/2020	150
Remessa 2	23/04/2020	150

2.6 - A entrega realizada em Recife-PE, no endereço do galpão da importadora, situado na Avenida Marechal Mascarenhas de Moraes, 5855, Galpão 02 – Recife – PE, Cep: 51210-001 – Terminal de Cargas Aeroporto de Recife e será considerada efetivada com o pouso da Aeronave fretada em território brasileiro, com o devido desembaraço aduaneiro e depósito dos ventiladores em Armazém localizado no terminal de cargas do aeroporto do Recife.

2.7 - O CONTRATANTE – Consórcio Nordeste enviará à CONTRATADA a autorização de retirada dos equipamentos, por Estado, devendo constar o nome da pessoa com a devida documentação.

2.8 - A CONTRATADA enviará modelo de autorização para ser preenchido pelo Consórcio visando a identificação e a quantidade de equipamentos autorizados para recebimento. (conforme anexo)

2.9 - Caso ocorra o atraso na entrega dos Ventiladores, incidirá, contra a **CONTRATADA**, multa compensatória de 1% (um por cento) do valor da remessa objeto do atraso, por dia de atraso, até o teto máximo de 10% (dez por cento).

2.10 - A carga será objeto de uma apólice de Seguro Intermodal Internacional de Bens Responsabilidade da Operação de transporte ROTR-VI (*Insurance Incoterms All risks*), cujo valor total será de R\$ 606.633,82 (seiscentos e seis mil, seiscentos e trinta e três reais e oitenta e dois centavos), contratado pela seguradora e emitida no momento do embarque dos equipamentos

Assinatura do representante legal do Consórcio Nordeste em 09/06/2020 às 08:39

### 3. CLAUSULA TERCEIRA – PREÇO E FORMA DE PAGAMENTO

3.1 - O preço total deste contrato, é de R\$ 48.748.575,82 (quarenta e oito milhões, setecentos e quarenta e oito mil, quinhentos e setenta e cinco reais e oitenta e dois centavos) e é composto da seguinte forma:

DESCRIÇÃO	PREÇO UNITÁRIO	QUANTIDADE	PREÇO TOTAL
Ventiladores AV-2000B3 de UTI portátil elétrico ICU com compressor de ar NCM 9022901	R\$ 156.045,55	300	R\$ 46.813.665,00
Frete	R\$ 664.138,50	2	R\$ 1.328.277,00
Seguro	R\$ 606.633,82	1	R\$ 606.633,82
<b>TOTAL</b>			<b>R\$ 48.748.575,82</b>

3.2 - No valor previsto na cláusula 3.1 acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto deste Contrato Administrativo, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

3.3 - O preço será pago pelo **CONTRATANTE** à **CONTRATADA** integralmente na data de assinatura deste Contrato Administrativo, por intermédio de transferência bancária – TED.

3.4 - O pagamento do preço será realizado pelo **CONTRATANTE** através de depósito bancário na conta corrente abaixo indicada e somente será considerado perfeitamente realizado com a efetiva compensação do pagamento em favor da **CONTRATADA**:

**HEMPCARE PHARMA REPRESENTAÇÕES LTDA**  
**CNPJ 34.049.323/0001-91**  
**BANCO ITAU – 341**  
**AGÊNCIA 6429**  
**CONTA CORRENTE – 21417-1**

3.5 - O atraso no pagamento, na forma da cláusula 3.3. acima, importará na aplicação de multa de 2% (dois) por cento em face do **CONTRATANTE**, além de juros moratórios de 0,5% (meio por cento) ao mês até a data do efetivo pagamento.

3.6 - As obrigações da **CONTRATADA** somente passarão a ser exigíveis com o pagamento do valor previsto no item “i” da cláusula 3.3.acima.



3.7 - Se houver qualquer empecilho burocrático para a efetivação da entrega, por caso fortuito e/ou motivo de força maior, a **CONTRATADA** não poderá ser considerada inadimplente. Se o empecilho burocrático for decorrente de culpa do **CONTRATANTE**, a **CONTRATADA** não poderá ser responsabilizada pelo atraso e sua obrigação será considerada satisfeita.

#### 4. CLAUSULA QUARTA – DOTACAO ORCAMENTARIA

4.1 - As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em Dotação Orçamentária própria para o exercício de 2020, oriundas da celebração do Contrato de Rateio firmado entre os Estados Membros do Consórcio Nordeste.

#### 5. CLAUSULA QUINTA – OBRIGAÇÕES DAS PARTES

##### 5. 1- São obrigações da **CONTRATADA**:

a) Entregar, no prazo fixado neste instrumento, os Ventiladores AV-2000B3 de UTI portátil elétrico ICU com compressor de ar NCM 9022901, tal como fixado no objeto deste contrato;

b) Garantir, sem custo para o **CONTRATANTE**, a substituição dos ventiladores que eventualmente não estejam em perfeito funcionamento quando de sua entrega;

c) Fornecer, pelo período de 12 meses, sem custo para o **CONTRATANTE**, a garantia dos produtos, se responsabilizando pela manutenção dos ventiladores, incluindo a troca de eventuais peças, de modo a deixá-los em perfeito estado de funcionamento;

d) A **CONTRATADA** não se responsabiliza, salvo pela contratação do seguro, por eventos de caso fortuito ou força maior que possam atrasar, ou até inviabilizar, a entrega dos produtos.

e) Para a consecução do objeto deste contrato, a **CONTRATADA** utilizará uma importadora, que compõe seu grupo empresarial, a seu exclusivo custo e responsabilidade, qual seja a ORBISPHARMA DISTRIBUIDORA E LOGÍSTICA LTDA, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 10.585.311/0001-13.

Assinatura eletrônica do representante legal do CONTRATANTE em 09/06/2020 às 08:39

## 5.2 - São obrigações do CONTRATANTE:

- a) Realizar o pagamento do preço;
- b) Realizar a publicação deste contrato no Diário Oficial, no prazo previsto na Lei nº 8.666/1993;
- c) Receber as mercadorias em Recife-PE, ficando dela integralmente responsável após o desembaraço aduaneiro.

## 6. CLAUSULA SEXTA – REAJUSTE

6.1 - Por não se tratar de contrato de relação continuada, o preço estipulado não poderá ser reajustado.

## 7. CLAUSULA SETIMA – GARANTIA DE EXECUCAO

7.1 - A consecução do objeto deste contrato será garantida pela contratação de Seguro Intermodal Internacional de Bens Responsabilidade da Operação de transporte ROTR-VI (*Insurance Incoterms All risks*), contratado pela seguradora e emitida no momento do embarque dos equipamentos, que tem como objeto assegurar a entrega dos Ventiladores ao CONTRATANTE.

## 8. CLAUSULA OITAVA – SANCOES ADMINISTRATIVAS.

8.1 - As sanções administrativas aplicáveis são aquelas previstas no decorrer deste contrato e estabelecidas na Lei nº 8666/93.

## 9. CLAUSULA NONA – RESCISAO

9.1 - O presente Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei no 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei.

9.2 - Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se a CONTRATADA o direito a previa e ampla defesa.

9.3 - O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido de (i) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos; (ii) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos; e (iii) Indenizações e multas.

## **10. CLAUSULA DECIMA – ALTERACOES**

10.1 - Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei no 8.666, de 1993, e serão formalizados por meio de Termo Aditivo.

## **11. CLAUSULA DECIMA PRIMEIRA – OMISSÕES**

11.1 - Os casos omissos serão decididos segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666/1993, na Lei nº 10.520/2002 e demais normas federais aplicáveis.

## **12. CLAUSULA DECIMA SEGUNDA – FORO**

12.1 - As partes elegem o foro da comarca de Salvador - BA, para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Contrato, por mais privilegiado que outro seja ou venha a ser.

O presente Contrato foi lavrado em 02 (duas) vias de igual teor.

Salvador - BA, 08 de abril de 2020

**RUI COSTA DOS SANTOS**  
PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO  
SUSTENTÁVEL DO NORDESTE

**MODELO DE AUTORIZAÇÃO PARA RETIRADA**

**Ref.: VÍNCULADA AO CONTRATO DE FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS PARA UNIDADES DE TERAPIA INTENSIVA, REALIZADO NOS TERMOS DO ARTIGO 4º DA LEI FEDERAL Nº 13.979/2020.**

O **CONSÓRCIO INTERESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO NORDESTE – CONSÓRCIO NORDESTE** (CNPJ/ME nº 34.304.033/0001-47), autoriza expressamente o Estado do(a) \_\_\_\_\_, representado por seu(ua) \_\_\_\_\_, a retirar [quantidade] Ventiladores AV-2000B3 de UTI portátil elétrico ICU com compressor de ar NCM 9022901 (Ventiladores), os quais foram adquiridos pelo Consórcio da empresa **HEMPCARE PHARMA REPRESENTAÇÕES LTDA (CNPJ 34.049.323/0001-91)**, no Armazém situado na Avenida Marechal Mascarenhas de Moraes, 5855, Galpão 02 – Recife – PE, Cep: 51210-001 – Terminal de Cargas localizado no Aeroporto do Recife-PE.

Após a retirada do equipamento, o Estado Membro passará a ser inteiramente por ele responsável, podendo, ainda, fazer uso da garantia ofertada pela HEMPCARE nos termos do contrato firmado com o Consórcio.

**RUI COSTA DOS SANTOS**  
PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO  
SUSTENTÁVEL DO NORDESTE





Documento assinado eletronicamente por **Cristiana Prestes Taddeo, Usuário Externo**, em 08/04/2020, às 13:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do [Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rui Costa dos Santos, Governador**, em 08/04/2020, às 14:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do [Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://seibahia.ba.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://seibahia.ba.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **00017593264** e o código CRC **C742686B**.

Referência: Processo nº 200.13105.2020.0000001-13

SEI nº 00017593264

Assinado eletronicamente por Rui Costa dos Santos, Governador em 08/04/2020 às 14:53

20.127.304.7988	Apoio a Evento da Agricultura Familiar	F	3.350	100	55.783,00
<b>3.20.000</b>	<b>Secretaria da Segurança Pública</b>				<b>300.000,00</b>
<b>3.20.101</b>	<b>Assessoria de Planejamento e Gestão - SSP</b>				<b>300.000,00</b>
06.122.314.4514	Encargos com Concessionária de Serviço Público de Unidade Finalística	F	3.390	100	300.000,00
<b>3.21.000</b>	<b>Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte</b>				<b>522.940,00</b>
<b>3.21.301</b>	<b>Superintendência dos Desportos do Estado da Bahia</b>				<b>522.940,00</b>
27.812.305.7882	Construção de Equipamento Esportivo e de Lazer	F	4.490	100	284.650,00
27.812.308.5793	Promoção de Atividade de Esporte de Participação e Lazer Comunitário	F	3.390	100	238.290,00

Anexo II		Fonte de Financiamento			
		Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social			
Programa de Trabalho (Especificação)	Esfera	Natureza de Despesa	Fonte de Recursos	Em R\$ Valor	
<b>3.22.000</b>	<b>Secretaria de Cultura</b>				<b>100.000,00</b>
<b>3.22.101</b>	<b>Assessoria de Planejamento e Gestão - SECULT</b>				<b>20.000,00</b>
13.392.302.7980	Apoio à Realização de Evento Cultural	F	3.350	100	20.000,00
<b>3.22.301</b>	<b>Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia</b>				<b>80.000,00</b>
13.392.302.7980	Apoio à Realização de Evento Cultural	F	3.350	100	80.000,00
<b>3.26.000</b>	<b>Secretaria de Desenvolvimento Urbano</b>				<b>415.000,00</b>
<b>3.26.401</b>	<b>Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia</b>				<b>415.000,00</b>
15.451.305.1158	Implantação de Equipamento Urbano e Comunitário	F	4.490	100	415.000,00
<b>3.27.000</b>	<b>Secretaria do Meio Ambiente</b>				<b>329.000,00</b>
<b>3.27.301</b>	<b>Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos</b>				<b>329.000,00</b>
18.542.310.5467	Ampliação do Número de Ponto de Rede de Monitoramento da Qualidade Ambiental	F	4.490	631	170.000,00
18.544.312.5005	Elaboração de Estudo em Áreas de Conflito pelo Uso da Água	F	3.390	631	9.000,00
18.544.312.5218	Ampliação do Cadastro de Usuário de Recursos Hídricos	F	3.390	631	150.000,00
<b>3.28.000</b>	<b>Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação</b>				<b>280.000,00</b>
<b>3.28.101</b>	<b>Assessoria de Planejamento e Gestão - SECTI</b>				<b>30.000,00</b>
19.122.502.2000	Manutenção de Serviços Técnico e Administrativo	F	3.390	100	30.000,00
<b>3.28.201</b>	<b>Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia</b>				<b>250.000,00</b>
19.571.301.5373	Apoio a Projeto de Pesquisa de Natureza Científica, Tecnológica e de Inovação	F	3.390	100	250.000,00
<b>3.32.000</b>	<b>Secretaria de Turismo</b>				<b>50.000,00</b>
<b>3.32.801</b>	<b>Superintendência de Fomento ao Turismo do Estado da Bahia</b>				<b>50.000,00</b>
23.695.303.5893	Apoio a Evento de Interesse Turístico para a Divulgação do Destino Bahia	F	3.390	100	50.000,00
<b>3.35.000</b>	<b>Secretaria de Administração Penitenciária e Ressocialização</b>				<b>55.824,00</b>
<b>3.35.101</b>	<b>Assessoria de Planejamento e Gestão - SEAP</b>				<b>55.824,00</b>
14.128.314.3847	Capacitação Profissional do Interno e Egresso	F	3.390	100	33.101,00
14.421.314.4638	Assistência ao Interno com Oferta de Ação Estruturante de Cultura, Arte, Esporte e Lazer	F	3.390	100	22.723,00
<b>3.80.000</b>	<b>Encargos Gerais do Estado</b>				<b>35.029.517,00</b>
<b>3.80.101</b>	<b>Encargos Gerais do Estado - Recursos sob Gestão Depat/Sefaz</b>				<b>35.000.000,00</b>
28.846.900.8001	Encargos com Cumprimento de Sentença Judicial	F	4.490	100	35.000.000,00
<b>3.80.102</b>	<b>Encargos Gerais do Estado - Recursos sob a</b>				<b>29.517,00</b>

Anexo II		Fonte de Financiamento			
		Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social			
Programa de Trabalho (Especificação)	Esfera	Natureza de Despesa	Fonte de Recursos	Em R\$ Valor	
<b>Gestão da SPO/Seplan</b>					
28.846.900.8029	Provisão de Recursos para Contrapartida	F	3.390	100	29.516,00
28.846.900.8050	Provisão de Recursos para Emenda Parlamentar Estadual	F	4.490	100	1,00
<b>Total Anulação</b>					<b>39.008.421,00</b>
<b>Superávit Financeiro do Estado</b>					<b>1.137.352,00</b>
			300		12.458,00
			330		872.816,00
			331		252.078,00
<b>Superávit Financeiro da Entidade</b>					<b>70.183,00</b>
3.11.000	Secretaria da Educação				<b>70.183,00</b>
3.11.304	Universidade Estadual de Santa Cruz				<b>70.183,00</b>
			637		<b>70.183,00</b>
<b>Excesso de Arrecadação da Entidade</b>					<b>5.248.920,00</b>
3.19.000	Secretaria da Saúde				<b>5.026.062,00</b>
3.19.601	Fundo Estadual de Saúde				<b>5.026.062,00</b>
			234		<b>5.026.062,00</b>
<b>3.22.000</b>	<b>Secretaria de Cultura</b>				<b>222.858,00</b>
3.22.301	Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia				<b>222.858,00</b>
			231		<b>222.858,00</b>
<b>Total do Financiamento</b>					<b>45.464.876,00</b>

## DESPACHOS

DESPACHO DO SENHOR GOVERNADOR DO ESTADO  
Em 08/04/2020

Processo SEI nº 017.10719.2020.0000451-96

Órgão: Secretaria de Infraestrutura Hídrica e Saneamento, Secretaria da Agricultura, Pecuária, Irrigação, Pesca e Aquicultura, Secretaria da Educação, Secretaria da Fazenda, Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Secretaria de Desenvolvimento Rural, Secretaria da Saúde, Secretaria da Segurança Pública, Secretaria de Cultura, Secretaria de Desenvolvimento Urbano, Secretaria do Meio Ambiente, Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação, Secretaria de Administração Penitenciária e Ressocialização e Encargos Gerais do Estado.

Objeto: Suplementação de Crédito.

Despacho: Autorizo. Para efeito do que dispõe o art. 62, inciso III, da Lei nº 2.322/66, com a redação da Lei nº 2.588/68, considero de interesse público a despesa decorrente da suplementação solicitada neste processo.

## GABINETE DO GOVERNADOR

## EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 004/2020

Nº do Processo SEI: 200.13105.2020.0000001-13; Objeto: Aquisição de 300 (trezentos) ventiladores pulmonares, Total de itens licitados: 001. Fundamento Legal: Art. 4º da Lei nº 13.979/2020. Justificativa: A presente aquisição/contratação faz parte das medidas de proteção para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19), visando atender os Estados Membros do Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste - Consórcio Nordeste. Autorização em 07.02.2020: CARLOS EDUARDO GABAS - Secretário Executivo do Consórcio Nordeste. Valor Global: R\$ 48.748.575,82 (quarenta e oito milhões, setecentos e quarenta e oito mil, quinhentos e setenta e cinco reais e oitenta e dois centavos); Empresa contratada: HEMPCARE PHARMA REPRESENTAÇÕES LTDA - CNPJ 34.049.323/0001-91.

## EXTRATO DE CONTRATO Nº 005/2020

Nº do Processo SEI: 200.13105.2020.0000001-13; CONTRATANTE: Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste - Consórcio Nordeste - CNPJ: 34.304.033/0001-47. CONTRATADO: HEMPCARE PHARMA REPRESENTAÇÕES LTDA - CNPJ 34.049.323/0001-91. Objeto: Aquisição de 300 (trezentos) ventiladores pulmonares. Fundamento Legal: Art. 4º da Lei nº 13.979/2020. Valor Global: R\$ 48.748.575,82 (quarenta e oito milhões, setecentos e quarenta e oito mil, quinhentos e setenta e cinco reais e oitenta e dois centavos).

## RESOLUÇÃO Nº 05/2020, DE 31 DE MARÇO DE 2020.

Institui o Comitê Científico de apoio ao combate à pandemia do novo coronavírus (COVID-19) no âmbito do Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste - Consórcio Nordeste.

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO NORDESTE - CONSÓRCIO NORDESTE, no uso de suas atribuições previstas no art. 32 do Estatuto deste Consórcio, em reunião telepresencial da Assembleia Geral Ordinária, ocorrida em 31 de março de 2020,

## CONSIDERANDO:


a caracterização da doença causada pelo novo coronavírus (COVID-19) como pandemia pela Organização Mundial da Saúde, no dia 11 de março de 2020;

a Lei nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019;

o Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020,<sup>1</sup> que reconhece estado de calamidade pública, com efeitos até 31 de dezembro de 2020, e, nos termos do art. 1.º, § 2.º, da Lei 13.979/2020;

a Portaria nº 188, de 3 de fevereiro de 2020, do Ministério da Saúde que declara Emergência em Saúde Pública de importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo coronavírus;

RECEBEMOS DE HEMPCARE PHARMA REPRESENTAÇÕES LTDA OS PRODUTOS/SERVIÇOS CONSTANTES DA NOTA FISCAL INDICADA AO LADO		Nº 000.000.002
DATA DE RECEBIMENTO	IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR	SÉRIE: 1

<b>HEMPCARE PHARMA REPRESENTAÇÕES LTDA</b>  AV BR DE MELGACO, 565 - APTO 73A - REAL PARQUE, Sao Paulo, SP - CEP: 05684030		<b>DANFE</b> Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica 0 - Entrada 1 - Saída Nº 000.000.002 SÉRIE: 1 Página 1 de 1	<b>CONTROLE DO FISCO</b>  CHAVE DE ACESSO 3520 0434 0493 2300 0191 5500 1000 0000 0213 1990 1807 Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz Autorizadora
NATUREZA DA OPERAÇÃO 6152 6933		PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO 135200283904297 - 09/04/2020 08:49	
INSCRIÇÃO ESTADUAL 128812117115	INSCRIÇÃO ESTADUAL DO SUBST. TRIB.	CNPJ / CPF 34.049.323/0001-91	

<b>DESTINATÁRIO/REMETENTE</b>		CNPJ/CPF	DATA DA EMISSÃO
NOME/RAZÃO SOCIAL CONS INTEREST DESENVOLV SUSTENT DO NORD - CONSORCIO		34.304.033/0001-47	09/04/2020
ENDEREÇO AV 03 PLATAFORMA IV ALA SUL, 390 - 3 ANDAR	BAIRRO/DISTRITO CENTRO ADMINISTRATIVO	CEP 41745-005	DATA DE ENTRADA/SAÍDA
MUNICÍPIO Salvador	FONE/FAX	UF BA	HORA DE ENTRADA/SAÍDA

<b>FATURA</b>
/ Num.: 001 / V. Orig.: 2.437.428,79 / V. Desc.: 0,00 / V. Liq.: 2.437.428,79

<b>CÁLCULO DO IMPOSTO</b>					
BASE DE CÁLCULO DO ICMS 0,00	VALOR DO ICMS 0,00	BASE DE CÁLCULO DO ICMS ST 0,00	VALOR DO ICMS ST 0,00	VALOR TOTAL DOS PRODUTOS 46.311.147,03	
VALOR DO FRETE 0,00	VALOR DO SEGURO 0,00	DESCONTO 0,00	OUTRAS DESPESAS ACESSÓRIAS 0,00	VALOR DO IPI 0,00	VALOR TOTAL DA NOTA 48.748.575,82

<b>TRANSPORTADOR/VOLUMES TRANSPORTADOS</b>					
RAZÃO SOCIAL HEMPCARE PHARMA	FRETE POR CONTA 3-Remetente Próprio	CÓDIGO ANTT	PLACA DO VEÍCULO	UF	CNPJ/CPF 34.049.323/0001-91
ENDEREÇO AV BR DE MELGACO 565 APTO 73A - REAL	MUNICÍPIO Sao Paulo	UF SP	INSCRIÇÃO ESTADUAL 128812117115		
QUANTIDADE	ESPÉCIE	MARCA	NUMERAÇÃO	PESO BRUTO	PESO LÍQUIDO

DADOS DO PRODUTO/SERVIÇO													
CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO PRODUTO/SERVIÇO	NCM/SH	CST	CFOP	UNID.	QTD.	VLR. UNIT.	VLR. TOTAL	BC ICMS	VLR. ICMS	VLR. IPI	ALÍQ. ICMS	ALÍQ. IPI
1	VENTILADOR AV-2000B3 DE UTI PORTATIL	90192090	1300	6152	UN	300,0000	154.370,4901	46.311.147,03					
2	ELETRICO ICU COM COMPRESSOR DE AR	00000000		6933	UN	1,0000	2.437.428,7900	2.437.428,79					
	PRESTACAO DE SERVICOS												

<b>CÁLCULO DO ISSQN</b>			
INSCRIÇÃO MUNICIPAL 62950711	VALOR TOTAL DOS SERVIÇOS 2.437.428,79	BASE DE CÁLCULO DO ISSQN 2.437.428,79	VALOR DO ISSQN 121.871,44

<b>DADOS ADICIONAIS</b>	
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES  Informações Adicionais de Interesse do Fisco: PRODUTO ISENT O DE ICMS, PIS E COFINS POR TER DESTINO TRATAMETNO DO COVID -19  Notícia de Fato 001.2020.008756	RESERVADO AO FISCO

BRASÍLIA, 13 DE ABRIL DE 2020.

**O SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CONSÓRCIO INTERESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO NORDESTE – CONSÓRCIO NORDESTE**, no uso de suas atribuições e tendo em vista a competência delegada no art. 39, inciso XV, do Estatuto do Consórcio, Resolve:

I - **NOMEAR JESIEL SOARES DA SILVA**, CPF Nº 288.049.291-20, Gerente de Finanças da Diretoria Administrativa Financeira, da Secretaria Executiva, do Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste, nos termos do art. 67 da lei nº 8666/93, para atuar como Fiscal do Contrato Administrativo nº 05/2020, firmado com a empresa HEMPCARE PHARMA REPRESENTAÇÕES LTDA, que tem como objeto o fornecimento de 300 (trezentos) ventiladores pulmonares.

II - Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

**CARLOS EDUARDO GABAS**



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Eduardo Gabas, Secretário Executivo Conselho**, em 13/04/2020, às 17:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do [Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://seibahia.ba.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://seibahia.ba.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **00017669825** e o código CRC **1425AC32**.

Referência: Processo nº 200.13105.2020.0000001-13

SEI nº 00017669825

Assinado eletronicamente por Carlos Eduardo Gabas em 13/04/2020 às 17:48





CONSÓRCIO NORDESTE

CNPJ: 34.304.033/0001-47

## AUTORIZAÇÃO

Consórcio Nordeste em 6 de abril de 2020.

Processo: **76/2020.**

Assunto: Autorização de Empenho

Trata-se o presente processo de EQUIPAMENTOS HOSPITALARES A SEREM ADQUIRIDOS (300 VENTILADORES AV 2000B3), OBJETIVANDO A PROMOÇÃO E A GARANTIA DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DA POPULAÇÃO DOS ESTADOS CONSORCIADOS , EM DECORRÊNCIA DA PANDEMIA DE COVID-19.

Autorizo a emissão de empenho, no valor de R\$ 48.748.575,82 (quarenta e oito milhões, setecentos e quarenta e oito mil e quinhentos e setenta e cinco reais, oitenta e dois centavos), a empenhar em nome da empresa HEMPCARE PHARMA REPRESENTACOES LTDA, Cnpj: 34.049.323/0001-91, e caso cumpra as exigências legais, posterior pagamento.

Encaminhe-se ao Setor de Contabilidade para providências imediatas.

CARLOS EDUARDO GABAS  
Secretário Executivo



Tipo: 01 – EMPENHO A PAGAR		Nº. Processo: 76/2020		Exercício: 2020		Nº Empenho: 097004																									
Unidade Orçamentária ou Unidade Administrativa Emitente: 01-SECRETARIA EXECUTIVA					Data de emissão 06/04/2020																										
Função: 10	Subfunção: 305	Programa: 0245	Tipo - Seq.: 1-001	Ação: Prevenção e à garantia de assistência à saúde, combate a pandemia de COVID-19																											
SubAção:		Descrição:			SIOPS: Base ASPS <input checked="" type="checkbox"/>		Natureza Desp: 4.4.90.30.36.00																								
Natureza da Despesa: 4.4.90.30.00.00 - Material de Consumo																															
Subelementos (STN/TCs/PCASP): 00 - 0000000000 - 1.2.3.2.1.05.99.00.00-outros bens de uso comum do povo																															
Credor: HEMPCARE PHARMA REPRESENTACOES LTDA																															
CNPJ: 34.049.323/0001-91		CPF:		Inscrição Estadual:		RG: Importância: 48.748.575,82																									
Endereço: AV BR DE MELGACO, 565				Telefone: (11) 3326-2296																											
Cidade: SAO PAULO				Cep: 05684-030	UF: SP	Tipo do Empenho: 1 -Ordinário																									
HISTÓRICO DA OPERAÇÃO EMPENHO EMITIDO PARA OCORRER À DESPESA COM EQUIPAMENTOS HOSPITALARES A SEREM ADQUIRIDOS (300 VENTILADORES AV 2000B3), OBJETIVANDO A PROMOÇÃO E A GARANTIA DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DA POPULAÇÃO DOS ESTADOS CONSORCIADOS , EM DECORRÊNCIA DA PANDEMIA DE COVID-19.																															
Domicílio Tipo: Bancário: Banco (Principal) -		Agência Conta		Variação		Total: 48.748.575,82																									
Modalidade da licitação : Não aplicado		Nº Proc. Licitatório: 0 /		Nº Contrato/Aditivo: 0		Vigência (Início): Vigência (Final):																									
Nº Documentos:		Fonte Recurso do Orçamento: 1 -Orçamento Geral		Nº Convênio:		Vigência (Início): Vigência (Final):																									
Valor líquido do documento por extenso : quarenta e oito milhões, setecentos e quarenta e oito mil e quinhentos e setenta e cinco reais, oitenta e dois centavos																															
Fonte:				Visto do responsável pela contabilidade:																											
<table><thead><tr><th>Grupo/Código</th><th>Descrição</th><th>Valor</th></tr></thead><tbody><tr><td>520</td><td>Outras Transferências de Convênios ou Contratos de Repasse dos E</td><td>48.748.575,82</td></tr><tr><td colspan="2">Total:</td><td>48.748.575,82</td></tr></tbody></table>				Grupo/Código	Descrição	Valor	520	Outras Transferências de Convênios ou Contratos de Repasse dos E	48.748.575,82	Total:		48.748.575,82	ENEDINO PEREIRA NETO CONTADOR/CRC - 557 - TO																		
Grupo/Código	Descrição	Valor																													
520	Outras Transferências de Convênios ou Contratos de Repasse dos E	48.748.575,82																													
Total:		48.748.575,82																													
				Visto do Ordenador da despesa:																											
				CARLOS EDUARDO GABAS Secretário Executivo																											
Cronograma de Desembolso:				Visto do controle interno:																											
<table><tbody><tr><td>Jan.</td><td>R\$ 0,00</td><td>Fev.</td><td>R\$ 0,00</td><td>Mar.</td><td>R\$ 0,00</td></tr><tr><td>Abr.</td><td>R\$ 48.748.575,82</td><td>Mai.</td><td>R\$ 0,00</td><td>Jun.</td><td>R\$ 0,00</td></tr><tr><td>Jul.</td><td>R\$ 0,00</td><td>Ago.</td><td>R\$ 0,00</td><td>Set.</td><td>R\$ 0,00</td></tr><tr><td>Out.</td><td>R\$ 0,00</td><td>Nov.</td><td>R\$ 0,00</td><td>Dez.</td><td>R\$ 0,00</td></tr></tbody></table>				Jan.	R\$ 0,00	Fev.	R\$ 0,00	Mar.	R\$ 0,00	Abr.	R\$ 48.748.575,82	Mai.	R\$ 0,00	Jun.	R\$ 0,00	Jul.	R\$ 0,00	Ago.	R\$ 0,00	Set.	R\$ 0,00	Out.	R\$ 0,00	Nov.	R\$ 0,00	Dez.	R\$ 0,00	JOSEILTON GONÇALVES DOS SANTOS DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO			
Jan.	R\$ 0,00	Fev.	R\$ 0,00	Mar.	R\$ 0,00																										
Abr.	R\$ 48.748.575,82	Mai.	R\$ 0,00	Jun.	R\$ 0,00																										
Jul.	R\$ 0,00	Ago.	R\$ 0,00	Set.	R\$ 0,00																										
Out.	R\$ 0,00	Nov.	R\$ 0,00	Dez.	R\$ 0,00																										



<b>Dados do Empenho</b>					Nº Empenho: 097004	Nº Processo: 000076 / 2020	Data emissão NE: 06/04/2020	Exercício: 2020	Nº Liquidação: 97003
Unidade Orçamentária ou Unidade Administrativa Emitente: 01 – SECRETARIA EXECUTIVA								Data Liquidação: 06/04/2020	
Função: 10	Subfunção: 305	Programa: 0245	Tipo - Seq.: 1 - 001	Ação: Prevenção e à garantia de assistência à saúde, combate a pandemia de COVID-19					
Natureza da Despesa: 4.4.90.30.00.00 - Material de Consumo						Subelemento (STN): 00 -			
Credor: <b>HEMPCARE PHARMA REPRESENTACOES LTDA</b>									
CNPJ: 34.049.323/0001-91		CPF:		Inscrição Estadual:		RG:		Importância: 48.748.575,82	
Endereço: AV BR DE MELGACO, 565						Telefone: (11) 3326-2296			
Cidade: SAO PAULO						Cep: 05684-030		UF: SP	Tipo do Empenho: 1 - Ordinário

### Dados da Liquidação

Credor: <b>HEMPCARE PHARMA REPRESENTACOES LTDA</b>	CNPJ: 34.049.323/0001-91	CPF:
Plano de Contas: 2.1.3.1.1.01.01.00.00.0000 - fornecedores não parcelados a pagar		

**HISTÓRICO DA OPERAÇÃO**

LIQUIDAÇÃO DE EMPENHO EMITIDO PARA OCORRER À DESPESA COM EQUIPAMENTOS HOSPITALARES A SEREM ADQUIRIDOS (300 VENTILADORES AV 2000B3), OBJETIVANDO A PROMOÇÃO E A GARANTIA DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DA POPULAÇÃO DOS ESTADOS CONSORCIADOS, EM DECORRÊNCIA DA PANDEMIA DE COVID-19.

{«CREDOR DA NOTA DE EMPENHO: HEMPCARE PHARMA REPRESENTACOES LTDA CNPJ/CPF: 34.049.323/0001-91 - »}

Domicílio Bancário (Principal): Tipo		Banco		Agência	Conta	Variação
		-				
Movimentação: <b>Inclusão</b>	Tipo: <b>Liquidação Total</b>	Data: <b>06/04/2020</b>	Saldo Anterior: 48.748.575,82	Valor Liquidado: <b>48.748.575,82</b>	Saldo Atual: <b>0,00</b>	

Tipo da liquidação: 02 – Sem Documento		Retenções, Descontos e Vantagens:			
<b>Dados do documento:</b> Tipo:					
Data emissão	Nº Doc.: Série: AIDF:	Valor: <b>48.748.575,82</b>			
Grupo/Código	Descrição	Valor			
520	Outras Transferências de Convênios ou C	8.748.575,82			
Total:		48.748.575,82			
NFe: Chave Validação:					
Site  Validação:		© Fênix Softwares Públicos - www.fenix.com.br Usuário: SISTEMA			Saldo Liquidado: <b>48.748.575,82</b>

<b>Certificado:</b>		
Certificamos para fins de Direito que os materiais descritos foram entregues e por nós aceitos em perfeitas condições.		
Liquidante:	Atestador:	
Visto do responsável pela contabilidade:  ENEDINO PEREIRA NETO CONTADOR/CRC - 557 - TO	Visto do controle interno:  JOSEILTON GONÇALVES DOS SANTOS DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO	Visto do Ordenador da despesa:  CARLOS EDUARDO GABAS Secretário Executivo

Tipo: 04- DESPESAS A PAGAR (Pagamento)				Nº. Processo: 000076 / 2020		Exercício: 2020		Nº Empenho: 097004		Nº da Op: 099002	
Unidade Orçamentária ou Unidade Administrativa Emitente: 01 - SECRETARIA EXECUTIVA								Data de inscrição: 06/04/2020		Data de emissão: 08/04/2020	
Função: 10		Subfunção: 305		Programa: 0245		Seq-Tipo: 1-001		Ação: Prevenção e à garantia de assistência à saúde, combate a pandemia de COVID-19			
Natureza da Despesa: 4.4.90.30.00.00 -Material de Consumo						SubAção:		Descrição:			
Subelemento (STN): 00-Sem desdobramento						Subelemento (TC): 0000000000-					
Credor: HEMPCARE PHARMA REPRESENTACOES LTDA								Visto do controle interno: JOSEILTON GONÇALVES DOS SANTOS DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO			
CNPJ: 34.049.323/0001-91		CPF:		Inscrição Estadual:							
Endereço: AV BR DE MELGACO, 565				Telefone: (11) 3326-2296							
Cidade: SAO PAULO				Cep: 05684-030		UF: SP					
HISTÓRICO DA OPERAÇÃO: PROVENIENTE DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES A SEREM ADQUIRIDOS (300 VENTILADORES AV 2000B3), OBJETIVANDO A PROMOÇÃO E A GARANTIA DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DA POPULAÇÃO DOS ESTADOS CONSORCIADOS , EM DECORRÊNCIA DA PANDEMIA DE COVID-19.											
Nº Documentos:				Movimentação da OP: Valor Bruto da OP 14.574.695,02							
Nº Liquidação: 097003											
Movimentação do Crédito											
Valor do Crédito: 48.748.575,82											
Saldo Anterior: 14.574.695,02											
Despesa desta O.P.: 14.574.695,02											
Saldo Atual: 0,00				Líquido : 14.574.695,02							
Fonte de Recursos: 520 Outras Transferências de Convênios ou Contra 4.574.695,02											
Valor Liquido a Pagar: 14.574.695,02 ( catorze milhões, quinhentos e setenta e quatro mil e seiscentos e noventa e cinco reais, dois centavos )											
Consórcio Nordeste em 8 de abril de 2020											
© Fênix Softwares Públicos - www.fenix.com.br						Débitos		Usuário: SISTEMA			
Banco/Caixa BANCO DO BRASIL S/A		Conta 90.000-1		Verba Vinculo GERAL		Nº Documento 000004/Out14.574.695,02		Valor Banco/Caixa		Conta Verba Vinculo Nº Documento Valor	
Crédito: Tipo: Banco: -				Agência: Conta: Variação:							
Visto Secretário:				Pague-se: CARLOS EDUARDO GABAS Secretário Executivo				Visto do responsável pela contabilidade: ENEDINO PEREIRA NETO CONTADOR			





Tipo: 04- DESPESAS A PAGAR (Pagamento)		Nº. Processo: 000076 / 2020		Exercício: 2020		Nº Empenho: 097004		Nº da Op: 099001	
Unidade Orçamentária ou Unidade Administrativa Emitente: 01 - SECRETARIA EXECUTIVA						Data de inscrição: 06/04/2020		Data de emissão: 08/04/2020	
Função: 10	Subfunção: 305	Programa: 0245	Seq-Tipo: 1-001	Ação: Prevenção e à garantia de assistência à saúde, combate a pandemia de COVID-19					
Natureza da Despesa: 4.4.90.30.00.00 -Material de Consumo				SubAção:		Descrição:			
Subelemento (STN): 00-Sem desdobramento				Subelemento (TC): 0000000000-					
Credor: <b>HEMPCARE PHARMA REPRESENTACOES LTDA</b>						Visto do controle interno:          <b>JOSEILTON GONÇALVES DOS SANTOS</b> DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO			
CNPJ: 34.049.323/0001-91		CPF:		Inscrição Estadual:					
Endereço: AV BR DE MELGACO, 565		Telefone: (11) 3326-2296							
Cidade: SAO PAULO		Cep: 05684-030		UF: SP					
HISTÓRICO DA OPERAÇÃO: PROVENIENTE DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES A SEREM ADQUIRIDOS (300 VENTILADORES AV 2000B3), OBJETIVANDO A PROMOÇÃO E A GARANTIA DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DA POPULAÇÃO DOS ESTADOS CONSORCIADOS , EM DECORRÊNCIA DA PANDEMIA DE COVID-19.									
Nº Documentos:		Movimentação da OP: <b>Valor Bruto da OP 34.173.880,80</b>							
Nº Liquidação: 097003									
<b>Movimentação do Crédito</b>									
Valor do Crédito:		<b>48.748.575,82</b>							
Saldo Anterior:		<b>48.748.575,82</b>							
Despesa desta O.P.:		<b>34.173.880,80</b>							
<b>Saldo Atual:</b>		<b>14.574.695,02</b> <b>Líquido : 34.173.880,80</b>							
Fonte de Recursos: 520		Outras Transferências de Convênios ou Contra 4.173.880,80							
Valor Líquido a Pagar:		<b>34.173.880,80</b> ( trinta e quatro milhões, cento e setenta e três mil e oitocentos e oitenta reais, oitenta centavos )							
		<b>Consórcio Nordeste em 8 de abril de 2020</b>							
© Fênix Softwares Públicos - www.fenix.com.br		Débitos		Usuário: SISTEMA					
Banco/Caixa BANCO DO BRASIL S/A	Conta 90.000-1	Verba Vínculo GERAL	Nº Documento 000004/Out	Valor 34.173.880,80	Banco/Caixa	Conta	Verba Vínculo	Nº Documento	Valor
Crédito: Tipo:		Banco: -		Agência:		Conta:		Variação:	
Visto Secretário:		Pague-se:		Visto do responsável pela contabilidade:					
		CARLOS EDUARDO GABAS Secretário Executivo		ENEDINO PEREIRA NETO CONTADOR					

Assinatura eletrônica: B01NVRDE NELETA091662/08/02/2020

**Data de Envio:**

14/04/2020 14:32:35

**De:**

CIDSNE/Gerência de Administração &lt;gerad@consorcionordeste.com&gt;

**Para:**

cristaddeo@me.com

**Assunto:**

contrato

**Mensagem:**

segue contrato

**Anexos:**

Contrato\_00017593264.pdf

Assinado eletronicamente por BONNARDEN, SELENA CESAR DE 06/06/2020 08:39

**DESPACHOS****DESPACHOS DO SENHOR GOVERNADOR DO ESTADO**

Em 13/04/2020

Processo SEI nº 083.7183.2018.0006124-10

Origem: Agência Estadual de Defesa Agropecuária da Bahia - ADAB/SEAGRI

Despacho: Autorizo.

Processo SEI nº 017.10719.2020.0000470-59

Órgão: Secretaria da Educação, Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social, Secretaria de Desenvolvimento Rural, Secretaria da Saúde, Secretaria de Relações Institucionais e Secretaria de Comunicação Social.

Objeto: Suplementação de Crédito.

Despacho: Autorizo. Para efeito do que dispõe o art. 62, inciso III, da Lei nº 2.322/66, com a redação da Lei nº 2.588/68, considero de interesse público a despesa decorrente da suplementação solicitada neste processo.

**GABINETE DO GOVERNADOR****PORTARIA Nº 07/CIDSN/SE**

Brasília/DF., 13 de abril de 2020.

O SECRETÁRIO EXECUTIVO DO CONSÓRCIO INTERESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO NORDESTE - CONSÓRCIO NORDESTE, no uso de suas atribuições e tendo em vista a competência delegada no art. 39, inciso XV, do Estatuto do Consórcio,

**RESOLVE**

nomear JESIEL SOARES DA SILVA, CPF nº 288.049.291-20, Gerente de Finanças da Diretoria Administrativa Financeira, da Secretaria Executiva, do Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste, nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/93, para atuar como Fiscal do Contrato Administrativo nº 05/2020, firmado com a empresa HEMPCARE PHARMA REPRESENTAÇÕES LTDA, que tem como objeto o fornecimento de 300 (trezentos) ventiladores pulmonares.

**CARLOS EDUARDO GABAS**

Secretário Executivo do Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste - Consórcio Nordeste

www.egba.ba.gov.br ISO 9001 • ISO/IEC 20000-1 | CERTIFICADA DESDE 2002

**SERVIÇOS GRÁFICOS**Impressão digital e com dados variáveis  
Impressão offset - rotativa e plana

Melhores preços, melhor qualidade



Agende seu atendimento de forma rápida e fácil | Sede Egba: 71 3116 2837 | Posto SAC: 3117 8413

www.egba.ba.gov.br ISO 9001 • ISO/IEC 20000-1 | CERTIFICADA DESDE 2002

**GESTÃO DOCUMENTAL**Digitalização, microfilmagem e  
guarda de documentos

Melhores preços, melhor qualidade



Agende seu atendimento de forma rápida e fácil | Sede Egba: 71 3116 2856 | 2892 | 3117 2535

www.egba.ba.gov.br ISO 9001 • ISO/IEC 20000-1 | CERTIFICADA DESDE 2002

**CERTIFICAÇÃO DIGITAL**

SAC Shopping da Bahia, Posto 3: 71 3117 8413



TRANSPARÊNCIA NA PUBLICAÇÃO DE ATOS OFICIAIS

Acesse:



Melhores preços,

melhor qualidade

Agende seu atendimento  
de forma rápida e fácil**• DIÁRIO OFICIAL | PUBLICA BAHIA**Publicações oficiais para câmaras e prefeituras  
baianas, com baixo custo e segurança**Agendamento:**

Sede Egba:

71 3116 2865 | 2133

SAC Shopping da Bahia, Posto 3:

71 3117 8413

www.egba.ba.gov.br



**GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA**  
Consortio Nordeste

## **AUTORIZAÇÃO**

### **AUTORIZAÇÃO PARA RETIRADA DE VENTILADORES PULMONAR**

#### **ESTADO DA PARAÍBA**

**Ref.: VÍNCULADA AO CONTRATO DE FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS PARA UNIDADES DE TERAPIA INTENSIVA, REALIZADO NOS TERMOS DO ARTIGO 4º DA LEI FEDERAL Nº 13.979/2020.**

**O CONSÓRCIO INTERESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO NORDESTE – CONSÓRCIO NORDESTE** (CNPJ/ME nº 34.304.033/0001-47), autoriza expressamente o Estado do(a) da **PARAÍBA**, representado por seu(ua) Técnico Administrativo GIRLANDO GOMES DA SILVA, matrícula 178.784-5, a retirar 30 (trinta) Ventiladores AV-2000B3 de UTI portátil elétrico ICU com compressor de ar NCM 9022901 (Ventiladores), os quais foram adquiridos pelo Consórcio da empresa **HEMPCARE PHARMA REPRESENTAÇÕES LTDA (CNPJ 34.049.323/0001-91)**, no Armazém situado na Avenida Marechal Mascarenhas de Moraes, 5855, Galpão 02 – Recife – PE, Cep: 51210-001 – Terminal de Cargas localizado no Aeroporto do Recife-PE.

Após a retirada do equipamento, o Estado Membro passará a ser inteiramente por ele responsável, podendo, ainda, fazer uso da garantia ofertada pela HEMPCARE nos termos do contrato firmado com o Consórcio.

**RUI COSTA DOS SANTOS**

**PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO**

Notícia de Fato 001.2020.008756

Documento 2020/0000589278 criado em 09/06/2020 às 08:39

Autorização CIDSNE/PRESID/SE/DIRAF/GERAD 00017753716

SEI 200.13105.2020.0000001-13 / pg. 92





Documento assinado eletronicamente por **Rui Costa dos Santos, Governador**, em 17/04/2020, às 19:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do [Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://seibahia.ba.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://seibahia.ba.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **00017753716** e o código CRC **59E2C1A1**.

Referência: Processo nº 200.13105.2020.0000001-13

SEI nº 00017753716

Assinado eletronicamente por Rui Costa dos Santos, Governador, em 17/04/2020 às 19:54

**Data de Envio:**

15/04/2020 14:26:18

**De:**

CIDSNE/Gerência de Administração <gerad@consorcionordeste.com>

**Para:**

jesiel.soares@consorcionordeste.com

**Assunto:**

portaria publicada

**Mensagem:**

Segue a Portaria de Fiscal de Contrato publicada.

Valderir

**Anexos:**

Portaria\_00017739119\_NOMEACAO\_DE\_FISCAL\_DE\_CONTRATO\_PDF.pdf

Assinado eletronicamente por BONDARENSELENA em 06/05/2020 08:39

**Data de Envio:**

15/04/2020 14:27:10

**De:**

CIDSNE/Gerência de Administração <gerad@consorcionordeste.com>

**Para:**

jesiel.soares@consorcionordeste.com

**Assunto:**

Portaria

**Mensagem:**

Segue a Portaria de Fiscal de Contrato assinada.

Valderir

**Anexos:**

Portaria\_00017669825.pdf

Assinado eletronicamente por: B01NWRD0N-SEI/06/06/2020 08:39

**GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA**  
Consortio Nordeste

**AUTORIZAÇÃO**

**AUTORIZAÇÃO PARA RETIRADA DE VENTILADORES PULMONAR  
ESTADO DE ALAGOAS**

**Ref.: VÍNCULADA AO CONTRATO DE FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS  
MÉDICOS PARA UNIDADES DE TERAPIA INTENSIVA, REALIZADO NOS TERMOS DO  
ARTIGO 4º DA LEI FEDERAL Nº 13.979/2020.**

**O CONSÓRCIO INTERESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO  
NORDESTE – CONSÓRCIO NORDESTE (CNPJ/ME nº 34.304.033/0001-47), autoriza  
expressamente o Estado do(a) de **ALAGOAS**, representado por seu(ua) Assessor Técnico de  
Serviços Gerais NELSON MARQUES DA SILVA FILHO, CPF Nº 345.077.364-04 e por JOSÉ  
JEDSON DOS SANTOS, CPF Nº 091.762.584-67, a retirar 30 (trinta) Ventiladores AV-2000B3 de  
UTI portátil elétrico ICU com compressor de ar NCM 9022901 (Ventiladores), os quais foram  
adquiridos pelo Consórcio da empresa **HEMPCARE PHARMA REPRESENTAÇÕES LTDA  
(CNPJ 34.049.323/0001-91)**, no Armazém situado na Avenida Marechal Mascarenhas de  
Moraes, 5855, Galpão 02 – Recife – PE, Cep: 51210-001 – Terminal de Cargas localizado no  
Aeroporto do Recife-PE.**

Após a retirada do equipamento, o Estado Membro passará a ser inteiramente  
por ele responsável, podendo, ainda, fazer uso da garantia ofertada pela HEMPCARE nos  
termos do contrato firmado com o Consórcio.

**RUI COSTA DOS SANTOS**  
PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO  
SUSTENTÁVEL DO NORDESTE

Assinatura eletrônica de Rui Costa dos Santos em 09/06/2020 às 08:39





Documento assinado eletronicamente por **Rui Costa dos Santos, Governador**, em 17/04/2020, às 19:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do [Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://seibahia.ba.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://seibahia.ba.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **00017783020** e o código CRC **A1A0F9CD**.

Referência: Processo nº 200.13105.2020.0000001-13

SEI nº 00017783020

Assinado eletronicamente por Rui Costa dos Santos, Governador, em 17/04/2020 às 19:56

**GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA**  
Consortio Nordeste

**AUTORIZAÇÃO**

**AUTORIZAÇÃO PARA RETIRADA DE VENTILADORES PULMONAR  
ESTADO DE SERGIPE**

**Ref.: VÍNCULADA AO CONTRATO DE FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS  
MÉDICOS PARA UNIDADES DE TERAPIA INTENSIVA, REALIZADO NOS TERMOS DO  
ARTIGO 4º DA LEI FEDERAL Nº 13.979/2020.**

**O CONSÓRCIO INTERESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO  
NORDESTE – CONSÓRCIO NORDESTE (CNPJ/ME nº 34.304.033/0001-47), autoriza  
expressamente o Estado do(a) de **SERGIPE**, representado por seu(ua) 2º Tenente  
GILBERTO VIEIRA SANTOS FILHO, CPF Nº 486.332.285-87, telefone 79 – 99921-1653 e por  
LENDIR DOS SANTOS MOTA, CPF Nº 379.704.105-53, a retirar 30 (trinta) Ventiladores AV-  
2000B3 de UTI portátil elétrico ICU com compressor de ar NCM 9022901 (Ventiladores), os  
quais foram adquiridos pelo Consórcio da empresa **HEMPCARE PHARMA  
REPRESENTAÇÕES LTDA (CNPJ 34.049.323/0001-91)**, no Armazém situado na Avenida  
Marechal Mascarenhas de Moraes, 5855, Galpão 02 – Recife – PE, Cep: 51210-001 – Terminal  
de Cargas localizado no Aeroporto do Recife-PE.**

Após a retirada do equipamento, o Estado Membro passará a ser inteiramente  
por ele responsável, podendo, ainda, fazer uso da garantia ofertada pela HEMPCARE nos  
termos do contrato firmado com o Consórcio.

**RUI COSTA DOS SANTOS**  
PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO  
SUSTENTÁVEL DO NORDESTE

Assinatura eletrônica de Rui Costa dos Santos, 09/06/2020 às 08:39



Documento assinado eletronicamente por **Rui Costa dos Santos, Governador**, em 17/04/2020, às 19:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do [Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://seibahia.ba.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://seibahia.ba.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **00017783439** e o código CRC **F70012E1**.

Referência: Processo nº 200.13105.2020.0000001-13

SEI nº 00017783439

Assinado eletronicamente por Rui Costa dos Santos, Governador, em 17/04/2020 às 19:57

**GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA**  
Consortio Nordeste

**AUTORIZAÇÃO**

**AUTORIZAÇÃO PARA RETIRADA DE VENTILADORES PULMONAR**

**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**

**Ref.: VÍNCULADA AO CONTRATO DE FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS PARA UNIDADES DE TERAPIA INTENSIVA, REALIZADO NOS TERMOS DO ARTIGO 4º DA LEI FEDERAL Nº 13.979/2020.**

**O CONSÓRCIO INTERESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO NORDESTE – CONSÓRCIO NORDESTE** (CNPJ/ME nº 34.304.033/0001-47), autoriza expressamente o Estado do(a) do **RIO GRANDE DO NORTE**, representado por seu(ua) Chefe do Grupo Auxiliar de Patrimônio da Secretaria de Estado da Saúde Pública, PAULO PIRES CUNHA, CPF Nº 566.796.618-20 e RG Nº 003.979.415, Matrícula 190.941-0, Telefone nº (84) 98847-5033, a retirar 30 (trinta) Ventiladores AV-2000B3 de UTI portátil elétrico ICU com compressor de ar NCM 9022901 (Ventiladores), os quais foram adquiridos pelo Consórcio da empresa **HEMPCARE PHARMA REPRESENTAÇÕES LTDA (CNPJ 34.049.323/0001-91)**, no Armazém situado na Avenida Marechal Mascarenhas de Moraes, 5855, Galpão 02 – Recife – PE, Cep: 51210-001 – Terminal de Cargas localizado no Aeroporto do Recife-PE.

Após a retirada do equipamento, o Estado Membro passará a ser inteiramente por ele responsável, podendo, ainda, fazer uso da garantia ofertada pela HEMPCARE nos termos do contrato firmado com o Consórcio.

**RUI COSTA DOS SANTOS**

**PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO  
SUSTENTÁVEL DO NORDESTE**

Assinatura eletrônica de Paulo Pires Cunha, CPF 566.796.618-20, RG 003.979.415, Matrícula 190.941-0, Telefone (84) 98847-5033, em 09/06/2020 às 08:39.





Documento assinado eletronicamente por **Rui Costa dos Santos, Governador**, em 17/04/2020, às 19:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do [Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://seibahia.ba.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://seibahia.ba.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **00017853090** e o código CRC **8E010FAB**.

Referência: Processo nº 200.13105.2020.0000001-13

SEI nº 00017853090

Assinado eletronicamente por Rui Costa dos Santos, Governador, em 17/04/2020 às 19:58

**GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA**  
Consortio Nordeste

**AUTORIZAÇÃO**

**AUTORIZAÇÃO PARA RETIRADA DE VENTILADORES PULMONAR  
ESTADO DO MARANHÃO**

**Ref.: VÍNCULADA AO CONTRATO DE FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS  
MÉDICOS PARA UNIDADES DE TERAPIA INTENSIVA, REALIZADO NOS TERMOS DO  
ARTIGO 4º DA LEI FEDERAL Nº 13.979/2020.**

O **CONSÓRCIO INTERESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO NORDESTE – CONSÓRCIO NORDESTE** (CNPJ/ME nº 34.304.033/0001-47), autoriza expressamente o Estado do(a) do **MARANHÃO**, representado por seu(ua) **CRISTIANE BRAGA ARAÚJO**, Identidade nº 1.998.692-0, a retirar 30 (trinta) Ventiladores AV-2000B3 de UTI portátil elétrico ICU com compressor de ar NCM 9022901 (Ventiladores), os quais foram adquiridos pelo Consórcio da empresa **HEMPCARE PHARMA REPRESENTAÇÕES LTDA (CNPJ 34.049.323/0001-91)**, no Armazém situado na Avenida Marechal Mascarenhas de Moraes, 5855, Galpão 02 – Recife – PE, Cep: 51210-001 – Terminal de Cargas localizado no Aeroporto do Recife-PE.

Após a retirada do equipamento, o Estado Membro passará a ser inteiramente por ele responsável, podendo, ainda, fazer uso da garantia ofertada pela **HEMPCARE** nos termos do contrato firmado com o Consórcio.

**RUI COSTA DOS SANTOS**  
PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO  
SUSTENTÁVEL DO NORDESTE

Assinatura eletrônica de RUI COSTA DOS SANTOS em 09/06/2020 às 08:39



Documento assinado eletronicamente por **Rui Costa dos Santos, Governador**, em 17/04/2020, às 19:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do [Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://seibahia.ba.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://seibahia.ba.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **00017853219** e o código CRC **4A838BC2**.

Referência: Processo nº 200.13105.2020.0000001-13

SEI nº 00017853219

Assinado eletronicamente por Rui Costa dos Santos, Governador, em 17/04/2020 às 19:59

**GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA**  
**CONSORCIO NORDESTE - CIDSNE**  
**GERÊNCIA DE FINANÇAS - CIDSNE/PRESID/SE/DIRAF/GERFIN**

Ofício nº 042/2020 - CIDSNE/PRESID/SE/DIRAF/GERFIN

Salvador/BA, 27 de abril de 2020.

Ilma. Senhora

CRISTIANA PRESTES TADDEO

Representante da Empresa **HEMPCARE PHARMA REPRESENTAÇÕES LTDA**

Rua Barão de Melgaço, nº 565, apto. 73A, Real Parque

São Paulo – SP - CEP 05684-030

Senhora Representante,

Refiro-me ao Contrato Administrativo nº 05/2020 firmado entre o Consórcio Nordeste e essa Empresa que tem como objeto o fornecimento de 300 (trezentos) Ventiladores AV-2000B3 de UTI portátil elétrico ICU com compressor de ar NCM 9022901.

Conforme disposição contratual prevista na cláusula segunda, item 2.4.1 a previsão do embarque dos equipamentos conta com a seguinte programação:

Remessa	DATA	QUANTIDADE
Remessa 1	18/04/2020	150
Remessa 2	23/04/2020	150

Dessa forma, levando em consideração que o prazo para a remessa dos equipamentos encontra-se expirado e tendo em vista a grande solicitação de informações requeridas pelos Estados Membros do Consórcio quanto à entrega dos equipamentos, dirijo-me a Vossa Senhoria solicitando informar qual a data prevista para a chegada dos mesmos.

Aproveito para solicitar confirmação de Vossa Senhoria se permanece a entrega dos equipamentos no Aeroporto de Recife-PE, no endereço do galpão da importadora, situado na Avenida Marechal Mascarenhas de Moraes, 5855, Galpão 02 – Recife – PE, Cep: 51210-001 – Terminal de Cargas Aeroporto de Recife.

Na oportunidade aproveito para solicitar o envio da Garantia Contratual prevista na Cláusula Sétima do Contrato que se trata da contratação de Seguro Intermodal Internacional de Bens Responsabilidade da Operação de transporte ROTR-VI (*Insurance Incoterms All risks*), contratado pela seguradora e emitida no momento do embarque dos equipamentos, que tem como objeto assegurar a entrega dos Ventiladores ao **CONTRATANTE**.

Certo da compreensão ficamos no aguardo do posicionamento oficial dessa empresa para que possamos repassar para conhecimento dos Estados Membros.

**ATENCIOSAMENTE,**

Notícia de Fato 001.2020.008756

Documento 2020/0000589278 criado em 09/06/2020 às 08:39

Assinatura eletrônica emitida em 09/06/2020 às 08:39 por CIDSNE/PRESID/SE/DIRAF/GERFIN 00018044112



JESIEL SOARES DA SILVA

Gerente de Finanças  
Fiscal do Contrato Nº 05/2020



Documento assinado eletronicamente por **Jesiel Soares, Gerente Financeiro**, em 27/04/2020, às 10:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do [Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://seibahia.ba.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://seibahia.ba.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **00018044112** e o código CRC **758CAC45**.

Referência: Processo nº 200.13105.2020.0000001-13

SEI nº 00018044112

Assinado eletronicamente por: JESIEL SOARES DA SILVA em 27/04/2020 às 10:33

**Data de Envio:**

27/04/2020 10:35:12

**De:**

CIDSNE/Gerência de Finanças &lt;gerfin@consorcionordeste.com&gt;

**Para:**

cristaddeo@me.com

**Assunto:**

AQUISIÇÃO DE 300 VENTILADORES

**Mensagem:**

Segue para conhecimento e manifestação.

**Anexos:**

Oficio\_00018044112.pdf

Assinado eletronicamente por BONNARDEN, SELENA CESAR DE 09/06/2020 08:39

**GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA**  
**CONSORCIO NORDESTE - CIDSNE**  
**DIRETORIA ADMINISTRATIVA FINANCEIRA - CIDSNE/PRESID/SE/DIRAF**

<b>PROCESSO:</b>	200.13105.2020.0000001-13
<b>OBJETO:</b>	Aquisição de 300 ventiladores pulmonares
<b>ÓRGÃO INTERESSADO:</b>	CONSORCIO NORDESTE

## DESPACHO

Considerando que o processo em tela atualmente encontra-se na fase de entrega dos equipamentos contratados, encaminhe-se ao Fiscal do Contrato designado pela Portaria CIDSNE/SE Nº 07, de 14/02/2020, para que exerça correspondentes atribuições portariadas e regimentais.

À GERFIN, em prosseguimento.



Documento assinado eletronicamente por **Joseilton Santos, Diretor Administrativo e Finanças**, em 28/04/2020, às 13:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do [Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://seibahia.ba.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://seibahia.ba.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **00018094707** e o código CRC **D46B762E**.

Referência: Processo nº 200.13105.2020.0000001-13

SEI nº 00018094707

Assinatura eletrônica de Joseilton Santos, Diretor Administrativo e Finanças, em 28/04/2020, às 13:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014.



São Paulo/SP, 29 de abril de 2020.

Ao

**CONSÓRCIO INTERESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO  
SUSTENTÁVEL DO NORDESTE – CONSÓRCIO NORDESTE**

Avenida 03, Plataforma IV, Ala Sul, nº 390, centro administrativo da Bahia,  
Salvador – BA, CEP 40.301-155

E-mail: carlos.gabas@consorcionordeste.com

*Enviada correio eletrônico (e-mail).*

**Att.:** Sr. Governador do Estado da Bahia, Rui Costa e Sr.  
Secretário Executivo do Consórcio, Sr. Carlos Gabas

**Ref.: Contrato Administrativo 5/2020.** Resposta ao  
Ofício nº 042/2020 -  
CIDSNE/PRESID/SE/DIRAF/GERFIN

Prezados Senhores,

acusamos o recebimento do Ofício nº 042/2020 -  
CIDSNE/PRESID/SE/DIRAF/GERFIN, enviado pelo **CONSÓRCIO** à  
**HEMPCARE** no bojo do contrato administrativo nº 5/2020, no dia 27 de  
abril de 2020.

Assinatura eletrônica de Rui Costa, Secretário Executivo do Consórcio Nordeste, em 06/05/2020



Em referido ofício V. Sas. pedem **(i)** informações oficiais acerca da remessa dos ventiladores pulmonares, anteriormente prevista para sair da China no dia 25 de abril de 2020 **e (ii)** o envio da “*Garantia Contratual prevista na Cláusula Sétima do Contrato que se trata da contratação de Seguro Intermodal Internacional de Bens Responsabilidade da Operação de transporte ROTR-VI (Insurance Incoterms All risks)*”.

Sobre o primeiro ponto, importante destacar que em razão da crise global vivenciada em decorrência da pandemia de COVID-19 [situação sem precedentes na história], a **HEMPCARE** vem enfrentando importantes dificuldades operacionais, as quais eram absolutamente imprevisíveis até o presente momento. Dentre tais dificuldade a mais relevante se mostrou a necessidade de realização de testes nos equipamentos, com vistas a evitar/prevenir falhas técnicas.

Em razão de tais dificuldades, a HEMPCARE agendou duas datas para a data da remessa dos ventilares pulmonares, uma no dia **1º de maio de 2020** e outra no dia **2 de maio de 2020** – em uma destas datas será realizado o embarque dos ventiladores pulmonares no aeroporto de Guangzhou-Guangdong [China].

Destaque-se que a rota de entrega dos produtos será Guangdong [China] → Cidade de Luxemburgo [Luxemburgo] → São Paulo, Aeroporto de Guarulhos [São Paulo, Brasil]. Após a chegada no Aeroporto de Guarulhos em São Paulo os Ventiladores serão remetidos para os Aeroportos de cada um dos Estados membros do **CONSÓRCIO**, na proporção anteriormente determinada por V. Sas.

Ainda, em razão da boa-fé com sempre pauta suas atitudes, em especial no que diz respeito ao contrato administrativo em questão, o **HEMPCARE** entregará 30 (trinta) ventiladores pulmonares extras ao consórcio (10% dos ventiladores pulmonares contratados), como forma de pagamento da multa contratual, evitando qualquer prejuízo decorrente do atraso na remessa dos equipamentos da China.



## H E M P C A R E

Por fim, no que diz respeito ao segundo questionamento de V. Sas., a **HEMPCARE** informa que a apólice do Seguro Intermodal Internacional de Bens Responsabilidade da Operação de transporte ROTR-VI (*Insurance Incoterms All risks*) somente é emitida no dia do embarque dos equipamentos. Sendo que a solicitação é formulada dois antes do embarque, de modo que a **HEMPCARE** fará a referida solicitação no dia de hoje junto à seguradora CHUBB (<https://www.chubb.com/br-pt/>).

Isso é praxe no mercado internacional e se justifica pelo fato de que o custo do seguro é calculado por dia de vigência, razão pela qual adotou-se o padrão de que a emissão seja feita no dia do embarque dos produtos segurados.

Assim, tão logo tenha sido emitida a referida apólice, a **HEMPCARE** enviará uma cópia à V. Sas.

Diante de todo o exposto, em resposta ao Ofício nº 042/2020 - CIDSNE/PRESID/SE/DIRAF/GERFIN, serve a presente para comunicar V. Sas. de que:

- i) A remessa dos ventilares pulmonares foi adiada e será realizada ou dia **1º de maio de 2020** ou no dia **2 de maio de 2020**, data em que será realizado o embarque dos ventiladores pulmonares no aeroporto de Guangzhou-Guangdong [China];
- ii) a **HEMPCARE** entregará 30 (trinta) ventiladores pulmonares *extras* ao consórcio (10% dos ventiladores pulmonares contratados), como forma de pagamento da multa contratual, evitando qualquer prejuízo decorrente do atraso na remessa dos equipamentos da china;
- iii) a rota de entrega dos ventiladores pulmonares será Guangdong [China] → Cidade de Luxemburgo [Luxemburgo] → São Paulo, Aeroporto de Guarulhos [São Paulo, Brasil]. Após a chegada no Aeroporto de Guarulhos em São Paulo os Ventiladores serão remetidos para os Aeroportos de cada um dos Estados membros do **CONSÓRCIO**, na proporção anteriormente determinada por V. Sas.;
- iv) A apólice do Seguro Intermodal Internacional de Bens

Assinatura do representante legal: B00NVRDQNEI6rA09r06CZ0202020



H E M P C A R E

Responsabilidade da Operação de transporte ROTR-VI (*Insurance Incoterms All risks*) somente é emitida no dia do embarque dos equipamentos, momento em que será enviada a V. Sas.

Sendo só para o momento, subscrevemo-nos.

**HEMPCARE PHARMA REPRESENTAÇÕES LTDA**  
(por Cristiana Prestes Taddeo)

Assinatura eletrônica de Cristiana Prestes Taddeo em 09/06/2020 às 08:39

**Data de Envio:**

30/04/2020 20:52:31

**De:**

CIDSNE/Gerência de Administração <gerad@consorcionordeste.com>

**Para:**

yara-acc@brc.go.gov.br

**Assunto:**

parecer juridico

**Mensagem:**

Segue conforme solicitado.

valderir

**Anexos:**

Parecer\_00017556400\_Parecer\_RJOTF\_10\_2020.pdf

Assinado eletronicamente por BONNARDEN, ELLEN ACOSTA em 06/05/2020





São Paulo/SP, 02 de maio de 2020.

Ao

**CONSÓRCIO INTERESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO  
SUSTENTÁVEL DO NORDESTE – CONSÓRCIO NORDESTE**

Avenida 03, Plataforma IV, Ala Sul, nº 390, centro administrativo da Bahia,  
Salvador – BA, CEP 40.301-155

E-mail: carlos.gabas@consorcionordeste.com

*Enviada correio eletrônico (e-mail).*

**Att.:** Sr. Governador do Estado da Bahia, Rui Costa e Sr.  
Secretário Executivo do Consórcio, Carlos Gabas

**Ref.: Contrato Administrativo 5/2020.** Comunicação  
acerca das informações enviada pelo fornecedora chinesa  
sobre a data de embarque dos ventiladores pulmonares.

---

Prezados Senhores,

tal como informado no ofício enviado no dia 29 de abril de 2020, o embarque dos ventiladores pulmonares no aeroporto de Guangzhou-Guangdong [China] estava programado para o dia de hoje, 02 de maio de 2020.

Referida data já levava em consideração a necessidade de substituição das válvulas pneumáticas dos aparelhos [**anexo 1**], entretanto fomos informados pelo fornecedor chinês que as válvulas de reposição adquiridas por eles foram enviadas para um modelo diferente de ventiladores pulmonar, o que impossibilitou o reparo a tempo da remessa [**anexo 2**].

Assinatura eletrônica enviada por CONSÓRCIO NORDESTE em 02/05/2020



H E M P C A R E

Conforme comunicação oficial do fornecedor chinês, a nova substituição das referidas válvulas levará 5 (cinco) dias úteis, sendo que os ventiladores estarão prontos para embarque na próxima sexta-feira, dia 8 de maio de 2020.

Destaque-se que, nos termos do anexo 2, o fornecedor chinês cobrou um valor expressivo pela substituição das referidas válvulas, **sendo certo que a HEMPCARE arcará com 100% (cem por cento) deste custo, sem qualquer pedido de aditivo contratual ou reequilíbrio econômico-financeiro.**

Diante do exposto, em resposta serve o presente para comunicar V. Sas. de que:

- i) A remessa dos ventiladores pulmonares foi adiada devido às informações que constam nos laudos enviados pela fornecedora chinesa [anexos 1 e 2], e será realizada no dia **8 de maio de 2020** data em que será realizado o embarque dos ventiladores pulmonares no aeroporto de Guangzhou-Guangdong [China]
- ii) Tal como informado no último ofício, datado de 29 de abril de 2020, a **HEMPCARE** entregará 30 (trinta) ventiladores pulmonares *extras* ao consórcio (10% dos ventiladores pulmonares contratados), como forma de pagamento da multa contratual, evitando qualquer prejuízo decorrente do atraso na remessa dos equipamentos da china;

Sendo só para o momento, subscrevemo-nos.

**HEMPCARE PHARMA REPRESENTAÇÕES LTDA**

(por Cristiana Prestes Taddeo)

Assinatura eletrônica enviada por HEMPCARE em 06/05/2020 às 14:02:02

**GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA**  
**CONSORCIO NORDESTE - CIDSNE**  
**GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO - CIDSNE/PRESID/SE/DIRAF/GERAD**

<b>PROCESSO:</b>	200.13105.2020.0000001-13
<b>OBJETO:</b>	Aquisição de 300 ventiladores pulmonares
<b>ÓRGÃO INTERESSADO:</b>	Consórcio Nordeste

## DESPACHO

Ao fiscal de contrato em prosseguimento quanto ao recebimento dos materiais.



Documento assinado eletronicamente por **Valderir Claudino de Souza, Gerente Administrativo**, em 05/05/2020, às 10:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do [Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://seibahia.ba.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://seibahia.ba.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **00018253093** e o código CRC **D1D1A329**.

Referência: Processo nº 200.13105.2020.0000001-13

SEI nº 00018253093

Assinatura eletrônica por Valderir Claudino de Souza, Gerente Administrativo em 05/05/2020 às 10:37



Ofício 16|2020 – CISDN/PR

Nordeste do Brasil, 11 de maio de 2020.

À  
HEMPCARE PHARMA REPRESENTAÇÕES LTDA.  
Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 628, 4º andar, São Paulo-SP  
CNPJ/ME 34.049.323/0001-91

**Ref.: Extinção de contrato e solicitação de reembolso**

Prezado Senhor

Considerando o contrato celebrado entre o Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste – Consórcio Nordeste e esta empresa, em que se obrigava a entrega de 300 ventiladores pulmonares AV-200B3, no valor unitário de US\$ 28.900 no dia 22 de abril de 2019;

Considerando o não cumprimento do prazo estipulado para entrega, que foi prorrogado, por mera liberalidade do Consórcio e sem que tenha se afigurado tal prorrogação em novação contratual, para o dia 08 de maio de 2019;

Considerando que os produtos não foram recebidos pelo Consórcio na data acima, o que se confirma com a correspondência desta empresa informando a impossibilidade de cumprimento do contrato no dia estipulado;

Considerando que o não recebimento dos produtos enseja graves prejuízos à saúde pública dos Estados que compõem o referido Consórcio, podendo resultar em perdas de vidas pela ausência de equipamento essencial no tratamento de vítimas da COVID-19;

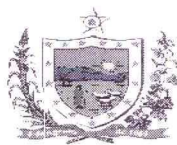
Considerando a impossibilidade de postergação da entrega do produto, tendo em vista a urgência da utilização dos equipamentos;

O Consórcio Nordeste considera rescindido unilateralmente o Contrato nº 05/2020, com fulcro nos arts. 78, I, 79, I e 80 da Lei 8.666/93, devendo esta empresa realizar a imediata devolução dos valores pagos pela aquisição dos equipamentos, por meio de depósito na conta de corrente nº **90.000-1**, da agência nº **3832-6**, do Banco do Brasil (001).

Atenciosamente,

  
**Rui Costa**  
**Presidente do Consórcio Nordeste**

*Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste*  
*- Consórcio Nordeste -*



*Somos todos*  
**PARAÍBA**  
Governo do Estado



**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**

**DESPACHO**

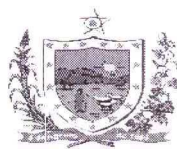
Considerando o ajuste a ser procedido no Sistema SIAF, como também no sistema contábil, encaminhamos os autos para cancelamento da Notas de Empenho nº - 7708/2020 e 07710/2020 emitidos para o **CONSÓRCIO NORDESTE** em 27/04/2020.

Tal providencia se faz necessária para a realização de lançamentos contábeis de ajuste, em observância ao Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) devendo posteriormente ser efetivada a reprogramação orçamentária na classificação **4.4.93.52 – Despesa de capital - Aplicação direta decorrente de operações de órgãos, fundos e entidades integrantes dos orçamentos fiscais e da seguridade social com Consórcio Público do qual o Ente Participe - Material Permanente.**

Atenciosamente,

*Girlando G. da Silva*  
**Girlando Gomes da Silva**  
Técnico Administrativo  
Mat. 178.784-5





*Somos todos*  
**PARAÍBA**  
Governo do Estado

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE



# ***NOTAS DE EMPENHO AJUSTE CONTÁBIL 4.4.93.52.00***

Assinatura eletrônica de Ronivaldo Nogueira de Sousa, 06/06/2020

Secretaria de Estado da Saúde



ESTADO DA PARAÍBA  
NOTA DE EMPENHO

NE

5 EXERCÍCIO  
2020

7 NÚMERO  
08233



01 ORGAO	
SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE	
UNIDADE GESTORA	13 CODIGO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE	250001

21 TIPO DE CREDITO	23 CREDITO ESPECIAL / EXTRAORDINARIO	23 FUNDO ESPECIAL
1 1 - CREDITO SUPLEMENTAR 2 - CREDITO 3 - CREDITO ORDINARIO 4 - CREDITO ESPECIAL	Situacao DECRETO N° 1	
35 U.O.	39 PROGRAMA DE TRABALHO	50 NATUREZA DA DESPESA
25101	10.302.5007.2950	44905200
58 F.R.	60 D.V.	61 IMPORTANCIA
110	02450	6.554.562,88

20 NOME DO CREDOR	22 CODIGO	CODIGO DO BANCO EN° C/C	
02 CONSORCIO NORDESTE	381752	001	000090000-1
ENDERECO (RUA, AVENIDA, PRAÇA, ETC)	NÚMERO	ANDAR, SALA, APTO°, ETC	
3 AVENIDA CTO ADM BAHIA			
Bairro ou Distrito	Cidade ou Município	U.F.	C.E.P.
CENTRO ADMINIST	SALVADOR	BA	41745005
		TELEFONE	

03	PROGRAMAÇÃO DE CAIXA				20	22	EFEITO
22	JANEIRO	37	FEVEREIRO	37	MARÇO		1 - OBRIGAÇÃO 2 - SUPLEMENTAÇÃO 3 - ANULAÇÃO PARCIAL 4 - ANULAÇÃO TOTAL
22	ABRIL	37	MAIO	37	JUNHO		
22	JULHO	37	AGOSTO	37	SETEMBRO		
22	OUTUBRO	37	NOVEMBRO	37	DEZEMBRO		
07					Nº DO EMPENHO A SUPLEMENTAR OU ANULAR	07710	
29	LICITAÇÃO				30		
1	1 - EXATANTE 2 - T. PREÇOS 3 - T. PREÇOS 4 - DISSIMULADA				30	4	
32	PROCESO Nº				270420502		

ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANT	PARCIAL	TOTAL
ANULACAO TOTAL, PARA PROVIDENCIAS, QUANTO AO AJUSTE PARA A CLASSIFICACAO 4.4.93.52.	UND	1,0	6554562,88	6554562,88
Total da Despesa:				6.554.562,88

CODATA

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA		PROGRAMAÇÃO TRIMESTRAL	
SALDO ANTERIOR	SALDO ATUAL	SALDO ANTERIOR	SALDO ATUAL
8.794.224,12	15.348.787,00	6.597.128,88	13.151.691,76
RESPONSÁVEL PELA EMISSÃO		AUTORIDADE ORDENADORA	
Flavio Marques Formiga		Codigo do Ordenador 247673	
		GERALDO ANTONIO DE MEDEIRO	
		43 DATA	
		04/05/2020	
ESPAÇO RESERVADO		ATESTO O RECEBIMENTO DO MATERIAL / PRESTAÇÃO DO SERVIÇO.	
		, EM / /	



# ESTADO DA PARAÍBA NOTA DE EMPENHO

# NE

5	EXERCÍCIO	7	NÚMERO
2020		08232	



ÓRGÃO	
SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE	
UNIDADE GESTORA	13
SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE	CÓDIGO
	250001

20	TIPO DE CRÉDITO	23	CRÉDITO ESPECIAL / EXTRAORDINÁRIO	23	FUNDO ESPECIAL
01	1	Situacao DECRETO Nº 1			
35	U.O.	39	PROGRAMA DE TRABALHO	60	NATUREZA DA DESPESA
25101		10.302.5007.2950		44905200	
58	F.R.	60	D.V.	61	IMPORTÂNCIA
290		04865			1.000.000,00

02	NOVE DO CREDOR	22	CÓDIGO	CÓDIGO DO BANCO/ENTRADA
	CONSORCIO NORDESTE	381752	001	000090000-1
ENDEREÇO (RUA, AVENIDA, PRAÇA, ETC)		NÚMERO		ANDAR, SALA, APTO, ETC
3 AVENIDA CTO ADM BAHIA				
BAIRRO OU DISTRITO		CIDADE OU MUNICÍPIO		U.F.
CENTRO ADMINIST		SALVADOR		BA
		C.E.P.		TELEFONE
		41745005		

03	PROGRAMAÇÃO DE CAIXA				20	22	EFEITO
	22	JANEIRO	37	FEVEREIRO	37	MARÇO	
	22	ABRIL	37	MAIO	37	JUNHO	
	22	JULHO	37	AGOSTO	37	SETEMBRO	
	22	OUTUBRO	37	NOVEMBRO	37	DEZEMBRO	
05					07	1 - OBRIGAÇÃO 2 - SUPLEMENTAÇÃO 3 - ANULAÇÃO PARCIAL 4 - ANULAÇÃO TOTAL	
06						23	Nº DO EMPENHO A - SUPLEMENTAÇÃO DE VALOR
						07708	
					29	LICITAÇÃO	
					1	1 - TOME 2 - TOME 3 - TOME 4 - TOME	30
						4	CÓDIGO DO EMPENHO DE VALOR
					32	PROCESSO Nº	
						270420502	

ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANT	PARCIAL	TOTAL
ANULACAO TOTAL, PARA PROVIDENCIAS, QUANTO AO AJUSTE PARA A CLASSIFICACAO 4.4.93.52.	UND	1,0	1000000,00	1000000,00
Total da Despesa:				1.000.000,00

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA		PROGRAMAÇÃO TRIMESTRAL	
SALDO ANTERIOR	SALDO ATUAL	SALDO ANTERIOR	SALDO ATUAL
0,00	1.000.000,00	1.000.000,00	2.000.000,00
RESPONSÁVEL PELA EMISSÃO		AUTORIDADE ORDENADORA	
Flavio Marques Formiga		Codigo do Ordenador 247673 GERALDO ANTONIO DE MEDEIRO	
		43 DATA	
		04/05/2020	
ESPAÇO RESERVADO		ATESTO O RECEBIMENTO DO MATERIAL / PRESTAÇÃO DO SERVIÇO.	

CODATA

Assinatura eletrônica emitida em 04/05/2020 às 14:32:00



<b>SIAF 4.0</b>		<b>GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA</b> CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO DA PARAÍBA SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA		<b>RO</b> <b>RESERVA</b> <b>ORÇAMENTÁRIA</b>		EXERCÍCIO <b>2020</b>	NUMERO DO DOCUMENTO <b>4117</b>
NOME DO ÓRGÃO <b>SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE</b>					CÓDIGO DA UG <b>250001</b>		
NOME DO CREDOR					CÓDIGO DO CREDOR <b>0</b>		
FINALIDADE <b>Processo 270420502 Reserva orçamentária &lt;BR&gt; para atender aquisição de equipamentos h</b> <b>&lt;BR&gt; ospitais (Respiradores Pulmonares) de &lt;BR&gt; stinados a unidades da rede estadual</b> <b>no &lt;BR&gt; enfrentamento da Covid-19.</b>							
NÚMERO DA RO ANULADA <b>4117</b>	MOVIMENTO <b>11</b>	DATA DA ATUALIZAÇÃO <b>06/05/2020</b>					
VALOR DA RESERVA <b>6.554.562,88</b>	VALOR ANULADO <b>0,00</b>	VALOR EMPENHADO <b>0,00</b>	SALDO RESERVA <b>6.554.562,88</b>				
DADOS DA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA <b>25101.10.302.5007.2950.00000000287.44935200.11000</b>						CÓDIGO REDUZIDO DA CLASSIFICAÇÃO <b>4879</b>	
<b>25101 - SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE</b> <b>10 - SAÚDE</b> <b>302 - ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIO</b> <b>5007 - SAUDE INTEGRAL</b> <b>350 - IMPLEMENTACAO DA ESTRUTURACAO ORGANIZACIONAL DA REDE ESTADUA</b> <b>44935200 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE</b> <b>11000 - REC VINCULADOS AO FUNDO ESTADUAL SAUDE</b>							
RESPONSÁVEL PELO CADASTRO <b>WILTON FERNANDES DE LIMA</b>							




Wilton Fernandes de Lima  
Chefe do Núcleo de Elaboração  
e Acompanhamento do Orçamento-SF  
Matrícula 176374-1

Assinatura eletrônica de Wilton Fernandes de Lima em 06/05/2020 às 10:02:02

<b>SIAF 4.0</b>		<b>GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA</b> CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO DA PARAÍBA SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA		<b>RO</b> <b>RESERVA</b> <b>ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>EXERCÍCIO</b>  <b>2020</b>	<b>NÚMERO DO DOCUMENTO</b>  <b>4118</b>
<b>NOME DO ÓRGÃO</b> <b>SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE</b>				<b>CÓDIGO DA UG</b> <b>250001</b>		
<b>NOME DO CREDOR</b>				<b>CÓDIGO DO CREDOR</b> <b>0</b>		
<b>FINALIDADE</b> <b>Processo 270420502 Reserva orçamentária &lt;BR&gt; para atender aquisição de equipamentos h</b> <b>&lt;BR&gt; ospitais (Respiradores Pulmonares) de &lt;BR&gt; stinados a unidades da rede estadual</b> <b>no &lt;BR&gt; enfrentamento da Covid-19.</b>						
<b>NÚMERO DA RO ANULADA</b> <b>4118</b>	<b>MOVIMENTO</b> <b>11</b>	<b>DATA DA ATUALIZAÇÃO</b> <b>06/05/2020</b>				
<b>VALOR DA RESERVA</b> <b>1.000.000,00</b>	<b>VALOR ANULADO</b> <b>0,00</b>	<b>VALOR EMPENHADO</b> <b>0,00</b>	<b>SALDO RESERVA</b> <b>1.000.000,00</b>			
<b>DADOS DA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA</b> <b>25101.10.302.5007.2950.00000000287.44935200.29000</b>						<b>CÓDIGO REDUZIDO DA CLASSIFICAÇÃO</b> <b>4881</b>
<b>25101 - SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE</b> <b>10 - SAÚDE</b> <b>302 - ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIO</b> <b>5007 - SAUDE INTEGRAL</b> <b>2950 - IMPLEMENTACAO DA ESTRUTURACAO ORGANIZACIONAL DA REDE ESTADUA</b> <b>44935200 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE</b> <b>29000 - RECURSOS DIVERSOS</b>						
<b>RESPONSÁVEL PELO CADASTRO</b> <b>WILTON FERNANDES DE LIMA</b>						



  
**Wilton Fernandes de Lima**  
 Chefe do Núcleo de Elaboração  
 e Acompanhamento do Orçamento -  
 Matrícula 172274-1

Assinatura eletrônica de Wilton Fernandes de Lima em 06/05/2020 às 14:02:02





# ESTADO DA PARAÍBA NOTA DE EMPENHO

# NE

5	EXERCÍCIO	7	NÚMERO
2020		08601	



ÓRGÃO		
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE		
UNIDADE GESTORA	13	CÓDIGO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE		250001

20	TIPO DE CRÉDITO	23	CRÉDITO ESPECIAL / EXTRAORDINÁRIO	23	FUNDO ESPECIAL						
01	1 1 - ORÇAMENTO SUPLEMENTAR 2 - RESERVA 3 - FUNDOS ESPECIAIS 4 - FUNDOS ESPECIAIS	Situacao SECRETO Nº 1									
35	U.O.	39	PROGRAMA DE TRABALHO	50	NATUREZA DA DESPESA	58	F.R.	60	D.V.	61	IMPORTÂNCIA
	25101		10.302.5007.2950		44935200		110		04879		6.554.562,88

21	NOME DO CREDOR	22	CÓDIGO	CÓDIGO DO BANCO	Nº CTG	
02	CONSORCIO NORDESTE	381752	001	000090000-1		
ENDEREÇO (RUA, AVENIDA, PRAÇA, ETC.)		NÚMERO		ANDAR, SALA, APTO, ETC		
3 AVENIDA CTO ADM BAHIA						
BAIRRO OU DISTRITO		CIDADE OU MUNICÍPIO		U.F.	C.E.P.	TELEFONE
CENTRO ADMINIST		SALVADOR		BA	41745005	

20	PROGRAMAÇÃO DE CAIXA				20	22	EFEITO	
03	20	JANEIRO	37	FEVEREIRO	37	MARÇO	1 - OBRIGAÇÃO 2 - SUPLEMENTAÇÃO 3 - ANULAÇÃO PARCIAL 4 - ANULAÇÃO TOTAL  Nº DO EMPENHO A SUPLEMENTAR OU ANULAR  20	
04	22	ABRIL	37	MAIO	37	JUNHO		
05	22	JULHO	37	AGOSTO	37	SETEMBRO		
06	22	OUTUBRO	37	NOVEMBRO	37	DEZEMBRO		
29							LICITAÇÃO	30
1							1 - OBRIGAÇÃO 2 - SUPLEMENTAÇÃO 3 - ANULAÇÃO PARCIAL 4 - ANULAÇÃO TOTAL	4
32							PRECISO	270420502

ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANT	PARCIAL	TOTAL
VALOR REFERENTE A TRANSFERENCIA DA COTA PARTE DO GOVERNO DO ESTADO DA PARAIBA, RELATIVA A COMPRA DE VENTILADORES PULMONARES, PELO CONSORCIO NORDESTE, PARA ENFRENTAMENTO DO ESTADO DE CALAMIDADE PUBLICA, DECORRENTE DA PANDEMIA DO CORONAVIRUS CONFORME P.F. No.229/2020	UND	1,0	6554562,88	6554562,88
Total da Despesa:				6.554.562,88

CODATA

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA		PROGRAMAÇÃO TRIMESTRAL	
SALDO ANTERIOR	SALDO ATUAL	SALDO ANTERIOR	SALDO ATUAL
6.554.562,88	0,00	6.577.436,88	22.874,00
RESPONSÁVEL PELA EMISSÃO		AUTORIDADE ORÇAMENTÁRIA	
Flavio Marques Formiga		Codigo do Ordenador GERALDO ANTONIO DE MEDEIRO	
		247673	43
ESPAÇO RESERVADO		DATA 06/05/2020	
		ATESTO O RECEBIMENTO DO MATERIAL / PRESTAÇÃO DO SERVIÇO.	

Assinatura eletrônica: 62/08/2020



# ESTADO DA PARAÍBA NOTA DE EMPENHO

# NE

5	EXERCÍCIO	7	NÚMERO
2020		08607	



ORGÃO		
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE		
UNIDADE GESTORA	13	CÓDIGO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE		250001

20	TIPO DE CRÉDITO	23	CRÉDITO ESPECIAL / EXTRAORDINÁRIO	23	FUNDO ESPECIAL						
01	1	Situacao SECRETO Nº 1									
35	U.O.	39	PROGRAMA DE TRABALHO	50	NATUREZA DA DESPESA	58	F.R.	60	D.V.	61	IMPORTÂNCIA
	25101		10.302.5007.2950		44935200		290		04881		1.000.000,00

20	NOME DO CREDOR	22	CÓDIGO	CÓDIGO DO BANCO E N.º C.T.C.		
02	CONSORCIO NORDESTE	381752	001	000090000-1		
ENDEREÇO (RUA, AVENIDA, PRAÇA, ETC)		NÚMERO		ANDAR, SALA, APTO., ETC		
3 AVENIDA CTO ADM BAHIA						
BAIRRO OU DISTRITO		CIDADE OU MUNICÍPIO		U.F.	C.E.P.	TELEFONE
CENTRO ADMINIST		SALVADOR		BA	41745005	

20	PROGRAMAÇÃO DE CAIXA				20	22	EFEITO
03	01	JANEIRO	37	FEVEREIRO	37	MARÇO	1
							1 - OBRIGAÇÃO 2 - SUPLEMENTAÇÃO 3 - ANULAÇÃO PARCIAL 4 - ANULAÇÃO TOTAL
04	22	ABRIL	37	MAIO	37	JUNHO	07
							Nº DO EMPENHO F. SUPLEMENTAR OU ANULAR
05	22	JULHO	37	AGOSTO	37	SETEMBRO	20
							LICITAÇÃO
06	22	OUTUBRO	37	NOVEMBRO	37	DEZEMBRO	1
							1 - PLANILHA 2 - F. PREÇO 3 - F. ANULAÇÃO 4 - F. SANCIONAR
							30
							4
							32
							PROCESSO Nº 270420502

ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANT	PARCIAL	TOTAL
VALOR REFERENTE A TRANSFERENCIA DA COTA PARTE DO GOVERNO DO ESTADO DA PARAIBA, RELATIVA A COMPRA DE VENTILADORES PULMONARES, PELO CONSORCIO NORDESTE, PARA ENFRENTAMENTO DO ESTADO DE CALAMIDADE PUBLICA, DECORRENTE DA PANDEMIA DO CORONAVIRUS CONFORME P.F. No.228/2020, COM RECURSOS DA C/C 13.968-8 (DOACOES COVID-19/FESEP)	UND	1,0	1000000,00	1000000,00
Total da Despesa:				1.000.000,00

CODATA

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA		PROGRAMAÇÃO TRIMESTRAL	
SALDO ANTERIOR	SALDO ATUAL	SALDO ANTERIOR	SALDO ATUAL
1.000.000,00	0,00	1.239.115,00	239.115,00
RESPONSÁVEL PELA EMISSÃO		AUTORIDADE ORDENADORA	
Flavio Marques Formiga		Codigo do Ordenador GERALDO ANTONIO DE MEDEIRO 247673	
		43 DATA	
		06/05/2020	
ESPAÇO RESERVADO		ATESTO O RECEBIMENTO DO MATERIAL / PRESTAÇÃO DO SERVIÇO.	
		EM	

Assinatura eletrônica em 06/05/2020



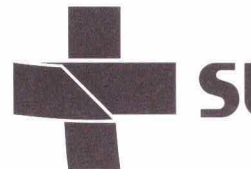


GOVERNO  
DA PARAÍBA

SECRETARIA DA SAÚDE

DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS GERAIS

SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO E ARQUIVO



PR. 228 e 229

PROCESSO: 270420602

DATA: 27/04/2020

INTERESSADO: GABINETE DO SECRETÁRIO - SES - PB

PROCEDÊNCIA: A MESMA

OF. Nº 0713/2020 ENC. DOC. REF. REQUERIMENTO EXPRESSO SOBRE  
RESOLUÇÃO Nº 006/2020 EM ANEXO CONF. EXPO.

ANDAMENTO: GABINETE EXECUTIVO

ANDAMENTO

DATA

01º	Gabinete Executivo.	27-04-20
02º	CAFA	27.04.2020
03º	Financeiro	07.05.2020
04º		
05º		
06º		
07º		
08º		
09º		
10º	4490.52	4490.52
11º	CLASSIF. 4865	CLASSIF. 2450
12º	NE 7708	NE 7710
13º	LD 1.000.000,00	LD 6.554
14º	AP	AP
15º	FAE	FAE
16º	ISS 381752	ISS 381752
	CREDOR	CREDOR

ESTADO DA PARAÍBA  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE  
GABINETE DO SECRETÁRIO

Secretaria de Estado da Saúde - PB  
PROTOCOLADO  
Proc. Nº 270420502  
Em 27/04/2020



OFÍCIO/GS nº 0713/2020

João Pessoa, 26 de abril de 2020.

Ao Exmo. Senhor

**CARLOS EDUARDO GABAS**

Secretário Executivo

**CONSÓRCIO INTERESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO  
NORDESTE – CONSÓRCIO NORDESTE**

3ª Avenida, nº 370, Centro Administrativo da Bahia – CAB, CEP: 41.745-005. Salvador-BA.

Senhor Secretário Executivo,

Dirijo-me a Vossa Excelência para requerer, em atenção à deliberação da Assembleia Geral dos Governadores, expressa na Resolução nº 006/2020, de 31 de março de 2020, e com base no quanto pactuado no Contrato de Programa nº 001/2020, a realização de processo de aquisição conjunta de bens para o combate à Pandemia do COVID-19.

Importante observar que a demanda que se requer neste momento, tem estreita correção com a necessidade atual do Estado, de abertura de novos leitos de UTI para atendimento à população, em decorrência do aumento do número de casos e a proximidade de colapso do Sistema de Único de Saúde.

Não obstante as medidas adotados pelo nosso governo, decorrido mais de 30 (trinta) dias desde o primeiro caso registrado em nosso Estado, que incluem a abertura de novos leitos, a estruturação e implementação de hospitais de campanha, a mobilização de equipes de saúde e a orientação à população, em especial, para a adoção de isolamento social, a curva de contágio vem aumentando, demandando a adoção de novas medidas, entre as quais a de aquisição de respiradores pulmonares para a equipagem de leitos hospitalares.

Entendemos que a aquisição conjunta, através do Consórcio Nordeste, é a que tem maior capacidade de assegurar ganho de escala, melhores preços e de propiciar interesse no tão aquecido mercado internacional, considerando as condições atuais vivenciadas, com inúmeros casos de desistência e desinteresse de fornecedores, quando o quantitativo não lhes parece suficientemente atraente.

Av. Dom Pedro II, 1826 – Torre – João Pessoa-PB





ESTADO DA PARAÍBA  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE  
GABINETE DO SECRETÁRIO

Assim, pedimos para que seja realizado pelo Consórcio, processo de aquisição de respiradores, nos quantitativos abaixo indicados:

RESPIRADORES PULMONARES	
QUANTIDADE	ESPECIFICAÇÃO
75	<p>The Dräger Savina® 300 combines the independence and power of a turbine-driven ventilation system with state-of-the-art ventilation modes. The large color touch screen and intuitive operating system that concentrates on essential features make configuration and operation very simple.</p> <p>Dräger Model: Savina 300 ( STOCK 5000 Units. SUITABLE FOR ICU) CIF Price Brasil: 33.300,00 €</p>

Na oportunidade, renovamos os protestos de estima, solidariedade e compromisso com o desenvolvimento sustentável do Nordeste.

Atenciosamente,

  
GERALDO ANTONIO DE MEDEIROS  
Secretário de Estado da Saúde



**OFÍCIO CIRCULAR CIDSN/SE nº 04|2020.**

Salvador/BA, 27 de abril de 2020.

Aos Exmos. Senhores Governadores,

JOSÉ RENAN VASCONCELOS CALHEIROS FILHO	ESTADO DE ALAGOAS
RUI COSTA DOS SANTOS	ESTADO DA BAHIA
CAMILO SOBREIRA DE SANTANA	ESTADO DO CEARÁ
FLÁVIO DINO DE CASTRO E COSTA	ESTADO DO MARANHÃO
JOÃO AZEVEDO LINS FILHO	ESTADO DA PARAÍBA
PAULO HENRIQUE SARAIVA CÂMARA	ESTADO DE PERNAMBUCO
JOSÉ WELLINGTON BARROSO DE ARAÚJO DIAS	ESTADO DO PIAUÍ
BELIVALDO CHAGAS SILVAPAULO MORENO CARVALHO	ESTADO DE SERGIPE

**Assunto:** Compras conjuntas para enfrentamento da Pandemia de Coronavírus (COVID-19) – ventiladores pulmonares

Prezados,

Em atenção à solicitação para realização de compra conjunta de ventiladores pulmonares, com fundamento na Resolução nº 06/2020 da Assembleia Geral do Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste – Consórcio Nordeste – e com base no Contrato de Programa nº 01/2020, informamos a identificação de fornecedor no mercado internacional, com melhor preço e condição, nos termos abaixo:

**FORNECEDOR:** Pulsar Development International Ltd  
Barclays Bank PLC, Leicester, LE87 2BB, UK

ESTADOS	EVITA	SAVINA	Total em Euros	Pgto em 27/04/2020	Valor em Reais (1a. Parc.)
AL	30	20	1.770.000,00 €	885.000,00 €	R\$ 5.256.900,00
BA		25	832.500,00 €	416.250,00 €	R\$ 2.472.525,00
CE	50		1.840.000,00 €	920.000,00 €	R\$ 5.464.800,00
MA	40		1.472.000,00 €	736.000,00 €	R\$ 4.371.840,00
PB		75	2.497.500,00 €	1.248.750,00 €	R\$ 7.417.575,00
PE	80		2.944.000,00 €	1.472.000,00 €	R\$ 8.743.680,00
PI	50	50	3.505.000,00 €	1.752.500,00 €	R\$ 10.409.850,00
SE		30	999.000,00 €	499.500,00 €	R\$ 2.967.030,00
TOTAL Unid	250	200	15.860.000,00 €	7.930.000,00 €	R\$ 47.104.200,00

*Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste  
- Consórcio Nordeste -*



Os valores e a forma de pagamento constam na proposta em anexo que indicam a compra na modalidade CIF (Cost, Insurance and Freight), que considera incluído no preço o seguro e o frete.

Para realização da compra conjunta, será necessário, conforme disposições do Contrato de Programa, a celebração de Contrato de Rateio, nos quantitativos indicados por cada um dos Estados consorciados, que será submetido para análise pela d. Procuradoria Geral do Estado da Bahia, órgão de assessoramento do Consórcio Nordeste, nos termos do art. 46 do Estatuto Social.

Considerando, portanto, se tratar de compra vultosa e de produto de difícil obtenção no mercado nacional e internacional, precisaremos que sejam indicadas as respectivas dotações orçamentárias e transferidos os valores financeiros correspondentes até amanhã, dia 27 de abril de 2020, às 14h, para a conta bancária do Consórcio Nordeste, que segue abaixo indicada:

**CONSÓRCIO INTERESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO NORDESTE**

**Banco do Brasil – BB (001)**

**Ag.: 3832-6**

**C/C.: 90.000-1**

**CNPJ: 34.304.033/0001-47**

Na oportunidade, renovamos os protestos de estima, solidariedade e compromisso com o desenvolvimento sustentável do Nordeste.

Atenciosamente,

**CARLOS EDUARDO GABAS**

Secretário Executivo

*Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste  
- Consórcio Nordeste -*

Assinatura eletrônica emitida em 09/06/2020 às 18:32 por CARLOS EDUARDO GABAS



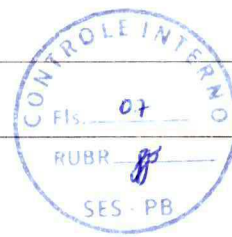
PROCESSO		270420502		Ventiladores - Consórcio Nordeste	
		27/04/2020		Entrega	
		1ª Parcela (50%)			
75 UND	€	2.497.500,00	R\$	15.109.125,75	R\$
		câmbio		7.554.562,88	
		6,0497			
				6.554.562,88	
		Fonte 110		R\$	
		Fonte 290		R\$	
				1.000.000,00	
				Doações MPT	

€ 33.300,00 R\$ 201.455,01

Cota parte do Estado da Paraíba referente à compra de Ventiladores Pulmonares modelo DRAGER SAVINA 300 - CIF PRICE BRASIL por meio do Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste - Consórcio Nordeste, totalizando 75 (setenta e cinco) unidades.



<b>SIAF 4.0</b>		<b>GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA</b> CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO DA PARAÍBA SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA		<b>RO</b> <b>RESERVA</b> <b>ORÇAMENTÁRIA</b>		EXERCÍCIO <b>2020</b>	NUMERO DO DOCUMENTO <b>3563</b>
NOME DO ÓRGÃO <b>SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE</b>				CÓDIGO DA UG <b>250001</b>			
NOME DO CREDOR				CÓDIGO DO CREDOR <b>0</b>			
FINALIDADE <b>Processo 270420502 Reserva Orçamentária &lt;BR&gt; para atender aquisição de equipamentos h &lt;BR&gt; ospitales (Respiradores) destinados a &lt;BR&gt; rede estadual no en frentamento da Covi &lt;BR&gt; d - 19.</b>							
NÚMERO DA RO ANULADA <b>3563</b>	MOVIMENTO <b>11</b>	DATA DA ATUALIZAÇÃO <b>27/04/2020</b>					
VALOR DA RESERVA <b>6.554.562,88</b>	VALOR ANULADO <b>0,00</b>	VALOR EMPENHADO <b>0,00</b>	SALDO RESERVA <b>6.554.562,88</b>				
DADOS DA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA <b>25101.10.302.5007.2950.00000000287.44905200.11000</b>						CÓDIGO REDUZIDO DA CLASSIFICAÇÃO <b>2450</b>	
<b>25101 - SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE</b> <b>10 - SAÚDE</b> <b>02 - ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIO</b> <b>5007 - SAUDE INTEGRAL</b> <b>2950 - IMPLEMENTACAO DA ESTRUTURACAO ORGANIZACIONAL DA REDE ESTADUA</b> <b>44905200 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE</b> <b>11000 - REC VINCULADOS AO FUNDO ESTADUAL SAUDE</b>							
RESPONSÁVEL PELO CADASTRO <b>WILTON FERNANDES DE LIMA</b>							




  
**Wilton Fernandes de Lima**  
 Chefe do Núcleo de Elaboração  
 e Acompanhamento do Orçamento-SF  
 Matrícula 178974-1

Assinatura eletrônica de Wilton Fernandes de Lima em 06/06/2020 às 10:32:02

<b>SIAF 4.0</b>		<b>GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA</b> CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO DA PARAÍBA SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA		<b>RO</b> <b>RESERVA ORÇAMENTÁRIA</b>		EXERCÍCIO <b>2020</b>	NUMERO DO DOCUMENTO <b>3564</b>
NOME DO ÓRGÃO <b>SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE</b>						CÓDIGO DA UG <b>250001</b>	
NOME DO CREDOR						CÓDIGO DO CREDOR <b>0</b>	
FINALIDADE <b>Processo 270420502 Reserva Orçamentária &lt;BR&gt; para atender aquisição de equipamentos &lt;BR&gt; hospitalares (Respiradores) destinados a &lt;BR&gt; rede estadual no enfrentamento da Covi &lt;BR&gt; d - 19.</b>							
NÚMERO DA RO ANULADA <b>3564</b>	MOVIMENTO <b>11</b>	DATA DA ATUALIZAÇÃO <b>27/04/2020</b>					
VALOR DA RESERVA <b>1.000.000,00</b>	VALOR ANULADO <b>0,00</b>	VALOR EMPENHADO <b>0,00</b>	SALDO RESERVA <b>1.000.000,00</b>				
DADOS DA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA <b>25101.10.302.5007.2950.00000000287.44905200.29000</b>						CÓDIGO REDUZIDO DA CLASSIFICAÇÃO <b>4865</b>	
<b>25101 - SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE</b> <b>10 - SAÚDE</b> <b>02 - ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIO</b> <b>5007 - SAUDE INTEGRAL</b> <b>2950 - IMPLEMENTACAO DA ESTRUTURACAO ORGANIZACIONAL DA REDE ESTADUA</b> <b>44905200 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE</b> <b>29000 - RECURSOS DIVERSOS</b>							
RESPONSÁVEL PELO CADASTRO <b>WILTON FERNANDES DE LIMA</b>							



  
**Wilton Fernandes de Lima**  
 Chefe do Núcleo de Elaboração  
 e Acompanhamento do Orçamento-SF  
 Matrícula 178974-1

Assinatura eletrônica de Wilton Fernandes de Lima em 27/04/2020 às 14:02:02



*Somos todos*  
**PARAÍBA**  
Governo do Estado



**Governo da Paraíba**  
**Secretaria de Estado da Saúde – SES/PB**  
**Núcleo de Especificação e Padronização de Materiais e Equipamentos – NEPME**

FOLHA DE INFORMAÇÃO E DESPACHO  
Processo Nº: 270420502

João Pessoa, 27 de abril de 2020

Aos Técnicos,

Favor emitir o **PEDIDO DE FORNECIMENTO** conforme abaixo:

PF	RO	FONTE	Técnico	Conferência
229/2020	3563	110		

À Gerência Financeira – SES/PB

Após a emissão do **PEDIDO DE FORNECIMENTO Nº 229/2020** no valor de **R\$ 6.554.562,88** encaminhamos o referido processo à Gerência Financeira para continuação do devido fluxo processual.

Atenciosamente,

GLAYUSK ALBUQUERQUE E LACERDA  
Chefe do NEPME  
Matrícula: 179.505-8



Somos todos  
**PARAÍBA**  
Governo do Estado



Governo da Paraíba  
Secretaria de Estado da Saúde – SES/PB  
Núcleo de Especificação e Padronização de Materiais e Equipamentos – NEPME



FOLHA DE INFORMAÇÃO E DESPACHO  
Processo Nº: 270420502

João Pessoa, 27 de abril de 2020

Aos Técnicos,

Favor emitir o **PEDIDO DE FORNECIMENTO** conforme abaixo:

PF	RO	FONTE	Técnico	Conferência
228/2020	3564	290		

À Gerência Financeira – SES/PB

Após a emissão do **PEDIDO DE FORNECIMENTO Nº 228/2020** no valor de **R\$ 1.000.000,00** encaminhamos o referido processo à Gerência Financeira para continuação do devido fluxo processual.

Atenciosamente,

GLAYUSK ALBUQUERQUE E LACERDA  
Chefe do NEPME  
Matrícula: 179.505-8





GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA  
SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DA PARAÍBA  
DEPARTAMENTO DE MATERIAL - DEMAT

PEDIDO DE FORNECIMENTO Nº

PROCESSO DE AQUISIÇÃO Nº

LICITAÇÃO: 01895410

Nº



EMPRESA EMPENHO SUPLEMENTAR DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL DO NORO		CÓDIGO 10000000
RUA / AVENIDA RUA DA ADMINISTRACAO DA SAUDE, 390		CEP 58113-000
BAIRRO CENTRO ADMINISTRATIVO DO NORO	CIDADE SALVADOR	UF BA
CNPJ 14.124.813/0001-17	INSCRIÇÃO	TELEFONE

## DADOS PARA FATURAMENTO

## SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

AV. D. PEDRO II, 1826 - TORRE - CEP: 58.813-000 - JOÃO PESSOA - PB  
C.N.P.J. 08.778.268/0001-60

## AUTORIZAMOS O FATURAMENTO DO MATERIAL ABAIXO DISCRIMINADO

ITEM	UNID.	QUANT.	ESPECIFICAÇÕES	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
			<p>ACQUIZICAO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LOGOTIPADO PULMONARES- EM CARTON EMBALETERIA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DE COMPRAS DA SECRETARIA DE SAUDE DO ESTADO DA PARAÍBA EM 14/06/2020.</p> <p>COM PRATELA DE ESTADO DA PARAÍBA SECRETARIA DE SAUDE DE VENTILACAO QUIMICA MOBILE PROJETADO PARA 300 LITROS DE VOLUME E 100 LITROS DE VOLUME DE INSPIRACAO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL DO NORO CENTRO ADMINISTRATIVO DO NORO CENTRO ADMINISTRATIVO DO NORO</p>		

VALOR TOTAL DESTE PEDIDO

OBSERVAÇÕES

MATERIAIS: CONSUMO E PERMANENTE DEVERÁ SER ENTREGUE DIRETAMENTE NO ALMOXARIFADO CENTRAL DESTA.

DIRETOR DE COMPRAS

DATA

AUTORIZO A EMISSÃO DO EMPENHO PARA  
FAZER FACE A PRESENTE ORDEM DE COMPRA

Glauco Albuquerque e Lacerda  
Chefe do NEPME / SES - PB

17/06/20

Geraldo Antonio de Medeiros  
Secretário de Estado da Saúde  
Matricula 107.155

SECRETÁRIO



GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA  
SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DA PARAÍBA  
DEPARTAMENTO DE MATERIAL - DEMAT

PEDIDO DE FORNECIMENTO Nº

229/2020

PROCESSO DE AQUISIÇÃO Nº 70420502

LICITAÇÃO: DISPENSA

Nº



EMPRESA CONSORCIO INTERESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL DO NORDE		CÓDIGO PARAIBA
RUA / AVENIDA CENTRO ADMINISTRATIVO DA BAHIA, 390		CEP 41745005
BAIRRO CENTRO ADMINISTRATIVO DA BAHIA	CIDADE SALVADOR	UF BA
CNPJ 14.304.033/0001 - 47	INSCRIÇÃO	TELEFONE

## DADOS PARA FATURAMENTO

## SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

AV. D. PEDRO II, 1826 - TORRE - CEP: 58.813-000 - JOÃO PESSOA - PB  
C.N.P.J. 08.778.268/0001-60

## AUTORIZAMOS O FATURAMENTO DO MATERIAL ABAIXO DISCRIMINADO

ITEM	UNID.	QUANT.	ESPECIFICAÇÕES	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
1	UN. I	75	ADQUISICAO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES (RESPIRADORES PULMONARES) EM CARATER EMERGENCIAL PARA ATENDER AS NECESSIDADES AO COMBATE DA PANDEMIA DE INFECÇÃO HUMANA PELO CORONAVIRUS/COVID 19.  COTA PARTE DO ESTADO DA PARAÍBA REFERENTE A COMPRA DE VENTILADORES PULMONARES MODELO DRAGER SAVINA 300 - CE PRICE BRASIL POR MEIO DE CONSORCIO INTERESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL DO NORDESTE - CONSORCIO NORDESTE, TOTALIZANDO 75 (SETENTA E CINCO) UNIDADES.	R. 554,562,84	R. 554,562,84

fabrila **VALOR TOTAL DESTE PEDIDO** R. 554,562,84

OBSERVAÇÕES

RESERVA:3563 FONTE:118

MATERIAIS: CONSUMO E PERMANENTE DEVERÁ SER ENTREGUE DIRETAMENTE NO ALMOXARIFADO CENTRAL DESTA.

DIRETOR DE COMPRAS  Glauco Albuquerque e Lacerda Chefe do NEPME / SES - PB	DATA 27/04/20	AUTORIZO A EMISSÃO DO EMPENHO PARA FAZER FACE A PRESENTE ORDEM DE COMPRA  SECRETÁRIO
---	------------------	--





GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA  
SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DA PARAÍBA  
DEPARTAMENTO DE MATERIAL - DEMAT

PEDIDO DE FORNECIMENTO Nº

229/2020

PROCESSO DE AQUISIÇÃO Nº 17042050

LICITAÇÃO: DISPENSA

Nº



EMPRESA CONSORCIO INTERESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL DO NORDE		CODIGO Página 1
RUA / AVENIDA CENTRO ADMINISTRATIVO DA BANHA, 390		CEP 51745000
BAIRRO CENTRO ADMINISTRATIVO DA BANHA	CIDADE SALVADOR	UF BA
CNPJ 14.304.011/0001 - 47	INSCRIÇÃO	TELEFONE

## DADOS PARA FATURAMENTO

## SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

AV. D. PEDRO II, 1826 - TORRE - CEP: 58.813-000 - JOÃO PESSOA - PB  
C.N.P.J. 08.778.268/0001-60

## AUTORIZAMOS O FATURAMENTO DO MATERIAL ABAIXO DISCRIMINADO

ITEM	UNID.	QUANT.	ESPECIFICAÇÕES	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
1	UN	75	ADQUIÇÃO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES RESPIRADORES PULMONARES EM CARATER EMERGENCIAL PARA ATENDER AS NECESSIDADES AO COMBATE DA PANDEMIA DE INFECÇÃO HUMANA PELO CORONAVÍRUS/COVID 19.  COTA PARTE DO ESTADO DA PARAÍBA REFERENTE A COMPRA DE VENTILADORES PULMONARES MODELO DRAGER SAVINA 300 - CF PRICE BRASIL POR MEIO DE CONSORCIO INTERESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL DO NORDESTE - CONSORCIO NORDESTE, TOTALIZANDO 75 (SETENTA E CINCO) UNIDADES.	R. 554.562,89	R. 554.562,89

VALOR TOTAL DESTE PEDIDO R. 554.562,89

## OBSERVAÇÕES

RESERVA: 2563 FIMITE: 110

MATERIAIS: CONSUMO E PERMANENTE DEVERÁ SER ENTREGUE DIRETAMENTE NO ALMOXARIFADO CENTRAL DESTA.

DIRETOR DE COMPRAS

*Glauco Albuquerque e Lacerda*  
Chefe do NEPME / SES - PB

DATA

27/04/20

AUTORIZO A EMISSÃO DO EMPENHO PARA FAZER FACE A PRESENTE ORDEM DE COMPRA

SECRETÁRIO

Mat 179 505.8

Notícia de Fato 001.2020.008756

Documento 2020/000589280 criado em 09/06/2020 às 08:32

https://mpvirtual.mppb.mp.br/public/validacao/d4f9373a91e89edd538aca679a4ed1c2

Assinatura eletrônica emitida em 09/06/2020 às 08:32



GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA  
SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DA PARAÍBA  
DEPARTAMENTO DE MATERIAL - DEMAT

PEDIDO DE FORNECIMENTO Nº

PROCESSO DE AQUISIÇÃO Nº

LICITAÇÃO:

Nº



EMPRESA CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL DO NORDE		CÓDIGO PARAÍBA - PB
RUA / AVENIDA CENTRO ADMINISTRATIVO DA PARAÍBA, 190		CEP 51200-000
BAIRRO CENTRO ADMINISTRATIVO DA PARAÍBA	CIDADE CABANOVA	UF PB
CNPJ 11.584.811/0001-47	INSCRIÇÃO	TELEFONE

## DADOS PARA FATURAMENTO

## SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

AV. D. PEDRO II, 1826 - TORRE - CEP: 58.813-000 - JOÃO PESSOA - PB  
C.N.P.J. 08.778.268/0001-60

## AUTORIZAMOS O FATURAMENTO DO MATERIAL ABAIXO DISCRIMINADO

ITEM	UNID.	QUANT.	ESPECIFICAÇÕES	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
1	UNID.	1	ADQUIÇÃO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES - RESPIRADORES POR MASCARAS - EM CARACTER EMERGENCIAL PARA ATENDER AS NECESSIDADES NO COMATE DA DIVISÃO DE TRATAMENTO HEMODIALÍSE LOGO APÓS CONTRATO		
2	UNID.	1	OUTRO BASTO DO ESTADO DA PARAÍBA REFERENTE A COMORA DE RESPIRADORES POR MASCARAS MODELO DRAGER SAVINA 400 - OF DAÍDE BRASIL POR MEIO DE CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL DO NORDE - CONSORCIO NORDESTE, TOTALIZANDO 15 UNIDADES E CINCO MIL DÓIS		

VALOR TOTAL DESTE PEDIDO

## OBSERVAÇÕES

MATERIAIS: CONSUMO E PERMANENTE DEVERÁ SER ENTREGUE DIRETAMENTE NO ALMOXARIFADO CENTRAL DESTA.

DIRETOR DE COMPRAS

DATA

AUTORIZO A EMISSÃO DO EMPENHO PARA FAZER FACE A PRESENTE ORDEM DE COMPRA

Glauco Albuquerque e Lacerda  
Chefe do NEPME / SES - PB

SECRETÁRIO

Mat 179.505-8

Notícia de Fato 001.2020.008756

Documento 2020/0000589280 criado em 09/06/2020 às 08:32

https://mpvirtual.mppb.mp.br/public/validacao/d4f9373a91e89edd538aca679a4ed1c2

Assinatura eletrônica em 09/06/2020 às 08:32





Glaysk Albuquerque e Lacerda  
Chefe do NEPME / SES - PB

Mat 179 505-8

PEDIDO DE FORNECIMENTO Nº

PROCESSO DE AQUISIÇÃO Nº

LICITAÇÃO:

Nº

RUBB

SFS - PB

EMPRESA		CÓDIGO	
RUA / AVENIDA		CEP	
BAIRRO	CIDADE		UF
CNPJ	INSCRIÇÃO	TELEFONE	

## SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

AV. D. PEDRO II, 1826 - TORRE - CEP: 58.813-000 - JOÃO PESSOA - PB  
C.N.P.J. 08.778.268/0001-60

**AUTORIZAMOS O FATURAMENTO DO MATERIAL ABAIXO DISCRIMINADO**

[illegible]

OBSERVAÇÕES

MATERIAIS: CONSUMO E PERMANENTE DEVERÁ SER ENTREGUE DIRETAMENTE NO ALMOXARIFADO CENTRAL DESTA.

DIRETOR DE COMPRAS

DATA

AUTORIZO A EMISSÃO DO EMPENHO PARA FAZER FACE A PRESENTE ORDEM DE COMPRA

Glaysuk Albuquerque e Lacerda  
Chefe do NEPME / SES - PB

SECRETÁRIO



GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA  
SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DA PARAÍBA  
DEPARTAMENTO DE MATERIAL - DEMAT

PEDIDO DE FORNECIMENTO Nº

228/2020

PROCESSO DE AQUISIÇÃO Nº 7768/2020

LICITAÇÃO: DISPENSA

Nº

RUBR



EMPRESA CONSORCIO INTERESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL DO NORDE		CÓDIGO Pagina 1 de 1
RUA / AVENIDA CENTRO ADMINISTRATIVO DA BAHIA, 390		CEP 51745000
BAIRRO CENTRO ADMINISTRATIVO DA BAHIA	CIDADE SALVADOR	UF BA
CNPJ 34.304.811/0001-47	INSCRIÇÃO	TELEFONE

## DADOS PARA FATURAMENTO

## SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

AV. D. PEDRO II, 1826 - TORRE - CEP: 58.813-000 - JOÃO PESSOA - PB  
C.N.P.J. 08.778.268/0001-60

## AUTORIZAMOS O FATURAMENTO DO MATERIAL ABAIXO DISCRIMINADO

ITEM	UNID.	QUANT.	ESPECIFICAÇÕES	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
1	UN	1	<p>AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES (RESPIRADORES PULMONARES) EM CARÁTER EMERGENCIAL PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO COMBATE DA PANDEMIA DE INFECÇÃO HUMANA PELO CORONAVÍRUS COVID 19.</p> <p>COTA PARTE DO ESTADO DA PARAÍBA REFERENTE À COMPRA DE VENTILADORES PULMONARES MODELO DRAGER SAVINA 3000 - CF PRICE BRASIL POR MEIO DE CONSORCIO INTERESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL DO NORDESTE - CONSORCIO NORDESTE, TOTALIZANDO 75 (SETENTA E CINCO) UNIDADES.</p>	1.000.000,00	1.000.000,00

VALOR TOTAL DESTE PEDIDO

1.000.000,00

OBSERVAÇÕES

RESERVA: 3564 FONTE: 290

MATERIAIS: CONSUMO E PERMANENTE DEVERÁ SER ENTREGUE DIRETAMENTE NO ALMOXARIFADO CENTRAL DESTA.

DIRETOR DE COMPRAS

DATA

AUTORIZO A EMISSÃO DO EMPENHO PARA FAZER FACE À PRESENTE ORDEM DE COMPRA

Glauco Albuquerque e Lacerda  
Chefe do NEPME / SES - PB

09/06/20

SECRETÁRIO

Mat. 179.505-8

Notícia de Fato 001.2020.008756

Documento 2020/000589280 criado em 09/06/2020 às 08:32

https://mpvirtual.mppb.br/public/validacao/d4f9373a91e89edd538aca679a4ed1c2

Assinatura eletrônica: R00NVRDESEIETAC0916062002020





GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA  
SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DA PARAÍBA  
DEPARTAMENTO DE MATERIAL - DEMAT

PEDIDO DE FORNECIMENTO Nº

220-2020

PROCESSO DE AQUISIÇÃO Nº 7042050

LICITAÇÃO: DISPENSA

Nº



EMPRESA CONSORCIO INTERESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL DO NORDE		CÓDIGO Página SES-PB
RUA / AVENIDA CENTRO ADMINISTRATIVO DA BAHIA, 390		CEP 51745005
BAIRRO CENTRO ADMINISTRATIVO DA BAHIA	CIDADE SALVADOR	UF BA
CNPJ 06.304.033/0001-47	INSCRIÇÃO	TELEFONE

## DADOS PARA FATURAMENTO

## SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

AV. D. PEDRO II, 1826 - TORRE - CEP: 58.813-000 - JOÃO PESSOA - PB  
C.N.P.J. 08.778.268/0001-60

## AUTORIZAMOS O FATURAMENTO DO MATERIAL ABAIXO DISCRIMINADO

ITEM	UNID.	QUANT.	ESPECIFICAÇÕES	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
1	UN	1	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES RESPIRADORES PULMONARES EM CARATER EMERGENCIAL PARA ATENDER AS NECESSIDADES AO COMBATE DA PANDEMIA DE INFECÇÃO HUMANA PELO CORONAVIRUS/COVID 19.		
			COTA PARTE DO ESTADO DA PARAÍBA REFERENTE A COMPRA DE VENTILADORES PULMONARES MODELO DRAGER SAVINO 300 - CE PRICE BRASIL POR MEIO DE CONSORCIO INTERESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL DO NORDESTE - CONSORCIO NORDESTE, TOTALIZANDO 75 (SETENTA E CINCO) UNIDADES.	1.000.000,00	1.000.000,00

VALOR TOTAL DESTE PEDIDO

1.000.000,00

OBSERVAÇÕES

RESERVA: 3564 FONTE: 1270

MATERIAIS: CONSUMO E PERMANENTE DEVERÁ SER ENTREGUE DIRETAMENTE NO ALMOXARIFADO CENTRAL DESTA.

DIRETOR DE COMPRAS

DATA

AUTORIZO A EMISSÃO DO EMPENHO PARA FAZER FACE A PRESENTE ORDEM DE COMPRA

Glauys Albuquerque e Lacerda  
Chefe do NEPME / SES - PB

07/04/20

SECRETÁRIO

Mat. 179.505-8

Notícia de Fato 001.2020.008756

Documento 2020/000589280 criado em 09/06/2020 às 08:32

https://mpvirtual.mppb.br/public/validacao/d4f9373a91e89edd538aca679a4ed1c2

Assinatura eletrônica em 09/06/2020 às 08:32





GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA  
SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DA PARAÍBA  
DEPARTAMENTO DE MATERIAL - DEMAT

PEDIDO DE FORNECIMENTO Nº

PROCESSO DE AQUISIÇÃO Nº

LICITAÇÃO: DISPENSA

Nº



EMPRESA CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL DO NORDESTE		CÓDIGO SES - PB
RUA / AVENIDA CENTRO ADMINISTRATIVO DA SAÚDE, 192		CEP 58.130-000
BAIRRO CENTRO ADMINISTRATIVO DA SAÚDE	CIDADE JOÃO PESSOA	UF PB
CNPJ 08.778.268/0001-60	INSCRIÇÃO	TELEFONE

## DADOS PARA FATURAMENTO

## SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

AV. D. PEDRO II, 1826 - TORRE - CEP: 58.813-000 - JOÃO PESSOA - PB  
C.N.P.J. 08.778.268/0001-60

## AUTORIZAMOS O FATURAMENTO DO MATERIAL ABAIXO DISCRIMINADO

ITEM	UNID.	QUANT.	ESPECIFICAÇÕES	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
1	UN	1	ADQUIRIÇÃO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES (RESPIRADORES MECÂNICOS EM CARTER EMERGENCIAL PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO COMBATE DO CORONAVÍRUS-COVID-19).		
2	UN	1	TOTA PARTE DO ESTADO DA PARAÍBA REFERENTE A COMRA DE VENTILADORES ALI HONAPCS MODELO DRAGER SAVINA 300 - CP BRUCE BRASIL POR MEIO DE CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL DO NORDESTE - CONSORCIO NORDESTE, TOTALIZANDO 75 (SETENTA E CINCO) UNIDADES.		

VALOR TOTAL DESTE PEDIDO

OBSERVAÇÕES

MATERIAIS: CONSUMO E PERMANENTE DEVERÁ SER ENTREGUE DIRETAMENTE NO ALMOXARIFADO CENTRAL DESTA.

DIRETOR DE COMPRAS

DATA

AUTORIZO A EMISSÃO DO EMPENHO PARA FAZER FACE A PRESENTE ORDEM DE COMPRA

Glaysuk Albuquerque e Lacerda  
Chefe do NEPME / SES - PB

Mat. 179.505-8

SECRETÁRIO

Notícia de Fato 001.2020.008756

Documento 2020/000589280 criado em 09/06/2020 às 08:32

https://mpvirtual.mppb.mp.br/public/validacao/d4f9373a91e89edd538aca679a4ed1c2

Assinatura eletrônica: R01NVRDESEIETAC0906202002020

1ª VIA FORNECEDOR - 2ª VIA AUTORIZAÇÃO DE EMPENHO - 3ª VIA - SECAL - 4ª VIA PROCESSO DE LICITAÇÃO - 5ª VIA ALMOXARIFADO



**GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA**  
**SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DA PARAÍBA**  
**DEPARTAMENTO DE MATERIAL - DEMAT**

PEDIDO DE FORNECIMENTO Nº

PROCESSO DE AQUISIÇÃO Nº

LICITAÇÃO Nº



EMPRESA		CÓDIGO	
FABRIL DE FARMACIA DE DEFESA VIGILANCIA INTERIORE DO BRASIL		1000000	
RUA / AVENIDA		CEP	
RUA SERRA DOURADA Nº 100, 100		51.000-000	
CIDADE	ESTADO	UF	
Cidade de São Paulo	SP	SP	
CNPJ	INSCRIÇÃO	TELEFONE	
00.000.000/0001-00	00.000.000/0001-00	00.000.000/0001-00	

**DADOS PARA FATURAMENTO****SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**

AV. D. PEDRO II, 1826 - TORRE - CEP: 58.013-000 - JOÃO PESSOA - PB  
 C.N.P.J. 08.778.266/0001-80

**AUTORIZAMOS O FATURAMENTO DO MATERIAL ABAIXO DISCRIMINADO**

ITEM	UNID.	QUANT.	ESPECIFICAÇÕES	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
1	UN	1	Medicamento para tratamento de doenças infecciosas, em forma de comprimido, 100mg, 100 unidades.		

**VALOR TOTAL DESTE PEDIDO****OBSERVAÇÕES**

MATERIAIS: CONSUMO E PERMANENTE DEVERÁ SER ENTREGUE DIRETAMENTE NO ALMOXARIFADO CENTRAL DESTA

DIRETOR DE COMPRAS

DATA

AUTORIZO A EMISSÃO DO EMPENHO PARA  
 FAZER FACE A PRESENTE ORDEM DE COMPRA

*Glauco Albuquerque e Lacerda*  
 Chefe do NEPME / SES - PB

**SECRETÁRIO**

Mat 179.505-8

Notícia de Fato 001.2020.008756

Documento 2020/0000589280 criado em 09/06/2020 às 08:32

https://mpvirtual.mppb.mp.br/public/validacao/d4f9373a91e89edd538aca679a4ed1c2

Assinatura eletrônica em 09/06/2020 às 08:32





# ESTADO DA PARAÍBA

## NOTA DE EMPENHO

# NE

5	EXERCÍCIO	7	NÚMERO
	2020		07710



ÓRGÃO	SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE		
UNIDADE GESTORA	SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE		
13	CÓDIGO	250001	

21	TIPO DE CRÉDITO	23	CRÉDITO ESPECIAL / EXTRAORDINÁRIO	23	FUNDOS ESPECIAIS						
01	1	Situacao DECRETO Nº 1									
35	U.O.	39	PROGRAMA DE TRABALHO	50	NATUREZA DA DESPESA	58	F.R.	60	D.V.	61	IMPORTÂNCIA
	25101		10.302.5007.2950		44905200		110		02450		6.554.562,88

21	NOME DO CREDOR	22	CÓDIGO	CÓDIGO DO BANCO E N.º C/C		
02	CONSORCIO NORDESTE		381752	001	000090000-1	
ENDEREÇO (RUA, AVENIDA, PRAÇA, ETC)		NÚMERO		ANDAR, SALA, APTO., ETC		
3 AVENIDA CTO ADM BAHIA						
BAIRRO OU DISTRITO		CIDADE OU MUNICÍPIO		U.F.	C.E.P.	TELEFONE
CENTRO ADMINIST		SALVADOR		BA	41745005	

20	PROGRAMAÇÃO DE CAIXA						20	22	EFEITO
03	22	JANEIRO	37	FEVEREIRO	37	MARÇO		1	1 - OBRIGAÇÃO 2 - SUPLEMENTAÇÃO 3 - ANULAÇÃO PARCIAL 4 - ANULAÇÃO TOTAL
04	22	ABRIL	37	MAIO	37	JUNHO			
05	22	JULHO	37	AGOSTO	37	SETEMBRO			
06	22	OUTUBRO	37	NOVEMBRO	37	DEZEMBRO			
							07	23	N.º DO EMPENHO A SUPLEMENTAR OU ANULAR
							28	LICITAÇÃO	30
							1	1 - CONTRATAÇÃO 2 - PREÇOS 3 - CONDIÇÕES 4 - DISPENSA DA LICITAÇÃO	4
							32	PROCESSO N.º	270420502

ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANT	PARCIAL	TOTAL
VALOR REFERENTE A AQUISICAO EMERGENCIAL DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES(RESPIRADORES PULMONARES), PARA ENFRENTAMENTO DO ESTADO DE C ALAMIDADE PUBLICA, DECORRENTE DA PANDEMIA DO CORONAVIRUS CONFORME P.F. No.229/2020.	UND	1,0	6554562,88	6554562,88
Total da Despesa:				6.554.562,88

CODATA

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA		PROGRAMAÇÃO TRIMESTRAL	
SALDO ANTERIOR	SALDO ATUAL	SALDO ANTERIOR	SALDO ATUAL
15.848.787,00	9.294.224,12	7.061.452,88	506.890,00
RESPONSÁVEL PELA EMISSÃO		AUTORIDADE ORDENADORA	
Flavio Marques Formiga		Codigo do Ordenador 247673	
		GERALDO ANTONIO DE MEDEIRO	
ESPAÇO RESERVADO		43 DATA	
		27/04/2020	
		ATESTO O RECEBIMENTO DO MATERIAL / PRESTAÇÃO DO SERVIÇO.	
		.EM. / /	



# ESTADO DA PARAÍBA

## NOTA DE EMPENHO

# NE

5	EXERCÍCIO	7	NÚMERO
2020		07708	



ÓRGÃO	
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE	
UNIDADE GESTORA	13
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE	CÓDIGO 250001

20	TIPO DE CRÉDITO	23	CRÉDITO ESPECIAL / EXTRAORDINÁRIO	23	FUNDO ESPECIAL
01	1	Situacao DECRETO N° 1			
35	U.O.	39	PROGRAMA DE TRABALHO	60	NATUREZA DA DESPESA
25101		10.302.5007.2950		44905200	
58	F.R.	60	D.V.	61	IMPORTÂNCIA
290		04865		1.000.000,00	

21	NOME DO CREDOR	22	CÓDIGO	CÓDIGO DO BANCO E N.º C/C
02	CONSORCIO NORDESTE	381752	001	000090000-1
ENDEREÇO (RUA, AVENIDA, PRAÇA, ETC)		NÚMERO		
3 AVENIDA CTO ADM BAHIA				
BAIRRO OU DISTRITO		CIDADE OU MUNICÍPIO	U.F.	CEP
CENTRO ADMINIST		SALVADOR	BA	41745005
		TELEFONE		

20	PROGRAMAÇÃO DE CAIXA			20	22	EFEITO
03	22	JANEIRO	37	FEVEREIRO	37	MARÇO
04	22	ABRIL	37	MAIO	37	JUNHO
05	22	JULHO	37	AGOSTO	37	SETEMBRO
06	22	OUTUBRO	37	NOVEMBRO	37	DEZEMBRO
						07
						1
						2
						3
						4
						23
						29
						30
						32
						270420502

ESPECIFICAÇÃO	UNIDAD	QUANT	PARCIAL	TOTAL
VALOR REFERENTE A AQUISICAO EMERGENCIAL DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES (RESPIRADORES PULOMONARES, PAR A ENFRENTAMENTO DO ESTADO DE CALAMIDADE PUBLICA, DECORRENTE DA PANDEMIA DO CORONAVIRUS CONFORME P.F. No.228/2020.	UND	1,0	1000000,00	1000000,00
		0,0	0,00	0,00
<b>Total da Despesa:</b>				<b>1.000.000,00</b>

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA		PROGRAMAÇÃO TRIMESTRAL	
SALDO ANTERIOR	SALDO ATUAL	SALDO ANTERIOR	SALDO ATUAL
1.000.000,00	0,00	1.000.000,00	0,00

RESPONSÁVEL PELA EMISSÃO	AUTORIDADE ORDENADORA	43	DATA
Flavio Marques Formiga	Codigo do Ordenador 247673 GERALDO ANTONIO DE MEDEIRO		27/04/2020

ESPAÇO RESERVADO	ATESTO O RECEBIMENTO DO MATERIAL / PRESTAÇÃO DO SERVIÇO.
	EM

Assinatura eletrônica: 62/08/2020





*Somos todos*  
**PARAÍBA**  
Governo do Estado

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE



# *Transferência*

Assinado eletronicamente por: BONNARDENILEIA CESAR DE OLIVEIRA em 06/06/2020 às 16:02:02

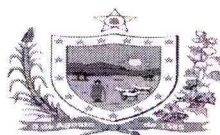
Secretaria de Estado da Saúde

Av. Dom Pedro II, 1826 - Torre. João Pessoa- PB | (83) 3211.9000

Notícia de Fato 001.2020.008456

Documento 2020/0000589280 criado em 09/06/2020 às 08:02

<https://mpvirtual.mppb.mp.br/public/validacao/d4f9373a91e89edd538aca679a4ed1c2>



*Somos todos*  
**PARAÍBA**  
Governo do Estado

**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE  
GERÊNCIA FINANCEIRA**



**Ofício n.º 102/20-GF**

**João Pessoa, 27 de abril de 2020**

A Sua Exceência, o Senhor  
**MARIALVO LAUREANO DOS SANTOS FILHO**  
Secretário de Estado da Fazenda  
Secretaria da Fazenda do Estado  
NESTA

Senhor Secretário,

Solicitamos a Vossa Exceência que seja providenciado a transferência do valor de **R\$6.554.562,88(seis milhões quinhentos e cinquenta e quatro mil quinhentos e sessenta e dois reais e oitenta e oito centavos)**, para **Conta Corrente nº11.435-9, Agência 1618-7, do Banco do Brasil S/A, para o pagamento da Nota de Empenho nº7710/2020**, em favor do **Consórcio Nordeste**, CNPJ 34.304.033.0001-47, via **TED** e posterior regularização, através de **NP ESCRITURAL**, referente a **aquisição emergencial de equipamentos hospitalares (respiradores pulmonares)**, para enfrentamento do estado de calamidade pública, decorrente da pandemia do coronavírus, , conforme documento em anexo.

Atenciosamente,

**GERALDO ANTONIO DE MEDEIROS**  
Secretário de Estado da Saúde

**Secretaria de Estado da Saúde  
Av. Pedro II, 1826 - Torre – João Pessoa/PB**



G334271424764307023  
27/04/2020 15:07:58

### Transferência entre contas diversas

#### Debitado

Nome SES-CONTA UNICA GESTAO  
Agência 1618-7  
Conta corrente 11435-9

#### Creditado

Nome CONSORCIO I D S NORDESTE  
Agência 3832-6  
Conta corrente 90000-1  
Valor 6.554.562,88

Data

Nesta data

Assinada por JC654723 JOSE EDGLEI CAVALCANTE ANDRADE  
JC647747 FLAVIO MARQUES FORMIGA

27/04/2020 15:07:18  
27/04/2020 15:07:58

Transação efetuada com sucesso.

Transação efetuada com sucesso por: JC647747 FLAVIO MARQUES FORMIGA.





G334271424764307027  
27/04/2020 15:15:12

Transferência entre contas diversas

Debitado

Nome DOACOE COVID 19 FESEP  
Agência 1618-7  
Conta corrente 13968-8

Creditado

Nome CONSORCIO I D S NORDESTE  
Agência 3832-6  
Conta corrente 90000-1  
Valor 1.000.000,00

Data Nesta data

Assinada por JC654723 JOSE EDGLEI CAVALCANTE ANDRADE 27/04/2020 15:14:15  
JC647747 FLAVIO MARQUES FORMIGA 27/04/2020 15:15:12

Transação efetuada com sucesso.

Transação efetuada com sucesso por: JC647747 FLAVIO MARQUES FORMIGA.





**GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA**

Consortio Nordeste

GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO - CIDSNE/PRESID/SE/DIRAF/GERAD

**CONTRATO DE RATEIO Nº 02/2020**

**CONTRATO DE RATEIO QUE DELIMITA O RATEIO DAS DESPESAS OPERACIONAIS COM A AQUISIÇÃO CONJUNTA E COMPARTILHADA DE BENS QUE INDICA EM DECORRÊNCIA DA PANDEMIA DE COVID-19, CELEBRADO ENTRE ESTE CONSÓRCIO NORDESTE E OS ESTADOS CONSORCIADOS.**

**O CONSÓRCIO INTERESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO NORDESTE**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº 34.304.033/0001-47, com sede na 3ª Avenida do Centro Administrativo da Bahia, 390, Salvador/BA, CEP 41.745-005, neste ato representado por seu Presidente Rui Costa dos Santos, inscrito no CPF/MF sob o nº 237.909.975-87, residente e domiciliado na Ladeira do Jardim Zoológico, s/n, Palácio do Governo, Ondina, CEP: 40.170-720, doravante denominado **CONSÓRCIO NORDESTE** ou simplesmente **CONSÓRCIO**, o **ESTADO DE ALAGOAS**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 12.200.192/0001-69, com sede na Rua Cincinato Pinto, s/n, Palácio República dos Palmares, Maceió/AL, neste ato representado pelo Governador do Estado, JOSÉ RENAN VASCONCELOS CALHEIROS FILHO, o **ESTADO DA BAHIA**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 08.584.392/0001-95, com sede na 3ª Avenida, nº 390, Plataforma IV, 1º andar, Centro Administrativo da Bahia, CEP: 41.745-005, neste ato representado pelo Governador do Estado, RUI COSTA DOS SANTOS, o **ESTADO DO CEARÁ**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 07.954.480/0001-79, com sede no Palácio da Abolição, Avenida Barão Studart, nº 585, Meireles, Fortaleza/CE, neste ato representado pelo Governador do Estado, CAMILO SOBREIRA DE SANTANA, o **ESTADO MARANHÃO** inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 06.354.468/0002-41, com sede na Palácio dos Leões, Avenida Pedro II, São Luís/MA, neste ato representado pelo Governador do Estado, FLÁVIO DINO DE CASTRO E COSTA, o **ESTADO DA PARAÍBA**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 08.761.124/0001-00, com sede na Praça João Pessoa, s/n, João Pessoa/PB, neste ato representado pelo Governador do Estado, JOÃO AZEVEDO LINS FILHO, o **ESTADO DE PERNAMBUCO**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 10.571.982/0001-25, com sede na Praça da República, s/n Bairro de Santo Antônio, neste ato representado pelo Governador do Estado, PAULO HENRIQUE SARAIVA CÂMARA, o **ESTADO DO PIAUÍ**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 06.533.481/0001-49, com sede na Avenida Antonino Freire, nº 1450, Centro, Teresina/PI, neste ato representado pelo Governador do Estado, JOSÉ WELLINGTON BARROSO DE ARAÚJO DIAS, e o **ESTADO DE SERGIPE**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 13.128.798/0001-01, com sede na Avenida Adélia Franco, Palácio dos Despachos, nº 962, Aracaju/SE, neste ato representado pelo Governador do Estado, BELIVALDO CHAGAS SILVA, denominados, em conjunto, **CONSORCIADOS** e, individualmente, **CONSORCIADO**,

considerando a constituição do **CONSÓRCIO NORDESTE** que tem por objetivo o desenvolvimento sustentável do Nordeste;



<b>ALAGOAS</b>	10.305.0245.1-001	4.4.90.52.00.00	10.513.800,00
<b>BAHIA</b>	10.305.0245.1-001	4.4.90.52.00.00	4.945.050,00
<b>CEARÁ</b>	10.305.0245.1-001	4.4.90.52.00.00	10.929.600,00
<b>MARANHÃO</b>	10.305.0245.1-001	4.4.90.52.00.00	8.743.680,00
<b>PARAIBA</b>	10.305.0245.1-001	4.4.90.52.00.00	14.835.150,00
<b>PERNAMBUCO</b>	10.305.0245.1-001	4.4.90.52.00.00	17.487.360,00
<b>PIAUI</b>	10.305.0245.1-001	4.4.90.52.00.00	20.819.700,00
<b>SERGIPE</b>	10.305.0245.1-001	4.4.90.52.00.00	5.934.060,00
<b>TOTAL</b>			<b>94.208.400,00</b>

**Parágrafo Primeiro.** O rateio das despesas entre os entes **CONSORCIADOS** será feito conforme as demandas de bens e serviços que vierem a ser adquiridos conjuntamente e especificados no **Anexo I** deste Contrato.

**Parágrafo Segundo.** O **CONSÓRCIO** deverá discriminar as despesas a serem executadas, observando os critérios de classificação funcional, programática, por natureza de despesa e por fonte / destinação de recursos.

**Parágrafo Terceiro.** O **CONSÓRCIO** deverá fornecer aos entes **CONSORCIADOS** as informações necessárias para que sejam consolidadas, nas suas respectivas contas, todas as despesas realizadas com os recursos entregues em virtude deste **CONTRATO DE RATEIO**, de forma que possam ser contabilizadas na conformidade dos elementos econômicos e das atividades ou projetos atendidos.

**Parágrafo Quarto.** Os entes **CONSORCIADOS** efetuarão em suas contabilidades o registro das informações do prestadas pelo **CONSÓRCIO**, nos termos do Parágrafo Terceiro desta Cláusula, necessárias à consolidação dos seus demonstrativos fiscais.

**Parágrafo Quinto.** Para elaboração dos demonstrativos previsto na Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), os entes **CONSORCIADOS** computarão as despesas executadas na modalidade de aplicação referente às transferências efetuadas, observando a metodologia de elaboração estabelecida pelo Manual de Demonstrativos Fiscais, da Secretaria do Tesouro Nacional.

#### **CLÁUSULA QUARTA – DO VENCIMENTO E DA FORMA DE PAGAMENTO**

Os entes **CONSORCIADOS** devem integralizar suas respectivas cotas, definidas no **Anexo II** deste **CONTRATO DE RATEIO**, no prazo de até 5 (cinco) dias, contado da data de assinatura deste instrumento, mediante repasse efetivado por transferência do valor respectivo à conta de corrente nº **90.000-1**, da agência nº **3832-6**, do Banco do Brasil (001), de titularidade do **CONSÓRCIO**.

**Parágrafo Primeiro.** A obrigação de efetivar os repasses, nos montantes e na forma definidos nesta Cláusula Quarta, tem caráter irrevogável até o seu total cumprimento, salvo mediante Distrato deste **CONTRATO DE RATEIO**, mediante anuência de todos os entes **CONSORCIADOS**, em Assembleia Geral, ficando assegurada a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro deste Contrato.

**Parágrafo Segundo.** Os recursos repassados ao **CONSÓRCIO** na forma desta Cláusula poderão ser aplicados no mercado financeiro, desde que os resultados dessa aplicação sejam apropriados, integralmente, na execução do presente Contrato.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DAS ALTERAÇÕES**

Quaisquer alterações de valores ou do cronograma de desembolso/repasses, na forma disposta na Cláusula Quarta, não serão permitidas nem promovidas, salvo disposição





**ESTADO DE ALAGOAS****JOSÉ RENAN VASCONCELOS CALHEIROS FILHO****ESTADO DO CEARÁ****CAMILO SOBREIRA DE SANTANA****ESTADO DO MARANHÃO****FLÁVIO DINO DE CASTRO E COSTA****ESTADO DA PARAÍBA****JOÃO AZEVEDO LINS FILHO****ESTADO DE PERNAMBUCO****PAULO HENRIQUE SARAIVA CÂMARA****ESTADO DO PIAUÍ****JOSÉ WELLINGTON BARROSO DE ARAÚJO DIAS****ESTADO DE SERGIPE****BELIVALDO CHAGAS SILVA****ANEXO I – RELAÇÃO DOS BENS E SERVIÇOS A SEREM ADQUIRIDOS**

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	TOTAL DA LINHA €	VALOR EM REAIS (R\$)*
250 PCs	Dräger Evita® 300	CIF Price Brasil: 36.800,00 €	9.200.000,00 €	R\$ 54.648.000,00

Notícia de Fato 001.2020.008756

200 PCs	Dräger Savina® 300	CIF Price Brasil: 33.300,00 €	6.660.000,00 €	R\$ 39.560.400,00
		<b>Total:</b>	<b>15.860.000,00 €</b>	<b>R\$ 94.208.400,00</b>

\*Cotação do Euro no valor de R\$5,94

ESTADO CONSORCIADO	EVITA	SAVINA	VALOR €	VALOR R\$*
ALAGOAS	30	20	1.770.000,00 €	R\$ 10.513.800,00
BAHIA		25	832.500,00 €	R\$ 4.945.050,00
CEARÁ	50		1.840.000,00 €	R\$ 10.929.600,00
MARANHÃO	40		1.472.000,00 €	R\$ 8.743.680,00
PARAÍBA		75	2.497.500,00 €	R\$ 14.835.150,00
PERNAMBUCO	80		2.944.000,00 €	R\$ 17.487.360,00
PIAUI	50	50	3.505.000,00 €	R\$ 20.819.700,00
SERGIPE		30	999.000,00 €	R\$ 5.934.060,00
<b>TOTAL:</b>				<b>R\$ 94.208.400,00</b>

\*Cotação do Euro no valor de R\$5,94

	Forma de Pagamento			
	Pgto em 27/04/2020		Pgto na entrega*	
ESTADOS	EUROS	REAIS	EUROS	REAIS
AL	885.000,00 €	R\$ 5.256.900,00	885.000,00 €	R\$ 5.256.900,00
BA	416.250,00 €	R\$ 2.472.525,00	416.250,00 €	R\$ 2.472.525,00
CE	920.000,00 €	R\$ 5.464.800,00	920.000,00 €	R\$ 5.464.800,00
MA	736.000,00 €	R\$ 4.371.840,00	736.000,00 €	R\$ 4.371.840,00
PB	1.248.750,00 €	R\$ 7.417.575,00	1.248.750,00 €	R\$ 7.417.575,00
PE	1.472.000,00 €	R\$ 8.743.680,00	1.472.000,00 €	R\$ 8.743.680,00
PI	1.752.500,00 €	R\$ 10.409.850,00	1.752.500,00 €	R\$ 10.409.850,00
SE	499.500,00 €	R\$ 2.967.030,00	499.500,00 €	R\$ 2.967.030,00
<b>TOTAL</b>	<b>7.930.000,00 €</b>	<b>R\$ 47.104.200,00</b>	<b>7.930.000,00 €</b>	<b>R\$ 47.104.200,00</b>

\*Valor sujeito a variação da cotação da moeda estrangeira na data do pagamento.



Documento assinado eletronicamente por **José Wellington Barroso de Araujo Dias, Governador**, em 02/05/2020, às 11:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do [Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014](#).



Documento assinado eletronicamente por **João Azevêdo Lins Filho, Governador**, em 04/05/2020, às 16:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do [Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014](#).

Documento assinado eletronicamente por **José Renan Vasconcelos Calheiros Filho, Governador**, em 04/05/2020, às 17:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II,

Notícia de Fato 001.2020.008456



do [Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014](#).



Documento assinado eletronicamente por **Flávio Dino de Castro e Costa, Governador**, em 05/05/2020, às 16:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do [Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://seibahia.ba.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://seibahia.ba.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **00018196211** e o código CRC **30B70552**.

Referência: Processo nº 200.13103.2020.0000002-24

SEI nº 00018196211

Assinado eletronicamente por: BONAVI DE NEIVA COSTA em 05/05/2020 às 16:52



CONTRATO Nº 085 /2020

Processo: 170320585

Dispensa de Licitação: 086/2020

CONTRATO DE COMPRA Nº 085 /2020  
QUE ENTRE SI CELEBRAM A SECRETARIA  
DE ESTADO DA SAÚDE DA PARAÍBA, E A  
EMPRESA INTERMED EQUIPAMENTO  
MÉDICO HOSPITALAR LTDA.

A SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DO ESTADO DA PARAÍBA – SES/PB, Órgão da Administração Direta do Governo do Estado da Paraíba, situada na Avenida Dom Pedro II, n.º 1826, nesta capital, neste ato representado pelo **Dr. GERALDO ANTÔNIO DE MEDEIROS**, Secretário de Estado da Saúde, inscrito no CPF sob o n.º 134.852.884-20, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e a empresa **INTERMED EQUIPAMENTO MÉDICO HOSPITALAR LTDA**, inscrita no CNPJ nº 49.520.521/0001-69, com sede na Rua Santa Mônica, 980, Parque Industrial San Jose, Cotia/SP, denominada CONTRATADO, neste ato representado por seu procurador **HOMERO BASTOS LIMA**, portador do CPF nº 511.854.664-87, tendo em vista o que consta nos autos do processo de aquisição 170320585, Dispensa de Licitação nº 086/2020, e em observância à Lei nº 8.666, de 1993 no seu Artigo 24, Inciso IV e à Lei Estadual nº 9.697, de 2012, Lei nº 10.128/2013 e demais legislações correlatas, resolvem celebrar o presente instrumento, mediante as cláusulas e as condições seguintes:

## 1. DO OBJETO

- 1.1. O objeto do presente Termo de Contrato é a **AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS MÉDICO-HOSPITALARES**, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência do processo identificado no preâmbulo e na proposta vencedora.
- 1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Termo de Referência identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independente de transcrição.
- 1.3. Discriminação do objeto:

Item	Código	Descrição	Quantidade	Valor Unit.	Subtotal
16	29124	Ventilador Pulmonar Pressométrico e Volumétrico, cujas especificações constam no termo de referência	84	52.000,00	4.368.000,00

## 2. DA VIGÊNCIA

- 2.1. O prazo de vigência do contrato será até 180 dias, iniciado a partir da data da assinatura do presente instrumento.

Secretaria de Estado da Saúde

Av. Dom Pedro II, 1826 - Torre. João Pessoa- PB | (83) 3211.9000



### 3. DO VALOR

3.1. O valor do contrato é de R\$ 4.368.000,00 (quatro milhões, trezentos e sessenta e oito mil reais).

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

### 4. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Estado deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

25.101.10.302.5007.2950.0287.44905200 - Fonte: 110; Reserva: 2049;

25.101.10.302.5007.2950.0287.44905200 - Fonte: 160; Reserva: 2050;

4.2. A Administração não se obriga a fazer o uso total das Reservas Orçamentárias acima, sendo facultado o consumo total dos itens deste contrato. A possível supressão poderá ser superior a 25% do total global, conforme inciso II, do § 2º, do Art. 65 da Lei 8.666/93.

### 5. DO PAGAMENTO

5.1. O pagamento será realizado em conta bancária, em até 30 dias após a liquidação da entrega de mercadorias realizada.

5.2. Será retido para o Fundo Empreender 1,6% das empresas de médio porte ou superior e 1% das empresas de pequeno porte, nos termos do inciso II, do art. 7º, da Lei nº 10.128/2013.

5.3. Demais critérios de pagamento encontram-se no Termo de Referência.

### 6. DO REAJUSTE

6.1. O preço contratado é fixo e irreajustável.

### 7. DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO OBJETO

7.1. O fornecimento das mercadorias será efetuado em remessa ÚNICA e integral em até 05 dias corridos após o recebimento da Nota de Empenho da despesa, preferencialmente entre as 09h00min e 16h00min horas, nos Almoxxarifado Central da Secretaria Estadual de Saúde localizado na Av. Mata Atlântica, Lote 1R, quadra 03, nº 23, Loteamento Amazônia Parque, Cabedelo/PB.

7.1.1. A CONTRATADA poderá se por motivo justo, solicitar prorrogação do prazo de entrega dos equipamentos.

7.1.1.1. A prorrogação do prazo de entrega só será válida mediante aceitação formal desta Secretaria de Estado da Saúde.

7.2. A contratada deverá realizar a instalação, montagem e treinamento (capacitação técnica) no prazo de até 05 (cinco) dias corridos após a entrega do equipamento, em dias e horários a ser negociado entre a Contratada e Contratante, não menos que um treinamento por item contratado nos diversos hospitais do Anexo II.

7.3. A contratada deverá assumir todos os custos de montagem referente aos equipamentos, sem ônus para a SES/PB.

### 8. GARANTIA DE FÁBRICA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

- 8.1.O prazo de garantia técnica dos equipamentos será de, no mínimo, 12 (doze) meses, contados da data do recebimento definitivo do produto.
- 8.2.A empresa fornecedora dos produtos será responsável pela substituição, troca ou reposição dos mesmos se, porventura, forem entregues com qualquer defeito, avaria ou incompatibilidade com as especificações deste Termo de Referência.
- 8.3.O prazo de garantia dos serviços de instalação será de, no mínimo, 12 (doze) meses, contados da data do recebimento definitivo do produto.
- 8.4.O prazo máximo para atendimento e reparo/solução a problemas de equipamentos e seus componentes, contando a partir da data da abertura do chamado será de 6 (seis) horas.
- 8.5.Nos casos em que a solução do problema for ultrapassar os prazos previstos acima, o equipamento
- 8.6.deverá ser substituído por outro de igual ou maior desempenho e configuração igual ou superior, até que o defeituoso seja recolocado em operação.
- 8.7.Em caso de substituição do equipamento, este deverá ser realizado no prazo máximo de 12 (doze) horas, após a notificação pelo gestor/fiscal do contrato.

## 9. DA FISCALIZAÇÃO

- 9.1. A fiscalização da execução do objeto será efetuada, na forma estabelecida no Termo de Referência.

## 10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

- 10.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência.

## 11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 11.1. As sanções referentes à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência.

## 12. HABILITAÇÃO

- 12.1. Durante toda vigência contratual a empresa contratada deverá manter todas as exigências de habilitação encontradas no Termo de Referência.

### 13. DA RESCISÃO

- 13.1. Os contratos originários desta dispensa de licitação poderão ser rescindidos em até 30 dias após a liberação de Ata de Registro de Preço resultante do processo licitatório definitivo.

## 14. DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

- 14.1. Este contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nos casos previstos no Art. 65 da Lei 8.666/93.

## 15. DOS CASOS OMISSOS

- 15.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002, no Decreto Estadual nº 24.649, de 2003, no Decreto Estadual nº 34.986, de 2014 e demais normativos de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

## 16. DA PUBLICAÇÃO

Secretaria de Estado da Saúde

Av. Dom Pedro II, 1826 - Torre, João Pessoa- PB | (83) 3211.9000

Notícia de Fato 001.2020.00846  
Documento 2020.0000569257 criado em 09/06/2020 às 08:50  
<https://mpvirtual.mppb.mp.br/public/validacao/f41c1993948990a81a449d8c1b637611>





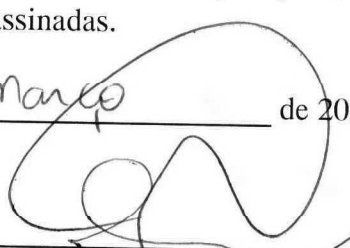
- 16.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação do extrato deste Contrato, no Diário Oficial do Estado, nos termos do § Único, do art. 61 da Lei 8.666/93.

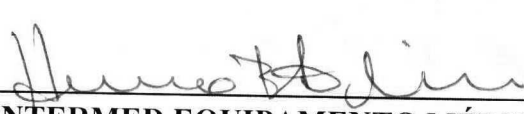
## 17. DO FORO

- 17.1. O foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Contrato será o da Seção Judiciária de João Pessoa/PB, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E assim, por estarem de acordo, ajustados e contratados, após lido e achado conforme, as partes a seguir firmam o presente Contrato em 02 (duas) vias, de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

João Pessoa, 24 de março de 2020.

  
\_\_\_\_\_  
**Dr. GERALDO ANTÔNIO DE MEDEIROS**  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DO ESTADO DA PARAÍBA – SES/PB  
Secretário de Estado  
CONTRATANTE

  
\_\_\_\_\_  
**INTERMED EQUIPAMENTO MÉDICO HOSPITALAR LTDA**  
CNPJ nº 49.520.521/0001-69  
CONTRATADA

### TESTEMUNHAS:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

Assinatura eletrônica emitida em 09/06/2020 às 18:50



## PROCURAÇÃO

**OUTORGANTE:** Intermed Equipamento Médico Hospitalar Ltda., inscrita no CNPJ sob nº 49.520.521/0001-69, sediada na Rua Santa Monica, 980 – Parque Industrial San Jose, Cotia – SP, por intermédio de seu representante legal.

**OUTORGADO:** Homero Basto Lima, empresário, casado, brasileiro, residente à Rua Bel José de Oliveira Curchatuz 527, ED Manoa Apt 802 - Bairro: Bessa - João Pessoa - PB, portador do documento de identidade RG 3170868 e inscrito no CPF 511.854.664-87.

**OBJETO:** Representar a Outorgante em todas as modalidades de licitação nas esferas Municipal, Estadual e Federal.

**PODERES:** Assinar, em nome da Outorgante, todo e qualquer documento, impugnar, apresentar documentação, interpor recurso e renunciar a sua interposição, assinar contrato, assinar ata, assim como praticar todos os demais atos pertinentes com a finalidade de cumprimento deste instrumento de procuração.

**VALIDADE:** 12 (doze) meses.

**SUBSTABELECIMENTO:** Não é permitido o substabelecimento.

Cotia/SP, 19 de Agosto de 2019.

INTERMED EQUIPAMENTO MÉDICO HOSPITALAR LTDA.

Marcelo Tadeu Fontinha Ferreira  
Diretor Comercial

vyaire.com

Rua Santa Monica, 980 - Pq. Industrial San José  
Cotia, SP Brasil 06715-865  
Fone: 11 4615-9300



Assinatura eletrônica em: 20/08/2020 08:51:48



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
ESTADO DA PARAÍBA  
CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS  
FUNDADO EM 1888  
PRIMEIRO REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO E ÓBITOS E PRIVATIVO DE CASAMENTOS, INTERDIÇÕES E TUTELAS DA COMARCA DE JOÃO PESSOA

Av. Eptácio Pessoa, 1145 Bairro dos Estados 58030-00, João Pessoa PB  
Tel.: (83) 3244-5404 / Fax: (83) 3244-5484  
http://www.azevedobastos.not.br  
E-mail: cartorio@azevedobastos.not.br



### DECLARAÇÃO DE SERVIÇO DE AUTENTICAÇÃO DIGITAL

O Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti, Oficial do Primeiro Registro Civil de Nascimentos e Óbitos e Privativo de Casamentos, Interdições e Tutelas com atribuição de autenticar e reconhecer firmas da Comarca de João Pessoa Capital do Estado da Paraíba, em virtude de Lei, etc...

DECLARA para os devidos fins de direito que, o documento em anexo identificado individualmente em cada *Código de Autenticação Digital*<sup>1</sup> ou na referida sequência, foi autenticados de acordo com as Legislações e normas vigentes<sup>2</sup>.

DECLARO ainda que, para garantir transparência e segurança jurídica de todos os atos oriundos dos respectivos serviços de Notas e Registros do Estado da Paraíba, a Corregedoria Geral de Justiça editou o Provimento CGJPB Nº 003/2014, determinando a inserção de um código em todos os atos notoriais e registrais, assim, cada Selo Digital de Fiscalização Extrajudicial contém um código único (por exemplo: **Selo Digital: ABC12345-X1X2**) e dessa forma, cada autenticação processada pela nossa Serventia pode ser confirmada e verificada tantas vezes quanto for necessário através do site do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, endereço <http://corregedoria.tjpb.jus.br/selo-digital/>

A autenticação digital do documento faz prova de que, na data e hora em que ela foi realizada, a empresa **ZARV ASSESSORIA LTDA** tinha posse de um documento com as mesmas características que foram reproduzidas na cópia autenticada, sendo da empresa **ZARV ASSESSORIA LTDA** a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a este Cartório.

Esta DECLARAÇÃO foi emitida em **22/08/2019 14:52:00 (hora local)** através do sistema de autenticação digital do Cartório Azevêdo Bastos, de acordo com o Art. 1º, 10º e seus §§ 1º e 2º da MP 2200/2001, como também, o documento eletrônico autenticado contendo o Certificado Digital do titular do Cartório Azevêdo Bastos, poderá ser solicitado diretamente a empresa **ZARV ASSESSORIA LTDA** ou ao Cartório pelo endereço de e-mail [autentica@azevedobastos.not.br](mailto:autentica@azevedobastos.not.br)

Para informações mais detalhadas deste ato, acesse o site <https://autdigital.azevedobastos.not.br> e informe o *Código de Consulta desta Declaração*.

**Código de Consulta desta Declaração:** 1329025

A consulta desta Declaração estará disponível em nosso site até **21/08/2020 09:03:00 (hora local)**.

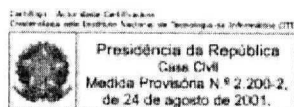
<sup>1</sup>**Código de Autenticação Digital:** 60312108190835380733-1

<sup>2</sup>**Legislações Vigentes:** Lei Federal nº 8.935/94, Lei Federal nº 10.406/2002, Medida Provisória nº 2200/2001, Lei Federal nº 13.105/2015, Lei Estadual nº 8.721/2008, Lei Estadual nº 10.132/2013 e Provimento CGJ Nº 003/2014.

O referido é verdade, dou fê.

### CHAVE DIGITAL

00005b1d734fd94f057f2d69fe6bc05b4d895899dc643d3cc876f4f5babf87a1bd95bc37836298ba594e5c450764863cb56ea7b6aa77f6f9008bc9362fab359747a4e48e378bb72d9219cd974523c813



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
MINISTÉRIO DAS CIDADANIAS  
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSPORTES  
CARTÃO NACIONAL DE HABILITAÇÃO

62

CONTROLE INTERNO  
7/13  
RUBR  
SES PB

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL  
1467332195

PROIBIDO PLASTIFICAR  
1467332195

NOME  
HOMERO BASTO LIMA

DOC. EMISSÃO / ORG. EMISSOR  
3170858 SSP PR

CNPJ  
S11.854.664-87

DATA NASCIMENTO  
10/11/1968

PRACON  
JOAQUIM BASTO LIMA  
VANIA EADUSCA DE AGUIAR LIMA

PERMISSÃO  
ACC  
CALHA  
AB

Nº REGISTRO  
01203219998

VALIDADEZ  
16/02/2022

1ª HABILITAÇÃO  
08/05/1987

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL  
JOÃO PESSOA, PB

DATA EMISSÃO  
17/02/2017

ASSINATURA DO EMISSOR

35680185118  
PBO34167447

PARAIBA

CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELIONATO DE NOTAS - Código CNJ 06.970-9

Autenticação Digital

De acordo com os artigos 1º, 3º e 7º inc. V 8º, 41 e 52 da Lei Federal 8.935/1994 e Art. 6º inc. XII da Lei Estadual 8.721/2008 autentico a presente imagem digitalizada, reprodução fiel do documento apresentado e conferido neste ato. O referido é verdade. Dou fé

Cód. Autenticação: 13312808191137410328-1; Data: 28/08/2019 11:43:11

Selo Digital de Fiscalização Tipo Normal C: AJA82966-VJGP; Valor Total do Ato: R\$ 4,42

Valber Azevedo de Miranda Cavalcanti Titular

Confira os dados do ato em: <https://selodigital.tjpb.jus.br>



20/09/2019

<https://autdigital.azevedobastos.not.br/home/comprovante>

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
ESTADO DA PARAÍBA  
CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS  
FUNDADO EM 1888  
PRIMEIRO REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO E ÓBITOS E PRIVATIVO DE CASAMENTOS, INTERDIÇÕES E TUTELAS DA COMARCA DE JOÃO PESSOA

Av. Epitácio Pessoa, 1145 Bairro dos Estados 58030-00, João Pessoa PB  
Tel.: (83) 3244-5404 / Fax: (83) 3244-5484  
<http://www.azevedobastos.not.br>  
E-mail: [cartorio@azevedobastos.not.br](mailto:cartorio@azevedobastos.not.br)



DECLARAÇÃO DE SERVIÇO DE AUTENTICAÇÃO DIGITAL

O Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti, Oficial do Primeiro Registro Civil de Nascimentos e Óbitos e Privativo de Casamentos, Interdições e Tutelas com atribuição de autenticar e reconhecer firmas da Comarca de João Pessoa Capital do Estado da Paraíba, em virtude de Lei, etc...

DECLARA para os devidos fins de direito que, o documento em anexo identificado individualmente em cada *Código de Autenticação Digital* ou na referida sequência, foi autenticados de acordo com as Legislações e normas vigentes<sup>1</sup>.

DECLARO ainda que, para garantir transparência e segurança jurídica de todos os atos oriundos dos respectivos serviços de Notas e Registros do Estado da Paraíba, a Corregedoria Geral de Justiça editou o Provimento CGJPB Nº 003/2014, determinando a inserção de um código em todos os atos notoriais e registrais, assim, cada Selo Digital de Fiscalização Extrajudicial contém um código único (por exemplo: *Selo Digital: ABC12345-X1X2*) e dessa forma, cada autenticação processada pela nossa Serventia pode ser confirmada e verificada tantas vezes quanto for necessário através do site do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, endereço <http://corregedoria.tjpb.jus.br/selo-digital/>

A autenticação digital do documento faz prova de que, na data e hora em que ela foi realizada, a empresa HBL VENDAS E SERV. EQUIP. MED. ORTOPEDICOS LTDA tinha posse de um documento com as mesmas características que foram reproduzidas na cópia autenticada, sendo da empresa HBL VENDAS E SERV. EQUIP. MED. ORTOPEDICOS LTDA a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a este Cartório.

Esta DECLARAÇÃO foi emitida em 20/09/2019 14:31:53 (hora local) através do sistema de autenticação digital do Cartório Azevêdo Bastos, de acordo com o Art. 1º, 10º e seus §§ 1º e 2º da MP 2200/2001, como também, o documento eletrônico autenticado contendo o Certificado Digital do titular do Cartório Azevêdo Bastos, poderá ser solicitado diretamente a empresa HBL VENDAS E SERV. EQUIP. MED. ORTOPEDICOS LTDA ou ao Cartório pelo endereço de e-mail [autentica@azevedobastos.not.br](mailto:autentica@azevedobastos.not.br)

Para informações mais detalhadas deste ato, acesse o site <https://autdigital.azevedobastos.not.br> e informe o *Código de Consulta desta Declaração*.

Código de Consulta desta Declaração: 1334855

A consulta desta Declaração estará disponível em nosso site até 28/08/2020 15:49:58 (hora local)

<sup>1</sup>Código de Autenticação Digital: 13312808191137410328-1

<sup>2</sup>Legislações Vigentes: Lei Federal nº 8.935/94, Lei Federal nº 10.406/2002, Medida Provisória nº 2200/2001, Lei Federal nº 13.105/2015, Lei Estadual nº 8.721/2008, Lei Estadual nº 10.132/2013 e Provimento CGJ Nº 003/2014.

O referido é verdade, dou fé.

CHAVE DIGITAL

00005b1d734fd94f057f2d69fe6bc05bc2b53ea2c2e1bd30faba80ce69dd72f506335c196dc409493584e89ebcaa9c79e077e1a544eac4f0307cf5c3c721d944f856cf3946111ef55900ebd1ab5a4ebb

<https://autdigital.azevedobastos.not.br/home/comprovante>

1/2

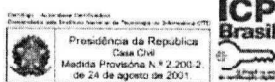
Assinatura eletrônica de VÁLBER AZEVEDO DE MIRANDA CAVALCANTI em 09/06/2020 às 08:30





20/09/2019

<https://autdigital.azevedobastos.not.br/home/comprovante>



<https://autdigital.azevedobastos.not.br/home/comprovante>

2/2

Assimilado eletronicamente por BONARDENILEIA CESAR 06/02/2020





# ESTADO DA PARAÍBA NOTA DE EMPENHO

# NE

5	EXERCÍCIO	7	NÚMERO
2020		04886	



ÓRGÃO		
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE		
UNIDADE GESTORA	13	CÓDIGO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE		250001

20	TIPO DE CRÉDITO	23	CRÉDITO ESPECIAL / EXTRAORDINÁRIO	23	FUNDO ESPECIAL						
01	1 - OBRIGATORIO SUPLEMENTAR 2 - OBRIGATORIO 3 - EXTRAORDINARIO 4 - JACO ESPECIAL	Situacao DECRETÓ N° 1									
35	U.O.	39	PROGRAMA DE TRABALHO	50	NATUREZA DA DESPESA	58	F.R.	60	D.V.	61	IMPORTÂNCIA
	25101		10.302.5007.2950		44905200		160		02451		4.368.000,00

21	NOME DO CREDOR	22	CÓDIGO	CÓDIGO DO BANCO E N.º C/C		
02	INTERMED		063925	001 000036038-4		
ENDEREÇO (RUA, AVENIDA, PRAÇA, ETC)		NÚMERO		ANDAR, SALA, APTO, ETC		
RUA SANTA MONICA 980						
BAIRRO OU DISTRITO		CIDADE OU MUNICÍPIO		U.F.	C.E.P.	TELEFONE
PARQUE INDUSTRI		COTIA		SP	6715865	

PROGRAMAÇÃO DE CAIXA				20	22	EFEITO	
03	22	JANEIRO	37	FEVEREIRO	37	MARÇO	
	22	ABRIL	37	MAIO	37	JUNHO	
	22	JULHO	37	AGOSTO	37	SETEMBRO	
05	22	OUTUBRO	37	NOVEMBRO	37	DEZEMBRO	
06							
						07	1 - OBRIGACAO 2 - SUPLEMENTACAO 3 - ANULACAO PARCIAL 4 - ANULACAO TOTAL
						29	LICITACAO
						32	PROCESSO Nº 170320585

ESPECIFICAÇÃO	UNID	QUANT	PARCIAL	PREÇO	TOTAL
VALOR REFERENTE AQUISICAO EMER GENCIAL DE EQUIPAMENTOS MEDICO S, PARA ENFRENTAMENTO DA EMERG ENCIA DE SAUDE PUBLICA, DECORR ENTE DA PANDEMIA DO CORONAVIRUS, DESTINADO A SECRE TARIA DE ESTADO DA SAUDE, CONF ORME P.F. No.079/2020.	UND	1,0	4368000,00	0,00	0,00
Total da Despesa:					4.368.000,00

**SECRETARIA DA SAÚDE**  
**CNPJ: 08.778.268/0001-60**  
End p/ entrega de mercadorias:  
Almoxarifado Central,  
Av. Cap. José Pessoa S/N  
Jaguaribe - João Pessoa/PB  
Horário de Funcionamento:  
Segunda à Sexta-feira

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA		PROGRAMAÇÃO TRIMESTRAL	
SALDO ANTERIOR	SALDO ATUAL	SALDO ANTERIOR	SALDO ATUAL
16.773.120,00	12.405.120,00	9.238.134,08	4.870.134,08
RESPONSÁVEL PELA EMISSÃO		AUTORIDADE ORDENADORA	
Flavio Marques Formiga		Codigo do Ordenador 247673 GERALDO ANTONIO DE MEDEIRO	
		43 DATA 26/03/2020	
ESPAÇO RESERVADO		ATESTO O RECEBIMENTO DO MATERIAL / PRESTAÇÃO DO SERVIÇO.	
		EM	



ESTADO DA PARAÍBA  
NOTA DE EMPENHO

NE

5	EXERCÍCIO	7	NÚMERO
2020		05504	



ÓRGÃO	SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE		
UNIDADE GESTORA	SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE		
13	CÓDIGO	250001	

21	TIPO DE CRÉDITO	23	CRÉDITO ESPECIAL / EXTRAORDINÁRIO	23	FUNDO ESPECIAL						
01	1	Situacao SECRETO N° 1									
36	U.O.	39	PROGRAMA DE TRABALHO	50	NATUREZA DA DESPESA	50	F.R.	60	D.V.	61	IMPORTÂNCIA
	25101		10.302.5007.2950		44905200		160		02451		4.368.000,00

20	NOME DO CREDOR	22	CÓDIGO	CÓDIGO DO BANCO E N.º C/C		
02	INTERMED	063925	001	000036038-4		
ENDEREÇO (RUA, AVENIDA, PRAÇA, ETC)		NÚMERO		ANDAR, SALA, APTO., ETC		
RUA SANTA MONICA 980						
BAIRRO OU DISTRITO		CIDADE OU MUNICÍPIO		U.F.	C.E.P.	TELEFONE
PARQUE INDUSTRI		COTIA		SP	6715865	

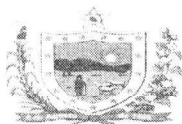
20	PROGRAMAÇÃO DE CAIXA						20	22	EFEITO	
03	22	JANEIRO	37	FEVEREIRO	37	MARÇO				
	22	ABRIL	37	MAIO	37	JUNHO				
04	22	JULHO	37	AGOSTO	37	SETEMBRO				
05	22	OUTUBRO	37	NOVEMBRO	37	DEZEMBRO				
06										
							07	23		
								4	04886	
							29	LICITAÇÃO		
							4	1 - CONTRATE 2 - T. PREÇO 3 - CONCORR 4 - DISPENSA	30	4
							32	PROCESSO N.º 170320585		

ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANT	PARCIAL	TOTAL
ANULACAO TOTAL, CONFORME SOLICITACAO EM ANEXO.	UND	1,0	4368000,00	4368000,00
Total da Despesa:				4.368.000,00

CODATA

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA		PROGRAMAÇÃO TRIMESTRAL	
SALDO ANTERIOR	SALDO ATUAL	SALDO ANTERIOR	SALDO ATUAL
5.716.261,92	10.084.261,92	5.223.000,00	9.591.000,00
RESPONSÁVEL PELA EMISSÃO		AUTORIDADE ORDENADORA	
Flavio Marques Formiga		Codigo do Ordenador 247673 GERALDO ANTONIO DE MEDEIRO	
43		DATA	
		06/04/2020	
ESPAÇO RESERVADO		ATESTO O RECEBIMENTO DO MATERIAL / PRESTAÇÃO DO SERVIÇO.	
		, EM / /	





Somos todos  
**PARAÍBA**  
Governo do Estado

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO  
CPL/SES/PB



Ofício nº 011/2020

João Pessoa, 03 de abril de 2020.

**URGENTE**

Ao Senhor Chefe do Núcleo de Empenho da GEFIN da SES,

Encaminhamos documentação pertinente ao pedido de cancelamento da Nota de Empenho nº 04886/2020 pela INTERMED, referente ao Processo nº 170320585, já que os autos se encontram no seu setor, para os fins que se destinam.

Atenciosamente,

  
Karla Michele Vitorino Maia  
Presidente/Pregoeira Oficial da CPL/SES-PB  
Matrícula nº 170.333-1

Ilmo. Sr.  
Flávio Marques  
Chefe do Núcleo de Empenho da GEFIN da Secretaria de Estado da Saúde  
N E S T A.

Assinatura eletrônica de Karla Michele Vitorino Maia em 03/04/2020 às 14:38

Zimbra

cpl@ses.pb.gov.br

718

**RES: CÓPIA DA NE 04886/2020****De :** Gomes, Flaviano <flaviano.gomes@Vyaire.com>

qui, 02 de abr de 2020 16:45

**Assunto :** RES: CÓPIA DA NE 04886/2020

4 anexos

**Para :** Tesouraria <tesouraria@ses.pb.gov.br>, WELLINGTON FEITOSA <zeltinho13@outlook.com>, wellington sespb <wellington.sespb@gmail.com>, cpl@ses.pb.gov.br**Cc :** DL-BRA10-Central Sales <DL-BRA10-Central\_Sales@vyaire.com>, Hernandes, Raquel <raquel.salles@Vyaire.com>, Adeilma Farias <adeilma.gac@hblmed.com.br>, homerobasto@hblmed.com.br

Prezados,

Encaminhamos, em anexo, a Carta Informativa do Ofício n.º 72/2020/DLOG/SE/MS.

Ficamos no aguardo do vosso retorno.

Atenciosamente,

Flaviano Gomes  
Sales and Export Assistant  
Assistente de Vendas e Exportação  
+55 11 4615 9338 Office  
+55 11 4615 9310 Fax  
flaviano.gomes@vyaire.com

**vyaire**  
MEDICAL

This message (which includes any attachments) is intended for the designated recipients. It may contain confidential or proprietary information and may be subject to the attorney-client privilege or other confidential protections. If you are not an intended recipient, you may not review, use or distribute this email. If you have received this email in error, please relay to the sender by reply email and delete this email. Thank you.

**Mailing Address:**  
Rua Santa Monica, 980  
Parque Industrial San Jose  
Cofia, São Paulo  
CEP: 06715-865  
*Supporting Life.™*

-----Mensagem original-----

De: Tesouraria [mailto:tesouraria@ses.pb.gov.br]

Enviada em: sexta-feira, 27 de março de 2020 12:23

Notícia de Fato 001.2020.008756

Documento 2020/0000589288 criado em 09/06/2020 às 08:57

Assinatura eletrônica protegida por BDNVIR DE NELETA 09/06/2020 08:57



Para: DL-BRA10-Central Sales; WELLINGTON FEITOSA  
Assunto: CÓPIA DA NE 04886/2020

CAUTION: External Email : Do not click links or open attachments unless you recognize the sender and know the content is safe.



Estamos encaminhando em anexo, cópia da NE 04886/2020.

Dúvidas ref. DOCUMENTAÇÃO, entrar em contato com:

>>> Sr. WELLINGTON FEITOSA <<<  
(83)98862.1302  
[wellington.sespb@gmail.com](mailto:wellington.sespb@gmail.com)

>>> NÃO RESPONDER ESSE E-MAIL <<<

#OBSERVAÇÃO:

FAVOR COMPARECER AO SETOR FINANCEIRO/TESOURARIA PARA RECEBER A NOTA DE EMPENHO ORIGINAL.

\*\*\*\*\* This message (including any attachments) is intended solely for the designated recipients. It may contain confidential or proprietary information and may be subject to the attorney-client privilege or other confidential protections. If you are not an intended recipient, you may not review, use or distribute this email. If you have received this email in error, please relay to the sender by reply email and delete this email. Thank you \*\*\*\*\*

**Carta\_SES-PB.pdf**

430 KB

**SEI\_MS-0014111960-Ofício.pdf**

98 KB

Assinatura eletrônica e data: 09/06/2020 às 08:57



Cotia, 02 de Abril de 2020.

A  
SECRETÁRIA DE ESTADO DA SAÚDE DA PARAÍBA – SES PB  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL/SES/PB  
OFÍCIO Nº. 022/2020/CPL  
DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 086/2020  
PROCESSO N.º 170320585  
NOTA DE EMPENHO N.º 2020/04886

REF.: Nota de Empenho n.º 2020/04886– Impossibilidade de atendimento do contrato

A Intermed Equipamento Médico Hospitalar Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 49.520.521/0001-69, sediada na Rua Santa Mônica, 980, Jardim Belizário, Parque Industrial San José, Cotia, São Paulo, CEP 06.715-865, informa que recebeu o Ofício Nº 72/2020/DLOG/SE/MS do Ministério da Saúde, com fulcro no art.3º, VIII da Lei 13.979/20, requisitando para si, a partir da data do ofício e pelo prazo de 180 dias, todos os bens e serviços da Vyaire para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus.

Em consequência, todas as operações comerciais da Vyaire foram suspensas, impossibilitando o atendimento aos compromissos já firmados.

Diante desta situação, solicitamos que nos informe se há interesse em manter o fornecimento destes equipamentos a partir do término do prazo requisitado pelo Ministério da Saúde, hipótese em que negociaríamos novo prazo de entrega; ou se preferem o cancelamento do contrato/processo. Para ambos os casos, aguardamos vossas orientações de como devemos proceder.

Caso o prazo requisitado pelo Ministério da Saúde seja reduzido, entraremos em contato.

Certos de vossa compreensão, diante do fato que estamos tomando estas ações por motivos que fogem ao nosso controle.

Atenciosamente,

Vyaire Medical  
Marcelo Fontinha  
Diretor Comercial



Ministério da Saúde  
Secretaria Executiva  
Departamento de Logística em Saúde



OFÍCIO Nº 72/2020/DLOG/SE/MS

Brasília, 24 de março de 2020.

Ao Senhor,

**CARLOS MISIARA**

Intermed Equipamentos Médico Hospitalar LTDA.

E-mail: [carlos.misiara@vyaire.com](mailto:carlos.misiara@vyaire.com)

**Assunto: Capacidade produtiva de ventiladores pulmonares.**

Senhor Representante,

1. Com meus cordiais cumprimentos, solicito informações quanto a disponibilidade de ventilador pulmonar microprocessado com capacidade de ventilar pacientes adultos e pediátricos para imediato fornecimento ao Ministério da Saúde.
2. Solicito, também, que seja esclarecido separadamente:
3. A capacidade produtiva mensal dessa respeitável Sociedade Empresária para o referido produto; e
4. Viabilidade de incremento na produção e, nesta hipótese, qual quantitativo.
5. Diante da necessidade de enfrentamento da situação de emergência em saúde pública de interesse nacional decorrente do Coronavírus (COVID-19), sirvo-me do presente, para, com espeque no inc. VII do art. 3º da Lei nº 13.979/20, requisitar a totalidade dos bens já produzidos e disponíveis a pronta entrega, bem como, a totalidade dos bens cuja produção se encerre nos próximos 180 dias.
6. Neste contexto, solicito que a resposta aos questionamentos consignados neste Ofício seja realizada em 12 horas, bem como sejam obstadas quaisquer medidas tendentes a comercialização dos produtos em estoque e em produção.

Atenciosamente,

**ROBERTO FERREIRA DIAS**

Diretor do Departamento de Logística



Documento assinado eletronicamente por **Roberto Ferreira Dias, Diretor(a) do Departamento de Logística**, em 24/03/2020, às 12:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015; e art. 8º, da Portaria nº 900 de 31 de Março de 2017.

Assinado eletronicamente por ROBERTO FERREIRA DIAS em 24/03/2020 às 12:15



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site  
[http://sei.saude.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.saude.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador  
**0014111960** e o código CRC **75D8A7BE**.



Referência: Processo nº 25000.040487/2020-46

SEI nº 0014111960 PB

Departamento de Logística em Saúde - DLOG  
Esplanada dos Ministérios, Bloco G - Bairro Zona Cívico-Administrativa, Brasília/DF, CEP 70058-900  
Site - [saude.gov.br](http://saude.gov.br)

Assinatura eletrônica de BONNARDENI, A. C. 09/06/2020 18:30



	25101	10.302.5007.2950	44905200	110	02450	
20	NOME DO CREDOR				22	CÓDIGO
02	INTERMED				063925	001
	ENDEREÇO (RUA, AVENIDA, PRAÇA, ETC)				NÚMERO	ANDAR,
	RUA SANTA MONICA 980					
	BAIRRO OU DISTRITO		CIDADE OU MUNICÍPIO		U. F.	C. E. P.
	PARQUE INDUSTRI		COTIA		SP	6715865

20	PROGRAMAÇÃO DE CAIXA					
03	22	JANEIRO	37	FEVEREIRO	37	MARÇO
20	22	ABRIL	37	MAIO	37	JUNHO
04						
20	22	JULHO	37	AGOSTO	37	SETEMBRO
05						
20	22	OUTUBRO	37	NOVEMBRO	37	DEZEMBRO
06						

20	22
07	1
	NP DO A SU OU
29	1
32	PROCES

ESPECIFICAÇÃO	UNIDAD	QUANT	PREÇO	
			PARCIAL	
VALOR REFERENTE AQUISICAO EMERGENCIAL DE EQUIPAMENTOS MEDICOS (VENTILADORES PULMONARES PRESSOMETRICO E VOLUMETRICO), PARA ENFRENTAMENTO DA EMERGENCIA DE SAUDE PUBLICA, DE CORRENTE DA PANDEMIA DO CORONAVIRUS, DESTINADO A SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE, CONFORME P.F. No.197/2020.	UND	0,0	0,00	
		0,0	0,00	
		1,0	4368000,00	
<b>Total da Despesa:</b>				

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
SALDO ANTERIOR	SALDO ATUAL
20.830.587,00	16.462.587,00

PROGRAMAÇÃO TRIMESTRE	
SALDO ANTERIOR	
4.368.000,00	

RESPONSÁVEL PELA MISSÃO	AUTORIDADE ORDENADORA
Gerado por: FLAVIO MARQUES FORMIGA Reemitido por: Heryane De Oliveira Correia	CODIGO DO ORDENADOR 247 GERALDO ANTONIO DE MEDEIRO

ESPAÇO RESERVADO

ATESTO O RECEBIMENTO DO MATERIAL DO SERVIÇO.

\_\_\_\_\_, EM \_\_\_\_\_



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAÍBA  
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE JOÃO PESSOA  
37º PROMOTOR DE JUSTIÇA DE DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO

**001.2020.008750**

**DESPACHO:**

**01.** Porquanto ainda perdurar perspectiva de diligências preliminares adicionais, em voz uniforme com a CCRIMP/MPPB, dada a identidade de base fática desta notícia com aquela de nº **001.2020.008446**, há que se prorrogar **o prazo de tramitação da presente notícia de fato por mais 90(noventa) dias**, nos termos do artigo 3º, da Resolução CPJ 004/2013, eis que superado o prazo inicial.

**02.** A partir da resposta da Secretaria de Estado da Saúde da Paraíba, por meio do ofício nº 0927/2020/GS/SES (fls. 61 e segs) remetido para a CCRIMP/MPPB, eis o quadro fático-jurídico das aquisições de respiradores e ventiladores pelo Estado da Paraíba, no que interessa ao exame inicial de abertura formal da investigação:

**02.1** Formalização do **Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste – CONSÓRCIO NORDESTE**, através de Resolução nº 06/2020, de 31.03.2020 e contrato de programa nº 01/2020 com a mesma data, com o intuito de *"aquisições conjuntas, centralizadas e compartilhadas, de bens e serviços voltados a estruturação da rede de urgência e emergência do sistema de saúde dos estados consorciados para o combate à pandemia do novo coronavírus (COVID-19)"* (art. 1º da Resolução).

**02.2** **dispensa de licitação 086/2020 e contrato 085/2020** entre o Estado da Paraíba e a pessoa jurídica INTERMED EQUIPAMENTO MÉDICO HOSPITALAR, datado de 27.03.2020, para entrega de **84 equipamentos, (ventilador pulmonar pressométrico e volumétrico)**, com os seguintes aspectos pinçados:

\* contratação por valores totais de R\$ 4.368.000,00, o que dá um custo por unidade de R\$ 52.000,00;

\*\*Emissão da nota de empenho 04886, anulado posteriormente;

\*\*\*Inexecução contratual, eis que destinada toda a produção da empresa para o Ministério da Saúde, União Federal, que a requisitou, conforme comunicação pela contratada em 02 de abril de 2020;

\*\*\*\* Nova emissão de nota de empenho 07346, de 22.04.2020, com idêntico valor, para

viabilizar a entrega dos bens, sem êxito até agora, com pagamento previsto apenas com o recebimento correspondente dos produtos;

\*\*\*\*\* judicialização da entrega dos equipamentos hospitalares, através de **ação civil pública 0804292-56.2020.4.05.8200S**, interposta pelo MPF e MPPB, em litisconsórcio ativo e protocolizada na Justiça Federal, **cujo pedido se refere ao**

*"deferimento de antecipação dos efeitos da tutela jurisdicional para determinar: 1) A suspensão dos efeitos da requisição administrativa de respiradores pulmonares realizada pela União, por meio dos Ofícios nº 72/2020/DLOG/SE/MS e no 80/2020/DLOG/SE/MS, em face da empresa INTERMED EQUIPAMENTO MÉDICO HOSPITALAR LTDA, para que: a. dispondo a empresa INTERMED EQUIPAMENTO MÉDICO HOSPITALAR LTDA, nos seus estoques, dos referidos respiradores pulmonares em número de 84 (oitenta e quatro) ou de outros da mesma marca e modelo, seja ela obrigada a entregar, no prazo de 72 (setenta e duas horas) os bens à Secretaria de Saúde do Estado da Paraíba, na forma estabelecida no Contrato nº 85/2020, fixando-se, em caso de descumprimento, multa cominatória diária no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais); b. estando os bens já na posse da União, seja o ente federado compelido a enviar quantitativo equivalente aos 84 (oitenta e quatro) respiradores cujo fornecimento foi contratado pelo Estado da Paraíba e impedido pela requisição federal, sob pena de multa cominatória diária no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais)."*

**02.3 contrato de rateio nº 01/2020**, datado de 06.04.2020, por intermédio do **Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste** e deste, por contrato administrativo 05/2020, de 06.04.2020, com a pessoa jurídica **HEMPCARE PHARMA REPRESENTAÇÕES LTDA.**, registrados os seguintes aspectos relevantes:

\* aquisição pelo Estado da Paraíba, através de sua cota definida no âmbito do Consórcio, de **30(trinta) ventiladores pulmonares AV – 2000B3** de UTI portátil elétrico ICU com compressor de ar NCM 9022901, com valores por unidade de equipamento de **R\$ 164.917,86**, isto na data mencionada e constante do Ofício Circular CIDSN/SE nº 03/2020, totalizando **R\$ 4.947.535,80 (dólar R\$ 5,25)**;

\*\* abertura de **processo administrativo 060420584** em 06.04.2020, a partir de ofício 0626/2020/GS, da mesma data, para aquisição dos bens indicados, com registro de transferência dos valores pactuados para a conta do Consórcio Nordeste, conforme Ofício Circular CIDSN/SE nº 03/2020, também com igual data de expedição;

\*\*\* Emissão e, por **ajuste contábil, cancelamento das notas de empenho 05506 e 05590**, datadas de 06 e 07.04.2020, com nova emissão posterior e sequencial de nota de empenho 8600, no valor de 4.947.535,80, transferidos efetivamente e por conta desta última nota de empenho os recursos para o Consórcio aludido;

\*\*\*\* **Inexecução contratual**, eis que não cumprido o objeto pela contratada, os recursos repassados ao Consórcio Nordeste pendem de devolução, formalizada a comunicação na esfera administrativa ofício 16/2020-CIDSN/PR, ocorrida rescisão contratual com informação à pessoa jurídica contratada por meio de ofício 16/2020-CIDSN/R, de 11.05.2020;

**02.4 contrato de rateio nº 02**, de 27.04.2020, por intermédio do **Consórcio Nordeste** e

deste com a pessoa jurídica **PULSAR DEVELOPMENT INTERNACIONAL LTD**, com os seguintes pontos de destaque:

\* aquisição de **75 respiradores pulmonares**, modelo **Drager Model: Savina 300 (STOCK 5000 Units SUITABLE FOR ICU)**, ao custo total de **R\$ 14.835.150,00**, com o valor da unidade por **R\$ 197.802,00**;

\*\*abertura de **processo administrativo 270420600**, através do ofício/GS 0713/2020 de 26.04.2020, ofício circular CIDSN/SE nº 04/2020, de 27.04.2020;

\*\*\* Emissão e cancelamento, por razões de reprogramação orçamentária, das **Notas de Empenho 07710 e 07708**, no valor de **R\$ 7.554.562,88**, em percentual de **50% da cota parte** do Estado da Paraíba, com repasse para a conta do Consórcio, a partir de solicitação constante do Ofício Circular CIDSN/SE 04/2020;

\*\*\*\* nova emissão das notas de empenho 08601 e 08607, com idêntico valor, devidamente pagas para viabilizar a compra indicada;

\*\*\*\*\* indicação inicial de inadimplência da pessoa jurídica contratada, mediante relato destacado na ação civil pública interposta pelo MPF e MPPB, em litisconsórcio ativo, protocolizado na Justiça Federal o **processo nº 0804292-56.2020.4.05.8200S**, a saber:

*"Ocorre que sucessivos eventos, provocados pelos réus, têm impedido que o referido ente federado consiga adquirir os citados aparelhos. Em síntese, esses eventos consistem (1) na requisição administrativa imposta pela União em face da empresa INTERMED EQUIPAMENTO MÉDICO HOSPITALAR LTDA, impedindo que o Estado da Paraíba recebesse os 84 respiradores pulmonares que havia adquirido por meio do Contrato nº 085/2020; (2) a ausência de restituição do valor do Contrato de Rateio nº 01/2020 pela empresa HEMPCARE PHARMA REPRESENTAÇÕES LTDA; (3) o inadimplemento da empresa **PULSAR DEVELOPMENT INTERNATIONAL LTDA na execução tempestiva do contrato firmado com o Consórcio Nordeste.***

*Ato contínuo, o Estado da Paraíba, diante da impossibilidade de adquirir respiradores no mercado interno, em razão da requisição administrativa ilegal empreendida pela União, vislumbrou como alternativa celebrar um novo contrato de rateio com o Consórcio Nordeste. Por meio do Contrato de Rateio nº 02/2020, firmado com a empresa PULSAR DEVELOPMENT INTERNATIONAL LTDA, o Estado da Paraíba adquiriu 75 respiradores pulmonares. A metade do valor da compra, correspondente à quantia de R\$ 7.554.562,88 (sete milhões quinhentos e cinquenta e quatro mil, quinhentos e sessenta e dois reais e oitenta e oito centavos), foi devidamente empenhada e paga. No negócio jurídico celebrado com a empresa PULSAR DEVELOPMENT INTERNATIONAL LTDA, acordou-se, em sua Cláusula III, item 1, de que a empresa contratada deveria entregar os respiradores pulmonares, em 7 a 10 dias, após o pagamento inicial de 50% do valor do contrato.*

*Conforme se verifica do extrato da conta bancária do Consórcio Nordeste, metade do valor contrato, correspondente ao montante de \$ 8.280.000,00 (oito milhões, duzentos e oitenta mil dólares americanos), foi pago à empresa contratada no dia 28/04/2020. A operação foi realizada por meio de contrato de câmbio no Banco do Brasil (v. anexo), tendo a referida quantia correspondido, em real, a R\$ 45.970.560,00.*

*Sendo assim, por ilação lógica, percebe-se que todos os respiradores já deveriam ter sido entregues até*



o dia 09/05/2020. Ressalta-se que, ainda que o prazo fosse contado em dias úteis (o que não se vislumbra na avença), o prazo, de qualquer maneira, já decorreu há muito, evidenciando, assim, patentemente a inadimplência da empresa contratada.

Verifica-se, portanto, o terceiro infortúnio para o recebimento dos respiradores pulmonares diligentemente adquiridos.

**03.** Esmiuçados os detalhes fáticos, na notícia de fato criminal de nº **001.2020.008446**, a cargo da CCRIMP/MPPB, já houve declínio de atribuições para o **Ministério Público Federal**, em relação ao **contrato de rateio nº 01/2020**, remetidas as cópias através de ofício 256/2020/CCRIMP, justificada a posição de remessa, de forma adequada, eis que

*"Considerando a fonte de recursos informada pela SES/PB para custeio dessa despesa (Fonte 160 e Portaria do MS nº 3.599/2019), **forçoso reconhecer que a atribuição para conhecer e investigar o fato na seara criminal pertence ao Ministério Público Federal.**"*

**04.** Ainda, apontou a CCRIMP/MPPB, por seu diligente integrante, a necessidade de cotejo de preços no mercado quanto ao equipamento hospitalar indicado no contrato de rateio 02/2020, com envio para o NAT (Núcleo de Apoio Técnico) do MPPB.

**05.** De forma complementar e na seara cível, importante acoplar informações atualizadas da inadimplência relatada pela petição inicial da ação civil pública nº 0804292-56.2020.4.05.8200S, interposta em 04.06.2020, em relação ao contrato de rateio nº 02/2020 entre o Consórcio Nordeste e a pessoa jurídica **PULSAR DEVELOPMENT INTERNACIONAL LTD**, já providenciada a pesquisa junto ao NAT dos valores de mercado dos produtos pertinentes.

**06.** Daí a necessidade das seguintes providências cartorárias a seguir.

#### **PROVIDÊNCIAS CARTORÁRIAS:**

**01.** movimentação no MP VIRTUAL **pela estrutura cartorária de prorrogação de prazo da notícia de fato por mais 90(noventa) dias**, nos termos do artigo 3º da Resolução CPJ 004/2013 e para fins de regularização de tramitação;

**02.** remessa de ofício – **requisição** – prazo: **10 dias** – para a Secretaria de Estado da Saúde da Paraíba – **assunto:** *contrato de rateio nº 02, por intermédio do Consórcio Nordeste e deste com a pessoa jurídica PULSAR DEVELOPMENT INTERNACIONAL LTD, para aquisição de 75 respiradores pulmonares, modelo Drager Model: Savina 300 (STOCK 5000 Units SUITABLE FOR ICU)* – **documentação anexada:** *(não há)* – **pontos de relevância:** a) Quais os valores efetivamente pagos até agora?; b) É possível anexar a correspondente pesquisa de preços realizada, se tal ocorreu ou, de outro lado, as justificativas que a impediram?; c) É possível

indicar as justificativas específicas para a escolha do modelo apontado, inclusive referenciando se existem outros modelos e, acaso afirmativo, se estes outros modelos foram levados em consideração?; d) O contrato foi cumprido e o objeto entregue?; e) Alguma intercorrência contratual? Se sim, quais medidas administrativas e, eventualmente, judiciais foram adotadas?; f) Qual a origem dos recursos utilizados para o contrato e, caso ocorrido repasse da União, qual a forma em que tal se deu (fundo a fundo, convênio, etc)?.

**03.** juntada de relatório de pesquisa do NAT-MPPB, sobre os preços de mercado do contrato de rateio 02/2020, já determinada tal diligência na notícia de fato criminal a cargo da CCRIMP;

**04.** ciência do presente despacho à CCRIMP, por meio hábil;

**05.** nova conclusão, após o tempo de resposta útil acima, com ou sem as informações.

João Pessoa, PB, data e assinatura pelo sistema.

**Adrio Nobre Leite**  
**37º Promotor de Justiça – Defesa do Patrimônio Público**



**Ministério Público da Paraíba**  
**PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE JOÃO PESSOA - PATRIMÔNIO PÚBLICO**

**CERTIDÃO**

CERTIFICO que cumpro o despacho prorrogando o prazo da Notícia de Fato por mais 90 dias.

João Pessoa, 19 de junho de 2020.

ARLENE PASSOS DA SILVA MACIEL

Técnico Ministerial

Matrícula: 701.327-2

Assinado eletronicamente por: ARLENE em 19/06/2020



**Ministério Público da Paraíba**  
**PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE JOÃO PESSOA - PATRIMÔNIO PÚBLICO**

**CERTIDÃO**

CERTIFICO que conforme pesquisa na notícia de fato criminal 001.2020.008446 o Promotor da referida NF protocolou por meio do PGA N° 001.2020.010430, solicitação de apoio técnico ao NAT, a fim de realizar pesquisa de preço, tendo sido designado um servidor para cumprimento no NAT, porém ainda não consta o relatório.

João Pessoa, 19 de junho de 2020.

ARLENE PASSOS DA SILVA MACIEL

Técnico Ministerial

Matrícula: 701.327-2

Assinado eletronicamente por: ARLENE em 19/06/2020





**Ministério Público da Paraíba**  
**PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE JOÃO PESSOA - PATRIMÔNIO PÚBLICO**

**CERTIDÃO**

CERTIFICO que em cumprimento ao despacho retro comuniquei o despacho a CCRIMP, através do PGA nº 001.2020.012156.

João Pessoa, 19 de junho de 2020.

ARLENE PASSOS DA SILVA MACIEL

Técnico Ministerial

Matrícula: 701.327-2

Assinado eletronicamente por: ARLENE em 19/06/2020



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAÍBA**  
**PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DIREITOS DIFUSOS**  
**37º PROMOTOR DE JUSTIÇA**

Avenida Almirante Barroso, 161, Centro, João Pessoa/PB  
 CEP 58040-220 - telefone: (83) 3233-5569/3222-5743

Investigação nº 001.2020.008750 – notícia de fato João Pessoa/PB, 20 de junho de 2020.

**Ofício nº 460/2020**

objetivo: requisita informações/documentos (art. 129, VI, da Constituição Federal e 44, inciso IV, da Lei Complementar Estadual nº 97/2010).

prazo: **10 dias**, ressalvada antecedente comunicação devidamente justificada (art. 8º, § 1º da Lei nº 7.347/85).

A (o) Excelentíssimo (a) Senhor (a)

**Secretário (a) de Estado da Saúde da Paraíba**

Endereço:

*Secretaria de Estado da Saúde da Paraíba*

Av. Dom Pedro II, 1826 - Torre,

João Pessoa - PB, CEP 58040-440

assunto: contrato de rateio nº 02, por intermédio do Consórcio Nordeste e deste com a pessoa jurídica PULSAR DEVELOPMENT INTERNACIONAL LTD, para aquisição de 75 respiradores pulmonares, modelo Drager Model: Savina 300 (STOCK 5000 Units SUITABLE FOR ICU).

documentação inclusa: (não há).

Excelentíssimo(a) Senhor(a),

**REQUISITO**, no prazo fixado acima, o encaminhamento de resposta aos questionamentos específicos a seguir e de acordo com os parâmetros definidos no assunto acima:

a) Quais os valores efetivamente pagos até agora?; b) É possível anexar a correspondente pesquisa de preços realizada, se tal ocorreu ou, de outro lado, as justificativas que a impediram?; c) É possível indicar as justificativas específicas para a escolha do modelo apontado, inclusive referenciando se existem outros modelos e, acaso afirmativo, se estes outros modelos foram levados em consideração?; d) O contrato foi cumprido e o objeto entregue?; e) Alguma intercorrência contratual? Se sim, quais medidas administrativas e, eventualmente, judiciais foram adotadas?; f) Qual a origem dos recursos utilizados para o contrato e, caso ocorrido repasse da União, qual a forma em que tal se deu (fundo a fundo, convênio, etc)?.

Atenciosamente,

**(assinado eletronicamente)**

**ADRIO NOBRE LEITE**

***37º Promotor de Justiça – Defesa do Patrimônio Público***

Assinado eletronicamente por: ADRIO LEITE em 23/06/2020



**Ministério Público da Paraíba**  
**PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE JOÃO PESSOA - PATRIMÔNIO PÚBLICO**

**CERTIDÃO**

CERTIFICO que cumpri integralmente o despacho retro e que enviei ofício nº 460/2020 por e-mail.

João Pessoa, 26 de junho de 2020.

ARLENE PASSOS DA SILVA MACIEL

Técnico Ministerial

Matrícula: 701.327-2

Assinado eletronicamente por: ARLENE em 26/06/2020





patrimônio público promotoria de justiça &lt;patrimoniopublico.mppb@gmail.com&gt;

**Ofício nº 460/2020/PDPP - Investigação Nº 001.2020.008750**

1 mensagem

**patrimônio público promotoria de justiça** <patrimoniopublico.mppb@gmail.com>

26 de junho de 2020 10:45

Para: GABINETE SES &lt;gabinetesesp@gmail.com&gt;, Caio César Gomes Leal &lt;caiocesargleal.adv@gmail.com&gt;

Bom dia,

Sirvo-me do presente para encaminhar o ofício nº 460/2020 (em anexo) .

Esclarecemos ainda, que a resposta pode ser remetida por este e-mail ou através do protocolo eletrônico disponível no site do MPPB ([http://aplicacao.mppb.mp.br/consulta/public/protocolovirtual/protocolovirtual\\_inicio.jsf\\_.](http://aplicacao.mppb.mp.br/consulta/public/protocolovirtual/protocolovirtual_inicio.jsf_.))**FAVOR CONFIRMAR RECEBIMENTO**Att,  
Arlene Passos  
Cartório da PDPP**001.2020.008750-001.2020.008446-Documento (diligência)-2020-0000621304.pdf**

101K

Assinado eletronicamente por: ARLENE em 26/06/2020



**Ministério Público da Paraíba**  
**PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE JOÃO PESSOA - PATRIMÔNIO PÚBLICO**

**Certidão**

Certifico que, nesta data, apensei a Notícia de Fato nº 001.2020.010999 ao presente procedimento, conforme despacho naquela proferido.

O referido é verdade, dou fé.

João Pessoa, 02 de julho de 2020.

Thiago Marsicano da Nóbrega Araújo

Matrícula 702.277-8

Assinado eletronicamente por: THIAGO ARAUJO em 02/07/2020



**Ministério Público da Paraíba**  
**PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE JOÃO PESSOA - PATRIMÔNIO PÚBLICO**

**CERTIDÃO**

CERTIFICO que encaminho o presente procedimento para que seja averiguada a chegada de resposta do ofício nº 460/2020, em caso negativo que seja efetuada a devolução do mesmo para que sejam tomadas as providências cabíveis.

João Pessoa, 17 de julho de 2020.

**ARLENE PASSOS DA SILVA MACIEL**

Técnico Ministerial

Matrícula: 701.327-2

Assinado eletronicamente por: ARLENE em 17/07/2020



**Ministério Público da Paraíba**  
**PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE JOÃO PESSOA - PATRIMÔNIO PÚBLICO**  
**CERTIDÃO**

CERTIFICO que não há respostas pendentes de juntada referentes ao Ofício 460/2020, encaminhado para a Secretaria de Estado da Saúde.

Outrossim, informo que, até o presente momento, não houve confirmação de recebimento do e-mail.

João Pessoa, 22 de julho de 2020.

Luciana Carneiro Pires Massa  
Analista Ministerial  
Matrícula 701.370-1

Assinado eletronicamente por: LUCIANA MASSA em 22/07/2020





patrimônio público promotoria de justiça &lt;patrimoniopublico.mppb@gmail.com&gt;

**Solicita resposta ao Ofício nº 460/2020/PDPP - Investigação Nº 001.2020.008750**

1 mensagem

**patrimônio público promotoria de justiça** <patrimoniopublico.mppb@gmail.com>

23 de julho de 2020 09:07

Para: GABINETE SES &lt;gabinetesesp@gmail.com&gt;, Caio César Gomes Leal &lt;caiocesargleal.adv@gmail.com&gt;

Bom dia,

Sirvo-me do presente para solicitar informações referente a resposta ao ofício nº 460/2020(em anexo), tendo em vista ter ultrapassado o prazo para envio da resposta.

Esclarecemos ainda, que a resposta pode ser remetida por este e-mail ou através do protocolo eletrônico disponível no site do MPPB ([http://aplicacao.mppb.mp.br/consulta/public/protocolovirtual/protocolovirtual\\_inicio.jsf\\_.](http://aplicacao.mppb.mp.br/consulta/public/protocolovirtual/protocolovirtual_inicio.jsf_.))

**FAVOR CONFIRMAR RECEBIMENTO**

Att,  
Arlene Passos  
Cartório da PDPP

----- Forwarded message -----

De: **patrimônio público promotoria de justiça** <patrimoniopublico.mppb@gmail.com>

Date: sex., 26 de jun. de 2020 às 10:45

Subject: Ofício nº 460/2020/PDPP - Investigação Nº 001.2020.008750

To: GABINETE SES &lt;gabinetesesp@gmail.com&gt;, Caio César Gomes Leal &lt;caiocesargleal.adv@gmail.com&gt;

Bom dia,

Sirvo-me do presente para encaminhar o ofício nº 460/2020 (em anexo) .

Esclarecemos ainda, que a resposta pode ser remetida por este e-mail ou através do protocolo eletrônico disponível no site do MPPB ([http://aplicacao.mppb.mp.br/consulta/public/protocolovirtual/protocolovirtual\\_inicio.jsf\\_.](http://aplicacao.mppb.mp.br/consulta/public/protocolovirtual/protocolovirtual_inicio.jsf_.))

**FAVOR CONFIRMAR RECEBIMENTO**

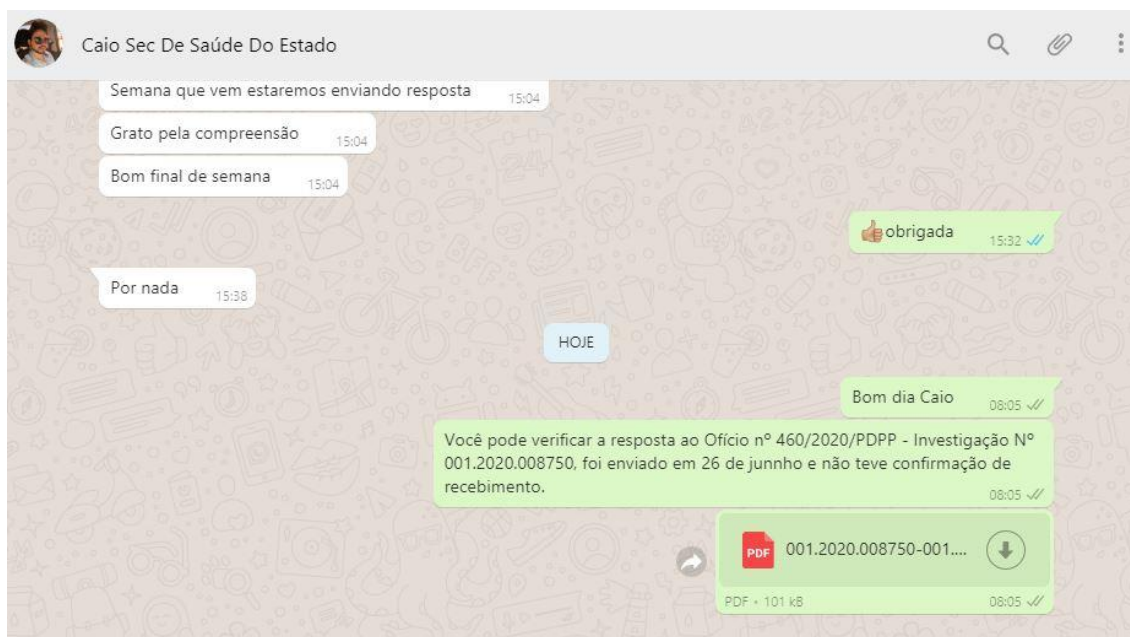
Att,  
Arlene Passos  
Cartório da PDPP

**001.2020.008750-001.2020.008446-Documento (diligência)-2020-0000621304.pdf**

101K

Assinado eletronicamente por: ARLENE em 23/07/2020

Processo 001.2020.009061 desapensado por LUCIANA CARNEIRO PIRES MASSA em  
23/07/2020 às 09:36h





**Ministério Público da Paraíba**  
**PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE JOÃO PESSOA - PATRIMÔNIO PÚBLICO**

**CERTIDÃO**

CERTIFICO que encaminho o presente procedimento para que seja averiguada a chegada de resposta do ofício nº 460/2020, em caso negativo que seja efetuada a devolução do mesmo para que sejam tomadas as providências cabíveis.

João Pessoa, 03 de agosto de 2020.

**ARLENE PASSOS DA SILVA MACIEL**

Técnico Ministerial

Matrícula: 701.327-2

Assinado eletronicamente por: ARLENE em 03/08/2020





**Ministério Público da Paraíba**  
**PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE JOÃO PESSOA - PATRIMÔNIO PÚBLICO**  
**CERTIDÃO**

Certifico que não há respostas pendentes referentes ao Ofício 460/20, encaminhado à Secretaria de Estado da Saúde.

Outrossim, informo ainda que a notificação foi encaminhada via e-mail e whatsapp. Entretanto, o e-mail encaminhado não teve seu recebimento confirmado

João Pessoa, 16 de agosto de 2020.

Luciana Carneiro Pires Massa  
Analista Ministerial Matrícula  
701.370-1

Assinado eletronicamente por: LUCIANA MASSA em 17/08/2020



**Ministério Público da Paraíba**  
**PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE JOÃO PESSOA - PATRIMÔNIO PÚBLICO**

**CERTIDÃO**

CERTIFICO ausência de resposta ao(s) ofício(s) nº(s) 460/2020, após ultrapassagem do prazo fixado e entrega adequada da contrafé. Informo ainda que foi esclarecido que estaria em tramitação no setor técnico desde 30/07/2020 e até o presente momento não aportou resposta, conforme certidão retro.

João Pessoa, 18 de agosto de 2020.

ARLENE PASSOS DA SILVA MACIEL

Técnico Ministerial

Matrícula: 701.327-2

Assinado eletronicamente por: ARLENE em 18/08/2020





**Ministério Público da Paraíba**  
**PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE JOÃO PESSOA - PATRIMÔNIO PÚBLICO**

**CERTIDÃO**

CERTIFICO que foram cumpridas as providências enunciadas no Art. 14, §2º, inciso I da Resolução CPJ Nº 04/2013.

João Pessoa, 20 de agosto de 2020.

ARLENE PASSOS DA SILVA MACIEL

Técnico Ministerial

Matrícula: 701.327-2

Assinado eletronicamente por: ARLENE em 20/08/2020





MINISTÉRIO PÚBLICO DA PARAÍBA  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

## EXTRATO DE PROMOTORIA

EXTRATO DA PORTARIA Documento 2020/0000863084

Inquérito Civil 001.2020.008750

Objeto: LICITAÇÃO E CONTRATO - ESTADO DA PARAÍBA - GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA - SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE - AQUISIÇÃO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR, VENTILADORES/RESPIRADORES MECÂNICOS, PARA UTILIZAÇÃO NO COMBATE AO COVID-19 - SUPERFATURAMENTO - AUSÊNCIA DE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS E EVENTUAIS PAGAMENTOS EFETUADOS - EMPENHOS 07710 (R\$ 6.554.562,88), 05506 (R\$ 4.947.535,80) E 07708 (R\$ 1.000.000,00), RECURSOS DESTINADOS AO CONSÓRCIO NORDESTE (CNPJ 34.304.033/0001-47), OUTRO, Nº 07346 (R\$ 4.368.000,00), FAVORECIDO A EMPRESA INTERMED (CNPJ 49.520.521/0001-69) - CCRIMP - CÓPIA DA NF Nº 001.2020.008446.

João Pessoa, 19/08/2020

ADRIO NOBRE LEITE

37º Promotor de Justiça

Assinado eletronicamente por: ARLENE em 20/08/2020



**Ministério Público da Paraíba**  
**PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE JOÃO PESSOA - PATRIMÔNIO PÚBLICO**

**CERTIDÃO**

CERTIFICO que foi enviado por e-mail e Whatssap com cópia da portaria para fins de remessa da resposta ao ofício nº 460/2020.

João Pessoa, 20 de agosto de 2020.

ARLENE PASSOS DA SILVA MACIEL

Técnico Ministerial

Matrícula: 701.327-2

Assinado eletronicamente por: ARLENE em 20/08/2020



patrimônio público promotoria de justiça &lt;patrimoniopublico.mppb@gmail.com&gt;

**URGENTE - Solicita resposta ao Ofício nº 460/2020/PDPP - Investigação Nº 001.2020.008750**

1 mensagem

patrimônio público promotoria de justiça <patrimoniopublico.mppb@gmail.com> 20 de agosto de 2020 10:29  
Para: GABINETE SES <gabinetesesp@gmail.com>, Caio César Gomes Leal <caiocesargleal.adv@gmail.com>

om dia,

Sirvo-me do presente para solicitar informações referente a resposta ao ofício nº 460/2020(em anexo), tendo em vista ter ultrapassado o prazo para envio da resposta e conforme portaria em anexo.

Esclarecemos ainda, que a resposta pode ser remetida por este e-mail ou através do protocolo eletrônico disponível no site do MPPB ([http://aplicacao.mppb.mp.br/consulta/public/protocolovirtual/protocolovirtual\\_inicio.jsf\\_.](http://aplicacao.mppb.mp.br/consulta/public/protocolovirtual/protocolovirtual_inicio.jsf_.))

**FAVOR CONFIRMAR RECEBIMENTO**

Att,  
Arlene Passos  
Cartório da PDPP

----- Forwarded message -----

De: **patrimônio público promotoria de justiça** <patrimoniopublico.mppb@gmail.com>  
Date: qui., 23 de jul. de 2020 às 09:07  
Subject: Solicita resposta ao Ofício nº 460/2020/PDPP - Investigação Nº 001.2020.008750  
To: GABINETE SES <gabinetesesp@gmail.com>, Caio César Gomes Leal <caiocesargleal.adv@gmail.com>

Bom dia,

Sirvo-me do presente para solicitar informações referente a resposta ao ofício nº 460/2020(em anexo), tendo em vista ter ultrapassado o prazo para envio da resposta.

Esclarecemos ainda, que a resposta pode ser remetida por este e-mail ou através do protocolo eletrônico disponível no site do MPPB ([http://aplicacao.mppb.mp.br/consulta/public/protocolovirtual/protocolovirtual\\_inicio.jsf\\_.](http://aplicacao.mppb.mp.br/consulta/public/protocolovirtual/protocolovirtual_inicio.jsf_.))

**FAVOR CONFIRMAR RECEBIMENTO**

Att,  
Arlene Passos  
Cartório da PDPP

----- Forwarded message -----

De: **patrimônio público promotoria de justiça** <patrimoniopublico.mppb@gmail.com>  
Date: sex., 26 de jun. de 2020 às 10:45  
Subject: Ofício nº 460/2020/PDPP - Investigação Nº 001.2020.008750  
To: GABINETE SES <gabinetesesp@gmail.com>, Caio César Gomes Leal <caiocesargleal.adv@gmail.com>

Bom dia,

Sirvo-me do presente para encaminhar o ofício nº 460/2020 (em anexo) .

Esclarecemos ainda, que a resposta pode ser remetida por este e-mail ou através do protocolo eletrônico disponível no site do MPPB ([http://aplicacao.mppb.mp.br/consulta/public/protocolovirtual/protocolovirtual\\_inicio.jsf\\_.](http://aplicacao.mppb.mp.br/consulta/public/protocolovirtual/protocolovirtual_inicio.jsf_.))

**FAVOR CONFIRMAR RECEBIMENTO**

Att,  
Arlene Passos  
Cartório da PDPP

Inquérito Civil 001.2020.008750  
Documento 2020/0000867191 criado em 20/08/2020 às 10:35

Assinado eletronicamente por: ARLENE em 20/08/2020



001.2020.008750-001.2020.008446-Portaria\_despacho de instauração-2020-0000863084.pdf

72K

Assinado eletronicamente por: ARLENE em 20/08/2020







Assinado eletronicamente por: ARLENE em 20/08/2020



patrimônio público promotoria de justiça &lt;patrimoniopublico.mppb@gmail.com&gt;

---

**URGENTE - Solicita resposta ao Ofício nº 460/2020/PDPP - Investigação N° 001.2020.008750**

---

**Caio César G. Leal** <caiocesargleal.adv@gmail.com>

20 de agosto de 2020 10:34

Para: patrimônio público promotoria de justiça &lt;patrimoniopublico.mppb@gmail.com&gt;

Cc: GABINETE SES &lt;gabinetesesp@gmail.com&gt;

Recebido. Processo no setor técnico para levantamento de informações.

Atenciosamente,

[Texto das mensagens anteriores oculto]

Assinado eletronicamente por: ARLENE em 20/08/2020



**Ministério Público da Paraíba**  
**ASSESSORIA DE EXPEDIENTE E COMUNICAÇÃO (PROTOCOLO) -**  
**ASSEC**

**Procedimento de Gestão Administrativa 001.2020.020515**  
**(Nº CNMP 20.18.0176.0020515/2020-39)**

*Consulta processual pública: <http://www.mppb.mp.br/consultapublica>*

## Informações

---

- **Classe** - Procedimento de Gestão Administrativa
- **Assunto principal**  
 (0930014) ADMINISTRATIVO DO MP (ÁREA-MEIO) / Gestão de Documentos e Informações /  
 Documentação Arquivística / Protocolo / Expedição
- **Data de registro** - 27/08/2020 às 16:41h

## Pessoas interessadas

---

- **INTERESSADO** - CCRIMP - Comissão de Combate aos Crimes de Responsabilidade
- **INVESTIGADO** - CONSÓRCIO INTERESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO NORDESTE (CONSÓRCIO NORDESTE) - **CNPJ**: 34.304.033/0001-47  
*Rua João da Mata nº 200 Jaguaribe Centro Administrativo - João Pessoa / PB CEP: 58.015-900*
- **INTERESSADO** - ESTADO DA PARAIBA - **CNPJ**: 08.761.124/0001-00
- **INTERESSADO** - ESTADO DA PARAÍBA - **CNPJ**: 08.778.268/0001-60  
*Rua João Machado 394 CEP: 58.013-520*
- **INVESTIGADO** - GERALDO ANTONIO DE MEDEIROS - **CPF**: 13485288420
- **INVESTIGADO** - GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA - **CNPJ**: 08761124000525
- **INVESTIGADO** - INTERMED - **CNPJ**: 49.520.521/0001-69  
*Rua General Osório nº 136 Centro - João Pessoa / PB CEP: 58.010-180*
- **INVESTIGADO** - SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE DA PARAÍBA - **CNPJ**: 08778268000160  
*8ª Gerência Regional de Saúde*

## Movimentos

---

### Nº. Nome do movimento

- 1 **1000001 - Registro** (por SISTEMA em 27/08/2020 às 16:41h)  
 \* SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE - Ofício nº. 1432/2020/GS/SES e Doc. anexo
- 2 **920057 - Juntada de documento(s)** (por SISTEMA em 27/08/2020 às 16:41h)
- 3 **920057 - Juntada de documento(s)** (por SISTEMA em 27/08/2020 às 16:41h)
- 4 **920025 - Feito encaminhado a órgão interno** (por IZABEL FERREIRA em 27/08/2020 às 18:25h)  
*Órgão destino: PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE JOÃO PESSOA - PATRIMÔNIO PÚBLICO*
- 5 **1000009 - Encaminhamento ao servidor** (por ARMANDO CORREIA em 27/08/2020 às 20:33h)  
*Encaminhado para: ARMANDO SALES CORREIA*
- 6 **920041 - Anexado documento(s)** (por ARMANDO CORREIA em 28/08/2020 às 14:42h)
- 7 **1000009 - Encaminhamento ao servidor** (por ARMANDO CORREIA em 28/08/2020 às 15:15h)  
*Encaminhado para: ARMANDO SALES CORREIA*
- 1000009 - Encaminhamento ao servidor** (por ARMANDO CORREIA em 28/08/2020 às 15:20h)



- 8 Encaminhado para: *ARLENE PASSOS DA SILVA MACIEL*
- 9 **920023 - Feito encaminhado ao Membro** (por ARLENE em 08/09/2020 às 07:37h)  
Encaminhado para: *ADRIO NOBRE LEITE*
- 10 **1000009 - Encaminhamento ao servidor** (por ADRIO LEITE em 09/09/2020 às 10:32h)  
Encaminhado para: *MARIANA COELHO TEIXEIRA LEITE*
- 11 **920023 - Feito encaminhado ao Membro** (por MARIANA LEITE em 09/09/2020 às 13:11h)  
Encaminhado para: *ADRIO NOBRE LEITE*
- 12 **1000009 - Encaminhamento ao servidor** (por LUCIANA MASSA em 25/09/2020 às 11:45h)  
Encaminhado para: *LUCIANA CARNEIRO PIRES MASSA*
- 13 **1000009 - Encaminhamento ao servidor** (por LUCIANA MASSA em 25/09/2020 às 11:48h)  
Encaminhado para: *ARLENE PASSOS DA SILVA MACIEL*
- 14 **920023 - Feito encaminhado ao Membro** (por ARLENE em 29/09/2020 às 09:01h)  
Encaminhado para: *ADRIO NOBRE LEITE*
- 15 **1000009 - Encaminhamento ao servidor** (por ADRIO LEITE em 29/09/2020 às 10:06h)  
Encaminhado para: *ARLENE PASSOS DA SILVA MACIEL*
- 16 **1000009 - Encaminhamento ao servidor** (por LUCIANA MASSA em 29/09/2020 às 10:49h)  
Encaminhado para: *LUCIANA CARNEIRO PIRES MASSA*
- 17 **1000009 - Encaminhamento ao servidor** (por LUCIANA MASSA em 29/09/2020 às 10:50h)  
Encaminhado para: *ARLENE PASSOS DA SILVA MACIEL*
- 18 **1000009 - Encaminhamento ao servidor** (por ARLENE em 15/10/2020 às 06:54h)  
Encaminhado para: *LUCIANA CARNEIRO PIRES MASSA*
- 19 **1000009 - Encaminhamento ao servidor** (por LUCIANA MASSA em 19/10/2020 às 09:25h)  
Encaminhado para: *ARLENE PASSOS DA SILVA MACIEL*
- 20 **1000009 - Encaminhamento ao servidor** (por ARLENE em 03/11/2020 às 07:18h)  
Encaminhado para: *LUCIANA CARNEIRO PIRES MASSA*
- 21 **1000009 - Encaminhamento ao servidor** (por LUCIANA MASSA em 10/11/2020 às 15:33h)  
Encaminhado para: *ARLENE PASSOS DA SILVA MACIEL*
- 22 **920023 - Feito encaminhado ao Membro** (por ARLENE em 11/11/2020 às 08:24h)  
Encaminhado para: *ADRIO NOBRE LEITE*
- 23 **1000009 - Encaminhamento ao servidor** (por ADRIO LEITE em 11/11/2020 às 11:00h)  
Encaminhado para: *MARIANA COELHO TEIXEIRA LEITE*
- 24 **920023 - Feito encaminhado ao Membro** (por MARIANA LEITE em 11/11/2020 às 17:33h)  
Encaminhado para: *ADRIO NOBRE LEITE*
- 25 **1000009 - Encaminhamento ao servidor** (por ADRIO LEITE em 12/11/2020 às 10:39h)  
Encaminhado para: *ARLENE PASSOS DA SILVA MACIEL*
- 26 **1000009 - Encaminhamento ao servidor** (por ARLENE em 02/12/2020 às 06:47h)  
Encaminhado para: *LUCIANA CARNEIRO PIRES MASSA*
- 27 **1000009 - Encaminhamento ao servidor** (por LUCIANA MASSA em 10/12/2020 às 10:36h)  
Encaminhado para: *ARLENE PASSOS DA SILVA MACIEL*
- 28 **1000009 - Encaminhamento ao servidor** (por ARMANDO CORREIA em 11/01/2021 às 09:48h)  
Encaminhado para: *ARMANDO SALES CORREIA*
- 29 **1000009 - Encaminhamento ao servidor** (por ARMANDO CORREIA em 11/01/2021 às 09:51h)  
Encaminhado para: *THIAGO MARSICANO DA NOBREGA ARAUJO*
- 30 **920023 - Feito encaminhado ao Membro** (por THIAGO ARAUJO em 11/01/2021 às 17:48h)  
Encaminhado para: *ADRIO NOBRE LEITE*
- 31 **1000009 - Encaminhamento ao servidor** (por ADRIO LEITE em 26/01/2021 às 10:49h)  
Encaminhado para: *ARLENE PASSOS DA SILVA MACIEL*
- 32 **920023 - Feito encaminhado ao Membro** (por ARLENE em 05/04/2021 às 11:36h)  
Encaminhado para: *ADRIO NOBRE LEITE*
- 33 **1000009 - Encaminhamento ao servidor** (por ADRIO LEITE em 06/04/2021 às 14:57h)  
Encaminhado para: *ARLENE PASSOS DA SILVA MACIEL*
- 34 **920023 - Feito encaminhado ao Membro** (por ARLENE em 12/05/2021 às 13:40h)  
Encaminhado para: *ADRIO NOBRE LEITE*
- 35 **1000009 - Encaminhamento ao servidor** (por ADRIO LEITE em 12/05/2021 às 15:53h)  
Encaminhado para: *ARLENE PASSOS DA SILVA MACIEL*

Este arquivo foi gerado em 18/05/2021 às 10:15h.



**Minist?rio P?blico da Para?ba**  
**ASSESSORIA DE EXPEDIENTE E COMUNICA??O (PROTOCOLO) - ASSEC**

*[Procedimento vinculado ao processo MPVirtual N? 001.2020.008750]*

Remetente: **SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE - CNPJ: 08.778.268/0001-60**

Endere?o: AV. DOM PEDRO II, 1826, TORRE

E-mail: gabinetesesp@gmail.com - Telefone: (83) 3211-9098

Respons?vel: CAIO C?SAR GOMES LEAL (CPF: 097.135.854-02)

Endere?o: AV. DOM PEDRO II, 1826, TORRE

? (Ao)

**ASSESSORIA DE EXPEDIENTE E COMUNICA??O (PROTOCOLO)**

Munic?pio: Joao Pessoa-PB

Of?cio n?. 1432/2020/GS/SES e Doc. anexo

Assinado eletronicamente por: SISTEMA em 27/08/2020



*Somos todos*  
**PARAÍBA**  
Governo do Estado

**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE  
GABINETE DO SECRETÁRIO**

Ofício nº. **1432/2020/GS/SES**  
Processo Administrativo nº. 230720563

João Pessoa, 26 de agosto de 2020.

Ao Excelentíssimo, Senhor  
**DR. ADRIO NOBRE LEITE**  
Promotor de Justiça  
Promotoria de Justiça dos Direitos Difusos  
Ministério Público do Estado da Paraíba – MP/PB  
Av. Almirante Barroso, nº. 161, Centro  
João Pessoa/PB, CEP 58.040-220  
E-mail: patrimoniopublico.mppb@gmail.com

**Assunto: Solicitação de informações para instruir os autos da  
Investigação nº. 001.2020.008750.**

Senhor Promotor,

Cumprimentando-o, vimos através deste, considerando a solicitação de informações constantes no **Ofício nº. 460/2020**, encaminhado por Vossa Excelência para instruir os autos da Investigação em epígrafe, cujo objeto do referido expediente diz respeito ao Contrato de Rateio nº. 02 firmado entre o Consórcio do Nordeste e os Estados da Região Nordeste, dentre eles, o Estado da Paraíba, para a aquisição de ventiladores pulmonares, encaminhar o Despacho nº. 55/2020 (em anexo), elaborado pela Assessoria Técnica de Gabinete, com vistas a esclarecer cada indagação suscitada por Vossa Excelência.

Com votos de estima e consideração.

Atenciosamente,

  
**GERALDO ANTÔNIO DE MEDEIROS**

Secretário de Estado da Saúde

Av. Pedro II, 1826, Torre - João Pessoa/PB  
Telefone (83) 3211-9019



*Somos todos*  
**PARAÍBA**  
Governo do Estado



**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**  
**Assessoria Técnica do Gabinete**

**À Assessoria Jurídica do Gabinete**  
Dr. Caio César Gomes Leal

**Referência: Ofício nº 460/2020 – Investigação nº 001.2020.008750 – Notícia de Fato**  
**Ministério Público da Paraíba**

**DESPACHO Nº 55/2020**

Com relação a requisição de informações por meio do citado ofício do Ministério Público Estadual da Paraíba, passamos a informar o que se segue:

***Quais os valores efetivamente pagos?***

No contrato de rateio nº 02 coube ao Estado da Paraíba a quantia de € 2.497.500,00 equivalentes à **R\$ 7.554.562,88 (sete milhões, quinhentos e cinquenta e quatro mil, quinhentos e sessenta e dois reais e oitenta e oito centavos)** que foram transferidos para Conta Corrente 90.001-1, Agência 3832-6 – Banco do Brasil de titularidade do Consórcio Interestadual de Desenvolvimento do Nordeste em 27/04/2020.

***É possível anexar a correspondente pesquisa de preços realizada, se tal ocorreu ou, de outro lado, as justificativas que impediram?***

Como é de conhecimento amplo o procedimento foi realizado sob competência do Consórcio NE e no cenário de dificuldade enfrentado à época pelo Estado da Bahia que também era vivenciado pelos demais Estados membros do Consórcio Nordeste, foi firmado o Contrato de Programa nº 01/2020 (Evento 00018627871), objetivando a realização de aquisições e compras centralizadas ou compartilhadas de bens e serviços, com vistas à promoção, prevenção e à garantia de assistência à saúde para pessoas em decorrência da pandemia de COVID-19.

Assinado eletronicamente por: SISTEMA em 27/08/2020

88





**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**  
**Assessoria Técnica do Gabinete**

Além do noticiado Contrato de Programa, restou celebrado um novo Contrato de Rateio, o de nº 02/2020, para indicação dos quantitativos a serem destinados a cada um dos Estados Membros, bem como dos valores correlatos e das especificações dos equipamentos.

Neste sentido, conforme consta nas motivações do procedimento firmado pelo Consórcio NE (Processo SEI 019.12792.2020.005180-66) frente as dificuldades do mercado houve a identificação do fornecedor *Pulsar Development International LtdBarclays Bank PLC*, de Leicester, Reino Unido que indicou a disponibilidade de 450 (quatrocentos e cinquenta) unidades dos modelos Dragger Evita (250 und) e Dragger Saviva (200 und).

***É possível indicar as justificativas específicas para a escolha do modelo, inclusive referenciando se existem outros modelos e, caso afirmativo, se estes outros modelos foram levados em consideração***

Consoante já exposto no item anterior, o fornecedor *Pulsar Development International LtdBarclays Bank PLC*, de Leicester, Reino Unido que indicou a disponibilidade de 450 (quatrocentos e cinquenta) unidades dos modelos Dragger Evita (250 und) e Dragger Saviva (200 und).

***O contrato foi cumprido e o objeto entregue***

Considerando os atrasos na entrega e a consequente não concretização da operação no dia 25 de maio de 2020 o Consórcio NE comunicou a *Pulsar Development* a rescisão do acordo e a devolução dos recursos no prazo de 24 horas. Consequentemente, no dia 12/06/2020 houve a devolução do recurso por parte do Consórcio NE para a Conta Corrente nº 13006-0 (SEFAZ-PB), tendo sido o montante de R\$ 1.000.000,00 relativo à fonte 290 devolvido na mesma data para a Conta Corrente nº 13.968-8 (Doações COVID-19 FESEP). No mesmo sentido foram providenciados os devidos ajustes no SIAF, com a emissão das Notas de Pagamento (NPs Escriturais) e suas respectivas de Guias de Depósito (GDs).

***Alguma intercorrência contratual? Se sim, quais as medidas administrativas e, eventualmente, judiciais foram adotadas;***

Foram tomadas medidas administrativas para a devolução do recurso conforme exposto no item anterior.



*Somos todos*  
**PARAÍBA**  
Governo do Estado



**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**  
**Assessoria Técnica do Gabinete**

***Qual a origem dos recursos utilizados para o contrato e, caso ocorrido repasse da União, qual a forma em que tal se deu (fundo a fundo, convênio e etc).***

O montante de R\$ 7.554.562,88 (sete milhões, quinhentos e cinquenta e quatro mil, quinhentos e sessenta e dois reais e oitenta e oito centavos) transferidos para Conta Corrente 90.001-1, Agência 3832-6 – Banco do Brasil de titularidade do Consórcio Interestadual de Desenvolvimento do Nordeste em 27/04/2020, teve a seguinte composição: ***R\$ 6.554.562,88 oriundos da Fonte 110 – Recursos Vinculados ao Fundo Estadual de Saúde (Tesouro do Estado) e R\$ 1.000.000,00 oriundos da Fonte 290 – Recursos Diversos (Doações do Ministério Público do Trabalho).***

Atenciosamente;

João Pessoa, 20 de agosto de 2020

**Girlando Gomes da Silva**  
Mat. 178.784-5  
Assessoria Técnica do Gabinete

Assinado eletronicamente por: SISTEMA em 27/08/2020



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA PARAÍBA  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA  
PROMOTORIA DE JUSTIÇA ESPECIALIZADA DE DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO  
COMARCA DE JOÃO PESSOA**

**CERTIDÃO**

Certifico para os devidos fins, que anexe nos autos deste procedimento o PGA nº 001.2020.020515 com a resposta ao Ofício nº 460/2020, encaminhada pela Secretaria de Estado da Saúde, através do Ofício nº 1432/2020/GS/SES.

João Pessoa, 28 de agosto de 2020.

**Armando Sales Correia**

Técnico Ministerial

Matrícula: 701.332-9

Assinado eletronicamente por: ARMANDO CORREIA em 28/08/2020



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA PARAÍBA**  
**PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE JOÃO PESSOA**  
**37º PROMOTOR DE JUSTIÇA - DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO**

**Nº. 001.2020.008750**

**DESPACHO:**

**01.** Em atendimento ao ofício 460/2020 (fls. 322), houve resposta da Secretaria de Estado da Saúde da Paraíba, por meio do ofício 1432/2020/GS/SES (fls. 347/350), com indicação de **rescisão contratual** em relação ao **contrato de rateio nº 02**, formalizado pelo Consórcio Interestadual de Desenvolvimento do Nordeste com a pessoa jurídica **PULSAR DEVELOPMENT INTERNATIONAL LTDBARCLAYS BANK PLC**, para o fornecimento de 450 respiradores pulmonares identificados pelos modelos Dragger Evita (250 unidades) e Dragger Saviva (200 unidades), isto no dia 25 de maio de 2020, com consequente **devolução dos valores pagos** da ordem de R\$ 7.554.562,88, o que ocorreu em 12 de junho de 2020.

**02.** Também, ainda resta o cumprimento de diligência pontuada no último despacho (**fls. 314/318**), quanto à juntada de relatório do NAT-MPPB, inclusive registrada certidão cartorária (fls. 320) de abertura de **PGA 001.2020.010430** para realização de pesquisa de preço correspondente, isto no âmbito da notícia de fato criminal 001.2020.008446, em tramitação na CCRIMP/MPPB.

**03.** Além disso, conforme consulta feita hoje na movimentação da notícia de fato criminal 001.2020.008446, existe tramitação de **Processo TC 10.409/20 no Tribunal de Contas da Paraíba**, com formalização de relatório de auditoria de análise de defesa em 03 de agosto de 2020, cujo escopo de análise tangencia com o objeto investigativo, afigurando-se importante a sua juntada a esta investigação.

**04.** Sobre o Processo TC 10.409/20, é bem verdade que existe, de um lado, perspectiva já consolidada naquela notícia de fato criminal referida de declínio de atribuições pela CCRIMP/MPPB para o MPF (Ministério Público Federal), quanto à investigação no campo penal, em relação especificamente ao contrato de rateio nº 01/2020, datado de 06.04.2020, por intermédio do Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste e deste, por contrato administrativo 05/2020, de 06.04.2020, com a pessoa jurídica **HEMPCARE PHARMA REPRESENTAÇÕES LTDA**, situação a ser ponderada mais adiante também na seara

ANL

Assinado eletronicamente por: ADRIO LEITE em 09/09/2020





**MINISTÉRIO PÚBLICO DA PARAÍBA**  
**PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE JOÃO PESSOA**  
**37º PROMOTOR DE JUSTIÇA - DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO**

cível e quanto a tal contrato, sobretudo porque ainda com quadro de judicialização do problema na Justiça Federal da Bahia, pendente a devolução dos recursos.

**05.** No entanto, de outro lado, o mesmo relatório de auditoria do Processo TC 10.409/20, datado de 03 de agosto de 2020, indica **persistência de irregularidades** quanto à **integralização do ressarcimento** derivado da rescisão do **contrato de rateio de nº 02**, eis que, segundo apurou a auditoria do TCE, só foram ressarcidos R\$ 6.701.042,82 pelo Consórcio Nordeste, conforme Ofício Circular CIDSN/SE nº 006/2020, de 11.06.2020, daí porque ainda pendentes de retorno aos cofres públicos a **quantia de R\$ 853.520,06**, principalmente porque a justificativa de variação cambial que impactou negativamente na devolução pelo Consórcio apontado não teve lastro em nenhum contrato de câmbio.

**06.** Por este ângulo, é necessário colher novos esclarecimentos à Secretaria de Estado da Saúde da Paraíba e em relação à pendência de devolução integral constatada no Processo TC 10.409/20, apesar da informação repassada ao MPPB pelo ofício 1432/2020/GS/SES (fls. 347/350).

**07.** Diante disto, fundamental a realização de providências cartorárias a seguir individualizadas.

**PROVIDÊNCIAS CARTORÁRIAS:**

**01. juntada** pela estrutura cartorária do relatório eventualmente formalizado no PGA **001.2020.010430**, aberto em face de diligência constante da notícia de fato criminal 001.2020.008446, aguardando-se, caso ainda não elaborado tal documento, lapso temporal de mais 15 dias;

**02. juntada de relatório de análise de defesa** feito pela auditoria do TCE no **Processo TC 10.409/20**;

**03.** remessa de **ofício – requisição** – prazo: 10 dias – para a Secretaria de Estado da Saúde da Paraíba – **assunto:** esclarecimentos adicionais ao ofício 1432/2020/GS/SES, por conta de ressarcimento a menor de R\$ 853.520,06 constatado pela auditoria do TCE/PB no Processo TC 10409/2020, em face do

ANL



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA PARAÍBA**  
**PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE JOÃO PESSOA**  
**37º PROMOTOR DE JUSTIÇA - DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO**

contrato de rateio nº 02, por intermédio do Consórcio Nordeste e deste com a pessoa jurídica PULSAR DEVELOPMENT INTERNACIONAL LTD, para aquisição de 75 respiradores pulmonares, modelo Drager Model: Savina 300 (STOCK 5000 Units SUITABLE FOR ICU) – **documentação anexada:** cópia do relatório de auditoria do Processo TC 10409/2020 – **pontos de relevância:** a) Mesmo com as informações constantes do ofício 1432/2020/GS/SES, confirma existência de devolução a menor constatada pela auditoria do TCE no relatório de análise de defesa do Processo TC 10.409/2020?; b) Se afirmativo, quais medidas já foram adotadas, seja junto ao Consórcio Nordeste, seja junto ao próprio TCE, em linha de esclarecimentos e acatamento de eventuais justificativas?; c) A situação constatada já foi saneada? Se sim, anexar documentação comprobatória.

João Pessoa, PB, data e assinatura pelo sistema.

**Adrio Nobre Leite**  
**37º Promotor de Justiça – Defesa do Patrimônio Público**

Assinado eletronicamente por: ADRIO LEITE em 09/09/2020

ANL



**Diretoria de Auditoria e Fiscalização - DIAFI**  
**Departamento de Acompanhamento da Gestão Estadual – DEAGE**  
**Divisão de Acompanhamento das Contas do Governo do Estado II – DICO II**

<b>Processo:</b>	10409/20
<b>Jurisdicionados:</b>	Governo do Estado da Paraíba/Secretaria de Estado da Saúde – SES/PB
<b>Assunto:</b>	Relatório de Análise de Defesa
<b>Período:</b>	De 21/03 a 01/06/2020
<b>Responsáveis:</b>	Sr. João Azevedo Lins Filho (Governador do Estado) Sr. Geraldo Antônio de Medeiros (Secretário de Estado da Saúde)

**RELATÓRIO DE ANÁLISE DE DEFESA**

Em atendimento ao despacho exarado pelo Relator, Conselheiro André Carlo Torres Pontes, à fls. 191/192, a Auditoria passa a analisar os documentos referentes às defesas apresentadas:

Doc. TC n.º	Defendente	Cargo/Função
41827/20	Sr. João Azevedo Lins Filho	Governador do Estado da Paraíba
41859/20	Sr. Geraldo Antônio de Medeiros	Secretário de Estado da Saúde

**1 IRREGULARIDADES**

**1.1 DE RESPONSABILIDADE DO SR. JOÃO AZEVEDO LINS FILHO – GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA – E DO SR. GERALDO ANTÔNIO DE MEDEIROS – SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE**

Item do Relatório Inicial	Descrição
3.3.1.2 e 3.3.1.4	No que tange ao Contrato Administrativo nº 005/2020, não foram entregues à Paraíba os 30 (trinta) ventiladores pulmonares adquiridos, através do Consórcio Nordeste, à empresa HEMPCARE PHARMA REPRESENTAÇÕES LTDA.;
3.3.1.2 e 3.3.2.1	Ausência de registro no SIAF dos pagamentos referentes às notas de empenho NE 8600, NE 8601 e NE 8607;



3.3.1.4	Os numerários, totalizando R\$ 4.947.535,80, devem ser ressarcidos imediatamente ao erário estadual, pois correspondem a despesas realizadas sem que tenha havido o fornecimento do material;
3.3.2	Os gestores, apesar da situação de pandemia, não podem se esquivar da transparência exigida na execução da despesa pública;
3.3.2	Contexto genérico do dispêndio, vedado pelo Art. 8º, §2º, da Lei Federal nº 11.107, de 06 de abril de 2005;
3.3.2.1	Em relação ao Contrato de Rateio nº 002/2020, entende-se que, ante a ausência de comprovação da despesa e da não entrega dos 75 (setenta e cinco) ventiladores pulmonares, devem ser ressarcidos imediatamente ao Estado da Paraíba o montante de R\$ 7.554.562,88.
04	Realização de 02 (duas) contratações à aquisição de ventiladores pulmonares, por intermédio do Consórcio Nordeste, que não foram efetivadas, denotando inércia do Poder Público Estadual nas ações de combate à pandemia de Covid-19.

### 1.1.1 Alegações dos defendentes

1.1.1.1 O Sr. João Azevedo Lins Filho (Documento TC nº 41827/20, anexo 01), Governador do Estado, e o Sr. Geraldo Antônio de Medeiros (Documento TC nº 41859/20) apresentaram justificativas idênticas, como se segue:

*“(...) considerando o disposto no relatório de acompanhamento relativo ao procedimento em comento, que trata da aquisição de Ventiladores Pulmonares para ações de combate à pandemia do Novo Coronavírus (nCov2019) por meio do Consórcio Sustentável do Nordeste – Consórcio NE, conforme disposto na Resolução nº 06/2020 de 31 de março de 2020, e instada a Assessoria Técnica do Gabinete da Secretaria de Estado da Saúde a manifestar-se acerca dos fatos apontados pela Corte de Contas, são, aqui, expostas as justificativas técnicas para as supostas eivas apontadas.*

*Ab initio, cumpre destacar que, em razão do disposto na Resolução nº 06 de 31 de março de 2020 que determinou a realização de compras conjuntas, centralizadas ou compartilhadas, de bens e serviços voltados à estruturação da rede de urgência e emergência do Sistema de Saúde do Estados Consorciados, a equipe técnica do consórcio deu início ao levantamento de demandas para a participação dos estados em procedimentos de aquisição de conjunta, em especial, de Ventiladores Pulmonares. Com relação ao primeiro procedimento, trata-se do processo SEI 200.13105.2020.0000001-13 relativo à aquisição de 300 (trezentos) ventiladores Pulmonares por meio de dispensa de licitação nos termos do art. 4º da Lei nº 13.979 de 2020, conforme disposto no Termo de Referência em anexo.*

*Por sua vez, foi firmado o Contrato Administrativo nº 05/2020 entre o CONSÓRCIO NORDESTE*





a empresa HEMPCARE PHARMA REPRESENTAÇÕES LTDA para o fornecimento do objeto no valor global de R\$ 49.475.358,00 (quarenta e nove milhões, quatrocentos e setenta e cinco mil, trezentos e cinquenta e oito reais), sendo 30 (trinta) deste equipamentos destinados ao Governo da Paraíba à quem caberia repassar ao consórcio a quantia de R\$ 4.947.535,80 (quatro milhões, novecentos e quarenta e sete mil, quinhentos e trinta e cinco reais e oitenta centavos) conforme Cláusula Terceira do Contrato de Rateio nº 01/2020.

**1) Processo SES nº 060420584 - Transferência de recursos para o Consórcio Nordeste (Contrato de Rateio 01).**

Destaque-se de início que a Secretaria de Estado da Saúde já havia instruído procedimento anterior para a aquisição de 84 (oitenta e quatro) Respiradores Pulmonares (Dispensa nº 086/2020, processo nº 170320585), com a única proposta apresentada na dispensa foi da empresa INTERMED. Desta forma foi firmado o Contrato Administrativo nº 085/2020 e emitida Nota de Empenho em favor da INTERMED (NE 04886, datada de 26/03/2020)

Contudo, no dia 02/04/2020, a citada empresa comunicou a Secretaria de Estado da Saúde a impossibilidade de cumprimento do contrato, considerando que toda a sua produção estaria voltada ao atendimento do Ministério da Saúde pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

Nesse ponto não há que se afirmar que houve inércia do Governo Estadual no que tange à realização de procedimentos para a aquisição do objeto, houve sim providência adotada já após a decretação de calamidade pública, como se pode observar no procedimento autuado no dia 17/03/2020, contudo, pelos motivos acima expostos, a contratada comunicou a impossibilidade de atender ao contrato firmado com o Governo da Paraíba.

Frente ao cenário de instabilidade do mercado internacional e dos riscos da importação do objeto de forma direta, o governo estadual aderiu a compra pelo Consórcio NE, haja vista, a necessidade premente de aquisição de Respiradores Pulmonares para a manutenção e adequação de 84 (oitenta e quatro) leitos de terapia intensiva e 252 (duzentos e cinquenta e dois) leitos de enfermaria, a serem disponibilizados para a população das 03 Macrorregiões de Saúde do Estado da Paraíba dentro do Plano Contingência Estadual de enfrentamento à COVID-19

Desta forma, em razão do disposto no Ofício Circular CIDSN/SE nº 03/2020 abriu procedimento para propiciar a transferência de recursos relativa à sua cota parte do Governo da Paraíba relativa ao Contrato de Rateio nº 01/2020 para a aquisição de 30 Ventiladores Pulmonares, cabendo ao Estado da Paraíba à cota parte no montante de R\$ 4.947.535,80.



2) Processo SES nº 270420502 - Transferência de recursos para o Consórcio Nordeste (Contrato de Rateio 02).

Considerando o já relatado anteriormente a respeito das 84 (oitenta e quatro) unidades contratadas junto à INTERMED que comunicou a impossibilidade de atendimento ao Governo da Paraíba dentro de um prazo de 180 (cento e oitenta) dias, o Governo do Estado participou de uma segunda compra junto ao Consórcio NE, desta vez para aquisição de 75 (setenta e cinco) unidades de Ventiladores Pulmonares modelo – Drager Savina 300, conforme Contrato de Rateio nº 02/2020.

Cabendo ao Estado da Paraíba à cota parte de R\$ 7.554.562,88 equivalente à primeira parcela de € 2.497.500,00 (dois milhões, quatrocentos e noventa e sete mil e quinhentos euros) no dia 27/04/2020 (câmbio 6.0497).

### **Irregularidades apontados pelo órgão técnico de contas**

**“5.1 No que tange ao Contrato Administrativo nº 005/2020, não foram entregues à Paraíba os 30 (trinta) ventiladores pulmonares adquiridos, através do Consórcio Nordeste, à empresa HEMPCARE PHARMA REPRESENTAÇÕES LTDA. (subitem 3.3.1.2 e 3.3.1.4 do presente relatório)”**

Quanto ao item em comento, alega o órgão técnico de contas que o Estado da Paraíba teria transferido montante superior ao descrito no Contrato de Rateio nº 02/2020, contudo, o valor transferido foi o equivalente à USD 30.094,50 (trinta mil, noventa e quatro dólares e cinquenta centavos de dólar), tendo sido realizada uma transferência no dia 06/04/2020 no valor de R\$ 4.488.750,00 e outra complementar no valor de R\$ 458;785,80 no dia 07/04/2020 que totaliza, exatamente, o montante descrito no Contrato de Rateio nº 01/2020 que é de R\$ 4.947.535,80 (quatro milhões, novecentos e quarenta e sete mil, quinhentos e trinta e cinco reais e oitenta centavos), conforme terceira – dos valores.

Com relação à alegação de que existem 02 (dois) contratos de câmbio em datas distintas, entendemos que qualquer variação de câmbio ou flutuação (que é algo previsível) na operação, em data posterior à transferência realizada pelo Governo da Paraíba, é de competência e ajuste pelo contratante, no caso o Consórcio NE.

Contudo, reiteremos que a transferência da cota parte do Governo da Paraíba foi realizada com base no ajuste firmado em 06/04/2020 e com câmbio daquela data.

Por fim, com relação à inexecução do Contrato Administrativo nº 05/2020, como é sabido e noticiado na imprensa, no dia 30/05/2020 a Justiça Federal no Estado da Bahia determinou o bloqueio das



contas da empresa HEMPCARE PHARMA do montante de R\$ 48.748.575,82 (quarenta e oito milhões, setecentos e quarenta e oito mil, setecentos e setenta e cinco reais e oitenta e dois centavos). Neste sentido, o Governo da Paraíba aguarda o trânsito em julgado da ação para reaver a cota parte a qual lhe cabe.

**“5.2 Ausência de registro no SIAF dos pagamentos referentes às notas de empenho NE 8600, NE 8601 e NE 8607 (subitens 3.3.1.2 e 3.3.2.1 do presente relatório)”;**

Com relação a tal argumentação, de início destacamos que a operação em linhas gerais, trata-se de elemento novo e nunca antes realizado pelo Governo do Paraíba. Tecnicamente não foi um compra realizada de forma direta pelo Governo da Paraíba/Secretaria de Estado da Saúde.

Não se tratou de procedimento de dispensa de licitação realizado de forma direta, mas sim de transferência financeira a outro ente, para aquele realizasse o procedimento de aquisição.

O que corrobora nossa argumentação é que à princípio a despesa foi classificada na modalidade de aplicação “90” – Aplicação Direta, de forma que os atos de empenhamento da despesa foram realizados na classificação 4.4.90.52. Mas, como não se tratava de aplicação direta do Governo da Paraíba na lógica do procedimento para a aquisição do bem, posteriormente foi realizado o ajuste no Sistema SIAF para a classificação 4.4.93.52:

- Despesa de Capital;
- Outras Despesas de Capital;
- Aplicação Direta Decorrente de Operação de Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social com Consórcio Público do qual o ente participe;
- Equipamentos e Materiais Permanentes.

Data máxima vênua, é esse ponto que discordamos sobre o momento de liquidação da despesa no SIAF. O procedimento de aquisição não foi realizado diretamente pelo Governo Estadual, tampouco a Secretaria de Estado da Saúde é a contratante. Houve sim, transferência de recursos à Consórcio Público e a liquidação ocorreria em razão da entrega do bem, devidamente acompanhado do documento fiscal que seria lançado no Sistema Integrado de Gestão de Bens Públicos (SIGBP). Data máxima vênua, a liquidação da despesa consiste na contraprestação, no implemento da condição, com a transferência do bem. Assim entendemos.

Ademais, a transferência do recurso ao Consórcio NE de forma antecipada, ocorreu de forma excepcional, por se tratar de procedimento de importação em que a lógica do pagamento antecipado se dá



*em razão de proteções à flutuação do câmbio. Contudo, isso não significa que por parte do Governo Estadual houve liquidação da despesa já com a transferência financeira. Esse não é raciocínio contábil correto. Entendemos que a liquidação se daria com a entrega do bem e sua afetação devida patrimonial.*

***“5.3 Os numerários, totalizando R\$ 4.947.535,80, devem ser ressarcidos imediatamente ao erário estadual, pois correspondem a despesas realizadas sem que tenha havido o fornecimento do material (subitem 3.3.1.4 do presente relatório)”;***

*Como já relatado no dia 30/05/2020 a Justiça Federal no Estado da Bahia determinou o bloqueio das contas da empresa HEMPCARE PHARMA do montante de R\$ 48.748.575,82 (quarenta e oito milhões, setecentos e quarenta e oito mil, setecentos e setenta e cinco reais e oitenta e dois centavos). Neste sentido, o Governo da Paraíba aguarda o trânsito em julgado da ação para reaver a cota parte a qual lhe cabe.*

***“5.4 Os gestores, apesar da situação de pandemia, não podem se esquivar da transparência exigida na execução da despesa pública (subitem 3.3.2 do presente relatório)”;***

*No caso situação em tela, o Governo da Paraíba recebeu o Ofício Circular CIDSN/SE nº 04/2020 em 27/04/2020 com a indicação dos valores a serem transferidos. Contudo, tanto o Contrato de Rateio com as demais peças processuais foram encaminhadas à Secretaria de Estado da Saúde como também estão disponíveis no Sistema de Informações do Governo da Bahia (SEI/BA), as quais estamos juntando a presente Defesa.*

***“5.5 Contexto genérico do dispêndio vedado pelo Art. 8º, § 2º, da Lei Federal nº 11.107, de 06 de abril de 2005 (subitem 3.3.2 do presente relatório)”;***

*O objeto do Contrato de Rateio nº 02/2020 é a aquisição de bens conforme disposto no Anexo I que se trata de Ventiladores Pulmonares, modelos Evita 300 e Saviva 300, ambos da marca DRAGER. Todas as informações referentes às especificações relativas aos equipamentos Drager Savina 300 e Drager Evita 300, constam nos autos do processo SEI 019.127792.2020.0051580-66, como também a Pro Forma Invoice e o Contrato de Cambio firmado pelo Consórcio NE junto ao Banco do Brasil. Muito embora o Contrato de Rateio nº 02/2020 traga informações mais sucintas, maiores detalhes podem ser observados nos autos do processo acima mencionado, de forma que discordamos que se trate de despesa genérica, haja*





que com o nome do produto é possível obter todas as informações do mesmo e suas características no site do fabricante.

**“5.6 Em relação ao Contrato de Rateio nº 002/2020, entende-se que, ante a ausência de comprovação da despesa e da não entrega dos 75 (setenta e cinco) ventiladores pulmonares, devem ser ressarcidos imediatamente ao Estado da Paraíba o montante de R\$ 7.554.562,88 (subitem 3.3.2.1 do presente relatório)”;**

Considerada a concretização da operação, no dia 12/06/2020 houve a devolução do recurso para a Conta Corrente nº 13006-0 (SEFAZ-PB), tendo sido o montante de R\$ 1.000.000,00 relativo à fonte 290 devolvido na mesma data para a Conta Corrente nº 13.968-8 (Doações COVID-19 FESEP).

No mesmo sentido foram providenciadas as Notas de Pagamento no Sistema SIAF (NPs Escriturais) e suas respectivas de Guias de Depósito (GDs), estamos anexando a presente defesa, de forma entendemos ter sido atendido o item 3.3.2.1. do relatório.

**“5.7 Realização de 02 (duas) contratações à aquisição de ventiladores pulmonares, por intermédio do Consórcio Nordeste, que não foram efetivadas, denotando inércia do Poder Público Estadual nas ações de combate à pandemia de Covid-19 (item 4 do presente relatório)”.**

Data máxima vênua, mas o órgão técnico de instrução não teve ter percebido que no dia 17/03/2020 foi instaurado procedimento de Dispensa de Licitação nº 0086/2020 realizado pela Secretaria de Estado da Saúde para aquisição de Equipamentos Médicos para ao enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do Novo Coronavírus (nCov2019). De início cabe destacar que o procedimento em comento foi instaurado exatos quatro dias após a decretação da situação de Emergência em Saúde Pública no Estado da Paraíba decorrente do novo Coronavírus.

Quanto à motivação do procedimento já se observa às f. 03 dos autos que se trata da aquisição de equipamentos médicos para a manutenção e adequação de 84 (oitenta e quatro) leitos de terapia intensiva e 252 (duzentos e cinquenta e dois) leitos de enfermaria, a serem disponibilizados para a população das 03 Macrorregiões de Saúde do Estado da Paraíba dentro do Plano Contingência Estadual de enfrentamento à COVID-19, dentre estes, 84 (oitenta e quatro) ventiladores pulmonares.

Tendo sido em tal procedimento firmado contrato junto à INTERMED EQUIPAMENTO MÉDICO HOSPITALAR LTDA (Contrato Administrativo nº 085/2020) publicado no D.O.E de 01/04/2020 e emitida



*Nota de Empenho em favor da citada empresa. Contudo, no dia 02/04/2020 a houve comunicação à Secretaria de Estado da Saúde quem por motivo de requisição administrativa por 180 (cento e oitenta) dias da totalidade dos bens já produzidos, como também os cuja a produção se encerrassem no citado prazo, conforme documentação comprobatória em anexa que é peça integrante do processo SES nº 170320585.*

*Ainda com relação à citada compra, o Ministério Público Federal e o Ministério Público Estadual propuseram à Ação Civil Pública nº 0804292- 56.2020.4.5.05.8200 visando a suspensão dos efeitos da Requisição Administrativa de Ventiladores Pulmonares realizada pelo Governo Federal e no dia 14/06/2020 houve decisão favorável ao Estado da Paraíba proferida pelo Magistrado João Pereira de Andrade Filho, a qual trazemos o excerto:*

*Ante o exposto, defiro, em parte, o pedido de tutela provisória de urgência, para:*

*suspender os efeitos da requisição administrativa de respiradores pulmonares realizada pela UNIÃO, por meio dos Ofícios n.º 72/2020/DLOG/SE/MS e n.º 80/2020 /DLOG/SE/MS, em relação ao Contrato n.º 85/2020, celebrado entre o ESTADO DA PARAÍBA e a empresa INTERMED EQUIPAMENTO MÉDICO HOSPITALAR LTDA;*

*determinar à empresa INTERMED EQUIPAMENTO MÉDICO HOSPITALAR LTDA que, no prazo de 05 (cinco) dias, entregue ao ESTADO DA PARAÍBA os 84 (oitenta e quatro) ventiladores pulmonares objeto do Contrato n.º 85/2020, cujas especificações constam da Consulta de Preço n.º 001/2020 (fls. 317/319) e do termo de referência, sob pena incidência de multa diária, desde logo fixada em R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais);*

Tal objeto foi recebido no último dia 22/06/2020, conforme veiculado na imprensa:

## Paraíba recebe os 84 respiradores que foram comprados pelo Governo e tinham sido retidos pelo Ministério da Saúde



publicado: 22/06/2020 19h09, última modificação: 22/06/2020 19h20

*Outra medida implementada pela Secretaria de Estado da Saúde foi remanejamento de equipamentos já disponíveis na Rede Estadual para os leitos destinados ao enfrentamento da Pandemia conforme disposto no Plano de Contingenciamento da COVID-19, como também foi providenciada à manutenção de equipamentos que apresentavam problemas.*



*Mais uma vez reforçamos que não há que se afirmar que houve inércia do Governo Estadual no que tange à realização de procedimentos para a aquisição do objeto, como também realizar as devidas manutenções e remanejamento de outros dentro da Rede Estadual de Saúde para a efetivação das ações de enfrentamento à pandemia do Novo Coronavírus (nCov2019)*

*Por fim, nos colocamos à disposição para eventuais esclarecimentos necessários.”*

### 1.1.2 Entendimento da Auditoria

- a) No que tange ao Contrato Administrativo nº 005/2020, não foram entregues à Paraíba os 30 (trinta) ventiladores pulmonares adquiridos, através do Consórcio Nordeste, à empresa HEMPCARE PHARMA REPRESENTAÇÕES LTDA.

Em relação à ausência de entrega dos 30 (trinta) ventiladores pulmonares adquiridos pelo Governo da Paraíba, por intermédio do Consórcio Nordeste, à empresa HEMPCARE PHARMA REPRESENTAÇÕES LTDA. (Contrato Administrativo nº 005/2020), os defendentes confirmam a inexecução contratual por parte da referida empresa – fato amplamente divulgado pela imprensa –, bem como afirmam que, até o momento, o valor transferido pelo Estado ao Consórcio Nordeste, no total de R\$ 4.947.535,80 (quatro milhões, novecentos e quarenta e sete mil, quinhentos e trinta e cinco reais e oitenta centavos), não foi devolvido aos cofres públicos da Paraíba; com vista a essa devolução foi ajuizada ação na Justiça Federal no Estado da Bahia.

Como os recursos ainda não foram devolvidos aos cofres públicos estaduais, nem os ventiladores pulmonares entregues, permanece a irregularidade apontada na instrução inicial.

- b) Ausência de registro no SIAF dos pagamentos referentes às notas de empenho NE 8600, NE 8601 e NE 8607

Entende-se que para o Consórcio Nordeste a liquidação da despesa ocorreria no momento do recebimento dos ventiladores pulmonares, mas para o Estado da Paraíba (Secretaria de Estado da Saúde) - e demais Estados consorciados - essa liquidação aconteceu por ocasião da transferência de numerários à conta do Consórcio, em 06/04 e 27/04, conforme descrito na análise preliminar.

Os Contratos de Rateio nº 01 e nº 02 dispuseram, em sua Cláusula Quarta, a necessidade de integralização das cotas dos entes consorciados no prazo de até cinco dias, contados da assinatura dos



respectivos instrumentos contratuais; sendo essa a condição para a liquidação das despesas pelos Estados participantes do Consórcio.

A mudança de classificação orçamentária, arguidas pelos defendentes, não liberta a Administração Pública Estadual do registro dos pagamentos (transferências financeiras) na data em que eles efetivamente ocorreram.

Diante do exposto, permanece a irregularidade apontada na análise inicial.

- c) Os numerários, totalizando R\$ 4.947.535,80, devem ser ressarcidos imediatamente ao erário estadual, pois correspondem a despesas realizadas sem que tenha havido o fornecimento do material

De acordo com o exposto pelos defendentes, a Justiça Federal no Estado da Bahia determinou o bloqueio dos numerários das contas da HEMPCARE PHARMA – transferidos pelo Consórcio Nordeste à aquisição de ventiladores pulmonares, sem que tenha havido o fornecimento dos materiais -, logo, o Governo da Paraíba aguarda o trânsito em julgado da ação para reaver a -parte que lhe cabe.

Como, até o momento, não houve o ressarcimento do montante de R\$ 4.947.535,80 (quatro milhões, novecentos e quarenta e sete mil, quinhentos e trinta e cinco reais e oitenta centavos) ao erário estadual, permanece a irregularidade identificada no relatório inicial.

- d) Os gestores, apesar da situação de pandemia, não podem se esquivar da transparência exigida na execução da despesa pública

A não apresentação do Contrato Administrativo firmado entre o Consórcio Nordeste e a empresa que forneceria os ventiladores pulmonares, “Pulsar Development International LtdBarclas Bank PLC, Leicester, LE87, 2BB, UKM”, restringe as informações relativas à aquisição, interferindo na transparência da despesa. O Contrato de Rateio nº 02/2020 não é suficiente à análise do teor pactuado entre o Consórcio e o suposto fornecedor dos equipamentos.

Destaque-se que a documentação acostada aos autos, fls. 182, não contém o referido contrato administrativo.

Dessa forma, permanece a irregularidade em tela.





- e) Contexto genérico do dispêndio, vedado pelo Art. 8º, §2º, da Lei Federal nº 11.107, de 06 de abril de 2005

A Auditoria retifica o seu posicionamento quanto à genericidade do gasto, haja vista o Contrato de Rateio nº 02/2020 informar, em seu Anexo I, que os recursos seriam utilizados à aquisição de ventiladores pulmonares.

- f) Em relação ao Contrato de Rateio nº 002/2020, entende-se que, ante a ausência de comprovação da despesa e da não entrega dos 75 (setenta e cinco) ventiladores pulmonares, devem ser ressarcidos imediatamente ao Estado da Paraíba o montante de R\$ 7.554.562,88

No tocante aos valores ressarcidos pelo Consórcio Nordeste ao Estado da Paraíba, a Auditoria faz as seguintes considerações:

f.1) Verificou-se, às fls. 130 dos autos, que a transferência de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) à conta corrente 13968-8 – Doações – Covid 19 – FESEP, agência 1618-7, do Banco do Brasil, foi originada da Secretaria de Estado das Finanças e não do Consórcio Nordeste;

f.2) Em relação ao referido numerário (R\$ 1.000.000,00), não se identificou ressarcimento por parte do Consórcio Nordeste;

f.3) O valor efetivamente ressarcido pelo Consórcio aos cofres públicos da Paraíba totalizou R\$ 6.701.042,82 (seis milhões, setecentos e um mil, quarenta e dois reais e oitenta e dois centavos) – conforme Ofício Circular CIDSN/SE nº 006/2020, de 11 de junho de 2020, e comprovante de transferência bancária, fls. 133 e 135;

f.4) O Secretário Executivo do Consórcio Nordeste, Sr. Carlos Eduardo Gabas, informou, através do Ofício Circular CIDSN/SE nº 006/2020, fls. 135, que a diferença entre o valor encaminhado pelos Estados ao Consórcio Nordeste (Contrato de Rateio nº 02/2020) e o montante ressarcido é decorrente da variação cambial, que resultou em uma devolução a menor – no caso da Paraíba essa diferença totalizou R\$ 853.520,06. Segundo o próprio Secretário Executivo, tal diferença e os demais impactos do não cumprimento do contrato serão tratados por meio judicial, sob a liderança da PGE-BA.



Destaque-se que, em relação a essa “diferença cambial”, não consta dos autos qualquer contrato de câmbio, ou comprovante de transferência bancária, efetivada pelo Consórcio à conta do suposto fornecedor; ou seja, não se tem comprovação de que realmente existiu esse “prejuízo cambial” ao Consórcio, responsável por demandar um ressarcimento a menor aos Estados Consorciados.

Diante do exposto, e no âmbito do Contrato de Rateio nº 002/2020, persiste um montante de R\$ 853.520,06 (oitocentos e cinquenta e três mil, quinhentos e vinte reais e seis centavos) que devem ser devolvidos ao Estado da Paraíba.

- g) Realização de 02 (duas) contratações à aquisição de ventiladores pulmonares, por intermédio do Consórcio Nordeste, que não foram efetivadas, denotando inércia do Poder Público Estadual nas ações de combate à pandemia de Covid-19

Através do SIAF (<https://siaf.pb.gov.br>), a Auditoria localizou 04 (quatro) empenhos em favor da INTERMED (CNPJ: 49.520.521/0001-69), cujos históricos remetem-se a aquisições de ventiladores pulmonares:

g.1) Nota de empenho 4886, de 26/03/2020, no valor de R\$ 4.368.000,00 (quatro milhões, trezentos e sessenta e oito mil reais), fonte de recursos 160 – recursos transferidos pelo Fundo Nacional de Saúde, cujo histórico remete à compra de equipamentos médicos para enfrentamento da emergência em saúde pública decorrente da pandemia da COVID-19;

Nº da Nota de Empenho		4886		Reemitir NE		
Infos da NE	Descrição NE	Det. Classificação	Lançamentos	LD's	Histórico	Restos a Pagar
Situação	1 - Interno	Posição	0	Liberado	Destino	Matrícula
Tp Crédito	1 - Ordinário	C. Partida	N	N.Res	2353	Dt Saída
Classificação	2451	25101.10.302.5007.2950.00000000287.44905200.16000				
Credor	63925	INTERMED				
Supl/Anul	4886	Licitação	4 - Dispensa	Dispositivo Legal	4	Efeito
Finalidade Fr	0	1 - Obrigação				
Município	250750	JOAO PESSOA	VALORES			
Número Processo	170320585	Rc.Dv	0	1 Empenhado		
Número Contrato	NT				4.368.000,00	
Registro CGE	99000000	0	0	2 Suplementado		
Item Despesa	39	OUTROS MATERIAIS P	1+2-3-4			0,00
Data Atualização	26/03/2020	Hora Atualização	17:45	3 Anulado		
Data Movimento	26/03/2020	Dt Processament	26/03/2020	4-6	4.368.000,00	
Ordenador	247673	Unidade Adm.	0	4 Liquidação		
Responsável	FLAVIO MARQUES FORMIGA			0,00		
				5 A Liquidar		
				0,00		
				6 Pago		
				0,00		
				7 A Pagar		
				0,00		
				8 Anulado GD		
				0,00		
				R.P.Provisorio		
				0,00		



Tribunal de Contas do Estado



g.2) Nota de empenho 5504, datada de 06/04/2020, responsável pela anulação total da 4886;

Nº da Nota de Empenho  Reemitir NE

Infos da NE	Descrição NE	Det. Classificação	Lançamentos	LD's	Histórico	Restos a Pagar	
Situação	1 - Interno	Posição	0	Liberado	Destino	Matrícula	
1 - Ordinário	C. Partida	N	N.Res	2353	Dt Saída	00/00/0000	
Classificação	2451	25101.10.302.5007.2950.00000000287.44905200.16000					
Credor	63925	INTERMED					
Supl/Anul	4886	Licitação	4 - Dispensa	Dispositivo Legal	4	Efeito	
Finalidade Fr	0					4 - Anulação Total	
Município	250750	JOAO PESSOA					
Número Processo	170320585	Rc.Dv	0				
Número Contrato	NT						
Registro CGE	99000000	0	0				
Item Despesa	39	OUTROS MATERIAIS P					
Data	06/04/2020	Hora Atualização	15:10				
Data Movimento	06/04/2020	Dt Processament	06/04/2020				
Ordenador	247673	Unidade Adm.	0				
Responsável	FLAVIO MARQUES FORMIGA						
						VALORES	
						1 Empenhado	4.368.000,00
						2 Suplementado	0,00
						3 Anulado	0,00
						4 Liquidação	0,00
						5 A Liquidar	0,00
						6 Pago	0,00
						7 A Pagar	0,00
						8 Anulado GD	0,00
						R.P.Provisorio	0,00

g.3) Emissão da Nota de Empenho 7346, em 22/04/2020, também no valor de R\$ 4.368.000,00, porém a partir da fonte de recursos 110 – recursos vinculados ao Fundo Estadual de Saúde. Destaque-se que, em 07/07/2020, houve liquidação de R\$ 3.380.000,00 (três milhões, trezentos e oitenta mil reais), haja vista não restar registrado no SIAF o respectivo pagamento;

Assinado eletronicamente por: ADRIO LEITE em 09/09/2020



Tribunal de Contas do Estado



## Nota de Empenho Por Documento

Voltar [F3]

Nº da Nota de Empenho

7346

Reemitir NE

Infos da NE	Descrição NE	Det. Classificação	Lançamentos	LD's	Histórico	Restos a Pagar
Situação	1 - Interno	Posição	0	Liberado	Destino	Matricula
Tp Crédito	1 - Ordinário	C. Partida	N	N.Res	3378	Dt Saida
Classificação	2450	25101.10.302.5007.2950.00000000287.44905200.11000				Dt Chegada
Credor	63925	INTERMED				
Supl/Anul	7346	Licitação	10- Covid-19	Dispositivo Legal	4	Efeito
Finalidade Fr	250001190019	ACOES EMERGENCIAIS COMBATE AO COVID-19				1 - Obrigação
Município	250750	JOAO PESSOA				
Número Processo	170320585	Rc.Dv	0			
Número Contrato	NT					
Registro CGE	99000000	0	0			
Item Despesa	39	OUTROS MATERIAIS P		1+2-3-4		
Data Atualização	22/04/2020	Hora Atualização	16:33			
Data Movimento	22/04/2020	Dt Processament	22/04/2020	4-6		
Ordenador	247673	Unidade Adm.	0			
Responsável	FLAVIO MARQUES FORMIGA					
						<b>VALORES</b>
						1 Empenhado
						4.368.000,00
						2 Suplementado
						0,00
						3 Anulado
						988.000,00
						4 Liquidação
						3.380.000,00
						5 A Liquidar
						0,00
						6 Pago
						3.380.000,00
						7 A Pagar
						0,00
						8 Anulado GD
						0,00
						R.P.Provisorio
						0,00

g.4) Além da NE 7346, foi emitida a NE 14567, em 01/07/2020, no valor de R\$ 988.000,00 (novecentos e oitenta e oito mil reais), fonte de recursos 290 – recursos diversos; cujo histórico descreve: “houve apostilamento relativo à mudança de fonte de recursos para propiciar a utilização de recursos doados pelo Ministério Público do Trabalho”;

Infos da NE	Descrição NE	Det. Classificação	Lançamentos	LD's	Histórico	Restos a Pagar
Situação	1 - Interno	Posição	0	Liberado	Destino	Matricula
Tp Crédito	1 - Ordinário	C. Partida	N	N.Res	6704	Dt Saida
Classificação	4865	25101.10.302.5007.2950.00000000287.44905200.29000				Dt Chegada
Credor	63925	INTERMED				
Supl/Anul	14567	Licitação	10- Covid-19	Dispositivo Legal	4	Efeito
Finalidade Fr	250001190019	ACOES EMERGENCIAIS COMBATE AO COVID-19				1 - Obrigação
Município	250750	JOAO PESSOA				
Número Processo	170320585	Rc.Dv	0			
Número Contrato	PJ-085/2020					
Registro CGE	20004621	0	0			
Item Despesa	39	OUTROS MATERIAIS P		1+2-3-4		
Data Atualização	01/07/2020	Hora Atualização	14:05			
Data Movimento	01/07/2020	Dt Processament	01/07/2020	4-6		
Ordenador	247673	Unidade Adm.	0			
Responsável	FLAVIO MARQUES FORMIGA					
						<b>VALORES</b>
						1 Empenhado
						988.000,00
						2 Suplementado
						0,00
						3 Anulado
						0,00
						4 Liquidação
						988.000,00
						5 A Liquidar
						0,00
						6 Pago
						988.000,00
						7 A Pagar
						0,00
						8 Anulado GD
						0,00
						R.P.Provisorio
						0,00

g.5) Em 27/07/2020, ocorrera a anulação parcial da NE 7346, através da NE 17547, cujo histórico remete à: “anulação parcial da nota de empenho nº 7346/2020, devido à parte do saldo ter sido apostilado na fonte 290, para uso dos recursos do Ministério Público do Trabalho [...]”





Reemitir NE

Assinado eletronicamente por: ADRIO LEITE em 09/09/2020

Volar [F3]

Reemitir AP



Tribunal de Contas do Estado



## Consulta Nota de Pagamento

Voltar [F3]

Número	26384			Reemitir AP	
<div> <div>Infos da NP</div> <div>Lib.Recursos</div> <div>Título</div> <div>Mais Dados</div> </div>					
Órgão Origem			Cod Sit Pagto	1	Interno
LD	14898	/ 2020	Grupo Financ.	4290	
AP Principal	0	RP 0 / 0	Medição e CGE	0	20004621 0
Tipo Credito	1	Ordinário	NE	14567	Num. Rem. Obra 0 Rec 0
Cod. Classific	4865	25101.10.302.5007.2950.00000000287.44905200.29000			
Nome Credor	63925	INTERMED			CT 926273918
Número Cheque	3996	Pessoal	Nac		
Cod.Sup.Fundos	0	Cod.Fin.	000	Rel	3996
Cod Cont Desp	0			Valor Bruto	988.000,00
Cod Cont Cred	111110299.001.1.250001	00019	Descontos		403 15.808,00
Data Movto	23/07/2020	Mod	4	DOC/TED	Valor Pago
Data Processamento	23/07/2020	AP	ORCAMENTARIA		Valor Anulado GD
Data Atualização	23/07/2020	Data Emissão	23/07/2020		Valor Anulado TELA
Observação	PARTE DA N.F.52739-M.P.TRAB-13.968-8				
Código Barra					
Responsável	JOSE EDGLEI CAVALCANTI DE ANDRADE		Hora Atualização	11:59	

Verificou-se, primeiramente, a tentativa de aquisição dos ventiladores pulmonares por parte do Governo Estadual, cuja concretização deu-se no mês de julho/2020; desmistificando, assim, a inércia apontada no relatório inicial.

Contudo, frente à aquisição de equipamentos médico-hospitalares efetivada junto a empresa INTERMED (CNPJ: 49.520.521/0001/69), entende-se por essencial a apresentação, junto a esta Corte de Contas, da documentação comprobatória da despesa (documentos fiscais, comprovantes bancários de transferência dos numerários, etc.), bem como, da informação quanto ao destino dos 84 (oitenta e quatro) ventiladores pulmonares adquiridos.

## 2 DENÚNCIA (DOCUMENTO TC N° 39213/20)

Trata-se de Denúncia formulada pelo Deputado Moacir Rodrigues, através do Ofício n° 00095/2020, datada de 18 de junho de 2020 e protocolada em 22/06/2020 junto a esta Corte de Contas, tendo por teor:

“Considerando que houve um Consórcio Nordeste para firmar convênio entre os nove estados do Nordeste, criado em março de 2020, para aquisições centralizadas ou compartilhadas de bens e serviços de saúde, para assistência à população durante a pandemia de Covid-19, e

Considerando que a Paraíba realizou duas compras de equipamentos em empresas do exterior por meio do Consórcio Nordeste, totalizando 105 respiradores a um custo de pouco mais de R\$ 12 milhões. A compra foi feita com dispensa de licitação e destinada ao atendimento de pacientes em estado grave infectados pela Covid-19, e firmados pela



Secretaria de Saúde, uma vez que os respiradores não foram entregues pelos fornecedores da China e Inglaterra. Sendo que, na primeira compra, foram investidos R\$ 4,5 milhões em 30 respiradores fabricados por uma empresa chinesa. Segundo a Secretaria de Saúde da Paraíba, os respiradores não foram entregues, mesmo após o Consórcio solicitar o bloqueio judicial das contas da empresa. [...]"

Em 25/06/2020, a Ouvidoria do TCE/PB posicionou-se quanto à admissibilidade da referida Denúncia, conforme Art. 170, § 1º da Resolução RN-TC 10/10; entendendo que o documento apresentado atendia aos requisitos exigidos pelo Art. 171, e seus incisos, do Regimento Interno do TCE/PB, sendo, assim, formalmente admissível.

O Documento TC nº 39213/20 foi então encaminhado ao Relator, Conselheiro André Carlo Torres Pontes, que assim proferiu (fls. 202 dos autos):

À SECPL para:

- 1) COMUNICAR por ofício, a ser enviado através de e-mail institucional, ao Exmo. Senhor Deputado Estadual MOACIR RODRIGUES, sobre a existência do Processo TC 10409/20, em que a matéria objeto do OFÍCIO Nº 00095/2020 GDMR/ALPB está sendo tratada, cujo acesso é público pelo portal [www.tce.pb.gov.br](http://www.tce.pb.gov.br), com as saudações de estilo;
- 2) ANEXAR o presente documento ao Processo TC 10409/20.

Tem-se, portanto, que a matéria denunciada já vem sendo tratada nos presentes autos

### 3 CONCLUSÃO

Após apreciação da documentação e dos argumentos expostos pelo defendente, segue o posicionamento da Auditoria:

#### 3.1 IRREGULARIDADES ELIDIDAS

- a) Contexto genérico do dispêndio, vedado pelo Art. 8º, §2º, da Lei Federal nº 11.107, de 06 de abril de 2005 (subitem 3.3.2 do relatório inicial);
- b) Realização de 02 (duas) contratações à aquisição de ventiladores pulmonares, por intermédio do Consórcio Nordeste, que não foram efetivadas, denotando inércia do Poder Público Estadual nas ações de combate à pandemia de Covid-19 (item 04 do relatório inicial).



### 3.2 IRREGULARIDADES PARCIALMENTE ELIDIDAS

- a) No âmbito do Contrato de Rateio nº 002/2020, persiste o montante de R\$ 853.520,06 (oitocentos e cinquenta e três mil, quinhentos e vinte reais e seis centavos) que devem ser ressarcidos ao Estado da Paraíba (subitem 3.3.2.1 do relatório inicial).

### 3.3 IRREGULARIDADES QUE PERMANECEM

3.3.1 De responsabilidade do Sr. João Azevedo Lins Filho, Governador do Estado da Paraíba, e do Sr. Geraldo Antônio de Medeiros, Secretário de Estado da Saúde

- a) No que tange ao Contrato Administrativo nº 005/2020, não foram entregues à Paraíba os 30 (trinta) ventiladores pulmonares adquiridos, através do Consórcio Nordeste, à empresa HEMPCARE PHARMA REPRESENTAÇÕES LTDA. (subitens 3.3.1.2 e 3.3.1.4 do relatório inicial);
- b) Ausência de registro no SIAF dos pagamentos referentes às notas de empenho NE 8600, NE 8601 e NE 8607 (subitens 3.3.1.2 e 3.3.2.1 do relatório inicial);
- c) Os numerários, totalizando R\$ 4.947.535,80 (quatro milhões, novecentos e quarenta e sete mil, quinhentos e trinta e cinco reais e oitenta centavos) devem ser ressarcidos imediatamente ao erário estadual, pois correspondem a despesas realizadas sem que tenha havido o fornecimento do material (subitem 3.3.1.4 do relatório inicial);
- d) Os gestores, apesar da situação de pandemia, não podem se esquivar da transparência exigida na execução da despesa pública (subitem 3.3.2 do relatório inicial).

Frente à aquisição de equipamentos médico-hospitalares efetivada junto a empresa INTERMED (CNPJ: 49.520.521/0001/69), que não foi abordada na análise prévia, entende-se por essencial a apresentação, junto a esta Corte de Contas, da documentação comprobatória dessa despesa (documentos fiscais, comprovantes bancários de transferência dos numerários, etc.), bem como, da informação quanto ao destino dos 84 (oitenta e quatro) ventiladores pulmonares adquiridos.

É o relatório.



Assinado em 3 de Agosto de 2020



Renata Carrilho Torres de Andrade  
Mat. 3705846  
AUDITOR DE CONTAS PÚBLICAS

Assinado em 3 de Agosto de 2020



Ludmilla Costa de Carvalho Frade  
Mat. 3703134  
CHEFE DE DIVISÃO

Assinado em 4 de Agosto de 2020



Maria Zaira Chagas Guerra Pontes  
Mat. 3701468  
CHEFE DE DEPARTAMENTO

Assinado eletronicamente por: ADRIO LEITE em 09/09/2020



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAÍBA**  
**PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DIREITOS DIFUSOS**  
**37º PROMOTOR DE JUSTIÇA**

Avenida Almirante Barroso, 161, Centro, João Pessoa/PB,  
 CEP 58040-220 - telefone: (83) 2107-6100

Investigação nº 001.2020.008750 – João Pessoa/PB, 09 de setembro de 2020.  
 procedimento preparatório

**Ofício nº 682/2020**

objetivo: requisita informações/documentos (art. 129, VI, da Constituição Federal e 44, inciso IV, da Lei Complementar Estadual nº 97/2010).

prazo: **10 dias**, ressalvada antecedente comunicação devidamente justificada (art. 8º, § 1º da Lei nº 7.347/85).

A (o) Excelentíssimo (a) Senhor (a)

**Secretário (a) de Estado da Saúde da Paraíba**

Endereço:

*Secretaria de Estado da Saúde da Paraíba*  
 Av. Dom Pedro II, 1826 - Torre,  
 João Pessoa - PB, CEP 58040-440

assunto: esclarecimentos adicionais ao ofício 1432/2020/GS/SES, por conta de ressarcimento a menor de R\$ 853.520,06 constatado pela auditoria do TCE/PB no Processo TC 10409/2020, em face do contrato de rateio nº 02, por intermédio do Consórcio Nordeste e deste com a pessoa jurídica PULSAR DEVELOPMENT INTERNACIONAL LTD, para aquisição de 75 respiradores pulmonares, modelo Drager Model: Savina 300 (STOCK 5000 Units SUITABLE FOR ICU).

documentação inclusa: cópia do relatório de auditoria do Processo TC 10409/2020.

Excelentíssimo(a) Senhor(a),

**REQUISITO**, no prazo fixado acima, o encaminhamento de resposta aos questionamentos específicos a seguir e de acordo com os parâmetros definidos no assunto acima:

a) Mesmo com as informações constantes do ofício 1432/2020/GS/SES, confirma existência de devolução a menor constatada pela auditoria do TCE no relatório de análise de defesa do Processo TC 10.409/2020?; b) Se afirmativo, quais medidas já foram adotadas, seja junto ao Consórcio Nordeste, seja junto ao próprio TCE, em linha de esclarecimentos e acatamento de eventuais justificativas?; c) A situação constatada já foi saneada? Se sim, anexar documentação comprobatória.

Atenciosamente,

**(assinado eletronicamente)**  
**ADRIO NOBRE LEITE**  
***37º Promotor de Justiça – Defesa do Patrimônio Público***

Assinado eletronicamente por: ADRIO LEITE em 09/09/2020



**Ministério Público da Paraíba**  
**PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE JOÃO PESSOA - PATRIMÔNIO PÚBLICO**

**CERTIDÃO**

CERTIFICO que cumpri integralmente o despacho retro e que enviei o ofício nº 682/2020 por e-mail.

João Pessoa, 14 de setembro de 2020.

ARLENE PASSOS DA SILVA MACIEL

Técnico Ministerial

Matrícula: 701.327-2

Assinado eletronicamente por: ARLENE em 14/09/2020





**patrimônio público promotoria de justiça <patrimoniopublico.mppb@gmail.com>**

**Ofício nº 682/2020/PDPP - Investigação Nº 001.2020.008750**

1 mensagem

patrimônio público promotoria de justiça <patrimoniopublico.mppb@gmail.com> 14 de setembro de 2020 09:32  
Para: GABINETE SES <gabinetesesp@gmail.com>, Caio César Gomes Leal <caiocesargleal.adv@gmail.com>

Bom Dia,

Sirvo-me do presente para encaminhar o ofício nº 682/2020 (em anexo) . Esclarecemos ainda, que a resposta pode ser remetida por este e-mail.

FAVOR CONFIRMAR RECEBIMENTO

Att,  
Arlene Passos  
Cartório da PDPP

## 2 anexos



001.2020.008750-001.2020.008446-Documento (diligência)-2020-0000961321 (1).pdf  
102K



001.2020.008750-001.2020.008446-Documento (outros)-2020-0000959551.pdf  
2150K

Assinado eletronicamente por: ARLENE em 14/09/2020



patrimônio público promotoria de justiça &lt;patrimoniopublico.mppb@gmail.com&gt;

---

**Solicitação de prazo para oferecimento de resposta da SES/PB**

1 mensagem

**Jurídico SES Gabinete** <juridico.gabineteses@gmail.com>

25 de setembro de 2020 11:32

Para: patrimônio público promotoria de justiça &lt;patrimoniopublico.mppb@gmail.com&gt;

Excelentíssimo Senhor, Dr. Adrio Nobre

Cumprimentando-o, solicito o prazo de 05 (cinco) dias para apresentar resposta ao Ofício nº. 682/2020, constante nos autos da Investigação nº. 001.2020.008750.

Certo da sua compreensão, externamos os votos de estima e consideração.

Atenciosamente,

Caio César Gomes Leal  
Gabinete SES/PB

Assinado eletronicamente por: LUCIANA MASSA em 25/09/2020



**Ministério Público da Paraíba**  
**PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE JOÃO PESSOA - PATRIMÔNIO PÚBLICO**

**DESPACHO:**

**01.** Há que deferir solicitação de dilação de prazo da Secretaria de Estado da Saúde PB.

**02.** Diante disto, seja comunicado, via meio hábil (e-mail), à Secretraria pertinente, o deferimento de dilação de prazo por 10 dias, para envio da resposta ao ofício respectivo.

João Pessoa - PB, data e assinatura pelo sistema.

**ADRIO NOBRE LEITE**

**37º Promotor de Justiça**

Assinado eletronicamente por: ADRIO LEITE em 29/09/2020



**Ministério Público da Paraíba**  
**PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE JOÃO PESSOA - PATRIMÔNIO PÚBLICO**

**CERTIDÃO**

CERTIFICO que em cumprimento ao despacho retro comuniquei da dilação de prazo para o solicitante por e-mail.

João Pessoa, 30 de setembro de 2020.

ARLENE PASSOS DA SILVA MACIEL

Técnico Ministerial

Matrícula: 701.327-2

Assinado eletronicamente por: ARLENE em 30/09/2020





patrimônio público promotoria de justiça &lt;patrimoniopublico.mppb@gmail.com&gt;

**Comunica dilação de prazo - investigação nº 001.2020.008750**

1 mensagem

**patrimônio público promotoria de justiça** <patrimoniopublico.mppb@gmail.com> 30 de setembro de 2020 07:57  
Para: Jurídico SES Gabinete <juridico.gabineteses@gmail.com>, Caio César Gomes Leal  
<caiocesargleal.adv@gmail.com>

Boa tarde.

Sirvo-me do presente para informar acerca de prorrogação de prazo por 10(dez) dias, para envio das informações constantes da notificação embutida no ofício 682/2020, conforme despacho em anexo.

FAVOR CONFIRMAR RECEBIMENTO

Atenciosamente,  
Arlene Passos  
Cartório da PDPP

Em sex., 25 de set. de 2020 às 11:50, patrimônio público promotoria de justiça <[patrimoniopublico.mppb@gmail.com](mailto:patrimoniopublico.mppb@gmail.com)> escreveu:



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAÍBA  
SECRETARIA DA PROMOTORIA DE JUSTIÇA  
DO PATRIMÔNIO PÚBLICO DE JOÃO PESSOA

Confirmado o recebimento e o encaminhamento para as providências de praxe.  
Favor aguardar decisão.

Att.

Luciana Carneiro  
Secretaria da PDPP  
MPPB/PDPP

Em sex., 25 de set. de 2020 às 11:34, Jurídico SES Gabinete <[juridico.gabineteses@gmail.com](mailto:juridico.gabineteses@gmail.com)> escreveu:

Excelentíssimo Senhor, Dr. Adrio Nobre

Cumprimentando-o, solicito o prazo de 05 (cinco) dias para apresentar resposta ao Ofício nº. 682/2020, constante nos autos da Investigação nº. 001.2020.008750.

Certo da sua compreensão, externamos os votos de estima e consideração.

Atenciosamente.

Caio César Gomes Leal  
Gabinete SES/PB



001.2020.008750-001.2020.008446-Despacho-2020-0001061223.pdf

10K

Assinado eletronicamente por: ARLENE em 30/09/2020



**Ministério Público da Paraíba**  
**PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE JOÃO PESSOA - PATRIMÔNIO PÚBLICO**

**CERTIDÃO**

CERTIFICO que encaminho o presente procedimento para que seja averiguada a chegada de resposta do ofício nº 682/2020, em caso negativo que seja efetuada a devolução do mesmo para que sejam tomadas as providências cabíveis.

João Pessoa, 15 de outubro de 2020.

**ARLENE PASSOS DA SILVA MACIEL**

Técnico Ministerial

Matrícula: 701.327-2

Assinado eletronicamente por: ARLENE em 15/10/2020



**Ministério Público da Paraíba**  
**PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE JOÃO PESSOA - PATRIMÔNIO PÚBLICO**  
**CERTIDÃO**

Certifico que até o presente momento não há resposta pendente de juntada referente ao Ofício 682/20, encaminhado à Secretaria de Estado da Saúde.

Apesar de ter havido concessão de dilação de prazo para resposta.

João Pessoa, 19 de outubro de 2020.

Luciana Carneiro Pires Massa

Analista Ministerial

Matrícula 701.370-1

Assinado eletronicamente por: LUCIANA MASSA em 19/10/2020

20/10/2020

Gmail - Solicita resposta ao Ofício nº 682/2020/PDPP após dilação de prazo - investigação nº 001.2020.008750



patrimônio público promotoria de justiça &lt;patrimoniopublico.mppb@gmail.com&gt;

## Solicita resposta ao Ofício nº 682/2020/PDPP após dilação de prazo - investigação nº 001.2020.008750

1 mensagem

patrimônio público promotoria de justiça &lt;patrimoniopublico.mppb@gmail.com&gt;

20 de outubro de 2020 08:10

Para: Caio César Gomes Leal &lt;caiocesargleal.adv@gmail.com&gt;, GABINETE SES &lt;gabinetesesp@gmail.com&gt;

Bom dia,

Sirvo-me do presente para solicitar informações referente a resposta ao ofício nº 682/2020, tendo em vista ter ultrapassado o prazo para envio da resposta.

Esclarecemos ainda, que a resposta pode ser remetida por este e-mail ou através do protocolo eletrônico disponível no site do MPPB ([http://aplicacao.mppb.mp.br/consulta/public/protocolovirtual/protocolovirtual\\_inicio.jsf\\_.](http://aplicacao.mppb.mp.br/consulta/public/protocolovirtual/protocolovirtual_inicio.jsf_.))

**FAVOR CONFIRMAR RECEBIMENTO**

Atenciosamente,  
Arlene Passos  
Cartório da PDPP

Em sex., 25 de set. de 2020 às 11:50, patrimônio público promotoria de justiça <patrimoniopublico.mppb@gmail.com> escreveu:



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAÍBA  
SECRETARIA DA PROMOTORIA DE JUSTIÇA  
DO PATRIMÔNIO PÚBLICO DE JOÃO PESSOA

Confirmado o recebimento e o encaminhamento para as providências de praxe.  
Favor aguardar decisão.

Att,

Luciana Carneiro  
Secretaria da PDPP  
MPPB/PDPP

Em sex., 25 de set. de 2020 às 11:34, Jurídico SES Gabinete <[juridico.gabineteses@gmail.com](mailto:juridico.gabineteses@gmail.com)> escreveu:

Excelentíssimo Senhor, Dr. Adrio Nobre

Cumprimentando-o, solicito o prazo de 05 (cinco) dias para apresentar resposta ao Ofício nº. 682/2020, constante nos autos da Investigação nº. 001.2020.008750.

Certo da sua compreensão, externamos os votos de estima e consideração.

Atenciosamente,

Caio César Gomes Leal  
Gabinete SES/PB

Assinado eletronicamente por: ARLENE em 20/10/2020

20/10/2020

Gmail - Solicita resposta ao Ofício nº 682/2020/PDPP após dilação de prazo - investigação nº 001.2020.008750

**001.2020.008750-001.2020.008446-Despacho-2020-0001061223.pdf**

10K

Assinado eletronicamente por: ARLENE em 20/10/2020





**Ministério Público da Paraíba**  
**PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE JOÃO PESSOA - PATRIMÔNIO PÚBLICO**

**CERTIDÃO**

CERTIFICO que encaminho o presente procedimento para que seja averiguada a chegada de resposta do ofício nº 682/2020, em caso negativo que seja efetuada a devolução do mesmo para que sejam tomadas as providências cabíveis.

João Pessoa, 03 de novembro de 2020.

**ARLENE PASSOS DA SILVA MACIEL**

Técnico Ministerial

Matrícula: 701.327-2

Assinado eletronicamente por: ARLENE em 03/11/2020



**Ministério Público da Paraíba**  
**PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE JOÃO PESSOA - PATRIMÔNIO PÚBLICO**  
**CERTIDÃO**

Certifico que até o presente momento não há resposta pendente de juntada referente ao Ofício 682/20, encaminhado à Secretaria de Estado da Saúde.

Outrossim, informo que até o presente momento o e-mail encaminhando a notificação não teve seu recebimento confirmado.

João Pessoa, 10 de novembro de 2020.

Luciana Carneiro Pires Massa

Analista Ministerial

Matrícula 701.370-1

Assinado eletronicamente por: LUCIANA MASSA em 10/11/2020



**Ministério Público da Paraíba**  
**PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE JOÃO PESSOA - PATRIMÔNIO PÚBLICO**

**DESPACHO:**

- 01.** Em face da certidão cartorária, há que se renovar ofício não respondido, de forma excepcional.
- 02.** Diante disto, seja renovado o ofício à pasta estadual respectiva, ressaltando que se trata de reiteração.

João Pessoa - PB, data e assinatura pelo sistema.

**ADRIO NOBRE LEITE**

**37º Promotor de Justiça**

Assinado eletronicamente por: ADRIO LEITE em 11/11/2020



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAÍBA**  
**PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DIREITOS DIFUSOS**  
**37º PROMOTOR DE JUSTIÇA**

Avenida Almirante Barroso, 161, Centro, João Pessoa/PB,  
 CEP 58040-220 - telefone: (83) 2107-6100

Investigação nº 001.2020.008750 – João Pessoa/PB, 11 de novembro de 2020.  
 procedimento preparatório

**Ofício nº 809/2020**

objetivo: requisita informações/documentos (art. 129, VI, da Constituição Federal e 44, inciso IV, da Lei Complementar Estadual nº 97/2010).

prazo: **10 dias**, ressalvada antecedente comunicação devidamente justificada (art. 8º, § 1º da Lei nº 7.347/85).

A (o) Excelentíssimo (a) Senhor (a)

**Secretário (a) de Estado da Saúde da Paraíba**

Endereço:

*Secretaria de Estado da Saúde da Paraíba*  
 Av. Dom Pedro II, 1826 - Torre,  
 João Pessoa - PB, CEP 58040-440

assunto: esclarecimentos adicionais ao ofício 1432/2020/GS/SES, por conta de ressarcimento a menor de R\$ 853.520,06 constatado pela auditoria do TCE/PB no Processo TC 10409/2020, em face do contrato de rateio nº 02, por intermédio do Consórcio Nordeste e deste com a pessoa jurídica PULSAR DEVELOPMENT INTERNACIONAL LTD, para aquisição de 75 respiradores pulmonares, modelo Drager Model: Savina 300 (STOCK 5000 Units SUITABLE FOR ICU).

documentação inclusa: cópia do relatório de auditoria do Processo TC 10409/2020.

Excelentíssimo(a) Senhor(a),

Em reiteração de forma excepcional ao ofício nº 682/2020 e com intuito de oportunizar, mais uma vez, o correspondente atendimento sem designação de audiência, **REQUISITO, no prazo fixado acima**, o encaminhamento de resposta aos questionamentos específicos a seguir e de acordo com os parâmetros definidos no assunto acima:

a) Mesmo com as informações constantes do ofício 1432/2020/GS/SES, confirma existência de devolução a menor constatada pela auditoria do TCE no relatório de análise de defesa do Processo TC 10.409/2020?; b) Se afirmativo, quais medidas já foram adotadas, seja junto ao Consórcio Nordeste, seja junto ao próprio TCE, em linha de esclarecimentos e acatamento de eventuais

justificativas?; c) A situação constatada já foi saneada? Se sim, anexar documentação comprobatória.

Atenciosamente,

**(assinado eletronicamente)**

**ADRIO NOBRE LEITE**

***37º Promotor de Justiça – Defesa do Patrimônio Público***

Assinado eletronicamente por: ADRIO LEITE em 12/11/2020





**Ministério Público da Paraíba**  
**PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE JOÃO PESSOA - PATRIMÔNIO PÚBLICO**

**CERTIDÃO**

CERTIFICO que cumpri integralmente o despacho retro e que enviei o ofício nº 809/2020 por e-mail.

João Pessoa, 13 de novembro de 2020.

ARLENE PASSOS DA SILVA MACIEL

Técnico Ministerial

Matrícula: 701.327-2

Assinado eletronicamente por: ARLENE em 13/11/2020

13/11/2020

Gmail - Ofício nº 809/2020/PDPP - reiteração - Investigação Nº 001.2020.008750



patrimônio público promotoria de justiça &lt;patrimoniopublico.mppb@gmail.com&gt;

**Ofício nº 809/2020/PDPP - reiteração - Investigação Nº 001.2020.008750**

1 mensagem

**patrimônio público promotoria de justiça** <patrimoniopublico.mppb@gmail.com>

13 de novembro de 2020 07:21

Para: Caio César Gomes Leal &lt;caiocesargleal.adv@gmail.com&gt;, GABINETE SES &lt;gabinetesesp@gmail.com&gt;

Bom dia,

Sirvo-me do presente para encaminhar o ofício nº 809/2020 (em anexo) .

Esclarecemos ainda, que a resposta pode ser remetida por este e-mail ou através do protocolo eletrônico disponível no site do MPPB ([http://aplicacao.mppb.mp.br/consulta/public/protocolovirtual/protocolovirtual\\_inicio.jsf\\_.](http://aplicacao.mppb.mp.br/consulta/public/protocolovirtual/protocolovirtual_inicio.jsf_.))**FAVOR CONFIRMAR RECEBIMENTO**Att,  
Arlene Passos  
Cartório da PDPP**001.2020.008750-001.2020.008446-Documento (diligência)-2020-0001272944.pdf**

102K

Assinado eletronicamente por: ARLENE em 13/11/2020



**Ministério Público da Paraíba**  
**PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE JOÃO PESSOA - PATRIMÔNIO PÚBLICO**

**CERTIDÃO**

CERTIFICO que encaminho o presente procedimento para que seja averiguada a chegada de resposta do ofício nº 809/2020, em caso negativo que seja efetuada a devolução do mesmo para que sejam tomadas as providências cabíveis.

João Pessoa, 02 de dezembro de 2020.

**ARLENE PASSOS DA SILVA MACIEL**

Técnico Ministerial

Matrícula: 701.327-2

Assinado eletronicamente por: ARLENE em 02/12/2020



**Ministério Público da Paraíba**  
**PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE JOÃO PESSOA - PATRIMÔNIO PÚBLICO**  
**CERTIDÃO**

Certifico que até o presente momento não há resposta pendente de juntada referente ao Ofício 809/2020, encaminhada à Secretaria de Estado da Saúde.

Outrossim, informo que não houve confirmação do recebimento do referido documento, encaminhado por correio eletrônico em 13 de novembro do corrente ano.

João Pessoa, 10 de dezembro de 2020.

Luciana Carneiro Pires Massa  
Analista Ministerial  
Matrícula 701.370-1

Assinado eletronicamente por: LUCIANA MASSA em 10/12/2020



**Ministério Público da Paraíba**  
**ASSESSORIA DE EXPEDIENTE E COMUNICAÇÃO (PROTOCOLO) -**  
**ASSEC**

**Procedimento de Gestão Administrativa 001.2021.000608**  
**(Nº CNMP 20.18.0176.0000608/2021-48)**

*Consulta processual pública: <http://www.mppb.mp.br/consultapublica>*

## Informações

---

- **Classe** - Procedimento de Gestão Administrativa
- **Assunto principal**  
 (0930014) ADMINISTRATIVO DO MP (ÁREA-MEIO) / Gestão de Documentos e Informações /  
 Documentação Arquivística / Protocolo / Expedição
- **Data de registro** - 08/01/2021 às 12:06h

## Pessoas interessadas

---

- **INTERESSADO** - CCRIMP - Comissão de Combate aos Crimes de Responsabilidade
- **INVESTIGADO** - CONSÓRCIO INTERESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO NORDESTE (CONSÓRCIO NORDESTE) - **CNPJ:** 34.304.033/0001-47  
*Rua João da Mata nº 200 Jaguaribe Centro Administrativo - João Pessoa / PB CEP: 58.015-900*
- **INTERESSADO** - ESTADO DA PARAIBA - **CNPJ:** 08.761.124/0001-00
- **INTERESSADO** - ESTADO DA PARAÍBA - **CNPJ:** 08.778.268/0001-60  
*Rua João Machado 394 CEP: 58.013-520*
- **INVESTIGADO** - GERALDO ANTONIO DE MEDEIROS - **CPF:** 13485288420
- **INVESTIGADO** - GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA - **CNPJ:** 08761124000525
- **INVESTIGADO** - INTERMED - **CNPJ:** 49.520.521/0001-69  
*Rua General Osório nº 136 Centro - João Pessoa / PB CEP: 58.010-180*
- **INVESTIGADO** - SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE DA PARAÍBA - **CNPJ:** 08778268000160  
*8ª Gerência Regional de Saúde*

## Movimentos

---

### Nº. Nome do movimento

- 1 **1000001 - Registro** (por SISTEMA em 08/01/2021 às 12:06h)  
 \* *SECREARIA DE ESTADO DA SAUDE DA PARAÍBA - Ofício nº. 0026/2021/GS/SES e docs anexos*
- 2 **920057 - Juntada de documento(s)** (por SISTEMA em 08/01/2021 às 12:06h)
- 3 **920057 - Juntada de documento(s)** (por SISTEMA em 08/01/2021 às 12:06h)
- 4 **920057 - Juntada de documento(s)** (por SISTEMA em 08/01/2021 às 12:06h)
- 5 **920057 - Juntada de documento(s)** (por SISTEMA em 08/01/2021 às 12:06h)
- 6 **920057 - Juntada de documento(s)** (por SISTEMA em 08/01/2021 às 12:06h)
- 7 **920057 - Juntada de documento(s)** (por SISTEMA em 08/01/2021 às 12:06h)
- 8 **920057 - Juntada de documento(s)** (por SISTEMA em 08/01/2021 às 12:07h)
- 9 **920025 - Feito encaminhado a órgão interno** (por IZABEL FERREIRA em 09/01/2021 às 17:47h)  
*Órgão destino: PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE JOÃO PESSOA - PATRIMÔNIO PÚBLICO*
- 1000009 - Encaminhamento ao servidor** (por ARMANDO CORREIA em 11/01/2021 às 08:39h)



- 10 *Encaminhado para: ARMANDO SALES CORREIA*
- 11 **920041 - Anexado documento(s)** (por ARMANDO CORREIA em 11/01/2021 às 09:47h)
- 12 **1000009 - Encaminhamento ao servidor** (por ARMANDO CORREIA em 11/01/2021 às 09:48h)  
*Encaminhado para: ARMANDO SALES CORREIA*
- 13 **1000009 - Encaminhamento ao servidor** (por ARMANDO CORREIA em 11/01/2021 às 09:51h)  
*Encaminhado para: THIAGO MARSICANO DA NOBREGA ARAUJO*
- 14 **920023 - Feito encaminhado ao Membro** (por THIAGO ARAUJO em 11/01/2021 às 17:48h)  
*Encaminhado para: ADRIO NOBRE LEITE*
- 15 **1000009 - Encaminhamento ao servidor** (por ADRIO LEITE em 26/01/2021 às 10:49h)  
*Encaminhado para: ARLENE PASSOS DA SILVA MACIEL*
- 16 **920023 - Feito encaminhado ao Membro** (por ARLENE em 05/04/2021 às 11:36h)  
*Encaminhado para: ADRIO NOBRE LEITE*
- 17 **1000009 - Encaminhamento ao servidor** (por ADRIO LEITE em 06/04/2021 às 14:57h)  
*Encaminhado para: ARLENE PASSOS DA SILVA MACIEL*
- 18 **920023 - Feito encaminhado ao Membro** (por ARLENE em 12/05/2021 às 13:40h)  
*Encaminhado para: ADRIO NOBRE LEITE*
- 19 **1000009 - Encaminhamento ao servidor** (por ADRIO LEITE em 12/05/2021 às 15:53h)  
*Encaminhado para: ARLENE PASSOS DA SILVA MACIEL*

Este arquivo foi gerado em 18/05/2021 às 10:15h.



**Minist?rio P?blico da Para?ba**  
**ASSESSORIA DE EXPEDIENTE E COMUNICA??O (PROTOCOLO)**

*[Procedimento vinculado ao processo MPVirtual N? 001.2020.008750]*

Remetente: **SECREARIA DE ESTADO DA SAUDE DA PARA?BA - CNPJ: 08.778.268/0001-60**

Endere?o: AV. DOM PEDRO II, 1826, TORRE, JOAO PESSOA/PB

E-mail: gabinetesesp@gmail.com - Telefone: (83) 3211-9098

Respons?vel: CAIO C?SAR GOMES LEAL (CPF: 097.135.854-02)

Endere?o: AV. DOM PEDRO II, 1826, TORRE, JOAO PESSOA/PB

? (Ao)

**ASSESSORIA DE EXPEDIENTE E COMUNICA??O (PROTOCOLO)**

Munic?pio: Joao Pessoa - Para?ba-PB

Of?cio n?. 0026/2021/GS/SES e docs anexos

Assinado eletronicamente por: SISTEMA em 08/01/2021

**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE  
GABINETE DO SECRETÁRIO**

Ofício nº. **0026/2020/GS/SES**  
Processos Administrativos nº. 150920569

João Pessoa, 07 de janeiro de 2021.

Ao Excelentíssimo, Senhor  
**DR. ADRIO NOBRE LEITE**  
37º Promotor de Justiça – Defesa do Patrimônio Público  
Promotoria de Justiça dos Direitos Difusos  
Ministério Público do Estado da Paraíba  
Av. Almirante Barroso, nº. 161, Centro  
João Pessoa/PB, CEP 58.040-220, tel. (83) 2107-6100

**Assunto: Resposta ao Ofício nº. 682/2020 (Investigação nº. 001.2020.008750).**

Senhor Promotor,

Com os cumprimentos de estilo, vimos por meio deste, considerando a solicitação de informações constantes no **Ofício nº. 682/2020**, referente ao ressarcimento a menor do respectivo valor de R\$ 853.520,06 (oitocentos e cinquenta e três mil, quinhentos e vinte reais e seis centavos) constatado pela Auditoria do TCE/PB nos autos do Processo TC 10409/2020, em face do Contrato de Rateio nº. 02, por intermédio do Consórcio do Nordeste e deste com a Pessoa Jurídica PULSAR DEVELOPMENT INTERNACIONAL LTD, para aquisição de 75 (setenta e cinco) respiradores pulmonares para o Estado da Paraíba, prestar os devidos esclarecimentos.

Diante das indagações apresentadas pelo *Parquet*, a Assessoria Técnico-Normativa desta Secretaria de Estado da Saúde – SES/PB realizou uma consulta à Procuradoria-Geral do Estado da Paraíba – PGE/PB através da Nota Técnica nº. 549/2020 no sentido de buscar esclarecimentos a respeito da legalidade da devolução a menor, considerando a compra no mercado internacional em que houve diferença cambial nas datas de pagamento e de devolução dos valores.



Por sua vez, a PGE/PB respondeu ao Douto Promotor através do Ofício nº. 160/2020/PGE (em anexo), com apoio do Parecer da Procuradoria-Geral do Estado da Bahia, que a devolução a menor decorre da variação cambial, risco inerente ao negócio jurídico quando realizado em moeda estrangeira.

Importante mencionar, por fim, que o Consórcio do Nordeste contratou um escritório de advocacia em Londres para analisar esta questão e emitir uma posição sobre a viabilidade de acionar a empresa com o fim de buscar o ressarcimento dos valores decorrentes da variação cambial, porém, obtive como resposta, conforme documento em anexo, que tal demanda seria onerosa para o Consórcio com forte risco de sucumbência, tendo em vista que os valores devolvidos seguiram o instrumento contratual.

Com votos de estima e consideração.

Atenciosamente,

**GERALDO ANTÔNIO DE MEDEIROS**

Secretário de Estado da Saúde

**OFÍCIO Nº 160/2020/PGE**

**João Pessoa, 10 de dezembro de 2020.**

À Sua Excelência o Senhor

**ADRIO NOBRE LEITE**

Promotor de Justiça

37º Promotor de Justiça- Defesa do Patrimônio Público

Referência: Investigação nº 001.2020.008750

**Excelentíssimo Senhor Promotor de Justiça,**

Aportou nesta PGE o Ofício n.º 682/2020 que V.Exa. encaminhou a Secretaria de Estado da Saúde requisitando informações relacionadas a aquisição pelo Consórcio do Nordeste de 75 ventiladores pulmonares da empresa PULSAR DEVELOPMENTS INTERNACIONAL LTDA., cuja devolução dos valores teria sido a menor.

Inicialmente, efetivamente a devolução dos recursos ao Consórcio Nordeste foi a menor, em virtude da variação cambial, conforme estipulação expressa do contrato internacional assinado.

Ainda assim, o Governador do Estado da Paraíba solicitou ao Presidente do Consórcio Nordeste a devolução dos recursos devolvidos a menor pela empresa PULSAR DEVELOPMENTS INTERNACIONAL LTDA..

Todavia, a Procuradoria-Geral do Estado da Bahia, responsável pelo assessoramento jurídico do Consórcio Nordeste, emitiu o parecer ora anexado, segundo o qual, de forma sintética, concluiu que a variação cambial é risco do negócio quando realizado em moeda estrangeira, inerentes a este tipo de contrato, sendo imperiosa a





observância do preço da moeda estrangeira e da taxa de câmbio do dia efetivo de liquidação da obrigação pecuniária.

Apesar disso, foi contratado pelo Consórcio Nordeste um escritório de advocacia em Londres para analisar a questão e emitir outro parecer sobre a viabilidade de acionar a empresa visando o ressarcimento dos valores decorrentes da variação cambial.

Entretanto, a posição do referido escritório foi no sentido de que eventual demanda em Londres seria mais onerosa ao Consórcio com forte risco de sucumbência da demanda, pois, segundo esse escritório, os valores devolvidos seguiram a determinação contratual.

Após essas informações, o Consórcio Nordeste ainda não deliberou sobre novas medidas sobre a questão.

Permanecendo a disposição para quaisquer solicitações e esclarecimentos.

Atenciosamente,

  
**FÁBIO ANDRADE MEDEIROS**  
Procurador-Geral do Estado



**LÚCIO LANDIM BATISTA DA COSTA**

Procurador do Estado



GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA  
GABINETE DO GOVERNADOR

OFÍCIO GG 129

João Pessoa, 23 de junho de 2020

A Sua Senhoria o Senhor  
Rui Costa dos Santos,  
Presidente do Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste –  
Consórcio do Nordeste.  
Avenida 03, Plataforma IV, Ala Sul, nº 390, centro administrativo da Bahia,  
Salvador – BA, CEP 40.301-155

**Assunto: Solicitação de complementação de reembolso dos valores pagos pelo Estado da Paraíba na cota parte do Contrato de Rateio nº 02 firmado com o Consórcio do Nordeste.**

Senhor Presidente,

Como é do conhecimento de Vossa Excelência, a crise de saúde provocada pela pandemia do novo coronavírus provocou uma repentina necessidade de aquisições de diversos insumos e equipamentos para equipar os hospitais e unidades de saúde em todos os estados da Federação.

Nesse passo, como a demanda mundial por esses produtos aumentou em demasia, todos os potenciais compradores sofreram com a dificuldade nas tentativas de efetuar aquisições nacionais e internacionais, essa situação fez com os Estados integrantes do Consórcio do Nordeste tentassem uma aquisição de respiradores por meio do contrato de Rateio 02 celebrado entre os seus membros.

Lamentavelmente essa tentativa de aquisição, realizada por meio da Secretaria de Saúde da Bahia, em razão de convênio com o Consórcio do Nordeste, não se mostrou exitosa, em face de descumprimento contratual por parte da contratada, levando à rescisão unilateral da avença firmada e a devolução dos valores pagos pelos Estados por parte do Consórcio, como foi informado através do ofício 06/2020.

Ocorre que o Estado da Paraíba repassou ao Consórcio do Nordeste, por meio do Contrato de Rateio nº. 02, o valor total de R\$7.554.562,88 (sete milhões, quinhentos e cinquenta e quatro mil, quinhentos e sessenta e dois reais e oitenta e oito centavos), mas foi ressarcido em R\$ 6.701.042,82(seis milhões, setecentos e um mil, quarenta e dois reais e oitenta e dois centavos), restando, portanto, uma diferença a menor de R\$ 853.520,06 (oitocentos e cinquenta e três mil, quinhentos e vinte reais e seis centavos).

Assinado eletronicamente por: SISTEMA em 08/01/2021



## GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA

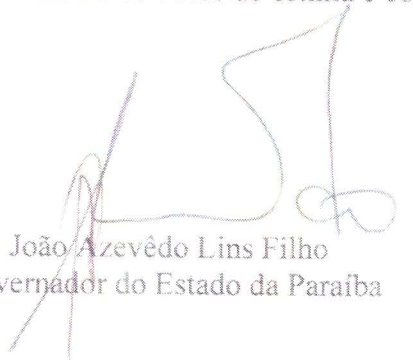
GABINETE DO GOVERNADOR

Entretanto, não se justificando essa devolução de recursos em valores menores do que os que foram repassados pelos Estados para a compra dos respiradores, sirvo-me do presente para solicitar desse Consórcio providências no sentido de que o Estado da Paraíba seja ressarcido integralmente dos recursos transferidos para a referida aquisição, mediante a transferência ao erário estadual da diferença de recursos a menor, no montante de 853.520,06 (oitocentos e cinquenta e três mil, quinhentos e vinte reais e seis centavos).

Requer, outrossim, que os recursos sejam depositados na Conta Corrente 13.006-0, Agência 1618-7, Banco do Brasil, CNPJ - 07.312.912/0001-48.

Aproveito o ensejo para renovar os votos de estima e consideração.

Atenciosamente,



João Azevêdo Lins Filho  
Governador do Estado da Paraíba



**PROCURADORIA GERAL DO ESTADO**  
**PROCURADORIA ADMINISTRATIVA**

**PROCESSO SEI Nº 200.13105.2020.0000039-88**

**INTERESSADO: CONSÓRCIO NORDESTE**

**PARECER Nº CNE-BCL-007/2020**

**EMENTA. Contratação internacional em moeda estrangeira. Rescisão contratual. Variação cambial aplicada segundo Resolução BACEN 3.568/2008. Responsabilidade subjetiva do Consórcio Nordeste ou do administrador do Consórcio não configurada.**

O presente processo administrativo é inaugurado com o objetivo de formalizar os procedimentos burocráticos para devolução de valores aos Estados integrantes do Consórcio Nordeste relacionados à extinção do contrato celebrado com a empresa Pulsar Development International Ltd. para aquisição de 450 (quatrocentos e cinquenta) ventiladores pulmonares.

Houve envio do Ofício CIDSN/SE 63/2020 com pedido de informações à Secretaria de Saúde do Estado da Bahia, que, por meio do Ofício GASEC 636/2020 respondeu confirmando a rescisão do contrato e informando a devolução ao consórcio Nordeste do valor de R\$ 40.638.240,00 (quarenta milhões, seiscentos e trinta e oito mil e duzentos e quarenta reais), haja vista o valor do dólar a R\$ 4,90 (quatro reais e noventa centavos) na data em que devolvidos os recursos ao país.

Juntaram-se ao processo o Contrato de Rateio nº 02/2020, a Resolução 06/2020, o Convênio entre o Consórcio e a SESAB/BA nº 03/2020, os comprovantes de transferência do



**PROCURADORIA GERAL DO ESTADO**  
**PROCURADORIA ADMINISTRATIVA**

valor acima mencionado (00019276757 e 00019276766) e o Ofício Circular CIDSN/SE nº 04/2020, enviado aos Estados consorciados sobre a questão.

Emitiu a Gerência de Administração a Nota Técnica (00019276807), em que, após narrar a rescisão ocorrida e a devolução dos valores, pugna pelo envio dos autos à Procuradoria Geral do Estado para análise jurídica da responsabilidade do Consórcio Nordeste:

*“Por considerar existir risco na operação, que envolve os aspectos jurídicos do Contrato de Rateio nº 002/2020 celebrado entre o Consórcio Nordeste e os Estados consorciados, sobretudo em relação às eventuais ações a serem adotadas em função dos valores devolvidos aquém daqueles inicialmente repassados em função da variação cambial, bem como eventuais discussões jurídicas em torno do Convênio de Cooperação celebrado com a SESAB, sugerimos encaminhar o presente processo para análise prévia da PGE/BA, órgão de assessoramento jurídico desta autarquia interfederativa, nos termos do art. 46 do Estatuto Social.*

*Nesse sentido, requer esclarecimentos quanto à forma de proceder à devolução, bem como a indicação das providencias de natureza jurídica a serem adotadas, considerando os elementos aqui expostos.*

*Na certeza do pronto atendimento, considerando o risco jurídico envolvido e as expectativas dos Estados consorciados em reaver os recursos para utilização no combate à pandemia que assola o povo brasileiro*

A solicitação fôra acolhida e enviados os autos a esta Procuradoria Administrativa para exame.

**É o relatório.**





**PROCURADORIA GERAL DO ESTADO**  
**PROCURADORIA ADMINISTRATIVA**

A resposta à consulta formulada perpassa por duas questões jurídicas: a responsabilidade do administrador pela contratação e o risco de uma contratação em moeda estrangeira ou submetida à variação cambial. Examinem-se-as:

***-Da responsabilidade***

Pelo sistema normativo brasileiro, a responsabilidade do administrador embasa-se na culpa, em não ter agido ele como os cuidados necessários ao homem médio, por negligência, imprudência ou imperícia, responsabilidade subjetiva, pois. Esta regra se excepciona na hipótese da prática de ilícito, pelo qual haja pretendido obter vantagem indevida a si ou a outrem, quando se fixa a responsabilidade objetiva.

A conclusão acima apresentada advém da análise de todos os diplomas normativos relacionados à questão (responsabilidade do administrador). Inicie-se pelo viés civil e administrativo. O consórcio público, como sabido, pode adotar a natureza jurídica de associação pública, caso do Consórcio Nordeste, aplicando-se-lhe o Código Civil de 2002, que rege as associações civis. O Código Civil de 2002 traz, exatamente, a imposição da responsabilidade subjetiva, *verbis*:

**Lei 11.107, de 06 de abril de 2005:**

*Art. 6º O consórcio público adquirirá personalidade jurídica:*

*I – de direito público, no caso de constituir associação pública, mediante a vigência das leis de ratificação do protocolo de intenções;*

*(...)*

*Art. 10. (VETADO)*

*Parágrafo único. Os agentes públicos incumbidos da gestão de consórcio não responderão pessoalmente pelas obrigações contraídas pelo consórcio público,*



**PROCURADORIA GERAL DO ESTADO**  
**PROCURADORIA ADMINISTRATIVA**

*mas responderão pelos atos praticados em desconformidade com a lei ou com as disposições dos respectivos estatutos.*

(...)

*Art. 15. No que não contrariar esta Lei, a organização e funcionamento dos consórcios públicos serão disciplinados pela legislação que rege as associações civis.*

**Código Civil de 2002:**

*Art. 41. São pessoas jurídicas de direito público interno:*

...

*IV - as autarquias, inclusive as associações públicas; (Redação dada pela Lei nº 11.107, de 2005)*

...

*Art. 186. Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito.*

*Art. 187. Também comete ato ilícito o titular de um direito que, ao exercê-lo, excede manifestamente os limites impostos pelo seu fim econômico ou social, pela boa-fé ou pelos bons costumes.*

...

*Art. 927. Aquele que, por ato ilícito (arts. 186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo.*

A interpretação ganha reforço quando se analisa a **Lei 12.846, de 2013**, nominada de Lei Anticorrupção, que cuida da responsabilização objetiva em razão de atos lesivos à Administração Pública, de natureza inequivocadamente ilícita:



**PROCURADORIA GERAL DO ESTADO**  
**PROCURADORIA ADMINISTRATIVA**

*Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a responsabilização objetiva administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira.*

*Parágrafo único. Aplica-se o disposto nesta Lei às sociedades empresárias e às sociedades simples, personificadas ou não, independentemente da forma de organização ou modelo societário adotado, bem como a quaisquer fundações, associações de entidades ou pessoas, ou sociedades estrangeiras, que tenham sede, filial ou representação no território brasileiro, constituídas de fato ou de direito, ainda que temporariamente.*

*Art. 2º As pessoas jurídicas serão responsabilizadas objetivamente, nos âmbitos administrativo e civil, pelos atos lesivos previstos nesta Lei praticados em seu interesse ou benefício, exclusivo ou não.*

*Art. 3º A responsabilização da pessoa jurídica não exclui a responsabilidade individual de seus dirigentes ou administradores ou de qualquer pessoa natural, autora, coautora ou partícipe do ato ilícito.*

*§ 1º A pessoa jurídica será responsabilizada independentemente da responsabilização individual das pessoas naturais referidas no caput.*

*§ 2º Os dirigentes ou administradores somente serão responsabilizados por atos ilícitos na medida da sua culpabilidade.*

...

*Art. 5º Constituem atos lesivos à administração pública, nacional ou estrangeira, para os fins desta Lei, todos aqueles praticados pelas pessoas jurídicas mencionadas no parágrafo único do art. 1º, que atentem contra o patrimônio público nacional ou estrangeiro, contra princípios da administração pública ou contra os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil, assim definidos:*

*I - prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público, ou a terceira pessoa a ele relacionada;*

*II - comprovadamente, financiar, custear, patrocinar ou de qualquer modo subvencionar a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei;*

*III - comprovadamente, utilizar-se de interposta pessoa física ou jurídica para ocultar ou dissimular seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados;*



**PROCURADORIA GERAL DO ESTADO**  
**PROCURADORIA ADMINISTRATIVA**

*IV - no tocante a licitações e contratos:*

- a) frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;*
- b) impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;*
- c) afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;*
- d) fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente;*
- e) criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;*
- f) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; ou*
- g) manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública;*

*V - dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou intervir em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização do sistema financeiro nacional.*

E, finalmente, conquanto não relativa a uma associação ou a seus administradores, merece menção a responsabilidade legal estabelecida quanto às empresas públicas e sociedades de economia mista, que trazem exatamente a mesma regra: responsabilidade subjetiva do administrador, a menos que verificada a prática de ilícito, vide Lei 13.303, de 30 de junho de 2016:

*Art. 16. Sem prejuízo do disposto nesta Lei, o administrador de empresa pública e de sociedade de economia mista é submetido às normas previstas na . Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976*



**PROCURADORIA GERAL DO ESTADO**  
**PROCURADORIA ADMINISTRATIVA**

**Lei 6.404, de 1976:**

*Art. 153. O administrador da companhia deve empregar, no exercício de suas funções, o cuidado e diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração dos seus próprios negócios.*

...

*Art. 154. O administrador deve exercer as atribuições que a lei e o estatuto lhe conferem para lograr os fins e no interesse da companhia, satisfeitas as exigências do bem público e da função social da empresa.*

*Art. 158. O administrador não é pessoalmente responsável pelas obrigações que contrair em nome da sociedade e em virtude de ato regular de gestão; responde, porém, civilmente, pelos prejuízos que causar, quando proceder:*

*I - dentro de suas atribuições ou poderes, com culpa ou dolo;*

*II - com violação da lei ou do estatuto.*

*§ 1º O administrador não é responsável por atos ilícitos de outros administradores, salvo se com eles for conivente, se negligenciar em descobri-los ou se, deles tendo conhecimento, deixar de agir para impedir a sua prática. Exime-se de responsabilidade o administrador dissidente que faça consignar sua divergência em ata de reunião do órgão de administração ou, não sendo possível, dela dê ciência imediata e por escrito ao órgão da administração, no conselho fiscal, se em funcionamento, ou à assembléia-geral.*

*§ 2º Os administradores são solidariamente responsáveis pelos prejuízos causados em virtude do não cumprimento dos deveres impostos por lei para assegurar o funcionamento normal da companhia, ainda que, pelo estatuto, tais deveres não caibam a todos eles.*





**PROCURADORIA GERAL DO ESTADO**  
**PROCURADORIA ADMINISTRATIVA**

O Estatuto do Consórcio não traz disposição específica acerca da responsabilidade do administrador, porém consigna exatamente a aplicação da legislação ora citada:

*Art. 72 - O Consórcio será regido pelo disposto na Lei Federal n - 11.107, de 6 de abril de 2005, no Decreto Federal n - 6.017, de 17 de janeiro de 2007, e, no que tais diplomas foram omissos, pela legislação que rege as associações civis.*

Repita-se, portanto, que a responsabilidade do Consórcio ou a responsabilidade do administrador perante os Estados consorciados existirá se o ato caracterizar ilícito, quando, ou se apurará a culpabilidade se ilícito civil, ou não, acaso exista ilícito penal, nos termos da legislação pátria.

Por fim, para exaurir o tema, incabível invocar na espécie a responsabilidade objetiva constante no art.37, §6º, da Constituição Federal de 1988, que se dirige à proteção de terceiro atingido por um ato público. Aqui, cuida-se de responsabilidade do Consórcio ou do administrador do Consórcio perante os consorciados, não terceiros, mas verdadeiros partícipes dessa pessoa jurídica associativa.

**-Do risco relacionado a contratações em moeda estrangeira ou vinculadas à variação cambial**

O segundo objeto de análise recai sobre os riscos relacionados a contratações em moeda estrangeira ou vinculadas à variação cambial. Embora a regra geral seja a obrigatoriedade do uso da moeda nacional em contratações celebradas, previu-se exceção quanto a contratações internacionais, justamente porque a negociação se submete à legislação internacional. Se não, veja-se:



**PROCURADORIA GERAL DO ESTADO**  
**PROCURADORIA ADMINISTRATIVA**

O Direito brasileiro define como contrato internacional aquele celebrado entre pessoas em Estados (países) distintos, considerando aplicável a lei do país de domicílio do proponente, nos exatos termos do Decreto-Lei 4.657, de 04 de setembro de 1942, *verbis*:

*Art. 9º-Para qualificar e reger as obrigações, aplicar-se-á a lei do país em que se constituírem.*

*§ 1ºDestinando-se a obrigação a ser executada no Brasil e dependendo de forma essencial, será esta observada, admitidas as peculiaridades da lei estrangeira quanto aos requisitos extrínsecos do ato.*

*§ 2º A obrigação resultante do contrato reputa-se constituída no lugar em que residir o proponente.*

Por isso, o Decreto-Lei 857, de 11 de setembro de 1969, ao cuidar da obrigatoriedade do uso da moeda nacional como efetiva moeda de pagamento, excetuou os contratos internacionais, prevendo o uso de moeda estrangeira ou a indexação à variação cambial:

*Art 1º São nulos de pleno direito os contratos, títulos e quaisquer documentos, bem como as obrigações que exequíveis no Brasil, estipulem pagamento em ouro, em moeda estrangeira, ou, por alguma forma, restrinjam ou recusem, nos seus efeitos, o curso legal do cruzeiro.*

*Art 2º Não se aplicam as disposições do artigo anterior: (Vide Lei nº 9.529, de 1997)*

*I - aos contratos e títulos referentes a importação ou exportação de mercadorias;*

*II - aos contratos de financiamento ou de prestação de garantias relativos às operações de exportação de bens e serviços vendidos a crédito para o exterior;  
(Redação dada pela Lei nº 13.292, de 2016)*

*III - aos contratos de compra e venda de câmbio em geral;*



**PROCURADORIA GERAL DO ESTADO**  
**PROCURADORIA ADMINISTRATIVA**

*IV - aos empréstimos e quaisquer outras obrigações cujo credor ou devedor seja pessoa residente e domiciliada no exterior, excetuados os contratos de locação de imóveis situados no território nacional;*

*V - aos contratos que tenham por objeto a cessão, transferência, delegação, assunção ou modificação das obrigações referidas no item anterior, ainda que ambas as partes contratantes sejam pessoas residentes ou domiciliadas no país.*

E, como não poderia deixar de ser, o Código Civil de 2002, ao também reforçar o uso obrigatório da moeda nacional, estabeleceu a existência de exceções por lei:

*"Art. 318. São nulas as convenções de pagamento em ouro ou em moeda estrangeira, bem como para compensar a diferença entre o valor desta e o da moeda nacional, excetuados os casos previstos na legislação nacional."*

É o próprio Decreto-lei 857/1969 que disciplina o risco da variação cambial nos contratos internacionais, já fixando que pagamentos decorrentes de extinção do contrato, por qualquer motivo, que importem devolução de valores ao país, submetam-se às regras de câmbio vigentes:

*"Art. 3º. No caso de rescisão judicial ou extrajudicial de contratos a que se refere o item I do artigo 2º deste Decreto-lei, os pagamentos decorrentes do acerto entre as partes, ou de execução de sentença judicial, subordinam-se aos postulados da legislação de câmbio vigente."*

Atualmente, vige a Resolução do Banco Central nº 3.568, de 29 de maio de 2008, que estabelece a regra de **aplicação do preço da moeda na data em que liquidado o pagamento**



**PROCURADORIA GERAL DO ESTADO**  
**PROCURADORIA ADMINISTRATIVA**

**pecuniário devido**, sem possibilidade às partes de estabelecer previamente de forma diversa a modificação deste preço:

*Art. 19. A taxa de câmbio é livremente pactuada entre os agentes autorizados a operar no mercado de câmbio ou entre estes e seus clientes.*

*Art. 20. A taxa de câmbio pactuada nas operações para liquidação pronta ou futura deve refletir exclusivamente o preço da moeda negociada para a data da contratação da operação de câmbio, sendo facultada, nas operações para liquidação futura, a estipulação de prêmio ou bonificação, na forma definida pelo Banco Central do Brasil.*

*Art. 21. A taxa de câmbio pactuada nas operações de câmbio a termo deve espelhar o preço da moeda estrangeira para a data da sua liquidação, obedecidas as demais características definidas pelo Banco Central do Brasil.*

*Art. 22. Sujeitam-se os agentes autorizados a operar no mercado de câmbio às sanções previstas na legislação e regulamentação em vigor para a compra ou a venda de moeda estrangeira a taxas que se situem em patamares destoantes daqueles praticados pelo mercado ou que possam configurar evasão cambial, formação artificial ou manipulação de preços.*

Portanto, ainda que instituições financeiras possam promover variação na taxa de câmbio a partir do preço da moeda fixado, obrigatoriamente se aplica a taxa de câmbio do dia da liquidação do pagamento.

Isto significará que o risco da variação cambial é algo ínsito a um contrato internacional em moeda estrangeira, não se situando em uma álea de imprevisibilidade por si só. Imprevisão quanto a risco cambial somente aquela decorrente de um fato outro estranho que



**PROCURADORIA GERAL DO ESTADO**  
**PROCURADORIA ADMINISTRATIVA**

provoque uma distorção na linha periódica da variação cambial observada em certo intervalo de tempo.

Por conseguinte, o risco da variação cambial, em si mesmo, nunca poderia ser atribuído ao contratante ou administrador do contratante.

**-Do caso concreto.**

Após a análise em abstrato das questões acima, a pergunta que se põe quanto ao caso concreto é: **houve má gestão do administrador ou do Consórcio, na pactuação de uma contratação internacional, que lhes atraia a obrigação de responder pelas perdas relacionadas à variação cambial?**

A hipótese dos autos cuida de contratação da empresa inglesa Pulsar Development International Ltd., para aquisição de 450 (quatrocentos e cinquenta) ventiladores pulmonares. Cuidou-se de contratação internacional, recebida a proposta da Inglaterra, sede da empresa, e cujos bens seriam importados ao país.

A possibilidade de contratação internacional foi expressamente prevista no Contrato de Programa nº 01/2020, firmado por todos os Estados Consorciados, devendo-se, na formação da vontade e sua formalização observar a legislação federal, vide Cláusula Primeira, Parágrafos Primeiro e Quarto:





**PROCURADORIA GERAL DO ESTADO**  
**PROCURADORIA ADMINISTRATIVA**

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

Constitui objeto do presente **CONTRATO DE PROGRAMA** a cooperação entre os **CONSORCIADOS** com vistas à realização de aquisições centralizadas ou compartilhadas de bens e serviços, com vistas à promoção, prevenção e à garantia de assistência à saúde para as pessoas em decorrência da pandemia de COVID-19.

**Parágrafo primeiro.** As aquisições centralizadas ou compartilhadas poderão ser realizadas por meio de processos deflagrados pelo **CONSÓRCIO NORDESTE** para aquisição de bens ou serviços ou mediante parceria ou acordos de cooperação técnica com agências e organismos internacionais, e posterior distribuição para os **CONSORCIADOS**.

**Parágrafo quarto.** Nas aquisições centralizadas ou compartilhadas realizadas no âmbito deste **CONTRATO DE PROGRAMA**, será utilizada a legislação federal vigente, nos termos da **CLÁUSULA 36º do Contrato de Consórcio**.

O Contrato de Programa nº 01/2020 tornou-se o documento referência do Convênio nº 003/2020 celebrado entre o Consórcio Nordeste e a Secretaria de Saúde do Estado da Bahia para executar as contratações necessárias, especialmente as internacionais, haja vista a impossibilidade legal do Consórcio as realizar, conforme Cláusulas Primeira e Terceira, alínea b):

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

O presente instrumento tem por objetivo a cooperação técnica e financeira entre os Partícipes para a realização de aquisições centralizadas ou compartilhadas de bens e serviços, com vistas à promoção, prevenção e à garantia de assistência à saúde para as pessoas em decorrência da pandemia de COVID-19, nos termos do Contrato de Programa nº 01/2020.



**PROCURADORIA GERAL DO ESTADO**  
**PROCURADORIA ADMINISTRATIVA**

**CLAUSULA TERCEIRA – DAS ATRIBUIÇÕES COMUNS DOS PARTICIPES**

Para a execução do presente Convênio, os Participes, dentro de suas respectivas áreas de atuação, incumbir-se-ão de:

a) Proporcionar apoio técnico e operacional para a realização de aquisições centralizadas ou compartilhadas de bens e serviços, com vistas à promoção, à prevenção e à garantia de assistência à saúde para as pessoas em decorrência da pandemia de COVID-19;

b) Realizar, quando necessário, aquisições internacionais em nome dos participes e/ou dos Estados Consorciados, por meio dos sistemas eletrônicos disponibilizados pela Receita Federal do Brasil, seja do SISCOMEX, do Sistema Radar ou de outros que se façam necessários, disponibilizados por quaisquer órgãos ou entidades públicas, em respeito às exigências legais;

Primeira conclusão parcial: a contratação internacional pelo Consórcio, via SESAB/BA, contava com previsão expressa em contrato e em convênio, a significar, portanto, a assunção dos riscos de contratação em moeda estrangeira quanto ao câmbio.

Aprofundando-se a análise, a contratação internacional deveria ter sua fase interna regida pela legislação federal. A formação da vontade do ente público (ou traduzida para o campo do direito administrativo, a constatação da necessária motivação dos atos administrativos e sua devida formalização), no caso do Consórcio Nordeste e consoante expressamente previsto no Contrato de Programa, Cláusula Primeira, §4º, se daria pela Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993.

Em face da pandemia, houve edição de leis específicas (Lei Federal nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020; Medida Provisória nº 961, de 06 de maio de 2020), **que permitiram a contratação direta sem processo licitatório, uma vez fato notório o estado emergencial ou de calamidade pública, com pagamento antecipado.**

**Lei Federal 13.979/2020**

*Art. 4º É dispensável a licitação para aquisição de bens, serviços, inclusive de engenharia, e insumos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde*



**PROCURADORIA GERAL DO ESTADO**  
**PROCURADORIA ADMINISTRATIVA**

*pública de importância internacional decorrente do coronavírus de que trata esta Lei*

*§ 1º A dispensa de licitação a que se refere o **caput** deste artigo é temporária e aplica-se apenas enquanto perdurar a emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus.*

*§ 2º Todas as contratações ou aquisições realizadas com fulcro nesta Lei serão imediatamente disponibilizadas em sítio oficial específico na rede mundial de computadores (internet), contendo, no que couber, além das informações previstas no § 3º do art. 8º da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, o nome do contratado, o número de sua inscrição na Receita Federal do Brasil, o prazo contratual, o valor e o respectivo processo de contratação ou aquisição.*

*§ 3º Excepcionalmente, será possível a contratação de fornecedora de bens, serviços e insumos de empresas que estejam com inidoneidade declarada ou com o direito de participar de licitação ou contratar com o Poder Público suspenso, quando se tratar, comprovadamente, de única fornecedora do bem ou serviço a ser adquirido.*

*(...)*

*Art. 4º-D O Gerenciamento de Riscos da contratação somente será exigível durante a gestão do contrato.*

*Medida Provisória nº 961/2020*

*Art. 1º Ficam autorizados à administração pública de todos os entes federativos, de todos os Poderes e órgãos constitucionalmente autônomos:*

*I - a dispensa de licitação de que tratam os incisos I e II do caput do art. 24 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, até o limite de:*

*a) para obras e serviços de engenharia até R\$ 100.000,00 (cem mil reais), desde que não se refiram a parcelas de uma mesma obra ou serviço, ou, ainda, para obras e serviços da mesma natureza e no mesmo local que possam ser realizadas conjunta e concomitantemente; e*



**PROCURADORIA GERAL DO ESTADO**  
**PROCURADORIA ADMINISTRATIVA**

*b) para outros serviços e compras no valor de até R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) e para alienações, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;*

*II - o pagamento antecipado nas licitações e nos contratos pela Administração, desde que:*

*a) represente condição indispensável para obter o bem ou assegurar a prestação do serviço; ou*

*b) propicie significativa economia de recursos; e..”*

Com base nos normativos vigentes, portanto, e como se infere da leitura do processo administrativo SEI nº 019.12792.2020.0051580-66, recebida a proposta de venda de ventiladores pulmonares pela empresa britânica Pulsar Development International Ltd., verificada a real existência da empresa, a adequação técnica dos ventiladores, e a compatibilidade do preço de alienação, e a efetiva motivação a tanto (enfrentamento da pandemia da COVID-19, com cada Estado consorciado indicando os quantitativos a si necessários), tipificar-se-ia como perfeitamente legal a contratação pretendida. Houve, assim, a emissão do denominado *pro-forma invoice*/contrato e realizado o depósito do pagamento de 50% (cinquenta por cento) do valor total do contrato, U\$8.280.000,00, correspondendo à importância de R\$45.970.560,00.

Aqui, merecem ser pontuadas algumas informações técnicas relevantes sobre o mercado internacional de produtos médicos, havendo a subscritora buscado a Secretaria de Saúde para obter de maneira precisa tais informações (processo SEI nº 006.9922.2020.0013160-66). Nesse mercado, a formalização do contrato se dá exatamente com a emissão de *pro-forma invoice*, proposta com já as regras contratuais básicas ali constantes, e o aceite pelo pagamento antecipado do valor, no total ou parcialmente. Os fornecedores internacionais não prestam garantia de execução e, mesmo a tentativa do ente contratante, de emitir com alto custo uma carta de crédito, nem sempre é aceita pelo fornecedor. :



**PROCURADORIA GERAL DO ESTADO**  
**PROCURADORIA ADMINISTRATIVA**

*De início, esclarecemos que os elementos informados decorrem da execução das rotinas relacionadas à aquisição de insumos no âmbito desta Superintendência de Assistência Farmacêutica, Ciência e Tecnologia em Saúde – SAFTEC, que ordinariamente se restringe à execução da política de Assistência Farmacêutica sob responsabilidade desta SESAB.*

*(...)*

*Para as aquisições, seja de itens nacionais como para itens importados, os termos e condições da relação são postos por esta SESAB. Contudo, para importação de determinados itens, esta setorial observa as condições do fabricante/exportador no que tange, sobretudo, ao tempo de entrega. Há ainda que se registrar que para importações também incidem normas de Direito Internacional, sendo relativizada a imposição de normas de Direito Público interno.*

*No tocante à importação de fármacos, comumente é utilizado o pagamento antecipado vez que sobre a alternativa “Carta de Crédito”, cujo pagamento ao fornecedor se dá postecipadamente, incidem custos extras, em percentual do valor da aquisição que, por vezes, é bastante significativo. Para os casos em que não há precedentes de descumprimento do exportador com esta SESAB, o pagamento antecipado é adotado, face à não incidência desses custos, bem como à recusa da maioria dos fornecedores em aceitarem essa forma de pagamento.*

*Não são previstas garantias contratuais; ordinariamente os contratos correspondem a Autorizações de Fornecimento de Materiais e se referem a entregas únicas, seja por saque de saldo disponível em Ata de Registro de Preços, seja fornecimento contratado por meio de Pregão, de dispensa ou inexigibilidade de licitação, independente da hipótese ou circunstância, incluindo a emergência atual. Mesmo quando contratado por inexigibilidade ou dispensa, com cronograma para entrega de quantitativos parcelados, não é prevista garantia contratual.*

*(...)*





**PROCURADORIA GERAL DO ESTADO**  
**PROCURADORIA ADMINISTRATIVA**

*Nos casos de importação de medicamentos, comumente o exportador já compõe o valor da “PROFORMA INVOICE” incluindo o seguro, tal e qual se processa com o frete até o destino. Não se trata, contudo, de garantia contratual, servindo, em verdade, para afastar eventual prejuízo na eventual hipótese de ocorrência de sinistro no envio do objeto adquirido. Cabe destacar, que no comércio internacional, os documentos Proforma Invoice (traz as condições como prazo, valor etc.), Contrato de Câmbio (referendado pelo Banco Central) e Swift (confirmação do pagamento), são os principais instrumentos que regem a operação de compra e venda que está sendo realizada. Cabe acrescentar que o entendimento é que no comércio internacional, esses documentos trazem alguma segurança para garantir a devolução do recurso, no caso de descumprimento.*

*No concernente aos reflexos que a pandemia da COVID19 impôs ao mercado internacional, sobretudo de medicamentos, em relação às condições normais observadas ao longo dos últimos períodos, resta assentar como inequívoco o impacto sobre a disponibilidade de determinados itens para compra, sejam medicamentos ou mesmo matérias primas utilizadas para produção, sabidamente em face da explosão da demanda por determinados itens e medicamentos utilizados para tratamento de pacientes com a COVID 19. A explosão da demanda levou à dificuldade de muitos em garantir o suprimento de quantitativos maiores em prazos menores, ao passo que a indústria demanda tempo para ampliar a capacidade de produção, e, ainda assim, prescinde do aumento da disponibilidade de matéria prima.*

A compreensão das informações prestadas é simples: em contratações internacionais, não há regras para garantia de execução de contrato e, em geral, exige-se sim o pagamento antecipado. Também, em regra, as contratações internacionais, para além de ser aplicável a legislação dos países de domicílio do proponente, como determina a LINDB, submetem-se elas se signatários os seus países de domicílio, à Convenção sobre Contratos para



**PROCURADORIA GERAL DO ESTADO**  
**PROCURADORIA ADMINISTRATIVA**

Vendas Internacionais de Bens das Nações Unidas (*UN Convention on Contracts for the International sale of Goods*). Não à legislação pátria.

E, como arremate a este ponto, o Contrato de Rateio nº 02/2020, celebrado justamente para fazer frente ao contrato internacional com a Pulsar Ltd. previu de forma expressa a possibilidade da variação cambial, quando se lê o Anexo I:

	Forma de Pagamento			
	Pgto em 27/04/2020		Pgto na entrega*	
ESTADOS	EUROS	REAIS	EUROS	REAIS
AL	885.000,00 €	R\$ 5.256.900,00	885.000,00 €	R\$ 5.256.900,00
BA	416.250,00 €	R\$ 2.472.525,00	416.250,00 €	R\$ 2.472.525,00
CE	920.000,00 €	R\$ 5.464.800,00	920.000,00 €	R\$ 5.464.800,00
MA	736.000,00 €	R\$ 4.371.840,00	736.000,00 €	R\$ 4.371.840,00
PB	1.248.750,00 €	R\$ 7.417.575,00	1.248.750,00 €	R\$ 7.417.575,00
PE	1.472.000,00 €	R\$ 8.743.680,00	1.472.000,00 €	R\$ 8.743.680,00
PI	1.752.500,00 €	R\$ 10.409.850,00	1.752.500,00 €	R\$ 10.409.850,00
SE	499.500,00 €	R\$ 2.967.030,00	499.500,00 €	R\$ 2.967.030,00
<b>TOTAL</b>	<b>7.930.000,00 €</b>	<b>R\$ 47.104.200,00</b>	<b>7.930.000,00 €</b>	<b>R\$ 47.104.200,00</b>

\*Valor sujeito a variação da cotação da moeda estrangeira na data do pagamento.



**PROCURADORIA GERAL DO ESTADO**  
**PROCURADORIA ADMINISTRATIVA**

**Desta maneira, não se vislumbra qualquer ato ilícito na contratação internacional em si mesma considerada.**

Passe-se ao exame da conduta do Consórcio Nordeste, do administrador do Consórcio Nordeste e até da SESAB quanto à execução do contrato.

O art.4º-D da Lei Federal 13.979/2020, acima transcrito, dispôs expressamente residir a gestão de riscos na fase de execução do contrato e não na pactuação, diante do quadro epidêmico a reclamar medidas urgentes e excepcionais para assistência à saúde da população brasileira.

Pois bem. Efetuado o pagamento antecipado em 28 de março de 2020 e disponibilizado o valor no Banco Barclays, indicado pela empresa Pulsar Ltd., no dia 01 de abril de 2020, a Secretaria de Saúde da Bahia passou a cobrar posição da empresa Pulsar Ltd. diuturnamente acerca do efetivo prazo para inspeção dos equipamentos e adoção das medidas para embarque. A empresa passou a justificar a impossibilidade de definir prazo de inspeção e de entrega dos bens, alegando que o Banco Barclays ainda realizava o necessário *compliance* (auditoria) sobre o valor recebido e, por isso, não se iniciara ainda o termo inicial (pagamento ao fornecedor da Pulsar Ltd.) da contagem do prazo de 07 a 10 dias para inspeção dos bens.

Houve intensa cobrança para que a empresa justificasse suas alegações (obstáculo criado pelo Banco Barclays à execução do contrato), bem assim apresentasse documentação sobre reserva dos bens, a tranquilizar o Consórcio Nordeste. Como nada de concreto se apresentara, após correspondências trocadas e até reunião com o advogado da empresa na Bahia, promoveu-se a rescisão contratual em 22 de maio de 2020. Uma vez não tendo a empresa se mobilizado à devolução dos valores, atuou a Procuradoria Geral do Estado da Bahia e as Secretarias de Saúde e



**PROCURADORIA GERAL DO ESTADO**  
**PROCURADORIA ADMINISTRATIVA**

da Fazenda no contato direto com o Banco Barclays, logrando a devolução integral dos U\$8.280.000,00.

A conversão, como já pontuado anteriormente, para a moeda nacional (real) forçosamente precisou observar o preço da moeda estrangeira na data com verificação da taxa de câmbio aplicada pelo Banco do Brasil, banco de operação financeira e cambial do Estado da Bahia, correspondendo a R\$ 40.638.240,00.

Sublinhe-se, destarte, que tampouco se observa atos culposos ou dolosos do Consórcio Nordeste, do administrador do Consórcio, ou até da Secretaria de Saúde do Estado da Bahia na fiscalização da execução contratual. Ao inverso, houve um acompanhamento rígido, ao ponto de se ter providenciado no momento correto a rescisão contratual e se ter logrado, sem necessidade de judicialização internacional, do retorno integral dos valores.

Não há, assim, nenhum nexos de causalidade entre atos, comissivos ou omissivos, do Consórcio Nordeste, do administrador do Consórcio ou da Secretaria de Saúde com a perda dos valores decorrentes da variação cambial, risco, repita-se, de toda e qualquer contratação internacional, dentro da álea de previsibilidade.

Claro que, quanto à contratação não exitosa, restam questionamentos sobre a conduta da própria contratada, empresa Pulsar Development International Ltd. Isso deverá ser objeto de processo sancionatório interno para apuração de conduta e, até, punição, bem como poderá ensejar, acaso se comprove ilícito por parte da empresa, sua responsabilização pela extinção contratual e, por conseguinte, pelas perdas com a variação cambial decorrente da devolução dos valores.



**PROCURADORIA GERAL DO ESTADO**  
**PROCURADORIA ADMINISTRATIVA**

**Em conclusão:**

a) A responsabilidade do Consórcio Nordeste ou do administrador do Consórcio perante os entes consorciados, decorrentes de ilícitos civis, somente poderão acontecer se caracterizada culpa (responsabilidade subjetiva);

b) Os riscos relacionados às contratações internacionais em moeda estrangeira ou vinculados à variação cambial são inerentes a este tipo de contrato, sendo imperiosa a observância do preço da moeda estrangeira e da taxa de câmbio do dia efetivo de liquidação da obrigação pecuniária;

c) A contratação internacional com a empresa Pulsar Development International Ltd ocorreu de acordo com a legislação federal extraordinária acerca da pandemia da COVID-19; com os pactos celebrados entre os Estados consorciados e também com a Secretaria de Saúde do Estado da Bahia; e com a legislação alienígena aplicável às aquisições internacionais;

d) Houve correta gestão dos riscos durante a execução do contrato, a permitir a ação imediata e efetiva de rescisão do contrato e recuperação integral do valor pago;

e) Não se observando, portanto, nenhuma conduta ilícita culposa, comissiva ou omissiva do Consórcio do Nordeste, do administrador do Consórcio ou da Secretaria de Saúde do Estado da Bahia, na celebração, na execução ou na extinção do contrato internacional, não se tipifica qualquer responsabilidade civil a eles imputável pelas perdas com a variação cambial da moeda estrangeira, risco contido na álea de uma contratação internacional;

f) Pode, de outra sorte, restar configurada a responsabilidade da empresa Pulsar Ltd, se demonstrada conduta contratual ilícita, que embase lhe ser cobrada a diferença da variação cambial, necessitando-se instaurar processo sancionatório a respeito.

**Este o opinativo, s.m.j.**





**PROCURADORIA GERAL DO ESTADO**  
**PROCURADORIA ADMINISTRATIVA**

Ao Exmo. Sr. Procurador Geral, para final manifestação.

PROCURADORIA ADMINISTRATIVA, 25 de junho de 2020.

**Bárbara Camardelli**

**Procuradora Chefe**

Assinado eletronicamente por: BARBARA LOI (Cert. Digital) em 25/06/2020 e SISTEMA em 08/01/2021

State of Bahia, Brazil  
3a Avenida, no 390  
Plataforma IV, 1o andar, CAB  
CEP 41.745-005  
Salvador  
Bahia  
Brazil

Attention: Paul Moreno Carvalho

11 August 2020

**Privileged and Confidential**

Dear Paul

**Engagement Letter**

Thank you for your instructions in this matter. This letter and our enclosed Terms of Business set out the terms upon which Simmons & Simmons LLP ("**Simmons & Simmons**") proposes to act.

1. **Introduction**

We are to act on behalf of the State of Bahia, Brazil, represented by the Attorney General (the "**AG Bahia**") in relation to its potential claim against Pulsar Development International Ltd ("**Pulsar**"). In particular, we are to provide initial advice to AG Bahia as regards its purchase order with Pulsar for critical care ventilators (the "**Purchase Order**").

Any damages or award received or paid as a result of any claim may be subject to taxation in the hands of the receiving party. Whether damages are taxable depends on the nature of the underlying loss and the potential level of damages. We do not advise on this as a matter of course. The question of taxation, and its implications, should be considered by you. You may need to seek specialist tax advice. We can refer this to our Tax department on request.

2. **Our team**

I will be responsible for the conduct of this matter on behalf of AG Bahia. The principal members of the Simmons & Simmons team, and their contact details, are as follows:-

<b><u>Name</u></b>	<b><u>Level of Seniority</u></b>	<b><u>Direct Phone</u></b>	<b><u>Email</u></b>
Jayne Bentham	Partner	020 7825 4380	Jayne.Bentham@simmons-simmons.com

For details of our international offices please visit [www.simmons-simmons.com](http://www.simmons-simmons.com)

Simmons & Simmons LLP is a limited liability partnership registered in England & Wales with number OC352713 and with its registered office and principal place of business at CityPoint, One Ropemaker Street, London EC2Y 9SS. It is authorised and regulated by the Solicitors Regulation Authority. The word "partner" refers to a member of Simmons & Simmons LLP or one of its affiliates, or an employee or consultant with equivalent standing and qualifications. A list of members and other partners together with their professional details is available for inspection at the above address. W/5-EMF01-127132820v2

Faxes addressed to our general number (020 7628 2070) are routed directly to the addressee. It will be helpful if you can include our reference number, as at the top of this letter, on any correspondence.

Day-to-day conduct of the matter may in appropriate cases be delegated to more junior fee-earners who will act under the supervision of the relevant member of the Simmons & Simmons team, and/or more junior fee earners may assist in case work if the case/circumstances demand. Similarly, it may be necessary to involve fee-earners with particular specialisms should that assist efficient conduct of the case.

We try hard to avoid changing lawyers involved in the conduct of a matter, but will notify you promptly if this cannot be avoided or if we believe it is appropriate to make a change to the team.

### 3. Charges

#### 3.1 **Our fees**

Our fees are based principally on the time we spend on the matter. I set out below our agreed hourly rates (excluding VAT and disbursements):-

<u>Level of Seniority</u>	<u>Rate</u>
Partner	£833.18
Senior Associate	£636.53
Mid-level Associate	£533.03 - £626.18
Associate	£372.60 - £496.80
Trainee	£217.35

Our charge rates are reviewed annually on 01 May, but I will notify you of any proposed changes.

#### 3.2 **Costs of Litigation**

Notwithstanding what I have said about our charges, various factors can affect the cost to you if the matter progresses to litigation.

The Court always has a discretion to order one party to pay all or part of another party's costs of litigation. Generally, this discretion is exercised so that the loser contributes towards the winner's costs, but this is not always the case.

The Courts may encourage the parties to settle their differences by negotiation or mediation, and can impose costs sanctions on parties who are perceived to be taking an unreasonable approach. All decisions of the Court are subject to the "overriding objective" of dealing with the case justly and at a proportionate cost. To this end, the Court will monitor the costs that are being incurred by both parties during the litigation.

The Court may require the parties to produce detailed budgets for litigation and may make a costs management order based upon those budgets. If a costs management order is made the budget will need to be monitored and any changes required by developments in the case will need to be agreed with the other side or approved by the Court. The Court is likely to cap the costs recoverable by the winning party to those in their last approved budget. If the costs of the case are likely to exceed the budget and the Court will not approve any increase, the costs in excess of the budget may not be recoverable from the paying party.



The following points should also be noted:

- Even if costs are awarded in your favour, this may not give a full indemnity against our costs because:
  - (i) our hourly rates may exceed those which are recoverable from the paying party;
  - (ii) the Court may limit the recoverable costs to what it considers to be reasonable and proportionate;
  - (iii) where costs management applies, the Court may limit the budget (and thus the recoverable costs) for the matter to an amount lower than the actual costs incurred;
  - (iv) the paying party may be in financial difficulty.
- If the other side is legally aided, you may not recover any costs, even if successful.
- Costs may be awarded against you, either in relation to preliminary applications or in relation to the case as a whole. Your liability to the receiving party is likely to be limited to the receiving party's reasonable and proportionate costs, and in cases where costs management orders apply to the amounts in the last approved budget, but the Court does have the power to order a party to pay costs on an indemnity basis. If the receiving party entered into a conditional fee agreement and/or a legal costs insurance policy prior to 01 April 2013, its costs may include a success fee pursuant to the conditional fee agreement or the insurance premium.
- If you win the case, a costs order may be made in your favour for any work we have carried out on a chargeable basis. In respect of any work we have carried out on a pro bono basis, an award of costs may be made to the Access to Justice Foundation, in accordance with s. 194 of the Legal Services Act 2007. In either case the amount awarded will be limited to what the court assesses to be a reasonable amount for work it deems necessary. It will also assess whether that amount is disproportionate to what was at stake in the litigation and may reduce the value of the order if it finds that the amount is disproportionate. Where the Court has made a costs management order, the amount recoverable is likely to be limited to the amounts set out in the last approved budget.
- You will be liable for the full amount of our costs, irrespective of the amount (if any) payable to you by the other side.

### 3.3 Insurance and Third Party Funding

Please let me know as soon as possible if you have an existing insurance policy which may cover your and/or Pulsar's costs, as you will need to ensure that the notice and other provisions necessary to trigger coverage are complied with at the earliest opportunity. Alternatively (or in addition) you may wish to consider taking out so-called "after the event" insurance to cover your and/or Pulsar's potential costs liabilities. I attach a note that explains how litigation funding and "After the Event" insurance works and gives an idea of the costs of these options. Please call me if you wish to discuss any aspect of it in further detail. In the context of liability for costs, may I remind you that it is the Court which will decide how liability for the costs of litigation is to be borne between the parties to any litigation.

## 4. Reporting arrangements

Our principal contact at AG Bahia on this matter will be Bárbara Camardelli.

## 5. Billing arrangements

We will render our bills to the State of Bahia, Brazil, marked for your attention. We will render bills monthly.

Since 01 January 2010, enhanced reporting requirements have applied to the sales of services (including the provision of legal services) within the EU. To facilitate compliance with the requirements, we need to obtain from every client details of its registered address and VAT number (if applicable). Please can you provide this information within seven days of receiving this letter.

Please note that any VAT we charge will be the input VAT of AG Bahia and, therefore, may only be recovered, in appropriate circumstances, by AG Bahia. If you have any concerns about your VAT recovery, our Tax Department would be pleased to advise you on this issue. It may be possible to improve your recovery rate by appropriate advance planning.

## 6. Use of External Platforms

From time to time, you and we may agree to the use of web-based e-signature platforms for the signing of documents (such as DocuSign and Adobe Sign) and the use of certain web-based platforms for our communications. Please note that these platforms are provided by third parties and we make no express or implied representations or warranties about them, including without limitation:

- (A) the security, confidentiality, accuracy, reliability, timeliness or completeness of information communicated via them; and
- (B) any harm or damage that may be caused to your computer systems through their use.

When using these platforms, you agree to take responsibility for implementing security and virus checks to protect your computer systems and satisfy yourselves of the integrity and security of information passing through these platforms. You acknowledge that we are not responsible for any confidentiality breaches in relation to information transmitted and processed through and by the platforms which arise from inherent security risks associated with them, except where such confidentiality breaches result from our fault.

## 7. Documents

You will need to ensure that any hard copy or electronic files (including shared files, personal files and archived files), which might contain relevant material are preserved, particularly those which would ordinarily be deleted or destroyed under a document retention policy. You will also need to ensure that potentially relevant documents are not marked in any way; and that new documents commenting on the case are not generated. If it is of assistance we can send you by e-mail a draft Notice to Preserve Documents which can be distributed to all employees who may have relevant material. If the action progresses, it is likely that AG Bahia will be ordered to disclose all documents on which it relies, and any which support or adversely affect either party's case.

Please note, if the action progresses, we will need to discuss at an early stage the scope of documents to be gathered in connection with any litigation.

Although, on our current understanding, we do not consider that the volume of documents likely to be involved in this dispute warrants the use of specialist litigation support software, we will keep this under review and will discuss the option further with you if it becomes relevant. Depending on the volume of documents being handled, we may consider it to be more efficient or effective for us to use the services of agency paralegals within the team, but we would discuss any such arrangements with you before implementing them.



## 8. Information shared with professional indemnity insurers

We will keep all details of the matter strictly confidential. However, it may be necessary in the course of our business to share information with our professional indemnity insurers to enable them to properly assess their underwriting decisions and our policy premiums or to enable us to comply with our notification obligations under policy terms. Our insurers agree to keep any information disclosed for these purposes confidential, that no privilege is waived by you and that the information remains privileged against all other parties. We will not share such information where it appears that our insurer is or may become a party to the dispute or have an involvement as insurer to any other party to the dispute. You irrevocably authorise us to share information relating to this matter with our insurers on these terms, to the extent we consider necessary.

## 9. Insurance panel

As it is likely that your insurers will have an involvement in the conduct of this matter, you will need to ensure that this firm is included on any law firm panel which your insurers maintain.

## Limitation of liability

We refer to section 13 of the Terms of Business relating to limitation of our liability. Many professionals set limits on their liability to reflect, among other things, the balance between keeping fees competitive whilst meeting the costs of an appropriate level of insurance cover. Having considered this engagement, we propose £3 million as an appropriate overall limit of our liability. If you consider that this figure is unreasonable, I am happy to discuss whether there might be an alternative arrangement by which we could accept a larger limit of liability.

## 1. Disputes

Any dispute arising out of or in connection with this agreement or the Engagement (whether contractual or non-contractual obligations), shall be referred to and finally resolved by Arbitration under the Rules of the London Court of International Arbitration (the "LCIA"), which Rules are deemed to be incorporated by reference into this section. The number of arbitrators shall be 3. The place of the arbitration shall be London, England and this arbitration agreement shall be governed by and shall be construed in accordance with English law. The language of the arbitration shall be English. The Emergency Arbitrator provisions shall not apply

The parties agree that information concerning any arbitration, including, without limitation, information concerning any arbitration award, shall be treated as confidential and not disclosed to any third party without the consent in writing of all of the parties unless:

the information has come into the public domain other than through the fault of the party disclosing it;

such disclosure is required by law or by any securities exchange or regulatory or governmental body having jurisdiction over the party disclosing the information, whether or not the requirement has the force of law;

such disclosure is necessary in order to establish or protect any legal right of the party disclosing the information; or

the disclosure is limited to the directors and officers, professional advisers, auditors, bankers or insurers of the person disclosing the information, acting as such, or to a person intended to be called as a witness in the arbitration by the person disclosing the information, for the purpose of preparing his witness statement, but provided that in any such case a written confidentiality undertaking in a form equivalent to this section has first been obtained from such person.

The provisions of this section shall prevail over the provisions in our Terms of Business. The restrictions contained in this section shall survive the termination of this Agreement.

## 1. Our service

For each of our clients, our policy is to nominate a partner who has overall responsibility for ensuring we deliver a high standard of service, and with whom any problems should be raised. I am the client partner for AG Bahia.

If you have concerns at any stage about any aspect of our conduct in this matter, including the level of our fees, please contact me or, if you would prefer, our Senior Partner Colin Passmore. We will try to resolve any problem quickly and operate an internal complaints handling system to help us to resolve the problem between ourselves. A copy of our written complaints procedure is available on request. If for any reason we are unable to resolve the problem between us, then it may be possible for you to make a complaint to the SRA or to the Legal Ombudsman of England and Wales (further information can be found at [www.legalombudsman.org.uk](http://www.legalombudsman.org.uk)). Any complaint to the Legal Ombudsman must be made within 6 months of receiving a final response from us, and within six years from the date of the act/omission about which you are concerned or three years from when you should have reasonably known there was cause for complaint. If your complaint is in respect of our fees, you may also be able to apply to court for an assessment under Part III of the Solicitors Act 1974. If your complaint relates to service provided by any barrister instructed by us on your behalf, you may complain direct to the Bar Standards Board.

We are not authorised by the Financial Conduct Authority. However, we are included on the register maintained by the Financial Conduct Authority so that we can carry on insurance distribution activity, which is broadly the advising on, selling and administration of insurance contracts. This part of our business, including arrangements for complaints or redress if something goes wrong, is regulated by the Solicitors Regulation Authority. The register can be accessed via the Financial Conduct Authority website at [www.fca.org.uk/firms/financial-services-register](http://www.fca.org.uk/firms/financial-services-register).

If you wish to discuss anything arising from this letter or the Terms of Business, please contact me. In the absence of contact we will assume that you are happy for us to work on the basis set out above. However, for good order, I should be grateful if you would confirm your agreement to these terms and our Terms of Business by counter-signing the enclosed copy of this letter.

Yours sincerely



Jayne Bentham  
Partner  
Simmons & Simmons LLP

Accepted and agreed.

Paulo Moreno Carvalho  
Procurador Geral do Estado da Bahia  
for and on behalf of the State of Bahia, Brazil



## **Terms of Business**

### **1. Simmons & Simmons LLP**

Our principal partnership is Simmons & Simmons LLP, a limited liability partnership incorporated in England and Wales.

In most countries where we practice, we do so through Simmons & Simmons LLP. In some countries we practise as Simmons & Simmons through separate but affiliated entities and we also have companies in some countries that are non-operational or carry out unregulated activities under the Simmons & Simmons name. In addition, we may practise with or sub-contract some of our services to other affiliated regulated entities. A list of these entities (collectively "the Firm") is available on request.

It is Simmons & Simmons LLP which accepts your instructions to provide the legal services as set out in our engagement letter ("Engagement Letter") accompanying these Terms of Business and with which you are contracting for the purposes of the provision of those legal services ("the Engagement"). References to 'we', 'us' and 'our' are to Simmons & Simmons LLP. References to 'you' and 'your' are to the client or clients referred to in the Engagement Letter. We use the word "partner" to refer to a member of the LLP, or an employee or consultant of the LLP or one of its affiliated entities with equivalent standing and qualifications.

### **2. These terms**

These Terms of Business should be read together with our Engagement Letter. Together they form the contract between you and us for the purposes of the Engagement. If and to the extent that these Terms of Business conflict with the Engagement Letter, the Engagement Letter shall prevail.

From time to time it may be necessary for us to amend or supersede these Terms of Business. In such circumstances we shall notify you of the proposed changes and, unless we hear from you within 14 days of such notification, the new Terms of Business will come into effect from the end of that period.

### **3. Conflicts of Interest and Confidentiality**

Before accepting any Engagement, we will determine whether we are able to advise you having regard to any legal or professional regulations relating to conflicts of interest. Similarly, we will not act for another client in relation to the subject matter of the Engagement, or a related matter, if this would constitute a conflict of interests, unless we are permitted by legal or professional regulations to do so.

You agree that we may otherwise act for any other client, including commercial competitors and this may include acting on any particular matter in which you may have an interest, even if the interests of the other client are or may become adverse to your own, unless we conclude that it would be inappropriate for us to do so having regard to any legal or professional restrictions.

Subject to us putting in place any arrangements which we consider necessary to protect your documents or information acquired by us and which are or may be relevant to an Engagement for another client, you agree that we may act for that other client without further confirmation from you.

Should an actual or anticipated conflict of interest arise during the Engagement, we may be obliged to terminate the Engagement with you but reserve the right to continue to advise one of the clients involved subject to any legal or professional restrictions. We will not be liable to you for any losses arising from a termination of the Engagement in such circumstances.

We are under a professional duty to keep your documents and information acquired during an Engagement confidential and will not disclose them to any third party outside the Firm without your consent. You agree that we may disclose your information to other entities within the Firm (including to our unregulated affiliated entities), to third parties where we are subject to a legal or professional obligation to do so, and to our insurers, brokers and auditors where necessary, provided that any such disclosures to third parties are made on a confidential basis. You agree that we are not under any obligation to disclose to you or use for your benefit any documents or information in respect of which we owe a duty of confidentiality to any other party.

### **4. Money Laundering and Terrorist Financing**

We are subject to money laundering and terrorist financing legislation.

Consequently, we are required to obtain evidence to verify your identity before accepting new instructions from you. We reserve the right to charge you for any time or costs we incur and which we deem necessary to verify your identity or otherwise comply with such legislation. If we do not receive evidence of your identity satisfactory to us, we will not be able to act or continue to act on your behalf and will be obliged to terminate the Engagement.

Our professional duty to keep your affairs confidential is subject to the statutory exception which obliges us, in certain circumstances (and with criminal penalties for any failure), to report to the relevant authorities any knowledge or suspicion of criminal activity, or involvement in money laundering or criminal property or terrorist financing by a client or third party arising during the course of our professional work.

We may also be obliged to make such reports without reference to you, or without your consent, as it is also an offence to "tip-off" any party or any other third party suspected of money laundering. In certain cases we may also be obliged to cease acting for you temporarily or to terminate the Engagement, without being able to explain why.



Finally, under the money laundering legislation, we are obliged to keep our records, including financial records, on each Engagement, and we will keep these records for a period of at least seven years from cessation of any instructions.

## 5. Our Services

We will perform the Engagement with reasonable skill and care. Our services will not include advice on tax related issues arising out of the Engagement unless requested by you and agreed with you in writing.

Where the Engagement requires legal services in countries other than the one in which we accept your instructions, we shall, where possible and unless you instruct us otherwise in writing, use the services of our own offices in those countries, or affiliated entities of Simmons & Simmons LLP, as subcontractors.

We may also use the services of our separate but affiliated regulated Simmons & Simmons entities to provide the legal services set out in our Engagement Letter or to perform the Engagement, by way of subcontract or, with your agreement, transfer of all or part of the Engagement. Where all or part of the Engagement is transferred, the legal services provided by the relevant Simmons & Simmons entity will be governed by these Terms of Business, which will apply as between you and such Simmons & Simmons entity as well as by any additional terms of engagement relevant to the Simmons & Simmons entity.

During the course of the Engagement it may be necessary for us to instruct one or more expert service providers from outside the Firm on issues beyond our expertise or skill.

We may outsource certain functions such as printing, document production, IT and certain legal processes to third party organisations locally or overseas. Where this occurs, we will take all reasonable steps to ensure that those organisations recognise their obligations of confidentiality. By accepting these Terms of Business, you consent to such outsourcing arrangements including the transfer of any personal data to such organisations.

## 6. Our Advice

Our advice is prepared solely:

- for use by you; and
- for the intended purposes associated with the Engagement and any subsequent variation thereof.

Our advice should not be disclosed to any third party without our prior written agreement.

## 7. Instructions and Information

Unless instructed otherwise in writing, we will act on the basis that all of your employees, directors and officers who give us instructions are authorised to do so and that we may act on oral instructions. Where information that is or may be relevant to the Engagement is provided to someone in the Firm other than those individuals involved in the Engagement, you accept that knowledge of that information will not automatically be imputed to those individuals involved in the Engagement.

In order to carry out the Engagement effectively we require your full co-operation. You will provide us on a timely basis with any documents and information that we may need to complete the Engagement and ensure that, to the best of your knowledge, those documents and information are complete and accurate. Unless you instruct us otherwise in writing, you agree that we may rely on them where we consider it is reasonable to do so.

Where necessary, you will ensure that we have timely and reasonable access to your employees and you will procure that they will provide us with such assistance as we require to complete the Engagement.

Where we draft, review or advise on agreements or other documentation, we do so as legal advisers, not as specialist advisers or experts in other technical disciplines or professions, and it remains your responsibility to ensure that appropriate expertise from other specialists is obtained where appropriate.

## 8. Electronic communications and information storage

Unless instructed otherwise in writing, we may correspond with you and third parties by internet e-mail or other electronic means, and store information in electronic form. We will use an industry standard firewall containing virus protection if applicable, and take other reasonable precautions to prevent unauthorised access by third parties outside the Firm to your electronic information. We cannot, however, guarantee that information will be free from unauthorised access by third parties or that transmissions will be delivered or received in a timely manner or at all, reliably, securely, error free, virus free or free from interception. You accept these risks and hazards and agree that we will have no liability for any loss or damage caused by the use of electronic communications and information storage. If you have a requirement for a greater level of security, please discuss this with us.

You consent to our intercepting and monitoring communications between you and individuals within the Firm, in order to ensure compliance with our internal rules or with applicable legal requirements and to investigate matters brought to our attention.

## 9. Fees

You agree to pay our fees and disbursements as set out in our bills.

We will charge fees for all of our time spent on the Engagement, including but not limited to, time spent attending meetings, travelling, reviewing and preparing papers, carrying out legal research, corresponding with you and with third



parties, supervising and managing the team deployed on your Engagement and making and receiving telephone calls. Unless otherwise agreed, our time is recorded and charged in six minute units.

Disbursements and expenses are recharged to you at a rate appropriate to cover their cost and administration and in addition to our fees, except where separate agreement has been reached. These include but are not limited to third party expenses incurred by us on your behalf such as Court fees, fees of experts, barristers and external advocates, courier costs, search fees, stamp duty and overseas lawyers' fees. No separate charge is made for secretarial time, other than overtime. We will recharge travel costs, accommodation, communications and subsistence costs when travelling away from our offices in connection with the Engagement.

Where disbursements will be substantial, we may request that money is paid to us on account of those costs before we incur them, or arrange for the costs to be paid directly by you.

Any estimate, quote, fee, disbursement or other cost is stated exclusive of VAT or other taxes or duties which we might be obliged to charge. Where we are obliged to charge VAT, goods and services tax, sales tax or other such taxes or duties to you, we will add the relevant tax to our fees and disbursements, at the rate from time to time in force in the jurisdiction concerned. In certain circumstances, EU tax legislation may require us to issue our bills from our office in the country in which you are domiciled, rather than the country from where the matter is being managed. We will advise you at the time of billing if this is required. However, in all other respects, these Terms of Business will continue to apply to the fees and billing arrangements.

We will render our bills to you on the basis set out in the Engagement Letter. These will constitute final bills for work done during the relevant period, and are payable within 30 days of issue of the bill. If you wish to query any element of the bill you must do so immediately with the matter partner. That part of our bill which is not subject to query should be paid within 30 days of issue of the bill.

Our bills are to be paid free of any withholding or deduction in respect of taxes or duties. If you are required by law to withhold or deduct tax, the amount of the bill is to be treated as increased to the extent necessary to ensure that we receive and retain a net sum equivalent to the amount of the bill. If in our opinion we subsequently receive any value for the amount withheld or deducted (for example, by way of a credit for tax treated as withheld or deducted) we will account for such value to you provided our overall net of tax position is not thereby affected. This section does not apply in Italy in relation to any withholding required under Article 25 of DPR 600/1973.

If payment of our bills or our receipt of such payment is subject to exchange or other similar controls, you will use your best endeavours to obtain (or to help us to obtain) any required authorisations or consents as soon as possible after each bill is rendered or on our request you will ensure we receive prompt payment in accordance with such authorisations or consents. If exchange control approval has not been obtained within 6 months from the date of our bill then, if lawfully requested by us, you will pay into a local account designated by us the amount in local currency equivalent to the amount outstanding on our bill (converted at the date of payment).

If you pay our bills in a currency other than the one in which our bill was rendered and as a result of exchange rate fluctuations the amount actually received by us net of bank charges differs from the amount invoiced by less than £300 or 0.05% of the bill, whichever is the greater, we shall treat the bill as paid (if the amount received was less than the invoiced amount) and you agree that we shall be entitled to keep the excess (if the amount received was more than the invoiced amount).

It is our policy not to accept cash from clients. If you seek to circumvent this policy by depositing cash directly with one of our banks, we reserve the right to charge you for any checks we deem necessary regarding the source of funds and any additional actions undertaken by us or cost incurred in dealing with such cash.

If our bill remains unpaid after 30 days you agree that we shall be entitled:

- to charge interest on overdue amounts at the legal rate for late payments where there is one, or 2% above the base rate from time to time of Barclays Bank PLC where there is no legal rate;
- to apply any of your funds in our client accounts (which are not held by us for a specific purpose) towards the payment of any unpaid bills in respect of this Engagement or any other Engagement between you and us at our discretion;
- to instruct third parties to take appropriate steps to recover any outstanding amounts (including sharing information with them where required for this purpose); and
- to terminate the Engagement.

If we or you terminate the Engagement for whatever reason, you will pay our outstanding fees and incurred disbursements, including those not yet billed as at the date of termination, together with any additional fees and disbursements reasonably incurred arising from the termination of the Engagement.

In the event that there is a credit balance of less than £50 (or its equivalent) due for repayment to you from a client account and we are unable to return the funds because we cannot contact you (after making reasonable efforts to do so), you agree that we shall be entitled to pay the funds to a charity of our choice, where permitted by our regulatory authority, instead of making further efforts to find you.

#### 10. Interest on Client Monies

As part of carrying out your instructions to us, we may need to hold your money in our client account on your behalf. In holding client's money, we have an obligation to pay amounts in lieu of interest ("Client Interest") on that money, at a



fair and reasonable rate, and are required to put in place an interest policy setting out the circumstances for when Client Interest will be paid and how Client Interest is calculated.

We aim to account to you for interest at a reasonable rate of interest, however as the holding of your funds is incidental to the carrying out of your legal instructions, the rate is unlikely to be as high as the rate you might have been able to obtain when depositing the money we hold on your behalf yourself. In most cases we must ensure that money held on client account is immediately available and so the need for instant access is taken into account when setting the Client Interest rate payable by us.

Client monies held in a general client account will have Client Interest calculated at the rate of interest that would apply to a normal current account balance maintained at the relevant bank, subject to a de minimis limit of £25. Rates can be provided on request and any movement in rates will be advised as part of the interest calculation.

Where client monies are held in a separate designated deposit account, Client Interest is payable at the rate applied by the bank. This will vary depending on the specific account being used and the specific circumstances of the arrangement.

Where amounts are held outside the general client account, or a separate designated deposit account, the rate of Client Interest, and date that interest is credited, will depend on the relevant institution where the funds are held and, as such fall, outside the requirements of this policy. The relevant interest information can be obtained at your request.

Where your money is held on our general client account, any Client Interest paid to you is paid without any deduction for income tax (this applies to businesses as well as individuals unless you are resident overseas – see below). As such it is your responsibility to inform HMRC of amounts of interest received from us and the implications of this will depend upon your own financial circumstances. Where interest accrues on a separate designated deposit account such interest is usually paid net of tax (unless you have signed a declaration confirming your entitlement to receive bank interest gross).

Clients who are individuals should note that under the European Savings Directive regulations 2003/48/EC we are required to inform HMRC of payments of interest to relevant payees in prescribed territories. Where you reside outside the UK and EC, we are required to deduct income tax at the current basic rate and account for this interest to HMRC directly and pay you the net amount.

Client Interest will be calculated on cleared funds only and is compounded six monthly. Client Interest will not be paid on funds held to pay counsel fees or other professional disbursements. Client Interest will usually be calculated at the end of the matter and will be credited to the client ledger at that date.

Client Interest will not be paid if the total amount calculated for the period that cleared funds are held on a general client account is less than £25.

#### 11. File Destruction Policy

We keep files (which term includes anything in which information is recorded whether on paper or electronically or otherwise) and property relevant to the Engagement for not less than seven years from the date of our final bill, having removed and destroyed any documents which in our professional opinion are superfluous to the records of the Engagement. We reserve the right to store files and property related to your Engagement with a third party whose security arrangements are in our view appropriate. If you would like the files or property relevant to the Engagement to be delivered to you or kept by us for a longer period, please let us know.

If we receive a request from you within seven years from the date of our final bill, we shall return to you any retained documents or property to which you are entitled, subject to any legal obligations which require us to retain those documents. You agree that we will be entitled to charge you for retrieving from storage and identifying and selecting any documents and property from your files as requested by you together with the cost and administration of delivering your documents and property to you or a third party.

If we do not receive a request from you for the return of your documents and property within seven years from conclusion of the Engagement, we reserve the right to destroy your documents and property without further reference to you.

#### 12. Rights of action

You acknowledge and agree that in relation to the Engagement, your relationship in contract and tort is solely and exclusively with Simmons & Simmons LLP. Where any individual acts for you in any proceedings, they do so as a representative of Simmons & Simmons LLP.

No member of Simmons & Simmons LLP assumes, or will assume, personal liability for the conduct of the Engagement or will have any personal liability for any matter arising out of or in connection with, the Engagement whether in contract, tort, negligence, breach of statutory duty or otherwise and you waive any such claim as may arise unless the law imposes a personal liability. Further, you agree not to bring any claim of any nature against any partner, member, employee, consultant or contractor of the Firm or any of its affiliated entities in respect of legal services provided by them in connection with the Engagement. It is agreed that partners, members, employees, consultants and contractors of the Firm, and its affiliated entities shall have the right to enforce this section.

#### 13. Limitation of liability

The total liability of the Firm to you (or any other party who the Firm has agreed may have the benefit of, and rely on, our work) for Loss shall be limited to the lower of any amount referred to in the Engagement Letter or £50 million, save



with respect to any Loss arising from death or personal injury, fraud, wilful misconduct or dishonesty or (where the Engagement Letter is issued by an office in Germany, the Netherlands, Italy or Qatar) gross negligence of the Firm. For the purposes of this section, the Firm means Simmons & Simmons LLP and its affiliated entities, partners, employees and, to the extent that we have liability for their acts, self-employed lawyers, subcontractors and agents, and Loss means the total of all losses, damages or costs suffered or incurred, directly or indirectly, in connection with the Engagement, including as a result of breach of contract, negligence, fault or other act or omission by the Firm.

**14. Joint and several liability**

Where you suffer any Loss (as defined in section 13 above) for which we are jointly and severally liable with any third party or third parties, the extent to which such loss shall be recoverable by you from us, as opposed to the third party, shall be limited so as to be in proportion to our contribution to the overall fault for such loss, as agreed between all of the parties, or in the absence of agreement as finally determined by the court having jurisdiction pursuant to section 29 below. You agree that our position will not be adversely affected by any limitation of liability you may agree with any other party and that we will not be liable to you for any amount in excess of our proper share of a joint or several liability which we are not entitled to recover from any other party by reason of your agreement to limit their liability.

**15. Liability for information relied on by us**

We will not be liable if any Loss (as defined in section 13 above) is due to the provision of false, misleading or incomplete information or documents (save where we should reasonably have discovered the false, misleading or incomplete information or documents) or due to the acts or omissions of any person other than Simmons & Simmons LLP or any affiliated entity involved in the Engagement.

**16. Other parties**

We do not accept any liability for the advice or other services provided by experts, foreign lawyers, or other service providers engaged by us on your behalf, other than our affiliated entities. Unless otherwise agreed in writing, you will be directly responsible for their fees and expenses.

We neither owe nor accept any duty to any person other than you and we do not accept any liability or responsibility for any consequences arising from reliance upon our advice by any person other than you. You agree to indemnify us against any liabilities, losses, damages, costs or expenses we incur arising out of any claims brought against us by third parties arising out of or in connection with the Engagement.

No person other than the parties to the Engagement Letter and their respective successors and assignees, shall have any right to enforce any of the provisions of these Terms of Business or the Engagement Letter, except to the extent expressly provided in these Terms of Business or the Engagement Letter

**17. Intellectual Property Rights**

We will own copyright in any document prepared by us during the course of carrying out the Engagement. We grant you a non-exclusive royalty-free licence to use any document within your organisation for the purpose for which it is provided, subject to any confidentiality restrictions indicated.

We expect to apply the benefit of our past experience in acting for our clients. Therefore, subject always to our obligations of confidentiality to you and to any express requirement to the contrary, we may refer to, use or develop documents or parts of documents, ideas, techniques, concepts, methodologies or processes prepared by us or by other advisers in the context of the Engagement, when advising, preparing documents for, or giving advice to another client, or marketing or know-how. We may keep such documents in a confidential database.

**18. Data Protection Laws**

Unless the context otherwise requires, words and phrases in this section shall have the meaning given to them by applicable data protection and privacy laws, including the General Data Protection Regulation 2016/679 ("GDPR") and applicable national legislation that implements or supplements the GDPR or otherwise applies to data protection and privacy, and any statutory instrument, order, rule or regulation made thereunder, as from time to time amended, extended, re-enacted or consolidated ("Data Protection Legislation") and the terms "controller", "processor", "process" and "personal data" shall have the meanings given to those terms in such Data Protection Legislation. During and after the Engagement, you agree that we will be processing personal data for our own purposes and as such will be a controller under the Data Protection Legislation and this includes (but is not limited to) the following purposes:

- (A) we provide legal services in fulfilment of this Engagement;
- (B) we and/or our independent contractors and third party suppliers may use the contact details you and your representatives have provided to us to send invitations, marketing materials, legal updates or other publications that we feel may be of interest and to organise associated events as well as business meetings. Such contact details may include any information you or your representatives have made available to us to assist us in such purposes, including for example dietary preferences. Should any individuals not wish to receive marketing communications, please notify your contact at Simmons & Simmons;
- (C) we may process personal data concerning our clients and contacts in other ways for our own business purposes (for example, but not limited to, billing, client management, archives, conflict checks and know-how);



- (D) we may process and transfer personal data as necessary to effect a re-organisation of our business; and
- (E) we may share personal data with other legal or professional advisers used by us to provide you with legal services.

During and after the Engagement there may be limited occasions where we may process on your behalf as a processor any personal data you have provided to us. We will advise you in writing where we believe we act as a processor and any such processing shall be in accordance with, and subject to, your instructions. Before performing the processing, we shall document within the instructions the subject matter and duration of the processing, the nature and purpose of the processing, the types of personal data and categories of data subjects and the other terms prescribed by the Data Protection Legislation. We will ensure that all appropriate technical and organisational measures are taken to protect any personal data supplied by you to us against unauthorised or unlawful processing, accidental loss, destruction or damage, including when we sub-contract any processing (for example, in the case of external storage of data). Your instructions are taken to include the use by us, where appropriate, of independent contractors and third party suppliers appointed by us for functions such as data and file storage, back-up, destruction, billing, debt collection, legal processing and the like, in accordance with the foregoing.

In connection with any of the purposes described above, and any other legitimate processing of personal data, information may be shared with our offices and/or independent contractors and third party suppliers both inside and outside the EEA. The Firm warrants that it has appropriate safeguards in place to protect data transfers to the Firm's offices, independent contractors and third party suppliers outside of the EEA.

By accepting these Terms of Business you give positive consent for us to obtain, store and process information about you as described in the preceding paragraphs. You agree that where necessary you will have satisfied relevant statutory ground under the Data Protection Legislation in connection with the above-described categories of processing, before providing us with personal data.

It is also a term of the Engagement that any personal data supplied by us to you about employees/independent contractors of the Firm and/or any third parties may only be used for the express purposes for which that information is provided to you.

Each party shall comply with the terms of the Data Protection Legislation.

If you require any further information or have any questions regarding the processing of your personal data by the Firm, please refer to the Firm's Privacy Policy which can be found at <http://www.simmons-simmons.com/en/legal-and-regulatory-information/data-privacy>.

#### 19. **Bribery and Corruption**

The policy of Simmons & Simmons is to conduct all of its business in an honest and ethical manner, and to comply with all applicable anti-corruption legislation, including the UK Bribery Act 2010. Simmons & Simmons has a zero-tolerance approach to bribery and corruption and is committed to acting professionally and with integrity in all its business dealings and relationships wherever it operates.

Where we instruct any third party for or on behalf of you to perform services in relation to any Engagement, we will implement procedures designed to restrict, on a risk-based and proportionate basis, applicable third parties from offering, promising or giving any bribes or being corrupt in relation to those services.

#### 20. **Merger**

If we transfer all or substantially all of our business to another firm ("Successor Entity"), our Engagement with you shall not automatically terminate by reason of such transfer. You agree that the Successor Entity is automatically appointed by you so that continuity of service can be provided to you. Both the Successor Entity and you may rely on the Engagement Letter and these Terms of Business as setting out the continuing terms of the Engagement. If such transfer requires some formal action by you then you will take such steps as are necessary to enable continuity of our services.

Subject to the above section, you will not have the right to assign or transfer the benefit or burden of the Engagement without our written consent.

#### 21. **Termination**

You may terminate the Engagement by giving us notice in writing at any time.

In addition to the circumstances set out above, we may cease acting for you and terminate the Engagement, but only when entitled to do so under our professional rules and after reasonable notice has been given to you in writing.

Whether the termination of the Engagement is by you or by us, we shall be entitled to retain any property of yours which we are holding, provided that it is not held for a specific purpose, until all our fees and disbursements relating to the Engagement have been paid.



22. **Regulation**

Simmons & Simmons maintains professional indemnity insurance cover in accordance with applicable regulatory requirements. Where required by relevant regulation, contact details of the insurers and the territorial coverage can be obtained by emailing: [risk.management@simmons-simmons.com](mailto:risk.management@simmons-simmons.com) or by visiting [www.simmons-simmons.com/legalresp](http://www.simmons-simmons.com/legalresp).

We are not authorised by the Financial Conduct Authority. However, we are included on the register maintained by the Financial Conduct Authority so that we can carry on insurance distribution activity, which is broadly the advising on, selling and administration of insurance contracts. This part of our business, including arrangements for complaints or redress if something goes wrong, is regulated by the Solicitors Regulation Authority. The register can be accessed via the Financial Conduct Authority website at [www.fca.org.uk/firms/financial-services-register](http://www.fca.org.uk/firms/financial-services-register).

23. **Inside information**

To the extent that you are required to maintain an "insider list" under the EU Market Abuse Regulation 596/2014 and you notify us to do so in relation to the Engagement we will establish procedures designed to enable us to:

- identify and maintain an insider list of partners and staff in the Firm who have access to such inside information;
- notify the relevant people of their legal and regulatory obligations in relation to, and of the sanctions attaching to misuse or improper circulation of, that information;
- make this insider list available to your regulator on request; and

keep that insider list for at least five years from the date on which it is drawn up or updated, whichever is the later.

24. **Force Majeure**

We shall not be liable to you if we are unable to perform our services in relation to the Engagement as a result of any cause beyond our reasonable control. In the event of any such occurrence affecting us we shall notify you as soon as possible.

25. **Severability**

Each section and sub-section of these Terms of Business shall be independently interpreted and enforceable. If any section or sub-section of these Terms of Business or provision in the Engagement Letter is declared void, illegal or otherwise unenforceable, the remainder shall survive unaffected.

26. **Waiver**

No delay by you or us in enforcing any terms of this agreement will affect or limit your or our rights under this agreement. Any waiver by you or us of any breach of this agreement shall not be deemed a waiver of any other prior or subsequent breach of this agreement. Any waiver of any contractual claim or right must be made in writing to be effective.

27. **Governing Law**

Any contractual or non-contractual obligations arising from or connected with the Engagement shall be governed by, and this agreement shall be construed in accordance with, the law of England and Wales.

28. **Resolving problems**

We are confident that we will provide you with a high quality service but should you have any queries or concerns regarding our service please contact the partner identified in the Engagement Letter immediately. In some countries we operate an internal complaints handling process and / or local professional bodies provide a complaints and redress system, reference to which will be in your Engagement Letter, if applicable.

29. **Disputes**

Subject to any contrary provision in the Engagement Letter, in relation to any dispute arising out of or in connection with this agreement or the Engagement (whether contractual or non-contractual obligations), each of the parties irrevocably submits to the exclusive jurisdiction of the courts of England and Wales and waives any objection to proceedings in such courts on the grounds of venue or on the grounds that proceedings have been brought in an inappropriate forum.

30. **Publicity**

Save for those jurisdictions where specific consent is required, unless you expressly tell us otherwise, you agree that we may make general reference to our representation of you from time to time in marketing and related materials.

You agree that we may also disclose to third parties that we are acting or have acted for you on a matter if information about that matter is in the public domain or if you specifically consent to such disclosure. This may include providing information to legal directories, who may wish to contact you for your opinion on our services and, in the absence of objections, we assume this is acceptable.





G3341210292906281  
12/06/2020 10:37:34

## Transferência entre contas diversas

### Debitado

Nome	CONSORCIO I D S NORDESTE
Agência	3832-6
Conta corrente	90000-1

### Creditado

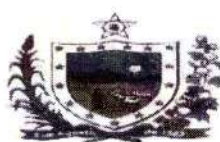
Nome	SEPLAG MR GD
Agência	1618-7
Conta corrente	13006-0
Valor	6.701.042,82
Identificador 1	7312912000148
Data	Nesta data

Assinada por	JD390913 JOSEILTON GONCALVES DOS SANTOS	12/06/2020 10:18:02
	JD377594 CARLOS E GABAS	12/06/2020 10:37:34

Transação efetuada com sucesso.

Transação efetuada com sucesso por: JD377594 CARLOS E GABAS.

Assinado eletronicamente por: SISTEMA em 08/01/2021



*Somos todos*  
**PARAÍBA**

Governo do Estado  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**  
**GERÊNCIA FINANCEIRA**

Ofício n.º 147/20-GF

João Pessoa, 12 de junho de 2020

A Sua Excelência, o Senhor  
**MARIALVO LAUREANO DOS SANTOS FILHO**  
Secretário de Estado da Fazenda  
Secretaria da Fazenda do Estado  
NESTA

Senhora Secretária,

Vimos solicitar a Vossa Excelência, que seja providenciado a devolução no valor de **R\$1.000.000,00(hum milhão de reais)**, na conta corrente do **Fundo Estadual de Saúde nº 13.968-8 (DOAÇÕES COVID-19/FESEP)** - agência nº **1618-7**(Setor Público) – **Banco do Brasil S/A, CNPJ 03.609.595.0001-75**, devolvido pelo **Consórcio Nordeste**, em face da aquisição não concretizada da compra de Ventiladores Pulmonares, através do Empenho Nº08607/2020, conforme documentos em anexo.

Outrossim, solicitamos que nos seja encaminhado, as comprovações das transferências, dos valores de **R\$1.000.000,00(hum milhão de reais)** e **R\$6.554.562,88(seis milhões quinhentos e cinquenta e quatro mil quinhentos e sessenta e dois reais e oitenta e oito reais)**, devolvidos pelo **Consórcio Nordeste**, para posterior regularização das Notas de Empenhos **Nºs 8601 e 8607/2020**.

Atenciosamente,

*P/* **GERALDO ANTONIO DE MEDEIROS**  
Secretário de Estado da Saúde

**Secretaria de Estado da Saúde**  
**Av. Pedro II, 1826 - Torre – João Pessoa/PB**  
**Telefone – (83) 3218-748**

Assinado eletronicamente por: SISTEMA em 08/01/2021



OFÍCIO CIRCULAR CIDSN/SE nº 005 | 2020.

Salvador/BA, 04 de junho de 2020.

A(o)(s) Exmo(a)(s). Senhor(e)(a)(s)  
Secretários Estaduais de Saúde

Alexandre Ayres  
Fábio Vilas Boas  
Carlos Roberto Martins Rodrigues Sobrinho  
Carlos Eduardo de Oliveira Lula  
Geraldo Antônio de Medeiros  
André Longo  
Florentino Alves Veras Neto  
Cipriano Maia  
Mércia Feitosa

Estado de ALAGOAS  
Estado da BAHIA  
Estado do CEARÁ  
Estado do MARANHÃO  
Estado da PARAÍBA  
Estado de PERNAMBUCO  
Estado do PIAUÍ  
Estado do RIO GRANDE DO NORTE  
Estado de SERGIPE

Senhor(e)(a)(s) Secretários,

Dirijo-me aos Senhor(e)(a)s, para informar que foi aberto, no âmbito do Tribunal de Contas do Estado da Bahia – TCE/BA, nos termos da Ordem de Serviço nº 053/2020, procedimento de Auditoria de Monitoramento das contratações de bens e serviços no âmbito do Estado da Bahia, em face da emergência de saúde pública decorrente da Pandemia do Covid-19. A referida auditoria conta ainda com requerimento de informações do Tribunal de Contas da União - TCU, através da Secretaria do órgão no Estado da Bahia.

Considerando a competência da Corte de Contas baiana para proceder à fiscalização contábil, operacional e patrimonial do Consórcio Nordeste, nos termos do parágrafo único, do art. 9º, da Lei nº 11.107/2005, a Secretaria Executiva tem prazo de 5 (cinco) dias úteis para atender à requisição de informações.

Nesse sentido, considerando que parte das informações requeridas são pertinentes às questões orçamentárias dos Estados consorciados, requeremos sejam informados a este Consórcio Nordeste as fontes dos recursos utilizados por cada Estado Consorciado para a realização das Compras Conjuntas por meio do Consórcio Nordeste.

*Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste  
- Consórcio Nordeste -*





Os órgãos de controle pretendem identificar se os recursos utilizados para o repasse dos Estados para o Consórcio, por meio dos Contratos de Rateio nº 001/2020 e nº 002/2020, celebrados à luz do Contrato de Programa nº 001/2020, tem origem estadual ou federal.

Por essa razão e considerando o prazo de atendimento fixado é que solicitamos que as informações sejam disponibilizadas através do e-mail [glauber.piva@consorcionordeste.com](mailto:glauber.piva@consorcionordeste.com) até o dia 05 de junho de 2020, de modo a permitir a consolidação das informações e o atendimento da requisição dos órgãos de controle.

Na oportunidade, renovamos os protestos de estima, solidariedade e compromisso com o desenvolvimento sustentável do Nordeste.

Atenciosamente,

**CARLOS EDUARDO GABAS**  
Secretário Executivo



**OFÍCIO CIRCULAR CIDSN/SE nº 006|2020.**

Nordeste do Brasil, 11 de junho de 2020.

A(o)(s)

Exmo(a)(s). Senhor(e)(a)(s)

**Governador(a) de Estado**

**Renan Calheiros Filho**

**Rui Costa**

**Camilo Santana**

**Flávio Dino**

**João Azevedo**

**Paulo Câmara**

**Wellington Dias**

**Fátima Bezerra**

**Belivaldo Chagas**

**Estado de ALAGOAS**

**Estado da BAHIA**

**Estado do CEARÁ**

**Estado do MARANHÃO**

**Estado da PARAÍBA**

**Estado de PERNAMBUCO**

**Estado do PIAUÍ**

**Estado do RIO GRANDE DO NORTE**

**Estado de SERGIPE**

Senhores Governadores,

Dirijo-me a Vossas Excelências, para informar que, conforme ofício 636/2020 enviado a este Consórcio pelo Secretário de Estado da Saúde, Sr. Fábio Vilas-Boas Pinto, o estado da Bahia rescindiu o Contrato de aquisição de 450 respiradores destinados a 8 (oito) Estados do Nordeste. Os equipamentos comprados seriam da marca Dräger, conforme contrato com a empresa *Pulsar Development Internacional Ltd.*

Cabe ressaltar que esta aquisição foi operacionalizada pela Secretaria de Saúde da Bahia ao abrigo do Contrato de Programa 001/2020, do Contrato de Rateio 002/2020 e do Convênio desta com o Consórcio Nordeste 003/2020.

Sendo assim, solicito aos respectivos governos estaduais que nos informe sobre os dados bancários para cadastramento e consequente transferência dos recursos. Importante ressaltar que, considerando-se tratar de operação entabulada por força do contrato de

1

*Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste  
- Consórcio Nordeste -*

Assinado eletronicamente por: SISTEMA em 08/01/2021





rateio citado acima, foi submetida consulta à Procuradoria Geral do Estado da Bahia de modo a garantir transparência e segurança na operação.

Cabe lembrar ainda, que, conforme informado no ofício precedente e também em tabela abaixo, houve diferença de câmbio, o que resultou numa devolução de recursos a menor. Tal diferença e os demais impactos do não cumprimento do contrato serão tratados por meios judiciais sob a liderança da PGE-BA que, conforme estatuto do Consórcio Nordeste, em seu art. 46, é responsável por seu assessoramento jurídico e representação judicial.

ESTADOS	VALOR PAGO	VALOR A RESSARCIR	PERDA CAMBIAL
AL	R\$ 5.256.900,00	R\$ 4.662.971,58	R\$ 593.928,42
BA	R\$ 2.600.000,00	R\$ 2.306.250,09	R\$ 293.749,91
CE	R\$ 5.464.800,00	R\$ 4.847.382,89	R\$ 617.417,11
MA	R\$ 4.371.840,00	R\$ 3.877.906,31	R\$ 493.933,69
PB	R\$ 7.554.562,88	R\$ 6.701.042,82	R\$ 853.520,06
PE	R\$ 8.743.680,00	R\$ 7.755.812,62	R\$ 987.867,38
PI	R\$ 10.231.650,00	R\$ 9.075.670,67	R\$ 1.155.979,33
SE	R\$ 2.967.030,00	R\$ 2.631.812,77	R\$ 335.217,23
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 47.190.462,88</b>	<b>R\$ 41.858.849,75</b>	<b>R\$ 5.331.613,13</b>

Na oportunidade, renovamos os protestos de estima, solidariedade e compromisso com o desenvolvimento sustentável do Nordeste brasileiro.

Atenciosamente,

**CARLOS EDUARDO GABAS**  
Secretário Executivo



**GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA**  
 Timbre Consorcio Nordeste  
**GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO - CIDSNE/PRESID/SE/DIRAF/GERAD**

**CONTRATO DE RATEIO Nº 02/2020**

**CONTRATO DE RATEIO QUE DELIMITA O RATEIO DAS DESPESAS OPERACIONAIS COM A AQUISIÇÃO CONJUNTA E COMPARTILHADA DE BENS QUE INDICA EM DECORRÊNCIA DA PANDEMIA DE COVID-19, CELEBRADO ENTRE ESTE CONSÓRCIO NORDESTE E OS ESTADOS CONSORCIADOS.**

**O CONSÓRCIO INTERESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO NORDESTE**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº 34.304.033/0001-47, com sede na 3ª Avenida do Centro Administrativo da Bahia, 390, Salvador/BA, CEP 41.745-005, neste ato representado por seu Presidente Rui Costa dos Santos, inscrito no CPF/MF sob o nº 237.909.975-87, residente e domiciliado na Ladeira do Jardim Zoológico, s/n, Palácio do Governo, Ondina, CEP: 40.170-720, doravante denominado **CONSÓRCIO NORDESTE** ou simplesmente **CONSÓRCIO**, o **ESTADO DE ALAGOAS**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 12.200.192/0001-69, com sede na Rua Cincinato Pinto, s/n, Palácio República dos Palmares, Maceió/AL, neste ato representado pelo Governador do Estado, JOSÉ RENAN VASCONCELOS CALHEIROS FILHO, o **ESTADO DA BAHIA**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 08.584.392/0001-95, com sede na 3ª Avenida, nº 390, Plataforma IV, 1º andar, Centro Administrativo da Bahia, CEP: 41.745-005, neste ato representado pelo Governador do Estado, RUI COSTA DOS SANTOS, o **ESTADO DO CEARÁ**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 07.954.480/0001-79, com sede no Palácio da Abolição, Avenida Barão Studart, nº 585, Meireles, Fortaleza/CE, neste ato representado pelo Governador do Estado, CAMILO SOBREIRA DE SANTANA, o **ESTADO MARANHÃO** inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 06.354.468/0002-41, com sede na Palácio dos Leões, Avenida Pedro II, São Luís/MA, neste ato representado pelo Governador do Estado, FLÁVIO DINO DE CASTRO E COSTA, o **ESTADO DA PARAÍBA**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 08.761.124/0001-00, com sede na Praça João Pessoa, s/n, João Pessoa/PB, neste ato representado pelo Governador do Estado, JOÃO AZEVEDO LINS FILHO o **ESTADO DE PERNAMBUCO**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 10.571.982/0001-25, com sede na Praça da República, s/n Bairro de Santo Antônio, neste ato representado pela Governador do Estado, PAULO HENRIQUE SARAIVA CÂMARA, o **ESTADO DO PIAUÍ**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº.06.533.481/0001-49, com sede na Avenida Antonino Freire, nº 1450, Centro, Teresina/PI, neste ato representado pelo Governador do Estado, JOSÉ WELLINGTON BARROSO DE ARAÚJO DIAS, e o **ESTADO DE SERGIPE**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 13.128.798/0001-01, com sede na Avenida Adélia Franco, Palácio dos Despachos, nº 962, Aracaju/SE, neste ato representado pelo Governador do Estado, BELIVALDO CHAGAS SILVA, denominados, em conjunto, **CONSORCIADOS** e, individualmente, **CONSORCIADO**,

considerando a constituição do **CONSÓRCIO NORDESTE** que tem por objetivo o desenvolvimento sustentável do Nordeste;



considerando que o **CONSÓRCIO NORDESTE** tem, dentre as suas finalidades, a aquisição centralizada ou compartilhada de bens e serviços, bem assim o compartilhamento de experiências e sistemas de gestão;

considerando a classificação pela Organização Mundial da Saúde, no dia 11 de março de 2020, como pandemia do Novo Coronavírus;

considerando a Lei nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus responsável pelo surto de 2019;

considerando a Portaria nº 188, de 3 de fevereiro de 2020, do Ministério da Saúde que declara Emergência em Saúde Pública de importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus;

considerando que a situação demanda o emprego urgente de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública, a fim de evitar a disseminação da doença;

considerando que as aquisições centralizadas ou compartilhadas podem significar racionalidade de esforços e menores custos nas aquisições de bens e serviços para os **CONSORCIADOS** tendo em vista ganhos em escala;

firmam o presente **CONTRATO DE RATEIO**, em consonância com o Contrato de Programa nº 001/2020, com o art. 8º da Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, e nos termos e condições seguintes:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Constitui objeto do presente **CONTRATO DE RATEIO** a definição dos valores, das regras e dos critérios de participação financeira dos entes **CONSORCIADOS** no custeio das despesas decorrentes da realização de aquisições centralizadas ou compartilhadas dos bens e serviços indicados no Anexo I, visando à promoção, prevenção e à garantia de assistência à saúde, em decorrência da pandemia de COVID-19.

**Parágrafo único.** Os valores definidos neste **CONTRATO DE RATEIO** a cargo de cada ente **CONSORCIADO** deverão ser entregues ao **CONSÓRCIO** no prazo de até 5 (cinco) dias da celebração deste Contrato.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

As despesas decorrentes de execução deste **CONTRATO DE RATEIO** correrão à conta de dotações consignadas nas leis orçamentárias dos entes **CONSORCIADOS**.

**Parágrafo Único.** Os entes **CONSORCIADOS** signatários comprometem-se a envidar esforços no sentido de incluir nos seus respectivos orçamentos dotações suficientes à cobertura das despesas decorrente deste **CONTRATO DE RATEIO**.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DOS VALORES

As despesas decorrentes da aquisição centralizada ou compartilhadas dos bens e serviços indicados no Anexo I são de **R\$ 94.208.400,00 (noventa e quatro milhões, duzentos e oito mil, quatrocentos reais)**, distribuídos conforme tabela abaixo:

Estados	Código	Discriminação da	Valor em R\$
---------	--------	------------------	--------------

Procedimento de Gestão Administrativa 001.2021.000608

Documento 202100060815725 criado em 08/07/2021 às 12:06



	orçamentário/contábil	natureza da despesa	
ALAGOAS	10.305.0245.1-001	4.4.90.52.00.00	10.513.800,00
BAHIA	10.305.0245.1-001	4.4.90.52.00.00	4.945.050,00
CEARÁ	10.305.0245.1-001	4.4.90.52.00.00	10.929.600,00
MARANHÃO	10.305.0245.1-001	4.4.90.52.00.00	8.743.680,00
PARAIBA	10.305.0245.1-001	4.4.90.52.00.00	14.835.150,00
PERNAMBUCO	10.305.0245.1-001	4.4.90.52.00.00	17.487.360,00
PIAUI	10.305.0245.1-001	4.4.90.52.00.00	20.819.700,00
SERGIPE	10.305.0245.1-001	4.4.90.52.00.00	5.934.060,00
<b>TOTAL</b>			<b>94.208.400,00</b>

**Parágrafo Primeiro.** O rateio das despesas entre os entes **CONSORCIADOS** será feito conforme as demandas de bens e serviços que vierem a ser adquiridos conjuntamente e especificados no **Anexo I** deste Contrato.

**Parágrafo Segundo.** O **CONSÓRCIO** deverá discriminar as despesas a serem executadas, observando os critérios de classificação funcional, programática, por natureza de despesa e por fonte / destinação de recursos.

**Parágrafo Terceiro.** O **CONSÓRCIO** deverá fornecer aos entes **CONSORCIADOS** as informações necessárias para que sejam consolidadas, nas suas respectivas contas, todas as despesas realizadas com os recursos entregues em virtude deste **CONTRATO DE RATEIO**, de forma que possam ser contabilizadas na conformidade dos elementos econômicos e das atividades ou projetos atendidos.

**Parágrafo Quarto.** Os entes **CONSORCIADOS** efetuarão em suas contabilidades o registro das informações do prestadas pelo **CONSÓRCIO**, nos termos do Parágrafo Terceiro desta Cláusula, necessárias à consolidação dos seus demonstrativos fiscais.

**Parágrafo Quinto.** Para elaboração dos demonstrativos previsto na Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), os entes **CONSORCIADOS** computarão as despesas executadas na modalidade de aplicação referente às transferências efetuadas, observando a metodologia de elaboração estabelecida pelo Manual de Demonstrativos Fiscais, da Secretaria do Tesouro Nacional.

#### CLÁUSULA QUARTA – DO VENCIMENTO E DA FORMA DE PAGAMENTO

Os entes **CONSORCIADOS** devem integralizar suas respectivas cotas, definidas no **Anexo II** deste **CONTRATO DE RATEIO**, no prazo de até 5 (cinco) dias, contado da data de assinatura deste instrumento, mediante repasse efetivado por transferência do valor respectivo à



conta de corrente nº **90.000-1**, da agência nº **3832-6**, do Banco do Brasil (001), de titularidade do **CONSÓRCIO**.

**Parágrafo Primeiro.** A obrigação de efetivar os repasses, nos montantes e na forma definidos nesta Cláusula Quarta, tem caráter irrevogável até o seu total cumprimento, salvo mediante Distrato deste **CONTRATO DE RATEIO**, mediante anuência de todos os entes **CONSORCIADOS**, em Assembleia Geral, ficando assegurada a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro deste Contrato.

**Parágrafo Segundo.** Os recursos repassados ao **CONSÓRCIO** na forma desta Cláusula poderão ser aplicados no mercado financeiro, desde que os resultados dessa aplicação sejam apropriados, integralmente, na execução do presente Contrato.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DAS ALTERAÇÕES**

Quaisquer alterações de valores ou do cronograma de desembolso/repasses, na forma disposta na Cláusula Quarta, não serão permitidas nem promovidas, salvo disposição mediante a celebração de Termo Aditivo, autorizado pela Assembleia Geral, ficando assegurada a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro deste **CONTRATO DE RATEIO**.

#### **CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DOS CONSORCIADOS**

São obrigações dos entes **CONSORCIADOS**:

I – Repassar recursos financeiros ao **CONSÓRCIO** conforme o prazo e os valores estabelecidos no presente **CONTRATO DE RATEIO**;

II – Exigir o pleno cumprimento das obrigações previstas neste **CONTRATO DE RATEIO**, quando adimplente de suas respectivas obrigações.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONSÓRCIO**

São obrigações do **CONSÓRCIO**:

I- Aplicar os recursos oriundos do presente **CONTRATO DE RATEIO** com observância das normas da contabilidade pública;

II - Executar as receitas e despesas em conformidade com as normas de direito financeiro aplicáveis às entidades públicas;

III – Informar mensalmente a todos os consorciados as despesas realizadas com os recursos repassados com base no presente **CONTRATO DE RATEIO**.

#### **CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA**

O presente **CONTRATO DE RATEIO** vigorará até o dia 31 de dezembro de 2020.

#### **CLÁUSULA NOVA - DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO.**

A execução do objeto deste contrato será acompanhada e fiscalizada pelos entes **CONSORCIADOS**, na pessoa do Presidente do **CONSÓRCIO**, que, para tanto, poderá solicitar do **CONSÓRCIO** e seus prepostos todas as informações e solicitar providências necessárias ao bom andamento deste **CONTRATO DE RATEIO**.

#### **CLAUSULA DÉCIMA - DO FORO**

Eventuais controvérsias sobre este instrumento serão dirimidas perante o Supremo Tribunal Federal, nos termos do art. 102, I, f, da Constituição Federal.

E por estarem de acordo com as cláusulas e condições acima estabelecidas, assinam o presente **CONTRATO DE RATEIO**, em 02 vias de igual teor e forma, para os devidos fins de direito que, depois de lido e assinado pelas partes e pelas testemunhas, terá publicado

seu extrato no Diário Oficial dos entes **CONSORCIADOS** para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

**NORDESTE DO BRASIL, 27 DE ABRIL DE 2020.**

**CONSÓRCIO INTERESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO NORDESTE**

**ESTADO DA BAHIA**

**PRESIDENTE RUI COSTA**

**ESTADO DE ALAGOAS**

**JOSÉ RENAN VASCONCELOS CALHEIROS FILHO**

**ESTADO DO CEARÁ**

**CAMILO SOBREIRA DE SANTANA**

**ESTADO DO MARANHÃO**

**FLÁVIO DINO DE CASTRO E COSTA**

**ESTADO DA PARAÍBA**

**JOÃO AZEVEDO LINS FILHO**

**ESTADO DE PERNAMBUCO**

**PAULO HENRIQUE SARAIVA CÂMARA**

**ESTADO DO PIAUÍ**

**JOSÉ WELLINGTON BARROSO DE ARAÚJO DIAS**

Assinado eletronicamente por: SISTEMA em 08/01/2021



**ESTADO DE SERGIPE**  
**BELIVALDO CHAGAS SILVA**

**ANEXO I – RELAÇÃO DOS BENS E SERVIÇOS A SEREM ADQUIRIDOS**

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	TOTAL DA LINHA €	VALOR EM REAIS (R\$)*
250 PCs	Dräger Evita® 300	CIF Price Brasil: 36.800,00 €	9.200.000,00 €	R\$ 54.648.000,00
200 PCs	Dräger Savina® 300	CIF Price Brasil: 33.300,00 €	6.660.000,00 €	R\$ 39.560.400,00
		<b>Total:</b>	<b>15.860.000,00 €</b>	<b>R\$ 94.208.400,00</b>

\*Cotação do Euro no valor de R\$5,94

ESTADO CONSORCIADO	EVITA	SAVINA	VALOR €	VALOR R\$*
ALAGOAS	30	20	1.770.000,00 €	R\$ 10.513.800,00
BAHIA		25	832.500,00 €	R\$ 4.945.050,00
CEARÁ	50		1.840.000,00 €	R\$ 10.929.600,00
MARANHÃO	40		1.472.000,00 €	R\$ 8.743.680,00
PARAÍBA		75	2.497.500,00 €	R\$ 14.835.150,00
PERNAMBUCO	80		2.944.000,00 €	R\$ 17.487.360,00

<b>PIAUÍ</b>	50	50	3.505.000,00 €	R\$ 20.819.700,00
<b>SERGIPE</b>		30	999.000,00 €	R\$ 5.934.060,00
<b>TOTAL:</b>				<b>R\$ 94.208.400,00</b>

\*Cotação do Euro no valor de R\$5,94

	Forma de Pagamento			
	Pgto em 27/04/2020		Pgto na entrega*	
ESTADOS	EUROS	REAIS	EUROS	REAIS
AL	885.000,00 €	R\$ 5.256.900,00	885.000,00 €	R\$ 5.256.900,00
BA	416.250,00 €	R\$ 2.472.525,00	416.250,00 €	R\$ 2.472.525,00
CE	920.000,00 €	R\$ 5.464.800,00	920.000,00 €	R\$ 5.464.800,00
MA	736.000,00 €	R\$ 4.371.840,00	736.000,00 €	R\$ 4.371.840,00
PB	1.248.750,00 €	R\$ 7.417.575,00	1.248.750,00 €	R\$ 7.417.575,00
PE	1.472.000,00 €	R\$ 8.743.680,00	1.472.000,00 €	R\$ 8.743.680,00
PI	1.752.500,00 €	R\$ 10.409.850,00	1.752.500,00 €	R\$ 10.409.850,00
SE	499.500,00 €	R\$ 2.967.030,00	499.500,00 €	R\$ 2.967.030,00
<b>TOTAL</b>	<b>7.930.000,00 €</b>	<b>R\$ 47.104.200,00</b>	<b>7.930.000,00 €</b>	<b>R\$ 47.104.200,00</b>

\*Valor sujeito a variação da cotação da moeda estrangeira na data do pagamento.



Documento assinado eletronicamente por **José Wellington Barroso de Araujo Dias, Governador**, em 02/05/2020, às 11:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014.

Documento assinado eletronicamente por **João Azevêdo Lins Filho, Governador**, em 04/05/2020, às

Procedimento de Gestão Administrativa 001.2021.000608

Documento 0020910000015725 criado em 08/01/2021 às 12:06  
 Documento 0020910000015725 criado em 08/01/2021 às 12:06  
 Documento 0020910000015725 criado em 08/01/2021 às 12:06





16:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014.



Documento assinado eletronicamente por **José Renan Vasconcelos Calheiros Filho, Governador**, em 04/05/2020, às 17:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014.



Documento assinado eletronicamente por **Flávio Dino de Castro e Costa, Governador**, em 05/05/2020, às 16:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014.



Documento assinado eletronicamente por **Paulo Henrique Saraiva Câmara, Usuário Externo**, em 13/05/2020, às 16:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://seibahia.ba.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://seibahia.ba.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **00018196211** e o código CRC **30B70552**.

Referência: Processo nº 200.13103.2020.0000002-24

SEI nº 00018196211

Assinado eletronicamente por: SISTEMA em 08/01/2021



## RECIBO DE PROTOCOLO

O Tribunal de Contas do Estado da Paraíba certifica que em 03/07/2020 às 16:59:37 foi protocolizado o Documento sob o Nº 41827/20 da subcategoria Defesa , exercício 2020, referente a(o) Secretaria de Estado da Saúde, mediante o recebimento de informações/arquivos eletrônicos encaminhados por João Azevêdo Lins Filho.

Documento	Autenticação
Defesa	004aafdff6c00c61dedd9a3c18afa532
Anexo 1 - Ofício - PGE - Proc 10409 20	02187f4277f8e3cbb52b026bcef876fb
Anexo 2 - INFORMACOES DO PROCESSO	527373e009ae58809b98d7c970091cc8
Anexo 3 - GD E NP ESCRITURAL DEVOLUCAO DO RECURSO	a5ea2225bf0a0f5e7c1dd6cb4fcddc22
Anexo 4 - CONTRATO DE RATEIO 02	e45ec44147e95b14190dfcfd3193e1eb

Assinado eletronicamente por: SISTEMA em 08/01/2021



## **Tribunal de Contas do Estado da Paraíba**

# **Processo Nº 10409/20**

**EXERCÍCIO:** 2020

**SUBCATEGORIA:** Inspeção Especial de Acompanhamento de Gestão

**JURISDICIONADO:** Secretaria de Estado da Saúde

**DATA DE ENTRADA:** 28/05/2020

**ASSUNTO:** Inspeção Especial de Acompanhamento de Gestão relativa ao exercício 2020 do jurisdicionado Secretaria de Estado da Saúde.

**INTERESSADOS:**

- Anny Kariny Carvalho de Almeida
- Geraldo Antonio de Medeiros
- João Azevêdo Lins Filho
- Karla Michele Vitorino Maia
- Maria do Desterro Menezes Rufino

Assinado eletronicamente por: SISTEMA em 08/01/2021



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR CONSELHEIRO RELATOR DO TRIBUNAL DE  
CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA – TCE/PB**

Processo TC 10409/20

**GERALDO ANTÔNIO MEDEIROS**, Secretário de Estado da Saúde da Paraíba, com endereço profissional na Av. Pedro II, nº. 1826, Torre, João Pessoa/PB, CEP 58.040-440, a despeito de notificação para manifestação nos autos deste processo, vem, *mui* respeitosamente, perante Vossa Excelência, apresentar a presente

**DEFESA**

em face do Relatório Inicial de análise emitido por parte da auditoria desta Egrégia Corte nos autos do processo em epígrafe, pelos motivos a seguir expostos.

**1. DA SÍNTESE DO PROCESSO.**

Trata-se de relatório de inspeção especial de acompanhamento de gestão tendo por objeto de análise a aquisição de ventiladores pulmonares, pela Secretaria de Estado da Saúde, através do Consórcio Nordeste, para o enfrentamento da situação de calamidade pública decorrente da pandemia da COVID-19. Em ocasião, a Auditoria solicitou, junto à SES/PB, nos autos do Processo TC nº 01031/20 (PAG- SES-2020), toda a documentação referente à aquisição do supracitado material (Documento TC no 33389/20), o que, após análise, fez as considerações em relatório aqui contestado.

Eis, em síntese, os fatos indicados e aqui contestados.

**2. DO MÉRITO.**

*Ab initio*, cumpre destacar que, em razão do disposto na Resolução nº 06 de 31 de março de 2020 que determinou a realização de compras conjuntas, centralizadas ou compartilhadas, de bens e serviços voltados à estruturação da rede de urgência e



emergência do Sistema de Saúde do Estados Consorciados, a equipe técnica do consórcio deu início ao levantamento de demandas para a participação dos estados em procedimentos de aquisição de conjunta, em especial, de Ventiladores Pulmonares. Com relação ao primeiro procedimento, trata-se do processo SEI 200.13105.2020.0000001-13 relativo à aquisição de 300 (trezentos) ventiladores Pulmonares por meio de dispensa de licitação nos termos do art. 4º da Lei nº 13.979 de 2020, conforme disposto no Termo de Referência em anexo.

Por sua vez, foi firmado o Contrato Administrativo nº 05/2020 entre o CONSÓRCIO NORDESTE a empresa HEMPCARE PHARMA REPRESENTAÇÕES LTDA para o fornecimento do objeto no valor global de R\$ 49.475.358,00 (quarenta e nove milhões, quatrocentos e setenta e cinco mil, trezentos e cinquenta e oito reais), sendo 30 (trinta) deste equipamentos destinados ao Governo da Paraíba à quem caberia repassar ao consórcio a quantia de R\$ 4.947.535,80 (quatro milhões, novecentos e quarenta e sete mil, quinhentos e trinta e cinco reais e oitenta centavos) conforme Cláusula Terceira do Contrato de Rateio nº 01/2020.

**2.1) *Processo SES nº 060420584 - Transferência de recursos para o Consórcio Nordeste (Contrato de Rateio 01).***

Destaque-se de início que a Secretaria de Estado da Saúde já havia instruído procedimento anterior para a aquisição de 84 (oitenta e quatro) Respiradores Pulmonares (Dispensa nº 086/2020, processo nº 170320585), com a única proposta apresentada na dispensa foi da empresa INTERMED. Desta forma foi firmado o Contrato Administrativo nº 085/2020 e emitida Nota de Empenho em favor da INTERMED (NE 04886, datada de 26/03/2020)

Contudo, no dia 02/04/2020 a citada empresa comunicou a Secretaria de Estado da Saúde a impossibilidade de cumprimento do contrato, considerando que toda a sua produção estaria voltada ao atendimento do Ministério da Saúde pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

**Nesse ponto não há que se afirmar que houve inércia do Governo Estadual** no que tange à realização de procedimentos para a aquisição do objeto, houve sim providência adotada já após a decretação de calamidade pública, como se pode observar

no procedimento autuado no dia 17/03/2020, contudo, pelos motivos acima expostos, a contratada comunicou a impossibilidade de atender ao contrato firmado com o Governo da Paraíba.

Frente ao cenário de instabilidade do mercado internacional e dos riscos da importação do objeto de forma direta, o governo estadual aderiu a compra pelo Consórcio NE, haja vista, a necessidade premente de aquisição de Respiradores Pulmonares para **a manutenção e adequação de 84 (oitenta e quatro) leitos de terapia intensiva e 252 (duzentos e cinquenta e dois) leitos de enfermaria**, a serem disponibilizados para a população das 03 Macrorregiões de Saúde do Estado da Paraíba dentro do Plano Contingência Estadual de enfrentamento à COVID-19

Desta forma, em razão do disposto no Ofício Circular CIDSN/SE nº 03/2020 abriu procedimento para propiciar a transferência de recursos relativa à sua cota parte do Governo da Paraíba relativa ao Contrato de Rateio nº 01/2020 para a aquisição de 30 Ventiladores Pulmonares, cabendo ao Estado da Paraíba à cota parte no montante de R\$ 4.947.535,80.

## **2.2) Processo SES nº 270420502 - Transferência de recursos para o Consórcio Nordeste (Contrato de Rateio 02).**

Considerando o já relatado anteriormente a respeito das 84 (oitenta e quatro) unidades contratadas junto à INTERMED que comunicou a impossibilidade de atendimento ao Governo da Paraíba dentro de um prazo de 180 (cento e oitenta) dias, o Governo do Estado participou de uma segunda compra junto ao Consórcio NE, desta vez para aquisição de 75 (setenta e cinco) unidades de Ventiladores Pulmonares modelo – Drager Savina 300, conforme Contrato de Rateio nº 02/2020.

Cabendo ao Estado da Paraíba à cota parte de R\$ 7.554.562,88 equivalente à primeira parcela de € 2.497.500,00 (dois milhões, quatrocentos e noventa e sete mil e quinhentos euros) no dia 27/04/2020 (câmbio 6.0497).

## **2.3) Das SUPOSTAS irregularidades apontados pelo órgão técnico de contas:**



***“5.1 No que tange ao Contrato Administrativo nº 005/2020, não foram entregues à Paraíba os 30 (trinta) ventiladores pulmonares adquiridos, através do Consórcio Nordeste, à empresa HEMPCARE PHARMA REPRESENTAÇÕES LTDA. (subitem 3.3.1.2 e 3.3.1.4 do presente relatório)”***

Quanto ao item em comento, alega o órgão técnico de contas que o Estado da Paraíba teria transferido montante superior ao descrito no Contrato de Rateio nº 02/2020, contudo, o valor transferido ***foi o equivalente à USD 30.094,50 (trinta mil, noventa e quatro dólares e cinquenta centavos de dólar), tendo sido realizada uma transferência no dia 06/04/2020 no valor de R\$ 4.488.750,00 e outra complementar no valor de R\$ 458;785,80 no dia 07/04/2020*** que totaliza, exatamente, o montante descrito no Contrato de Rateio nº 01/2020 que é de R\$ 4.947.535,80 (quatro milhões, novecentos e quarenta e sete mil, quinhentos e trinta e cinco reais e oitenta centavos), conforme terceira – dos valores.

Com relação à alegação de que existem 02 (dois) contratos de câmbio em datas distintas, entendemos que qualquer variação de câmbio ou flutuação (que é algo previsível) na operação, em data posterior à transferência realizada pelo Governo da Paraíba, é de competência e ajuste pelo contratante, no caso o Consórcio NE. Contudo, reiteremos que a transferência da cota parte do Governo da Paraíba foi realizada com base no ajuste firmado em 06/04/2020 e com câmbio daquela data.

Por fim, com relação à inexecução do Contrato Administrativo nº 05/2020, como é sabido e noticiado na imprensa, no dia 30/05/2020 a Justiça Federal no Estado da Bahia determinou o bloqueio das contas da empresa HEMPCARE PHARMA do montante de R\$ 48.748.575,82 (quarenta e oito milhões, setecentos e quarenta e oito mil, setecentos e setenta e cinco reais e oitenta e dois centavos). Neste sentido, o Governo da Paraíba aguarda o trânsito em julgado da ação para reaver a cota parte a qual lhe cabe.

***“5.2 Ausência de registro no SIAF dos pagamentos referentes às notas de empenho NE 8600, NE 8601 e NE 8607 (subitens 3.3.1.2 e 3.3.2.1 do presente relatório)”;***

Com relação a tal argumentação, de início destacamos que a operação em linhas gerais, trata-se de elemento novo e nunca antes realizado pelo Governo do Paraíba. Tecnicamente não foi um compra realizada de forma direta pelo Governo da Paraíba/Secretaria de Estado da Saúde.

Não se tratou de procedimento de dispensa de licitação realizado de forma direta, mas sim de transferência financeira a outro ente, para aquele realizasse o procedimento de aquisição.

O que corrobora nossa argumentação é que à princípio a despesa foi classificada na modalidade de aplicação “90” – Aplicação Direta, de forma que os atos de empenhamento da despesa foram realizados na classificação 4.4.90.52. Mas, como não se tratava de aplicação direta do Governo da Paraíba na lógica do procedimento para a aquisição do bem, posteriormente foi realizado o ajuste no Sistema SIAF para a classificação 4.4.93.52:

- Despesa de Capital;
- Outras Despesas de Capital;
- ***Aplicação Direta Decorrente de Operação de Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social com Consórcio Público do qual o ente participe;***
- Equipamentos e Materiais Permanentes.

Data máxima vênia, é esse ponto que discordamos sobre o momento de liquidação da despesa no SIAF. O procedimento de aquisição não foi realizado diretamente pelo Governo Estadual, tampouco a Secretaria de Estado da Saúde é a contratante. Houve sim, transferência de recursos à Consórcio Público e a liquidação ocorreria em razão da entrega do bem, devidamente acompanhado do documento fiscal que seria lançado no Sistema Integrado de Gestão de Bens Públicos (SIGBP). Data máxima vênia, a liquidação da despesa consiste na contraprestação, no implemento da condição, com a transferência do bem. Assim entendemos.



Ademais, *a transferência do recurso ao Consórcio NE de forma antecipada, ocorreu de forma excepcional*, por se tratar de procedimento de importação em que a lógica do pagamento antecipado se dá em razão de proteções à flutuação do câmbio.

Contudo, isso não significa que por parte do Governo Estadual houve liquidação da despesa já com a transferência financeira. Esse não é raciocínio contábil correto. Entendemos que a liquidação se daria com a entrega do bem e sua afetação devida patrimonial.

***“5.3 Os numerários, totalizando R\$ 4.947.535,80, devem ser ressarcidos imediatamente ao erário estadual, pois correspondem a despesas realizadas sem que tenha havido o fornecimento do material (subitem 3.3.1.4 do presente relatório)”;***

Como já relatado no dia 30/05/2020 a Justiça Federal no Estado da Bahia determinou o bloqueio das contas da empresa HEMPCARE PHARMA do montante de R\$ 48.748.575,82 (quarenta e oito milhões, setecentos e quarenta e oito mil, setecentos e setenta e cinco reais e oitenta e dois centavos). Neste sentido, o Governo da Paraíba aguarda o trânsito em julgado da ação para reaver a cota parte a qual lhe cabe.

***“5.4 Os gestores, apesar da situação de pandemia, não podem se esquivar da transparência exigida na execução da despesa pública (subitem 3.3.2 do presente relatório)”;***

No caso situação em tela, o Governo da Paraíba recebeu o Ofício Circular CIDSN/SE nº 04/2020 em 27/04/2020 com a indicação dos valores a serem transferidos. Contudo, tanto o Contrato de Rateio com as demais peças processuais foram encaminhadas à Secretaria de Estado da Saúde como também estão disponíveis no Sistema de Informações do Governo da Bahia (SEI/BA), as quais estamos juntando a presente Defesa.

***“5.5 Contexto genérico do dispêndio vedado pelo Art. 8º, § 2º, da Lei Federal nº 11.107, de 06 de abril de 2005 (subitem 3.3.2 do presente relatório)”;***

O objeto do Contrato de Rateio nº 02/2020 é a aquisição de bens conforme disposto no Anexo I que se trata de Ventiladores Pulmonares, modelos Evita 300 e Saviva 300, ambos da marca DRAGER. Todas as informações referentes às especificações

relativas aos equipamentos **Drager Savina 300 e Drager Evita 300**, constam nos autos do processo SEI 019.127792.2020.0051580-66, como também a Pro Forma Invoice e o Contrato de Cambio firmado pelo Consórcio NE junto ao Banco do Brasil. Muito embora o Contrato de Rateio nº 02/2020 traga informações mais sucintas, maiores detalhes podem ser observados nos autos do processo acima mencionado, **de forma que discordamos que se trate de despesa genérica**, haja que com o nome do produto é possível obter todas as informações do mesmo e suas características no site do fabricante.

***“5.6 Em relação ao Contrato de Rateio nº 002/2020, entende-se que, ante a ausência de comprovação da despesa e da não entrega dos 75 (setenta e cinco) ventiladores pulmonares, devem ser ressarcidos imediatamente ao Estado da Paraíba o montante de R\$ 7.554.562,88 (subitem 3.3.2.1 do presente relatório)”;***

Considerada a concretização da operação, no dia 12/06/2020 houve a devolução do recurso para a Conta Corrente nº 13006-0 (SEFAZ-PB), tendo sido o montante de R\$ 1.000.000,00 relativo à fonte 290 devolvido na mesma data para a Conta Corrente nº 13.968-8 (Doações COVID-19 FESEP).

No mesmo sentido foram providenciadas as Notas de Pagamento no Sistema SIAF (NPs Escriturais) e suas respectivas de Guias de Depósito (GDs), estamos anexando a presente defesa, de forma entendemos ter sido atendido o item 3.3.2.1. do relatório.

***“5.7 Realização de 02 (duas) contratações à aquisição de ventiladores pulmonares, por intermédio do Consórcio Nordeste, que não foram efetivadas, denotando inércia do Poder Público Estadual nas ações de combate à pandemia de Covid-19 (item 4 do presente relatório)”.***

Data máxima vênua, mas o órgão técnico de instrução não teve ter percebido que no dia 17/03/2020 foi instaurado procedimento de Dispensa de Licitação nº 0086/2020 realizado pela Secretaria de Estado da Saúde para aquisição de Equipamentos Médicos para ao enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do Novo Coronavírus (nCov2019). De início cabe destacar que o procedimento em comento foi instaurado exatos quatro dias após a decretação da situação de Emergência em Saúde Pública no Estado da Paraíba decorrente do novo Coronavírus.



Quanto à motivação do procedimento já se observa às f. 03 dos autos que se trata da aquisição de equipamentos médicos para **a manutenção e adequação de 84 (oitenta e quatro) leitos de terapia intensiva e 252 (duzentos e cinquenta e dois) leitos de enfermaria**, a serem disponibilizados para a população das 03 Macrorregiões de Saúde do Estado da Paraíba dentro do Plano Contingência Estadual de enfrentamento à COVID-19, dentre estes, 84 (oitenta e quatro) ventiladores pulmonares.

Tendo sido em tal procedimento firmado contrato junto à INTERMED EQUIPAMENTO MÉDICO HOSPITALAR LTDA (Contrato Administrativo nº 085/2020) publicado no D.O.E de 01/04/2020 e emitida Nota de Empenho em favor da citada empresa. Contudo, no dia 02/04/2020 a houve comunicação à Secretaria de Estado da Saúde quem por motivo de requisição administrativa por 180 (cento e oitenta) dias da totalidade dos bens já produzidos, como também os cuja a produção se encerrassem no citado prazo, conforme documentação comprobatória em anexa que é peça integrante do processo SES nº 170320585.

Ainda com relação à citada compra, o Ministério Público Federal e o Ministério Público Estadual propuseram à **Ação Civil Pública nº 0804292-56.2020.4.5.05.8200** visando a suspensão dos efeitos da Requisição Administrativa de Ventiladores Pulmonares realizada pelo Governo Federal e no dia 14/06/2020 houve decisão favorável ao Estado da Paraíba proferida pelo Magistrado João Pereira de Andrade Filho, a qual trazemos o excerto:

Ante o exposto, defiro, em parte, o pedido de tutela provisória de urgência, para:

***suspender os efeitos da requisição administrativa de respiradores pulmonares realizada pela UNIÃO, por meio dos Ofícios n.º 72/2020/DLOG/SE/MS e n.º 80/2020/DLOG/SE/MS, em relação ao Contrato n.º 85/2020, celebrado entre o ESTADO DA PARAÍBA e a empresa INTERMED EQUIPAMENTO MÉDICO HOSPITALAR LTDA;***

***determinar à empresa INTERMED EQUIPAMENTO MÉDICO HOSPITALAR LTDA que, no prazo de 05 (cinco) dias, entregue ao ESTADO DA PARAÍBA os 84 (oitenta e quatro) ventiladores pulmonares objeto do Contrato n.º 85/2020, cujas especificações constam da Consulta de Preço n.º 001/2020 (fls. 317/319) e do termo de referência, sob pena***

*incidência de multa diária, desde logo fixada em R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais);*

Tal objeto foi recebido no último dia 22/06/2020, conforme veiculado na imprensa:

## Paraíba recebe os 84 respiradores que foram comprados pelo Governo e tinham sido retidos pelo Ministério da Saúde



publicado: 22/06/2020 19h09, última modificação: 22/06/2020 19h20

Outra medida implementada pela Secretaria de Estado da Saúde foi remanejamento de equipamentos já disponíveis na Rede Estadual para os leitos destinados ao enfrentamento da Pandemia conforme disposto no Plano de Contingenciamento da COVID-19, como também foi providenciada à manutenção de equipamentos que apresentavam problemas.

Mais uma vez reforçamos que não **há que se afirmar que houve inércia do Governo Estadual** no que tange à realização de procedimentos para a aquisição do objeto, como também realizar as devidas manutenções e remanejamento de outros dentro da Rede Estadual de Saúde para a efetivação das ações de enfrentamento à pandemia do Novo Coronavírus (nCov2019).

### 3. DO PEDIDO.

Diante de todo o exposto, vem requerer que Vossa Excelência receba a documentação acostada ao presente petítório e julgue **REGULARES** as ressalvas apontadas e as supostas irregularidades aqui contestadas, tudo por ser medida de mais lúdima JUSTIÇA.



Termos em que pede deferimento.

João Pessoa, 03 de Julho de 2020.

**GERALDO ANTÔNIO DE MEDEIROS**  
Secretário de Estado da Saúde

Assinado eletronicamente por: SISTEMA em 08/01/2021



**PROCESSO Nº 150920569**

**INTERESSADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DA PARAIBA**

**DESTINO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO**

**NOTA TÉCNICA/CONSULTA Nº 549/2020**

## **1. RELATÓRIO**

Trata-se de consulta relativa a legalidade da devolução a menor de valores relativos à aquisição dos respiradores pulmonares da empresa PULSAR DEVELOPMENT INTERNATIONAL LTDA, a qual se deu por meio do Consórcio Nordeste, destinada as ações desenvolvidas no Estado da Paraíba de combate a COVID-19, considerando a Investigação nº 001.2020.008750, onde o MPPB solicita os seguintes esclarecimentos: a) se a SES/PB confirma a existência de devolução a menor; b) se já foi adotado alguma medida junto ao Consórcio Nordeste ou junto ao TCE, em linhas de esclarecimentos e acatamentos de eventuais justificativas; c) se a situação já foi saneada e, pede juntada de documentos que comprovem as respostas aos itens mencionados.

Oportuno esclarecer que a Secretaria de Estado da Saúde realizou em 17/03/2020 a abertura do procedimento administrativo 170320585 (Dispensa nº 086/2020) na qual a única proposta apresentada foi da empresa INTERMED, motivando a realização de contrato nº 085/2020, sendo que posteriormente a mencionada empresa comunicou a impossibilidade de cumprimento do contrato.

Em face de tal situação, considerando o cenário de instabilidade comercial, o Estado da Paraíba aderiu a compra do Consórcio Nordeste para a aquisição de respiradores através da Empresa **PULSAR DEVELOPMENT INTERNACIONAL** sendo realizada a transferência de recursos da cota parte que lhe cabia no contrato de rateio nº 002/2020 (R\$ 7.554.562,88 (sete milhões, quinhentos e cinquenta e quatro mil, quinhentos e sessenta e dois reais e oitenta e oito centavos), considerando o câmbio de 6.0497 em 27/04/2020, para o banco indicado pela empresa. Inobstante, restou verificada a morosidade na transação bancária ensejando a notificação da empresa e do banco em 22 de maio de 2020 e subsequente notificação de cancelamento do contrato em 25 de maio de 2020, face a não entrega dos



ASSESSORIA TÉCNICO-NORMATIVA

equipamentos. Sendo que em 12/06/2020 houve a devolução dos valores ao Estado da Paraíba com diferença a menor em face da variação cambial.

Ainda, foram juntados aos autos: Ofício 682/2020 do MPPB (fls. 02/03); relatório de análise de defesa no TCU (fls. 04/22) nº 01/2020/SEAD/SES/ESPEP; contrato de rateio nº002/2020; cópia das notificações do Consórcio Nordeste relativas ao descumprimento do prazo da empresa PULSAR DEVELOPMENT INTERNACIONAL e o subsequente cancelamento contratual.

Eis a apresentação fática.

## II - FUNDAMENTOS

---

A promulgação da Lei no 11.107/2005, conhecida como lei dos consórcios públicos, constituiu uma das primeiras iniciativas do Estado brasileiro a colocar na agenda pública a possibilidade de efetivação de “pactos territoriais” que facilitem as relações intergovernamentais. Decerto, os arranjos institucionais cooperativos baseados nessa lei vêm contribuindo, nos últimos anos, para dar maior legalidade e viabilidade aos governos, notadamente municipais, em políticas de cunho setorial.

Com foco no desenvolvimento regional do Nordeste e no momento atual de conjuntura política adversa aos interesses dessa região, seus governadores pactuaram a criação do Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste (Consórcio Nordeste), visando ao fortalecimento regional, à melhoria da prestação dos serviços públicos e à proteção e promoção dos direitos do povo nordestino, principalmente para o desenvolvimento com justiça e inclusão social.

Dessa forma, observa-se que o Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste foi ferramenta alternativa para que o Estado da Paraíba, já participante como consorciada, pudesse adquirir ventiladores pulmonares para o combate e enfrentamento ao COVID-19, ante a escassez no mercado interno de insumos e equipamentos médico-hospitalares.

Fato é que através do contrato de rateio nº 002/2020, o qual delimitou o rateio das despesas operacionais com a aquisição conjunta e compartilhada de bens, o Estado da Paraíba firmou instrumento para que o Consórcio Interestadual de Desenvolvimento





ASSESSORIA TÉCNICO-NORMATIVA

Sustentável do Nordeste intermediasse a compra dos respiradores ciente da variação de valores decorrente da cotação da moeda estrangeira na data do pagamento.

Oportuno destacar que a execução contratual restou prejudicada face a demora no processamento bancário na instituição bancária indicada pela empresa, implicando na rescisão contratual e devolução dos valores adimplidos pelos consorciados, que no caso do Estado da Paraíba foi da ordem de R\$ 6.701.042,82 (seis milhões, setecentos e um mil, quarenta e dois reais e oitenta e dois centavos), o qual foi inferior ao valor efetivamente repassado ao Consórcio em face da variação cambial, conforme Ofício Circular CIDSN/SE nº 006/2020.

Frise-se que em consulta, o parecer nº CNE-BCL-007/2020 da Procuradoria Administrativa do Estado da Bahia (fls. 24/46), o qual trata de matéria semelhante a ora discutida, destaca que a devolução de valores derivados de contrato rescindindo e sua variação cambial são realizadas com base na resolução BACEN nº 3.568/2008.

Assim, não há dúvidas de que a contratação foi vinculada a moeda estrangeira e a variação cambial.

Logo, independentemente da licitação ser ou não internacional, tendo a Administração identificado insumos que somente poderiam ser adquiridos no exterior, natural seria permitir ao contratante orçá-los em moeda estrangeira, tornando a execução do contrato aderente à composição do custo real dos bens fornecidos.

Ademais, a adoção de parcelas vinculadas à moeda estrangeira não implicaria, a priori, prejuízo ao Erário, eis que a depender da variação cambial poderia também a Administração se beneficiar (tal qual ocorreu em concreto, quando do envio da primeira fatura pelo consórcio), vez que não permitir a cotação em moeda estrangeira de insumos adquiridos no exterior implicaria inserir o custo do risco cambial na composição de preços, além de incorrer na já apontada falta de aderência dos custos à execução do contrato.

Denote-se que em contratos que incluam o fornecimento de bens adquiridos em moeda estrangeira, o risco cambial é uma realidade. Quando o preço é fixado em moeda estrangeira, esse risco transfere-se integralmente à Administração contratante, motivo pelo qual a Lei de Licitações autoriza a cotação de preço em moeda estrangeira apenas em situação específica, ou seja, no caso da licitação internacional, a fim de privilegiar o princípio da isonomia entre licitantes nacionais e estrangeiros.

Ocorre que reiteradamente esse órgão vem sendo questionado quanto ao momento da liquidação do pagamento, o que gerou a devolução do valor a menor, sendo tal





ASSESSORIA TÉCNICO-NORMATIVA

redução decorrente do risco alusivo as contratações internacionais, como o que gerou o contrato dos respiradores pulmonares em questão, motivando a presente consulta

### III – DA CONCLUSÃO

---

Diante do exposto, pelo esboço fático apresentado encaminhe-se CONSULTA à Procuradoria Geral do Estado sobre a legalidade da devolução de recursos pelo Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste, considerando a variação cambial, ou se haveria a necessidade de adoção de providências judiciais para sanar eventuais impropriedades na situação relatada, tudo nos termos do art. 4º da Lei Complementar nº 86/2008.

João Pessoa/PB, 08 de outubro de 2020.

**Lidiane Silva Moreira**  
Assistente Técnico-Normativo  
Mat. nº 169.042-2

**Ramona Porto Amorim Guedes**  
Coordenadora da Assessoria Técnico-  
Normativa  
Matrícula 187.388-1

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR CONSELHEIRO RELATOR**

**Processo nº 10409/20**

**JOÃO AZEVEDO LINS FILHO**, Governador do Estado, neste ato representado pelo Procurador-Geral que abaixo subscreve, vem, tempestivamente, nos moldes do que prescrevem o art. 22, § 4º, c/c art. 30, ambos da LC nº 18/93 (alterada pela LC nº 149/2018), bem como do art. 216 do Regimento Interno do Tribunal, juntar a petição de **DEFESA** em face do relatório inicial da auditoria desse órgão de controle, o fazendo com base nos fatos e fundamentos jurídicos apresentados pela Secretaria de Estado da Saúde, cuja manifestação e documentos seguem anexados.

Nestes termos, pede deferimento.

João Pessoa, data do protocolo eletrônico.

  
**FÁBIO ANDRADE MEDEIROS**  
 Procurador-Geral do Estado

Assinado eletronicamente por: SISTEMA em 08/01/2021

(1-1)



*Somos todos*  
**PARAÍBA**  
Governo do Estado

**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**

Ofício nº. /2020/GS/SES

João Pessoa, 25 de Junho de 2020.

Excelentíssimo Senhor  
**FÁBIO ANDRADE MEDEIROS**  
Procurador-Geral do Estado  
Procuradoria do Estado da Paraíba  
Av. João Machado, 394, Centro  
João Pessoa/PB, CEP 58.013-520

**Assunto: Informações para elaboração da defesa do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado da Paraíba no processo TC 10409/20 em trâmite no Tribunal de Contas do Estado da Paraíba.**

**Processo TC 10409/2020**  
**Transferência de Recursos**  
**Classificação Funcional Programática – 4.4.93.52**  
**Processo SES nº 060420584**

Senhor Procurador-Geral,

Cumprimentando Vossa Excelência, considerando o disposto no relatório de acompanhamento relativo ao procedimento em comento, que trata da aquisição de Ventiladores Pulmonares para ações de combate à pandemia do Novo Coronavírus (nCov2019) por meio do Consórcio Sustentável do Nordeste – Consórcio NE, conforme disposto na Resolução nº 06/2020 de 31 de março de 2020, e instada a Assessoria Técnica do Gabinete da Secretaria de Estado da Saúde a manifestar-se acerca dos fatos apontados pela Corte de Contas, são, aqui, expostas as justificativas técnicas para as supostas eivas apontadas.

*Ab initio*, cumpre destacar que, em razão do disposto na Resolução nº 06 de 31 de março de 2020 que determinou a realização de compras conjuntas, centralizadas ou compartilhadas, de bens e serviços voltados à

Secretaria de Estado da Saúde

Av. Dom Pedro II, 1826 - Torre. João Pessoa- PB | (83) 3211.9000





## SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

estruturação da rede de urgência e emergência do Sistema de Saúde do Estados Consorciados, a equipe técnica do consórcio deu início ao levantamento de demandas para a participação dos estados em procedimentos de aquisição de conjunta, em especial, de Ventiladores Pulmonares. Com relação ao primeiro procedimento, trata-se do processo SEI 200.13105.2020.0000001-13 relativo à aquisição de 300 (trezentos) ventiladores Pulmonares por meio de dispensa de licitação nos termos do art. 4º da Lei nº 13.979 de 2020, conforme disposto no Termo de Referência em anexo.

Por sua vez, foi firmado o Contrato Administrativo nº 05/2020 entre o CONSÓRCIO NORDESTE a empresa HEMPCARE PHARMA REPRESENTAÇÕES LTDA para o fornecimento do objeto no valor global de R\$ 49.475.358,00 (quarenta e nove milhões, quatrocentos e setenta e cinco mil, trezentos e cinquenta e oito reais), sendo 30 (trinta) deste equipamentos destinados ao Governo da Paraíba à quem caberia repassar ao consórcio a quantia de R\$ 4.947.535,80 (quatro milhões, novecentos e quarenta e sete mil, quinhentos e trinta e cinco reais e oitenta centavos) conforme Cláusula Terceira do Contrato de Rateio nº 01/2020.

### **1) Processo SES nº 060420584 - Transferência de recursos para o Consórcio Nordeste (Contrato de Rateio 01).**

Destaque-se de início que a Secretaria de Estado da Saúde já havia instruído procedimento anterior para a aquisição de 84 (oitenta e quatro) Respiradores Pulmonares (Dispensa nº 086/2020, processo nº 170320585), com a única proposta apresentada na dispensa foi da empresa INTERMED. Desta forma foi firmado o Contrato Administrativo nº 085/2020 e emitida Nota de Empenho em favor da INTERMED (NE 04886, datada de 26/03/2020)

Contudo, no dia 02/04/2020 a citada empresa comunicou a Secretaria de Estado da Saúde a impossibilidade de cumprimento do





*Somos todos*  
**PARAÍBA**  
Governo do Estado

## SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

contrato, considerando que toda a sua produção estaria voltada ao atendimento do Ministério da Saúde pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

**Nesse ponto não há que se afirmar que houve inércia do Governo Estadual** no que tange à realização de procedimentos para a aquisição do objeto, houve sim providência adotada já após a decretação de calamidade pública, como se pode observar no procedimento autuado no dia 17/03/2020, contudo, pelos motivos acima expostos, a contratada comunicou a impossibilidade de atender ao contrato firmado com o Governo da Paraíba.

Frente ao cenário de instabilidade do mercado internacional e dos riscos da importação do objeto de forma direta, o governo estadual aderiu a compra pelo Consórcio NE, haja vista, a necessidade premente de aquisição de Respiradores Pulmonares para **a manutenção e adequação de 84 (oitenta e quatro) leitos de terapia intensiva e 252 (duzentos e cinquenta e dois) leitos de enfermaria**, a serem disponibilizados para a população das 03 Macrorregiões de Saúde do Estado da Paraíba dentro do Plano Contingência Estadual de enfrentamento à COVID-19

Desta forma, em razão do disposto no Ofício Circular CIDSN/SE nº 03/2020 abriu procedimento para propiciar a transferência de recursos relativa à sua cota parte do Governo da Paraíba relativa ao Contrato de Rateio nº 01/2020 para a aquisição de 30 Ventiladores Pulmonares, cabendo ao Estado da Paraíba à cota parte no montante de R\$ 4.947.535,80.

### **2) Processo SES nº 270420502 - Transferência de recursos para o Consórcio Nordeste (Contrato de Rateio 02).**

Considerando o já relatado anteriormente a respeito das 84 (oitenta e quatro) unidades contratadas junto à INTERMED que comunicou a impossibilidade de atendimento ao Governo da Paraíba dentro de um prazo de 180 (cento e oitenta) dias, o Governo do Estado participou de uma

Secretaria de Estado da Saúde

Av. Dom Pedro II, 1826 - Torre. João Pessoa- PB | (83) 3211.9000





## SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

segunda compra junto ao Consórcio NE, desta vez para aquisição de 75 (setenta e cinco) unidades de Ventiladores Pulmonares modelo – Drager Savina 300, conforme Contrato de Rateio nº 02/2020.

Cabendo ao Estado da Paraíba à cota parte de R\$ 7.554.562,88 equivalente à primeira parcela de € 2.497.500,00 (dois milhões, quatrocentos e noventa e sete mil e quinhentos euros) no dia 27/04/2020 (câmbio 6.0497).

### ***Irregularidades apontados pelo órgão técnico de contas***

***“5.1 No que tange ao Contrato Administrativo nº 005/2020, não foram entregues à Paraíba os 30 (trinta) ventiladores pulmonares adquiridos, através do Consórcio Nordeste, à empresa HEMPCARE PHARMA REPRESENTAÇÕES LTDA. (subitem 3.3.1.2 e 3.3.1.4 do presente relatório)”***

Quanto ao item em comento, alega o órgão técnico de contas que o Estado da Paraíba teria transferido montante superior ao descrito no Contrato de Rateio nº 02/2020, contudo, o valor transferido ***foi o equivalente à USD 30.094,50 (trinta mil, noventa e quatro dólares e cinquenta centavos de dólar), tendo sido realizada uma transferência no dia 06/04/2020 no valor de R\$ 4.488.750,00 e outra complementar no valor de R\$ 458;785,80 no dia 07/04/2020*** que totaliza, exatamente, o montante descrito no Contrato de Rateio nº 01/2020 que é de R\$ 4.947.535,80 (quatro milhões, novecentos e quarenta e sete mil, quinhentos e trinta e cinco reais e oitenta centavos), conforme terceira – dos valores.

Com relação à alegação de que existem 02 (dois) contratos de câmbio em datas distintas, entendemos que qualquer variação de câmbio ou flutuação (que é algo previsível) na operação, em data posterior à transferência realizada pelo Governo da Paraíba, é de competência e ajuste pelo contratante, no caso o Consórcio NE.





## SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

Contudo, reiteremos que a transferência da cota parte do Governo da Paraíba foi realizada com base no ajuste firmado em 06/04/2020 e com câmbio daquela data.

Por fim, com relação à inexecução do Contrato Administrativo nº 05/2020, como é sabido e noticiado na imprensa, no dia 30/05/2020 a Justiça Federal no Estado da Bahia determinou o bloqueio das contas da empresa HEMPCARE PHARMA do montante de R\$ 48.748.575,82 (quarenta e oito milhões, setecentos e quarenta e oito mil, setecentos e setenta e cinco reais e oitenta e dois centavos). Neste sentido, o Governo da Paraíba aguarda o trânsito em julgado da ação para reaver a cota parte a qual lhe cabe.

### ***“5.2 Ausência de registro no SIAF dos pagamentos referentes às notas de empenho NE 8600, NE 8601 e NE 8607 (subitens 3.3.1.2 e 3.3.2.1 do presente relatório)”;***

Com relação a tal argumentação, de início destacamos que a operação em linhas gerais, trata-se de elemento novo e nunca antes realizado pelo Governo do Paraíba. Tecnicamente não foi um compra realizada de forma direta pelo Governo da Paraíba/Secretaria de Estado da Saúde.

Não se tratou de procedimento de dispensa de licitação realizado de forma direta, mas sim de transferência financeira a outro ente, para aquele realizasse o procedimento de aquisição.

O que corrobora nossa argumentação é que à princípio a despesa foi classificada na modalidade de aplicação “90” – Aplicação Direta, de forma que os atos de empenhamento da despesa foram realizados na classificação 4.4.90.52. Mas, como não se tratava de aplicação direta do Governo da Paraíba na lógica do procedimento para a aquisição do bem, posteriormente foi realizado o ajuste no Sistema SIAF para a classificação 4.4.93.52:

- Despesa de Capital;
- Outras Despesas de Capital;
- ***Aplicação Direta Decorrente de Operação de Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes do Orçamento Fiscal e da***

Secretaria de Estado da Saúde

Av. Dom Pedro II, 1826 - Torre. João Pessoa- PB | (83) 3211.9000





*Somos todos*  
**PARAÍBA**  
Governo do Estado

## SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

### ***Seguridade Social com Consórcio Público do qual o ente participe;***

- Equipamentos e Materiais Permanentes.

Data máxima vênua, é esse ponto que discordamos sobre o momento de liquidação da despesa no SIAF. O procedimento de aquisição não foi realizado diretamente pelo Governo Estadual, tampouco a Secretaria de Estado da Saúde é a contratante. Houve sim, transferência de recursos à Consórcio Público e a liquidação ocorreria em razão da entrega do bem, devidamente acompanhado do documento fiscal que seria lançado no Sistema Integrado de Gestão de Bens Públicos (SIGBP). Data máxima vênua, a liquidação da despesa consiste na contraprestação, no implemento da condição, com a transferência do bem. Assim entendemos.

Ademais, ***a transferência do recurso ao Consórcio NE de forma antecipada, ocorreu de forma excepcional***, por se tratar de procedimento de importação em que a lógica do pagamento antecipado se dá em razão de proteções à flutuação do câmbio.

Contudo, isso não significa que por parte do Governo Estadual houve liquidação da despesa já com a transferência financeira. Esse não é raciocínio contábil correto. Entendemos que a liquidação se daria com a entrega do bem e sua afetação devida patrimonial.

***“5.3 Os numerários, totalizando R\$ 4.947.535,80, devem ser ressarcidos imediatamente ao erário estadual, pois correspondem a despesas realizadas sem que tenha havido o fornecimento do material (subitem 3.3.1.4 do presente relatório)”;***

Como já relatado no dia 30/05/2020 a Justiça Federal no Estado da Bahia determinou o bloqueio das contas da empresa HEMPCARE PHARMA do montante de R\$ 48.748.575,82 (quarenta e oito milhões, setecentos e quarenta e oito mil, setecentos e setenta e cinco reais e oitenta e dois centavos). Neste sentido, o Governo da Paraíba aguarda o trânsito em julgado da ação para reaver a cota parte a qual lhe cabe.

Secretaria de Estado da Saúde

Av. Dom Pedro II, 1826 - Torre. João Pessoa- PB | (83) 3211.9000

Procedimento de Gestão Administrativa 001.2021.000608

Documento 202110000015726-Criado em 08/01/2021 às 12:07 - Data 09/07/2020 16:59. Responsável: João A. L. Filho.  
Impresso por evers em 14/10/2020 16:33. Validação: 0218 7E42 77E8 F30B B52B 026B CEE8 76E8





*Somos todos*  
**PARAÍBA**  
Governo do Estado

## SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

***“5.4 Os gestores, apesar da situação de pandemia, não podem se esquivar da transparência exigida na execução da despesa pública (subitem 3.3.2 do presente relatório)”;***

No caso situação em tela, o Governo da Paraíba recebeu o Ofício Circular CIDSN/SE nº 04/2020 em 27/04/2020 com a indicação dos valores a serem transferidos. Contudo, tanto o Contrato de Rateio com as demais peças processuais foram encaminhadas à Secretaria de Estado da Saúde como também estão disponíveis no Sistema de Informações do Governo da Bahia (SEI/BA), as quais estamos juntando a presente Defesa.

***“5.5 Contexto genérico do dispêndio vedado pelo Art. 8º, § 2º, da Lei Federal nº 11.107, de 06 de abril de 2005 (subitem 3.3.2 do presente relatório)”;***

O objeto do Contrato de Rateio nº 02/2020 é a aquisição de bens conforme disposto no Anexo I que se trata de Ventiladores Pulmonares, modelos Evita 300 e Saviva 300, ambos da marca DRAGER. Todas as informações referentes às especificações relativas aos equipamentos **Drager Savina 300 e Drager Evita 300**, constam nos autos do processo SEI 019.127792.2020.0051580-66, como também a Pro Forma Invoice e o Contrato de Cambio firmado pelo Consórcio NE junto ao Banco do Brasil. Muito embora o Contrato de Rateio nº 02/2020 traga informações mais sucintas, maiores detalhes podem ser observados nos autos do processo acima mencionado, **de forma que discordamos que se trate de despesa genérica**, haja que com o nome do produto é possível obter todas as informações do mesmo e suas características no site do fabricante.

***“5.6 Em relação ao Contrato de Rateio nº 002/2020, entende-se que, ante a ausência de comprovação da despesa e da não entrega dos 75 (setenta e cinco) ventiladores pulmonares, devem ser ressarcidos imediatamente ao Estado da Paraíba o montante de R\$ 7.554.562,88 (subitem 3.3.2.1 do presente relatório)”;***

Secretaria de Estado da Saúde

Av. Dom Pedro II, 1826 - Torre. João Pessoa- PB | (83) 3211.9000





## SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

Considerada a concretização da operação, no dia 12/06/2020 houve a devolução do recurso para a Conta Corrente nº 13006-0 (SEFAZ-PB), tendo sido o montante de R\$ 1.000.000,00 relativo à fonte 290 devolvido na mesma data para a Conta Corrente nº 13.968-8 (Doações COVID-19 FESEP).

No mesmo sentido foram providenciadas as Notas de Pagamento no Sistema SIAF (NPs Escriturais) e suas respectivas de Guias de Depósito (GDs), estamos anexando a presente defesa, de forma entendemos ter sido atendido o item 3.3.2.1. do relatório.

***“5.7 Realização de 02 (duas) contratações à aquisição de ventiladores pulmonares, por intermédio do Consórcio Nordeste, que não foram efetivadas, denotando inércia do Poder Público Estadual nas ações de combate à pandemia de Covid-19 (item 4 do presente relatório)”.***

Data máxima vênua, mas o órgão técnico de instrução não teve ter percebido que no dia 17/03/2020 foi instaurado procedimento de Dispensa de Licitação nº 0086/2020 realizado pela Secretaria de Estado da Saúde para aquisição de Equipamentos Médicos para ao enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do Novo Coronavírus (nCov2019). De início cabe destacar que o procedimento em comento foi instaurado exatos quatro dias após a decretação da situação de Emergência em Saúde Pública no Estado da Paraíba decorrente do novo Coronavírus.

Quanto à motivação do procedimento já se observa às f. 03 dos autos que se trata da aquisição de equipamentos médicos para ***a manutenção e adequação de 84 (oitenta e quatro) leitos de terapia intensiva e 252 (duzentos e cinquenta e dois) leitos de enfermaria***, a serem disponibilizados para a população das 03 Macrorregiões de Saúde do Estado da Paraíba dentro do Plano Contingência Estadual de enfrentamento à COVID-19, dentre estes, 84 (oitenta e quatro) ventiladores pulmonares.

Tendo sido em tal procedimento firmado contrato junto à INTERMED EQUIPAMENTO MÉDICO HOSPITALAR LTDA (Contrato Administrativo nº 085/2020) publicado no D.O.E de 01/04/2020 e emitida Nota de Empenho em favor da citada empresa. Contudo, no dia 02/04/2020 a houve

Secretaria de Estado da Saúde

Av. Dom Pedro II, 1826 - Torre. João Pessoa- PB | (83) 3211.9000





*Somos todos*  
**PARAÍBA**  
Governo do Estado

## SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

comunicação à Secretaria de Estado da Saúde quem por motivo de requisição administrativa por 180 (cento e oitenta) dias da totalidade dos bens já produzidos, como também os cuja a produção se encerrassem no citado prazo, conforme documentação comprobatória em anexa que é peça integrante do processo SES nº 170320585.

Ainda com relação à citada compra, o Ministério Público Federal e o Ministério Público Estadual propuseram à **Ação Civil Pública nº 0804292-56.2020.4.5.05.8200** visando a suspensão dos efeitos da Requisição Administrativa de Ventiladores Pulmonares realizada pelo Governo Federal e no dia 14/06/2020 houve decisão favorável ao Estado da Paraíba proferida pelo Magistrado João Pereira de Andrade Filho, a qual trazemos o excerto:

Ante o exposto, defiro, em parte, o pedido de tutela provisória de urgência, para:

**suspender os efeitos da requisição administrativa de respiradores pulmonares realizada pela UNIÃO, por meio dos Ofícios n.º 72/2020/DLOG/SE/MS e n.º 80/2020 /DLOG/SE/MS, em relação ao Contrato n.º 85/2020, celebrado entre o ESTADO DA PARAÍBA e a empresa INTERMED EQUIPAMENTO MÉDICO HOSPITALAR LTDA;**

**determinar à empresa INTERMED EQUIPAMENTO MÉDICO HOSPITALAR LTDA que, no prazo de 05 (cinco) dias, entregue ao ESTADO DA PARAÍBA os 84 (oitenta e quatro) ventiladores pulmonares objeto do Contrato n.º 85/2020, cujas especificações constam da Consulta de Preço n.º 001/2020 (fls. 317/319) e do termo de referência, sob pena incidência de multa diária, desde logo fixada em R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais);**

Tal objeto foi recebido no último dia 22/06/2020, conforme veiculado na imprensa:

Assinado eletronicamente por: SISTEMA em 08/01/2021



*Somos todos*  
**PARAÍBA**  
Governo do Estado

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

## Paraíba recebe os 84 respiradores que foram comprados pelo Governo e tinham sido retidos pelo Ministério da Saúde



publicado: 22/06/2020 19h09, última modificação: 22/06/2020 19h20

Outra medida implementada pela Secretaria de Estado da Saúde foi remanejamento de equipamentos já disponíveis na Rede Estadual para os leitos destinados ao enfrentamento da Pandemia conforme disposto no Plano de Contingenciamento da COVID-19, como também foi providenciada a manutenção de equipamentos que apresentavam problemas.

Mais uma vez reforçamos que não **há que se afirmar que houve inércia do Governo Estadual** no que tange à realização de procedimentos para a aquisição do objeto, como também realizar as devidas manutenções e remanejamento de outros dentro da Rede Estadual de Saúde para a efetivação das ações de enfrentamento à pandemia do Novo Coronavírus (nCov2019)

Por fim, nos colocamos à disposição para eventuais esclarecimentos necessários.

Com votos de estima e sucesso.

**Rodrigo Rabello**

Assessor do Gabinete

Secretaria de Estado da Saúde da Paraíba

Secretaria de Estado da Saúde

Av. Dom Pedro II, 1826 - Torre, João Pessoa- PB | (83) 3211.9000





**GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA**  
Secretaria da Saúde  
Assessoria da Diretoria Geral da  
Secretaria da Saúde do Estado do  
Bahia - SESAB/DG/ASSESSORIA

## INFORMAÇÕES PARA PROCESSO

PROCESSO Nº 019.12792.2020.0051580-66

**Interessado:** SESAB

**Assunto:** Aquisição Respiradores Pulmonares - COVID-19

A partir da análise do cenário epidemiológico da pandemia do COVID-19, com ocorrência de transmissão comunitária em todo País, estima-se que, nos próximos meses, o país e o território baiano enfrentarão um expressivo crescimento do número de casos. Embora medidas sanitárias já tenham sido adotadas para conter a velocidade da circulação do vírus entre a população, de modo a evitar uma sobrecarga na rede assistencial do SUS, sabe-se que a transmissão humana é inevitável e a mesma tende a crescer nas próximas semanas e meses.

Neste sentido, e considerando que para o enfrentamento da Pandemia faz-se imprescindível a adoção de medidas urgentes voltadas a equipagem das unidades hospitalares com os equipamentos médicos necessários ao atendimento dos pacientes acometidos pelo COVID-19, que o Estado tem buscado fornecedores com capacidade de entrega desses bens, indispensáveis à estruturação tecnológica dos hospitais. E, dentre os equipamentos médicos indispensáveis ao tratamento da Síndrome Respiratória Aguda Grave causada pelo novo Coronavírus temos o **Ventilador Pulmonar**.

Considerando a existência de casos confirmados em diversas cidades da Bahia, incluindo a capital Salvador, que possui uma população estimada em mais de 3 milhões de habitantes, e que, conforme boletim (Evento 00018627823), em 23/04/2020, o Estado já registrava mais 1.845 casos confirmados por contaminação por COVID-19, distribuídos em 108 municípios, com maior proporção em Salvador (61,30%), havia se estimado a necessidade de **aquisição de ventiladores pulmonares** a serem destinados ao atendimento das demandas de toda rede hospitalar do Estado, visando o internamento hospitalar e tratamento dos portadores do COVID-19, devido a sua rápida propagação por contágio direto e indireto.

Para definição do quantitativo considerou-se a estimativa de leitos que estão sendo ampliados a partir da reorganização da rede hospitalar, com a implantação de hospitais de campanha e da destinação dada a unidades hospitalares que estarão exclusivamente vocacionadas ao atendimento de pacientes com suspeita ou diagnóstico confirmado da Sars-CoV-2, e representa o mínimo necessário ao enfrentamento da noticiada pandemia.

A despeito de configurar fato amplamente divulgado na mídia nacional e internacional, e por tratar-se de emergência de saúde pública de abrangência internacional, salienta-se que os diversos Estados Brasileiros e a União Federal tem encontrado inúmeras dificuldades na aquisição dos equipamentos e insumos imprescindíveis à assistência aos pacientes acometidos pelo coronavírus, notadamente pela demasiada e concomitante procura de tais itens por diversos países.

Assinado eletronicamente por: SISTEMA em 08/01/2021



Nesse sentido, importante registrar que apesar da existência de processos em tramitação para aquisição dos ventiladores pulmonares, contemplando os quantitativos necessários ao atendimento da pandemia, nenhum deles, contudo, vem sendo concluído com a entrega dos equipamentos. Dentre os processos deflagrados por esta Secretaria Estadual da Saúde, sem êxito, estão os seguintes:

1. **Processo de nº 019.5050.2020.0031380-51 (23/03/2020)** – Dispensa emergencial, com fulcro no art. 4º da Lei Federal nº 13.979, para aquisição de 400 ventiladores pulmonares – Aquisição frustrada em razão da negativa de celebração do instrumento pelo contratado, que indicou a impossibilidade da entrega de bens pelo seu fornecedor em razão do ato do Governo do Estado Unidos que proibiu a exportação de equipamentos e obrigou às empresas a só venderem ao Governo americano (evento 00018627830)
2. **Processo de nº 019.5050.2020.0028157-17 (13/03/2020)** – Processo para Adesão a Ata de Registro de Preço – PE nº 047/2019 – AMAPÁ para aquisição de 100 ventiladores da Marca Medicalsystem, modelo IX5, com valor unitário de R\$49.500,00 (quarenta e nove mil e quinhentos reais) – Aquisição frustrada em razão da indicação de impossibilidade de fornecimento pela empresa detentora da referida ata, que justificou tal inviabilidade em decorrência do recebimento de Ofício do Ministério da Saúde determinando que todo o estoque de ventiladores, assim como a produção futura dos próximos 180 dias fossem fornecidos exclusivamente para o referido Ministério, que se responsabilizará pela distribuição dos equipamentos de acordo com as necessidades de cada local(evento 00018627845).
3. **Processo de nº 200.13105.2020.0000001-13 (06/04/2020)** – Processo de aquisição conjunta, operacionalizada pelo Consórcio Nordeste, com base no Contrato de Programa nº 001/2020 e no Contrato de Rateio nº 001/2020, que contemplava a compra de 300 (trezentos) ventiladores pulmonares por dispensa de licitação para o enfrentamento da transmissão comunitária do vírus em conformidade com o art. 4º da Lei nº 13.979 de 2020, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no termo de referência, visando atender demandas dos Estados membros do Consórcio Interestadual de Desenvolvimento sustentável do Nordeste - sendo 60 destinados ao Estado da Bahia -, e com entregas previstas em duas remessas: a primeira em 18/04/2020 de 150 Unidades e a segunda remessa com mais 150 unidades em 23/04/2020. Processo de contratação pelo Consórcio também restou frustrado, estando o instrumento contratual firmado em estágio rescisório, após o descumprimento pelo fornecedor, face a não entrega dos bens nos prazos contratuais (Evento 00018627852).
4. Ainda, encaminhamento de Ofício ao Ministério da Saúde (Evento 00018627867) solicitando a disponibilização de ventiladores pulmonares, sem resposta até o presente momento.

Assinado eletronicamente por: SISTEMA em 08/01/2021



Ocorre que, a situação epidemiológica vivenciada impõe à Administração Pública a adoção de medidas imediatas, sob pena de graves agravos à saúde da população, não havendo tempo hábil a deflagração de novos procedimentos.

Diante dessa situação, que se agrava diariamente em razão do crescimento de casos no Brasil e no nosso Estado, e diante das inúmeras tentativas frustradas de obtenção de propostas junto a diversos fornecedores, que não conseguiam atender a demanda da Secretária, nem no tempo, e nem na quantidade e especificações necessárias, por conta da escassez do equipamento do Brasil, iniciou-se uma busca de alternativas legais e fornecedores que tivessem a capacidade de entrega dos equipamentos demandados pela SESAB, inclusive fora do país, por importação, já que o Estado da Bahia não vinha conseguindo êxito nos procedimentos ordinários nacionais de aquisição.

Neste cenário, e considerando que a dificuldade enfrentada pelo Estado da Bahia também era vivenciada pelos demais Estados membros do Consórcio Nordeste, foi firmado o Contrato de Programa nº 01/2020 (Evento 00018627871), objetivando a realização de aquisições e compras centralizadas ou compartilhadas de bens e serviços, com vistas à promoção, prevenção e à garantia de assistência à saúde para pessoas em decorrência da pandemia de COVID-19. Pautado neste propósito, o Consórcio Nordeste estabeleceu duas frentes de atuação visando:

1. organizar a demanda e coordenar a identificação de fornecedores nacionais, objetivando o aumento da atratividade em razão do aumento do volume, sem perder de vista o ganho de escala decorrente;
2. entabular parceria com organismos internacionais que permitam o acesso ao mercado externo e a rede de fornecedores pré-qualificados pelas agências ligadas à Organização das Nações Unidas – ONU, para realização de compras por meio da importação.

Além do noticiado Contrato de Programa, restou celebrado um novo Contrato de Rateio, o de nº 02/2020 (Evento 00018627880), para indicação dos quantitativos a serem destinados a cada um dos Estados Membros, bem como dos valores correlatos e das especificações dos equipamentos.

A partir da celebração dos instrumentos acima indicados, noticia-se a recepção pelo Estado da Bahia do OFÍCIO CIRCULAR CIDSN/SE nº 04/2020 (Evento 00018627889) – oriundo do Consórcio Nordeste e constante processo SEI nº 200.13103.2020.0000016-20 – informando a identificação do fornecedor Pulsar Development Internacional LtdBarclas Bank PLC, Leicester, LE87 2BB, UKM para a realização da aquisição dos 450 ventiladores, por dispensa de licitação com fulcro no art. 4º da Lei nº 13.979, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no termo de referência, visando atender as demandas do Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste.

Nesta oportunidade, e com o objetivo de que SESAB prestasse o apoio técnico necessário à aquisição emergencial de produtos e insumos de saúde necessários para preparar o Sistema de Saúde Público dos entes consorciados, também restou celebrado Convênio de Cooperação Técnica entre o Consórcio e o Estado da Bahia (Evento 00018627894), por intermédio desta Secretaria. O referido instrumento se fez necessário considerando que o



Consórcio Nordeste, por encontrar-se em momento de implementação e ainda não dispor da habilitação no Sistema de Comércio Exterior – SISCOMEX, não conseguiria viabilizar a importação dos bens demandados pelos Estados consorciados.

Importante salientar que o referido Termo de Cooperação foi submetido à apreciação da Procuradoria Geral do Estado da Bahia, no bojo do Processo SEI nº 200.13103.2020.0000002-24, e habilita esta Secretaria a formalizar as contratações conjuntas, por importação, até que a habilitação no SISCOMEX do Consórcio se conclua, desde que cumpridas e observadas as condições estabelecidas no referido termo de cooperação.

Acresça-se que, tanto o Contrato de Rateio quanto o Termo de Cooperação celebrados, contemplavam a aquisição de 450 ventiladores, sendo os equipamentos segmentados entre os Estados membros e pelos modelos explicitados na tabela abaixo - parte componente dos dois instrumentos:

ESTADO CONSORCIADO	EVITA	SAVINA	TOTAL
ALAGOAS	30	20	50
BAHIA		25	25
CEARÁ	50		50
MARANHÃO	40		40
PARAÍBA		75	75
PERNAMBUCO	80		80
PIAUÍ	50	50	100
SERGIPE		30	30
<b>TOTAL</b>	<b>250</b>	<b>200</b>	<b>450</b>

Noutra senda, e considerando que a necessidade desta Secretaria da Saúde superava o quantitativo contemplado na aquisição conjunta com o Consórcio, atrelado ao fato de que o referido fornecedor manifestou ter capacidade de também atender a demanda do Estado da Bahia que, além dos 450 equipamentos a serem destinados ao Consórcio, a SESAB manifestou o interesse em adquirir mais 300 ventiladores pulmonares, considerando os modelos indicados na Manifestação de Interesse subscrita pelo Secretário Estadual da Saúde (Evento 00018627900) e que contempla: 200 ventiladores Evita e 100 ventiladores Savina.

Neste sentido, somando o quantitativo de ventiladores a serem destinados aos Estados Consorciados, acrescido do número correspondente a compra direta realizada para o atendimento exclusivo desta SESAB, temos que a aquisição junto ao fornecedor Pulsar Development Internacional LtdBarclas Bank PLC, Leicester, LE87 2BB, UKM contemplará 450 ventiladores do modelo Evita (Custo Unitário U\$ 36,800) e 300 equipamentos Savina (Custo Unitário U\$ 33,300).



Considerando que a aquisição contemplava dois modelos distintos, e para fins de facilitação do processo de importação e posterior conferência, o fornecedor emitiu dois PRO FORMAINVOICE, um para cada modelo de equipamento, sendo o PRO FORMA INVOICE dos 300 ventiladores Savina contido no Evento 00018627910 e o correlato aos 450 ventiladores Evita aquele acostado ao Evento 00018627917.

Após a autoridade máxima da administração, receber a confirmação da disponibilidade orçamentária (DED – Evento 00018627924) para a realização da referida despesa, foi autorizada a efetivação da aquisição, em 27/04/2020 (Evento 00018627932), com a antecipação do pagamento de 50% do valor de U\$4.995.000,00, correlato ao PRO FORMA INVOICE atinente aos 300 ventiladores Savina, por meio do contrato de câmbio nº 237876680 e 237860676 (Evento 00018627938), conforme autorização para fechamento do câmbio (Evento 00018627943), mensagem Swit (Evento 00018627951), com a taxa cambial de R\$ 5,705, correspondente ao montante de R\$28.496.475.000,00 (vinte e oito milhões, quatrocentos e noventa e seis mil, quatrocentos e setenta e cinco reais), haja vista que o pagamento antecipado configurava-se como condição indispensável para o aperfeiçoamento do negócio.

Após a confirmação pelo FESBA, conforme extrato (Evento 00018627957), da transferência por parte dos Estados Consorciados do valor correspondente a 50% do montante total previsto no Contrato de Rateio, a segunda operação foi realizada, em 28/04/2020, contemplando o pagamento de 50% do valor da proposta contida no PRO.FORMA INVOICE (Evento 00018627917)– correlato aos 450 ventiladores Evita. O FESBA, representando o montante de U\$8.280.000,00, por meio do contrato de câmbio nº 237936137 (Evento 00018627964), conforme autorização para fechamento do câmbio (Evento 00018627973 e 00018627979), mensagem Swit (Evento 00018627985), com a taxa cambial de R\$ 5,552, correspondente a importância de R\$45.970.560,00 (quarenta e cinco milhões, novecentos e setenta mi e quinhentos e sessenta reais).

A semelhança da emissão de duas PRO FORMA INVOICE, uma para cada modelo de ventilador a ser adquirido, também foram emitidos dois instrumentos contratuais, acostados aos eventos 00018627992 e 00018627998.

Neste sentido, o presente procedimento visa à formalização no sistema SEI do processo de aquisição junto ao Fornecedor Pulsar Development Internacional LtdBarclas Bank PLC, Leicester, LE87 2BB, UKM.

Sinalizamos ainda que as eventuais diferenças decorrentes da variação cambial – registre-se que o OFÍCIO CIRCULAR CIDSN/SE nº 04/2020 (Evento 00018627889) faz referência a moeda em Euro, contudo a operação cambial, conforme PRO.FORMA INVOICE, foi realizada em Dólar –serão objeto de ajustes nos valores repassados pelos Estados, nos moldes previstos nos parágrafos quarto e quinto da Cláusula Sexta e na Nota de Rodapé do Anexo I do Convênio de Cooperação Técnica, trato o que irá requerer ajustes de contas pelos partícipes, conforme levantamento já estruturado pelo FESBA, a ser encaminhado ao Consórcio para os devidos fins (Evento 00018628006).

Diante de tudo exposto, importa esclarecer, que a viabilidade jurídica das dispensas



emergenciais para aquisições vocacionados ao atendimento da pandemia do Coronavírus, **concretizada nos moldes admitidos pela Lei Federal nº 13.979/2020 c/c com a Lei Estadual nº 14.257, de 06 de abril de 2020**, foi objeto de análise pela D. Procuradoria Geral do Estado que, no bojo do **Parecer PGE nº 000821/2020**, concluiu que a hipótese de dispensa de licitação prevista no art. 4º da Lei nº 13.979/2020 “*poderá ser aplicável a todas as situações ligadas à aquisição de bens, serviços e insumos de saúde destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus*”. E essa é a situação que se coaduna nos presentes autos, na medida em que, como já noticiado, os ventiladores pulmonares configuram-se como bens indispensáveis ao atendimento dos pacientes acometidos pela Síndrome Respiratória Aguda Grave causada pelo novo Coronavírus.

Registre-se ainda que **a antecipação do pagamento se configurou como exigência do fornecedor para realização da aquisição, além de restar autorizada no Contrato de Rateio nº 002/2020, e sem a qual não se tornaria possível a efetivação da compra**, e também se coaduna com o quanto disposto no **PARECER PGE-PA-NASC – PLD0 - 003/2020**, ao concluir que a emergência em saúde pública decretada justifica a adoção de tal procedimento, desde que adotada as cautelas e atendimentos dos requisitos ali indicados.

Ainda sobre a possibilidade de antecipação do pagamento, importante registrar que o artigo 3º, III da Lei Estadual nº 14.257, de 06 de abril de 2020, autoriza a sua realização ao dispor:

**Art. 3º - O pagamento dos bens ou serviços adquiridos ou locados poderá acontecer de forma antecipada, devendo-se, porém, proceder-se ao encerramento do procedimento de dispensa de licitação e contratação, de acordo com as normas legais pertinentes, nas seguintes situações:**

**III - aquisição ou locação de materiais permanentes que estejam com restrição de disponibilidade no mercado;**

Importante ressaltar ainda, pela subsunção ao quanto procedido na aquisição dos ventiladores pulmonares em comento, a previsão do art. 15 da Lei Estadual nº 14.257/2020 que indica:

**Art. 15 - Excepcionalmente, no caso da aquisição de bens de empresa estrangeira, na forma desta Lei, poderá o correspondente pagamento dar-se, parcial ou totalmente, em moeda estrangeira, caso essa seja uma exigência do fornecedor para a operação e desde que não exista alternativa para suprir a demanda essencial da saúde, nos termos do inciso I do art. 2º do Decreto-Lei Federal nº 857, de 11 de setembro de 1969, e alterações posteriores.**

Ressalte-se ainda, pela pertinência fática, o quanto disposto no art. 9º da Lei nº 14.257/2020, *in verbis*: “Art. 9º - As contratações de que trata esta Lei não se sujeitarão a rigores procedimentais ou ao emprego de sistemas que possam prejudicar o atendimento dos fins a que se propõem, devendo a autoridade pública adotar todas as medidas e fazer uso dos meios que confirmam a celeridade necessária para suprir a necessidade administrativa na saúde.”

Por tudo exposto, e considerando os elementos que acompanham o presente, formaliza-se o expediente no Sistema Eletrônico de Informação – SEI, para que sejam adotadas as demais providências pertinentes ao prosseguimento do feito e encaminhamento para

adoção das medidas administrativas necessárias na SESAB e Consórcio para acompanhamento e cumprimento das obrigações legais, bem daquelas contidas nos instrumentos contratuais firmados junto ao Consórcio Nordeste e junto ao Fornecedor, para os ajustes necessários, além da regularização junto aos Sistemas do Estado da Bahia, FIPLAN e SIMPAS.

Atenciosamente,

Roberta Santana  
Diretora Geral



Documento assinado eletronicamente por **Roberta Silva de Carvalho Santana, Diretora Geral**, em 15/05/2020, às 19:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://seibahia.ba.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://seibahia.ba.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **00018627768** e o código CRC **ED65BEE2**.

Referência: Processo nº 019.12792.2020.0051580-66

SEI nº 00018627768

Assinado eletronicamente por: SISTEMA em 08/01/2021





ESTADO DA PARAIBA  
GUIA DE DEPÓSITO

GD

		O.P.	EST.	EXERCÍCIO	NÚMERO
		57	PB	2020	

ÓRGÃO					
SES					
UNIDADE GESTORA		CÓDIGO			
SES		25.0001			

TIPO DE CRÉDITO	CREDITO ESP/EXTRATOR	FUNDO ESPECIAL	OUTROS	Nº DA NP	SITUAÇÃO
1-ORDINÁRIO					1-MOV INTERNO
2-ESPECIAL			NE 8607	19089	2-MOV EXTERNO
3-EXTRAORDINÁRIO					3-SUP FUNDOS
4-FUNDOS ESPECIAIS	DESTINO	U.O.	PROG TRAB	NAT. DESPESA	F.R.
5-OUTROS	4881	25101	10.302.5007.2950	44935200	290
					D.V.
					4290

DEPOSITANTE	02 - CÓDIGO DO DEPOSITANTE	CONTRAPARTIDA
CONSÓRCIO NORDESTE	381752	00000

OBSERVAÇÕES	MOTIVO DO DEPÓSITO
DEVOLUÇÃO CONFORME TRANSFERÊNCIA RECEBIDA EM 12/06/2020	1 1-ANUL. DESPESA
	2-SALDO S. FUNDO
	3-DIVERSOS

AO BANCO	Nº DA C/C A CREDITAR	IMPORTANCIA
Fica esse banco autorizado a receber a importância constante deste documento para crédito da conta indicada ao lado.	13.968-8	1.000.000,00

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA		PROGRAMAÇÃO TRIMESTRAL	
SALDO ANTERIOR	SALDO ATUAL	SALDO ANTERIOR	SALDO ATUAL

EMITIDO POR	AUTORIZADO POR	DATA
LEONARDO ARCOVERDE	GERALDO ANTÔNIO DE MEDEIROS	22/06/2020

Assinado eletronicamente por: SISTEMA em 08/01/2021



SIAF 4.0

22 Jun 2020 11:18

Exercício: 2020

Orgão: 26000 - SECRETARIA DE ESTADO DA SA

Valor (F3) Consultar

## Consulta Nota de Pagamento

Número: 12039

Títulos da NP: LRP Recursos

Título: Mens Datas

Reentrar AP

Orgão Origem	LD	12342	/	2020	Cod Sit Pago	1	Interno
AP Principal	RP	0	/	0	Grupo Financ.	4290	
Tipo Credito	Orçamento	NE	9607	Num. Rem. Outra	0	0	0
Cod. Classific	4881	2	2610110302500728500000000237	4493520026000	Rec	0	
Nome Credor	381752	CONSORCIO NORDESTE					
Numero Cheque	1	Pessoal					
Cod. Sup. Fundos	0	Cod. Fin.	Rel	0	Valor Bruto	1.000.000,00	
Cod. Cont. Desp	0				Descontos		
Cod. Cont. Cred	111110299001	1250001	00019		Valor Pago	1.000.000,00	
Data Movimento	16/06/2020	Mod	0		Valor Amortado GD	0,00	
Data Processamento	16/06/2020	NP	ORCAIMENTARIA		Valor Amortado TELA	0,00	
Data Atualização	16/06/2020	Data Emissao					
Observação							
Código Barra							
Responsável	DANILLO ADRIANO LIMA SOARES						
	Hora Atualização					10:37	

OCODATA

D

Produção

11:21

22/06/2020

G3381508481372641  
15/06/2020 08:53:49

## Extrato conta corrente

## Cliente - Conta atual

Agência 1618-7  
 Conta corrente 13968-8 DOACOES COVID 19 FESEP  
 Período do extrato Mês atual

## Lançamentos

Dt. balancete	Dt. movimento	Ag. origem	Lote	Histórico	Documento	Valor R\$	Saldo
29/05/2020		0000	00000	000 Saldo Anterior			0,00 C
01/06/2020		0000	14175	976 TED-Cr?dito em Conta	125.580.834	1.500,00 C	
				104 0036 16019539415 ALVARO A DOS S			
01/06/2020		0000	00000	345 BB CP Automatico S P	70	1.500,00 D	0,00 C
04/06/2020		0000	14175	976 TED-Levant Dep?sit Judic	140.790.184	558,80 C	
				104 0000 2658544000170 TRT 13			
04/06/2020		0000	00000	345 BB CP Automatico S P	70	558,80 D	0,00 C
08/06/2020		0000	14175	976 TED-Cr?dito em Conta	157.145.952	15,00 C	
				260 0001 9698244409 DANIELA PITTA			
08/06/2020		0000	00000	345 BB CP Automatico S P	70	15,00 D	0,00 C
09/06/2020		0000	14175	976 TED-Levant Dep?sit Judic	163.825.559	11.378,00 C	
				104 0000 17234484 LUZINETE GALDI			
09/06/2020		0000	00000	345 BB CP Automatico S P	70	11.378,00 D	0,00 C
12/06/2020		0011	99015	870 Transfer?ncia recebida	550.011.000.112.884	5.000,00 C	
				11/06 0011 112884-1 CONSTRUTORA TR			
12/06/2020		0011	99015	870 Transfer?ncia recebida	550.011.000.112.884	5.000,00 C	
				11/06 0011 112884-1 CONSTRUTORA TR			
12/06/2020		0000	14138	632 Ordem Banc?ria	202.006.120.008.866	1.000.000,00 C	
				073129120001-48 PB-SEC DE ESTADO DAS F			
12/06/2020		0000	00000	345 BB CP Automatico S P	70	1.010.000,00 D	0,00 C
15/06/2020		0000	00000	999 S A L D O			0,00 C
invest.com Resgate Autom.							3.094.592,43 C
Saldo							3.094.592,43 C
Juros							0,00
Data de Debito de Juros							30/06/2020
IOF							0,00
Data de Debito de IOF							01/07/2020
<b>Saldo de fundos de investimento</b>							<b>3.094.592,43</b>
S.Público Automático							3.094.592,43

## OBSERVAÇÕES:

Transação efetuada com sucesso por: JC647747 FLAVIO MARQUES FORMIGA.





ESTADO DA PARAIBA  
GUIA DE DEPÓSITO

GD

O.P.	EST.	EXERCÍCIO	NÚMERO
57	PB	2020	

ÓRGÃO							
SES							
UNIDADE GESTORA							
SES							
CÓDIGO							
25.0001							
TIPO DE CRÉDITO	CREDITO ESP/EXTRATOR	FUNDO ESPECIAL	OUTROS	Nº DA NP	SITUAÇÃO		
1-ORDINÁRIO			NE 8601	19091	1-MOV INTERNO		
2-ESPECIAL					2-MOV EXTERNO		
3-EXTRAORDINÁRIO					3-SUP FUNDOS		
4-FUNDOS ESPECIAIS	DESTINO	U.O.	PROG TRAB	NAT. DESPESA	F R	D V.	
5-OUTROS	4879	25101	10.302.5007.2950	44935200	110	4110	

DEPOSITANTE	02 - CÓDIGO DO DEPOSITANTE	CONTRAPARTIDA
CONSÓRCIO NORDESTE	381752	00000

OBSERVAÇÕES	MOTIVO DO DEPÓSITO
DEVOLUÇÃO CONFORME TRANSFERÊNCIA ENTRE CONTAS DIVERSAS EM 12/06/2020	1 1-ANUL. DESPESA
CONTA CORRENTE 13.006-0 NO VALOR DE R\$ 6.701.042,82	2-SALDO S. FUNDO
	3-DIVERSOS

AO BANCO

Fica esse banco autorizado a receber a importância constante deste documento para crédito da conta indicada ao lado.

Nº DA C/C A CREDITAR	IMPORTANCIA
11.435-9	6.554.521,88

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA		PROGRAMAÇÃO TRIMESTRAL	
SALDO ANTERIOR	SALDO ATUAL	SALDO ANTERIOR	SALDO ATUAL

EMITIDO POR	AUTORIZADO POR	DATA
LEONARDO ARCOVERDE	GERALDO ANTÔNIO DE MEDEIROS	22/06/2020

Assinado eletronicamente por: SISTEMA em 08/01/2021

Consulta Nota de Pagamento

Numero	1936
--------	------

100500 MP  
 100500 MP  
 100500 MP  
 100500 MP

Orgão Originário

DAP PrincipatTipo CreditoCod. Classific

Nome Crêdo

Numero ChequeCod. Sup. FundCod Cont DesigCod Com CreaData MovieData Processa

**Data Aktualizacja**

Observação

Código Barra

Responsive:



12341	/	2020	Cod Sit Pagto	1	Interne
0	RP	0	Grupo Financ.	4110	
1	Ordinamo	/	Medição e CGE	0	0
4879	NE	8901	Num. Reim. Obra	0	Rec 0
381752	26101103025007295000000002874493523011090				
CONSORCIO NORDESTE			CT 0		
Pessoal					
0	Cod Fim.	Rel	0	Valor Bruto	6.554.562,88
0			0	Descontos	
1111102020011250001			00001	Valor Pago	6.554.562,88
16/06/2020	Mod	0		Valor Anulado GD	0,00
16/06/2020	NP	ORÇAMENTARIA		Valor Anulado TELA	0,00
16/06/2020	Data Emissão				
DANILAO ADRIANO LIMA SOARES					
Hora Atualização				10:37	

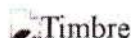
三、明一全

 $10^{-3}$ DANILO ADRIANO LIMA SÜARES

## Para Atualização

1037CODATA



 **GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA**  
**Consortio Nordeste**  
**GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO - CIDSNE/PRESID/SE/DIRAF/GERAD**

## CONTRATO DE RATEIO Nº 02/2020

**CONTRATO DE RATEIO QUE DELIMITA O RATEIO DAS DESPESAS OPERACIONAIS COM A AQUISIÇÃO CONJUNTA E COMPARTILHADA DE BENS QUE INDICA EM DECORRÊNCIA DA PANDEMIA DE COVID-19, CELEBRADO ENTRE ESTE CONSÓRCIO NORDESTE E OS ESTADOS CONSORCIADOS.**

**O CONSÓRCIO INTERESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO NORDESTE**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº 34.304.033/0001-47, com sede na 3ª Avenida do Centro Administrativo da Bahia, 390, Salvador/BA, CEP 41.745-005, neste ato representado por seu Presidente Rui Costa dos Santos, inscrito no CPF/MF sob o nº 237.909.975-87, residente e domiciliado na Ladeira do Jardim Zoológico, s/n, Palácio do Governo, Ondina, CEP: 40.170-720, doravante denominado **CONSÓRCIO NORDESTE** ou simplesmente **CONSÓRCIO**, o **ESTADO DE ALAGOAS**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 12.200.192/0001-69, com sede na Rua Cincinato Pinto, s/n, Palácio República dos Palmares, Maceió/AL, neste ato representado pelo Governador do Estado, JOSÉ RENAN VASCONCELOS CALHEIROS FILHO, o **ESTADO DA BAHIA**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 08.584.392/0001-95, com sede na 3ª Avenida, nº 390, Plataforma IV, 1º andar, Centro Administrativo da Bahia, CEP: 41.745-005, neste ato representado pelo Governador do Estado, RUI COSTA DOS SANTOS, o **ESTADO DO CEARÁ**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 07.954.480/0001-79, com sede no Palácio da Abolição, Avenida Barão Studart, nº 585, Meireles, Fortaleza/CE, neste ato representado pelo Governador do Estado, CAMILO SOBREIRA DE SANTANA, o **ESTADO MARANHÃO** inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 06.354.468/0002-41, com sede na Palácio dos Leões, Avenida Pedro II, São Luís/MA, neste ato representado pelo Governador do Estado, FLÁVIO DINO DE CASTRO E COSTA, o **ESTADO DA PARAÍBA**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 08.761.124/0001-00, com sede na Praça João Pessoa, s/n, João Pessoa/PB, neste ato representado pelo Governador do Estado, JOÃO AZEVEDO LINS FILHO, o **ESTADO DE PERNAMBUCO**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 10.571.982/0001-25, com sede na Praça da República, s/n Bairro de Santo Antônio, neste ato representado pela Governador do Estado, PAULO HENRIQUE SARAIVA CÂMARA, o **ESTADO DO PIAUÍ**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 06.533.481/0001-49, com sede na Avenida Antonino Freire, nº 1450, Centro, Teresina/PI, neste ato representado pelo Governador do Estado, JOSÉ WELLINGTON BARROSO DE ARAÚJO DIAS, e o **ESTADO DE SERGIPE**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 13.128.798/0001-01, com sede na Avenida Adélia Franco, Palácio dos Despachos, nº 962, Aracaju/SE, neste ato representado pelo Governador do Estado, BELIVALDO CHAGAS SILVA, denominados, em conjunto, **CONSORCIADOS** e, individualmente, **CONSORCIADO**,

considerando a constituição do **CONSÓRCIO NORDESTE** que tem por objetivo o desenvolvimento sustentável do Nordeste;



considerando que o **CONSÓRCIO NORDESTE** tem, dentre as suas finalidades, a aquisição centralizada ou compartilhada de bens e serviços, bem assim o compartilhamento de experiências e sistemas de gestão;

considerando a classificação pela Organização Mundial da Saúde, no dia 11 de março de 2020, como pandemia do Novo Coronavírus;

considerando a Lei nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus responsável pelo surto de 2019;

considerando a Portaria nº 188, de 3 de fevereiro de 2020, do Ministério da Saúde que declara Emergência em Saúde Pública de importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus;

considerando que a situação demanda o emprego urgente de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública, a fim de evitar a disseminação da doença;

considerando que as aquisições centralizadas ou compartilhadas podem significar racionalidade de esforços e menores custos nas aquisições de bens e serviços para os **CONSORCIADOS** tendo em vista ganhos em escala;

firmam o presente **CONTRATO DE RATEIO**, em consonância com o Contrato de Programa nº 001/2020, com o art. 8º da Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, e nos termos e condições seguintes:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

Constitui objeto do presente **CONTRATO DE RATEIO** a definição dos valores, das regras e dos critérios de participação financeira dos entes **CONSORCIADOS** no custeio das despesas decorrentes da realização de aquisições centralizadas ou compartilhadas dos bens e serviços indicados no Anexo I, visando à promoção, prevenção e à garantia de assistência à saúde, em decorrência da pandemia de COVID-19.

**Parágrafo único.** Os valores definidos neste **CONTRATO DE RATEIO** a cargo de cada ente **CONSORCIADO** deverão ser entregues ao **CONSÓRCIO** no prazo de até 5 (cinco) dias da celebração deste Contrato.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS**

As despesas decorrentes de execução deste **CONTRATO DE RATEIO** correrão à conta de dotações consignadas nas leis orçamentárias dos entes **CONSORCIADOS**.

**Parágrafo Único.** Os entes **CONSORCIADOS** signatários comprometem-se a envidar esforços no sentido de incluir nos seus respectivos orçamentos dotações suficientes à cobertura das despesas decorrente deste **CONTRATO DE RATEIO**.

#### **CLÁUSULA TERCEIRA – DOS VALORES**

As despesas decorrentes da aquisição centralizada ou compartilhadas dos bens e serviços indicados no Anexo I são de **R\$ 94.208.400,00 (noventa e quatro milhões, duzentos e oito mil, quatrocentos reais)**, distribuídos conforme tabela abaixo:

Estados	Código	Discriminação da	Valor em R\$
---------	--------	------------------	--------------



	orçamentário/contábil	natureza da despesa	
<b>ALAGOAS</b>	10.305.0245.1-001	4.4.90.52.00.00	10.513.800,00
<b>BAHIA</b>	10.305.0245.1-001	4.4.90.52.00.00	4.945.050,00
<b>CEARÁ</b>	10.305.0245.1-001	4.4.90.52.00.00	10.929.600,00
<b>MARANHÃO</b>	10.305.0245.1-001	4.4.90.52.00.00	8.743.680,00
<b>PARAIBA</b>	10.305.0245.1-001	4.4.90.52.00.00	14.835.150,00
<b>PERNAMBUCO</b>	10.305.0245.1-001	4.4.90.52.00.00	17.487.360,00
<b>PIAUI</b>	10.305.0245.1-001	4.4.90.52.00.00	20.819.700,00
<b>SERGIPE</b>	10.305.0245.1-001	4.4.90.52.00.00	5.934.060,00
<b>TOTAL</b>			<b>94.208.400,00</b>

**Parágrafo Primeiro.** O rateio das despesas entre os entes **CONSORCIADOS** será feito conforme as demandas de bens e serviços que vierem a ser adquiridos conjuntamente e especificados no **Anexo I** deste Contrato.

**Parágrafo Segundo.** O **CONSÓRCIO** deverá discriminar as despesas a serem executadas, observando os critérios de classificação funcional, programática, por natureza de despesa e por fonte / destinação de recursos.

**Parágrafo Terceiro.** O **CONSÓRCIO** deverá fornecer aos entes **CONSORCIADOS** as informações necessárias para que sejam consolidadas, nas suas respectivas contas, todas as despesas realizadas com os recursos entregues em virtude deste **CONTRATO DE RATEIO**, de forma que possam ser contabilizadas na conformidade dos elementos econômicos e das atividades ou projetos atendidos.

**Parágrafo Quarto.** Os entes **CONSORCIADOS** efetuarão em suas contabilidades o registro das informações do prestadas pelo **CONSÓRCIO**, nos termos do Parágrafo Terceiro desta Cláusula, necessárias à consolidação dos seus demonstrativos fiscais.

**Parágrafo Quinto.** Para elaboração dos demonstrativos previsto na Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), os entes **CONSORCIADOS** computarão as despesas executadas na modalidade de aplicação referente às transferências efetuadas, observando a metodologia de elaboração estabelecida pelo Manual de Demonstrativos Fiscais, da Secretaria do Tesouro Nacional.

#### **CLÁUSULA QUARTA – DO VENCIMENTO E DA FORMA DE PAGAMENTO**

Os entes **CONSORCIADOS** devem integralizar suas respectivas cotas, definidas no **Anexo II** deste **CONTRATO DE RATEIO**, no prazo de até 5 (cinco) dias, contado da data de assinatura deste instrumento, mediante repasse efetivado por transferência do valor respectivo à



conta de corrente nº **90.000-1**, da agência nº **3832-6**, do Banco do Brasil (001), de titularidade do **CONSÓRCIO**.

**Parágrafo Primeiro.** A obrigação de efetivar os repasses, nos montantes e na forma definidos nesta Cláusula Quarta, tem caráter irrevogável até o seu total cumprimento, salvo mediante Distrato deste **CONTRATO DE RATEIO**, mediante anuência de todos os entes **CONSORCIADOS**, em Assembleia Geral, ficando assegurada a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro deste Contrato.

**Parágrafo Segundo.** Os recursos repassados ao **CONSÓRCIO** na forma desta Cláusula poderão ser aplicados no mercado financeiro, desde que os resultados dessa aplicação sejam apropriados, integralmente, na execução do presente Contrato.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DAS ALTERAÇÕES**

Quaisquer alterações de valores ou do cronograma de desembolso/repasses, na forma disposta na Cláusula Quarta, não serão permitidas nem promovidas, salvo disposição mediante a celebração de Termo Aditivo, autorizado pela Assembleia Geral, ficando assegurada a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro deste **CONTRATO DE RATEIO**.

#### **CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DOS CONSORCIADOS**

São obrigações dos entes **CONSORCIADOS**:

I – Repassar recursos financeiros ao **CONSÓRCIO** conforme o prazo e os valores estabelecidos no presente **CONTRATO DE RATEIO**;

II – Exigir o pleno cumprimento das obrigações previstas neste **CONTRATO DE RATEIO**, quando adimplente de suas respectivas obrigações.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONSÓRCIO**

São obrigações do **CONSÓRCIO**:

I- Aplicar os recursos oriundos do presente **CONTRATO DE RATEIO** com observância das normas da contabilidade pública;

II - Executar as receitas e despesas em conformidade com as normas de direito financeiro aplicáveis às entidades públicas;

III – Informar mensalmente a todos os consorciados as despesas realizadas com os recursos repassados com base no presente **CONTRATO DE RATEIO**.

#### **CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA**

O presente **CONTRATO DE RATEIO** vigorará até o dia 31 de dezembro de 2020.

#### **CLÁUSULA NOVA - DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO.**

A execução do objeto deste contrato será acompanhada e fiscalizada pelos entes **CONSORCIADOS**, na pessoa do Presidente do **CONSÓRCIO**, que, para tanto, poderá solicitar do **CONSÓRCIO** e seus prepostos todas as informações e solicitar providências necessárias ao bom andamento deste **CONTRATO DE RATEIO**.

#### **CLAUSULA DÉCIMA - DO FORO**

Eventuais controvérsias sobre este instrumento serão dirimidas perante o Supremo Tribunal Federal, nos termos do art. 102, I, f, da Constituição Federal.

E por estarem de acordo com as cláusulas e condições acima estabelecidas, assinam o presente **CONTRATO DE RATEIO**, em 02 vias de igual teor e forma, para os devidos fins de direito que, depois de lido e assinado pelas partes e pelas testemunhas, terá publicado



seu extrato no Diário Oficial dos entes **CONSORCIADOS** para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

**NORDESTE DO BRASIL, 27 DE ABRIL DE 2020.**

**CONSÓRCIO INTERESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO NORDESTE**

**ESTADO DA BAHIA**

**PRESIDENTE RUI COSTA**

**ESTADO DE ALAGOAS**

**JOSÉ RENAN VASCONCELOS CALHEIROS FILHO**

**ESTADO DO CEARÁ**

**CAMILO SOBREIRA DE SANTANA**

**ESTADO DO MARANHÃO**

**FLÁVIO DINO DE CASTRO E COSTA**

**ESTADO DA PARAÍBA**

**JOÃO AZEVEDO LINS FILHO**

**ESTADO DE PERNAMBUCO**

**PAULO HENRIQUE SARAIVA CÂMARA**

**ESTADO DO PIAUÍ**

**JOSÉ WELLINGTON BARROSO DE ARAÚJO DIAS**

Assinado eletronicamente por: SISTEMA em 08/01/2021

**ESTADO DE SERGIPE**  
**BELIVALDO CHAGAS SILVA**

**ANEXO I – RELAÇÃO DOS BENS E SERVIÇOS A SEREM ADQUIRIDOS**

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	TOTAL DA LINHA €	VALOR EM REAIS (R\$)*
250 PCs	Dräger Evita® 300	CIF Price Brasil: 36.800,00 €	9.200.000,00 €	R\$ 54.648.000,00
200 PCs	Dräger Savina® 300	CIF Price Brasil: 33.300,00 €	6.660.000,00 €	R\$ 39.560.400,00
		<b>Total:</b>	<b>15.860.000,00 €</b>	<b>R\$ 94.208.400,00</b>

\*Cotação do Euro no valor de R\$5,94

ESTADO CONSORCIADO	EVITA	SAVINA	VALOR €	VALOR RS*
ALAGOAS	30	20	1.770.000,00 €	R\$ 10.513.800,00
BAHIA		25	832.500,00 €	R\$ 4.945.050,00
CEARÁ	50		1.840.000,00 €	R\$ 10.929.600,00
MARANHÃO	40		1.472.000,00 €	R\$ 8.743.680,00
PARAÍBA		75	2.497.500,00 €	R\$ 14.835.150,00
PERNAMBUCO	80		2.944.000,00 €	R\$ 17.487.360,00

Assinado eletronicamente por: SISTEMA em 08/01/2021



PIAUÍ	50	50	3.505.000,00 €	R\$ 20.819.700,00
SERGIPE		30	999.000,00 €	R\$ 5.934.060,00
<b>TOTAL:</b>				<b>R\$ 94.208.400,00</b>

\*Cotação do Euro no valor de R\$5,94

	Forma de Pagamento			
	Pgto em 27/04/2020		Pgto na entrega*	
ESTADOS	EUROS	REAIS	EUROS	REAIS
AL	885.000,00 €	R\$ 5.256.900,00	885.000,00 €	R\$ 5.256.900,00
BA	416.250,00 €	R\$ 2.472.525,00	416.250,00 €	R\$ 2.472.525,00
CE	920.000,00 €	R\$ 5.464.800,00	920.000,00 €	R\$ 5.464.800,00
MA	736.000,00 €	R\$ 4.371.840,00	736.000,00 €	R\$ 4.371.840,00
PB	1.248.750,00 €	R\$ 7.417.575,00	1.248.750,00 €	R\$ 7.417.575,00
PE	1.472.000,00 €	R\$ 8.743.680,00	1.472.000,00 €	R\$ 8.743.680,00
PI	1.752.500,00 €	R\$ 10.409.850,00	1.752.500,00 €	R\$ 10.409.850,00
SE	499.500,00 €	R\$ 2.967.030,00	499.500,00 €	R\$ 2.967.030,00
<b>TOTAL</b>	<b>7.930.000,00 €</b>	<b>R\$ 47.104.200,00</b>	<b>7.930.000,00 €</b>	<b>R\$ 47.104.200,00</b>

\*Valor sujeito a variação da cotação da moeda estrangeira na data do pagamento.



Documento assinado eletronicamente por **José Wellington Barroso de Araujo Dias, Governador**, em 02/05/2020, às 11:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014.

Documento assinado eletronicamente por **João Azevêdo Lins Filho, Governador**, em 04/05/2020, às



16:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014.



Documento assinado eletronicamente por **José Renan Vasconcelos Calheiros Filho, Governador**, em 04/05/2020, às 17:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014.



Documento assinado eletronicamente por **Flávio Dino de Castro e Costa, Governador**, em 05/05/2020, às 16:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014.



Documento assinado eletronicamente por **Paulo Henrique Saraiva Câmara, Usuário Externo**, em 13/05/2020, às 16:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://seibahia.ba.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://seibahia.ba.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **00018196211** e o código CRC **30B70552**.

Referência: Processo nº 200.13103.2020.0000002-24

SEI nº 00018196211

Assinado eletronicamente por: SISTEMA em 08/01/2021





OFÍCIO CIRCULAR CIDSN/SE nº 04|2020.

Salvador/BA, 27 de abril de 2020.

Aos Exmos. Senhores Governadores,

JOSÉ RENAN VASCONCELOS CALHEIROS FILHO	ESTADO DE ALAGOAS
RUI COSTA DOS SANTOS	ESTADO DA BAHIA
CAMILO SOBREIRA DE SANTANA	ESTADO DO CEARÁ
FLÁVIO DINO DE CASTRO E COSTA	ESTADO DO MARANHÃO
JOÃO AZEVEDO LINS FILHO	ESTADO DA PARAÍBA
PAULO HENRIQUE SARAIVA CÂMARA	ESTADO DE PERNAMBUCO
JOSÉ WELLINGTON BARROSO DE ARAÚJO DIAS	ESTADO DO PIAUÍ
BELIVALDO CHAGAS SILVAPAULO MORENO CARVALHO	ESTADO DE SERGIPE

**Assunto:** Compras conjuntas para enfrentamento da Pandemia de Coronavírus (COVID-19) – ventiladores pulmonares

Prezados,

Em atenção à solicitação para realização de compra conjunta de ventiladores pulmonares, com fundamento na Resolução nº 06/2020 da Assembleia Geral do Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste – Consórcio Nordeste – e com base no Contrato de Programa nº 01/2020, informamos a identificação de fornecedor no mercado internacional, com melhor preço e condição, nos termos abaixo:

**FORNECEDOR:** Pulsar Development International Ltd  
Barclays Bank PLC, Leicester, LE87 2BB, UK

ESTADOS	EVITA	SAVINA	Total em Euros	Pgto em 27/04/2020	Valor em Reais (1a. Parc.)
AL	30	20	1.770.000,00 €	885.000,00 €	R\$ 5.256.900,00
BA		25	832.500,00 €	416.250,00 €	R\$ 2.472.525,00
CE	50		1.840.000,00 €	920.000,00 €	R\$ 5.464.800,00
MA	40		1.472.000,00 €	736.000,00 €	R\$ 4.371.840,00
PB		75	2.497.500,00 €	1.248.750,00 €	R\$ 7.417.575,00
PE	80		2.944.000,00 €	1.472.000,00 €	R\$ 8.743.680,00
PI	50	50	3.505.000,00 €	1.752.500,00 €	R\$ 10.409.850,00
SE		30	999.000,00 €	499.500,00 €	R\$ 2.967.030,00
TOTAL Unid	250	200	15.860.000,00 €	7.930.000,00 €	R\$ 47.104.200,00

Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste  
Consórcio Nordeste



Os valores e a forma de pagamento constam na proposta em anexo que indicam a compra na modalidade CIF (Cost, Insurance and Freight), que considera incluído no preço o seguro e o frete.

Para realização da compra conjunta, será necessário, conforme disposições do Contrato de Programa, a celebração de Contrato de Rateio, nos quantitativos indicados por cada um dos Estados consorciados, que será submetido para análise pela d. Procuradoria Geral do Estado da Bahia, órgão de assessoramento do Consórcio Nordeste, nos termos do art. 46 do Estatuto Social.

Considerando, portanto, se tratar de compra vultosa e de produto de difícil obtenção no mercado nacional e internacional, precisaremos que sejam indicadas as respectivas dotações orçamentárias e transferidos os valores financeiros correspondentes até amanhã, dia 27 de abril de 2020, às 14h, para a conta bancária do Consórcio Nordeste, que segue abaixo indicada:

**CONSÓRCIO INTERESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO NORDESTE**

**Banco do Brasil – BB (001)**

**Ag.: 3832-6**

**C/C.: 90.000-1**

**CNPJ: 34.304.033/0001-47**

Na oportunidade, renovamos os protestos de estima, solidariedade e compromisso com o desenvolvimento sustentável do Nordeste.

Atenciosamente,

**CARLOS EDUARDO GABAS**  
Secretário Executivo

*Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste*  
*Consórcio Nordeste*

Assinado eletronicamente por: SISTEMA em 08/01/2021





**GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA**  
**Secretaria da Saúde do Estado da Bahia**  
**Gabinete do Secretário**

To  
**Barclays Bank PLC**  
**Matt Hammerstein**  
**CEO of UK Retail & Business Banking**  
**1 Churchill Place**  
**London E14 5HP**  
**UK**

Salvador (BA), 25<sup>th</sup> May 2020

**Ref: Critical Care Ventilator Purchases from Brazil via Pulsar Development International Ltd**

Dear Sir,

According to this letter, we inform this financial Institution that the Health Fund of Bahia State has terminated the contracts signed with the company Pulsar Development International Ltd., in accordance with Clause V.2, in writing and since the date of May 22, 2020, according to the attached document.

The company Pulsar Ltd has also been notified to immediately return the amounts paid and deposited at this financial Institution, given the serious need for public resources to face the COVID-19 pandemic in Northeast Brazil.

Should this financial Institution deem it possible to promptly conduct itself by returning these amounts, we would be ready to send sufficient documentation to the desired banking operation. We indicate, immediately, the bank details for receiving the amounts:

Name: Fundo Estadual de Saúde da Bahia – FESBA  
CNPJ: 05.816.630/0001-52  
Bank: Banco do Brasil  
Agency: 3832-6  
Account: 993.373-5

Best regards,

  
**Fábio Vilas-Boas**

**Secretary of Health for the State of Bahia / Brazil**



**GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA**  
Secretaria da Saúde do Estado da Bahia  
Gabinete do Secretário

To

Elizabeth M. Serra (Ph.D)

PULSAR Development International, Lda

20-22 Wenlock Road

London

N1 7 GU

United Kingdom

<https://www.pulsar-development.com/>

Salvador (BA), May 22<sup>nd</sup> 2020

Dear Mrs. Serra,

We hereby notify this company of the administrative decision to terminate the Contracts relating to Proforma Invoice 2020/04/GEB/002 and 2020/04/GEB/ 001.

As on previous contacts maintained, verbally and written, the reason for the signature of the contracts was the prompt delivery of the goods, within a reasonable time, given the urgency of their use (immediately healthcare assistance of the population of the Northeast Region of Brazil).

Unfortunately, despite bank deposits confirmed by Bank Barclays (indicated by this company), since April 28<sup>th</sup> and 30<sup>th</sup> 2020, only yesterday (May 21<sup>st</sup>, 2020), almost one month later, we informally received the information of the release of the values to this company's supplier. Considering the other necessary procedures until the actual shipment of the goods (prior inspection, new bank transfer of the remaining amounts and compliance, customs bureaucracy etc.), plus the fact that this company was unable to set a final date for ultimating the contractual execution, even when requested before, the definition of deadlines has become totally uncertain, according to the contractually foreseen.





**GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA**  
Secretaria da Saúde do Estado da Bahia  
Gabinete do Secretário

Given the pandemic scenario, time is not a resource owned by the Public Administration, outlined a scenario of totally extemporaneous delivery of goods, with loss of its effective utility, in addition to financial losses relative to the large amount employed and its ineffective result.

Thus, according to Clause V.2. of the Contracts, we express objectively and in writing the unilateral will to terminate the contract, therefore requiring an immediate return of the amounts already paid.

Best regards.

**Fábio Vilas-Boas**  
Secretary of Health for the State of Bahia / Brazil



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA  
Secretaria da Saúde do Estado da Bahia  
Gabinete do Secretário

To  
Barclays Bank PLC  
Matt Hammerstein  
CEO of UK Retail & Business Banking  
1 Churchill Place  
London E14 5HP  
UK

22<sup>nd</sup> May 2020

Ref: Critical Care Ventilator Purchases from Brazil via Pulsar Development International Ltd

Dear sir,

In view of the development of the COVID-19 pandemic in this country and, especially in the States from the Northeast Region that form the Northeast Consortium, and the time taken to analyze the conformity of bank transfers and the execution of contracts, we were obliged to redesign government measures to meet the population's health needs.

We therefore request that no financial transactions involving the amounts transferred by the State Health Found of Bahia be carried out without our specific agreement, under penalty of serious damage and liability to agents who have given cause. The current measure causes a total revision of the order previously made to you in a timely manner.

We are available for any clarification, at the time when we express our votes of esteem.

Sincerely,

Fábio Vilas Boas  
Secretary of Health for the State of Bahia / Brazil

4ª Avenida 400, Plataforma 6, Lado B – Centro Administrativo da Bahia – Salvador-Bahia CEP 41.745-002  
Tel. 3115.4390/4121 – E-mail: [gasec.apoio@saude.ba.gov.br](mailto:gasec.apoio@saude.ba.gov.br) Site: [www.saude.ba.gov.br](http://www.saude.ba.gov.br)

Assinado eletronicamente por: SISTEMA em 08/01/2021

Infos da NE	Descrição NE	Det. Classificação	Lançamentos	LD's	Histórico	Restos a Pagar																				
<b>Situação</b>	1 - Interno	<b>Posição</b> 0	Liberado	<b>Destino</b>		<b>Matrícula</b> 0																				
<b>Tp Crédito</b>	1 - Ordinário	<b>C. Partida</b> N	<b>N.Res</b> 4117	<b>Dt Saída</b> 00/00/0000		<b>Dt Chegada</b> 00/00/0000																				
<b>Classificação</b>	4879	25101.10.302.5007.2950.00000000287.44935200.11000																								
<b>Credor</b>	381752	CONSORCIO NORDESTE																								
<b>Supl/Anul</b>	8601	<b>Licitação</b> 10- Covid-19	<b>Dispositivo Legal</b> 4	<b>Efeito</b> 1 - Obrigação																						
<b>Finalidade Fr</b>	250001190019	ACOES EMERGENCIAIS COMBATE AO COVID-19																								
<b>Município</b>	250750	JOAO PESSOA																								
<b>Número Processo</b>	270420502	<b>Rc.Dv</b> 0																								
<b>Número Contrato</b>	NT																									
<b>Registro CGE</b>	99000000	0	0																							
<b>Item Despesa</b>	1	AQUIS DE MAT PERMA	1+2-3-4																							
<b>Data Atualização</b>	06/05/2020	<b>Hora Atualização</b> 11:39																								
<b>Data Movimento</b>	06/05/2020	<b>Dt Processament</b> 06/05/2020	4-6																							
<b>Ordenador</b>	247673	<b>Unidade Adm.</b> 0																								
<b>Responsável</b>	FLAVIO MARQUES FORMIGA																									
			<table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2">VALORES</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>1 Empenhado</td> <td>6.554.562,88</td> </tr> <tr> <td>2 Suplementado</td> <td>0,00</td> </tr> <tr> <td>3 Anulado</td> <td>0,00</td> </tr> <tr> <td>4 Liquidação</td> <td>0,00</td> </tr> <tr> <td>5 A Liquidar</td> <td>6.554.562,88</td> </tr> <tr> <td>6 Pago</td> <td>0,00</td> </tr> <tr> <td>7 A Pagar</td> <td>0,00</td> </tr> <tr> <td>8 Anulado GD</td> <td>0,00</td> </tr> <tr> <td>R.P.Provisorio</td> <td>6.554.562,88</td> </tr> </tbody> </table>				VALORES		1 Empenhado	6.554.562,88	2 Suplementado	0,00	3 Anulado	0,00	4 Liquidação	0,00	5 A Liquidar	6.554.562,88	6 Pago	0,00	7 A Pagar	0,00	8 Anulado GD	0,00	R.P.Provisorio	6.554.562,88
VALORES																										
1 Empenhado	6.554.562,88																									
2 Suplementado	0,00																									
3 Anulado	0,00																									
4 Liquidação	0,00																									
5 A Liquidar	6.554.562,88																									
6 Pago	0,00																									
7 A Pagar	0,00																									
8 Anulado GD	0,00																									
R.P.Provisorio	6.554.562,88																									

Notas de Empenho, Referentes ao Contrato de Rat... Proc. 10409/20. Data: 01/06/2020 14:00. Responsável: Renata C. T. de Andrade.  
 Impresso por cveras em 14/10/2020 16:32. Validação: 898B.3ED0.D256.2425.5D17.9802.9B3F.B66C.

## Nota de Empenho Por Documento

Nº da Nota de Empenho

8601

Infos da NE	Descrição NE	Det. Classificação	Lançamentos	LD's	Histórico	Restos a Pagar
Dotação Orçamentária		25101.10.302.5007.2950.00000000287.44935200.110				
Código	Título					
25101	SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE					
10	SAÚDE					
302	ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIO					
5007	OPERACOES ESPECIAIS					
2950	IMPLEMENTACAO DA ESTRUTURACAO ORGANIZACIONAL DA REDE ESTADUAL DE SAU					
0000	0000					
0000287	0000287					
44935200	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE					
110	REC VINCULADOS AO FUNDO ESTADUAL SAUDE					

Notas de Empenho\_Referentes ao Contrato de Rat... Proc. 10409/20. Data: 01/06/2020 14:00. Responsável: Renata C. T. de Andrade.  
 Impresso por cveras em 14/10/2020 16:32. Validação: 898B.3ED0.D256.2425.5D17.9802.9B3F.B66C.

Assinado eletronicamente por: SISTEMA em 08/01/2021 6



01 jun 2020 13:49

Exercício: 2020 ▼

Órgão: 250001 - SECRETARIA DE ESTADO DA SAI ▼



## Nota de Empenho Por Documento

[Voltar \[F3\]](#)

Nº da Nota de Empenho

8601

[Reemitir N](#)

Infos da NE	Descrição NE	Det. Classificação	Lançamentos	LD's	Histórico	Restos a Pagar
Código	Descrição			Unidade	Quantidade	Valor da Despesa
1	VALOR REFERENTE A TRANSFERENCIA DA COTA PARTE DO GOVERNO DO ESTADO DA PARAIBA, RELATIVA A COMPRA DE VENTILADORES PULMONARES, PELO					
2	CONSORCIO NORDESTE, PARA ENFRENTAMENTO DO ESTADO DE CALAMIDADE PUBLICA, DECOF DA PANDEMIA DO CORONAVIRUS CONFORME P.F. No.229/2020			UND	1,0	6.554.562,88

Notas de Empenho\_Referentes ao Contrato de Rat... Proc. 10409/20. Data: 01/06/2020 14:00. Responsável: Renata C. T. de Andrade.  
 Impresso por cveras em 14/10/2020 16:32. Validação: 898B.3ED0.D256.2425.5D17.9802.9B3F.B66C.

Assinado eletronicamente por: SISTEMA em 08/01/2021

Infos da NE	Descrição NE	Det. Classificação	Lançamentos	LD's	Histórico	Restos a Pagar
Situação	1 - Interno	Posição	0	Liberado	Destino	Matrícula 0
Tp Crédito	1 - Ordinário	C. Partida	N	N.Res 4118	Dt Saída	Dt Chegada 00/00/0000
Classificação	4881	25101.10.302.5007.2950.00000000287.44935200.29000				
Credor	381752	CONSORCIO NORDESTE				
Supl/Anul	8607	Licitação	10- Covid-19	Dispositivo Legal	4	Efeito 1 - Obrigação
Finalidade Fr	250001190019	ACOES EMERGENCIAIS COMBATE AO COVID-19				
Município	250750	JOAO PESSOA	----- VALORES -----			
Número Processo	270420502	Rc.Dv	0	1 Empenhado		1.000.000,00
Número Contrato	NT			2 Suplementado		0,00
Registro CGE	99000000	0	0	3 Anulado		0,00
Item Despesa	1	AQUIS DE MAT PERMA	1+2-3-4		4 Liquidação	0,00
Data Atualização	06/05/2020	Hora Atualização	12:59	5 A Liquidar		1.000.000,00
Data Movimento	06/05/2020	Dt Processament	06/05/2020	4-6	6 Pago	0,00
Ordenador	247673	Unidade Adm.	0	7 A Pagar		0,00
Responsável	FLAVIO MARQUES FORMIGA			8 Anulado GD		0,00
				R.P.Provisorio		1.000.000,00

Notas de Empenho\_Referentes ao Contrato de Rat... Proc. 10409/20. Data: 01/06/2020 14:00. Responsável: Renata C. T. de Andrade.  
 Impresso por cveras em 14/10/2020 16:32. Validação: 898B.3ED0.D256.2425.5D17.9802.9B3F.B66C.

## Nota de Empenho Por Documento

Nº da Nota de Empenho

8607

Infos da NE	Descrição NE	Det. Classificação	Lançamentos	LD's	Histórico	Restos a Pagar
Dotação Orçamentária 25101.10.302.5007.2950.00000000287.44935200.290						
Código	Título					
25101	SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE					
10	SAÚDE					
302	ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIO					
5007	OPERACOES ESPECIAIS					
2950	IMPLEMENTACAO DA ESTRUTURACAO ORGANIZACIONAL DA REDE ESTADUAL DE SAU					
0000	0000					
0000287	0000287					
44935200	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE					
290	RECURSOS DIVERSOS					

Notas de Empenho, Referentes ao Contrato de Rat... Proc. 10409/20, Data: 01/06/2020 14:00, Responsável: Renata C. T. de Andrade.  
 Impresso por cveras em 14/10/2020 16:32, Validação: 898B.3ED0.D256.2425.5D17.9802.9B3F.B66C.

Assinado eletronicamente por: SISTEMA em 08/01/2021

01 jun 2020 13:17

Exercício: 2020 ▼

Órgão: 250001 - SECRETARIA DE ESTADO DA SA ▼



## Nota de Empenho Por Documento

[Voltar \[F3\]](#)

Nº da Nota de Empenho

8607

[Reemitir NE](#)

[Infos da NE](#)
[Descrição NE](#)
[Det. Classificação](#)
[Lançamentos](#)
[LD's](#)
[Histórico](#)
[Restos a Pagar](#)

Código	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor da Despesa
1	VALOR REFERENTE A TRANSFERENCIA DA COTA PARTE DO GOVERNO DO ESTADO DA PARAIBA, RELATIVA A COMPRA DE VENTILADORES PULMONARES, PELO			
2	CONSORCIO NORDESTE, PARA ENFRENTAMENTO DO ESTADO DE CALAMIDADE PUBLICA, DECOF DA PANDEMIA DO CORONAVIRUS CONFORME P.F. No 228/2020, COM			
3	RECURSOS DA C/C 13.968-8 (DOACOES COVID-19/FESEP)	UND	1,0	1.000.000,00

Notas de Empenho\_Referentes ao Contrato de Rat... Proc. 10409/20. Data: 01/06/2020 14:00. Responsável: Renata C. T. de Andrade.  
 Impresso por cveras em 14/10/2020 16:32. Validação: 898B.3ED0.D256.2425.5D17.9802.9B3F.B66C.

Assinado eletronicamente por: SISTEMA em 08/01/2021



Zimbra

financeironac@ses.pb.gov.br

**Re: Procedimento para realização da GD**

**De :** Cláudia Marques de Sousa Toscano  
<claudiam@cge.pb.gov.br>

seg, 22 de jun de 2020 10:42

**Assunto :** Re: Procedimento para realização da GD

**Para :** Núcleo de Acompanhamento de Convênios -  
Financeiro/SES <financeironac@ses.pb.gov.br>

**Cc :** girlandogomes@hotmail.com, flavio formiga  
<flavio.formiga@ses.pb.gov.br>, Danilo Adriano Lima  
Soares <danilo@cge.pb.gov.br>, brunna nascimento  
<brunna.nascimento@ses.pb.gov.br>, Danilo Adriano  
Lima Soares <danilo@cge.pb.gov.br>, SAMAY LOPES  
NOGUEIRA AMORIM <samay@cge.pb.gov.br>, RITTA  
SYBELLE GRILO FRUTUOSO <ritta@cge.pb.gov.br>,  
DANIELLE ROBERTA MARQUES CABRAL  
<daniellecabral@cge.pb.gov.br>, PRISCILA DA SILVA  
MAXIMO <priscilamaximo@cge.pb.gov.br>

Prezados,

conforme é de conhecimento da Secretaria de Estado da Saúde, o governo do Estado da Paraíba repassou recursos financeiros para a aquisição de respiradores, através do Consórcio Nordeste. Foram emitidas inicialmente as Notas de Empenho - NE 7708 e 7710 e por equívoco no código da Natureza de Despesa essas foram anuladas e em seguida foram emitidas as Notas de Empenho nº 8607 e 8601, de R\$ 1.000.000,00 e R\$ 6.554.562,88, respectivamente.

Porém, a aquisição não se concretizou, conseqüentemente, não foi emitida nenhuma nota fiscal e o recurso financeiro foi devolvido no dia 12/06/2020 R\$ 6.701.042,82 na conta da SEFAZ nº 13006-0 e no mesmo dia transferido para a conta da SES nº 13968-8 o valor R\$ 1.000.000,00, restituindo o que havia sido debitado dessa conta de todo o montante. Foi constatado um deságio (decorrente da variação cambial) de R\$ 853.520,06.

Mesmo assim, não devemos fechar as pendências financeiras (débito e crédito do extrato) sem lançamentos. Precisávamos registrar contabilmente o ocorrido. Por isso, solicitamos à gerência do SIGBP que fossem providenciadas as emissões das Liquidações de Despesa no SIAF para subsidiar o lançamento das NPs escriturais. As LDs foram geradas no sistema:

NE: 8601 - LD: 12341

NE: 8607 - LD: 12342

Foram emitidas NPs escriturais (19089 e 19091) para registrar o débito no extrato quando do envio ao Consórcio Nordeste.

Agora estamos aguardando a SES enviar a esta Contadoria as GDs das NPs escriturais nº 19089 e 19091, com a máxima urgência, para que possamos fechar com a devolução do recurso.

Em seguida providenciaremos os lançamentos do deságio da moeda.

Agradeço sua atenção de sempre e aguardo seu retorno.

Att.,

Cláudia Marques de Sousa Toscano  
Contadora Geral do Estado da Paraíba  
Em Home Office

----- Mensagem original -----

De: "Núcleo de Acompanhamento de Convênios - Financeiro/SES"

<financeironac@ses.pb.gov.br>

Para: claudiam@cge.pb.gov.br

Cc: girlandogomes@hotmail.com, "flavio formiga" <flavio.formiga@ses.pb.gov.br>,

"Danilo Adriano Lima Soares" <danilo@cge.pb.gov.br>

Enviadas: Terça-feira, 16 de junho de 2020 14:23:19

Assunto: Procedimento para realização da GD

Cláudia, boa tarde!

Com relação às NPs Escriturais n.º 19089 e 19091, as quais totalizaram o valor de R\$ 7.554.562,88 (Sete milhões, quinhentos e cinquenta e quatro mil, quinhentos e sessenta e dois reais e oitenta e oito centavos), solicitamos orientação acerca dos procedimentos a serem adotados quanto à devolução proveniente do Consórcio Nordeste no valor de R\$ 6.701.042,82 (Seis milhões, setecentos e um mil, quarenta e dois reais e oitenta e dois centavos), haja vista, a ocorrência de deságio (referente à variação cambial) no valor de R\$ 853.520,06 (Oitocentos e cinquenta e três mil, quinhentos e vinte reais e seis centavos).

Cordialmente,

Núcleo de Acompanhamento de Convênios-SES/PB.

(83) 3211-9096



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA PARAÍBA  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA  
PROMOTORIA DE JUSTIÇA ESPECIALIZADA DE DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO  
COMARCA DE JOÃO PESSOA**

**CERTIDÃO**

Certifico para os devidos fins, que anexe nos autos deste procedimento o PGA nº 001.2021.000608, com resposta ao Ofício nº 682/2020/PDPP, reiterado através do Ofício nº 809/2020, encaminhada pela Secretaria de Estado da Saúde, conforme Ofício nº 0026/2020GS/SES.

João Pessoa, 11 de janeiro de 2021.

**Armando Sales Correia**

Técnico Ministerial

Matrícula: 701.332-9

Assinado eletronicamente por: ARMANDO CORREIA em 11/01/2021



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA PARAÍBA**  
**PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DIREITOS DIFUSOS**  
**37º PROMOTOR DE JUSTIÇA - DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO**  
**COMARCA DE JOÃO PESSOA**

**DESPACHO:**

**01.** Em virtude de ultrapassagem de prazo de tramitação de procedimento preparatório e delimitado com precisão o objeto investigativo, há que se realizar imediata **conversão em inquérito civil público** (artigo 19. §4º e 20, parágrafo único, ambos da Resolução CPJ 004/2013), mantidos os termos da portaria inaugural e o atendimento, doravante, ao prazo inicial de 01(um) ano, com sequencial realização das diligências probatórias.

**02.** Anexada resposta da Secretaria de Estado da Saúde da Paraíba, através do ofício 0026/2020/GS/SES (fls. 400/ ), com ênfase acerca de ressarcimento a menor constatado pela auditoria no Processo TC 10409/2020 em face da contratação realizada pelo Consórcio do Nordeste e a pessoa jurídica PULSAR DEVELOPMENT INTERNACIONAL LTD, há que se anexar relatório superveniente, em linha de complementação da instrução, formalizado pela auditoria no mesmo Processo TC e, por cautela e prudência, aguardar por 60 dias, desfecho do julgamento naquela Corte de Contas, após parecer do MpJTCE.

**03.** Diante disto, fundamental a realização de providências cartorárias a seguir individualizadas.

**PROVIDÊNCIAS CARTORÁRIAS:**

**01. movimentação no MP VIRTUAL 2** de conversão em inquérito civil público, observando-se o prazo de **01(um) ano de tramitação, a partir da data de expiração do prazo de tramitação anterior;**

**02.** juntada de **relatório complementar de auditoria** no Processo TC 10409/20;

**03. sobrestamento** da investigação, **por 60 dias**, com nova conclusão para exame de desfecho de julgamento do TCE no Processo TC 10.409/20.

João Pessoa, PB, data e assinatura pelo sistema.

**Adrio Nobre Leite**  
**37º Promotor de Justiça**

ANL





**Diretoria de Auditoria e Fiscalização - DIAFI**  
**Departamento de Acompanhamento da Gestão Estadual – DEAGE**  
**Divisão de Acompanhamento das Contas do Governo do Estado II – DICO II**

<b>Processo:</b>	10409/20
<b>Jurisdicionados:</b>	Governo do Estado da Paraíba/Secretaria de Estado da Saúde – SES/PB
<b>Assunto:</b>	Inspeção Especial de Acompanhamento de Gestão - Relatório de Análise de Defesa
<b>Período:</b>	De 21/03 a 01/06/2020
<b>Responsáveis:</b>	Sr. João Azevedo Lins Filho (Governador do Estado) Sr. Geraldo Antônio de Medeiros (Secretário de Estado da Saúde)

**RELATÓRIO DE ANÁLISE DE DEFESA**

**1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS**

O presente processo trata da aquisição de ventiladores pulmonares, pela Secretaria de Estado da Saúde, através do Consórcio Nordeste, para o enfrentamento da situação de calamidade pública decorrente da pandemia da COVID-19.

Com a ocorrência de novos fatos relacionados ao assunto em tela (levantados no Processo TC nº 01031/20, fls. 235/328), após anuência do Relator, Conselheiro André Carlo Torres Pontes, a Auditoria solicitou ao Ministério Público de Contas o retorno dos presentes autos ao Órgão Técnico, com vista à complementação de instrução (Documento TC nº 68973/20).

**2 ENTENDIMENTO DA AUDITORIA APÓS AS DEFESAS APRESENTADAS PELOS GESTORES**

Após análise dos Documentos TC nº 41827/20 e nº 41859/20, apresentados, respectivamente, pelo Sr. João Azevedo Lins Filho - Governador do Estado da Paraíba - e pelo Sr. Geraldo Antônio de Medeiros - Secretário de Estado da Saúde -, a Auditoria entendeu que permaneceram as seguintes irregularidades (fls. 211/229 autos):

- a) No âmbito do Contrato de Rateio nº 002/2020, persiste o montante de R\$ 853.520,06 (oitocentos e cinquenta e três mil, quinhentos e vinte reais e seis centavos) que devem ser ressarcidos ao Estado da Paraíba (subitem 3.3.2.1 do relatório inicial);



- b) No que tange ao Contrato Administrativo nº 005/2020, não foram entregues à Paraíba os 30 (trinta) ventiladores pulmonares adquiridos, através do Consórcio Nordeste, à empresa HEMPCARE PHARMA REPRESENTAÇÕES LTDA. (subitens 3.3.1.2 e 3.3.1.4 do relatório inicial);
- c) Ausência de registro no SIAF dos pagamentos referentes às notas de empenho NE 8600, NE 8601 e NE 8607 (subitens 3.3.1.2 e 3.3.2.1 do relatório inicial);
- d) Os numerários, totalizando R\$ 4.947.535,80 (quatro milhões, novecentos e quarenta e sete mil, quinhentos e trinta e cinco reais e oitenta centavos) devem ser ressarcidos imediatamente ao erário estadual, pois correspondem a despesas realizadas sem que tenha havido o fornecimento do material (subitem 3.3.1.4 do relatório inicial);
- e) Os gestores, apesar da situação de pandemia, não podem se esquivar da transparência exigida na execução da despesa pública (subitem 3.3.2 do relatório inicial).
- f) Frente à aquisição de equipamentos médico-hospitalares efetivada junto a empresa INTERMED (CNPJ: 49.520.521/0001-69), que não foi abordada na análise prévia, entende-se por essencial a apresentação, junto a esta Corte de Contas, da documentação comprobatória dessa despesa (documentos fiscais, comprovantes bancários de transferência dos numerários, etc.), bem como, da informação quanto ao destino dos 84 (oitenta e quatro) ventiladores pulmonares adquiridos.

No que tange à necessidade exposta na alínea “F”, a Auditoria verificou que a documentação correspondente foi acostada aos autos do Processo TC nº 01031/20, motivando, assim, a complementação de instrução.

### **3 LEVANTAMENTO DE DADOS/INFORMAÇÕES REFERENTES À EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 085/2020 – DECORRENTE DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 086/20**

Foi realizado, pelo Técnico de Contas Públicas, José Alberto Góes Siqueira, Mat.: 370.468-8, nos autos do Processo TC nº 01031/20 – Processo de Acompanhamento da Gestão da Secretaria de Estado da Saúde -, o levantamento de dados e informações referentes à execução do Contrato SES nº 0085/2020, Processo TC nº 06604/20, cujo objeto é a aquisição de equipamentos médicos para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do Coronavírus para a Secretaria de Estado da Saúde, anexado ao Processo TC nº 05952/20.



### 3.1 AQUISIÇÃO DE VENTILADORES PULMONARES

Em relação aos ventiladores pulmonares adquiridos junto a empresa Intermed (CNPJ: 49.520.521/0001-69), seguem os dados contratuais:

#### 3.1.1 Do Contrato nº 085/2020

a) Descrição do objeto: aquisição de ventiladores pulmonares (84 unidades);

#### 1. DO OBJETO

1.1. O objeto do presente Termo de Contrato é a **AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS MÉDICO-HOSPITALARES**, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência do processo identificado no preâmbulo e na proposta vencedora.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Termo de Referência identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independente de transcrição.

1.3. Discriminação do objeto:

Item	Código	Descrição	Quantidade	Valor Unit.	Subtotal
16	29124	Ventilador Pulmonar Pressométrico e Volumétrico, cujas especificações constam no termo de referência	84	52.000,00	4.368.000,00

Fonte: Proc. TC 05952/20 – fls. 276

b) Contrato (Processo TC nº 05952/20, fls. 274/285);

b.1) Número do Contrato: 085/2020;

b.2) Contratado: Intermed Equip. Médico Hospitalar Ltda. (CNPJ: 49.520.521/0001-69);

b.3) Valor: R\$ 4.368.000,00 (quatro milhões, trezentos e sessenta e oito mil reais);

b.4) Vigência: de 27/03/2020 a 27/09/2020;

b.5) Data da assinatura do contrato: 27/03/2020;

b.6) Data da publicação no DOE: 01/04/2020.



Tribunal de Contas do Estado



## 3.1.2 Da Execução Contratual

Conforme verificado em 08/09/2020, os valores executados foram os que se seguem:

VALOR CONTRATADO	NOTA DE EMPENHO				
	DATA	NÚMERO	VALORES		
			EMPENHADO	ANULADO	PAGO
4.368.000,00	22/04/2020	07346	4.368.000,00	988.000,00(*)	3.380.000,00
	01/07/2020	14567	988.000,00(**)	0,00	988.000,00

(\*) anulação parcial do Emp. 07346 (Fonte 110) – fls. 27657/27658

(\*\*) recursos transferidos pelo Ministério Público do Trabalho a título de doação para aquisição de respiradores mecânicos (Fonte 290) – fls. 27659/27660



Governo do Estado da Paraíba  
CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO - Contadoria Geral  
Sistema Integrado de Administração Financeira WEB

## Nota de Empenho - 2020

Unid. Gestora		Tipo Administração		
250001	SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE	Direta		
Nº Empenho	NE Origem	Data da NE	Tipo NE	Licitação
07346	07346	22/04/2020	PRINCIPAL	Covid-19
Histórico				
VALOR REFERENTE AQUISIÇÃO EMERGENCIAL DE EQUIPAMENTOS, MEDICOS (VENTILADORES, PULMONARES, PRESSOMETRICO E VOLUMETRICO), PARA ENFRENTAMENTO DA EMERGENCIA DE SAUDE PUBLICA, DECORRENTE DA PANDEMIA DO CORONAVIRUS, DESTINADO A SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE, CONFORME P.F. Nº 197/2020.				
Tipo Crédito	Matrícula	Data saída	Data Retorno	Destino Diária
Ordinário	0			
Credor	CNPJ/CPF Credor		Tipo Credor	Cod. Credor
INTERMED	49.510.521.0001-59		Ordinário	03925
Situação da NE	Município			UF
INTERNO (PAGO PELO PRÓPRIO ÓRGÃO)	JOÃO PESSOA			PB
Grupo Financeiro	Registro CGE	N.º Processo	Contrato	
411000 - Investimentos - 4110	99060000	170320585	NT	
Dotação Orçamentária - (02450)				
Unidade:	25101	SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE	Valor NE:	4.368.000,00
Função:	10	SAÚDE	Suplementado:	0,00
Subfunção:	302	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIO	Anulado:	988.000,00
Programa:	0007	SAÚDE INTEGRAL	Pag. Anulado:	0,00
Ação:	2850	IMPLEMENTAÇÃO DA ESTRUTURAÇÃO ORGANIZACIONAL DA REDE ESTADUAL DE SAÚDE	Valor Pago:	3.380.000,00
Natureza:	448052	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	Valor Atualiz. NE:	3.380.000,00
Fonte:	110	REC VINCULADOS AO FUNDO ESTADUAL SAÚDE	A Pagar:	0,00
Reserva	Item da Despesa	Dispositivo Legal		
3378	30 - OUTROS MATERIAIS PERMANENTES			
Reservado: PLANO MARCO DA FORMICA				
Empenhos Relacionados				
Num Doc.	Tipo Documento	Movimento	Data	Valor
2020NE17547	Empenho	ANULAÇÃO PARCIAL	27/07/2020	988.000,00

Fonte: <https://transparencia.pb.gov.br/despesas/notas-de-empenho/notas-de-empenho-avancado>





### 3.2 DOCUMENTAÇÃO APRESENTADA

O Sr. Geraldo Antônio de Medeiros, Secretário de Estado da Saúde, em 05/10/2020, apresentou o Documento TC nº 63211/20.

Após análise documental e levantamento realizados pelo Técnico de Contas Públicas, José Alberto Góes Siqueira, verificou-se que os ventiladores pulmonares foram assim distribuídos:

Documentação	Observação
Comprovante do destino do bem recebido no almoxarifado (para qual unidade da rede hospitalar o bem foi encaminhado) *	02 ventiladores – Hospital Regional de Cajazeiras
	12 ventiladores – Hospital das Clínicas (Campina Grande)
	03 ventiladores – UPA de Cajazeiras
	05 ventiladores – Hospital Regional de Piancó
	01 ventilador – Hospital Regional de Sousa
	02 ventiladores – Hospital de Emergência e Trauma de João Pessoa
	07 ventiladores – Hospital de Emergência e Trauma de Campina Grande
	04 ventiladores – Hospital Regional de Patos
	02 ventiladores – UPA de Santa Rita
	02 ventiladores – UPA de Princesa Isabel
	04 ventiladores – Maternidade Frei Damião



Tribunal de Contas do Estado



Comprovante do destino do bem recebido no almoxarifado (para qual unidade da rede hospitalar o bem foi encaminhado)	02 ventiladores – Maternidade Peregrino Filho
	02 ventiladores – Hospital Arlinda Marques
	03 ventiladores – Hospital Regional de Picuí
<b>Total entregue às Unidades Hospitalares</b>	<b>51 ventiladores pulmonares</b>
Notas Fiscais dos bens adquiridos	DANFE nº 52739; R\$ 4.368.000,00, emitida em 18/06/2020;
Plano da requisição e da distribuição dos bens adquiridos	Não consta nenhum estudo documentado, e realizado previamente, atestando a necessidade específica de cada unidade de saúde;

Fonte: Processo TC nº 01031/20 (fls. 235/328 dos autos).

Intermed Equipamento Médico Hospitalar Ltda - CNPJ 49.520.521/00001-69					
Documento TC nº 63211/20 - fls. 27625/27691					
Nota Fiscal	Data da NF	Valor (R\$)	Nota de Empenho	Data da NE	Data de recebimento no almoxarifado da SES-PB (Setor de Patrimônio)
052739	18/06/2020	4.368.000,00	07346	22/04/2020	07/07/2020 (entrada no sistema)
			14567	01/07/2020	08/07/2020 (receb. p/ Comissão)

Fonte: Doc. fls. 27662 e Doc. fls. 27669/27673.

Através da exposição anterior, observa-se que foi pago o valor correspondente a 84 (oitenta e quatro) ventiladores pulmonares; entretanto, foi acostada documentação referente à distribuição de 51 (cinquenta e uma) unidades. Não se evidenciou o destino de 33 (trinta e três) ventiladores, no total de R\$ 1.716.000,00 (hum milhão, setecentos e dezesseis mil reais) – R\$ 52.000,00/unidade x 33 unidades.

#### 4 CONCLUSÃO

Diante do exposto, compilando as irregularidades que permaneceram após a análise de defesa do presente processo (fls. 211/229 dos autos), bem como o levantamento realizado no âmbito do Processo TC nº 01031/20 (fls. 28413/28422) – no que tange à aquisição de 84 (oitenta e quatro) ventiladores pulmonares, efetivada junto a empresa INTERMED (CNPJ: 49.520.521/0001-69), cujo detalhamento dos gastos e destinação do material foram solicitados no subitem 3.3.1 da supracitada defesa (fls. 228 dos autos):

“Frente à aquisição de equipamentos médico-hospitalares efetivada junto a empresa INTERMED (CNPJ: 49.520.521/0001-69), que não foi abordada na análise prévia, entende-se por essencial a apresentação, junto a esta Corte de Contas, da documentação comprobatória dessa despesa (documentos fiscais, comprovantes bancários de transferência



dos numerários, etc.), bem como, da informação quanto ao destino dos 84 (oitenta e quatro) ventiladores pulmonares adquiridos.”

A Auditoria entende:

#### 4.1 IRREGULARIDADES PARCIALMENTE ELIDIDAS

4.1.1 De responsabilidade do Sr. João Azevedo Lins Filho, Governador do Estado da Paraíba, e do Sr. Geraldo Antônio de Medeiros, Secretário de Estado da Saúde

- a) No âmbito do Contrato de Rateio nº 002/2020, persiste o montante de R\$ 853.520,06 (oitocentos e cinquenta e três mil, quinhentos e vinte reais e seis centavos) que devem ser ressarcidos ao Estado da Paraíba (subitem 3.3.2.1 do relatório inicial).

#### 4.2 IRREGULARIDADES QUE PERMANECEM

4.2.1 De responsabilidade do Sr. João Azevedo Lins Filho, Governador do Estado da Paraíba, e do Sr. Geraldo Antônio de Medeiros, Secretário de Estado da Saúde

- a) No que tange ao Contrato Administrativo nº 005/2020, não foram entregues à Paraíba os 30 (trinta) ventiladores pulmonares adquiridos, através do Consórcio Nordeste, à empresa HEMPCARE PHARMA REPRESENTAÇÕES LTDA. (subitens 3.3.1.2 e 3.3.1.4 do relatório inicial);
- b) Os numerários, totalizando R\$ 4.947.535,80 (quatro milhões, novecentos e quarenta e sete mil, quinhentos e trinta e cinco reais e oitenta centavos) devem ser ressarcidos imediatamente ao erário estadual, pois correspondem a despesas realizadas sem que tenha havido o fornecimento do material (subitem 3.3.1.4 do relatório inicial);
- c) Os gestores, apesar da situação de pandemia, não podem se esquivar da transparência exigida na execução da despesa pública (subitem 3.3.2 do relatório inicial).

4.2.2 De responsabilidade do Sr. Geraldo Antônio de Medeiros, Secretário de Estado da Saúde



- a) Ausência de registro no SIAF dos pagamentos referentes às notas de empenho NE 8600, NE 8601 e NE 8607 (subitens 3.3.1.2 e 3.3.2.1 do relatório inicial);

#### 4.3 IRREGULARIDADE DECORRENTE DA DOCUMENTAÇÃO APRESENTADA NOS AUTOS DO PROCESSO TC Nº 01031/20 – REFERENTE ÀS DESPESAS COM A INTERMED

##### 4.3.1 De responsabilidade do Sr. Geraldo Antônio de Medeiros, Secretário de Estado da Saúde

- a) Foi pago o valor correspondente a 84 (oitenta e quatro) ventiladores pulmonares; entretanto, foi acostada documentação referente à distribuição de 51 (cinquenta e uma) unidades. Não se evidenciou o destino de 33 (trinta e três) ventiladores, no total de R\$ 1.716.000,00 (um milhão, setecentos e dezesseis mil reais) – R\$ 52.000,00/unidade x 33 unidades (item 03 da presente análise).

É o relatório.



Assinado em 2 de Dezembro de 2020



Renata Carrilho Torres de Andrade  
Mat. 3705846  
AUDITOR DE CONTAS PÚBLICAS

Assinado em 3 de Dezembro de 2020



Ludmilla Costa de Carvalho Frade  
Mat. 3703134  
CHEFE DE DIVISÃO

Assinado em 3 de Dezembro de 2020



Maria Zaira Chagas Guerra Pontes  
Mat. 3701468  
CHEFE DE DEPARTAMENTO

Assinado eletronicamente por: ADRIO LEITE em 26/01/2021



**Ministério Público da Paraíba**  
**PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE JOÃO PESSOA - PATRIMÔNIO PÚBLICO**

**CERTIDÃO**

CERTIFICO que em cumprimento ao despacho item 1, converti o presente processo em inquérito civil público, observando-se o prazo de 01(um) ano de tramitação.

João Pessoa, 27 de janeiro de 2021.

**ARLENE PASSOS DA SILVA MACIEL**

Técnico Ministerial

Matrícula: 701.327-2

Assinado eletronicamente por: ARLENE em 27/01/2021



**Ministério Público da Paraíba**  
**PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE JOÃO PESSOA - PATRIMÔNIO PÚBLICO**

**CERTIDÃO**

CERTIFICO que em cumprimento ao despacho anterior, submeto o presente procedimento a sobrestamento por 60 dias.

João Pessoa, 27 de janeiro de 2021.

**ARLENE PASSOS DA SILVA MACIEL**

Técnico Ministerial

Matrícula: 701.327-2

Assinado eletronicamente por: ARLENE em 27/01/2021



**Ministério Público da Paraíba**  
**PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE JOÃO PESSOA - PATRIMÔNIO PÚBLICO**

**CERTIDÃO**

CERTIFICO ultrapassou o prazo fixado em despacho de sobrestamento, inexistindo outros ofícios pendentes ou providências cartorárias.

João Pessoa, 05 de abril de 2021.

**ARLENE PASSOS DA SILVA MACIEL**

Técnico Ministerial

Matrícula: 701.327-2

Assinado eletronicamente por: ARLENE em 05/04/2021





**Ministério Público da Paraíba**  
**PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE JOÃO PESSOA - PATRIMÔNIO PÚBLICO**

**Despacho:**

**01.** Mantidos os motivos e justificativas do despacho anterior (movimento 61), há que se aguardar o julgamento do **Processo TC 10409/2020**, ainda pendente, conforme extrato de tramitação consultado hoje (doc anexado).

**02.** Assim, determino **novo sobrestamento por mais 30 dias**, com nova conclusão em seguida.

João Pessoa, data e assinatura pelo sistema.

**Adrio Nobre Leite**

**37º Promotor de Justiça**

Assinado eletronicamente por: ADRIO LEITE em 06/04/2021

<b>Processo</b>	10409/20	<b>Situação Juntada</b>	Livre
<b>Categoria</b>	Inspeção Especial	<b>Sector Atual</b>	PROGE
<b>Subcategoria</b>	Inspeção Especial de Acompanhamento de	<b>Assunto</b>	
<b>Data de Entrada</b>	28/05/2020 14:56		
<b>Estágio Atual</b>	Formalizado		
<b>Jurisdicionado</b>	Secretaria de Estado da Saúde		

Evento	Data/Hora	Setor	Destino	Vol	Motivo	Observação
DISTRIB. P/ PROC. Isabella Barbosa Marinho Falcão	07/12/2020 10:45				Ao Procurador	
RECEBIMENTO	07/12/2020 10:45	PROGE		1		
ENCAMINHAMENTO	07/12/2020 10:10	ACTP	PROGE	1	Análise e Parecer	Tramitado após despacho eletrônico.
RECEBIMENTO	07/12/2020 09:49	ACTP		1		
ENCAMINHAMENTO	07/12/2020 08:51	DICOG2	ACTP	1	Apreciar Complementação de Instrução	
DESVINCULADO DO(DA)DICOG2	03/12/2020 09:27	DICOG2			Relatório de Complementação de Instrução	
DEVOL. DA DISTRIB. P/ ACP/TCP Renata Carrilho Torres de Andrade	30/11/2020 21:12	DICOG2			Produto elaborado: Relatório de Complementação de Instrução	
DISTRIB. P/ ACP/TCP Renata Carrilho Torres de Andrade	05/11/2020 11:25	DICOG2			Elaborar produto: Relatório de Complementação de Instrução	
ANEXAÇÃO DO DOC. 68973/20	05/11/2020 11:15	DICOG2				
RECEBIMENTO	05/11/2020 08:50	DICOG2		1		
VINCULADO AO(À) DICOG2	05/11/2020 08:50	DICOG2			Relatório de Complementação de Instrução	
ENCAMINHAMENTO	04/11/2020 19:40	PROGE	DICOG2	1	Por Solicitação	
DEVOL. DA DISTRIB. P/ PROC. Isabella Barbosa Marinho Falcão	04/11/2020 19:38				Devolvido Após Solicitação	
DISTRIB. P/ PROC. Isabella Barbosa Marinho Falcão	04/08/2020 18:04				Ao Procurador	
RECEBIMENTO	04/08/2020 18:00	PROGE		1		
ENCAMINHAMENTO	04/08/2020 16:24	ACTP	PROGE	1	Análise e Parecer	Tramitado após despacho eletrônico.
RECEBIMENTO	04/08/2020 15:07	ACTP		1		
ENCAMINHAMENTO	04/08/2020 14:56	DEAGE	ACTP	1	Apreciar Relatório de Análise de Defesa	
RECEBIMENTO	04/08/2020 14:55	DEAGE		1		
ENCAMINHAMENTO	04/08/2020 12:29	DICOG2	DEAGE	1	Revisão e Encaminhamento do Relatório de Análise da Defesa	
DESVINCULADO DO(DA)DICOG2	04/08/2020 12:26	DICOG2			Relatório de Análise Defesa	
DEVOL. DA DISTRIB. P/ ACP/TCP Renata Carrilho Torres de Andrade	20/07/2020 12:11	DICOG2			Produto elaborado: Relatório de Análise Defesa	
ANEXAÇÃO DO DOC. 39213/20	07/07/2020 06:47	DICOG2				

Inquérito Civil 001.2020.008750

Documento 2021/0000431319 criado em 06/04/2021 às 14:57

Evento	Data/Hora	Setor	Destino	Vol	Motivo	Observação
DISTRIB. P/ ACP/TCP Renata Carrilho Torres de Andrade	07/07/2020 06:22	DICOG2			Elaborar produto: Relatório de Análise Defesa	
RECEBIMENTO	07/07/2020 06:17	DICOG2		1		
VINCULADO AO(À) DICOG2	07/07/2020 06:17	DICOG2			Relatório de Análise Defesa	
ENCAMINHAMENTO	06/07/2020 10:56	ACTP	DICOG2	1	Elaborar Relatório de Análise da Defesa	Tramitado após despacho eletrônico.
RECEBIMENTO	06/07/2020 10:52	ACTP		1		
ENCAMINHAMENTO	06/07/2020 10:16	SECPL	ACTP	1	Encaminhar Defesa Apresentada	Tramitado após despacho eletrônico.
ANEXAÇÃO DO DOC. 41859/20	03/07/2020 19:38	PROTOCOLO DIGITAL				Juntada realizada automaticamente após protocolização de documento através do Portal do Gestor.
ANEXAÇÃO DO DOC. 41827/20	03/07/2020 16:59	PROTOCOLO DIGITAL				Juntada realizada automaticamente após protocolização de documento através do Portal do Gestor.
RECEBIMENTO	03/06/2020 10:37	SECPL		1		
ENCAMINHAMENTO	03/06/2020 08:35	ACTP	SECPL	1	Notificar Interessado / Responsável	Tramitado após despacho eletrônico.
RECEBIMENTO	02/06/2020 22:59	ACTP		1		
ENCAMINHAMENTO	02/06/2020 19:36	DEAGE	ACTP	1	Apreciar Relatório Inicial	
RECEBIMENTO	02/06/2020 19:36	DEAGE		1		
ENCAMINHAMENTO	02/06/2020 19:13	DICOG2	DEAGE	1	Revisão e Encaminhamento do Relatório Inicial	
DESVINCULADO DO(DA)DICOG2	02/06/2020 19:11	DICOG2			Relatório Inicial	
DEVOL. DA DISTRIB. P/ ACP/TCP Renata Carrilho Torres de Andrade	01/06/2020 16:56	DICOG2			Produto elaborado: Relatório Inicial	
ANEXAÇÃO DO DOC. 34707/20	01/06/2020 14:00	DICOG2				
ANEXAÇÃO DO DOC. 34704/20	01/06/2020 13:57	DICOG2				
DISTRIB. P/ ACP/TCP Renata Carrilho Torres de Andrade	29/05/2020 09:52	DICOG2			Elaborar produto: Relatório Inicial	
RECEBIMENTO	29/05/2020 09:34	DICOG2		1		
VINCULADO AO(À) DICOG2	29/05/2020 09:34	DICOG2			Relatório Inicial	
ENCAMINHAMENTO	28/05/2020 14:56	DIAFI	DICOG2	1	Formalização de Processo	Tramitação automática após formalização do processo.
DISTRIB. P/ REL. Conselheiro André Carlo Torres Pontes	28/05/2020 14:56					Distribuição automatizada de acordo com as competências estabelecidas na RN RN-TC Nº 07/2018
ENTRADA	28/05/2020 14:56	DIAFI				Inspeção Especial de Acompanhamento de Gestão relativa ao exercício 2020 do jurisdicionado Secretaria de Estado da Saúde.

Assinado eletronicamente por: ADRIO LEITE em 06/04/2021



**Ministério Público da Paraíba**  
**PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE JOÃO PESSOA - PATRIMÔNIO PÚBLICO**

**CERTIDÃO**

CERTIFICO que em cumprimento ao despacho anterior, submeto o presente procedimento a sobrestamento por 30 dias.

João Pessoa, 12 de abril de 2021.

**ARLENE PASSOS DA SILVA MACIEL**

Técnico Ministerial

Matrícula: 701.327-2

Assinado eletronicamente por: ARLENE em 12/04/2021





**Ministério Público da Paraíba**  
**PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE JOÃO PESSOA - PATRIMÔNIO PÚBLICO**

**CERTIDÃO**

CERTIFICO ultrapassou o prazo fixado em despacho de sobrestamento, inexistindo outros ofícios pendentes ou providências cartorárias.

João Pessoa, 12 de maio de 2021.

**ARLENE PASSOS DA SILVA MACIEL**

Técnico Ministerial

Matrícula: 701.327-2

Assinado eletronicamente por: ARLENE em 12/05/2021



**Ministério Público da Paraíba**  
**PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE JOÃO PESSOA - PATRIMÔNIO PÚBLICO**

**Despacho:**

**01.** Persistindo ainda os motivos e justificativas do despacho que fixou o primeiro sobrestamento (movimento 61), há que se aguardar o julgamento do Processo TC 10409/2020, ainda pendente, conforme extrato de tramitação consultado hoje (doc anexado).

**02.** Assim, determino mais um **sobrestamento por 30 dias**, com nova conclusão em seguida.

João Pessoa, data e assinatura pelo sistema.

**Adrio Nobre Leite**

**37º Promotor de Justiça**

Assinado eletronicamente por: ADRIO LEITE em 12/05/2021

<b>Processo</b>	10409/20	<b>Situação Juntada</b>	Livre
<b>Categoria</b>	Inspeção Especial	<b>Sector Atual</b>	PROGE
<b>Subcategoria</b>	Inspeção Especial de Acompanhamento de	<b>Assunto</b>	
<b>Data de Entrada</b>	28/05/2020 14:56		
<b>Estágio Atual</b>	Formalizado		
<b>Jurisdicionado</b>	Secretaria de Estado da Saúde		

Evento	Data/Hora	Setor	Destino	Vol	Motivo	Observação
DISTRIB. P/ PROC. Isabella Barbosa Marinho Falcão	07/12/2020 10:45				Ao Procurador	
RECEBIMENTO	07/12/2020 10:45	PROGE		1		
ENCAMINHAMENTO	07/12/2020 10:10	ACTP	PROGE	1	Análise e Parecer	Tramitado após despacho eletrônico.
RECEBIMENTO	07/12/2020 09:49	ACTP		1		
ENCAMINHAMENTO	07/12/2020 08:51	DICOG2	ACTP	1	Apreciar Complementação de Instrução	
DESVINCULADO DO(DA)DICOG2	03/12/2020 09:27	DICOG2			Relatório de Complementação de Instrução	
DEVOL. DA DISTRIB. P/ ACP/TCP Renata Carrilho Torres de Andrade	30/11/2020 21:12	DICOG2			Produto elaborado: Relatório de Complementação de Instrução	
DISTRIB. P/ ACP/TCP Renata Carrilho Torres de Andrade	05/11/2020 11:25	DICOG2			Elaborar produto: Relatório de Complementação de Instrução	
ANEXAÇÃO DO DOC. 68973/20	05/11/2020 11:15	DICOG2				
RECEBIMENTO	05/11/2020 08:50	DICOG2		1		
VINCULADO AO(À) DICOG2	05/11/2020 08:50	DICOG2			Relatório de Complementação de Instrução	
ENCAMINHAMENTO	04/11/2020 19:40	PROGE	DICOG2	1	Por Solicitação	
DEVOL. DA DISTRIB. P/ PROC. Isabella Barbosa Marinho Falcão	04/11/2020 19:38				Devolvido Após Solicitação	
DISTRIB. P/ PROC. Isabella Barbosa Marinho Falcão	04/08/2020 18:04				Ao Procurador	
RECEBIMENTO	04/08/2020 18:00	PROGE		1		
ENCAMINHAMENTO	04/08/2020 16:24	ACTP	PROGE	1	Análise e Parecer	Tramitado após despacho eletrônico.
RECEBIMENTO	04/08/2020 15:07	ACTP		1		
ENCAMINHAMENTO	04/08/2020 14:56	DEAGE	ACTP	1	Apreciar Relatório de Análise de Defesa	
RECEBIMENTO	04/08/2020 14:55	DEAGE		1		
ENCAMINHAMENTO	04/08/2020 12:29	DICOG2	DEAGE	1	Revisão e Encaminhamento do Relatório de Análise da Defesa	
DESVINCULADO DO(DA)DICOG2	04/08/2020 12:26	DICOG2			Relatório de Análise Defesa	
DEVOL. DA DISTRIB. P/ ACP/TCP Renata Carrilho Torres de Andrade	20/07/2020 12:11	DICOG2			Produto elaborado: Relatório de Análise Defesa	
ANEXAÇÃO DO DOC. 39213/20	07/07/2020 06:47	DICOG2				

Inquérito Civil 001.2020.008750

Documento 2021/0000632724 criado em 12/05/2021 às 15:52

Evento	Data/Hora	Setor	Destino	Vol	Motivo	Observação
DISTRIB. P/ ACP/TCP Renata Carrilho Torres de Andrade	07/07/2020 06:22	DICOG2			Elaborar produto: Relatório de Análise Defesa	
RECEBIMENTO	07/07/2020 06:17	DICOG2		1		
VINCULADO AO(À) DICOG2	07/07/2020 06:17	DICOG2			Relatório de Análise Defesa	
ENCAMINHAMENTO	06/07/2020 10:56	ACTP	DICOG2	1	Elaborar Relatório de Análise da Defesa	Tramitado após despacho eletrônico.
RECEBIMENTO	06/07/2020 10:52	ACTP		1		
ENCAMINHAMENTO	06/07/2020 10:16	SECPL	ACTP	1	Encaminhar Defesa Apresentada	Tramitado após despacho eletrônico.
ANEXAÇÃO DO DOC. 41859/20	03/07/2020 19:38	PROTOCOLO DIGITAL				Juntada realizada automaticamente após protocolização de documento através do Portal do Gestor.
ANEXAÇÃO DO DOC. 41827/20	03/07/2020 16:59	PROTOCOLO DIGITAL				Juntada realizada automaticamente após protocolização de documento através do Portal do Gestor.
RECEBIMENTO	03/06/2020 10:37	SECPL		1		
ENCAMINHAMENTO	03/06/2020 08:35	ACTP	SECPL	1	Notificar Interessado / Responsável	Tramitado após despacho eletrônico.
RECEBIMENTO	02/06/2020 22:59	ACTP		1		
ENCAMINHAMENTO	02/06/2020 19:36	DEAGE	ACTP	1	Apreciar Relatório Inicial	
RECEBIMENTO	02/06/2020 19:36	DEAGE		1		
ENCAMINHAMENTO	02/06/2020 19:13	DICOG2	DEAGE	1	Revisão e Encaminhamento do Relatório Inicial	
DESVINCULADO DO(DA)DICOG2	02/06/2020 19:11	DICOG2			Relatório Inicial	
DEVOL. DA DISTRIB. P/ ACP/TCP Renata Carrilho Torres de Andrade	01/06/2020 16:56	DICOG2			Produto elaborado: Relatório Inicial	
ANEXAÇÃO DO DOC. 34707/20	01/06/2020 14:00	DICOG2				
ANEXAÇÃO DO DOC. 34704/20	01/06/2020 13:57	DICOG2				
DISTRIB. P/ ACP/TCP Renata Carrilho Torres de Andrade	29/05/2020 09:52	DICOG2			Elaborar produto: Relatório Inicial	
RECEBIMENTO	29/05/2020 09:34	DICOG2		1		
VINCULADO AO(À) DICOG2	29/05/2020 09:34	DICOG2			Relatório Inicial	
ENCAMINHAMENTO	28/05/2020 14:56	DIAFI	DICOG2	1	Formalização de Processo	Tramitação automática após formalização do processo.
DISTRIB. P/ REL. Conselheiro André Carlo Torres Pontes	28/05/2020 14:56					Distribuição automatizada de acordo com as competências estabelecidas na RN RN-TC Nº 07/2018
ENTRADA	28/05/2020 14:56	DIAFI				Inspeção Especial de Acompanhamento de Gestão relativa ao exercício 2020 do jurisdicionado Secretaria de Estado da Saúde.

Assinado eletronicamente por: ADRIO LEITE em 12/05/2021





**Ministério Público da Paraíba**  
**PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE JOÃO PESSOA - PATRIMÔNIO PÚBLICO**

**CERTIDÃO**

CERTIFICO que em cumprimento ao despacho anterior, submeto o presente procedimento a sobrestamento por 30 dias.

João Pessoa, 13 de maio de 2021.

**ARLENE PASSOS DA SILVA MACIEL**

Técnico Ministerial

Matrícula: 701.327-2

Assinado eletronicamente por: ARLENE em 13/05/2021